História de Portugal
de Alexandre Herculano

Desde o começo da monarquia
até ao fim do reinado de Afonso III

TOMO I
ADVERTÊNCIA DA QUARTA EDIÇÃO
(1876)
Vindo pela primeira vez a luz pública, o presente volume suscitou vivas polémicas sobre a critica das fontes históricas aproveitadas como legítimas ou rejeitadas como impuras no processo da narração. No meio, porém, dessas discussões ardentes e não raro apaixonadas, nunca se pôs em dúvida a existência dos variados monumentos indicados como abonadores das doutrinas do livro. Por este lado, nem então nem agora o autor receava ou receia a mínima agressão fundada, porque tinha e tem a consciência da lisura e lealdade com que escreveu. Do que não tem a certeza é de ter sempre interpretado bem os textos obscuros dos monumentos e sabido deduzir deles as verdadeiras ilações. Se a verdade o iludisse nesta parte, os estudos de história romana de Mommsen depois dos de Niebuhr bastariam para o desiludir. É por isso que desejaria facilitar o exame dos textos pelo rigor da exacção nos algarismos das citações.
A nossa história, mais ainda do que a de outras nações da Europa, para surgir da sombra das lendas a luz clara da realidade carece de indagações profundas e de apreciações sinceras e desinteressadas. Será trabalho mais útil, embora mais difícil, do que certas generalizações e filosofias da história, hoje de moda, em que se generaliza o erróneo ou o incerto e se tiram conclusões absolutas de factos que se reputam conformes entre si, e que, provavelmente, mais de uma vez os estudos sérios virão mostrar serem diversos, quando não contrários. A poesia onde não cabe; a poesia na ciência é absurda. A imaginativa tem mais próprios objectos da sua fecundidade.
Publicando esta quarta edição do primeiro volume da História de Portugal, desejaria o autor proceder previamente a um exame minucioso de centenares de citações de livros impressos, de manuscritos e de documentos em que a narrativa se estriba, e rectificar quaisquer equivocações ou erros de cópia na indicação dos lugares onde existem tais manuscritos e documentos ou onde, nos impressos, se lêem as passagens citadas; erros e equivocações esses que, de futuro, podem tornar enfadonha a comparação dos textos. Para o fazer, porém, ser-lhe-ia necessário frequentar assiduamente arquivos e bibliotecas durante alguns meses, ao que invencivelmente obsta o teor do seu viver actual. É por isso que as correcções da presente edição se limitam a pequenas mudanças na forma e estilo da narrativa, e na substituição, adição ou supressão de várias passagens que pareceram obscuras, inexactas ou incompletas..2
PREFÁCIO DA TERCEIRA EDIÇÃO
(1863)
A publicação da História de Portugal tinha chegado ao quarto volume, e as matérias para o quinto, que completava o quadro da primeira época da monarquia, estavam em parte coligidas. A obra fizera ruído e suscitara a animadversão daqueles que querem acomodar a história as crendices do vulgo, as preocupações nacionais, aos interesses que nelas se estribam, e não corrigir e alumiar o presente peias lições da história. As repetidas e variadas agressões contra o livro e ainda mais contra o autor denunciavam, em geral, a existência e Os intuitos de uma parcialidade irritada, cujos membros procediam de acordo e cujos interesses a nova publicação viera acidentalmente ferir. Provocado injustamente, repeli essas agressões, porventura com demasiada dureza, e, descobrindo nelas um pensamento antiliberal, fui mais longe. Ao livro sem intenção política fiz seguir um que a tinha. Vendo no partido que engrossara a

ocultas, e que, antigo, se recompusera com elementos novos, um perigo para a sociedade, trouxe à luz uma das mais negras páginas da sua genealogia, página que, se não e o seu eterno remorso, há-de ser a sua eterna condenação perante Deus e os homens. Os três volumes da História do Estabelecimento da Inquisição provaram, sem replica possível, uma verdade importante para a solução da luta que agita a Europa; provaram que o fanatismo ardente e ainda a simples exageração do sentimento religioso são mais raros do que se cuida e que o vulgar é a hipocrisia, de todos os frutos da perversão humana o que mais severamente foi condenado pelo divino fundador do cristianismo. Nalgumas linhas que precediam aqueles volumes eu apontava a existência,
Quando há dezassete anos publiquei a primeira edição deste volume destinava o encetado trabalho para estudo de um príncipe, então na puerícia, que em futuro remoto, quanto a incerteza das coisas humanas permitia ajuizá-lo, devia reinar em Portugal. Persuadido de que o conhecimento da vida anterior de uma nação é o principal auxilio para se poder e saber usar, sem ofensa dos bons princípios, do influxo que um rei de homens livres tem forçosamente nos destinos do seu país, temperando as generosas mas nem sempre esclarecidas e prudentes aspirações do progresso pela experiência e sabedoria de um passado que também já foi progresso, pagava assim ao filho uma divida que contraíra com o pai. Fora a este que eu devera uma situação exempta de pesados encargos, a qual me tornara possível dedicar a major e melhor parte do tempo ao duro e longo lavor que hoje exige a composição da história. Entendi e ainda entendo que, trabalhando desse modo para o bem do herdeiro da coroa e, virtualmente, para o bem da terra em que nascera, dava um documento, ao mesmo tempo de gratidão e de patriotismo, mais eficaz do que todos os protestos estéreis com que muitos costumam saldar dividas de uma e de outra ordem. No vigor da idade, povoado o espírito dos sonhos dourados da ambição literária, único dos vãos ídolos do mundo a que fiz sacrifícios, habituado ao trabalho perseverante que conquista o pão, e dispensado, enfim, de pensar em adquirir este, podia aplicar tempo e hábitos a pagar uma divida e, conjuntamente, a satisfazer uma ambição que hoje me faz sorrir. Excedendo pouco a idade de trinta anos quando delineei os primeiros traços de uma empresa ousada, dotado de organização robusta, medindo os horizontes da existência não tanto pelo compasso dos anos, como pela intensidade dos esforços de que me sentia capaz, se duvidei de que chegasse a completar o edifício cujos alicerces lançava, tinha firme fé em que cia subiria a uma altura na qual fosse comparativamente fácil a outrem pôr-lhe o remate.
Tal foi a origem deste livro. A sua sorte, porém, devia ser diversa da que eu previra..3
a índole, as miras, o modo de proceder da reacção e, sem exagerar, mas também sem os disfarçar, assinalava os riscos que a liberdade corria. Os hábeis, os homens práticos, os estadistas eminentes riram-se. Eu não passava de um visionário. Cinco anos depois a reacção apresentava-se com a face descoberta no campo de batalha, e todos os amigos sinceros da liberdade estavam visionários comigo 1 .
Pobres homens práticos! Pobres estadistas!
Mas para descobrir o rosto e combater francamente era ainda cedo então. O que cumpria era quebrar a pena na mão do visionário, do que pressentira os que se ocultavam na sombra e que lá os fora ferir. Afeitos as trevas, caminharam nas trevas. Tinham adeptos, amigos, instrumentos nas regiões do poder, talvez no seio dele: tinham ai malevolências pessoais que aspiravam a saciar-se. Assim, venceram. Depois, a uns homens sucederam outros homens; aos meus adversários os que se diziam meus amigos, e sempre e em toda a parte e com todos encontrei a reacção influente que me reduzia ao silêncio e a inacção. Inibido de prosseguir, sem sacrifício completo da dignidade e sem risco certo da honra, na colecção dos materiais para a vasta edificação que empreendera, tive afinal de ceder e de fechar a bem curta distância os limites da imprudente empresa. Não o fiz sem luta: disputei palmo a palmo a minha vida intelectual. Nessa luta
achei simpatias e alianças por todo o país, sobretudo entre a mocidade das províncias mais inteligentes e enérgicas, as províncias do Norte. No seio do Parlamento e no

grémio dos homens de letras houve também quem percebesse que vender por afagos e sorrisos de poderosos a causa da honestidade e da ciência, embora essa causa se personificasse em indivíduo mais ou menos obscuro, era o erro de Esaú, e que o procedimento de sucessivas administrações, diversas entre si, mas acordes em truncar um livro e inutilizar um espírito, podia ser algum dia arresto fatal contra outros livros e contra outros espíritos. Se alguns desses homens, excepções honrosas do país legal, fraquejaram depois, sirva-lhes de desculpa a debilidade natural do comum dos ânimos, que não sofrem a tensão moral dilatada por meses e anos. Entretanto, em corações de mais rija tempera o decurso do tempo não afrouxara a indignação: e essa indignação passou os mares. Dalém do Atlântico mais de uma voz amiga procurou consolar o maldito da reacção e dos poderes públicos que a serviam. Algumas dessas vozes saiam do seio do sacerdócio: uma descia do trono. Um príncipe estranho, que preza mais e conhece melhor os dias de grandeza e de glória deste país do que a maior parte dos filhos dele, apressou-se a oferecer ao perseguido um asilo junto de si. Se não aceitei a oferta, a que a fraternidade literária e a nobre maneira por que era feita tiravam todos os vislumbres de humilhação, foi porque ainda esperava que não pudessem privar-me dos últimos sete palmos de terra pátria a que todos temos direito. Quem sabe se me enganava? Há dez anos que a reacção quase que conta os triunfos pelas batalhas, e o futuro assoma carregado e triste. Mas acima de tudo está Deus.

Aquelas demonstrações incessantes e sempre crescentes, dentro e fora do país, eram importunas: haviam de vir, mais tarde ou mais cedo, a despertar seriamente a atenção dos desatentos sobre as transigências, então ocultas, que só podiam explicar um facto de outro modo inexplicável. Era essa uma consideração grave, porque tinha consequências políticas. Os homens do poder costumam amá-lo e tem subtis instintos para mantê-lo. Se não respeitam, geralmente falando, a moral e a justiça quando estas tão-somente se afirmam, acatam-nas quando ameaçam estribadas em qualquer género de força e quando, portanto, significam um risco. Por isso e só por isso, do mesmo modo que por meios indirectos me fora tirada, a possibilidade de continuar a História de Portugal foi-me enfim indirectamente restituída.

1 Hoje (1875) a reacção perturba já seriamente a Europa e ameaça as sociedades da América Meridional..4

Era tarde. Os desanimadores presságios que dois anos antes me brotavam da consciência, recusando aos meus colegas na Academia conservar o cargo de seu vice-presidente,
na conjuntura em que essa corporação, por um ímpeto irreflexivo de dignidade ultrajada, pensava em desagravar-se de uma injúria que imerecidamente recebera, só porque se achava a sua frente um homem odioso a reacção e ao seu aliado, o Governo 2 ; esses presságios, digo, tinham-se realizado. Na luta, a ambição literária, a confiança no futuro, a energia e o vigor da alma, o hábito dos penosos estudos e das longas meditações, a perseverança no trabalho e, ate, a robustez física tinham em grande parte desaparecido. Quis prosseguir e não pude ou, para melhor dizer, desejei já não sabia querer.

Depois, passado tempo, ainda tentei um último esforço para reconstruir a minha vida intelectual; para subjugar o imenso desalento que me invadira o espírito; para renovar esse mundo de ideias que constitui a ressurreição do passado, o qual eu tentara erguer, como Lázaro, do pó sepulcral dos arquivos, e sobre o qual os poderes públicos tinham recalcado o sudário. Se, porém, o tentei, confesso ingenuamente que não foi por servir o meu país. Outros sentimentos me impeliam a isso. No país tinha eu encontrado milhares de amigos que haviam desposado com ardor a minha causa, que haviam combatido comigo contra os enredos da reacção e contra a brutal hostilidade dos seus poderosos aliados; muitos deles nem me conheciam, nem eu os conhecia. Devia e devo a cada um e a todos gratidão profunda: deve-lhes ainda mais, talvez, a causa da liberdade e da civilização. Mas isso era um negócio individual, privado. O país legal,

aquilo que e o compêndio e a manifestação da sociedade, que representa e que exprime a sua vontade colectiva, havia reprovado virtualmente o livro e condenado o autor ao silêncio. Ainda quando me persuadisse de que o serviço que fazia era grande, seria descomedido se insistisse em fazê-lo depois de repelido. A liberdade tem consequências inevitáveis: as gerações dos povos livres participam perante o futuro da respon-sabilidade dos poderes públicos ou, antes, a responsabilidade é delas, porque tem
sempre forca e meios para Os revocar aos sentimentos do pudor e do dever quando eles o esquecem. As virtudes ou os crimes dos que as governam; a sua glória ou a sua desonra pertencem-lhes. O despotismo, esse, não o podem chamar a autoria. Para mm a questão, vista por esse lado, estava resolvida. Não era, não podia ser, o desejo de reagir contra manifestações oficiais e solenes o que me impelia a renovar esforços tanto tempo interrompidos. Era uma destas afeições individuais, modestas e desinteressadas, que nascem, como flor singela, nos pedregais da vida.
Enquanto, alheio, não ao estudo dos homens e do mundo, mas as suas ambições vulgares, eu consumia Os melhores dias da vida em trabalhos a cuja sinceridade, ao menos, o futuro há-de fazer justiça, um acontecimento impensado tinha chamado ao trono aquele para quem, na sua puerícia, fora destinada a História de Portugal. Devera-lha por mais de um título; mas, anulados, sem culpa minha, os meios de pagar, a obrigação desaparecia. Foi todavia por de, e só por de, que, depois, ainda uma vez tentei o que a razão me representava como quase impossível.
Na maioria das sociedades actuais falta geralmente aos homens públicos o valor
não só para ousar o bem, mas, ate, para praticar francamente o mal. Deste facto psicológico, que assinala as épocas de profunda decadência moral, deriva principalmente a hipocrisia; a hipocrisia, que é a anemia da alma. A altivez insolente do poder que se coloca acima do decente e do legítimo e que ri das invectivas da opinião indignada, como de um clamor sem sentido, tem o que quer que seja grandioso, como o raio de luz que serpeia ainda na fronte do anjo das trevas: a maldade impenitente que se

2 Veja-se a Carta Dirigida ao Ministério do Reino pela Segunda Classe da Academia Real das Ciências
(1856) p. 14..5

desculpa, que busca aninhar-se no manto da inocência, que a ocultas se reclina num leito de alheias agonias, e que, firmado o pé sobre o chão húmido das lágrimas que faz verter, inclina a fronte com a resignação do martírio e inventa uma forca estranha para se declarar constrangida, é vil, dez vezes vil: é o lodo que se faz músculo. A violência que se afirma a si contra o direito e o vendaval deste oceano de paixões tenebrosas que se chama o coração humano: a violência que busca santificar-se com as visagens da moderação e brandura é o vicio enraizado na alma, que, precito de si próprio e de Deus, forceja por obter, como único refrigério, que os homens ou, iludidos, o absolvam ou, ao menos, cheios de asco, volvam a face para o não verem.
Entre nós os que interiormente se riem do direito e dos princípios eternos da moral universal tem dado mais de um exemplo dessa pia resignação no martírio. Ora é a prepotência estrangeira, diálogo festivo de bastidores diplomáticos convertido em monólogo trágico no proscénio da publicidade; logo o terror do alvoroto popular da polícia; depois a pressão da coroa, história murmurada ao ouvido para que nem sequer suspeite a coroa a existência do próprio atentado. Perfeita miniatura da Roma de Augústulo ou da Constantinopla dos paleólogos. Na procela em que naufragara o meu pobre livro o nome do soberano fora murmurado em voz baixa, associado ao dos satélites da reacção, caluniado, como tinha de o ser depois, com torpeza sem exemplo, em negócio mais grave. Ouvi esse murmúrio: conhecia bem os homens de que vinha, dei-lhes o asco que pediam e volvi a face. O facto tinha uma significação e um valor bem sabidos.
Malquistar o soberano com o cidadão era nobre e grande; mas era incompleto: completava-se malquistando o cidadão com o soberano. Infelizmente a tentativa falhou.

O vago, o misterioso, o terrifico tem atractivos para as almas novas de profundo e enérgico sentir; para as inteligências juvenis e robustas que a ambição da ideia devora e que, impacientes, forcejam por se precipitar nas vastidões do mundo moral para lhe devassar os segredos. A alma do rei era dessas. Buscou-me e desceu, corno diria o mundo, a justificar-se, porque nunca inquiriu se para chegar do trono às regiões do dever ou da justiça era preciso descer ou subir. Movia-o, além disso, o instinto próprio da sua idade e da sua índole. Queria sondar o abismo de orgulho, de ódios implacáveis, de impiedade, de paixões tempestuosas de que lhe falavam com susto. Parece que a lenda exagerava: o precipício, o abismo, era de dimensões menos amplas. Verdade é que os precipícios e abismos fascinam e atraem: pode também ser que fosse isso. Que, porem, se iludisse ou que acertasse, o rd achara que todas essas negruras do feroz plebeu se reduziam a uma sinceridade talvez rude, e a sinceridade, ainda rude, tinha para ele o atractivo do novo, do impensado. Achava onde retemperar o ânimo lasso do incessante espectáculo da condescendência interessada, do aplauso grosseiro que vale o insulto, da devoção requerente, do regirar e mentir dos que buscam recamar-se de avelórios e lentejoulas para se inebriarem, para esquecerem que se arrastam porque são lesos. Entrava apenas na idade de homem e já estava saciado do serpear flexuoso das linhas curvas: atraia-o por isso irresistivelmente a dureza da linha perpendicular, recta. Aquela alma tão rica de abnegação de si, quanto o era de afectuosa simpatia para com todos os oprimidos, para com tudo o que padece, comprazia-se em fitar a vista em olhos que se não abaixassem diante dos seus, em encontrar na ideia alheia a resistência à própria ideia. Não tinha ciúme de uma soberania superior a sua, a da razão, nem o humilhava a dignidade humana, que equivale no súbdito a majestade no rei. O que repugnava profundamente a esse espírito raro era o baixo, o abjecto. O réptil, infusório em grande, inquieta-nos, tenta a nossa fé na imortalidade com o dogma horrível da geração espontânea, da omnipotência do fermentescível: o homem que é homem, esse é que prova Deus..6

Foi na afeição de D. Pedro V, no desejo de lhe comprazer, que achei alentos para galgar de novo a íngreme ladeira donde me tinham despenhado; foi animado por ele que prossegui em ajuntar materiais, não para levar a cabo os ambiciosos desígnios concebidos na idade das grandes audácias, mas para concluir o quadro sincero da época mais obscura da nossa deturpada história; para deixar no mundo um livro em vez de um fragmento. Expressa apenas como desejo, pouco a pouco a sua vontade tinha-se tornado rara mim irresistível: nem me pejo de confessar que de começava a exercer já sobre o meu espírito aquela espécie de absolutismo moral que, provavelmente, aos trinta anos havia de exercer, se vivesse, no geral dos ânimos; singular espécie de absolutismo, que encerrava a esperança da regeneração dos costumes públicos e, conseguintemente, a única esperança da manutenção da nossa autonomia e da nossa Liberdade; autonomia e Liberdade que foram para ele crença e culto, porque lhas tornavam santas a voz de uma consciência virgem e as revelações de uma poderosa inteligência.

Completo com o resto da história das instituições primitivas da monarquia, como é minha intenção torná-lo, este livro apenas significará uma saudade desfolhada ao pé de uma sepultura. Digo-o, porque não espero nem quero dos vivos nem agradecimento nem recompensa, suposto que estes volumes os merecessem ou valessem. Recompensa tive-a inteira no afecto da mais nobre e mais pura alma que encontrei na Terra. Oxalá que, nesta pia peregrinação de um espírito ate a beira de um túmulo, o romeiro não deponha descoroçoado o báculo, ou não adormeça do grande sono da morte antes do voto cumprido..7

ADVERTÊNCIA DA PRIMEIRA EDIÇÃO

(1846)

Erros, havê-los-á neste volume, bem como nos que se lhe seguirem. O que, porem, posso afirmar com a mão na consciência é que eles foram involuntários. Tenho fé que não me cegou malevolência para com os estranhos, nem parcialidade pela terra

natal. Para o homem sacrificar a longas e áridas investigações, frequentes vezes sem resultado, todas as faculdades do espírito, quase todas as horas da vida, com o intuito de dar ao seu país ma história, se não boa, ao menos sincera, é necessário, creio eu, algum amor da pátria. Cifrei-o nisso tão-somente. Convertendo em realidade o meu pensamento, procurei esquecer-me de que sou português, e parece-me tê-lo alcançado.
O patriotismo pode inspirar a poesia; pode aviventar o estilo; mas é o péssimo conselheiro do historiador. Quantas vezes, levado de tão mau guia, ele vê os factos através do prisma das preocupações nacionais, e nem sequer suspeita que o mundo se rirá, não só dele, o que pouco importara, mas também da credulidade e ignorância do seu país, o qual desonrou, crendo exaltá-lo! Dos que por má-fé assim procedem não falo eu aqui. Esses lisonjeiros das multidões são tão abjectos como os lisonjeiros dos reis, quando os reis eram os dispensadores das reputações e das recompensas.
Não ignoro o risco da situação em que me coloquei. Há muitos para quem os séculos legitimam e santificam todo o género de fábulas, corno legitimam e santificam as dinastias nascidas de uma usurpação. Aos olhos destes as cãs da mentira são também respeitáveis. A crítica, dizem eles, mata a poesia das eras antigas, como se a poesia de qualquer época estivesse nas patranhas mini posteriormente inventadas. São excelentes talvez as suas intenções; não sei se o mesmo se poderá dizer da sua inteligência. Para estes o meu livro será um grande escândalo, e o melhor fora deixarem de o ler. Não faltam entre nós monografias históricas: lá acharão fonte copiosa em que possam saciar-se; porque em escrevo apenas para os singelos amigos da verdade, e ainda receoso, apesar da pureza dos meus desejos, de não ser exacto, ou pela escasseza dos documentos, ou por engano próprio na apreciação dos factos. Quanto a sucessos maravilhosos, a tradições embusteiras ataviadas para bem parecerem ao vulgo, não as busquem neste livro os que, movidos por um falso pundonor nacional, seriam capazes de tomar por matéria histórica as lendas de As Mil e Uma Noites, se lá encontrassem
Cometendo uma empresa cuja importância, grande ou pequena, deixarei que outros avaliem, talvez seria o melhor abster-me de quaisquer reflexões preliminares. São, por via de regra, os prólogos destinados a captar a benevolência do público; mas, numa obra histórica, nem o autor deve pedi-la, nem o leitor concede-la. Averiguar qual foi a existência das gerações que passaram, eis o mister da história. O seu fim é a verdade. Onde o autor errou involuntariamente é condenável o livro; onde pretendeu iludir os que o lêem, a condenação deve cair sobre o livro e conjuntamente sobre o autor. Nenhumas considerações humanas podem alterar esta regra; e por isso, longe de pedir indulgencia, pedirei aos homens competentes a severidade para com este escrito. É o interesse da ciência que o exige. Nas doutrinas de opinião talvez sejam licitas as concessões: nas matérias de factos seriam absurdas. A verdade histórica e uma. Os que não sabem abstrair do amor-próprio, para só porem a mira no progresso da ciência, mentem se dizem que a amam. Amam-se a si; mas amam-se como insensatos. Se os contemporâneos calarem os defeitos do vosso livro, os historiadores futuros tecer-vos-ão sobre a campa a lista dos erros que cometestes e ainda daqueles que, por temor de ofender tradições recebidas, deixastes de condenar..8
alguma que lhes lisonjeasse o apetite.
É sem dúvida, custoso ver desfazerem-se em fumo crenças arreigadas por séculos, a cuja inspiração nossos avós deveram, em parte, o esforço e a confiança na Providência em meio dos grandes riscos da pátria; crenças inventadas, talvez, para espertar os ânimos abatidos em circunstâncias dificultosas. Sei isto; mas também sei que a ciência da história caminha na Europa com passos ao mesmo tempo firmes e rápidos, e que, se não tivermos o generoso ânimo de dizermos a nós próprios a verdade, os estranhos no-la virão dizer com mais cruel franqueza. Caluniadores involuntários do seu país são aqueles que imaginam estar vinculada a reputação dos antepassados a sucessos ou vãos, ou engrandecidos com particularidades não provadas nem prováveis. Acaso Portugal não achará nas memórias verídicas da sua longa existência recordações formosas e

puras para nos repreender, com a energia e glória de outros tempos, da degeneração e decadência presentes? Quem assim o crê insulta a memória de gerações que valiam mais que nós, e que recusariam, se pudessem fazê-lo, façanhas que não praticaram, virtudes que não tiveram; porque possuíram outras que eram suas, e de que nunca os progressos da história hão-de esbulhá-las. Temei que o resultado desse aferro a tradições mentirosas seja perfeitamente contrário aos vossos desejos, e que o escalpelo da crítica, as vezes demasiado subtil, querendo apagar os vestígios da credulidade, involuntariamente corte pelo são em sucessos, alias, grandes e indubitáveis.
Conto com as refutações - conto, ate, com as injúrias. Estas não me incomodam; porque me parece não serem argumentos históricos demasiado concludentes: essoutras estimo-as, porque entre elas é possível encontram observações que sirvam para corrigir o meu livro. Muitas destas refutações, já o prevejo, hão-de estribar-se na opinião de historiadores e antiquários «eruditos, ilustres, gravíssimos, profundos», e com todas as mais qualificações que se costumam agregar ao nome de qualquer escritor moderno, quando, na falta de monumentos ou diplomas legítimos, se querem sustentar opiniões absurdas ou infundadas. Aos que assim me impugnarem desde já declaro que nunca os hei-de perturbam na bem-aventurança do sem triunfo. A discussão entre nós fora impossível; porque seguimos caminhos diversos. Eles tratam a história como uma questão de partido literário; em apenas a considero como matéria de ciência.
Nestas linhas que lanço a frente do meu trabalho quereriam talvez alguns que expusesse o piano dele, a urdidura da larga teia que encetei, a que hoje mal basta a vida de um homem e a que provavelmente não bastara a minha. Era dizer em resumo o que o leitor há-de ver e julgar no processo do livro. Pareceu-me ma inutilidade, e por isso a omiti. O tempo, como é fácil de supor, não me sobeja, para o consumir em coisas inteiramente escusadas.
O que, porém, não se escusa é confessar em aqui as obrigações que devo. As colecções impressas de monumentos históricos, que todos ou quase todos os países possuem, faltam neste nosso. Documentos avulsos, derramados por obras escritas em épocas nas quais as luzes diplomáticas quase que não existiam, mal podem, as vezes, pelo errado da sua leitura e por se acharem confundidos com diplomas forjados, ser aceitos como autoridades seguras. Outro caracter tem os que se encontram nas Memórias da Academia Real das Ciências; ou nas obras publicadas pelos seus sócios; mas esses documentos, na maior parte, reduzem-se a simples extractos, como convém aos fins que se propõem os autores que citam. Assim, quem se ocupar da história portuguesa há-de sepultar-se nos arquivos públicos, e descobrir entre milhares de pergaminhos, frequentemente difíceis de decifrar, aquele que faz ao sem intento: há-de indagar nos monumentos estrangeiros onde é que se encontram passagens que ilustrem a história do sem país: há-de avivar as inscrições, conhecer os cartórios particulares das catedrais, dos municípios e dos mosteiros; há-de ser paleógrafo, antiquário, viajante,.9 bibliógrafo, tudo. Como bastaria um indivíduo sem abundantes recursos pecuniários, sem influencia, sem uma saúde de ferro, a tão grande empresa? Fora impossível. É na verdade vergonhoso que Portugal se não tenha associado ainda ao grande impulso histórico dado pela Alemanha, por esse foco do saber grave e profundo, a toda a Europa; mas a culpa não é dos nossos homens de letras, e sobretudo da juventude, entre a qual não falta engenho nem boa vontade. A culpa é de quem pretende que o arquitecto dê a traça do edifício e carreie para de a pedra e o cimento. A primeira colecção diplomática portuguesa, tentada e reduzida em parte a efeito, não conta mais de três anos de data. Faiamos do quadro elementar das relações de Portugal com as outras potências, base de ma compilação importante incumbida pelo Governo a um dos nossos mais célebres escritores, o Senhor Visconde de Santarém. Fora daqui não possuímos senão o ainda pequeno resultado dos esforços da Academia neste género, e das diligencias heterogéneas e desconexas de vários indivíduos cujo zelo não podia de modo algum vender as dificuldades que apontamos.

Venci-as em acaso? Eram fracos os meus ombros para não cederem ao peso debaixo do qual outros mais robustos vergaram. Pondo de parte os defeitos que necessariamente se encontrarão nesta primeira tentativa de uma história critica de Portugal, o que nela houver bom, se o houver, não se me deve agradecer a mim só. Sem os socorros alheios, ser-me-ia provavelmente impossível entrar e prosseguir no encetado empenho. Cumpria-me dizê-lo aqui; e era essa ma das circunstâncias que tornavam necessárias estas linhas preliminares. Muito devi ao conselheiro Macedo, secretário perpétuo da Academia, facultando-me sem restrição o uso da sua livraria, tão rica e escolhida. em tudo, principalmente em trabalhos históricos modernos, e não menos ao Senhor José Manuel Severo Aureliano Basto, digno oficial-maior do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e lente de Diplomática, patenteando-me, com a sincera vontade de quem ama a ciência, os inestimáveis tesouros históricos confiados a sua guarda. As cópias exactas de muitos documentos do arquivo da catedral de Braga, da mão do hábil paleógrafo o Senhor Araújo Esmeriz, alcancei-as pelos esforços do Ex.mo Governador Civil daquele distrito, João Elias da Costa Faria e Silva, modelo dos homens serviçais. e favorecedor desinteressado das letras pátrias. Aceitem, finalmente, os meus bons amigos António Luís de Seabra, Vicente Ferrer Neto de Paiva e Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara agradecimentos sinceros peba prontidão e bom ânimo que mostraram, ocupando-se em buscar e revolver documentos nos arquivos do Porto, de Coimbra e de Évora, a beneficio de ma tentativa, na qual, por isso, tem de certo modo ma parte.
Mas em seria sobretudo ingrato se não confessasse neste lugar, a face do país, ma grande verdade. Fora da situação tranquila em que me vejo colocado, nunca me teria abalançado a ma empresa que em próprio reconheço merecer a imputação de atrevida. Em geral, os cultores das letras não saem das classes poderosas e abastadas; e em Portugal, ainda hoje, o escritor mais benquisto do público e mais laborioso não obterá uma fortuna independente só à custa das suas vigílias. Daqui resulta que os bons engenhos, os quais nestes últimos tempos a nossa terra tem indubitavelmente produzido, são forcados ou a viverem na atmosfera mirradora do mundo político ou a exercitarem cargos públicos, que lhes consomem o tempo e acanham por fim as faculdades do entendimento. E assim que a literatura deste século tem perdido em profundeza o que vai ganhando em brilho e em extensão. O serviço do Estado, ou dos partidos, não consente os longos e severos estudos. Cumpre que o talento seja como o relâmpago, que fulge e passa: chama por ele a Terra. É por isso; é pela minha situação especial que em, último, talvez, entre os filhos desta época aos quais a Providencia alumiou com um raio da inteligência eterna, som o primeiro a votar-me a mm trabalho, para a execução do qual há muitos mais fortes, se não mais preparados do que em..10
Esta situação vantajosa e excepcional devo-a a S. M. El-Rei. Ele a criou para mim espontânea e generosamente: espontânea e generosamente ma conservam, a despeito de mais de uma procela violenta que tem ameaçado afundar o meu débil esquife, porque sou navegante assaz rude e inábil em evitar com ante a fúria das tempestades. Se este livro não for inteiramente inútil para a glória da pátria, a S. M. mais que a mm o agradeça a nação. Digo isto com verdade e singeleza.
Ele sabe, corno sabem todos os que me conhecem, que não costumo lisonjear os príncipes, ou, o que não e menos raro, as paixões das turbas; e que nem a popularidade entre estas nem ao favor daqueles em sacrificaria nunca as minhas doutrinas e convicções..11
INTRODUÇÃO
I
Considerações preliminares. - Distinção fundamental entre as escritos históricos do Idade Media e as do época do restauração dos letras. Modo de considerar as origens de Portugal naqueles e nestes. - Tendências sincrónicas dos primeiros e anocrónicas dos segundos. - Causas e consequências do sistema histórico do Renascimento quanto as origens. - Modificação deste sistema. - Conveniência de

separar do história de Portugal tudo a que é rigorosamente alheio a ela. - Nenhuma identidade nacional entre a sociedade portuguesa e algumas dos antigas tribos que habitaram no Península antes do era cristã. - Caracteres que podem estabelecer a identidade no sucessão dos tempos: o território, a raça, a língua: falta desses caracteres comuns entre os portugueses e as lusitanos. - Elementos constitutivos de Portugal relativamente ao território e à população: elemento leonês e elemento sarraceno. - Necessidade de conhecer resumidamente a história política dos estados muçulmanos do Espanha e a do reino de Leão como base para a história política do primeira época do monarquia portuguesa..12

Com a restauração das letras gregas e romanas nos fins do século XV, o mundo antigo renasceu para uma vida em parte fictícia, em parte real. Ao passo que as tradições da jurisprudência romana triunfavam enfim plenamente nas instituições políticas e civis das nações modernas, a república ideal das letras organizava-se pelas condições de uma literatura cujos monumentos mais preciosos subsistiam ainda, mas cuja índole e espírito eram, até certo ponto, letra morta; porque não podiam casar-se nem com os costumes, nem com as crenças da Europa moderna. O entusiasmo pelos bri-
lhantes
vestígios de uma civilização que passara não tinha força para a fazer admirar e receber pelo comum dos homens; porque entre ela e o modo de existir destes havia insuperáveis antinomias. A idealidade cristã, repelida do meio das classes ilustradas, acolhia-se entre o vulgo; as fórmulas literárias nascidas com a Idade Média e que até aí haviam acompanhado no seu desenvolvimento natural o progresso da nova sociedade viam-se condenadas pelo desdém da aristocracia da inteligência. À história, como a tudo o mais, chegou um período de transformação. As antigas crónicas portuguesas, semelhantes às de todas as outras nações da Europa, seguiam um método e estilo de narrar totalmente diversos dos livros históricos dos romanos e gregos: eram mais singelas e pinturescas; representavam-nos melhor a vida doméstica: os caracteres dos personagens eminentes não no-los faziam compreender com os traços rápidos e pro-
Quem abrir as nossas antigas crónicas, e depois os livros históricos escritos desde o triunfo completo obtido da literatura da Idade Média pela literatura greco-romana, achará uma diferença fundamental no sistema daquelas e destes. Até os fins do século XV e ainda até depois do meado do seguinte, a história nacional reduz-se a crónicas de uma ou de outra época do período decorrido desde a separação de Portugal da monarquia leonesa até o tempo do cronista. Os cronicons mais remotos, escritos em latim bárbaro, são na verdade uma espécie de resumos da história geral do país; mas começam as suas narrativas, como as crónicas especiais, com os princípios do século XII, e apenas aludem rapidamente aos sucessos posteriores à invasão dos godos, que é para eles uma espécie de génesis histórico. Na infância da história, os nossos cronistas como que sentiam que antes daquela época faltava uma cadeia palpável e sólida que unisse o Portugal moderno ao mundo antigo. Dir-se-ia que o consideravam como um orbe que, formado de fragmentos dos planetas de um sistema solar, fugira da periferia comum, a cujo âmbito não sabiam como o fizessem voltar. Este sistema era a Península, cujas mudanças e revoluções, cujos habitadores, diversos em raças, em costumes, em línguas, se ligavam, todavia, complexamente na sucessão dos tempos por um facto constante - os limites topográficos do vasto tracto de terra entre os Pirenéus e o mar. O território em que à ocupação ibero-céltica viera sobrepor-se a colonização greco-fenícia e depois o domínio sucessivo dos cartagineses, dos romanos, dos germanos e dos árabes, era com pequenas diferenças o mesmo em que imperavam os reis de Castela especialmente, depois que o Aragão e a Catalunha se agregaram ao vasto corpo da monarquia espanhola. Talvez nenhuma das novas províncias de que esta se compunha poderia achar coisa alguma inteiramente comum entre si e uma ou outra das antigas divisões, quer de domínio, quer de raça, que tinham existido nas eras remotas. Todavia o complexo delas - a Espanha - era ainda o mesmo através de tantas transformações.

Portugal, porém, nascido recentemente, incluído dantes no todo das várias sociedades peninsulares, fundado em fragmentos do solo das antigas divisões territoriais da Espanha céltica, púnica e romana, tronco, enfim, arrancado da árvore leonesa, não achava um só parentesco legítimo e exclusivo nos tempos anteriores aos da conquista goda, ou mais rigorosamente aos da restauração cristã. Podia dizer que também de algum modo se prendia ao passado; mas tecer com verdade e exacção a sua árvore genealógica especial, isto é que lhe era impossível..13
fundos que bastavam aos historiadores romanos e de que as páginas de Tácito são o mais perfeito modelo; mas em compensação legavam-nos ingenuamente os ditos e feitos desses indivíduos, e habilitavam assim a posteridade a concluir das cenas altamente dramáticas que registavam uma síntese talvez menos profunda, mas decerto não menos verdadeira. Mais inábeis que os historiadores antigos em assinalarem a relação dos acontecimentos com as suas causas e efeitos, e em atribuir a cada sucesso a sua importância política; reduzindo, como eles, a história a uma arte sem objecto fora de si, em vez de a considerarem como ciência social destinada a enriquecer o futuro com a experiência do passado, sabiam, todavia, aproveitar melhor certos toques que tornam mais fáceis de imaginar, permita-se-nos a expressão, as linhas, contornos e cores das épocas. Se, enfim, as narrações dos cronistas são por uma parte triviais e até baixas, pelo h4bito que eles tinham de particularizar circunstâncias mínimas, fazem-nos por outra parte perceber mais claramente a índole real dos indivíduos ou da geração de que tratam, ao passo que os historiadores antigos só nos apresentam os homens com os gestos e meneios convencionais e estudados do Foro, do Senado, do templo, da solenidade pública. O cronista da Idade Média, para nos pôr diante dos olhos os grandes vultos que passaram na Terra, alevanta dos túmulos os seus cadáveres e infunde-lhes de novo a vida, ao passo que o escritor grego ou romano apeia dos pedestais as estátuas dos homens públicos, correctas, porém frias e mortas, e, como a estátua no banquete de D. João Tenório, fá-las caminhar ante nós com um gesto solene, mas inflexível e pesado.
No ardor com que o Renascimento restaurava ou, antes, transformava tudo, não se averiguou se o método histórico da Idade Média era ou não superior em alguma coisa ao que haviam seguido os historiadores que já começavam a chamar-se clássicos. A história tomou os ademanes graves e majestosos, mas demasiadamente duros, dos modelos recebidos como únicos legítimos. A consequência imediata foi quê, tornada árida no meio das suas pompas, deixou de ser popular; porque nem falava uma linguagem que o povo entendesse, nem pintava a vida como as multidões a conheciam. Daqui a perder a nacionalidade ia pouco: e ela perdeu-a. A princípio eram as formas que atraíam os espíritos cultivados: foram-no logo os objectos e os factos que os historiadores da Grécia e de Roma descreviam ou narravam:
Nas universidades e nas escolas, nos mosteiros e nas palestras literárias chegou a ser vergonhoso o uso da própria língua: estudavam-se com afinco os monumentos de todo o género relativos à vida civil antiga, e os eruditos a tal ponto se embebiam nessa existência de convenção que nos seus escritos quase que não se encontra uma sentença, uma alusão, uma ideia que não seja tirada de livros gregos ou romanos. Os acontecimentos gloriosos, os homens ilustres do seu país interessavam-nos incomparavelmente menos que os dessa pátria fantástica adoptada por eles. Afastavam os olhos com tédio do espectáculo da Idade Média, cuja energia rude contrastava com a polícia da civilização que o sudário erguido do passado lhes descortinava. Se a um erudito do tempo de D. Manuel, de D. João III ou de D. Sebastião se perguntasse qual era a diferença de um cônsul a um pretor, di-lo-ia pontualmente: se lhe falassem de um rico-homem ou de um infanção, nem sequer saberia a significação destes vocábulos. O espectáculo da república debatendo-se moribunda aos pés dos césares afligia-o talvez; o absolutismo que se assentava sobre as ruínas da liberdade moderna nem de leve o incomodava. O presente era para ele uma tradição: o passado uma existência real.
Quando a admiração um pouco idólatra pelo mundo antigo chegou ao seu auge,

começou a declinar e se tornou mais moderada, começou também a sentir-se que as memórias da pátria valiam alguma coisa. As tradições gloriosas da nação buscaram-se. Este pensamento surge pouco a pouco e tenta dilatar-se, mas ainda grandemente modificado pelas influências da erudição clássica. Desde o meado do século XVI.14 principiava o período da nossa rápida e profunda decadência, e os engenhos claros e robustos viam a necessidade d.e recordar aos ânimos degenerados e abatidos que havia aí uma herança honrada de avós, a qual era preciso salvar. Até então o escrever a história fora uma espécie de serviço público: os reis nomeavam um homem que pusesse em escritura os sucessos dos próprios reinados ou dos seus imediatos antecessores: o cronista exercitava um cargo do Estado. Desde as crónicas, porém, de Cristóvão Rodrigues Acenheiro, que vivia no reinado de D. João III, até a publicação dos primeiros dois volumes da Monarquia Lusitana, que é como a inscrição estampada na campa das nossas grandezas, a história não só cada vez perde mais, digamos assim, o carácter de registo público para se converter em matéria de livre erudição particular, mas também refoge do triste espectáculo que passava diante dos olhos do historiador, para ir buscar
nas memórias nacionais de outro tempo matéria mais grata de estudo e tradições que reanimassem a perdida energia do povo. Aparecem então, debaixo de diversos títulos, as primeiras tentativas de história geral do país. Tais são as crónicas de Acenheiro e Nunes de Leão, os Elogios dos Reis, de Brito, a Vária História, de Pedro de Maris. E resumindo o pensamento do seu tempo, Camões, n'Os Lusiadas, dedicados ao descobrimento da Índia, lança com o pincel divino os lineamentos principais das nobres recordações da Idade Média.
Mas no complexo das doutrinas daquele tempo acham-se incorporadas as duas ideias, até certo ponto opostas, da erudição clássica e das tradições pátrias. A primeira modifica-se pela segunda, e daí nasce, em nosso entender, uma nova tendência histórica. É a de aproveitá-las ambas e de fundi-las num corpo homogéneo. Nos escritores gregos e romanos encontravam-se importantes notícias sobre a Espanha antiga, sobre os povos que a habitaram ou dominaram; sobre os seus costumes, guerras e mais sucessos. As passagens relativas a essas matérias estudaram-se, compararam-se, esclareceram-se por longas e atentas investigações, e os anais das raças que tinham precedido o estabelecimento das nações modernas da Península puderam tecer-se aproximadamente. Restava buscar um fio que prendesse as duas grandes épocas e as fizesse depender logicamente uma da outra; isto é restava buscar um povo, uma tribo, uma família, fosse o que fosse, que remontando aos tempos mais afastados pudesse considerar-se como origem e tronco da nação portuguesa, e esta, não como uma nova sociedade constituída com diversos elementos, mas sim como uma transformação ou modificação daquela. Desse modo a nacionalidade e a erudição ajudavam-se mutuamente e confundiam-se numa ideia só em relação à história. As diligências para obter este resultado foram coroadas aparentemente de bom sucesso, e à força de aproveitar algumas verdades e muitas fábulas, e ao mesmo tempo de atribuir a diversos factos um valor que eles não tinham, a gente portuguesa achou-se em breve uma das mais antigas do universo, descobrindo o seu berço nos cimos do Ararat, donde os filhos de Noé desceram a repovoar a Terra.
André de Resende, o. maior e mais judicioso antiquário português do século XVI, no seu famoso tratado Das Antiguidades Lusitanas, escrito na língua latina, deu grande impulso a essa aplicação do estudo da literatura grega e romana a ilustrar a história e, principalmente, a geografia antiga do Ocidente da Península. Os quatro livros De Antiquitatibus Lusitaniae são o nosso mais antigo quadro das tribos que estanciavam entre o Guadiana e o Douro na ocasião da conquista romana, bem como o são das divisões civis do território, da sua hidrografia interior e da situação das cidades e povoações que outrora aqui existiram. A obra de Resende, embora contenha emendas importantes às opiniões recebidas a semelhante respeito, nem por isso deixa de

representar no essencial essas opiniões. Aí a Lusitânia antiga acha-se associada com.15 Portugal de tal maneira que as palavras lusitani e Lusitania ora significam as tribos e o tracto de terra assim denominados pelos romanos na ocasião da conquista, ora a província que estes estenderam até o rio Ana ou Guadiana e sua vária população, ora, finalmente, os portugueses e o nosso território, cujos limites são totalmente diversos.

Estas ideias, distintas entre si, confundem-se inteiramente no livro de Resende, cujos estudos eram determinados pelos dois impulsos encontrados a que nos temos referido, o da erudição clássica e o do sentimento de nacionalidade. São elas que introduzem uma espécie de anarquia no plano do livro Das Antiguidades, aliás excelente nas particularidades da sua execução.

Na época, pois, de Resende, isto é, pelo meado do século XVI, a ideia, contrária aos factos, de que existia certa espécie de unidade nacional entre a nação portuguesa e uma ou mais tribos dos celtas espanhóis conhecidos pelo nome de lusitanos estava fortemente radicada entre os escritores, que a haviam recebido sem exame, lisonjeados com o lustre que criam vinha à sua pátria deste parentesco, tão nobre pelo remoto como pelas façanhas daqueles guerreiros selvagens que tomavam por avós. Para bem conhecer que foi o gosto da erudição clássica que fez remontar a nossa história a eras e a povos que nela naturalmente não cabiam, e que, porventura, a suposta conveniência de substituir um nome conhecido entre os escritores da idade áurea ao nome latino-bárbaro dos portugalenses tem legado aos que tratam da história portuguesa o ímprobo e inútil trabalho de encher grossos volumes com os sucessos reais ou imaginários de uma sucessão de séculos anteriores à existência da nação; para. bem conhecer, dizemos, quanto a violenta associação de que falamos foi devida à influência exagerada do Renascimento é digno de notar-se, não só o silêncio de todo o género de monumentos históricos da nossa Idade Média acerca desses chamados tempos primitivos, mas também que a denominação latina de lusitani só começa a ser-nos aplicada no último quartel do século XV 3 , isto é, quando o ardor dos estudos clássicos e a invenção da imprensa tinham feito comum no Ocidente da Europa a leitura dos historiadores e geógrafos gregos e romanos. De feito, o mais antigo uso dessa denominação parece poder colocar-se entre 1460 e 1490. Mestre Mateus de Pisano, um dos homens mais instruídos daquele tempo e que fora chamado a Lisboa pela sua erudição latina para escrever nessa língua a história da guerra de Ceuta, compôs o seu livro pelos anos de 1460. Aí, tendo quase a cada página de mencionar os portugueses, constantemente usa da palavra «portugalenses», o que mostra quão longe se estava ainda nessa época de se julgarem equivalentes as de lusitano e de português, não se podendo atribuir este uso constante a ignorância; porque, falando do Douro e de Faro, diz ser aquele um rio célebre e esta uma cidade, ambos da Lusitânia, o que, segundo as divisões da Espanha

3 1 Lucas de Tuy, no Livro Quarto do Cronicon Mundi, ainda, na verdade, usa promiscuamente, e com alguma confusão, das palavras Lusitania, Portugalis, quando fala das conquistas de Fernando Magno na província hoje da Beira; mas do contexto do seu livro se conhece que ele pretendia exprimir ali pela palavra Lusitania a parte da antiga província deste nome que se dilatava ao sul do Mondego e que ainda ficou possuída pelos sarracenos depois das conquistas de Fernando Magno. Portugalis, na passagem a que aludimos, significa restrita e claramente a moderna província da Beira. Escrevendo pelos anos de 1236 (Cronica na España Sagrada, T. 4, p. 211), época em que Portugal se achava já constituído com este nome ao sul da Galiza e no Ocidente da Lusitânia, e tratando de um período em que ainda a

denominação de Galiza se conservava por todo o território ao norte do Douro, o cronista via-se
necessariamente embaraçado para exprimir as designações geográficas de modo que fosse entendido
pelos seus contemporâneos, que nestas partes só conheciam o reino de Portugal. Devia aumentar-lhe o
embaraço o ter pouco antes dito, e com razão, que os domínios de Fernando Magno chegavam até os
últimos limites da Galiza, que do seu próprio livro se via serem no Douro. Em nosso entender, ele
procurou evitar todas essas dificuldades chamando exclusivamente Portugal à Beira Alta e Lusitânia às
províncias ao sul do Mondego: o que, porém, é certo é que nem uma só vez ele denomina «lusitanos» os
habitantes de algum dos distritos ou províncias desta parte da Espanha..16
romana, as quais provavelmente Mateus de Pisano conhecia melhor que as modernas, é de perfeita exacção. O primeiro escritor, conhecido por nós, que usou da palavra lusitani para designar os portugueses foi o desgraçado bispo de Évora D. Garcia de Meneses, vítima desse mesmo amor exagerado das coisas romanas que fez triunfar o poder absoluto de D. João II da organização política da Idade Média, e que, em literatura, levava aquele prelado a dar aos seus compatrícios o nome colectivo de uma porção de tribos célticas da antiga Espanha 4 . Nas composições, porém, de Henrique Caiado e de Cataldo Sículo, escritas nos fins do século XV 5 , e nas subsequentes de Aires Barbosa, Pedro Margalho 6 , Góis, Osório, etc., as palavras lusitani e Lusitania tornam-se constantes para representar os portugueses e o seu território. Na língua vulgar o uso destes vocábulos só vem mais tarde; todavia, nos fins do século XVI estava de todo generalizado. A ideia do parentesco entre portugueses e lusitanos passava por incontestável, e o livro de Resende é, como dissemos, a completa expressão dessa ideia. Todavia ainda isto não bastava: devia vir Fr. Bernardo de Brito para a exagerar até o absurdo. Foi o que ele fez nos dois primeiros volumes do grande corpo histórico chamado a Monarquia Lusitana. Aproveitando todas as notícias verdadeiras ou fabulosas achadas em escritores genuínos ou supostos, e ajuntando a isto alguns que os melhores críticos supõem da sua lavra, escudado com. eles passeou livremente, não só pelas épocas do domínio cartaginês e romano na Península, mas ainda pelos tempos que reputamos ante-históricos. Tão imbuído estava o bom do monge da íntima relação destes diferentes tempos e diferentes raças que são expressões suas trivialíssimas as de «Portugal» e «portugueses» aplicadas aos habitantes do Ocidente da Espanha, não só no tempo dos celtas e do domínio cartaginês e romano, mas também nas eras fabulosas, que Brito enfeitou com todas as patranhas que lera ou que inventara. Assim a supersticiosa influência da literatura clássica veio resumir-se afinal num livro, permita-se-nos dizê-lo, altamente ridículo.
Mas apesar deste resultado, a ideia que se encarnara na história era tão uniformemente reproduzida, estava tão inconcussa em todos os espíritos cultivados, casava-se tanto com as nossas pretensões fidalgas a uma remota antiguidade, achaque trivial em todas as nações, que essa opinião triunfou até o presente. Quase nos nossos dias três homens eminentes, cujos serviços às letras do seu país são indisputáveis, sacrificaram a este preconceito de vão orgulho nacional. Pereira de Figueiredo trabalhou largamente em ilustrar as supostas origens portuguesas e, tratando com o devido desprezo os sonhos de Brito, nem por isso deixou de levar as suas indagações até 1400 anos antes de Cristo. António Caetano do Amaral, nas suas importantes memórias sobre a história das instituições portuguesas, não julgou poder esquivar-se a começar por expor-nos as leis, usos e costumes dos lusitanos desde que as guerras dos cartagineses e dos romanos os tornaram mais conhecidos. Meio Freire, posto que motejasse os

4 É, de feito, na oração recitada perante Sisto IV em 1481 que encontramos pela primeira vez tal
designação. O editor deste famoso discurso, Gaspar Barreiros, nos adverte de que o cardeal Sadoleto
admirava a pureza do latim de Meneses e ainda mais que, sendo ele um homem do «fim do mundo»
(extremis orbis partibus) escrevesse tão bem em latim na época em que apenas na Itália se acharia um ou
outro que alcançasse toda a pureza daquela língua. É curioso ver o peso de razões e de erudição que
Barreiros desbarata para defender três vocábulos não rigorosamente latinos que o orador introduzira no
seu discurso. Estes três abomináveis vocábulos que punham mancha no latim de Meneses eram zelus,
catholicon e substantia, os quais haviam desagradado aos eruditos. O prólogo de Barreiros à oração do
bispo de Évora é a prova mais evidente do que levamos dito sobre a influência que a idolatria das letras
romanas teve na falsa luz em que veio a colocar-se o sistema da nossa história.
5 As obras de Cataldo Sículo saíram impressas em Lisboa em 1500 ou 1501, livro raríssimo do qual só
conhecemos o exemplar da Biblioteca Pública do Porto. As de Caiado vêm incluídas no Corpus Poetarum
do padre Reis.
6 Em Leitão, Notícia Cronológica da Universidade, pp. 432 e ss..17
historiadores que tinham remontado a Túbal, o filho de Noé, para tecerem a genealogia da nação portuguesa, lá foi na sua história da nossa jurisprudência indagar o direito público e privado da Lusitânia antes e depois da conquista romana para daí começar o seu aliás excelente livro. Finalmente a opinião de que somos os sucessores e representantes dos lusitanos não só se firmou e perpetuou entre os eruditos, mas também se tornou por fim uma crença nacional e quase popular que dificultosamente se poderá desarreigar do comum dos espíritos.

Rejeitando do nosso trabalho, como estranha a ele. a história de todas as raças ou sociedades de qualquer parte da Espanha anteriores à existência da nação portuguesa como indivíduo político, cumpria que nos fizéssemos cargo do sistema até aqui recebido e que expuséssemos preliminarmente as considerações que nos obrigam a limitar-nos ao que é rigorosamente história de Portugal, que mais progressos houvera porventura feito se não se tivessem malbaratado tantos estudos e tantos talentos históricos verdadeiros em averiguações, não diremos absolutamente ociosas, mas, pelo menos, inúteis para ilustrar as recordações daqueles que devemos em realidade considerar como nossos maiores.

A palavra nação representa uma ideia complexa. Agregações de homens ligados por certas condições, todas as sociedades humanas se distinguem entre si por caracteres que determinam a existência individual desses corpos morais. Muitos e diversos são estes caracteres, que podem variar de uns para outros povos; mas há três pelos quais comummente se aprecia a unidade ou identidade nacional de diversas gerações sucessivas. São eles: a raça, a língua, o território. Onde falta a filiação das grandes famílias humanas supõe-se ficar servindo de laço entre os homens de épocas diversas a semelhança de língua e o haverem nascido debaixo do mesmo céu, cultivado os mesmos campos, vertido o sangue na defesa da pátria comum. E na verdade, fora destas três condições, a nação moderna sente-se tão perfeitamente estranha à nação antiga como à que nas mais longínquas regiões vive afastada dela.

Todavia estes caracteres não têm um valor real senão à luz histórica. A distinção entre as sociedades humanas funda-se, como todos sabem, em circunstâncias muitas vezes diversas destas. É, porém, historicamente que nós consideramos a nação portuguesa, e é por isso que nos importa indagar se entre ela e um dos povos ou uma das tribos que habitaram outrora na Espanha existe um ou mais desses pontos de contacto que nos obriguem a ir entroncar a nossa história em sucessos que nos parecem inteiramente alheios a ela. Na especialidade que nos interessa, o povo desde o qual os historiadores têm tecido a genealogia portuguesa esta achado - é o dos lusitanos. Na opinião desses escritores, através de todas as fases políticas e sociais da Espanha, durante mais de três mil anos, aquela raça de celtas soube sempre, como Anteu, erguer-se viva e forte, reproduzir-se imortal na sua essência, e nós, os portugueses do século XIX, temos a honra de ser os seus legítimos herdeiros e representantes. Pede a boa ordem que principiemos por examinar qual era esta gloriosa raça de antepassados nossos e os territórios que habitava, para depois vermos se, no caso de não existir entre ela e nós ao menos a comunidade de território, subsistem as relações mais características de família e de língua.
Nos tempos primitivos 7 , a Espanha parece ter sido povoada por duas migrações
7 Quem quiser examinar as inumeráveis conjecturas, hipóteses e sistemas ideados acerca dos tempos
primitivos da Espanha, consulte os primeiros volumes da Historia Critica de España, de Masdeu, e as
suas respostas às impugnações de Traggia (T. 17); as «Dissertações» do padre Pereira de Figueiredo
(Memórias da Academia de Lisboa, T. 9); Dunham e Depping, Histoire d'Espagne et du Portugal, T. 1,
Introduction; Romey, Histoire d'Espagne, T. 1, c. 1, e T. 2, Apêndice; Rosseeuw Saint-Hilaire, Histoire.18
sucessivas da Ásia, a dos iberos, ou melhor euskaldunac, e da dos celtas, ou antes célticos 8 . Tanto a luta como a associação das duas raças produziram no território central da Península as tribos mistas denominadas celtiberos. Os célticos ficaram formando cinco grupos principais de tribos bárbaras: os cântabros, asturos e vascónios ao setentrião; os galaicos e os lusitanos ao ocidente. Ocupavam estes últimos, segundo Estrabão, o território cercado pelo oceano ao norte e poente e limitado ao sul pelo Tejo. Ao oriente é difícil determinar as suas fronteiras, que se dilatavam muito além das nossas raias orientais. Sobre o que não resta dúvida é que pelo meio-dia os limites da Lusitânia apenas chegavam originariamente à margem direita do Tejo 9 . O geógrafo grego hesita, porém, em atribuir aos lusitanos o território da moderna Galiza e de Entre Douro e Minho; porque, posto numa parte os suponha estanciando até o promontório Nério ou Céltico (Finisterra), faz noutras passagens ocupar as margens do Lima por uma migração de célticos 10 (turdetanos e túrdulos), que habitavam ao longo do Guadiana pelo Algarve e Andaluzia e em parte do Alentejo. Reina na sua descrição deste tracto da Península tal confusão, ora fazendo os galaicos lusitanos, ora distinguindo-os, ora incorporando-os debaixo desta denominação uma parte daqueles que evidentemente se conhece quão incertas eram as suas ideias sobre as antigas distinções das tribos célticas depois da conquista romana e da divisão política da Península feita por Augusto, tempo em que já escrevia Estrabão. O que é certo é que nessa nova divisão a Lusitânia mudou inteiramente de limites. Estes fixaram-se ao norte no Douro, ao sul no Guadiana e dilataram-se pelas terras sertanejas. Pelo oriente ficaram, porém. ainda incertos para nós os verdadeiros limites da Lusitânia, sendo assaz provável a suspeita de Celário, de que, segundo as conveniências da administração, a linha oriental se alargasse ou encurtasse debaixo do governo dos diferentes imperadores romanos 11 . O que, porém. se deduz evidentemente de todos os geógrafos antigos, tanto daqueles que falaram da Lusitânia antes da conquista romana, como dos que só tomaram por fundamento as divisões

estabelecidas por esta, é que os territórios a que se deu tal nome se estendiam pelas
províncias espanholas muito além das modernas fronteiras orientais de Portugal 12 , ao
passo que na primeira época não passavam, pelo sul, além do Tejo, e na segunda
findavam ao norte no Douro.
Assim, nos tempos da independência céltica e do domínio romano o território da
Lusitânia, abrangendo de leste a oeste uma extensão mais que duplicada da largura
actual do nosso país, dilatava-se a princípio, talvez, até à extremidade setentrional da
Galiza, enquanto ficava fora dela metade do Alentejo e do Algarve, e depois de
abranger estas províncias, menos a porção do nosso solo além do Guadiana, o qual ficou
sempre pertencendo à Bética, perdia tudo o que jaz além do Douro até o cabo de
Finisterra, isto é, metade da sua superfície, supondo com Estrabão que lhe pertenciam os
territórios além deste último rio.
d'Espagne, T. 1, c. 2; e a obra de W. Humboidt, Prüfung der Untersuchungen uber die
Uhrbewohner
Hispaniens.
8 Humboldt estabelece como regra geral que os antigos denominavam celtae os das Gálias e
celtici os de
Espanha, apesar de que Estrabão (L. 3, p. 203, edição de Amesterdão de 1707, notis varior, 2
vols. foi.)
também denomina estes keltikoi, posto que geralmente use da forma keltoi. Antes, porém, de
Humboldt, já Resende era de opinião («De Colonia Pacensi», na Hispania Ilustrada, T. 2, p.
1000) de que
esta última leitura se deve seguir constantemente, opinião adoptada por Casaubono.
9 «A Tago versus septentrionem Lusitania», L. 3; «Tago transmisso (lusitani) finitimos
infestarunt», ibid.
Veja-se Resende, De Antiquitatibus, L. 1, f. 4.
10 «Ferunt inter hos (célticos do Guadiana) et turdulos, cum fecissent expeditionem eo,
Limaeo flumine
transito... mansisse illos ibi dispersos», Estrabão, L. 3.
11 Celário, Notitia Orbis Antiqui, L. 2, c. 1.
12 «Latus... ortivum carpetani, vertones, vaccaei et callaici». Estrabão, L. 3..19
É pois evidente que o Portugal moderno está muito longe de representar
geograficamente a Lusitânia antiga. Vejamos agora se os portugueses serão na realidade
os sucessores das tribos célticas derramadas pelo Ocidente da Península.
Dizemos tribos porque essas que por abstracção histórica olhamos como um só
povo não eram menos de trinta, espalhadas desde os artabros, vizinhos do promontório
Nério, até o Tejo 13 . Destas tribos célticas alguns nomes nos conservaram os escritores
antigos 14 . A denominação geral acaso proveio do nome dos lusones (que Estrabão
coloca junto das fontes do Tejo, e que talvez eram de origem fenícia) completado pela
terminação púnica tan vulgar na Península, e que os romanos adoptaram nas
designações corográficas desta região 15 .
Quem lê desprevenidamente os escritores antigos e os modernos que aproveitaram
as suas afirmativas, frequentemente disparatadas e algumas vezes opostas, para sobre
elas edificarem os sistemas mais contraditórios acerca da divisão dos povos da Espanha,
só pode tirar uma conclusão sincera: é que em tal matéria pouquíssimos factos têm o
grau necessário de certeza para serem considerados como históricos. Entre estes há,
todavia, um que é indubitável. Quando os cartagineses entraram na Península não só as
duas raças mais antigas, os iberos e os celtas, se achavam confundidas nos territórios
centrais, mas também as tribos das orlas do mar e ainda os celtas e celtiberos do sertão
se tinham misturado com fenícios e gregos, principalmente com os primeiros, cuja
influência na população foi tamanha que ficou predominando até hoje no país o nome
que eles lhe puseram 16 . De feito, os fenícios se haviam apossado da melhor parte da
Espanha em tempos anteriores a Homero 17 , enquanto pequenas colónias gregas se esta-

beleciam
em diversos pontos marítimos, nomeadamente nas margens do Minho e do
Douro, subindo pelas suas fozes 18 . Estes diversos elementos de população, que deviam
lutar e compenetrar-se em épocas que fogem às indagações históricas, descobrem-se
confundidos e ligados em épocas posteriores. É assim que a própria denominação de
Lusitânia indica o elemento fenício e os nomes de Tejo (Tagus) e de Guadiana (Ana)
são puramente daquela língua 19 , ao passo que nos nomes das povoações predomina a
forma céltica brig ou briga e nos costumes aparecem vestígios da influência grega 20 .
Neste estado de associação de raças, a conquista púnica veio tomar mais completa
a mistura. Os cartagineses, originariamente fenícios, tinham incorporado em si uma
grande parte dos líbios ou mouros, formando a casta mista conhecida pela denominação
de libyphenices 21 . A história dos primeiros tempos do domínio desta república na
Península é obscura: mas, quatro séculos antes da nossa era, esse domínio achava-se
assaz dilatado, e os filhos da Espanha iam já verter o sangue em países estranhos para
13 «Gentes sunt ad XXX, quae regionem inter Tagum et Artabros incolunt», id. ibid.
14 Plínio, História Natural, L. 4, c. 20 e 21.
15 Romey, ob. cit., T. 1, c. 1; «Lusones ad fontes Tagi pertingentes», Estrabão, L. 3.
16 Spania de Span, cuja significação duplicada de oculta e coelho tem dado matéria às
dissertações dos
eruditos, dos quais uns pretendem que da muita abundância de coelhos viesse o nome à
Espanha; outros, e
esta opinião é a geralmente seguida, de ser uma terra afastada e mal conhecida. Em todo o
caso a origem
do nome é fenícia.
17 «Qui (Phoenices) ante Homeri aetatem optima... Hispanit tenuerunt», Estrabão, L. 3.
18 «A Cilenis conventos Bracarum, Heleni, Gravii (outros lêem Gronii), castellum Tyde,
graecorum
soboles omnia», Plinio, História Natural, L. 4, c. 20.
19 O erudito Bochart foi o primeiro que indicou as muitas origens fenícias que se encontram
nas
designações corográficas da Península. Destas são Tejo (Tagus), de dagi (piscoso), Lusitânia,
de luz
(amêndoas), talvez luzi (cheio de amendoeiras), O rio Ana, de ana (ovelha), Olissipo, de
alisubbo (baía
amena), Chanaan, L. 1, c. 35, pp. 695 e ss.
20 «Laconica ferunt uti vitae rationem», Estrabão, L. 3; «Rito graeco centurias victimarum...
instituunt»,
id. ibid.; «Matrimonia more graeco contrahunt», id. ibid.
21 Veja-se Chanaan, de Bochart, L. 1, c. 25..20
defenderem os interesses dos seus novos senhores ou aliados 22 . Foi, porém, no século
III antes de J. C. que a influência cartaginesa se estabeleceu definitivamente aquém do
Estreito por meio da conquista. A porção do moderno Portugal ao sul do Tejo habitada
pelos turdetanos (celto-fenícios) e pelos célticos das margens do Ana, tentando resistir
ao general de Cartago, Amílcar, foi por ele subjugada. Os habitantes que escaparam
constrangeu-os o cartaginês a fazerem parte do exército vencedor, o país ficou assolado,
e alguns restos dos seus naturais espalharam-se por outras partes. Dali o exército
vencedor marchou contra os vetões e tribos da Lusitânia, que também recusavam a
aliança ou antes o senhorio dos africanos. A resistência destas foi mais viva e tenaz; mas
terminou do mesmo modo que na Turdetânia pela vitória de Amílcar 23 .
Morto Amilcar no meio destas guerras de conquista, Asdrúbal, seu genro, e
Aníbal, seu filho, prosseguiram-na sucessivamente com vigor e destreza. Antes da
expedição deste célebre general à Itália através das Gálias, os cartagineses tinham
sujeitado tudo aquém do Ebro; porque já no tempo de Asdrúbal eles pactuavam com os

romanos que não ultrapassariam estes rios nas suas conquistas 24 , o que era abandonar à influência ou ao domínio de Roma apenas uma sexta parte da Península. Foi aqui, onde dentro de pouco as duas repúblicas rivais principalmente disputaram, em três longas e sanguinolentas lutas, qual delas devia perecer. Tanto nestas lutas como nas guerras da África e Itália, os exércitos cartagineses eram em grande parte compostos de espanhóis, ao passo que as tropas africanas e as levas de celtas das Gálias e de lígures estanciavam uma e muitas vezes pelo território da Espanha 25 . O resultado disto é fácil de adivinhar. «Dois poderosos auxiliares», observa um historiador moderno 26 , «ajudaram Cartago nos seus desígnios de senhorear a Península. Primeiro, os mestiços nascidos do trato dos colonos cartagineses com os indígenas, aliados naturais que ela espalhara pelo solo da Espanha para dispor a conquista desta. Foram os segundos os mercenários espanhóis que serviam nos seus exércitos. É sabido que a infantaria celtibera, a cavalaria andaluza e os fundibulários baleares constituíam o nervo das forças de Aníbal. Regressando à pátria, estes mercenários travaram com Cartago um sem-número de relações, de que esta soube aproveitar-se a benefício do seu comércio e política.»

Esse grande facto de assimilação da raça púnica; essa como renovação do elemento fenício que os cartagineses representavam, porque dele provinham, não foi particular a uma ou a outra província de Espanha, mas abrangeu o Centro, o Oriente, o Meio-Dia e o Ocidente dela. Os lusitanos, pois, que se distinguiram no serviço de Aníbal 27 , não podiam evitar a sorte comum, e nesta província a raça púnica alterou necessariamente ainda mais a mistura celto-greco-fenícia que anteriormente se havia operado.

Era, enfim, chegado o tempo em que o longo braço de ferro da república romana devia cingir a Espanha para só a arrojar de si exausta e transfigurada nas mãos dos bárbaros do Norte. Durante a guerra de Aníbal em Itália uma armada transportou a Ampúrias (Emporion) as forças romanas capitaneadas por Cneu Cipião. Os desastres e a morte deste e de seu irmão Públio trouxeram ao teatro da guerra o moço Cipião, chamado depois o Africano. Em quatro anos (220 a 216 antes de J. C.) ele expulsou os cartagineses e voltou a Roma rico de triunfos, deixando subjugada esta província. Daqui

22 Diodoro Sículo, Biblioteca Histórica, L. 5, c. 38 (T. 1, p. 360 da edição de Wesseling).

23 Diodoro Sículo, Éclogas, E. 25 (ibid., T. 2, p. 510); Polibio, L. 2, c. 1 (edição de Ernesto, 1764).

24 Políbio, História, L. 3, c. 27.

25 A composição dos exércitos cartagineses pode ver-se em Políbio, L. 1, c. 67 e ss.

26 Rosseeuw Saint-Hilaire, Histoire d’Espane, T. 1, Introduction, c. 3.

27 «Quorum (scil. lusitanorum) forti opera usos fuerat Annibal, non modo in Hispania, sed in ipsa etiam
Italia», Resende, De Antiquitatibus, L. 1, f. 33..21

data a época da completa transformação da Península.

A guerra da conquista romana durou por duzentos anos: a resistência que os espanhóis opunham a este novo domínio persuade que as acusações de opressão feitas contra os cartagineses são exageradas. Quando a luta começou, era a causa de Cartago, mais do que a própria, que eles defendiam. Isto vem confirmar o que acima dissemos; e é notável que, ainda meio século depois da época em que Cipião se gabava de não ter deixado um só cartaginês na Espanha, os lusitanos capitaneados por um homem dessa origem desbaratassem sucessivamente os exércitos romanos de Manílio e Pisão 28 . Os ódios mútuos que daqui nasceram protraíram a guerra entre os novos senhores da Península e os indígenas, muito depois de destruída Cartago. O génio militar do selvagem montanhês Viriato tornou por alguns anos duvidosa a vitória de Roma nos territórios do Ocidente, mas, apesar de repetidos levantamentos, o domínio dos senhores do mundo civilizado firmou-se afinal tranquilamente por toda a Península, à excepção dos desvios dos Pirenéus, habitados pelos restos indomáveis da raça primitiva dos iberos, que nenhuma das invasões celta, fenícia, cartaginesa, pudera domar ou

corromper.
Ajudada pela superioridade da ciência militar, a superioridade da civilização romana devia ter acção imensa nessas sociedades imperfeitíssimas dos indígenas, aos quais faltava o vínculo da unidade nacional e que, misturados com as raças fenícia, grega e cartaginesa, tinham tomado costumes, vocábulos e ideias de cada um destes povos, sem que esses elementos adventícios tivessem tempo suficiente para se incorporarem perfeitamente no elemento céltico e formarem com ele um todo compacto e homogéneo capaz de resistir à influência civilizadora de Roma. Esta não empregava só as armas para assegurar a sujeição dos países que subjugava; introduzia neles as suas colónias, as suas leis, os seus costumes: trocava com eles até os deuses, recebendo os estranhos nos próprios templos, mas exigindo reciprocidade religiosa; dava a provar a esses homens rudes o luxo e os prazeres de que era mestra: recebia-lhes os produtos da sua agricultura e indústria, e interessava-os assim por muitos modos na existência e prosperidade da grande república. As consequências deste sistema em países de raças mais antigas e simples, como nas Gálias, foram uma assimilação quase completa: o que seria, pois, na Península, onde ele devia actuar com tanta mais força quanto é certo que a mescla das gentes, a variedade de origens nos usos, o encontrado e confuso das leis e tradições religiosas tornavam mais fáceis as consequências naturais daquele sistema?
A revolução de Sertório, que por anos roubou grande porção de território espanhol ao jugo de Roma, não destruiu a já adiantada conquista da civilização romana. Um historiador moderno avalia como errada a política desse homem extraordinário, que ele acusa de ter procurado plantar à força nesta nova pátria que para si criara os costumes e leis da república, em lugar de favorecer a civilização indígena, cujos germes ia existiam no solo da Espanha 29 . Nós vemos a diversa luz o procedimento de Sertório; vemos nisso uma prova da facilidade com que desde a época dos Cipiões até à dele a vida romana tinha adulterado, se tal expressão cabe aqui, esse composto não radicado de tradições célticas, fenícias, gregas e cartaginesas que constituía o modo de ser dos indígenas. Em vez de condenar o procedimento de um indivíduo indubitavelmente grande e que conhecia melhor que nós a Espanha do seu tempo, parece-nos mais natural deduzir desse procedimento o estado moral dela. Supondo que o acomodar a Península às formas sociais romanas fosse violento para a população desta província, o erro de Sertório, empenhado numa luta perigosa com os seus compatrícios, seria demasiado
28 Lívio, História, L. 28, c. 16 e 38, e L. 47, c. 28 e 35, «Suplemento», citado por Figueiredo, Memórias
da Academia, T. 9, p. 177.
29 R. Saint-Hilaire, Histoire d’Espagne, Introduction, c. 4..22
grosseiro para não lho havermos de atribuir de leve. O que é certo, porém, em qualquer das hipóteses, é que o ilustre foragido romano converteu ou acabou de converter numa imagem da república o país sobre que adquirira ilimitado poder.
A Lusitânia, a Celtiberia e parte da Bética foram as províncias que Sertório principalmente disputou a Roma 30 . Chamado de África pelos lusitanos para os capitanear, trouxe consigo três mil soldados daquelas partes, e os proscritos, como ele, por Sua abandonavam a Itália para se refugiarem na Lusitânia. Os seus combates e vitórias não vêm ao nosso intento. O que nos importa são estas contínuas migrações que se estabeleciam no país e que iam forçosamente cada vez apagando mais o tipo céltico, ao passo que os indígenas se rareavam diariamente nas pelejas do seu novo chefe. Não era, porém, só isto. Sertório armou, organizou e disciplinou à romana os próprios soldados, posto que com menos simplicidade; e Perpena, que no meio das guerras civis reunira na Sardenha vinte mil homens, passando à Espanha veio reforçar com eles o seu exército. Obedecido por mais de setenta mil soldados italianos, espanhóis e africanos e envolto na guerra com Pompeio e Metelo depois da morte de Sila, Sertório não se esqueceu de por todos os modos converter a porção da Espanha em que dominava numa imagem do Lácio. Ebora foi feita capital da Lusitânia, Osca, da Celtibéria. Um senado

composto de trezentos senadores, todos romanos, representava o Senado de Roma. Osca ficou sendo o centro da reforma intelectual, como Ebora o era da civil e política. Na capital dos celtiberos estabeleceu-se uma como universidade, onde as literaturas grega e latina eram ensinadas por mestres dessas duas nações. Só esta educação conferia aos espanhóis o carácter de cidadãos romanos e ficava sendo assim o caminho dos cargos importantes. A afeição de Sertório pelas coisas pátrias não alterou a que os lusitanos lhe consagravam, o que, apesar do espanto que causa a alguns historiadores modernos, prova só que ele não se havia enganado pressupondo que os habitantes da Península receberiam de bom grado as últimas condições de uma civilização mui superior à sua, a qual já anteriormente conheciam e tinham em parte aceitado.
Morto Sertório pela traição de Perpena, a Espanha submeteu-se a Metelo e Pompeio. Daí a poucos anos César, pretor então na Lusitânia, exigiu dos habitantes do Hermínio (serra da Estrela) que viessem viver nas planuras. Eram estes homens os que conservavam menos apagados os vestígios do celtismo, e a política dos romanos consistia,, como temos dito, em trajar com os seus costumes todos os povos sobre quem imperavam. Os montanheses resistiram; mas o resultado daquela inútil resistência foi o serem exterminados.
Seguiram-se as guerras civis de César e Pompeio. Nesta luta terrível, primeiro acto do grande drama em que a república se ia converter em monarquia, a Península foi o principal teatro dos combates terrestres. As tropas romanas, compostas de homens de muitas partes da Europa, da África e da Ásia e divididas entre os dois bandos, cruzaram por multo tempo em todas as direcções este solo que tanto sangue humano tem bebido. As batalhas sucediam às batalhas; os assédios aos assédios; as povoações destruídas ficavam ermas dos seus habitantes; e tudo isto servia não só para acabar com as últimas e ténues barreiras que dantes estremavam as tribos indígenas, mas também para cada vez tornar mais inextricável a mistura de novas raças com a mescla já confusa dos antigos povoadores.
Se, porém (não falando nos vascónios, sempre independentes e solitários nas suas montanhas), alguns caracteres de nacionalidade ibérica ou céltica, apesar dos factos

30 As coisas relativas à época do predomínio de Sertório na Península acham-se no L. 1 de Apiano, em Plutarco, no L. 3 de Pioro, resumidas no L. 3 de Resende e miudamente narradas em Romey, que, seguindo Masdeu, traça o quadro desses sucessos no T. 1, c. 5, da Histoire d’Espagne. Vejam-se também os fragmentos de Salústio relativos à guerra de Sertório..23

políticos e sociais que temos rapidamente apontado, subsistiam ainda, o sistema administrativo de Augusto César e dos seus sucessores, realizando de todo, posto que por diverso motivo, o pensamento civilizador de Sertório, acabou de desvanecer forçosamente esses caracteres. A Península, que durante o tempo da república estivera dividida em duas grandes províncias, a Citerior e a Ulterior, foi de novo dividida em três: a Bética, a Tarraconense e a Lusitânia. Depois, Constantino Magno retalhou-a em cinco: Tarraconense, Cartaginense, Galécia, Lusitânia e Bética. Querem outros que esta divisão remonte ao tempo de Adriano, talvez com pouco fundamento 31 . Subdividiam-se as províncias em distritos ou conventos. No território do moderno Portugal caíam dos três da Lusitânia dois, e um dos três da Galécia: eram aqueles os de Beja e Santarém; este, o de Braga. Aí residiam os magistrados administrativos, judiciais e militares. Das outras povoações as principais eram as colónias, cujo nome está indicando a origem romana dos seus moradores, e os municípios, que, gozando de quase todas as vantagens das colónias, tinham o privilégio de se regerem, não pelo direito comum, mas por leis e instituições locais e de lhes ser aplicável ao mesmo tempo uma grande parte do direito público romano. Com o tempo esta distinção importante desapareceu, e na época de Adriano só os eruditos sabiam qual era a diferença essencial dos dois géneros de

cidades, porque os privilégios dos municípios se achavam de facto abolidos 32 . Havia, além destas, as raríssimas povoações que parece terem sido habitadas exclusivamente por indígenas, às quais, talvez só porque sem combate haviam aceitado o jugo romano, se concedera o título vão de confederadas. Eram as imediatas as imunes e as estipendiárias; aquelas exemptas dos impostos gerais; estas obrigadas a eles. As contributas correspondiam até certo ponto às nossas aldeias, porque eram burgos dependentes de outras povoações mais importantes.

No pressuposto, porém, de que as povoações a que se dava o nome de confederadas fossem debaixo do domínio romano o último refúgio das antigas nacionalidades, não é possível imaginar que elas bastassem para conservá-las no meio da transformação geral da Península. Plínio transmitiu-nos uma notícia circunstanciada da distribuição relativa da população na Bética e na Tarraconense 33 , e dela podemos deduzir qual seria a da Lusitânia. De perto de quinhentas povoações que as duas províncias encerravam, vinte eram colónias e apenas seis confederadas. Assim, na hipótese de que os habitantes destas últimas pertencessem exclusivamente a raça mista céltico-fenício-púnica, ainda não chegavam a corresponder a um terço da população exclusivamente estranha.

Note-se, todavia, que isto não passa de um pressuposto. Se, como acima conjecturámos, o título de confederadas indica, nas cidades que o receberam, uma aceitação mais pronta e por consequência mais antiga do domínio romano, elas não seriam por certo aquelas cujos habitantes pudessem ter melhor jus a considerar como estranhos os seus vencedores.

Mas fosse o que fosse, é certo que volvido apenas um século essas distinções haviam desaparecido. Vespasiano dava o direito latino a todas as povoações de Espanha que ainda o não tinham e dentro em breve Caracala atribuía a dignidade de cidadãos

31 Masdeu, Historia Critica de España, T. 8, p. 12. A este sincero e erudito escritor seguimos principalmente sobre a época do império; porque ninguém averiguou com tanta exacção os sucessos e instituições deste largo período da história peninsular. Certos historiadores franceses recentes não têm feito senão aproveitar os seus imensos trabalhos, tratando-o, às vezes, com uma sobranceria assaz ridícula aos olhos dos homens judiciosos, que apreciam devidamente estas vaidades mesquinhas.

32 «Obscura oblitterataque sunt municipiorum lura, quibus uti iam per ignorantiam non queunt», Aulo Gélio, Noites Áticas, L. 16, c. 13.

33 História Natural, L. 3, c. 2 e 3..24

romanos a todos os homens livres 34 . No quarto século a cultura e ao mesmo tempo a corrupção de Roma abrangiam plenamente todas as províncias do império. O direito civil romano, que da capital se estendera pela Itália, invadiu as províncias, sem exceptuar a Grécia, que, como país grandemente civilizado, salvara a própria língua, enquanto a latina, corrompendo-se mais ou menos, obliterava as linguagens bárbaras dos outros povos conquistados 35 . Assim se formava uma só nação no Ocidente da Europa, nação que, transpondo os limites dela, se estendia por vastas regiões da África e da Ásia. A Espanha, que fora a que mais energicamente resistira à assimilação, foi também a que mais completamente a aceitou. Entre os escritores latinos ilustres contam-se muitos filhos da Península: as legiões romanas compunham-se em parte de espanhóis; e vemos estes no Senado, nos cargos mais importantes do império e até no trono dos césares. Não deve, por isso, causar espanto que já na época de Tibério, em que Estrabão escrevia, os habitantes do Centro e Oriente da Espanha, pacificados e civilizados, como ele diz, tivessem recebido a forma de viver italiana juntamente com a toga ou vestidura romana 36 .

Grandes historiadores têm desenhado o sombrio e imenso quadro da dissolução do império dos césares. Este resumia toda a civilização antiga; resumia-a e continha-a em si. Essa dissolução havia acabado a tarefa que a Providência lhe destinara na obra do progresso humano. O cristianismo profundara já as raízes na terra, vicejava aspergido com o sangue dos mártires, abrigava as sociedades com a sua vasta sombra e, tomando os membros desse cadáver gigante que se desconjuntava, ia preparando cada um deles para o converter num corpo social cheio de mocidade e de vida. Novas migrações desciam do Setentrião ao Meio-Dia da Europa para o renovar, como em tempos remotíssimos tinham descido das chapadas interiores da Ásia a povoá-lo. As legiões, a política dos imperadores e a majestade do nome romano serviram por algum tempo de dique à invasão. Fora, porém, Deus que soltara a torrente. Era uma luta sublime a da civilização contra a barbaria; mas esta rompeu as barreiras. As hostes e as tribos sel-vagens do Norte arrojavam-se por cima do império: a vaga seguia-se à vaga. Daquele grande cataclismo nasceram as nações modernas.

Situada no extremo da Europa e defendida pelas ásperas serranias dos Pirenéus, a Espanha não se esquivou, apesar disso, à sorte comum das outras províncias romanas. Nos primeiros anos do século V, dividido já o império entre dois imperadores, o do Oriente e o do Ocidente, e em um sem-número de bandos civis alevantados pelos ambiciosos, Gerôncio, general romano que governava na Espanha, tendo feito aclamar imperador um certo Máximo, abriu passagem pelas montanhas aos vândalos, alanos e suevos. Este sucesso mudou subitamente a sorte da Península. Os vândalos e suevos apossaram-se dos territórios da Galécia e do que hoje chamamos Castela-a-Velha; os alanos ocuparam a Lusitânia e a Cartaginense; os silingos, tribo vândala, fizeram assento na parte da Bética actualmente denominada Andaluzia 37 . A irrupção dos bárbaros foi assinalada por todo o género de devastações. Morreu gente inumerável no primeiro ímpeto, antes que os ferozes conquistadores escolhessem as províncias em que haviam de estanciar. À guerra associaram-se a peste e a fome. Chegou o povo à miséria horrível de devorar carne humana, e as mães a cevarem-se nos cadáveres dos filhos. As

34 Sobre a organização social da Lusitânia no tempo dos imperadores veja-se a «Memória 2ª», de Amaral,
sobre a «História da Legislação e Costumes» (Memórias de Literatura da Academia, T. 2, p. 313);
Lembke, Geschichte von Spanien, Einleitung, k. 1.

35 Savigny, Geschichte des Roemischen Rechts in Mittelalter, I B., K. 1., parágrafo 3; Resende, De
Antiquitatibus, L. 3, f. 140; id. «De Colonia Pacensi», na Hispânia Ilustrada, T. 2, pp. 1000 e ss.

36 «Pacatos jam populos, et mansuetis moribus, et com toga formam indutos italicam», Estrabão, L. 3.

37 Idácio, Cronica na España Sagrada, T. 4, pp. 353 e 354; Zózimo, 6, 5; Orósio, 7, 5, citados por Pfister,
Geschichte der Teutschen, 1 E., S. 229..25

bestas-feras saíam dos bosques e afeitas à carniça dos mortos avançavam a tragar os vivos. Então os bárbaros dividiram entre si este país convertido quase num ermo, estabelecendo-se em separado do modo que acima dissemos, e os restos dos habitantes das províncias invadidas por eles aceitaram o jugo dos vencedores 38 .

Mas o povo que devia substituir esta primeira aluvião e estabelecer na Espanha o seu domínio de três séculos não tardou a transpor os Pirenéus. Os visigodos, capitaneados por Ataulfo, invadiram a Península. Por alguns anos durou a guerra destes com os primeiros invasores; guerra de extermínio, qual devia ser entre gente feroz e de que ainda forçosamente foi vítima uma parte desses rareados restos da antiga população. Vália, sucessor de Ataulfo, atacou os alanos da Lusitânia e os silingos da Bética, e depois de uma luta de três anos obrigou os que sobreviveram à destruição da sua raça a

buscarem na Galécia o amparo dos suevos. Valia fizera paz com o imperador romano Honório, e nestas guerras os visigodos eram considerados como auxiliares do império. Incorporados os alunos e silingos com os suevos, estes, posto que independentes de facto, reconheceram a supremacia de Roma, e os visigodos contentaram-se com o domínio do Sul das Gálias. A paz era, todavia, impossível. Os vândalos começaram logo uma como guerra civil com os suevos, que os desbarataram; e eles, obrigados a sair da Galécia, precipitaram-se de novo sobre a Bética. Dali, passados tempos, transportaram-se para a África, restando apenas na Espanha os suevos, com quem se haviam incorporado os diminutos restos dos alanos exterminados por Vália. Logo, porém, que os vândalos abandonaram a Europa, os suevos começaram a dilatar o seu império pela Lusitânia e Bética, até que em contínuas guerras com os romanos e com os visigodos, já substituídos a eles no domínio da Espanha, chegaram por fim a incorporar-se na monarquia visigótica no tempo de Leovigildo. 39

A população hispano-romana desaparecera em grande parte debaixo das espadas implacáveis dos bárbaros; mas esses ténues restos dela não se haviam geralmente confundido com os conquistadores. Os visigodos, posto que os mais civilizados entre os povos germano-góticos, conservaram por algum tempo nas suas instituições a linha divisória entre si e os romanos. Por fim, essa linha obliterou-se. Facilitados os consórcios entre as duas raças, sujeitos todos os membros da sociedade às leis de um código único e anuladas as distinções do direito gótico e romano 40 , os habitantes da Península, debaixo do nome de godos, constituíam, ao menos nas exterioridades, uma só nação quando a conquista árabe veio confundir ainda mais, se era possível, aquela mistura inextricável de homens de muitas e diversas origens.

Paremos aqui. No corpo do nosso trabalho teremos ocasião de examinar quais foram os elementos imediatos da moderna povoação das Espanhas, especialmente da de Portugal. No rápido bosquejo das revoluções que por este solo passaram durante as eras antigas, quisemos habilitar o leitor despreocupado para concluir o que ele já terá concluído; isto é, quanto seja dificultosa de conceber uma relação de nacionalidade comum entre nos e os lusitanos, ou outra qualquer tribo ou raça das que primitivamente habitaram na Península. Estas primeiras migrações da Ásia, iberos, celtas, ou o que

38 «Barbari caede depraedantur hostili. Pestilentia suas partes non segnius operatur... fames dira grassatur,
adeo ut humanae carnes ab humano geneve vi famis fuerint devoratae: matres quoque necatis vel coctis
per se natorum suorum sint pastae corporibus. Bestiae occisorum gladio, fame, pestilentia cadaveribus
assuetae, quosque homines fortiores interimunt... Hispani por civitates et castella residui a plagis,
barbarorum por provincias dominantium se subjiciunt servituti», Idácio, Crónica na España Sagrada, T.
4, p. 354.

39 Idácio, Crónica, «ab anno 419 usque ad annum 450»; Romey, Histoire d'Espagne, T. 2, c. 11 e 13;
Rosseeuw Saint-Hilaire, Histoire d'Espagne, L. 1, c. 1; Memórias de Literatura da Academia, T. 6, pp.
127 e ss.

40 Codex Wisigothor, L. 3, tit. 1, 1. 1, L. 2, tit. 1, 1. 9..26

quiserem, demasiado vizinhas da infância do género humano, não podiam ser numerosas. Atravessando a Europa sem nenhuns meios artificiais de trânsito, hostilizando-se mutuamente em guerras que mal entram no domínio das afirmativas históricas, não deviam ter multiplicado a ponto de poder a sua individualidade resistir ao contacto das colónias fenícias que lhes trouxeram os primeiros benefícios da civilização.

No longo domínio cartaginês a influência púnica foi por certo ainda mais profunda, e a

conquista romana acabou quase inteiramente com o celticismo. Não queremos dizer com isto que nenhuns vestígios se possam encontrar dos celtas. Existirão algumas ruínas das suas grosseiras moradas; algumas palavras da sua linguagem; talvez algumas aras broncas dos seus deuses quase desconhecidos. Mas esses vestígios que proporção têm com os dos romanos, que ainda encontramos por toda a parte e em tudo; na língua, nos monumentos arquitectónicos, lapidares e numários, nos costumes populares, nas instituições sociais e leis civis, não restabelecidas pelo Renascimento, mas conservadas através do domínio gótico e árabe? Que proporção têm sequer com os poucos vestígios dos empórios gregos de que nos restam recordações nas páginas da história? E remontando ainda mais longe, podem, ao menos, as reminiscências célticas comparar-se com as dos fenícios e cartagineses, conservadas no antigo politeísmo espanhol, nas colecções numismáticas, nas designações corográficas e no que a tal respeito nos transmitiram os escritores gregos e latinos? Da importância relativa desses diversos vestígios, comparados com o que a história nos relata sobre as várias populações que se foram sobrepondo umas às outras nesta região por meio dos estabelecimentos comerciais, conquistas e sistemas políticos das grandes nações do mundo antigo, resulta para nós a persuasão de que ao acabar o império dos romanos, a nacionalidade dos anteriores habitantes da Espanha, não sendo já, antes da entrada destes, simples e exclusiva, mas uma confusa mistura de diversos povos, acabou brevemente por delir-se e incorporar-se na forte nacionalidade romana. Os monumentos visigóticos que nos restam dão-nos indirectamente a prova disto: quando os visigodos queriam distinguir os indivíduos espanhóis que não pertenciam à raça germânica, não achando entre esses homens um carácter, um sinal que mostrasse neles diversidade de origem, designavam-nos constante e uniformemente pelo nome de romanos: a romana e a gótica eram de feito as duas únicas sociedades que então existiam na Península.

Apontámos acima entre os principais vestígios da civilização romana os da língua. Apesar da rapidez com que devemos prosseguir nesta introdução, mais larga necessariamente do que desejáramos, importa esclarecer aqui um facto. É o do predomínio absoluto da linguagem dos romanos na época em que lhes sucederam os visigodos. A opinião de que o céltico se tem conservado no essencial das línguas da Espanha, através de todos os sucessos políticos e sociais durante muito mais de vinte séculos, começou a correr entre nós há anos com algum aplauso. Esta voga proveio-lhe de certo aparato de razões filosóficas em que se estribou. Disse-se que a filiação das línguas se não devia deduzir da semelhança dos vocábulos, mas sim da índole delas: procuraram-se provas, e até certo ponto acharam-se, de diferenças e antinomias gramaticais entre o latim e o português; e daqui se concluiu que esta última língua conservava na Íntima essência uma origem primitiva céltica. O monstruoso deste raciocínio aparece logo que se reduz à sua simplicidade; mas, envolvido num grande número de considerações e revestido da autoridade de alguns factos que concordam com uma ou com outra das suas premissas, fácil foi escapar a muitos que a conclusão não se continha nelas. Admitindo o princípio, aliás falso, de que as filiações das linguagens humanas se devam exclusivamente buscar nas semelhanças de sintaxe, e concedido que na realidade se dão grandes diferenças de índole entre o português e o latim, a consequência legítima disso fora unicamente que deste não proviera aquele. Para.27 provar, porém, a sua origem céltica era necessária mais alguma coisa: devia expor-se a índole da antiga linguagem dos celtas de Espanha e achar as analogias íntimas entre essa linguagem e a nossa e o contraste de ambas com o latim. Eis o que se não fez e que é impossível fazer-se. A hipótese de que o português procede do céltico tem a ruína na base. Essa língua primitiva passou sem deixar monumentos: o que hoje subsiste é um certo número de dialectos que se crêem célticos, mas cuja semelhança relativa com o idioma de que procederam ninguém ousaria determinar, tanto mais que entre eles se dão gravíssimas diferenças. É o ersa, o gaélico, o armórico ou o welsh o representante mais próximo do antigo céltico? Era esta uma língua comum a todos os povos da mesma

raça, ao menos dos que estanciavam pela Península? Sobre estas duas questões apenas se poderão fazer conjecturas mais ou menos arriscadas e que, todavia, fora preciso resolver com clareza antes de converter a hipótese em tese. Isso, porém, repetimo-lo, é impossível, posto que uma passagem de Estrabão 41 , passagem de que aliás os defensores das origens célticas creram tirar vantagem, decidiria negativamente a segunda questão, se porventura se admitisse que o geógrafo grego aludia nesse lugar a variedades da língua céltica. Em tal caso importaria determinar de modo positivo qual dessas línguas diversas, de que se crê que ele fala, transfundiu para a nossa a sua índole.
Neste lugar só nos cabe fazer sentir que os resultados da conquista romana se estenderam até a transformação dos idiomas da Espanha, fossem eles quais fossem. O modo como, através do domínio visigótico, da invasão árabe e da reacção cristã, se foi alterando a linguagem hispano-romana no Ocidente da Península até chegar a produzir dialectos diferentes que se constituíram em diferentes línguas, não cabe neste lugar.
Aqui só importa saber se o idioma dos romanos tomou ascendente decisivo sobre as linguagens mais ou menos bárbaras e confusas que até então se falavam e que não podiam ser exclusivamente célticas, mas sim mescladas de ibérico, céltico, fenício, grego e púnico, bem como o eram no sangue os habitantes da Espanha; mescla que ainda hoje encontramos nos vestígios dessas línguas, bem aparentes nos dois principais idiomas modernos desta região, o português e o castelhano.
Dissemos acima «idioma dos romanos» e não «língua latina». Dissemo-lo mui de propósito. Quando se assevera que o latim se tornou a linguagem geral da Espanha, afiguramo-nos que os espanhóis repetiam vulgarmente os períodos eloquentes de Cícero ou usavam do estilo fácil e harmonioso de Tito Lívio, ou que, enfim, guardavam as regras severas da gramática latina com o mesmo escrúpulo com que costumavam respeitá-las os bons escritores do século de Augusto. Esta ideia errada basta por si a levar alguns espíritos a inclinarem-se para os sonhos do celticismo, persuadidos, e com razão, da impossibilidade de admitir semelhante ideia. O facto é, porém, outro. Em Roma o vulgo falava, sem dúvida, de modo diverso daquele que os escritores usavam.
Essa linguagem, que Suetónio chama «quotidiana» e Aulo Gélio «rústica» 42 , é denominada por outros autores «pedestre», «vulgar», «simples» 43 , Misturada de vocábulos desconhecidos nos livros, imperfeita no mecanismo dos verbos e nas

41 «Utuntur et reliqui hispani grammatica, non unius omnes generis: quippe nec eodem quidem sermone», Estrabão, Geografia, L. 3 (p. 204 da edição de Amesterdão, 1707, notis varior).

42 «Quotidiano sermone, quaedam... usurpasse eum (c. Octávio) litterae ipsius autographae ostentant... baceolum... pulleiaceum... vacerrosum... vapide sese habere... betizar... lachanizare. Item simus pra sumus et damos genitivo casu», Suetónio, Octávia, c. 87 (edição de Ernesto, 1775). Daqui se vê que o povo não só usava de vocábulos estranhos à língua literária, mas também alterava a declinação dos nomes e a conjugação dos verbos. E advirta-se que Augusto não escrevia na linguagem popular, mas apenas usava de algumas palavras dela: «Quaedam. Quod nunc utem barbare quem loqui dicimus, id vitium sermonis non barbatmn esse sed rusticum», Gélio, Noites Áticas, L. 13, c. 6.

43 Ducange, Glossaire, Praefat, c. 28; Augustinus, De Vita Beata, cit. por Cantu, Staria Universal, T. 8, p. 485..28

desinências dos casos, seguia-se-lhe daí a necessidade de empregar as preposições mais frequentemente, para distinguir estes, e de uma ordem natural e sem inversão na sucessão das palavras 44 ; precisava, enfim, de alterar índole da língua culta e de

aproximar-se, quanto a essa índole, das formas mais simples que tomaram os idiomas modernos do Meio-Dia da Europa.
Esta linguagem popular era, porventura, em parte um resto da antiga língua do Lácio conservada tenazmente pela plebe e alimentada pela acessão sucessiva dos povos da Itália à sociedade romana 45 ; em parte um resultado das conquistas. Nas longínquas e duradouras guerras da república, as tropas romanas, vagueando por diversas partes, residindo por dilatados períodos no meio de estranhos, recrutando legiões inteiras entre estes, eram, saindo de Roma e voltando a ela continuamente, um veículo de palavras e frases bárbaras que tendiam a conservar a linguagem popular estranha à literária e, talvez, a afastar cada vez mais uma da outra. E, na verdade, já Cícero se queixava de que os estrangeiros, principalmente os celtas (braccatae nationes), aludindo a Roma, houvessem alterado a pureza da dicção 46 . Por outra parte, a notável diferença da língua plebeia à língua escrita descobre-se nos monumentos mais antigos e nas palavras e locuções daquela, que, voluntária ou involuntariamente, introduziram nas suas obras ainda os mais célebres autores romanos 47 .
Se o trato com as nações bárbaras teve poderosa influência no idioma latino, qual não devia ser a deste nos povos conquistados, quando um dos meios que a política romana considerava como mais eficazes para consolidar o seu domínio era a introdução da própria linguagem? «Trabalharam», diz Santo Agostinho, «para que a altiva Roma não só impusesse o seu jugo aos povos vencidos, mas até a sua língua depois de associados pela paz.» 48 A organização administrativa das províncias novamente adquiridas era, de feito, a mais conveniente para obter semelhante fim. Vimos anteriormente qual foi em geral na Espanha essa organização; mas para bem compreender quanto ela era apropriada para romanizar, digamos assim, as gentes domadas pelas armas ou pelas alianças, fazendo-lhes esquecer até a linguagem nativa, não será fora de propósito acrescentar aqui algumas observações ao que acima apontámos. A razão e o testemunho dos historiadores conspiram em persuadir-nos de quanto foi radical aquela mudança.
O sistema de povoação dos romanos, como já ponderou um dos mais célebres historiadores modernos 49 , era até certo ponto o inverso do nosso. Em todas as províncias sujeitas a Roma reflectia-se a vida social desta. O município, que fora a forma de sociedade com que a república nascera, vigorara e crescera, e que as revoluções interiores, a tirania dos césares e, até, a invasão dos bárbaros não puderam extinguir, reproduziu-se por todas as partes aonde chegou o domínio romano. A história dos primeiros tempos da Europa mostra-nos que apenas as tribos vindas da Ásia, a

44 Era por isso que Augusto, que aborrecia os discursos obscuros, nio poupava, falando ou escrevendo, as preposições e conjunções, segundo diz Suetónio (c. 86): «Neque praepositiones verbis addere, neque conjunctiones saepius iterare dubitavit.» Ernesto, com Grévio e Gronóvio, leu urbibus por verbis, o que nos parece não ter sentido. Suetónio aludia sem dúvida aos discursos de Augusto e aos seus escritos para o povo, nos quais ele provavelmente falava a linguagem vulgar, seguindo a sua judiciosa doutrina de se fazer entender por todos, em vez de buscar frases e palavras esquisitas.
45 Cantu, ibid., pp. 427 e ss.
46 De Orat., c. 5, n. 94.
47 Quintiliano, Instituição Oratória, L. 1, c. 9. Quem quiser estudar mais largamente a matéria consulte Hallam, Europe in the Middle Ages, c. 9; Tiraboschi, Storia della Letteratura Italiana, T. 3, p. 1 (edição de Florença, 1806); Ducange, Glossaire, Praefat.; Mémoires de l’Académie der Inscriptions, T.

24, pp.
482 e ss.; Cantu, Storia Universal, T. 8, c. 19 (Turim, 1842).
48 De Civitate Dei, L. 19, c. 9, citado por Bonamy nas Mémoires de l'Académie des Inscriptions, 1. 24, p.
587.
49 Guizot, Histoire général de la civilizatian en Europe, Leçon 2..29
princípio vagabundas, faziam definitivamente assento em qualquer região, edificavam as suas rudes moradas do mesmo modo que, provavelmente, costumavam estabelecer os seus acampamentos nocturnos no processo das migrações: apinhavam-nas dentro de um ou dois valos, que, cingindo-as em comum, lhes servissem de defensão contra as feras e contra outras tribos não menos cruéis que estas. Tem-se dito que os celtas eram uma raça vagabunda por natureza. Atribuir-lhes, porém, como carácter especial uma índole erradia parece-nos inexacto. Em regra geral, a existência ou não existência dessa circunstância nos hábitos de qualquer povo é determinada, não pelas suas propensões ingénitas, mas pelo seu grau de civilização ou pelas circunstâncias peculiares da região em que habita, como acontece entre os árabes do deserto. Por outra parte, as narrativas dos antigos historiadores no-los representam como vivendo em povoações a que, na falta de uma denominação mais exacta, eles aplicam a de cidade. É assim, pelo menos, que as memórias mais remotas nos dizem terem vivido as tribos célticas da Espanha no tempo dos fenícios e cartagineses e quando o domínio destes começava a dar campo ao dos romanos. A terminação céltica brig, comum a multas cidades da Lusitânia e das outras províncias onde os celtas haviam feito assento, nos mostra que o princípio e o núcleo delas tinham sido esses grupos de choupanas circulares construídas de pedras toscas que lhes serviam de morada, e de que as chamadas ruínas de Citânia ou Cinânia, entre Guimarães e Braga, são porventura um monumento 50 .
Reunidos já por este modo os celtas espanhóis naquela espécie de vilas, rodeados de colónias gregas e fenícias, ligando-se a elas pelos laços do comércio, da indústria e logo necessariamente do sangue, habituados, enfim, ao jugo estranho dos cartagineses, o sistema de organização romana devia achar neste país menos resistência que noutros onde os elementos sociais fossem mais simples, primitivos e por consequência radicados. Repare-se bem que falamos da conquista da civilização, que na luta de dois povos nem sempre é regulada pela conquista política e em que, até, muitas vezes o vencido é o verdadeiro conquistador. Como já advertimos, as particularidades da guerra tenaz que os espanhóis sustentaram contra os romanos mostram que ela foi ainda mais um resultado da influência púnica do que do sentimento de nacionalidade da raça céltica.
As populações mistas que habitavam a Península haviam, pois, desde largo tempo abandonado a vida errante para conviverem juntas em povoados. Assim a política romana não teve já de as constranger a darem esse passo, o mais difícil para os selvagens, ao qual se pode chamar o baptismo da civilização e que no orbe romano era a primeira condição dela. As aldeolas, as granjas, as habitações insuladas por meio dos campos pressupõem extremo aperfeiçoamento na vida civil. Este grande facto social pertence exclusivamente às eras modernas. Os romanos desconheceram-no. Ouçamos o que a semelhante propósito diz o profundo e eloquente escritor a que acima aludimos: «Limitando-nos a falar do Ocidente, por toda a parte nos aparece o facto que apontei. Nas Gálias, na Espanha não encontrais senão cidades. Os territórios desviados delas estão cobertos de selvas e de alagadiços. Averiguai qual seja o carácter dos monumentos, das vias romanas. Achareis estradas reais que vão de cidade a cidade; porém, essa multidão de caminhos encruzilhados que hoje sulcam todo o território eram então incógnitos. Nada havia que se parecesse com a indizível quantidade de monumentozinhos, de aldeias, de castelos, de igrejas, dispersos pelo país desde a Idade Média. Roma só nos herdou vastíssimos monumentos afeiçoados pela índole municipal
50 Pode ver-se a descrição destas ruínas, que têm todos os caracteres de construção céltica,

em Argote,
Memórias para a História Eclesiástica de Braga, p. 161. Posto que muito mais deterioradas, elas
conservam ainda os vestígios da sua origem. Argote, dominado pelas velhas e falsas ideias sobre a
barbaria dos sarracenos, inclina-se a crer que esses restos sejam de construção árabe..30
e destinados para uma população numerosa, aglomerada num ponto único. Examinai a que luz vos aprouver o mundo romano, que sempre achareis essa preponderância quase exclusiva das cidades e a não existência social dos campos.» O mesmo escritor já tinha notado que: «Nesta época não havia o campo; isto é, o campo não se parecia com o que é hoje. As terras cultivavam-se, na verdade, porque isso não podia deixar de ser; porém, não estavam povoadas. Os proprietários delas eram os habitantes das cidades, os quais saíam a inspeccionar as suas granjas, onde conservavam frequentemente certo número de escravos. Mas aquilo a que chamamos hoje o campo; esta população solta, ora em habitações solitárias, ora em aldeias, e que cobre por toda a parte o solo, era facto quase desconhecido na antiga Itália.» 51

E este facto fundamental que distingue a civilização antiga da moderna é que nos dá perfeitamente a razão por que os romanos convertiam com certa rapidez as outras nacionalidades na sua e alcançavam, até, substituir a própria linguagem à dos povos subjugados. A assimilação devia ser tanto mais fácil quanto os vencidos fossem ou mais bárbaros ou de raças mais misturadas. Nas Gálias realizava-se principalmente a primeira hipótese: na Espanha, principalmente a segunda. Imaginemos a gente nativa, encerrada nos muros das cidades ou reconstruídas ou edificadas de novo pelos romanos, sujeita com o correr dos tempos à organização administrativa, judicial e militar dos conquistadores, frequentada pelos seus magistrados, funcionários e exactores, aquar-telando as suas tropas, tratando os pleitos nos seus tribunais, recebendo dos romanos os cómodos da vida e os objectos de luxo, correndo aos teatros que se alevantavam por toda a parte e aonde os atraíam as graças e as pompas do drama latino, e recolhendo nos próprios muros um grande número de indivíduos, que, depois de militarem nos exércitos de Roma, vinham transformados em romanos, orgulhosos da ilustração adquirida no meio deles, converter com o desdém da superioridade à vida e à linguagem da Itália os outros membros mais grosseiros das suas famílias. Depois, quando estas e mil outras causas de assimilação actuando por séculos produziram todo o seu efeito, as diferenças que distinguiam os vencidos dos vencedores desapareceram inteiramente. Caracala, atribuindo o carácter de cidadãos romanos a todos os homens livres do Império, não fazia uma revolução nas instituições, mas simplesmente declarava que um grande facto social se achava consumado.

Todavia, como escaparam através de tão completa transformação vocábulos e usanças que ainda hoje atestam a existência independente dos povos da Espanha antes que a civilização romana os devorasse? A explicação desse fenómeno é óbvia. País domado pelas armas, a Península devia ter visto cair muitos dos seus filhos na servidão. Era por meio dos escravos que os romanos cultivavam as terras, e é sabido a que ponto de tirania a escravidão chegou entre eles 52 . Os servos agricultores foram os mais oprimidos pela desumanidade e pelo capricho dos senhores do mundo. Longe da conversação civil, tratados ainda pior que os animais, tendo comummente por morada os cárceres subterrâneos das granjas, chamados «ergástulos», sem protecção nas leis e nos tribunais, porque a morte ou a vida dependia para eles unicamente da vontade do senhor, estes homens, malditos do mundo e cuja sorte seria ainda horrível comparada com a dos negros numa roça da América, alheios civilização que se esquecera deles, cheios de terror e de ódio para com os habitantes das cidades, deviam conservar tenazmente os costumes e a linguagem mista de céltico, fenício, grego e púnico em tudo aquilo em que por seus donos isso lhes fosse consentido. Quando, porém, as leis dos

51 Guizot, ob. Cit.

52 As passagens dos escritores latinos relativas aos escravos e especialmente aos que eram destinados para
os trabalhos rurais acham-se compiladas por Beaufort, République romaine, L. 6, c. 4. Aí se podem ver os
testemunhos contempoiúneos em que se estriba o que dizemos neste parágrafo..31
imperadores e a influência do cristianismo foram tornando mais suave a sorte daqueles desgraçados; quando a decadência do império e as invasões germânicas confundiram tudo, essa raça espúria, atirada ao meio de uma sociedade moribunda cujos usos e linguagem se corrompiam rapidamente, devia, confundindo-se com ela, trazer-lhe também a sua parte de corrupção. E a esta causa que nós atribuímos principalmente os vestígios de tradições célticas, fenícias, gregas e púnicas que ainda subsistem, não só na língua, mas também nos costumes.

Temos procurado fazer sentir a completa revolução operada na Península pela civilização romana e por consequência a necessidade de admitirmos que a língua latina chegou a obter inteiro domínio nestas partes, cumprindo todavia não esquecer que essa língua devia ser a quotidiana, rústica ou simples, alterada desde logo por frases e vocábulos indígenas e cujas diferenças do latim literário só podemos até certo ponto suspeitar, sendo as mais prováveis entre elas, como dissemos, a confusão ou falta dos casos nos nomes e das variações verbais, donde era forçoso nascesse a ordem natural no discurso e o uso frequente das preposições. Agora vejamos se o testemunho dos escritores desse tempo confirma o que havemos unicamente deduzido dos factos sociais.

Estrabão, o mais minucioso e exacto dos geógrafos antigos que trataram da Espanha e cuja autoridade tem sido invocada em prova da permanência do idioma céltico como língua geral debaixo do domínio romano, diz-nos, falando dos turdetanos: «Acrescem à bondade do clima que desfrutam os turdetanos a brandura e a civilização, o que, segundo Políbio, é também comum aos célticos pela vizinhança e parentesco, posto que em grau menor por habitarem de ordinário em lugarejos. Os turdetanos, porém, principalmente os das margens do Bétis, tomaram de todo os costumes romanos esquecendo até a própria língua, e muitos, tornados latinos, receberam no seu seio colonos de Roma, faltando pouco para inteiramente serem romanos. As cidades ultimamente edificadas, Beja entre os célticos, Mérida entre os túrdulos, Saragoça entre os celtiberos, e várias outras colónias provam essas mudanças de aspecto da sociedade. Aos espanhóis que seguem este modo de viver chamam estolados ou togados, entrando neste número os celtiberos, tidos noutro tempo pelos mais feros e desconversáveis de todos.» 53 Desta passagem vemos quanto já nos primeiros anos do governo de Tiberio 54 a transformação romana tinha lançado profundas raízes na Península, estendendo-se pelo Meio-Dia e Centro da Espanha. Não somente os turdetanos haviam abandonado os seus costumes, trajos e linguagem, mas também os célticos, posto que menos completamente,
e do mesmo modo os celtiberos, apesar de serem mais tenazes na barbaria.

Os célticos do Ocidente ou lusitanos, afeitos, segundo o mesmo escritor, a passar o Tejo e a infestar os povos limítrofes quando se não guerreavam uns aos outros, foram coibidos pelos romanos, que puseram fim ao mal convertendo em lugares abertos muitas das suas povoações e reconstruindo outras com melhor desenho 55 . No próprio Norte da Espanha nunca inteiramente subjugado, a civilização romana se espalhou largamente. Aqueles mesmos que dantes destruíam os territórios das tribos sujeitas à república pelejavam já nas fileiras das legiões imperiais. Tibério, acantonando naquelas partes três coortes, como Augusto deixara determinado, não só alcançou pacificar o país, mas também chegou a reduzir muitos dos seus habitantes à vida civil 56 . As tropas romanas continuavam a guarnecer os distritos dos calaicos, dos asturos, dos cantabros, até os Pirenéus. A Espanha Central e Oriental, cuja população era, todavia, tranquila e

53 Estrabão, L. 3, pp. 225 e 226.

54 Estrabão escrevia a sua grande obra geográfica no décimo quinto ano da era crista, quarto

do imperador
Tibério. Consulte-se Vossio, De Historicis Graecis, L. 11, c. 6.
55 Estrabão, L. 3, p. 231.
56 Id., ibid., pp. 233 e 235..32
havia tomado o modo de viver itálico, oferece-nos uma circunstância que descobre qual era o estado de transformação a que já tinha chegado a Lusitânia. Posto que dependente do imperador, enquanto a Bética pertencia ao povo, essa província era regida por um legado pretório sem guarnição militar, ao passo que a Celtiheria, apesar de tão romana nos costumes, ainda continuava a ser governada por um legado consular 57 .
Desde esta época todos os monumentos históricos conspiram em nos mostrar os habitantes da Península inteiramente identificados com os romanos. Entre os muitos factos que fora fácil amontoar em prova disso, um dos mais notáveis é, em nosso entender, o usarem de nomes puramente latinos todos os indivíduos espanhóis dos tempos dos imperadores, de modo que os nomes bárbaros desaparecem inteiramente, circunstância que se não repetiu durante o domínio dos visigodos, quando, aliás, cremos indubitável o haverem estes abandonado a língua gótica pelo romano rústico, sem que por isso deixassem de figurar na história os Teodoricos, os Euricos, os Hermenegildos.
E o mesmo se pode dizer do domínio árabe, durante o qual, segundo o testemunho tantas vezes citado de Álvaro de Córdova, os moçárabes esqueciam a sua língua romana para só falarem o árabe, conservando, todavia, os nomes próprios da origem grega, latina e goda, como se vê da história e dos documentos desse período.
Aulo Gélio, numa das muitas anedotas literárias de que abunda o seu livro das Noites Áticas, nos faz bem conhecer quanto, pouco mais de um século depois de Estrabão, os hispano-romanos consideravam como sua a língua latina. Num sarau em Roma, onde se haviam cantado várias poesias gregas, houve quem, transportado de admiração pela doçura dos cantos helénicos, começasse a motejar a rudeza dos poetas latinos. Dirigiam-se os motejos a um espanhol, professor de eloquência e homem de variada instrução, que se achava presente. Gracejavam com ele acusando-o de agreste, bárbaro, simples declamador, dotado de uma facúndia rábida e bulhenta e mestre de uma língua sem doçura nem amabilidade. Irou-se o retórico, diz Gélio, e começou a combater pela «sua língua pátria» 58 , como se ali se tratasse de defender a própria religião e os próprios lares. Em um livro filológico, Gélio, chamando ao latim língua pátria de um espanhol, não nos deixa a menor dúvida de que no tempo de Adriano esta linguagem não era para um filho da Espanha um idioma estudado nas escolas, mas o próprio do seu país.
É por esta causa que não nos resta em toda a Península da época do completo domínio romano, isto é, do tempo do império, um único monumento, um único testemunho preciso e indubitável (como o é o de Gélio sobre o uso vulgar da língua romana) que nos prove a duração do idioma céltico entre os espanhóis, ao passo que o ibérico, euscara ou vasconço, não só atravessou essa época, mas também chegou até nós, porque as tribos que o falavam nunca entraram no grémio da civilização romana.
Este facto constrange os que se persuadem de que o céltico resistiu à língua latina a explicar-nos qual foi a civilização que posteriormente o anulou, deixando apenas no português, no castelhano, no catalão, uma ou outra partícula ou palavra cuja origem pareça verdadeiramente céltica.
Aos filólogos que procuram sustentar o celticismo como base das modernas linguagens das Espanhas importava sobretudo destruir o facto do completo predomínio do latim, quer vulgar, quer literário, durante a época em que esta região esteve sujeita
57 Id., ibid., pp. 253 e 254. Os que conhecem o sistema administrativo dos romanos sabem que os legados
pretórios se enviavam para as províncias inteiramente pacíficas, enquanto para as que não eram de todo
sujeitas ou estavam na fronteira de povos inimigos se mandavam os consulares. Sobre as

diversas formas
de administração na Espanha, por esta época, vejam-se as fontes citadas pelo erudito Amara!, Memórias
de Literatura da Academia, T. 2, pp. 3 e ss.
58 «Pro lingua patria», Aulo Gélio, Noites Áticas, L. 19, c. 9..33
aos romanos. Para isto buscaram-se as passagens de Estrabão e dos outros escritores que pareceu servirem ao intento, ao passo que se esqueciam as que temos apontado. Todavia, estas são positivas e todas as em contrário sujeitas a diversas interpretações ou duvidosas quanto à sua genuinidade ou, finalmente, de uma época em que nada se opõe a que ainda existisse em algumas povoações a linguagem céltica, fenícia, grega, púnica ou, o que é mais provável, uma língua franca, digamos assim, composta de todas elas. A esta última categoria pertencem duas alusões de Cícero 59 , alusões que aliás se podem referir à língua espanhola das montanhas setentrionais, onde o euscara ou vasconço resistia ao predomínio do latim, como até hoje tem resistido às línguas derivadas deste.
Uma coisa, porém, que não advertiram os defensores das origens célticas é que a palavra «língua» não tinha para os autores antigos a significação mais precisa que hoje lhe damos, nem importava necessariamente uma distinção profunda de índole e vocábulos entre elas, podendo por isso equivaler muitas vezes a - «dialecto» 60 . Assim entendidas, as passagens de Estrabão, de Plínio e doutros escritores que têm sido alegadas 61 só poderão provar a existência de variedades de pronúncia e ainda de expressões locais, sem que daí se haja de concluir que o latim não era a base da língua. Os diversos elementos da população, espalhados desigualmente por esta região, deviam produzir essa consequência, consequência que de certo modo chegou até nós, influindo provavelmente, em parte, na variedade das línguas e dos dialectos da moderna Península.
Temos examinado as relações que se poderiam dar entre nós e aquela porção de tribos célticas denominadas os lusitanos. Qual é o resultado de tudo o que fica dito? Que é impossível ir entroncar com elas a nossa história ou delas descer logicamente a esta. Tudo falta; a conveniência de limites territoriais, a identidade de raça, a filiação de língua, para estabelecermos uma transição natural entre esses povos bárbaros e nós. Se o haverem estanciado em uma parte do nosso território nos desse o bem pouco precioso direito de os considerar como antepassados, esse direito pertenceria igualmente à Galiza, à Estremadura espanhola e, até, à Andaluzia. Por outra parte, é evidente que a antiga raça céltica, não só da Lusitânia mas também de outra qualquer parte da Península, se corrompeu, desaparecendo por fim na sucessão de tantas invasões e conquistas como as que passaram por este solo, e sobretudo em virtude do domínio romano que transformou radicalmente a sociedade. Esses tempos antigos podem ter relação com a história da monarquia espanhola; nunca, porém, com a nossa. Portugal, nascido no século XII em um ângulo da Galiza, constituído sem atenção às divisões políticas anteriores, dilatando-se pelo território do Gharb sarraceno e buscando até, como veremos, aumentar a sua população com as colónias trazidas de além dos Pirenéus, é uma nação inteiramente moderna. Apesar, porém, da sua curta existência, ele não carece de apropriar-se a glória de Sertório ou de revestir de uma importância em parte fictícia as acções de Viriato para se ensoberbecer. A história verdadeiramente sua é assaz honrada e ilustre sem essas vaidades estranhas, que estão longe de terem o valor que se lhes atribui quando as consideramos de perto, e que só serviram para distrair engenhos, aliás grandes, pelo campo das conjecturas, quando não pelo de insulsas fábulas, com dano de mais severas e proveitosas indagações.
Província separada da monarquia de Leão pelos sucessos que em breve estudaremos, e constituída como indivíduo político pelo esforço e tenacidade dos nossos primeiros príncipes e dos seus cavaleiros, o reino de Portugal formou-se pelos dois
59 De Divinatione, L. 2, c. 64; De Natura Deor., L. 1, c. 30; Memórias da Academia, T. 12, P. 1, p. 38.

60 Forcellini, Lexicon, T. 3, verbete «Lingua»; Damni, Lexicon Graecis, col. 1219.
61 Ver Memórias da Academia, T. 12, p. 1, pp. 40 e ss.; opúsculo acerca da Origem da Língua Portuguesa, P. 1 (Lisboa, 1844), passim..34

meios da revolução e da conquista. A independência cujos fundamentos obscuros lançou por morte de Afonso VI o conde do distrito portucalense, Henrique de Borgonha, independência consolidada pela sua viúva e estabelecida definitivamente por seu filho, foi completada pelas conquistas deste e dos seus quatro primeiros sucessores, até além do meado do século XIII, nos territórios mouriscos do Gharb ou Ocidente. Deste modo, a nova monarquia compôs-se de dois fragmentos; um leonês, outro sarraceno: daquele trouxe a origem e com ela, digamos assim, a fisiologia e a fisionomia da sociedade; a este impôs, vencedora, os próprios caracteres, posto que, como devia acontecer, dele recebesse modificações orgânicas. Estes dois factos pertencem à história da civilização do país; constituem as fontes dessa civilização. Para lá reservamos o expô-los. Mas junto àqueles dois factos há outros dois da ordem política; a luta de desmembração e a de assimilação. A monarquia de que Portugal fazia parte resistiu longamente à cisão, como era natural; a sociedade muçulmana resistiu ainda mais energicamente à incorporação, o que também era natural. Estas resistências formam - a parte principal da história dos acontecimentos no primeiro período ou infância da sociedade portuguesa.
Daí resulta a necessidade de descrevermos, bem que rapidamente, os sucessos relativos à grande monarquia cristã nascida nas Astúrias, de que a nossa foi filha, e aos estados muçulmanos da Espanha, à custa dos quais ela se dilatou, cresceu em poder e se habilitou para adquirir uma nacionalidade distinta, assaz vigorosa para subsistir até hoje, sem jamais se dissolver e agregar ao vasto corpo dos outros estados peninsulares sujeitos a uma unidade factícia por Fernando e Isabel e constrangidos a uma adesão mais íntima pela férrea manopla de Carlos V.
É, pois, unicamente para lançar os alicerces da história política de Portugal e para facilitar ao leitor a inteligência dela que a fazemos preceder de um bosquejo da história do domínio árabe na Espanha e da monarquia leonesa, não consultando nessa parte as fontes primitivas, porque não escrevemos os anais da Península, mas extraindo-o das narrativas dos escritores modernos que parece haverem-nas melhor estudado..35

II

Conquista da Península por Tarik e Musa. - Governadores árabes da Espanha. - Tentativas além dos Pirenéus. - Guerras civis entre os muçulmanos. - Primeiras conquistas dos cristãos das Astúrias. - Abdu r-Rahman Ibn Muawiyah, alcunhado Ad-Dakhel, estabelece um amirado independente em Córdova. - Invasão e retirada dos francos. - Dinastia dos Benu Umeyyas. - Hixam 1.- AL-Hakem 1. - Abdu r-Rabman II. - Mohammed. - Al-Mundhir. - Abdallah. -Abdu r-Rahman III é aclamado, toma o título de califa e dilata o seu império pela África. - Califado de Al-Hakem II. - Menoridade de Hixam II e governo do hájibe Mohammed, denominado Al-Manssor, e sucessivamente dos hájibes Abdul-Malek e Abdu r-Rahman, seus filhos. - O Benu Umeyya Mohammed apossa-se do poder e faz-se declarar califa. - Alevantamento das tropas africanas. - Guerras civis. - Luta entre os Benu Umeyyas e os Idrisitas. - Dissolução do califado, e extinção da dinastia de Abdu r-Rahman Ibn Muawiyah. - Desmembração da Espanha muçulmana em amirados independentes. - Entrada dos almorávidas. - Origem e progressos desta seita..36

Entretanto Musa desembarcava em Espanha e, depois de tomar Sevilha, que tentara resistir, encaminhou-se para a Lusitânia, província cuja denominação e limites do tempo dos romanos ainda os visigodos conservavam. Niebla, Qssuna, Mértola, Beja, caíram-lhe rapidamente nas mãos. Mérida defendeu-se valorosamente, mas enfim
As dissensões do império visigótico trouxeram à Espanha os muçulmanos. Estes acabavam de conquistar aquela parte da África do Norte a que chamamos Berberia, do nome dos povos que desde tempos remotos a habitaram. Os berberes ou amazighs, que antes de subjugados pelos árabes seguiam diversas religiões, entre as quais o

cristianismo e o judaísmo, vieram a receber afinal em grande parte a lei do Corão e a aliarem-se pelos laços da crença com os vencedores. Musa Ibn Nosseyr, nomeado amir da África pelo califa de Damasco (702), soube atrair a maior parte deles ao islamismo e pacificá-los. Septum, a moderna Ceuta, com o território vizinho, era desde o tempo dos romanos uma dependência da Espanha, e os visigodos haviam-na conservado unida à monarquia. O amir tentara apossar-se daquela cidade, mas fora repelido pelo conde Juliano, que a governava em nome de Vitiza. Daí a pouco este foi derribado do trono, segundo parece, por uma conspiração, na qual entrava Roderico ou Rodrigo, que lhe sucedeu (709). Vitiza deixava dois filhos que procuraram, ou pública ou secretamente, arrancar a coroa àquele que consideravam como usurpador. Juliano associou-se a esta nova conjuração e solicitou os socorros de Musa, abrindo-lhe as portas de Ceuta e incitando-o a enviar uma expedição à Península. Depois de duas tentativas de desembarque, das quais os muçulmanos ou sarracenos, denominação que mais vulgarmente lhes davam os cristãos, levaram ricos despojos, o amir enviou um exército de doze mil homens composto em grande parte de africanos e capitaneado por Tarik Ibn Zeyad, seu lugar-tenente no governo de Moghreb (Mauritânia). Juliano acompanhava os muçulmanos, e a expedição, aportando nas raízes do Calpe, esperou, fortificando-se ali, os reforços que brevemente lhe chegaram. Desde então o Calpe trocou o seu antigo nome pelo de Monte de Tarik (Gebel Tarik, Gibraltar). Pouco tardou o general muçulmano a entranhar-se na Península, e enquanto Roderico ajuntava forças para se lhe opor ele assolava as províncias do Sul, desbaratando as partidas de godos que intentavam obstar às suas correrias. Afinal os dois exércitos encontraram-se nas margens do Chrissus ou Guadalete. Deu-se uma batalha acerca de cujas circunstâncias se lêem nos historiadores árabes e cristãos as narrações mais encontradas. É, porém, indubitável que esta jornada foi decisiva e que nela se fez em pedaços o império visigótico. Os godos ficaram completamente destroçados, e Roderico, segundo parece, pereceu no conflito. Os despojos enviados por Tarik a Musa com a notícia da vitória despertaram a inveja e a ambição do amir. Em vez de o louvar por aquele ilustre feito, ordenou-lhe que sobrestivesse na conquista ate ele passar o Estreito com tropas de refresco. Era já tarde. Tarik havia seguido avante quando lhe chegaram as ordens de Musa. Consultados os capitães do exército sobre o que se devia naquele caso praticar, resolveram que se prosseguisse a vitória. Assim se fez. Mugheyth Al-Rumi, renegado grego, que era o general da cavalaria, marchou para Córdova: uma divisão foi enviada contra Málaga e a outra contra Elvira. Com o resto das forças, Tarik dirigiu-se a Toledo, então capital da Espanha. Estes diferentes corpos espalharam o terror por toda a parte. Os judeus, mui numerosos na Península e oprimidos pelos godos, unindo-se aos vencedores ajudavam-nos a apoderarem-se das povoações que combatiam. Toledo, ao aproximarem-se os sarracenos, abriu-lhes as portas, enquanto os principais da cidade, e entre eles o bispo Sinderedo, fugiam para as montanhas do Norte, caminho que, depois de submetida a cidade, também seguiu Tarik, prosseguindo nas suas conquistas..37 sucumbiu. Enviando a Sevilha, que se rebelara, seu filho Abdul-Aziz, o amir partiu de Mérida para Toledo, sujeitando as povoações que encontrava na passagem. Em Talavera, Tarik veio ter com ele e entraram ambos concordes, segundo parecia, na capital, deixando as tropas acampadas fora. Apenas, porém, chegou aos paços reais ou alcaçar, como os árabes lhes chamavam, Musa ajuntou os cabos do exército e perante eles acusou Tarik de desobediente: teria, até, praticado algum acto de extrema violência contra o seu lugar-tenente, se Mugheyth não houvera tomado a defesa do acusado de modo que conteve a cólera do amir, o qual se contentou com despojar do mando e prender o general que ousara tomar-lhe uma parte da glória que ele cobiçava só para si. Abdul-Aziz, tendo neste meio tempo submetido de novo Sevilha, dirigira-se para o Sueste da Península ainda não subjugado. Teodomiro, célebre capitão godo e duque ou governador de uma parte da Bética, havia-se retirado para ali depois da batalha de G.uadalete com os restos do exército e formara um como simulacro da monarquia gótica

no território das modernas províncias de Múrcia e Valência. Por muito tempo o esfor-çado Teodomiro resistiu a Abdul-Aziz; mas, desbaratado nas planícies de Lorca, onde fora constrangido a aceitar com forças inferiores uma batalha campal, acolheu-se com as relíquias das suas tropas a Oriuela (Auriola). Sitiado pelos sarracenos, viu-se reduzido, depois de brava resistência, a aceitar o jugo muçulmano, posto que com vantajosas condições, sendo reconhecido por príncipe dos godos, mas tributário, nos distritos que dantes regia. O pacto feito por essa ocasião foi-nos conservado pelos historiadores árabes.

Nesse tempo chegara a Espanha uma ordem do califa para que Tarik fosse libertado e restituído à sua dignidade. Recebendo em virtude desta resolução suprema o mando das tropas, principalmente berberes ou mouriscas, com que vencera os godos junto do Guadalete, Tarik marchou para o lado do oriente, enquanto Musa, com os seus árabes, se dirigia para o norte, destruindo as povoações que lhe resistiam. De Astorga o amir, voltando para a direita e seguindo o curso do Douro, foi ajuntar-se com o seu rival, que transpusera as serras de Molina e de Siguenza e sitiara Saragoça sobre o Ebro. Com a chegada de Musa os habitantes perderam toda a esperança de poderem resistir e deram-se a partido. Tomada Saragoça, todas as cidades principais de Espanha se achavam em poder dos muçulmanos, que em pouco tempo se assenhorearam das modernas províncias de Aragão e da Catalunha e dali, retrocedendo para o ocidente, sujeitaram a Galiza.

A rivalidade entre os dois capitães sarracenos tinha-se convertido, pelo procedimento de Musa, em ódio profundo. O carácter de Tarik era oposto naturalmente ao do amir. Ambos valentes e empreendedores, procediam diversamente na conquista. Musa mostrava-se cobiçoso, sanguinário, opressor para com os cristãos; Tarik, generoso, clemente, justo. Na sua correspondência com Al-Walid, califa de Damasco, ambos se acusavam mutuamente e afirmavam que o sistema do seu émulo era contrário aos interesses do islamismo. A má vontade entre os dois subira a tal ponto que Al-Walid julgou necessário tirá-los da Península e chamá-los à sua presença. Tarik obedeceu imediatamente; porém, Musa diferiu a sua partida até que ordens mais apertadas o constrangeram a deixar a Galiza, onde então se achava, e passar à África, nomeando para exercer o amirado em Espanha seu filho Abdul-Aziz e estabelecendo-lhe por capital Sevilha. Os historiadores árabes não se cansam de exagerar as riquezas que levava e dizem que só de cativos o seguiam trinta mil, entre os quais quatrocentos godos da classe nobre, como testemunhas da importância da conquista.

O carácter de Abdul-Aziz era mais semelhante ao de Tarik que ao de seu pai. A brandura que mostrava para com os cristãos atribuem-na alguns ao amor que sentia por Egilona, a viúva do último rei dos godos, a qual chegou a tomar por mulher deixando-.38 lhe a liberdade de seguir a sua religião. O novo amir acabou de avassalar o resto da Península e regulou os tributos que os vencidos deviam pagar. Não obstante o amor de Egilona, ele povoara o seu serralho das mais nobres virgens cristãs, o que de algum modo destruía o efeito da sua indulgência para com os godos. Por outro lado, a viúva de Rodrigo excitava-o a rebelar-se e a fazer-se independente de Suleiman, que sucedera a Al-Walid, seu pai, no califado. Suleiman desaprovara a escolha de Abdul-Aziz para o amirado de Espanha, e as notícias do que aí se tramava fizeram-no resolver a acabar com o filho de Musa. Segundo as usanças sanguinárias do Oriente, o califa enviou agente secretos que espalhassem entre os soldados suspeitas odiosas contra a sua vítima e que o assassinassem quando os ânimos estivessem dispostos para receberem bem este sucesso. Assim se fez. Ao entrar para a oração da manhã numa mesquita que edificara fora dos muros de Sevilha, Abdul-Aziz caiu traspassado de golpes, e depois de lhe cortarem a cabeça enviaram-na ao califa em sinal de que os seus preceitos se achavam cumpridos. Então Ayub Ibn Habib Al-Lakhmi, sobrinho de Abdul-Aziz, que tivera parte na morte do tio, tomou posse do mando supremo por escolha do exército e do divã ou conselho de Estado, corpo que, no sistema do governo muçulmano, dirigia os negócios

juntamente com os governadores de províncias.
Mas Mohammed Ibn Yezid, que nessa conjuntura regia a África pelo califa e tinha autoridade superior sobre a Península, entendeu que não era conveniente deixar o poder nas mãos de um parente de Abdul-Aziz. Assim resolveu mandar substituí-lo por Al-Horr Ibn Abdu r-Rahman Ath-Takefi. Entretanto Ayub, mudando a sede do governo de Sevilha para Córdova, como cidade mais central, corria as diferentes províncias regulando a administração e distribuindo justiça igual aos muçulmanos que tinham vindo estabelecer-se na Espanha e aos cristãos que obedeciam à autoridade do califa, os quais eram denominados «mostárabes»62 ou «moçárabes», nome que os sarracenos davam aos povos que, sem abandonarem a própria religião, recebiam o jugo deles. Foi então que chegou Al-Horr e tomou posse do governo. O seu carácter duro e guerreiro contrastava com o que mostrara Ayub. Em compensação, ele soube reprimir severamente os abusos que se haviam introduzido na administração. Fazendo arrecadar exactamente os tributos que pagavam os cristãos, era ao mesmo tempo implacável com os muçulmanos que se haviam enriquecido por meios ilegais, obrigando-os por via de tormentos a restituir aquilo que tinham usurpado. Não contente com se fazer, temido e, porventura, odioso, Al-Horr quis adquirir a glória militar. Preparou-se para passar os Pirenéus e invadir a França; mas sendo mal sucedido nas suas tentativas, aqueles que ele punira pela sua pouca fidelidade na percepção dos tributos tiveram modo de alcançar que o califa o destituísse. Sucedeu-lhe As-Samah Ibn Malik Al-Khaulani, que havia sido um dos capitães de Musa e Tarik, homem por muitos títulos digno do elevado cargo que se lhe confiava. Aos dotes de guerreiro acresciam nele os talentos administrativos. Uma nova e mais igual repartição dos impostos, uma importante estatística de Espanha para ser apresenta ao califa e várias outras obras de utilidade pública foram os seus primeiros cuidados. Então resolveu continuar além dos Pirenéus a guerra que o seu antecessor encetara. Atravessando os desfiladeiros das serras, o exército sarraceno, capitaneado por ele, acometeu e tomou Narhona, Béziers e outras povoações, levando o terror das suas armas até além do Ródano; e depois de fazer uma correria pela Provença, voltou pela Borgonha e recolheu-se a Narbona com grande número de cativos e ricos despojos. Dirigindo então as armas contra a Aquitânia, foi sitiar Tolosa, que estava a ponto de render-se quando o duque Eudon apareceu a socorrê-la com tropas numerosas (721). Foi
62 Da palavra mostarab, que significa «feitos, ou tornados árabes», e não de mixtiarabes, como alguns
escritores têm imaginado. A denominação «moçárabes» prevaleceu: mas é notável que ainda no foral de
Toledo, dado por Afonso VI no princípio do século XII, sejam chamados «mostárabes»..39
terrível o recontro e disputada tenazmente a vitória. Com a morte de As-Samah ela se decidiu a favor dos cristãos. Abdu r-Rahman Ibn Abdillah Al-Ghafeki, um dos capitães árabes que mais se distingiram no combate, reuniu os fugitivos e, apesar de ser perseguido por Eudon, salvou-se com eles em Narbona. Aclamado amir pelos soldados, Abdu r-Rhaman achou alguma contradição em Anbasah Ibn Sohaym, que ficara encarregado do governo por As-Samah e que teve de ceder, sendo aprovada a eleição pelo amir de África. Dentro em breve, porém, acusado de prodigalidade, pelos seus inimigos, Abdu r-Rahman foi deposto, e nomeado em seu lugar Anbasah, que provavelmente lhe preparara a queda. O novo amir de Espanha começou imitando o seu antecessor em ordenar as coisas do governo, imitando-o também depois nas suas empresas guerreiras. A frente de tropas mais numerosas ainda que as de As-Samah, Anbasah entrou em França, apoderou-se de Carcassona e pouco depois de Nimes, enquanto um corpo de cavalaria, penetrando na Borgonha, destruía Autun. Neste tempo os habitantes da Septimânia acumulavam forças e marchavam contra os sarracenos. Encontraram-se. O resultado do combate foi igual ao de Tolosa. Anbasah, desbaratado, caiu mortalmente ferido. Odhrah Ibn Abdillah Al-Fehri foi então eleito governador da Espanha pelos chefes sarracenos, enquanto Beshr, o váli da África, não nomeava

sucessor a Anbasah. Não tardou, porém, a ser provido naquele importante cargo Yahya Ibn Sahnah Al-Kelbi. Ajuntava Yahya ao esforço e perícia militar um carácter severo e justiceiro, favorecendo os cristãos contra as violências dos muçulmanos, o que excitou o descontentamento destes e deu causa à sua deposição, sendo nomeados sucessivamente depois dele Hodheyfah Ibn Al-Ahwass e Othman Ibn Abi Nesah, cuja administração parece ter sido assaz inquieta pelas turbulências dos chefes muçulmanos que do Moghreb tinham vindo fazer assento na Península. Depois de curto governo, Othman foi substituído por Al-Haytham Ibn Obeyd, árabe duro, cruel e vingativo. Irritado pelas turbulências dos muçulmanos, Al-Haytham fez pesar sobre eles um jugo de ferro, com o pretexto verdadeiro ou falso de proteger os moçárabes contra os seus vexames. Tramaram-se conspirações; mas o amir descobriu-as e castigou com tormentos e com a morte os conjurados. Enfim, tais queixas contra ele chegaram à presença de Hixam, então califa, que Mohammed Ibn Abdillah foi enviado à Espanha para sindicar do pro-
cedimento
do amir e puni-lo rigorosamente se achasse que era culpado. Chegou Mohammed a Córdova e, averiguado o negócio, lançou Al-Haytham num calabouço, donde saiu a passear pelas ruas montado em um jumento com as mãos atadas atrás das costas e entregue aos vilipêndios da gentalha. Depois, carregado de cadeias, foi enviado ao váli de África.

Dois meses administrou Mohammed a Península, enquanto compunha os desconcertos públicos e fazia selecção de novo amir. Recaiu a escolha em Abdu r-Rah-man Ibn Abdillah, o mesmo que salvara as relíquias do exército árabe junto dos muros de Tolosa. Tratou logo o amir de prover às desordens introduzidas na administração. Pediu contas severas do seu procedimento aos ministros e oficiais públicos e destituiu os que haviam prevaricado. Entregando aos cristão os templos que lhes pertenciam em virtude dos pactos celebrados na ocasião da conquista, mandou-lhes ao mesmo tempo arrasar os que, por peitas dadas aos magistrados, estes lhes haviam consentido edificar novamente.. Pacificado e ordenado tudo, preparou-se para a guerra no país de Afranc, nome que os árabes davam aos territórios além dos Pirenéus. Othman, seu antecessor, que depois de ser destituído do amirado fora incumbido de capitanear as tropas da fronteira das Gálias, havia contraído aliança com o duque da Aquitânia, que, dizem, lhe concedera por mulher sua própria filha. Confiado na protecção do sogro, Othman, berbere de raça e por isso adversário político de Abdu r-Rahman, que era árabe, trabalhava por estabelecer um governo independente no pendor setentrional das.40 montanhas e nos territórios conquistados no Afranc. Abdu r-Rahman, porém, preveniu-lhe os desígnios mandando marchar inesperadamente contra ele forças que o perseguiram até que, colhido nas serras, onde se refugiara, foi morto e a sua cabeça enviada ao califa. Sabendo deste sucesso, o duque Eudon tratou de se prevenir contra uma invasão dos sarracenos. E de feito, com um exército maior que nenhum dos que tinham já entrado nas Gálias, Abdu r-Rahman atravessou os Pirenéus. Toda a resistência foi inútil: os sarracenos chegaram até o Garona, junto do qual o duque da Aquitânia foi destroçado numa sanguinolenta batalha. Bordéus caiu nas mãos dos árabes, que saquearam e queimaram os seus templos. Depois, vadeando o Dordonha, assolaram e roubaram. uma grande extensão de território, derribando igrejas e incendiando povoações. Dirigindo-se para o norte, Abdu r-Rahman pôs cerco a Tours. Entretanto, Carlos, filho de Pepino de Heristal e duque da Austrásia, cujo socorro Eudon implorara, passava o Loire com os seus francos para defender Tours. A disciplina faltava entre os sarracenos, e Abdu r-Rahman, receoso do desfecho da luta, fez um movimento retrógrado. Seguido por Carlos, vieram ambos às mãos perto de Poitiers. Durou a batalha dois dias, no fim dos quais os sarracenos foram completamente destroçados, ficando morto no campo Abdu r-Rahman (723), e as relíquias do exército muçulmano recuaram para os Pirenéus. A notícia deste sucesso espalhou a consternação na Espanha. Recebida em África, o váli Obeydullah enviou logo à Península novo amir, Abdul-Malek

Ibn Kattan Al-Fehri, nomeação que foi aprovada pelo califa. Todavia, ou pela sua idade (tinha noventa anos) ou por falta de perícia militar ou, finalmente, porque os brios dos soldados tinham diminuído, Abdul-Malek foi mal sucedido em todas as tentativas que fez para se melhorar na guerra de Afranc. Isto moveu o califa a dar-lhe um sucessor. Okbah Ibnul-Hejaj, que em África dirigira prosperamente a guerra contra algumas tribos berberes levantadas, veio tomar o cargo de amir na Espanha. Era Okbah pontual na justiça, extremo na severidade. Tomadas as rédeas do governo, começou por destituir todos os oficiais públicos que tinham cometido violências contra os povos, regulou sucessivamente a administração e os tribunais, fundou mesquitas e escolas e deu à Península uma organização regular e forte. Conservando no comando das fronteiras do norte o seu antecessor, preparava-se ele próprio para transpor os Pirenéus quando foi de novo chamado à África para conter os berberes. Passados quatro anos Okbah voltou à Espanha. O bem que fizera estava em parte destruído. Os vális dos diversos distritos entretinham-se em mútuas discórdias, enquanto o duque da Austrásia ia acabando com o domínio sarraceno na Septimânia, ao passo que este se dilatava para a Provença por tratados com os habitantes dela, galo-romanos de origem, que preferiam o senhorio árabe ao dos bárbaros francos. Okbah, pouco depois da sua volta, faleceu ou foi morto em Córdova no meio das dissensões dos governadores de distritos e das lutas entre as duas raças a que pertenciam os conquistadores, a dos árabes e a dos mouros. O velho Abdul-Malek apoderou-se então do poder, que não alcançou conservar por largo tempo em consequência dos sucessos que nessa conjuntura ocorriam em África. Dois generais árabes, Balj Ibn Beshr e Thalebah Ibn Salamah, desbaratados em África pelos naturais do Moghreb, que haviam tornado a alevantar-se depois da morte de Okbah, tinham-se acolhido a Ceuta para passarem dali à Península. Receoso de que a sua vinda aumentasse as perturbações, Abdul-Malek tentou impedi-la. Os árabes de Espanha, porém, logo que o souberam facilitaram-lhes a passagem e resolveram derribar o amir. Por outra parte, os berberes, grande número dos quais tinham vindo estabelecer-se na Península, animados pela vitória dos seus irmãos de África determinaram tomar-lhes o exemplo e sacudir o jugo da raça árabe. Rebelaram-se, pois; mas por toda a parte foram mal sucedidos. Não ficaram por isso as coisas tranquilas. Balj Ibn Beshr, intimado para sair do país e achando-se assaz forte para resistir às ordens de Abdul-Malek, marchou.41 contra Córdova com as tropas que ajuntara, e cujo principal nervo eram os assírios que consigo trouxera. Os habitantes da cidade, que provavelmente se entendiam com Balj, levantaram-se então, crucificaram o velho amir e abriram as portas ao seu adversário. Balj, como era de esperar, foi proclamado governador do Andaluz 63 . Dividiu-se então a Espanha em três bandos: Thalebah, que viera com ele de África, disputava-lhe o poder com o pretexto de que a eleição do amir da Península pertencia ao califa ou ao seu delegado, o váli do Moghreb. Os árabes do país inclinavam-se pela maior parte a Umeyya, filho de Abdul-Malek, e o váli de Narbona, Abdu r-Rahman Ibn Al-Kmay, declarou-se por ele, bem como os berberes, que aproveitavam assim a ocasião de negar a obediência a um árabe. Abdu r-Rahman marchou com um grosso exército contra Balj, o qual, posto que enfraquecido pela defecção de Thalebah, não recusou o combate, que se deu nas imediações de Calatrava. Aí o novo amir acabou às mãos do próprio Abdu r-Rahman.

As relíquias dos vencidos uniram-se a Thalebah.

O váli de África, Hondhalah Ibn Sefwan, tinha entretanto subjugado os berberes.

A fim de lhes diminuir as forças resolveu mandar quinze mil para Espanha e ao mesmo tempo um homem capaz de pôr termo à guerra civil que devorava esta província. Abdul-Khattar Husam foi nomeado amir e partiu com eles. Tudo lhe cedeu a princípio; mas pouco tardaram novas perturbações. Thalebah passara ao Moghreb; mas Thuabah Ibn Salamah, seu irmão, colocou-se à testa da rebelião iniciada por um certo As-Samil. Decidiu-se a questão num combate. Abdul-Khattar, vencido, foi lançado numa masmorra em Córdova, e Thuabah tomou o título de amir. Todavia os filhos de Abdul-Malek

e Abdu r-Rahman, que tinham reconhecido a autoridade de Abdul-Khattar, apenas souberam da sua prisão tentaram e obtiveram fazê-lo evadir, e em breve ele se achou de novo senhor de Córdova. Thuabah e As-Samil marcharam então contra o amir, que saiu a recebê-los; mas, agredido repentinamente no maior fervor do recontro pela plebe de Córdova, que, rebelada, veio unir-se aos inimigos, perdeu a batalha e a vida. Thuabah tomou então o governo de Córdova, ficando As-Samil váli de Saragoça.

O poderio dos vencedores não era, todavia, grande. Os governadores das províncias fizeram-se independentes. As diversas raças de muçulmanos que tinham vindo sucessivamente colonizar a Espanha estanciavam separadas, cada uma em seus distritos, e a emulação entre elas era a causa principal destas guerras civis. Toda a Península estava dividida em várias parcialidades, a dos árabes do Iémen, a dos modaritas, a dos egípcios, a dos assírios, a dos berberes. E entretanto a monarquia cristã fundada por Pelágio nas Astúrias e regida então por Afonso I, aproveitando estas revoltas, ganhava novas forças. Os soldados godos desciam das montanhas e começavam a dilatar para o sul e oriente o império da cruz, sem que os sarracenos, embebidos nas suas dissensões intestinas, curassem de levantar barreiras contra a torrente que havia de devorá-los um dia. Por fim, o remédio veio do excesso do mal. Os principais entre os árabes assentaram em pôr termo à anarquia nomeando um cabeça a que todos obedecessem e que tivesse bastante energia para lhes dar a paz. A escolha unânime recaiu em Yusuf Ibn Ahdu r-Rahman Al-Fehri, homem ilustre que, respeitado por todos os partidos, a nenhum se tinha ligado. Aceitando o cargo de amir. Yusuf entregou-se exclusivamente ao cumprimento dos deveres que ele lhe impunha, ordenando e restaurando o que as guerras civis haviam destruído. Os efeitos do seu bom governo não duraram, todavia, por largo tempo. Muitos dos chefes que tinham intervindo nas anteriores discórdias começaram a conspirar e a amotinar-se. Posto que, favorecido sempre da fortuna, sucessivamente desfizesse quatro ou cinco tentativas de revolução, o prestígio que lhe dava o modo como fora elevado ao poder ia pouco a

63 Nome com que vulgarmente é designada a Espanha pelos historiadores árabes..42

pouco enfraquecendo. A sua eleição, feita independentemente do príncipe dos crentes, o califa de Damasco, era, no sentir comum, ilegítima, e autorizava de certo modo as rebeliões. Pensaram então os mais influentes entre os muçulmanos em remediar esta circunstância buscando para os reger um príncipe que ajuntasse aos dotes morais de Yusuf uma autoridade santificada por mais pura origem. Neste tempo os abássidas tinham expulsado do califado a família dos Benu Umeyyas, sucessores do Profeta. Um neto do califa Hixam, esquivando-se à crueldade dos abássidas, vagueava pelos ermos de África sempre perseguido pelos seus inimigos. Mancebo de vinte anos, a desgraça e a aspereza de uma vida errante ensinaram-lhe a suportar com esforço as tempestades da vida. Depois de salvo, como por milagre, de grandes riscos, Abdu r-Rahman Ibn Muawiyah (assim se chamava) veio buscar abrigo na tribo berbere dos zenetas, na qual tinha relações de parentesco por sua mãe. Aí soube, segundo parece, das perturbações da Espanha e pensou em aproveitar-se delas. As suas tentativas tiveram bom resultado. Os unimos dos chefes árabes estavam, como dissemos, inclinados à deposição de Yusuf, justamente pelas considerações que os deviam mover a aceitarem Abdu r-Rahman por seu príncipe. Preparadas as coisas, o moço proscrito passou o mar com mil cavaleiros zenetas que quiseram segui-lo. Imediatamente aqueles que em segredo tinham promovido a sua vinda se lhe uniram e dentro em pouco viu-se à frente de vinte mil homens. Vusuf acabava então de sopitar as rebeliões. Resolvido a resistir, começou a guerra; mas, desbaratado em vários combates, teve por fim de submeterse, até que, rebelando-se de novo, pereceu miseravelmente. Seus dois filhos ainda sustentaram por algum tempo a luta: mas vencidos e presos, Abdu r-Rahman achou-se, enfim, pacífico senhor da Península (760).

Contudo, a quietação durou pouco. Adbu r-Rahman queria partir para as fronteiras orientais, aonde naturalmente o chamavam os sucessos ocorridos durante as precedentes

perturbações. Entretidos nas suas deploráveis rixas, os muçulmanos tinham abandonado a defensão dos territórios que possuíam além dos Pirenéus, e os francos não tardaram a apoderar-se das terras conquistadas pelos árabes, sem exceptuar Narbona. Assim, as montanhas tornaram a ser as fronteiras do islamismo. Era, talvez, o pensamento do amir dilatar estas de novo; recresceram, porém, acontecimentos que não lho consentiram. Os abássidas inquietavam-se vendo reinar em Espanha um tronco da raça dos Benu Umeyyas. Al-Manssor, sucessor de Abdul-Abbas, havendo passando para Bagdade a sede do império, ordenou ao governador da África, Al-Ala Ibn Mughith, trabalhasse em reduzir a Península ao domínio do califado. Al-Ala passou de feito à Andaluzia, declarando Abdu r-Rahman usurpador. Uniram-se-lhe todos os descontentes e assim alcançou apoderar-se do Gharb ou províncias ocidentais, aumentando de dia em dia as suas forças e atraindo gente com ouro e com a influência do nome do califa; Abdu r-Rahman, a quem deram o epíteto de Ad-Dakhel (o conquistador ou invasor), marchou contra ele. Numa batalha dada junto de Sevilha, o governador da África foi desbaratado e morto. As relíquias do exército vencido formaram então partidas que assolavam os lugares abertos e que chegaram a assenhorear-se de Sevilha, a qual, todavia, não puderam defender. Toledo resistiu por mais tempo, mas por fim caiu também.
Entretanto não foi possível acabar inteiramente com a nuvem de bandoleiros que a longa duração da guerra fizera aparecer e que se reforçavam continuamente com berberes que lhes eram enviados do Moghreb. Perto de dez anos durou este estado violento, até que Abdu r-Rahman pôde colher juntos os levantados e extermina-los num combate que se viram constrangidos a aceitar. Seguro, enfim, no domínio da Espanha, o descendente dos Benu Umeyyas aplicou todas as atenções a construir uma armada capaz de impedir os desembarques dos africanos e a reprimir algumas tentativas dos descontentes, bem como dos cristãos das Astúrias, a quem tinham dado atrevimento.43 para dilatarem as suas armas as longas dissensões dos sarracenos.
Um perigo mais grave ameaçava entretanto não só Abdu r-Rahman, mas também o islamismo. Carlos, filho de Pepino, tão célebre na história pelo nome de Carlos Magno, reinava já em França e numa grande parte da Alemanha. Alguns vális da Espanha oriental, descontentes do amir de Córdova, dirigiram-se ao príncipe dos francos com o intuito de satisfazerem as suas vinganças políticas, oferecendo-lhe sujeitarem-se a ele se quisesse passar os Pirenéus com um exército. Excitavam-no tam-bém a cometer esta empresa, segundo dizem, os cristãos das Astúrias. Carlos fez atravessar as montanhas por dois exércitos, um dos quais ele próprio capitaneava (778). Chegando a Pamplona, o váli dela, que era um dos conjurados, abriu-lhe as portas. Dali o filho de Pepino marchou para Saragoça, da qual já se havia aproximado a outra divisão dos francos. Suleiman Ibn Arabi, váli da cidade e um dos principais movedores desta invasão, já não pôde entregar-lha. A sua traição tinha irritado os povos, que correram unanimemente às armas e a defender Saragoça; Burladas assim as esperanças de Carlos, ele entendeu que não devia continuar a guerra num país levantado em peso contra os seus desígnios, e começou a retirada seguido constantemente dos sarracenos. Ao transpor as serras pela garganta de Roncesvales, os vascónios, montanheses selvagens descendentes dos antigos iberos, acometeram a retaguarda do exército, excitados pela vista dos despojos que os invasores levavam ou, como alguns querem, induzidos pelo duque da Aquitânia, Lupo, inimigo irreconciliável de Carlos. Soltando rochedos do cimo dos barrocais sobre os cavaleiros francos, que naqueles passos estreitos só podiam caminhar em fio, fizerani neles horrível matança. O desgraçado desfecho desta expedição, se não restituiu aos sarracenos as suas conquistas nas Gálias, impediu por anos as tentativas dos príncipes francos para aquém dos Pirenéus e consolidou para sempre o poder de Abdu r-Rahman, que, aliás, não teve necessidade de intervir na luta.
Parecia, porém, que o destino do amir era não gozar jamais largos dias de tranquilidade. Mohammed Abdul-Aswad, filho de Yusuf, que vivia preso no fundo de

uma torre em Córdova, pôde evadir-se e acolher-se às montanhas de Jaen, onde logo reuniu mais de seis mil descontentes: Abdu r-Rahman à frente da sua cavalaria marchou contra eles. As tropas do amir dispersaram os levantados; mas custou muito trazê-los a uma batalha campal em que foram destruídos.
A união e o sossego renasceram, enfim, na Espanha árabe depois destes sucessos. Abdu r-Rahman, porém, sentia aproximar-se o seu fim. Os últimos tempos da vida aplicou-os aos cuidados da paz. Visitando a Lusitânia, cuja principal população era de egípcios e berberes, mandou edificar um grande número de templos nesta província. A célebre mesquita de Córdova, que ainda hoje dura, também teve por fundador Abdu r-Rahman.
Antes de morrer convocou todos os vális das seis províncias em que se dividia o território muçulmano e os governadores de vinte e duas cidades principais, e no seu palácio de Córdova, perante os vizires, o hájibe (primeiro-ministro) e o divã (conselho) declarou haver de suceder-lhe seu filho terceiro, Hixam, com exclusão dos dois mais velhos, Suleiman e Abdullah, cujo génio e carácter o amir não julgava tão apropriados ao difícil mister do governo. Daí a pouco, Abdu r-Rahman faleceu em Mérida contando apenas cinquenta e nove anos de idade (787).
Subindo ao trono, Hixam I achava os seus estados pacíficos. O bom nome paterno assegurava-lhe a afeição dos povos. A excepção das Astúrias, desprezadas pelos muçulmanos como um país inóspito e miserável, toda a Península reconhecia a sua autoridade. Todavia o fogo ardia debaixo das cinzas. A raça berbere estava subjugada pela árabe, mas o ódio mútuo subsistia. Por outra parte, Suleiman e Abdullah não podiam afazer-se à ideia de serem súbditos de seu irmão mais moço e não tardaram a.44 rebelar-se. Desbaratados por Hixam, Abdullah submeteu-se, mas Suleiman ainda sustentou a guerra por algum tempo. Abandonado, enfim, pelos seus parciais, viu-se constrangido a implorar a demência do amir, que lhe perdoou com a condição. de sair da Península.
Depois de apaziguar algumas perturbações de pouca monta, Hixam, para entreter os espíritos turbulentos e ao mesmo tempo reanimar a glória das armas muçulmanas, mandou proclamar a guerra contra os cristãos. Dois exércitos se formaram imediatamente. Um, capitaneado por Yusuf Ibn Bokht, entrou pela parte da Galiza já unida à monarquia das Astúrias, destruindo e saqueando tudo: outro, debaixo do mando do vizir Abdul-Malek, dirigiu-se aos Pirenéus para invadir a França. Gerona, que por traição dos seus habitantes caíra anos antes em poder dos francos, foi de novo tomada e os seus moradores passados à espada. Depois Abdul-Malek marchou contra Narbona. Ludovico, rei da Aquitânia e filho de Carlos, o Grande, achava-se então em Itália com as forças principais daquela província. Narbona foi tomada e posta a saco, e aos seus habitantes coube a mesma sorte dos de Gerona. Destroçados os cristão numa batalha junto de Carcassona, os árabes voltaram à Espanha carregados de despojos. O quinto destes, que pertencia ao amir, foi destinado a acabar a obra magnífica da mesquita de Córdova.
Os estados das Astúrias, os quais os sarracenos tinham em tão pequena conta nos primeiros tempos da sua existência que apenas mui tarde se acha menção deles nos historiadores árabes, parece terem começado no reinado de fixam a merecer mais séria atenção. Era que nessa época reinava ali, como adiante veremos, Afonso II, príncipe activo e belicoso. No ano imediato ao da guerra de França (793), um corpo de tropas capitaneado por Abdul-Kerim marchava a destruir os castelos construídos pelos godos, provavelmente na Bardúlia (Castela Velha), enquanto Abdul-Malek atacava a Galiza pelo ocidente. Entretanto a tribo berbere de Takerma rebelava-se no Sul da Península; mas Abdul-Kader, general de Hixam enviado contra ela, não só a reduziu, mas também a exterminou, ficando deserto por sete anos o território onde essa tribo habitava.
As vitórias do amir, a sua piedade e o seu generoso ânimo tinham-no tornado caro aos sectários do Islão e temido dos inimigos. Ele promovia o progresso das letras e a

civilização tanto entre os muçulmanos como entre os cristãos moçárabes, e fazia da agricultura o seu principal deleite. Anunciando-lhe um astrólogo que morreria cedo, fez reconhecer por sucessor a seu filho Al-Hakem; e de feito faleceu daí a pouco, ainda em florente idade (795), chorado de todos como modelo de príncipes.
Al-Hakem subiu ao trono tendo apenas vinte e dois anos. Era valente, gentil e instruído, mas de génio áspero e colérico. Seus tios Suleiman e Abdullah, que não tinham ousado empreender coisa alguma durante a vida de fixam, julgaram a ocasião aparelhada para renovarem as antigas pretensões. Não contentes de fomentarem o espírito de rebelião nas províncias de Toledo, Múrcia e Valência, enquanto Suleiman buscava reunir no Moghreb tropas estipendiárias, Abdullah partia para a corte do imperador franco a implorar o seu auxílio, que sabemos ter obtido, posto se ignorem as condições dele. Com Ludovico, o moço rei da Aquitânia, voltou o sarraceno para aquém dos Pirenéus. Tudo estava pronto. Fez-se a revolução. Abdullah apoderou-se de Toledo e de vários lugares fortes, enquanto Suleiman desembarcava na costa com um corpo de africanos e se aclamava soberano. Al-Hakem não perdeu nem o ânimo, nem o tempo. Marchou com as suas tropas de cavalaria sobre Toledo, onde já Suleiman e Abdullah se haviam ajuntado. No caminho o amir recebeu a nova de que o rei da Aquitânia se tinha apoderado de Narbona e de Gerona e, passando os montes, se encaminhava para o Ebro. Soube também que os vális de Lérida e de Huesca lhe haviam feito homenagem e que o de Barcelona fora antes disso à corte de Carlos, o Grande, pedir ao monarca franco a.45 investidura do seu governo como dependência do império. Al-Hakem mandou partir imediatamente um corpo de cavalaria para se ajuntar ao váli de Saragoça. Pamplona caía entretanto nas mãos dos francos. Com a notícia de tantos revezes, o amir, deixando em frente de Toledo Amru, caide de Talavera, dirigiu-se para as fronteiras com a flor dos seus cavaleiros. A presença de Al-Hakem mudou o aspecto da guerra. Lérida e Huesca foram restauradas, os cristãos obrigados a retirarem-se, Barcelona e Gerona submetidas. Depois, transpondo os Pirenéus, o amir retomou Narbona, onde deu largas à fereza do seu génio mandando matar os defensores da cidade e trazendo cativas as mulheres e crianças. Mas entretanto a revolução progredia no Sul da Península, dilatando-se por Toledo, Múrcia e Valência, posto que combatida com vária fortuna pelos vális de Córdova e de Mérida. A chegada de Al-Hakem melhorou o estado das coisas. Às suas tropas disciplinadas e guerreiras não puderam resistir as dos rebeldes, gente colectícia e desordenada, embora mais numerosa. Destroçados por toda a parte, os levantados recolheram-se às serras de Múrcia e Valência, e Amru apoderou-se afinal de Toledo. Durou todavia a guerra ainda algum tempo, até que, vencido e morto Suleiman e posto em fuga Abdullah numa batalha decisiva, este veio submeter-se ao sobrinho, que generosamente lhe perdoou, bem como a todos os que haviam seguido a sua parcialidade.
Começara no meio destes sucessos o século IX e com ele sobrevieram novas inquietações. Afonso II, rei de Oviedo, que obtivera algumas vantagens dos caides árabes postos nas fronteiras dos cristãos das Astúrias, buscava a protecção de Carlos, enviando a Ludovico, rei da Aquitânia, parte dos despojos que ajuntara nas suas correrias contra os muçulmanos. Bahlul, general de Al-Hakem que governava as fronteiras dos Pirenéus, bandeou-se neste tempo com os francos, ignora-se por qual motivo, facilitando-lhe assim a passagem das serras. Não tardou, de feito, a passá-las um exército franco-aquitano depois de reconquistar as povoações e territórios das Gálias de que pouco antes Al-Hakem se apoderara. Penetrando na Península, Ludovico ocupou várias povoações no pendor austral das montanhas e, estabelecendo aí um distrito (marca) dependente da Aquitânia, tomou todas as providência necessárias para o defender e conservar, guarnecendo-o de tropas e dando-lhe por governador um marquês franco (marquegrave) por nome Borel. Foi, porém, em 802 que os senhorios de Ludovico aquém dos Pirenéus adquiriram grande importância pela conquista de Barcelona, que depois de larga resistência caiu em poder do rei da Aquitânia, o qual

dirigira pessoalmente essa conquista.
Al-Hakem, que se mostrara remisso em socorrer Barcelona, marchou para Saragoça com um exército numeroso, resolvido, segundo parece, a acometer os aquitanos. Yusuf, filho do caide de Talavera, Amru, que nas passadas revoltas domara a rebelião de Toledo, era então váli desta cidade e tinha irritado grandemente os ânimos dos habitantes pela aspereza do seu carácter. A plebe alvorotou-se, mas apaziguada pelas pessoas prudentes, e o váli pretendeu exercer contra ela a sua crueldade. Então os próprios que o tinham salvado o prenderam e deram conta do seu procedimento ao amir, expondo as razões por que assim tinham obrado. Al-Hakem mostrou-se indiferente ao sucesso e, removendo Yusuf para outro governo, nomeou Amru para suceder ao filho. Amru levava em mente vingar a ofensa feita a Yusuf e começou a vexar o povo por todos os modos. Não contente com isso, levou mais longe o seu ódio. Passava por Toledo Abdu r-Rahman, filho do amir, com cinco mil homens de cavalaria destinados para o exército da fronteira: convidou-o Amru para uma ceia esplêndida a que foram chamados os principais da cidade. Enganados com as aparências da festa caíram no laço. À medida que iam chegando, no meio do tumulto do banquete eram conduzidos aos subterrâneos do alcaçar, onde lhes decepavam a cabeça. Quatrocentos pereceram.46 assim. Desde então o nome de Al-Hakem, a cujas ordens se atribuiu então este sucesso, ficou execrado pelos toledanos. Daí a pouco o váli de Mérida, Esbaa, cunhado de Al-Hakem, por desgostos que tivera com ele rebelou-se. O amir marchou contra Mérida; mas a boa harmonia restabeleceu-se por intervenção de Al-Kinza, mulher de Esbaa e irmã do amir, o qual perdoou ao váli, deixando-o, até, continuar no governo de que havia sido revestido. O governador do distrito de Beja, que também se rebelara e se dirigira a Lisboa, foi destroçado pelo amir. Entretanto Kasim, filho de Abdullah, seu tio, avisava-o de que era necessário voltar a Córdova imediatamente. O povo da capital, sempre desejoso de novidades e mal contente do mais que duro governo de Al-Hakem, tratou de se aproveitar da sua ausência para uma revolução. Pensaram os conjurados achar em Kasim, representante dos príncipes mais velhos que haviam sido excluídos da sucessão, um cabeça para a empresa. Patentearam-lhe o seu desígnio. Ouviu-os: fingiu aceitar as propostas e delatou tudo ao tio, revelando-lhe o nome de trezentos dos principais conspiradores. Recolheu-se o amir a Córdova, e na madrugada do dia em que devia rebentar o incêndio trezentas cabeças estavam penduradas nas ameias do alcaçar. Ao mesmo tempo que se espalhou a notícia do crime apareceu o testemunho sanguinolento da punição.
Afogadas em sangue as perturbações intestinas, a atenção de Al-Hakem voltou-se para a guerra tenaz e activa que lhe faziam os cristãos, não só os das Astúrias, que ainda então eram os menos de recear, mas também os francos-aquitanos, que eram os mais poderosos. Em 809, um exército dividido em dois corpos partira para Barcelona. O rei Ludovico capitaneava pessoalmente um deles, que se dirigia contra Tortosa; o outro, capitaneado por Borel, marquegrave da Gothia, nome que se havia dado ao novo distrito franco daquém dos Pirenéus, e por Bera, conde de Barcelona, saiu a saquear as margens do Ebro e depois foi ajuntar-se às tropas do rei da Aquitânia sob os muros de Tortosa. O moço Abdu r-Rahman, filho e sucessor do amir, que já servira nesta guerra, marchou juntamente com o váli de Valência contra os sitiadores, os quais obrigou a levantarem o cerco e a recolherem-se a Barcelona, donde Ludovico partiu para além dos Pirenéus. Neste meio tempo, os cristãos das Astúrias, porventura combinados com os francos, haviam descido das suas montanhas, passado o Douro e assolado o Norte da Lusitânia. Al-Hakem saiu-lhes ao encontro, desbaratou as tropas asturianas que tinham avançado até perto de Lisboa, mas não pôde jamais submeter inteiramente os galegos de Braga, que faziam saltos e cometimentos sem aceitarem uma acção decisiva.
Destas lutas obscuras veio em breve distrair as atenções do amir mais grave acontecimento. Nova expedição de aquitanos safra de Barcelona contra Tortosa. O resultado dela foi o mesmo antecedente; mas Al-Hakem, inquietado pelos cristãos do

Ocidente e receoso de que as repetidas tentativas do imperador Carlos, cujo nome soava por todo o mundo, chegassem a ser fatais para a Espanha muçulmana, enviou mensageiros à corte de Aquisgrano propondo tréguas, que foram aceitas. Quase pelo mesmo tempo (812), a guerra cessou com o rei das Astúrias (Afonso II). Então o amir, fazendo reconhecer seu filho Abdu r-Rahman sucessor do amirado (váli al-hadi), entregou ao mancebo, cujos altos espíritos, valor e actividade tinham sido bem provados nos anteriores sucessos, o trabalho da administração, encerrando-se ele no seu alcaçar para se entregar ao repouso no meio dos deleites. Desde então este príncipe, que outrora se mostrara tão belicoso e atento às obrigações do seu cargo, consumiu os dias em devassidões e banquetes, nos quais, contra a expressa proibição do Corão, corriam em abundância os vinhos generosos. Uma parte dos tributos despendiam-se nestas festas dissolutas, e a indignação do povo contra Al-Hakem crescia diariamente. Cercado de uma guarda de cinco mil homens composta de cristãos moçárabes e de eslavos, o amir só fazia conhecer a sua existência por sentenças de morte, que iam cair de repente sobre.47 aqueles que se lhe tornavam suspeitos. Numa destas execuções a gentalha de um dos arrabaldes amotinou-se, atacou as guardas do amir e obrigou-as a retirarem-se para o alcaçar. Al-Hakem sentiu então renascer os antigos brios. Apesar das reflexões de seu filho Abdu r-Rahman e dos vizires, pôs-se à frente da soldadesca e precipitou-se furiosamente contra a multidão desordenada. O povo atemorizou-se e foi refugiar-se no arrabalde, onde ainda tentou resistir. O sangue correu em torrentes. Trezentos dos amotinados serviram para dar um espectáculo de terror, sendo cravados em postes pela margem do rio. O bairro levantado ficou durante três dias entregue ao saco e, expulsos os seus habitantes, foi arrasado. Daqueles infelizes, cujo número subia a muitos milhares, uns, depois de vaguearem errantes por largo tempo, fizeram assento no distrito de Toledo, outros passaram ao Moghreb e ajudaram a povoar Fez, cidade que então se fundava debaixo dos auspícios do amir Idris Ibn Idris.

A voz implacável da consciência vingou a humanidade da feroz cólera de Al-Hakem. Desde aquele sucesso o amir caiu numa demência furiosa, que só era interrom-pida por melancolia profunda. Depois de quatro anos de tormentos morais e físicos, este príncipe, cujos últimos tempos tinham sido tão negros quanto os primeiros haviam sido brilhantes, veio a falecer (822) de morte lenta e dolorosa quando contava vinte e seis anos de governo. Então, seu filho Abdu r-Rahman, que tomara, em consequência das suas façanhas militares, o apelido de Al-Modhaffer (o Vitorioso), subiu ao trono, do qual fora reconhecido herdeiro em vida de seu pai. Indomável na guerra, Abdu r-Rahman era brando e piedoso na paz e sempre pronto em proteger os desvalidos e humildes. Ajuntava a esses dotes morais claro engenho e instrução variada, e para em tudo ser completo o garbo da figura associava-se nele com a gentileza do semblante. Apenas aclamado amir, o seu esforço foi de novo posto à prova. O velho Abdullah, tio de Al-Hakem, vivia ainda em Tânger: sabendo da morte do sobrinho, a ambição de reinar veio acender-lhe os espíritos amortecidos e, ajuntando as tropas que pôde, passou o mar. Entrado na Península declarou-se amir, correndo os lugares abertos que não podiam resistir-lhe. Partiu imediatamente Abdu r-Rahman contra ele, destroçou-o e constrangeu-o a retirar-se pera as bandas de Valência. Perseguido e apertado entre os inimigos e o mar, Abdullah resistiu por algum tempo na capital da província até que, persuadido da inutilidade da tentativa, se congraçou com o amir por intervenção dos próprios filhos, que se haviam conservado fiéis a Abdu r-Rahman. Para lisonjear a ambição do velho, este príncipe concedeu-lhe o governo vitalício de Múrcia, que ainda desfrutou dois anos.

Livre dos cuidados da guerra doméstica o amir pôde acudir aos reveses ocorridos durante este intervalo nas fronteiras cristãs, principalmente nas dos francos. Ou que as tréguas feitas com Al-Hakem houvessem expirado, ou que os eternos adversários do nome sarraceno as quebrassem, é certo que os condes da província da Aqúitânia daquém dos Pirenéus tinham feito uma entrada no território muçulmano, onde deixaram profun-dos

vestígios da sua passagem. Abdu r-Rahman marchou então para Barcelona, que sitiou por algum tempo. Se acreditarmos os autores árabes, chegou a apoderar-se dela; mas o silêncio das crónicas cristãs e os sucessos posteriores tornam mais que duvidoso este sucesso. Dali dirigiu-se a Urgel, que parece chegou a cair-lhe nas mãos, e os inimigos, destroçados em toda a parte, viram-se constrangidos a buscar refúgio nas montanhas. Satisfeito . com estes triunfos o amir voltou a Córdova. Nessa conjuntura, mensageiros enviados pelos vascónios das serras, povo sempre insofrido de qualquer jugo, vieram propor-lhe uma aliança contra os francos. Não desdenhou aceitá-la o poderoso amir, e ela lhe foi útil em breve. Um exército aquitano que entrara até Pamplona, atacado pelos generais da fronteira e pelos novos aliados do soberano de Córdova, foi destruído nos desfiladeiros, e um dos cabeças da expedição conduzido.48 cativo à capital com grande número de outros prisioneiros.

Enquanto estas coisas se passavam tinha Abdu r-Rahman enviado contra as Astúrias seu primo Obeydullah Ibnul-Balensi. As correrias de Afonso II haviam inquie-tado seriamente os muçulmanos. Segundo os historiadores árabes, a guerra feita por Obeydullah teve os resultados mais prósperos, sendo obrigadas as tropas do rei de Oviedo a recolherem-se aos desvios das montanhas e aos lugares fortificados. Apenas, porém, o general sarraceno regressou à capital, os cristãos saíram dos seus esconderijos e renovaram os anteriores cometimentos nos territórios do amir, obrigado a sustentar guerra perpétua contra esta gente indomável e incapaz de repouso, cujas correrias e devastações eram como um anúncio do raio que devia um dia fulminar o império muçulmano da Península.

Um conde godo tinha-se neste meio tempo rebelado contra Ludovico, que então reinava entre os francos como sucessor de seu pai, Carlos, o Grande, falecido anos antes. Aizon (assim se chamava, o godo), havendo-se apoderado de territórios limítrofes dos sarracenos, implorara o favor de Abdu r-Rahman contra Ludovico. Tropas árabes tinham marchado imediatamente em seu auxílio, e o próprio amir se preparava para ir pessoalmente aproveitar aquela conjuntura vantajosa, quando um acontecimento inesperado lhe veio embargar os passos. Era o príncipe mais que liberal: era pródigo. Não contente com multiplicar por toda a parte as obras e edifícios de necessidade e até de luxo, tinha levado ao extremo da exageração o esplendor da corte. Aos poetas, aos artistas que o rodeavam, às concubinas do seu harém, a todos aqueles, enfim, que contribuíam para lhe tornar a vida deleitosa, distribuía com mão larga as grossas somas que entravam diariamente nos cofres do Estado por meio de incomportáveis tributos. O povo, cansado de exacções, começava a dar indícios de descontentamento. Ludovico não o ignorava, segundo parece; porque dele existe uma carta aos principais moradores de Mérida excitando-os à rebelião com promessas de socorro. Pelas fórmulas e estilo daquele documento se vê que os habitantes da capital da antiga Lusitânia eram principalmente cristãos moçárabes e que se achavam grandemente irritados pelo peso dos impostos. Assim o imperador franco, trabalhando por suscitar ao seu inimigo as mesmas dificuldades de guerra civil com que ele andava a braços, não se enganara nas concebidas esperanças. A revolução rebentou em Mérida. Estava à frente dela um certo Mohammed, antigo colector de tributos privado do seu cargo pelo amir. As habitações dos vizires ou ministros da cidade foram saqueadas e destruídas, e o povo armou-se para obstar ao castigo. Por ordem de Abdu r-Rahman, a guarnição de Toledo e as tropas que estanciavam pelo Gharb vieram sitiar os amotinados. Receava o amir que a cidade, rica e populosa, ficasse destruída sendo entrada à força de armas, e assim, em lugar de a combater, os sitiadores limitavam-se a conservá-la estreitamente assediada. Depois de algum tempo o descontentamento lavrou entre os cercados e a cidade foi entregue por traição, salvando-se, todavia, Mohammed e os outros caudilhos dos levantados.

Mas as causas que em Mérida haviam suscitado a cólera popular existiam por outras partes. O desfecho da primeira tentativa não quebrou os ânimos irritados pela opressão. Em breve Toledo seguiu o exemplo de Mérida. A antiga capital da monarquia

visigótica era em grande parte povoada de cristãos moçárabes e de judeus opulentos, os quais, posto que obedientes ao jugo muçulmano, o sofriam constrangidos e folgavam das sedições que eles próprios promoviam. Os conjurados acharam logo quem os capitaneasse. Era um certo fixam Al-Atibi, mancebo dos mais abastados de Toledo. Distribuíram-se armas e dinheiro, comprou-se a guarda mourisca do alcaçar e a revolução rebentou. O váli estava ausente no campo: sabido o sucesso, avisou Abdu r-Rahman,
que sem perda de tempo enviou seu filho Umeyyah contra Toledo. Entretanto os sediciosos tinham-se prevenido e, deixando a cidade guarnecida pelos mais bisonhos.49 ou menos audazes, saíram ao encontro das tropas mandadas para os sopear. A fortuna declarou-se pelos toledanos, que deste primeiro sucesso tiraram brios para prosseguirem no levantamento. Três anos durou este, sem que Umeyyah obtivesse vantagens decisivas contra eles, até que, fazendo-os cair em uma cilada junto do rio Alberche, os destroçou com grande mortandade. Os fugitivos acolheram-se a Toledo, onde, apesar daquele revés, continuaram a defender-se.
O váli de Mérida viera com as suas tropas ajudar as de Umeyyah e obtivera dos inimigos uma assinalada vitória. O fugitivo Mohammed tinha reunido algumas forças no distrito de Lisboa, e sabendo da ausência do váli de Mérida e que a cidade estava mal defendida dirigiu-se para aquelas partes. Fazendo entrar aí pouco a pouco alguns dos seus sequazes, teve modo de se apoderar dela. Recebida a notícia deste sucesso, o próprio Abdu r-Rahman marchou para Mérida à frente da sua cavalaria e das mais tropas que pôde ajuntar. A resistência foi enérgica a princípio; mas em breve os amoti-nados cederam e o amir entrou na cidade, donde pôde ainda mais uma vez escapar a seu salvo o revoltoso Mohammed.
Continuava, todavia, a resistência de Toledo apesar do exemplo de Mérida.
Durante nove anos o hábil fixam soube sustentar-se naquela cidade independente do amir, resistindo aos generais que este enviava contra ele e desbaratando-os às vezes. Afinal, reduzido com os seus a defender-se unicamente no recinto da povoação, ferido já caiu nas mãos do váli Abdul-Ruf, que dirigia o cerco e reduzira Toledo à última estreiteza. O váli mandou-lhe decepar a cabeça, apoderando-se da cidade. Com a morte de fixam a revolução acabou, e a autoridade de Abdu r-Rahman deixou de ser disputada. Esta nova encheu de júbilo os ânimos cansados de tão diuturna guerra civil; mas o espírito guerreiro do amir não lhe consentia largo repouso. As tropas do Gharb receberam a ordem para marcharem à guerra santa contra o rei da Galiza (assim denominavam os sarracenos os monarcas das Astúrias), e as da Axarquia ou do Oriente para acometerem os cristãos do país dos francos. Estas guerras, cujas consequência foram só estragos mútuos, serviram mais para os muçulmanos se não desabituarem do trato das armas do que para aumentar a glória do amir ou estender os limites dos seus domínios, que já começavam a encurtar-se.
Foi nessa conjuntura que nas costas da Península apareceram pela primeira vez novos e inesperados inimigos; inimigos tanto dos estados cristãos das Astúrias, como da Espanha maometana. Eram estes os normandos. Aqueles bárbaros da Jutlândia, saindo do Báltico em frágeis barcas, espalhavam o terror, havia já tempos, pelas praias de Inglaterra e de França. Atravessando o golfo de Biscaia vieram então visitar com estragos, roubos e mortes as regiões marítimas da Península. A Galiza foi o primeiro teatro das suas devastações. Desembarcados na Corunha (853), Ramiro I, que então reinava em Oviedo, enviou contra eles forças que os desbarataram, queimando-lhes algumas barcas. Mal sucedidos com os cristãos, desceram ao longo da costa para o Gharb. Cinquenta e quatro velas dos piratas escandinavos entraram no Tejo e, desembarcando na foz do rio, assolaram os arredores de Lisboa. Daqui, prosseguindo na sua terrível viagem, foram fazendo saltos em terra e saqueando os lugares abertos, ousando subir pelo Guadalquivir até Sevilha, que em parte destruíram. Repelidos pelos povos vizinhos, que se haviam ajuntado para lhes resistirem, saíram outra vez ao largo

antes que pudessem ser colhidos por uma armada de quinze navios enviados por Abdu r-Rahman para lhes tolher a passagem. Os piratas voltaram então, retrocedendo pela mesma rota que tinham seguido e assolando de novo as costas do Gharb, enquanto Ahdu r-Rahman mandava ordens aos caides de Santarém e de Coimbra para guar-necerem as praias e afugentarem estes incómodos hóspedes, contra cujos rápidos assaltos a resistência quase sempre vinha tarde. Persuadido de que o único meio para os.50 destruir era combatê-los no mar, Abdu r-Rahman ordenou a construção de esquadras em Cádis, Cartagena e Tarragona, incumbindo especialmente dos negócios navais seu filho Yacub e fazendo todas as prevenções necessárias para se poder acudir prontamente a qualquer ponto salteado pelos normandos.

Desde então Abdu r-Rahman dedicou-se a adornar Córdova e outras cidades com edificações mais ou menos úteis ou grandiosas. Tendo já passado a idade de sessenta anos fez proclamar sucessor do amirado seu filho Mohammed, e daí a pouco veio a falecer (832) deixando a reputação de um carácter altivo, de um espírito cultivado e de ser um dos mais valentes capitães do seu tempo e o mais ilustre amir que até aí regera a Espanha muçulmana.

Subindo ao trono na florente idade de trinta anos, Mohammed, cujos dotes e carácter eram mui semelhantes aos de seu pai, pensou logo em dilatar a glória das armas sarracenas ordenando aos vális de Mérida e de Saragoça acometessem os cristãos: aquele, os da Galiza; este, os do país dos francos. Baldou-lhe, porém, brevemente os vastos desígnios o espírito sempre inquieto dos súbditos. Musa Ibn Zeyad, cristão renegado e váli de Saragoça, havia sido, segundo alguns, demitido pelo amir, bem como seu filho, o váli de Toledo. A vingança levou-os então a buscarem a aliança dos cristãos, seguros da qual amotinaram os seus respectivos distritos, apoderando-se de muitas cidades importantes e estabelecendo uma espécie de governo independente, que abran-gia os territórios de Saragoça, Tudela, Huesca e Toledo e que se estendia assim por um terço da Península. Enquanto Lupo ou Lopia Ibn Musa, filho de Ibn Zeyad, se fortificava em Toledo para resistir a Mohammed, seu pai ousava sustentar no Oriente a guerra contra os francos. Era a razão disto que Musa se aliara com a Navarra, reino fundado na antiga província aquitana daquém dos Pirenéus e em que por isso os sucessores de Carlos, o Grande, pretendiam exercer um domínio a que se opunham os novos aliados de Musa. Este passou as montanhas assolando o Meio-Dia das Gálias e com fortuna tal que os francos se viram obrigados a oferecer-lhe paz. Entretanto o amir em pessoa viera sitiar Toledo, e apesar de ter atraído os inimigos a uma cilada, em que fez neles grande matança, não pôde reduzir a cidade e voltou a Córdova deixando seu filho Al-Mundhir, que então começava a exercitar o mister das armas, para continuar o cerco.

Este durou largo tempo; mas os socorros conduzidos por Musa a Lupo obrigaram os generais do amir a levantá-lo. A guerra civil protraiu-se. Destroçado, enfim, Musa por Ordonho I numa batalha sanguinolenta dada junto a Clavijo (em consequência de haver o orgulhoso váli ousado entrar nos territórios do rei das Astúrias e fundar na Rioja o castelo da Albaída), ficou tão abatido que, tendo-se retirado para Saragoça com as relíquias do exército, Toledo chegou a capitular, e Lopia, que buscara valer-se do próprio vencedor de seu pai para que o socorresse contra Mohammed, viu-se constrangido a ir buscar um asilo nas terras do seu novo aliado.

Foi pouco depois de submetida Toledo que os normandos, repelidos segunda vez das costas da Galiza, que haviam tentado infestar, renovaram os saltos e entradas pela beira-mar da Espanha muçulmana. Depois de fazerem imensos estragos, perseguidos pela cavalaria do amir tornaram a embarcar e foram levar o terror do seu nome às praias de África, às ilhas Baleares e, até; aos mares da Grécia. Carregados de despojos, vol-taram ousadamente a invernar nas costas da Península, donde regressaram à Escandinávia na Primavera seguinte. Entretanto o rei de Oviedo, cobrando brios com a vitória de Clavijo, passava a fronteira para o sueste e reduzia pelas armas Corja,

Salamanca e outras povoações. Inquieto com os progressos dos cristãos, Mohanimed enviou contra eles um numeroso exército capitaneado por Al-Mundhir, o qual, encontrando-os nas margens do Douro os desbaratou, se acreditarmos os historiadores.51 árabes. Dali Al-Mundhir marchou para a fronteira oriental ou do país dos francos, donde, obtidas novas vantagens contra os cristãos, voltou a Córdova. Não havia, porém, respirar de combates entre as duas raças inimigas. Ordonho fizera uma correria para o sul até Lisboa: o amir, em vingança, invadiu a Galiza com as tropas da Andaluzia, entrando até Santiago. Mas brevemente a guerra civil o distraiu de prosseguir nas entradas contra os cristãos. Haviam ocorrido, segundo parece, revoluções e distúrbios nas províncias orientais, e parte das forças do amir tiveram de marchar a combater os levantados. Estas lutas frequentes eram inevitáveis na Espanha muçulmana, onde à falta de instituições políticas assaz robustas para manterem a unidade social se ajuntavam as mútuas repugnâncias nascidas da diversidade de raças, não só entre árabes e berberes, mas também entre uns e outros e os moçárabes cristãos, inimigos naturais daquelas duas categorias de conquistadores, de quem os separava a diversidade de origem e de crença e a sujeição de povos conquistados. A narrativa das guerras civis dos últimos anos do amirado de Mohammed é tão confusa nos historiadores árabes que fora impossível substanciá-la neste rápido esboço sem risco de cair em graves erros. O que parece mais certo é que já nessa conjuntura começavam a aparecer as primeiras tentativas de rebelião do célebre renegado Omar Ibn Hafssun, que tão conspícuo papel veio a representar na Península durante o governo de Al-Mundhir.

Logo, porém, que as perturbações civis lho consentiram, Mohammed voltou as armas contra o reino cristão das Astúrias, cuja importância e poder aumentavam de dia para dia. Pela morte de Ordonho I haviam-se aí suscitado contendas intestinas. Aproveitaram-se os sarracenos do ensejo. Uma armada partiu para as costas da Galiza enquanto os vális da fronteira entretinharn a atenção dos cristãos. Falhou, porém, a empresa, porque a frota sarracena foi desfeita por uma furiosa tempestade ao chegar à foz do Minho. Afonso III, que já reinava pacificamente nas Astúrias, cobrou com este sucesso ânimo e brios para invadir o território muçulmano, tomando Salamanca e cercando Coria. Repelido pelos sarracenos, estes fizeram uma entrada na Galiza, mas sendo salteados à volta num passo estreito, foram destroçados com grande perda. Então Afonso III marchou de novo para o sul, onde se apossou das cidades mais importantes da moderna província da Beira. As forças do amirado achavam-se divididas; porque o váli de Saragoça se rebelara, e um seu irmão se fizera senhor de Tudela. O príncipe Al-Mundhir,
que marchara contra eles, não podera obter vantagens algumas decisivas e ao mesmo tempo os turbulentos toledanos aclamavam por váli Abu Adbullah, filho de Lopia, seu antigo chefe nas passadas turbulências. O horizonte político mostrava-se assaz carregado para o amir: todavia asserenou com mais prontidão do que era de supor. Musa, váli de Saragoça, foi assassinado pelos seus próprios parciais, e Abu Abdullah, que esperara debalde ser socorrido pelo rei de Oviedo, não se julgando habilitado para resistir às forças mandadas contra ele, fugiu, deixando os toledanos à mercê de Mohammed, que generosamente lhes perdoou.

O infeliz sucesso da guerra contra os cristãos das Astúrias e a fome e a peste que devastavam por esse tempo a Península moveram o amir a ajustar tréguas com Afonso III. Apenas, porém, elas acabaram, este fez uma invasão, penetrando até onde os cristãos nunca haviam chegado, isto é, até à serra Morena. Aí desbaratou as tropas que se lhe opuseram e, deixando subjugadas várias povoações do moderno Portugal, voltou aos seus estados. Deveu ele estes triunfos às novas perturbações civis da Espanha muçulmana. O rebelde Omar Ibn Hafssun trabalhava activamente em ajuntar gente, tanto muçulmana como cristã, para com ela alevantar a máquina de ambição que a consciência do próprio génio e esforço lhe inspirava. A notícia dos progressos que faziam as armas asturianas obrigou o amir a dirigir-se para aquele lado da fronteira,

deixando incumbido o castigo de Ornar Ibn Hafssun a Al-Mundhir e ao célebre chefe da.52
última revolução de Toledo, Abu Abdullah, que tentara e obtivera entrar na graça de
Mohammed. Este homem, tão hábil soldado como turbulento, quase tinha acabado com
a rebelião; mas pretendendo que o amir o fizesse váli de Saragoça e não o alcançando,
levantou-se com esta cidade e uniu-se com o partido de Hafssun que até ali combatera.
Al-Mundhir marchou então contra ele; mas não podendo render Saragoça contentou-se
com atacar a Alava e a Castela Velha, províncias que já pertenciam ao rei de Oviedo.
Achando dura resistência nos condes que defendiam aquela fronteira, dirigiu-se contra
Leão; mas, sabendo que Afonso III o esperava em terreno vantajoso, o príncipe
retrocedeu para Córdova, deixando assoladas algumas povoações na sua passagem.
Viva e longa tinha sido a guerra entre cristãos e sarracenos. Uns e outros
desejavam a paz, sobretudo Mohammed, inquieto com o levantamento de Abu
Abdullah. Propô-la, portanto, ao rei asturiano, que a aceitou, celebrando-se urnas
tréguas em Córdova entre Mohammed e os embaixadores de Afonso III (833).
Entretanto, se os muçulmanos respiravam da luta com os cristãos, nem por isso cessava
entre eles o estrondo das armas. Ornar Ibn Hafssun, ligado com Abu Abdullah, era um
adversário capaz de se defender longamente contra o governo de Córdova. Os factos
provaram-no. Depois de três anos de escaramuças e recontros, as forças de Mohammed
foram desbaratadas numa batalha em que o chefe dessas forças, Abdul-Hamed, foi
aprisionado e os levantados ficaram seguros da impunidade, ao menos por algum tempo.
No meio desta luta chegou o ano de 876 em que Mohammed faleceu. Além dos
dotes comuns a ele e a seu pai, o amir deixou a reputação de bom poeta, qualidade
grandemente estimada pelos árabes, e de excelente caligrafo, coisa que não apreciavam
menos. Foi, além disso, tido na conta de um dos homens que então havia mais
instruídos nas ciências exactas e de extremado orador. Só as contínuas guerras e
perturbações da Espanha durante o seu governo impediram que ele pudesse promover o
progresso da civilização, como era de esperar dos seus indisputáveis talentos.
Dois anos antes Al-Mundhir tinha sido declarado por seu pai sucessor do trono.
Os longos serviços feitos por ele ao islamismo espanhol e ao amirado tornavam-no
digno de tão alta recompensa. Desde mui verdes anos podia dizer-se que nunca despira
as armas. Sublimado à dignidade de amir, nem por isso lhe foi concedido repousar das
passadas fadigas. Ornar Ibn Hafssun havia neste meio tempo sabido remover algumas
competências de autoridade que existiam entre ele e os outros chefes dos sediciosos.
Assim alcançava empregar unidas as forças que lhe obedeciam e que diariamente
engrossavam. À frente de dez mil cavaleiros, afora a gente de pé, dirigiu-se a Toledo,
onde tinha amigos secretos. Os toledanos, sempre afeiçoados a novidades, receberam-no
com todas as demonstrações de júbilo. Al-Mundhir sentiu o perigo desta audaz tentativa
de Ornar, que já se intitulava amir, e ordenou imediatamente que as guarnições da
Andaluzia e de Mérida se ajuntassem, enviando ele adiante contra Toledo o hájibe
Hixam com a flor da cavalaria. O rebelde, receoso de uma luta desigual e longe das suas
habituais guaridas, recorreu aos enganos: propôs umas tréguas para que o deixassem
reduzir-se à vida privada, obrigando-se a entregar Toledo e mostrando-se arrependido
da empresa que cometera. Hixam fez com que o amir aceitasse estas proposições, e de
feito Ornar saiu da cidade fingindo abandoná-la de todo, mas deixando preparadas as
coisas para a execução dos seus desígnios. Guarnecida Toledo de tropas do amir, o
hájibe regressou a Córdova. Apenas, porém, ele partira, Ibn Hafssun deu volta, e
ajudado pelos seus parciais, que tinham ficado ocultos na cidade, apoderou-se
novamente dela, bem como dos castelos vizinhos que abandonara. A notícia deste
sucesso custou a cabeça a Hixam e a liberdade a dois filhos seus, que Al-Mundhir,
pouco afeiçoado ao velho ministro de Mohammed, acusou de cumplicidade com os
rebeldes. Depois o amir em pessoa marchou contra Ornar; mas este havia distribuído as.53
suas tropas pelos castelos e povoações fortificadas de que estava senhor. Com sucessos
diversos a guerra durou por mais de um ano, até que M-Mundhir foi morto na

conjuntura em que atacava o castelo de Bixter ou Yobaxter, um dos mais fortes que Ibn Hafssun possuía (888); e assim acabou o sexto amir de Espanha da raça dos Benu Umeyyas num combate obscuro depois de dois anos de reinado.
Abdullah, irmão de Al-Mundhir, que se achava no exército, dirigiu-se logo a Córdova, onde sem contradição o aclamaram amir. Um dos seus primeiros actos foi soltar os filhos do hájibe Hixam injustamente punidos e elevá-los a cargos importantes. Deu este procedimento azo a novas dissensões, que rebentaram no seio da família do amir. Mohammed, seu filho, inimigo pessoal dos do ministro morto, ligou-se com seu irmão Al-Asbagh e com seu tio Al-Hasim contra o amir. Este, sabendo do que se tramava, enviou Abdu r-Rahman Al-Modhaffer ou Al-Mutref, outro filho seu, para que trabalhasse em reduzir os desobedientes. Foi inútil a tentativa. Mohammed levantou-se com a província de Jaen ao tempo que o amir marchava contra Ornar Ibn Hafssun, destroçava-o junto das margens do Tejo e, cortando a comunicação entre os corpos volantes dos levantados e Toledo, vinha apertar o cerco desta cidade. Recebeu então aviso do mau resultado da missão de Abdu r-Rahman e ao mesmo tempo de que outras duas sedições haviam rebentado em Lisboa e em Mérida. Não perdeu Abdullah o ânimo no meio desta confusão. Uma armada partiu para o Tejo capitaneada pelo vizir Abu Othman, e ele dirigiu-se a Mérida com um exército de quarenta mil homens, com que a reduziu à obediência. Depois, sabendo do levantamento de Jaen, marchou para lá e, destroçando um corpo de tropas que tentou opor-se-lhe, apoderou-se de Jaen. Dali, deixando Abdu r-Rahman Al-Modhaffer encarregado de dispersar o resto dos partidários de Mohanimed, veio apertar o cerco de Toledo. Foi longa a luta dos dois irmãos; mas por fim o que combatia por seu pai colheu às mãos o mais velho numa batalha, juntamente com seu tio Kasim. O príncipe cativo pouco sobreviveu na prisão em que o irmão o lançara e onde se diz que lhe deram veneno. Uma parte dos vencidos refugiou-se nas montanhas, outra foi engrossar as fileiras de Ornar.
Este opunha entretanto ao amir tenaz resistência, a guerra prolongava-se e, apesar de todos os esforços de Abdullah, o partido do filho de Hafssun fortalecia-se e ganhava importância de dia para dia. Um dos generais de Ornar, chamado Ahmed, achou-se assaz forte para ousar acometer o rei de Oviedo, que desde o tempo de Mohammed tinha paz com o governo de Córdova. Afonso III desbaratou Ahmed numa sanguinolenta batalha junto de Zamora e avançou contra Toledo, tentativa de que não tirou melhor resultado do que tirara Abdullah. Estes acontecimentos, que apertavam mais os laços de boa amizade entre Oviedo e Córdova e de que parecia dever resultar para o amir um aumento de força moral, geraram unicamente males. Os inimigos de Abdullah lançaram mão do sentimento religioso para promover o descontentamento popular contra ele. Taxavam-no de mau muçulmano pela sua aliança com os cristãos, que dela se aproveitavam para derramar o sangue dos verdadeiros crentes. Surtiu efeito o alvitre. Começaram a aparecer sintomas de sedição. Falava-se de recusar o pagamento dos tributos, e Kasim, o tio rebelde de Abdullah a quem este perdoara, excitava já os ânimos dos sevilhanos à desobediência. O amir mandou então prendê-lo e envenená-lo no cárcere, banindo de Sevilha os cabeças de motim. Omar não descansava entretanto, a guerra era cada vez mais viva entre os seus partidários e os de Abdullah. Desbaratado pelo váli Abu Othman, recolheu-se a Toledo, onde as tropas do amir não ousaram atacá-lo durante três anos. O príncipe Al-Modhaffer, que alcançara pôr em sossego os distritos do Sul, pediu então o governo de Mérida que tinha Abu Othman, com o intento de dar calor à guerra de Toledo. Cedeu-lho prontamente o velho váli; mas lá lhe ficou dentro da alma o espinho da má vontade contra o seu sucessor. Feito capitão das guardas do.54 alcaçar em Córdova, trabalhou constantemente para que, em detrimento de Al-Modhaffer, Abdullah designasse por sucessor o moço Abdu r-Rahman, filho de Mohammed, o príncipe que morrera encarcerado. Criava-o o avô consigo e tinha-lhe particular afecto pelos dotes morais e pelo grande engenho que nele divisava. Saiu Abu Othman com seu intento. Sentindo a morte próxima, Abdullah chamou Al-Modhaffer

para que admitisse a eleição do sobrinho. Ou fosse generosidade de ânimo ou remorsos do envenenamento do irmão, o príncipe não só consentiu, mas prometeu amparar e defender o novo amir como se fora seu filho. Pouco depois Abdullah faleceu (912) e Abdu r-Rahman Ibn Mohammed foi aclamado, segundo as intenções do avô, no vigésimo segundo ano da sua idade. Era ele o terceiro do nome de Abdu r-Rahman, e a superstição árabe tirava daí presságios de que o mancebo igualaria em glória aqueles dois ilustres antepassados seus. As esperanças que nele punham fizeram com que lhe atribuíssem o título de amir al-mumenim (príncipe dos crentes), título que pertencia aos califas de Bagdade e que os amires de Espanha, posto que havia muito independentes, não tinham ousado tomar. Dentro em breve acrescentou o de imã (pontífice) a essoutro título, o que equivalia a denominar-se califa, isto é, chefe supremo, religioso e político, do islamismo. Este facto indica bem que a decadência da monarquia dos Benu Umeyyas começava a sentir-se, porque são frequentes na história os exemplos de estados onde os governos pretendem iludir-se a si próprios sobre a ruína que os ameaça encobrindo-a debaixo de vãs e pomposas aparências. De feito, ao passo que as guerras civis se multiplicavam ameaçando destruir a unidade do império muçulmano da Espanha, a monarquia cristã das Astúrias dilatava-se e adquiria forças, a ponto de lutar vantajosamente com aqueles que um século antes a consideravam apenas como uma associação desprezível de miseráveis bandoleiros.
Dispostas algumas coisas do governo civil, o primeiro negócio a que se dedicou o califa, ou antes seu tio e generoso protector o guerreiro Al-Modhaffer, foi a prosseguir vigorosamente no empenho de acabar a revolta de Ornar. Com quarenta mil homens escolhidos dentre aqueles que voluntariamente se ofereciam por toda a parte para esta acção, Al-Modhaffer e o sobrinho partiram para o distrito de Toledo. Os castelos guar-necidos pelos inimigos caíram todos sucessivamente em seu poder: só a antiga capital dos godos continuou a resistir. Ornar entretanto aproximava-se com um exército que excedia em número o do califa. Saiu Al-Modhaffer a recebê-lo e travaram batalha. Foi disputada valorosamente ficando o campo juncado de dez mil cadáveres: mas por fim as tropas de Abdu r-Rahman alcançaram vitória, e Ornar, fugitivo, teve de ir acolher-se a Hins-Conca. Então o moço califa voltou a Córdova, enquanto Al-Modliaffer continuava a perseguir, incansável, os partidários dos Hafssuns.
Não permitem os breves limites de um rápido resumo que sigamos as pouco importantes particularidades desta guerra civil. Provam elas, em suma, que o partido de Ornar, composto em grande parte da raça berbere, era um partido bastante numeroso e tenaz para opor, como opôs, longa resistência à fortuna e à actividade de Abdu r-Rahman. Depois de muitos revezes e de rendida Saragoça, Ornar ousou propor-lhe que o deixassem reinar tranquilo e independente na fronteira oriental, que defenderia contra os cristão, e ele lhe entregaria Toledo com todos os lugares e castelos que seguiam a sua voz no Ocidente da Espanha. Rejeitou o califa tal proposta com indignação, declarando aos enviados de Ibn Hafssun que o único meio de obter a paz era uma pronta submissão. Com esta resposta o rebelde tirou forças da desesperança e continuou a defender-se até morrer, deixando dois filhos, Jafar e Suleiman, herdeiros do seu valor e constância, os quais continuaram a luta com Al-Modhaffer, que tomara a seu cargo esta guerra.
Entretanto no distrito de Jaen levantavam-se novas perturbações, para as quais contri-buía não só o espírito turbulento dos povos, mas também os vexames dos exactores dos.55 tributos e o desenfreamento da soldadesca, um dos piores males de qualquer país onde o poder é constrangido a afrouxar o rigor da disciplina para ter a seu favor a milícia. Acrescia a estes males a peste que assolava então a África e a Espanha. Tantas desventuras pareciam desmentir as esperanças que a eleição de Abdu r-Rahman fizera conceber; mas, enfim, a situação das coisas começou a melhorar. Alcançou-se pôr termo às desordens de Jaen, e os toledanos, apertados por um dos mais longos assédios de que faz menção a história, vendo as cercanias da cidade destruídas e Jafar, que por tanto tempo fora participante dos riscos e trabalhos comuns, abandoná-los, abriram as portas

ao califa (927), o qual, tomando posse daquela cidade que soubera conservar-se inde-
pendente
dos seus dois imediatos antecessores e por tanto tempo dele próprio,
generosamente perdoou aos habitantes, esquecendo todo o passado.
Durante estas lutas civis, a guerra com os cristãos, tanto de Oviedo como de
Navarra, tinha sido sustentada com vigor pelo moço califa, posto que nem sempre
fossem felizes as armas muçulmanas. Noutra parte teremos ocasião de mencionar os
sucessos militares ocorridos no reinado de Ordonho II. Por morte de Ordonho, os
cristãos, entretidos também por dissensões internas, não puderam combater os
sarracenos com demasiada violência, bem que não abandonassem de todo as correrias
pelo país inimigo quando as turbações domésticas lho consentiam. O mesmo sucedia
com os muçulmanos. Abdu r-Rahman, segundo parece, não sentia vivos desejos de
guerrear os cristãos, cujo valor indomável e feroz era de respeitar e cujo território
agreste e pobre não oferecia para saquear ou devastar riquezas ou cultura bastantes a
contrapesar os danos e roubos que eles faziam nas terras muçulmanas, mais cultas e
opulentas. Tanto, porém, que Ramiro II se achou seguro no trono, tomando por modelos
os seus antecessores Afonso III e Ordonho II, cuidou principalmente em ajuntar um
exército capaz de levar o terror ao coração dos estados de Abdu r-Rahman, fazendo uma
entrada inesperada até Magerit (Madrid), que assolou, deixando-a deserta e voltando a
seu salvo a Leão. A felicidade desta empresa deveu-a aos negócios que por esse tempo
atraíam toda a atenção do califa e de que é necessário dar notícia para inteligência de
uma grande parte dos subsequentes sucessos.
O leitor tem seguido connosco a série de revoluções de que a Espanha foi vítima
desde a conquista árabe. A fraqueza e falta de harmonia nas instituições políticas,
estribadas apenas nas doutrinas falsas ou incompletas do Corão, a diversidade de raças
unidas só pelo vínculo moral de uma crença comum e o despotismo ilimitado do
supremo poder eram as causas principais dessa febre violenta que trazia o corpo social
em agitação perpétua, a qual, se a observarmos atentamente, chega a produzir no
espírito uma espécie de vertigem. Não temos visto no decurso de dois séculos passar
diante dos olhos senão levantamentos, batalhas, desmembrações, que sucedem
rapidamente umas às outras. A civilização não alcança opor barreiras à desordem, que
se renova, transforma-se, multiplica-se, toma todos os aspectos, busca todos os
pretextos. O quadro que nos oferece a Espanha repete-se em África, na Ásia, onde quer
que os sectários do Profeta levaram a fé muçulmana e a organização que em tal crença
se fundava. Era ela, pois, a causa do mal. Ao passo que no Ocidente o cristianismo ia
lançando as bases da paz e da ordem entre os povos semibárbaros e ferozes que
adoravam o Deus do Calvário, as gentes maometanas do Oriente, incomparavelmente
mais civilizadas, caminhavam para a dissolução e para a barbaria à sombra do
estandarte ensanguentado do islamismo. Contraste singular, na verdade; prova sublime,
posto que dolorosa, da origem pura e divina da crença cristã e da vaidade e mentira
destoutra, que pelo fanatismo soubera fazer conquistadores, mas que se mostrou sempre
inábil para constituir sociedades regulares e duradouras.
O Moghreb ou África Ocidental tinha sido teatro de acontecimentos análogos aos.56
sucedidos na Península. Escusamos particularizá-los, porque não vem ao nosso intento.
Basta saber que naquelas partes se fundara por esta época um império poderoso sobre as
ruínas de outro que não o parecia menos e que, contudo, se havia desfeito ao sopro das
tempestades políticas. Era este o dos Beni Idris: aquele o dos Fatimitas. Os Benu
Umeyyas de Córdova estavam aliados desde antigos tempos com os Idrisitas: pedia-o a
identidade de sangue e de interesses. Abdu r-Rahman via com inquietação os progressos
de Obeydullah, o cabeça dos Fatirnitas, que tomara os títulos de imã e de amir al-mumenin.
Desejava o califa espanhol um pretexto para o rompimento e este não tardou
a aparecer. Os partidários dos Idrisitas, que ainda conservavam várias }raças, invocaram
o auxílio de Abdu r-Rahman, que lho prometeu pedindo em reféns as cidades de Ceuta e

Tânger, as quais de feito lhe foram entregues e que ele guarneceu, mandando ao mesmo tempo uma armada para as costas de África e tropas capazes de se oporem aos capitães de Obeydullah. Estes socorros, porém, foram inúteis para restabelecer os Beni Idris; porque o monarca de Córdova parece ter tido só em mira o próprio proveito ou antes a própria segurança nessa guerra que intentava contra os Fatimitas. Um general destes, Musa, tinha o governo de Fez, centro do Moghreb al-Aksa (Moghreb do Meio), e dos antigos domínios dos Idrisitas. O califa espanhol soube atraí-lo a si, e por intervenção dele em breve foi reconhecido soberano de toda aquela parte da África (932), deixando assim burlados os que lhe haviam aberto as portas para tão fácil conquista.

Três partidos ficaram então disputando o domínio do Moghreb: o de Obeydullah, o de Abdu r-Rahman e o dos representantes da antiga dinastia de Idris. Não seguiremos as fases desta luta, que só indirectamente diz respeito à história dos sarracenos na Península. Fez, tomada e retomada sucessivamente por cada uma das parcialidades, reconhecia o senhorio de Abdu r-Rahman nos últimos tempos do reinado deste príncipe, que o transmitiu com o califado de Espanha a seu filho e sucessor Al-Hakem. Os sucessos aqui ocorridos enquanto duraram as contendas de África é o que por agora importa indicar para o fim que nos propusemos, sendo suficiente o que fica dito para se perceberem os factos produzidos pelas relações mais estreitas que esta conquista de Abdu r-Rahman estabeleceu entre a Africa e a Península.

A destruição de Madrid pelo rei leonês suscitara a indignação dos muçulmanos, que juntos em grande número fizeram uma entrada por Castela levando a devastação por toda a parte. O conde Fernando Gonçalves, que governava esta província, pediu socorro a Ramiro, o qual veio logo unir-se com ele, e marchando ambos contra os inimigos os desbarataram perto de Osma. A aplicação das principais forças do califado para os negócios dalém-mar, que facilitara os triunfos de Ramiro, animou o amortecido espírito de rebelião entre os próprios sarracenos. O váli de Santarém, que tinha razões de queixa contra Abdu r-Rahman por causa do vizir Mohamrned Ibn Isak, seu irmão, a quem o califa mandara justiçar, levantou-se e, não se crendo assaz forte para sustentar-se contra o soberano, buscou o amparo do rei de Leão, fazendo-lhe preito com muitos dos principais nobres do Gharb. Aproveitando o pretexto de lhe levar socorros, Ramiro fez uma entrada para os territórios do Sul, que devastou, retirando-se com avultados despojos. O velho Al-Modhaffer, que ainda vivia, entrou então pela Galiza com um corpo de cavalaria, e o califa, o qual se preparava entretanto para dar um profundo golpe no poder dos leonenses, que o inquietava, pouco tardou em cometer mais séria tentativa, marchando com mais de cem mil homens contra o rei cristão. Ramiro não receou sair ao encontro do inimigo perto de Simancas, onde se deu uma terrível posto que não decisiva batalha, em que os sarracenos parece não terem levado a melhoria. Os acontecimentos assaz obscuros que sucederam aos desta jornada e a retirada de Abdu r-Rahman para Córdova provam, ao menos, que os seus desígnios e esperanças falharam. Em suma, as cidades da fronteira, que o leonês perdera no primeiro ímpeto dos muçulmanos, estavam.[57] daí a pouco em poder dele e restauradas.

Os combates entre as duas raças inimigas continuaram todavia, mas sem consequências assaz importantes para influírem na situação política dos leoneses ou dos sarracenos. Cansados de danos mútuos, Abdu r-Rahman e Ramiro celebraram enfim tréguas por cinco anos (944). Logo, porém, que este prazo expirou, o rei de Leão fez uma entrada até Talavera, perto da qual cidade destroçou as tropas que intentaram opor-se-lhe. Deste desaire se vingou o califa no ano seguinte invadindo a Galiza, sem que o seu adversário pudesse obstar-lhe, retido já pela última enfermidade no leito da morte.

Bem precisava Abdu r-Rahman nesta conjuntura de se ver desapressado de tão duro contendor; porque novas perturbações civis despontavam, tendo origem no seio da sua própria família. Havia ele declarado e feito jurar sucessor da coroa seu filho mais velho, Al-Hakem; o segundo, Abdullah, sofreu-o mal. Tinha ambição e incitavam-no os dotes de espírito, em que era superior ao irmão, o afecto popular e a liberdade de que os

soberanos da casa de Umeyyah gozavam na escolha de um sucessor sem atenção à primogenitura. Instigado por um certo Ibn Abdil-Barr, homem astuto e cobiçoso, Abdullah começou a formar um partido com que pudesse disputar a coroa ao mais velho por morte do pai. Vieram estes enredos à notícia do califa. Com o parecer de Al-Modhaffer, que continuava a viver e a influir nos negócios públicos, Abdu r-Rahman mandou prender seu filho e Ibn Abdil-Barr. Este matou-se a si próprio na prisão, e Abdullah foi degolado (949) por ordem do pai, apesar das súplicas de Al-Hakem e dos impulsos da natureza que levariam o príncipe a perdoar-lhe, se a razão de Estado, a justiça e os receios de futuras perturbações o não constrangessem a ser inexorável. Como se esta dolorosa tragédia não bastasse para enlutar o coração de Abdu r-Rahman, a morte de Al-Modhaffer, sucedida pouco depois, veio aumentar a profunda tristeza que lhe enraizara na alma a punição de Abdullah.
As tréguas com os cristãos tinham tocado o seu termo, e de novo nas mesquitas se pregava o djihed ou guerra santa. Todavia esta limitou-se a frequentes correrias e entradas em que apenas figura um recontro de certa importância perto de Talavera, povoação que Ramiro II acometera debalde, posto que desbaratasse nas suas imediações um corpo de tropas sarracenas. A morte do rei leonês e os posteriores sucessos ocorri-dos entre os cristãos impediram estes por algum tempo de devastar os territórios do califado. Pelo contrário os muçulmanos aproveitaram o ensejo para penetrar na Galiza, cujas riquezas já começavam a ser de mais valia e a poderem servir de desconto aos danos até aí recebidos. Ordonho III, porém, tendo segurado na cabeça a coroa de Leão, que lhe fora assaz disputada, vingou os males padecidos por seus súbditos, invadindo o Gharb e chegando até a foz do Tejo, onde tomou Lisboa, abandonando-a depois de saqueada para voltar à Galiza carregado de despojos, o que atraiu as represálias dos sarracenos contra Castela, onde fizeram grandes estragos. Entretanto as armas muçulmanas tinham obtido consideráveis vantagens na África e acabavam de sujeitar ao califa espanhol a maior parte da Mauritânia, cujas tribos ele continha na obediência governando-as com ceptro de ferro; mas a guerra com os Fatimitas nem por isso era menos violenta por mar e por terra, e as armas dos muçulmanos do Andaluz obtinham gloriosas vitórias dos seus correligionários de África. O nome de Abdu r-Rahman soava pelo mundo, e as embaixadas dos imperadores da Grécia e da Alemanha que buscavam a sua amizade tinham vindo dar testemunho de quão grande era a reputação do poder do califa de Córdova. Nas suas dissensões civis os mesmos leoneses recorriam à protecção do príncipe muçulmano. Sancho 1, expulso do trono por Ordonho, o Mau, implorou e obteve dele socorros com que recuperou os próprios domínios, e Ordonho teve de se acolher aos estados de Abdu r-Rahman, sempre pronto a exercer generosa hospitalidade para com os oprimidos..58
Enquanto assim a glória e a prosperidade cercavam na Europa o velho califa, grandes revezes temperavam em Àfrica estes dons da fortuna. Jauhar, general do príncipe fatimita Muizz, desbaratava os xeques das tribos sujeitas a Córdova e os capitães das tropas andaluzas, levando tudo a ferro e assenhoreando-se das cidades do Moghreb, sem exceptuar Fez, a capital dos estados da Mauritânia dependentes da Espanha. Abdu r-Rahman, porém, velava pela integridade do império. Uma armada com gente de desembarque passou o mar, e dentro em breve tudo voltou à antiga sujeição. Os Fatimitas resistiram por algum tempo em Fez; mas por fim, levada à escala aquela cidade com grande estrago dos seus defensores, o nome de Abdu r-Rahman foi de novo repetido na chótebra, ou oração, por todas as mesquitas do Moghreb, como de imã ou pontífice e de amir al-mumenin ou príncipe universal dos crentes.
Pouco depois destes sucessos a morte veio pôr termo ao longo e glorioso governo do califa, que faleceu (961) no Palácio de Azzahrat ou Zahra, a cinco milhas de Córdova, residência magnífica edificada por ele e que pela extensão se podia comparar a vasta cidade. Contava o velho monarca muçulmano setenta e dois anos de idade e cinquenta de reinado. Durante este período de meio século, a firmeza e o entendimento

superior de Abdu r-Rahman tinham sabido conter as revoltas que enfraqueciam as forças do califado e o ameaçavam de completa dissolução. Além disso, ele dilatara os limites dos seus estados pelo interior da Mauritânia e contivera o espírito conquistador dos leoneses, obtendo depois ser chamado por eles próprios a dirimir as suas contendas intestinas. A corte esplêndida de Córdova era frequentada pelos homens mais célebres nas ciências e nas letras que possuía o islamismo, e a fama das grandezas e poder do califa obrigava os mais poderosos príncipes da Europa a enviarem-lhe embaixadas e a proporem-lhe alianças. Tendo despendido somas enormes na edificação de Azzahrat e de muitos outros monumentos que levantara, Abdu r-Rahman ainda deixou avultados tesouros, em parte resultado da prosperidade do país e fruto da boa arrecadação e aplicação dos tributos, em parte adquiridos pelas vitórias obtidas, não só contra os leoneses, mas também contra os sarracenos da África. Apesar, porém, de tantos favores da fortuna, diz-se que o califa deixara notado numa espécie de diário, em que ia apontando os sucessos da sua vida, que nos cinquenta anos em que reinara amado dos súbditos, temido dos inimigos, acatado por todos e saciado de deleites, apenas gozara catorze dias de ventura estreme. Assombroso exemplo da vaidade e miséria de todas as grandezas humanas.
Morto Abdu r-Rahman, seu filho Al-Hakem foi aclamado imã e amir al-mumenin.
O novo califa tinha já então quarenta e sete anos. A sua paixão dominante era a dos livros, e uma biblioteca de quatrocentos mil volumes ajuntada por ele dava testemunho do seu amor às letras, nas quais foi insigne. A paz com o rei de Leão durava ainda, e Al-Hakem,
cujo carácter era essencialmente pacífico, continuou a dar-se às letras, mas unicamente como recreio dos cuidados do governo. Este estado de coisas durou, porém, pouco. O conde de Castela inquietava com saltos e correrias os súbditos muçulmanos das províncias limítrofes. Al-Hakem viu-se por isso constrangido a puni-lo, publicando contra ele a guerra santa. O desfecho desta foi o destroço do conde com perda de várias povoações importantes. O mau resultado da sua imprudência moveu-o a procurar por medianeiro o rei de Leão, de quem era súbdito, para obter paz de Al-Hakem, que naturalmente amigo da tranquilidade lha concedeu, entregando-se de novo às suas ocupações literárias e à reforma dos abusos introduzidos na administração e sobretudo nos costumes. Por uns poucos de anos de profunda paz, o reinado de Al-Hakem aparece na história do domínio árabe como um oásis no meio do deserto, e o espírito repousa enfim daquele contínuo espectáculo de devastação e de morte que nos oferecem quase sem interrupção os anais dos sarracenos da Espanha. Os acontecimentos da África.59 vieram, todavia, velar este quadro aprazível e lançar de novo o império no turbilhão da guerra. Balkin Ibn Zeiri, general dos Fatimitas, invadira os territórios da Mauritânia que reconheciam a supremacia do califa de Córdova. As causas e circunstâncias deste sucesso não vêm ao nosso propósito. Balkin apoderou-se sucessivamente das praças principais do Moghreb, desbaratando, não só as tribos berberes que se lhe não uniram, mas também as tropas andaluzas distribuídas pelas províncias da África. O amir idrisita Al-Hassan Ibn Kanun, que governava naquelas partes debaixo da autoridade de Al-Hakem, traindo a confiança do príncipe, declarou-se pelos Fatimitas. Esta nova trazida a Córdova produziu sensação profunda. O califa, que não obstante as suas propensões pacíficas mostrara já quão pronto estava para os casos de guerra, mandou imediatamente sair de Ceuta uma frota com tropas de desembarque capitaneadas pelo vizir Mohammed Ibn Al-Kasim, que sem detença se dirigiu contra Al-Hassan. Encontraram-se; e depois de renhida batalha os espanhóis foram vencidos, ficando morto no campo o general Mohammed. Este sucesso adverso mostrou a Al-Hakem a necessidade de empenhar seriamente as forças do califado em reconquistar aquela parte da herança que lhe legara seu pai. Ajuntando cópia de dinheiro, armas e soldados, aprontou uma poderosa armada cujo mando supremo deu ao caudilho Ghalib, homem de singular esforço e perícia, a quem declarou que não queria tornar a vê-lo senão

vencedor ou morto. Cumpriu Ghalib a vontade do califa. Comprando os xeques das tribos berberes e desbaratando aqueles que não cediam de outro modo, o general cordovês assenhoreou-se brevemente da maior parte do Moghreb. Al-Hassan, desamparado dos seus, acolheu-se ao castelo de Hajarun-Nasr, que Ghalib logo sitiou. Faltaram os mantimentos e a água aos cercados. Trataram de dar-se a partido com as mais vantajosas condições que pudessem. Aceitou-lhas Ghalib, desejoso de reduzir à obediência e de pacificar aquele amirado. Os Idrisitas tiveram a vida e os bens salvos com a obrigação de virem residir em Córdova, e o Moghreb reconheceu de novo o domínio dos Benu Umeyyas. Al-Hassan, depois de viver algum tempo na Península, obteve de Al-Hakem licença para voltar à África Ocidental, donde fugiu para a corte do califa fatimita, de quem parece ter-se conservado sempre, bem que em segredo, parcial.
Dois anos depois destes sucessos Al-Hakem faleceu (976) com sessenta e três anos de idade e quinze de reinado, os quais foram o ápice da glória e poder da dinastia dos Benu Umeyyas. Deixou ele a justa fama de haver sido um dos caracteres mais nobres e dos sujeitos mais instruídos entre os muçulmanos de todos os tempos. Com a sua morte, a decadência do império de Córdova começou a progredir, apesar dos esforços de muitos homens enérgicos que forcejaram por salvá-lo. A Providência decretara a restauração do cristianismo na Península e os seus decretos deviam cumprir-se, bem que, às vezes, a execução deles parecesse retardar-se.
Logo que Al-Hakem expirou, seu filho único, Hixam, foi declarado califa.
Contava apenas dez anos, idade pouco aparelhada para o regimento de tão vasto império. Sua mãe, Sobha, tinha sido extremosamente amada do califa defunto e ganhara assim ilimitada influência. Era seu principal valido e secretário Moham. med Abi Amir Al-Maaferi, homem que, pela afabilidade do trato, gentileza e dotes do espírito, merecera a estimação e confiança de Sobha e do próprio Al-Hakem. Assim, na menoridade do príncipe, Mohammed foi elevado ao grau de hájibe ou primeiro-ministro e considerado como tutor de Hixam. Unido com Sobha, ele vinha a ser o verdadeiro califa, não no nome, mas no essencial, que era o supremo poder. Depois de procurar por todos os modos tornar-se aceito aos poderosos, o hájibe obteve grande popularidade declarando serem as suas intenções quebrar as tréguas com os cristãos e guerreá-los até os reduzir inteiramente à obediência do seu pupilo. Para isto começou por assentar pazes com Balkin Ibn Zeiri, que de novo corria o Moghreb e tinha cercado Ceuta..60 Obrigou-se este a mandar-lhe anualmente certo número de cavaleiros berberes, com recíprocas obrigações e mediante uma soma de dinheiro ajustada entre ambos. Dispostas assim as coisas, Abi Amir partiu para as fronteiras orientais, onde ordenou aos vális e caides fizessem levas de tropa para correrem duas vezes por ano as terras dos cristãos. Voltando às fronteiras ocidentais, mandou avançar as tropas do Gharb e com elas fez a sua primeira tentativa na Galiza, onde pelo inesperado daquele ímpeto pôde a salvo devastar campos, queimar aldeias, roubar gado e fazer cativos, com que voltou a Córdova contente da boa estreia desta algara (correria), que foi como o sinal da guerra de extermínio que resolvera fazer aos inimigos do islamismo.
Desde esta época até o fim do século X a luta com os cristãos foi contínua, e o implacável hájibe reduziu-os à última estreiteza. Não cansaremos o leitor com a nar-ração de tão repetidas entradas, correrias e batalhas, até porque teremos adiante de fazer de tudo isso menção um pouco mais particularizada. Em quase todas estas empresas Mohammed saiu vitorioso, e o sangue cristão correu em torrentes. Um sem-número de cativos, ricos despojos e o terror que incutia o seu nome foram a recompensa das suas fadigas e tornaram-no o mais célebre capitão daquele tempo. Ao passo, porém, que assim se fazia recear dos estranhos, o hábil hájibe soube conservar o poder de que se apossara e engrandecer-se a ponto que nos últimos anos da sua vida a Espanha muçulmana quase se esquecera de que acima dele estava um fantasma sem autoridade e sem força, a quem deixara o título vão de califa. É do progresso desse engrandecimento que falaremos aqui.

Eis, em resumo, como um dos principais historiadores árabes, Al-Makkari, narra os princípios e o aumento da influência do famoso hájibe. Mohammed (diz ele), que Al-Hakem elevara do cargo de cádi ao de vizir, aproveitou-se da sua situação para usurpar o poder em dano do moço Hixam. Ajudado por Jafar Ibn Othman Al-Muchafi, um dos hájibes do califa, por Ghalib, governador de Medina-Celi, e pelos eunucos do palácio, começou mandando matar Al-Mugheyrab, irmão de Al-Hakem. Meteu depois a zizania entre os próceres do império, que recorreram às armas e mutuamente se destruíram. Proibiu aos vizires o trato com o príncipe, salvo em certos dias em que lhes concedia virem saudar o califa, com a condição de logo e sem lhe falar se retirarem. Atraiu com liberalidades a soldadesca e os eruditos dando-lhes cargos: com a força conteve as sedi-ções. Dentro em breve, sem autorização do califa ou, para melhor dizer, ignorando-o este, enviou tropas contra alguns personagens, conjurados em ódio dele e resolvidos a oporem-se aos seus ambiciosos desígnios, expulsando-os dos cargos que ocupavam. Soprou então a má vontade entre o hájibe Al-Muchafi e os eunucos eslavos, que foram deitados fora do palácio em número de oitocentos. Seguiu-se casar com a filha de Ghalib, o célebre general do califa defunto. Seduziu com lisonjas e artifícios, mandou matar ou submeteu pela violência todas as pessoas de quem podia ter receio ou que mereciam distinção entre os chefes árabes. Desafrontado assim de todos os que podiam opor-se à sua omnipotente autoridade, tratou de assegurar o exército introduzindo aí indivíduos seus afeiçoados, quase todos berberes ou de outras gentes africanas. Dadas estas providências, tirou a Hixam toda a ingerência nos negócios, e se o califado continuou nominalmente a existir, isso redundava só em proveito e grandeza pessoal do primeiro-ministro. Renovando a guerra contra os infiéis, tirou aos árabes os postos mais altos e favoreceu com eles os berberes que mandara vir de África, procedendo em tudo como se fora sua a soberania. Edificou para si um castelo a que pôs nome Az-Zahirah, onde meteu os seus tesouros e de que fez uma espécie de arsenal. Tomou então o título de hájibe al-manssor (o ministro vitorioso) e no seu estilo usou de expressões de mo-narca. Leis, proclamações, decretos, saía tudo em nome dele; por ele davam nas mesquitas a colecta como pelo califa, e o seu nome gravado nas moedas igualmente o.61 foi no selo do Estado. Criou ministros, encheu o exército de berberes e de foragidos cristãos e rodeou-se de um tropel de escravos e guardas para firmar o seu poder e esmagar qualquer émulo que tentasse disputar-lho. Em suma, não deixou a Hixam mais do que a prerrogativa de ser mencionado nas orações públicas e nas moedas com os títulos vãos que ele lhe dava de barato.

Tal é o retrato que Al-Makkari nos faz do célebre hájibe de Córdova. Carregado, talvez, é ele; mas as obras de Mohammed condizem com os traços principais. O segredo do seu poder era, de feito, a largueza para com a soldadesca, preferindo em tudo os africanos e os cristãos, que corriam a alistar-se debaixo das suas bandeiras para guerrearem os próprios correligionários pelo acolhimento e favor que achavam nele. Assim chegou a passar mostra geral em Córdova, dizem os autores árabes, a duzentos mil cavaleiros e seiscentos mil infantes, número evidentemente exagerado, mas que, ainda dando-lhe o devido desconto, devia ser superior ao das antigas forças do império. Para entreter esta multidão de gente de guerra e enriquecê-la de despojos, cumprindo ao mesmo tempo a promessa que fizera de combater sem descanso os estados cristãos, repetia regularmente duas vezes por ano as entradas no território inimigo, que deixava assolado. Aproveitando habilmente as rixas e ódios que pululavam entre os adversários do islamismo, fazia reverter tudo em engrandecimento próprio. A disciplina severa que introduziu nos exércitos muçulmanos não obstou à afeição dos soldados, os quais viam nele um chefe que não só guardava a todos rigorosa justiça, mas também arriscava nas batalhas a vida corno o último dos que lhe obedeciam. Foi assim que em cinquenta campanhas pôde ir gradualmente reduzindo a monarquia fundada por Pelágio quase ao estado dos primeiros anos da sua existência, ou antes levando-a a um ponto próximo da sua derradeira ruína.

As vitórias obtidas dos cristãos por Mohammed, que em consequência delas tomara o apelido por que mais conhecido é, o de Al-Manssor, não tinham sido alcançadas por ele haver empregado exclusivamente as suas forças e cuidados na guerra, que fazia quase a um tempo na Galiza, em Leão e em Castela. A província do Moghreb chamava igualmente a atenção do hájibe e distraía em parte os recursos do califado de Córdova. O califa fatimita ordenara ao seu general Balkin favorecesse as tentativas que o antigo amir idrisita Al-Hassan fazia para reconquistar o senhorio daquela parte da África. Assim protegido, Al-Hassan chegou de feito a apoderar-se de uma parte dos seus anteriores domínios e a sitiar em Ceuta o irmão do hájibe, Ornar. Apenas, porém, Al-Manssor o soube, enviou seu filho Abdul-Malek, mancebo de poucos anos, mas já de grande reputação, com um exército contra o idrisita, que, não se atrevendo a resistir, submeteu-se. A submissão foi inútil, porque o hájibe o mandou assassinar. Abdul-Malek, nomeado então governador do Moghreb, tomou pelo feliz resultado daquela empresa, que dirigira em tão verdes anos, o título de Al-Modhaffer.

A partida deste para Espanha, daí a pouco tempo, trouxe novas perturbações na África. Balkin tornou a apoderar-se de Fez e Al-Manssor a enviar tropas de refresco aos generais andaluzes que naquelas partes sustentavam a supremacia do califado de Córdova. Depois de vários sucessos, Al-Manssor viu restabelecida essa espécie de supremacia nominal, porque na realidade o poder estava nas mãos dos chefes das tribos berberes, que ora seguiam a voz dos Fatimitas, ora a dos Benu Umeyyas, conforme um ou outro partido lhes oferecia mais facilidade para satisfazerem as suas ambições. Foi nesta conjuntura e em consequência de semelhante situação do país que certo Zeyri Ibn Atiyah, chefe dos zenetas, chegou a ocupar a dignidade de amir do Moghreb que por tanto tempo pertencera à dinastia de Idris. Ibn Atiyah, que obtivera de Al-Manssor o amirado, tinha-se feito assaz poderoso, e o hájibe começou a recear quebra na sua fidelidade. A fim de evitar o perigo nomeou-o váli ou governador do distrito de.62 Córdova, para o obrigar a residir na corte e poder ele vigiá-lo. Veio Zeyri e, apesar de todos os afagos e pompas com que Al-Manssor o tratou, concebeu-lhe grande aversão vendo o despotismo com que governava a Espanha e conservava em tutela abjecta o próprio califa. Entretanto, Yadu Ibn Yala, chefe das tribos dos Benu Yeferun, aproveitando a sua ausência, acometera e tomara Fez, e ocupara o lugar de arnir. Serviu isto de razão ou de pretexto a Zeyri para voltar à África. Chegado a Tânger, Zeyri marchou contra o seu adversário, que venceu, apoderando-se novamente de Fez. Dentro de pouco ele tinha firmado o seu poder no Moghreb, e quando, finalmente, se julgou aparelhado para a resistência fez suprimir o nome do hájibe na chótebra ou oração pública e expulsou dos seus lugares os ministros andaluzes que regiam diversos distritos do arnirado. Al-Manssor mandou partir imediatamente para África um exército capitaneado pelo eunuco Vadheh, que Zeyri destroçou. Então Abdul-Malek, o filho do hájibe, passou o mar com tropas numerosas e, apesar da longa e desesperada resistência de Zeyri, veio a subjugar de novo o Moghreb, reduzindo Fez e voltando à Península depois de deixar reconhecida por toda a parte a autoridade do califa, ou para melhor dizer, a de Al-Manssor.

Este, na sua imensa ambição de glória, não contente dos triunfos por toda a parte obtidos, quis também ilustrar-se com o esplendor que cercava os nomes de Abdu r-Rahman e de Al-Hakem. Nos intervalos de repouso que lhe davam as guerras, anualmente renovadas contra os estados cristãos, o omnipotente hájibe procurou com incansável diligência promover na corte de Córdova o progresso das letras e ciências. Costumava trazer consigo no exército poetas que celebrassem as suas vitórias e, voltando à capital, o seu palácio convertia-se numa espécie de academia, onde eram recebi. dos e festejados todos os sujeitos notáveis por engenho ou saber. Visitava as escolas e colégios e, assentando-se entre os escolares, não consentia que os professores interrompessem o ensino ou mostrassem o menor sinal de respeito para com ele. Não poupava dinheiro em recompensar os talentos extraordinários, e assim a fama da

ciência, literatura e civilização da Espanha, especialmente da capital, atraía para esta cidade não só as pessoas estudiosas da África, mas também as dos países cristãos da Europa; e até os sábios mais ilustres do Oriente não duvidavam de vir exercer o ministério de professores na academia de Córdova.
O termo de tantas grandezas e prosperidades chegou finalmente para Al-Manssor, o mais terrível açoute do cristianismo espanhol depois dos primeiros invasores árabes. Começara o século XI e, apesar de tantas campanhas em que entrara, dos imensos estragos que fizera no território dos inimigos e de quanto encurtara os limites deste com a conquista ou destruição de muitas povoações importantes, o hájibe não estava ainda saciado de sangue. Na Primavera de 1002 fez passar da África para a Península novas levas de soldados, dispondo tudo para a invasão que daí a pouco efectuou. O extraordi-nário dos preparativos para este acometimento produziu graves receios entre os cristãos, mas o excesso do temor salvou-os; porque, pondo de parte as suas discórdias passadas, uniram-se enfim todos para defenderem a causa comum. Leoneses, castelhanos, navarros, vascónios e até algumas tropas de além dos Pirenéus saíram a receber Al-Manssor perto das fontes do Douro. Foi sanguinolenta a batalha e duvidoso o resultado; mas os sarracenos retiraram-se durante a noite, porque a sua perda fora imensa. A maior foi a do hájibe, que, tendo ai adoecido, segundo uns, e segundo outros havendo ficado ferido no recontro, o que é . mais provável, foi conduzido a Medina Celi e lá faleceu, substituindo-o no mando das tropas seu filho Abdul-Malek. Tinha o famoso hájibe sessenta e cinco anos de idade, havendo governado vinte e cinco o império de Córdova, nos quais resgatou com a energia, com a boa administração, com a glória militar e com o amor das letras os meios pouco legítimos que empregara para se elevar e reter em si a.63 autoridade suprema.
Sobha, a mãe de Hixam, ainda vivia, e o califa conservava-se na espécie de infância perpétua a que havia sido condenado. A sua existência escoava-se brandamente no meio dos perfumes dos jardins de Azzahrat, ao som dos cantos e danças das formosas escravas, nas delícias dos banquetes, na ebriedade, enfim, de contínuos deleites. A velha sultana, fiel à memória de Al-Manssor, fez declarar primeiro-hájibe seu filho Abdul-Malek, digno na verdade de suceder naquele importante cargo, ao menos como capitão valoroso e experimentado. Desejoso de vingar a morte de seu pai, renovou as entradas nas terras dos cristãos. As primeiras campanhas parece terem tido só um resultado importante, a ruína da cidade de Leão; mas depois de uma breve trégua de dois anos (1005 a 1007), renovada a guerra, os estragos foram terríveis, ficando destruídas muitas povoações. Vingaram-se, porém, os cristãos no ano seguinte (1008) destroçando um exército que entrara na Galiza capitaneado pelo próprio Abdul-Malek, que, retirando-se para Córdova, aí faleceu nesse mesmo ano, não faltando suspeitas de haver sido envenenado.
Abdu r-Rahman, filho segundo de Al-Manssor, foi escolhido para sucessor de seu irmão. Esperava-se que ele imitasse tanto um como outro nas qualidades que os tinham tornado dignos do supremo poder. Era, porém, Abdu r-Rahman de bem diversa têmpera. Descuidado das pesadas obrigações do seu cargo, passava os dias em exercícios militares e as noites em festas dissolutas. Gozava assim da intimidade do califa, e apesar da sua incapacidade era aceito ao vulgacho, que se contentava das parecenças que ele tinha exteriormente com Al-Manssor, das suas boas maneiras e, sobretudo, da liberalidade que mostrava. Não tinha filhos o califa e, posto que fosse de idade de os ter, a afeição particular que mostrava a Abdu r-Rahman animou este a pretender que Hixam o declarasse por seu sucessor. Fê-lo assim o tímido califa. Sabido pelos Benu Umeyyas mais próximos parentes de Hixam o que se tramava contra a sua linhagem, cuidatam em impedi-lo. O moço Mohammed, primo do califa e que esperava suceder-lhe, colocou-se, como era natural, à frente das resistências. Os ódios contra a família de Al-Manssor, ou dos Al-Amiris, ardiam debaixo das cinzas comprimidos pelo temor: isto bastou para os excitar. Os nobres, principalmente, inclinaram-se a Mohammed, e em breve este se

achou à frente de um partido numeroso e sobretudo audaz. Com ele tentou e obteve assenhorear-se de Córdova, donde Abdu r-Rahman saíra para uma expedição contra os cristãos, e a apoderar-se de Hixam, a quem obrigou a abdicar nele a coroa.

Sabendo o que se passava na corte e confiado na aura popular que ali tinha, o hájibe deu imediatamente volta. Não lhe custou a entrar em Córdova; mas ao chegar à praça do alcaçar, não só as tropas de Mohammed, mas também os principais da cidade com muito povo miúdo se lhe opuseram, começando uma sangulnolenta briga.

Falharam as esperanças de Abdu r-Rahman, que assentavam em tão movediço alicerce como é o favor da plebe. Esta declarou-se-lhe geralmente adversa e, apesar do esforço com que ele e os seus combatiam, sendo ferido, caiu nas mãos de Mohammed, que ordenou fosse pregado numa cruz; e assim acabou (1009) em suplício ignominioso o sucessor de Abdul-Malek e filho do célebre Aí-Manssor.

Entretanto a revolução não devia ficar aqui. Tinha de seguir novas fases. Como o povo aborrecia os africanos, que constituíam o principal nervo de exército e sobretudo da numerosa guarda do califa, ele mandou logo sair esta do alcaçar e da cidade, e os vális das províncias suspeitos de lhe serem adversos foram mudados. Prevenidas assim as coisas, diz-se que Mohammed resolvera acabar com o califa deposto. Conta-se também que Vadhed, pessoa de sua confiança e camareiro de Hixam, o dissuadira do assassínio com um alvitre porventura não menos atroz. Buscaram um indivíduo que se parecesse com o príncipe; arrebataram-no certa noite e, afogando-o, lançaram-no no.64 leito real, enquanto Hixam era encerrado numa casa cuja guarda se deu a pessoa segura.

Representada esta farsa, Mohammed pensou ficar seguro no trono dos Benu Umeyyas. Os factos subsequentes provaram-lhe que se enganava.

A família dos Al-Amiris tinha-se esteado principalmente na raça berbere: fora esta a política de Al-Mans-sor. O novo califa era, portanto, naturalmente oposto aos africanos. Assim, um dos seus primeiros cuidados foi fazer cumprir com todo o rigor a ordem que dera para que fossem expulsos. Eram, porém, eles demasiado poderosos em número, em influência e em valor próprio para não cederem a esta injusta malevolência. Pegaram em armas e atacaram o alcaçar, pedindo a cabeça de Mohammed e acusando-o de tirano e de assassino de Hixam. Saiu o califa contra eles com as tropas espanholas de que se rodeara. O povo, lembrado das altivezas e porventura das violências dos estrangeiros, declarou-se-lhes contrário e aproveitou o ensejo para a vingança acometendo-os também. Durou o combate o resto daquele dia, toda a noite e a manhã seguinte. As ruas e praças da vasta e populosa Córdova ficaram retintas em sangue e alastradas de cadáveres, cabendo o maior dano às turbas desordenadas do povo. Todavia os africanos foram, enfim, constrangidos a despejar a cidade. Hixam Ibn Suleiman Al-Raxid, caudilho dos berberes, ficou prisioneiro, e daí a pouco eles viram cair no meio dos seus esquadrões a cabeça do valente e infeliz capitão, arrojada dentre as ameias de Córdova. No entusiasmo da indignação os banidos aclamaram imediatamente por chefe Suleiman Ibn Al-Hakem, primo do morto, o qual, conhecendo que as suas forças não eram bastantes contra Mohammed, se retirou para as fronteiras de Castela, onde a troco de alguns lugares fortes, que provavelmente estavam em poder de caides seus naturais, Suleiman pôde obter a aliança e os socorros do conde Sancho Garcez. Aumentadas por este modo as suas tropas com um corpo de cavaleiros cristãos, gente escolhida, o general africano voltou a ameaçar a capital. Saiu o califa contra ele: encontraram-se os dois exércitos e depois de uma batalha assaz disputada ficou Suleiman vencedor, com a morte de quase vinte mil cordoveses. Mohammed retirou-se então para o distrito de Toledo, cujo váli era seu filho Obeydullah, donde buscou os meios de melhorar-se, tomando o exemplo do seu adversário e travando alianças com os condes de Barcelona e de Urgel. Assim os príncipes cristãos, intervindo nas guerras civis dos sarracenos, uns a favor de uma parcialidade, outros de outra, ajudavam-se das circunstâncias para se engrandecerem, sem que lhes servisse de obstáculo o encontrarem-se muitas vezes frente a frente nos campos da batalha debaixo dos estandartes muçulmanos.

Suleiman chegara neste meio tempo a Córdova. Vadhed, o salvador do esquecido Hixam, que negociava os próprios interesses tomando o lugar de medianeiro entre os partidos, fizera com que os habitantes não tentassem resistir. O general africano confiou-lhe então o governo da cidade e acampou fora dos muros, com o fundamento de evitar algum arruído entre os seus soldados e os cordoveses, irritados uns contra os outros. Finalmente, passados alguns dias, entrou na cidade para se aclamar califa. Tinham-se declarado por ele todos os povos das fronteiras e distrito de Toledo e bem assim todas as terras, desde Tortosa no Oriente, até Lisboa no Ocidente. Os governos de Algeciras e Ceuta, que eram as duas chaves do estreito entre a Espanha e a África, foram confiados a Al-Kasim e a Ali, moços guerreiros de grande reputação, ambos irmãos e da ilustre família dos Idrisitas. Mas a inveja e a emulação entre os seus sequazes, principalmente entre os eslavos e os cristãos, não davam repouso a Suleiman. Vadhed, descobrindo-lhe a existência do desgraçado Hixam, aconselhava-lhe que a patenteasse, restituindo-o ao trono. Era mau o conselho para quem tão alto subira, e Suleiman só cuidou em ocultar melhor o pobre idiota e em lhe pôr mais seguros vigias. Entretanto Mohammed, tendo ajuntado os seus parciais e sendo socorrido por tropas cristãs capitaneadas pelos condes de Barcelona e de Urgel, marchava contra Córdova.65 com um exército de perto de quarenta mil homens. A dez milhas da capital, Suleiman saiu-lhe ao encontro com forças muito inferiores, mas resolvido a travar batalha. Foi esta sanguinolenta e disputada; afinal, porém, os africanos ficaram destroçados, e depois de passarem pelo célebre Palácio de Azzahrat, que deixaram saqueado, dirigiram-se para Algeciras com a intenção de se transportarem para África. Mohammed foi recebido como libertador pelo povo de Córdova, cujo ódio contra Suleiman era profundo. Vadhed, que tivera artes para se conservar com o bando contrário, ainda teve mais valimento para com o vencedor, que logo o nomeou seu hájibe e que, deslumbrado pela vitória, sem mais prevenções nem descanso foi no alcance dos fugitivos. Estavam estes acampados nas vizinhanças de Algeciras; deu sobre eles tão de súbito Mohammed que não puderam evitar o combate. Fizeram da necessidade virtude, e desejosos de ao menos morrerem vingados pelejaram com o extremo do esforço. Vinham os inimigos cansados do caminho e desordenados da pressa: os africanos, que só pensavam em morrer de morte honrada, em breve trocaram esta triste esperança pelos contentamentos do triunfo. O exército de Mohammed voltou costas e Suleiman perseguiu-o até à capital. As tropas cristãs cobriram, segundo parece, a retirada, porque chegaram àquela cidade depois de Mohammed, que tratava de fortificar-se ali. Os corredores e atalaias africanos apareciam já nas alturas que avizinhavam Córdova; o descontentamento começava a lavrar entre os habitantes; a escasseza de víveres e as enfermidades que grassavam contribuíam para os indispor contra o califa. Os eslavos, os cristãos e os árabes espanhóis detestavam-se mutuamente, o que aumentava as perturbações. O hájibe Vadhed, que de todas as mudanças tirara proveito, tentou então nova revolução. Fez aparecer o antigo califa Hixam, que ainda vivia, e apresentou-o ao povo, o qual recebeu o legítimo soberano com todas as demonstrações de júbilo. Vendo-se perdido, Mohammed tentou esconder-se, mas descoberto logo foi levado à presença de seu primo Hixam, que, irritado por longas desditas, lhe mandou decepar a cabeça, enviando-a depois a Suleiman, persuadido de que por este meio o reduziria à obediência. Suleiman, porém, que não estava inclinado a abandonar as esperanças de poderio que de novo lhe sorriam, mandou embalsamar a cabeça de Mohammed e levá-la a Obeydullah, váli de Toledo e filho do morto, oferecendo-se para o ajudar a vingá-lo. Aceitou ele a oferta e começou a ajuntar tropas para se unir aos africanos. Vadhed, que era quem na realidade governava em Córdova, deixando incumbida a outrem a defensão da cidade, marchou para o lado de Castela, cujo conde atraiu ao seu partido a troco de alguns castelos que cedeu aos cristãos. Ajudado por estes atacou e tomou Toledo, que o váli deixara desguarnecida tendo ido ajuntar-se com os africanos. Obeydullah apenas soube esta nova retrocedeq para aquelas partes; mas Vadhed, deixando a cidade a cargo de um

certo Ibn Dhin-Nun, saiu-lhe ao encontro, desbaratou-o, fê-lo prisioneiro e enviou-o a Córdova, onde foi logo degolado. O exército vitorioso dirigiu-se então à capital, enquanto Suleiman procurava e obtinha socorros dos vális de Saragoça, Medina Celi, Guadalajara e Calatrava, prometendo-lhes que ficariam perpetuados nas suas famílias os cargos que exerciam. Com os seus africanos e com as tropas que os vális lhe enviaram, Suleiman continuou a inquietar Córdova. Escasseavam ali os mantimentos, a peste devastava a Andaluzia, e o povo, que atribuía estes males a castigo do céu pela aliança do hájibe com os cristãos, murmurava e concebia contra ele grande ódio. Vadhed, que viu turbados os horizontes políticos, começou a travar secretas relações com o general africano ou, pelo menos, II4Iixam teve disso aviso. Desconfiado de tudo e de todos, o califa mandou-o prender, e achando retidas na sua mão as cartas que havia tempo lhe ordenara enviasse aos Beni Hamuds, vális de Ceuta e Algeciras, para virem em seu auxílio, viu nisto uma prova de traição e Imediatamente lhe mandou cortar a cabeça, nomeando hájibe o governador de Almeria, Khayran, eslavo de origem e caudilho.66 afamado por seu valor e prudência. Pôde Khayran conter até certo ponto o génio suspei-toso e cruel de Hixam; todavia não pôde impedir o descontentamento, que era geral.
Tendo formado um partido dentro da cidade, Suleiman atacou-a e, favorecido pelos seus fautores, penetrou dentro dos muros. Disputou-lhe tenazmente a vitória o valente hájibe; mas caindo feudo, os inimigos romperam por toda a parte e apossaram-se do alcaçar e da pessoa do califa, que provavelmente foi assassinado a ocultas, porque nunca mais apareceu. A cidade ficou entregue por três dias ao saco, e muitas pessoas principais foram cruelmente mortas, porque os berberes, furiosos, nem perdoavam aos seus próprios parciais. Então Suleiman se fez aclamar de novo califa.
Apesar de ferido, Khayran, aproveitando a confusão, evitou a morte. Saindo disfarçado de Córdova e ajuntando em Oriuela gente e dinheiro, alcançou apoderar-se do seu antigo valiado de Almeria. Dali dirigindo-se a Ceuta e afirmando a Ali Ibn Hamud que Hixam ainda vivia, posto que cativo de Suleiman, buscou induzi-lo a que, passando o Estreito, viesse ajuntar-se com seu irmão Al-Kasim, governador de Algeciras, e que ambos unidos restituíssem à liberdade Hixam, o qual o tinha já escolhido a ele, Ali Ibn Hamud, para sucessor. Movido por estas considerações, o idrisita escieveu ao irmão para que viesse prestes, enquanto ele preparava as suas forças para desembarcar em Espanha. Juntos, enfim, os dois com Khayran e com os partidários deste, Ali tomou o mando supremo do exército proclamando a restituição de Hixam. Temendo que o viessem sitiar em Córdova, Suleiman pretendeu atalhar-lhes os passos perto da antiga Itálica: destroçado, porém, em duas sucessivas batalhas, ficou prisioneiro com um irmão, e Ali entrou em Córdova, onde, prendendo também o pai de Suleiman, mandou vir os três cativos à sua presença ordenando-lhes declarassem onde estava Hixam e, como eles dissessem que o ignoravam, por sua própria mão lhes decepou as cabeças.
Esta vitória deu o trono dos Benu Umeyyas ao idrisita Ali (1016). A suprema autoridade, passando assim de uns a outros indivíduos por meio de revoluções e de sanguinolentas guerras civis, perdia gradualmente a força, e os sintomas de desmembração da Espanha muçulmana começavam a ser bem visíveis. Já o váli de Denia se havia feito independente apossando-se das ilhas Baleares, enquanto o governador que deixara no seu valiado fazia aí outro tanto à custa dele. A elevação de Ali e o exemplo de Denia dilataram o mal. Os vális de Sevilha, Toledo, Mérida e Saragoça recusaram reconhecer o novo príncipe, e a discórdia deste com Khayran, que dentro de pouco se tornou seu inimigo, não tardou a acender de novo a guerra civil. Incitados pelo antigo váli de Almeria e coligados com o governador de Saragoça, Os caides de Arjona, Baeza e Jaen levantaram um exército com o fim, diziam eles,, de colocarem no trono um califa da raça dos Benu Umeyyas. Khayran marchou com esta gente contra Córdova, mas foi desbaratado. Viu-se então constrangido a realizar a promessa que principalmente lhe servira para atrair a simpatia do povo, o qual se

recordava com afecto das tradições gloriosas de Abdu r-Rahman, o Grande. Um bisneto deste e do mesmo nome, homem rico, virtuoso e estimado, foi eleito califa. Os governadores dos distritos ocidentais reconheceram logo Abdu r-Rahman Ibn Mohammed (assim se chamava), salvo o váli de Granada, que se conservou fiel a Ali. Khayran, como era natural, ocupou o cargo de hájibe, e imediatamente, convocados todos os chefes do seu partido, marchou contra aquele que elevara ao trono e a quem chamava agora usurpador. Era Ali denodado e hábil capitão, e Khayran saiu mal da tentativa, ficando desbaratado e dispersas as suas tropas. Todavia não obstou este revés a que os vális de Saragoça, Valência, Tortosa e Tarragona reconhecessem a suprema autoridade de Abdu r-Rahman. O fugitivo hájibe havia-se acolhido a Almeria, e Ibn Hamud, cujos brios não quebrara a adesão quase geral das províncias ao bando do seu.67 competidor, pôs cerco a esta cidade e, tomando-a, matou Khayran. Depois voltou a Córdova, onde, preparando-se para abrir a campanha contra Abdu r-Rahman, foi assassinado no banho pelos eslavos que o serviam, com prados provavelmente pelos fautores do príncipe Benu Umeyya, assaz numerosos na própria capital.

Os capitães africanos aclamaram sem detença o antigo váli de Algeciras, e agora de Sevilha, Al-Kasim Ibn Hamud, que, seguido de quatro mil cavaleiros, apareceu subitamente em Córdova. A vingança que tirou da morte do irmão foi implacável, o que só serviu de lhe alienar os ânimos. Entretanto Yahya, filho de Ali, sabendo do assassínio do pai,. partiu de Ceuta com as tropas que pôde ajuntar, entre as quais se distinguia um corpo de excelente cavalaria de negros de Sus, resolvido a disputar ao tio o califado. Idris, seu irmão mais moço, marchou para Málaga com parte do exército e, enquanto Al-Kasim se dirigia contra ele, Yahya, fazendo um largo rodeio, entrava rapidamente em Córdova. Esta guerra de família entre os Idrisitas só podia dar em resultado o triunfo completo de Abdu r-Rahman. Viram-no eles e trataram de reconciliar-se. Yahya, que marchara em socorro de Idris, voltou a Córdova com o consentimento de Al-Kasim, que se encarregou de combater o partido dos Benu Umeyyas, vencido o qual ele e o sobrinho deviam repartir o poder entre si. O primeiro cuidado de Al-Kasim foi conduzir o cadáver de Ali a Ceuta, onde tencionava fazer-lhe as honras fúnebres. Enquanto se empregava neste acto de piedade fraterna, Yahya, voltando a Córdova, proclamava-se califa e, esquecido das convenções celebradas com o tio, declarava que ele não tinha direito algum ao trono. Recebida a nova deste procedimento traiçoeiro, Al-Kasim passou o mar e marchou contra o sobrinho, que, tendo as suas melhores tropas entretidas na guerra com Abdu r-Rahman, não ousou esperá-lo. Senhor da capital sem combate, pouco tempo se conservou ali Al-Kasim, obrigado a fugir para salvar a vida de uma revolução popular. Pela própria energia, os habitantes de Córdova viam-se, enfim, livres do jugo africano e estavam a ponto de aclamar o califa Benu Umeyya quando chegou a notícia de este haver sido morto num recontro que tivera com os generais idrisitas (1023). Apesar do desalento que este sucesso produziu no povo, escolheram, todavia, por soberano outro Abdu r-Rahman, irmão de Mohammed, aquele que também fora califa. Era o príncipe que haviam escolhido um mancebo virtuoso e ilustrado, dotes que o perderam. Apenas recebeu a suprema autoridade tratou de reprimir o desenfreamento da soldadesca, principalmente da guarda eslava. O desgosto que a sua severidade produziu entre homens cuja falta de disciplina no meio destas guerras civis fácil é de adivinhar, favoreceu a ambição de Mohammed, primo do novo soberano. Uma conjuração formada por ele rebentou inesperadamente na capital, e Abdu r-Rahman caiu morto no seu próprio alcaçar debaixo das espadas dos assassinos. Tintas ainda as mãos no sangue do parente, Mohammed foi aclamado califa pelos soldados. Era claro que para conservar o poder cumpria ao novo soberano seguir o sistema contrário ao do seu antecessor. Assim o fez ele. Deu largas à corrupção da soldadesca, encheu de favores os seus chefes e distribuiu com mão profusa a estes e àquela os próprios tesouros, que eram grandes, e as rendas do Estado. Encerrado nos paços de Azzahrat, entregue a uma vida luxuária, quando todos os recursos se lhe exauriram mandou lançar novos e pesados

tributos. O povo detestava-o: Córdova alimentava-se da febre dos tumultos: os guardas, a quem escasseavam já as anteriores liberalidades do príncipe, murmuravam chamando-lhe avaro; os vális das províncias, cada um dos quais no meio da guerra civil só pensara em se tornar independente, não lhe obedeciam. Enfim, a anarquia era completa, e o império muçulmano da Espanha, tão poderoso e brilhante havia apenas cinquenta anos, mostrava já por todos os lados os sinais de próxima dissolução. Finalmente o grande rugido do tigre popular restrugiu no meio das delícias de Azzahrat. Uma revoluçãô terrível foi o termo dos motins repetidos que inquietavam a capital, e Mohammed viu-se.68 obrigado a fugir para salvar a vida, que, apesar disso, perdeu daí a pouco, sendo envenenado no castelo de Uclés, onde se refugiara.
A desordem e a ansiedade tinham chegado ao derradeiro auge. Gomo Roma nos dias da sua decadência nos oferece o hediondo espectáculo de um punhado de pretorianos dando e tirando o trono aos césares à mercê de paixões ou caprichos momentâneos, assim vemos em Córdova os últimos califas, erguidos hoje sobre os bro-quéis das guardas do alcaçar, caírem no dia seguinte a bel-prazer dessa desenfreada soldadesca ou da plebe afeita às revoluções e por isso não menos desenfreada do que ela. Expulso Mohammed e asserenada algum tanto a anarquia, os parciais dos Idrisitas cobraram ânimo. Yahya, o filho de Ali Ibn Hamud, era o seu chefe natural. Este, fugindo à cólera de Al-Kasim, obtivera assenhorear-se de Málaga e de Algeciras. Nestes distritos e nos que em África havia possuído seu pai, estabelecera um poder independente, na verdade menos brilhante, porém mais seguro e, debaixo de certo as-pecto, mais forte que o do califa de Espanha. Não perdoou todavia a Al-Kasim a injúria recebida. Quando este, levantado contra ele o povo, teve também, pela sua vez, de abandonar a capital, sabendo Yahya que seu tio se acolhera a Xerez, enviou um troço de cavalaria que o prendeu. Trazido à presença de Yahya, este o mandou meter no fundo de um cárcere, onde dizem que fora logo morto, bem que outros pretendam haja vivido ainda alguns anos. Assim o filho de Ali era o único representante da antiga dinastia africana dos Idrisitas, e o tão disputado domino de Córdova de que já gozara, posto que por bem curto prazo, oferecia-se-lhe agora sem que receasse contendor. Os seus parciais insistiam com ele para que reivindicasse a herança de Hixam: repugnava o amir, mas teve de ceder aos desejos dos ambiciosos. Os cordoveses, cansados de tumultos e fartos de sangue derramado, receberam-no em triunfo. Os vális, porém, das províncias recusaram obedecer-lhe; os mais remotos com dilações e pretextos, os mais vizinhos com abertas declarações de independência. Era váli de Sevilha Mohammed Abdul-Kasim Ibn Ismail Ibn Abbad: no castigo deste intentou o califa idrisita dar aos outros um exemplo de severidade. Com certo número de tropas tiradas tanto dos seus antigos estados como dos recentemente adquiridos, marchou contra Ibn Abbad. Caindo, porém, numa cilada do astucioso váli, foi morto (1026) e o seu exército destroçado.
Esta notícia levada a Córdova encheu os ânimos de novas inquietações. Era preciso acudir com pronto remédio antes que os enredos dos ambiciosos trouxessem a guerra civil. Vivia retirado, em Ham-Albonte, Hixam Ibn Mohammed, bisneto de Abdu r-Rahman, o Grande: foi para ele que se voltaram os olhos por influência do vizir da capital, Jauhar Ibn Mohammed. Tão-pouco de cobiçar era o trono pelos riscos de que estava cercado que o príncipe eleito mostrou ainda maior repugnância em aceitar a oferta do que mostrara Yahya; mas, depois de relutar alguns dias, cedeu por fim. Longe, todavia, de se dirigir à capital, do carácter de cujos habitantes se temia, partiu contra os cristãos, os quais, como é fácil de supor, tinham aproveitado as discórdias dos sarracenos para se engrandecerem à custa deles. Pelejando com vária fortuna nas fronteiras, chegaram-lhe avisos de Jauhar da necessidade que havia de que visitasse Córdova para tratar de por algum meio reduzir à obediência as províncias, cujos tributos tinham deixado de alimentar os cofres do Estado. Assim o fez Hixam: veio e escreveu aos vális e caides, procurando domá-los com a brandura e ponderando-lhes que, assim divididos, preparavam a ruína do islamismo na Espanha. Foi tudo inútil: faziam boas

promessas; mas as obras eram pelo contrário. Recorreu então aos meios violentos para reduzir os rebeldes; mas a rebelião surgia por toda a parte, e aqueles mesmos a quem confiava o governo de alguma cidade importante seguiam mais tarde ou mais cedo os exemplos dos outros. Na impossibilidade de pôr diques à torrente, o califa, para ao menos obter a paz, começou a fazer concessões aos levantados, o que suscitou contra.69 ele o descontentamento público, especialmente dos cordoveses. A sorte esquiva das armas, a desgraça dos tempos, tudo lhe atribuíam a ele, e os tumultos a que o povo estava afeito repetiram-se mais violentos. Eram, porém, o desenfreamento popular, a decadência dos costumes, as instituições viciosas, a falta de unidade nacional entre raças de origem diversa e muitas vezes inimigas as verdadeiras causas do mal, causas que já actuavam na época brilhante da grande prosperidade do califado. O povo, que no meio das desventuras nascidas das revoluções suspirava pela paz, não sofria esta por longo tempo sem tumultuar de novo, e com razão dizia Hixam que os cordoveses nem sabiam governar-se nem deixar que os governassem. Chegou, enfim, a irritação dos ânimos a tal ponto que, por conselho do vizir Jauhar, o califa saiu da capital uma noite em que o povo amotinado pedia fosse deposto e banido (1031) e retirou-se para o castelo de Hisn Abi Cherif, na serra Morena. Perseguido ali mesmo pelos súbditos, buscou asilo em Lérida, cujo váli, Suleiman Ibn Hud, depois váli de Saragoça, era seu amigo particular. Reduzido a uma existência obscura, Hixam faleceu cinco anos depois deixando a reputação de príncipe bondoso, valente, ilustrado e capaz de salvar o império, se essa fosse uma empresa para que bastassem forças humanas. Com ele acabou o califado de Córdova e a dinastia dos Benu Umeyyas, que tinha reinado sem interrupção, salvo nos últimos tempos, por perto de três séculos e que legou à história alguns dos caracteres mais ilustres que avultam nos anais da Espanha muçulmana.
Expulso Hixam, Jauhar foi eleito amir. É de crer que ele não fosse alheio à revolução que derribara o califa, ao qual tão cuidadosamente persuadira que saísse da cidade para evitar a tormenta. Era Jauhar homem astuto: conhecia os tempos e as circunstâncias. Aceitando o título mais modesto de amir, não quis tomar para si todo o poder, contentando-se com presidir a uma espécie de divã ou conselho composto dos xeques e principais personagens de Córdova, no qual se resolviam as matérias de governo. Todavia, a qualidade de amir e a superioridade dos seus talentos davam-lhe a influência necessária para estear ainda com as reformas indispensáveis o edifício do Estado, que vacilava a ponto de desabar. Como Hixam, ele escreveu logo depois aos vális das províncias para que viessem reconhecer a sua supremacia, ou antes a supremacia do divã que estabelecera; mas, como o seu antecessor, só recebeu escusas de alguns, enquanto outros se mostravam de todo indiferentes às pretensões daquele que tinham apenas na conta de seu igual. Sem força para os submeter e ensinado pelo exemplo de Hixam, Jauhar dissimulou, elogiando, até, os que haviam recusado comparecer em Córdova com o pretexto dos graves negócios em que se achavam envolvidos. O procedimento do amir foi uma espécie de declaração de que a unidade do império muçulmano na Península tinha acabado e de que este se achava irrevogavelmente dividido em tantas monarquias independentes quantos eram os vális que administravam as suas anteriores províncias. A rápida decadência do islamismo e o engrandecimento dos estados cristãos deviam ser e foram as consequências destes sucessos. Lancemos agora os olhos para essas províncias que se desmembravam, e vejamos quais eram no tempo de Jauhar os régulos que, herdando as ruínas do califado, tentavam alargar os limites dos respectivos domínios à custa dos seus vizinhos, os quais lhes correspondiam com tentativas semelhantes contra os territórios deles.
Dissemos antes que os Idrisitas tinham estabelecido, no meio das guerras civis, um governo independente em Málaga, e que os dois irmãos Benu Hamud, ligados entre si, dominavam na África o distrito de Ceuta e Tânger, e na Península o de Málaga e Algeciras. Dissemos também como três membros daquela família, Ali, Al-Kasim e Yahya, obtiveram sucessivamente o califado de Córdova. Pela morte deste último, Idris,

seu irmão, lhe sucedeu nos estados de Málaga e Ceuta (1027), tomando o título de amir al-mumenin, no que parecia mostrar que não abandonava inteiramente a ideia de ter.70 direito ao senhorio universal da Espanha muçulmana, de que haviam gozado, ao menos nominalmente, seu pai, seu tio e seu irmão. Com os Hamuditas ou Aludes (que por ambos os nomes é conhecida esta dinastia) estavam aliados, dando-lhes até certo ponto obediência, o váli de Granada, Habuz Ibnu Maksan, e os Benu Berizila, senhores de Carmona e Écija. Em Sevilha dominava Mohammed Abdul-Kasim Ibn Abbad, o que destroçara o califa Yahya em 1026, época de que data verdadeiramente a independência do amirado de Sevilha e o seu engrandecimento pela vasta província da Andaluzia.

Desde 1021 a raça dos Al-Amiris reinava nas costas orientais da Espanha, estendendo-se o seu domínio de Almeria, pelo interior, até às fronteiras de Barcelona. O amir de Valência, Abdu Al-Aziz Abul-Hassan, neto do célebre Al-Manssor, era uma espécie de suserano dos vális desta família e da dos Tadjibitas, senhores de Saragoça, que dentro de pouco foram substituídos pelos Benu Huds. Assim os Al-Amiris possuíam os diver-sos distritos contidos nesse dilatado território, a que também andava unido o senhorio das Baleares. A província do Gharb, ou antiga Lusitânia, estava em poder da família dos Tadjibitas, que era aquela a que pertencia Abdullah Benu Alafftas, o qual se declarara amir soberano e estabelecera a sua corte em Badajoz. Ficou, porém, fora do jugo dos Benu Alafftas o moderno Algarve, que constituía um principado independente regido pelo vizir Ahmed Ibn Said, a quem sucedeu seu genro Said Ibn Harun. Finalmente a província de Toledo, debaixo da autoridade de Ismael ou Ismail Ibnu Dhin-Nun, formava outro amirado independente e um dos cinco estados mais notáveis (Málaga, Valência, Sevilha, Badajoz e Toledo) nascidos da dissolução do império dos Benu Umeyyas.

Esta desmembração da Espanha muçulmana, efeito das revoluções que por tantos anos haviam durado, trouxe uma consequência fácil de prever. Cada um dos amires, pelo menos os que dispunham de forças mais avultadas, procurou aumentar os limites dos próprios domínios e sujeitar ao seu império os menos poderosos. O que na realidade não era senão o prosseguimento da guerra civil tomou um falso aspecto de guerra política e, longe de renascer a paz, as ambições insaciáveis dos régulos sarracenos cada vez tornavam as lutas mais complicadas e sanguinosas. Acrescia que a origem revo-lucionária das novas dinastias não santificadas ainda pelo tempo, e cujos títulos para obterem o mando supremo haviam sido unicamente a fortuna e a audácia, animava outros ambiciosos a sacudirem o jugo e a levantarem-se com os distritos ou cidades que governavam. Os muçulmanos espanhóis esqueciam assim completamente que no meio daquelas dissensões só os cristãos, seus inimigos implacáveis, podiam ganhar, e que o termo de tantos sacrifícios e combates seria a própria ruína.

Não seguiremos passo a passo os acontecimentos tão variados quanto obscuros nascidos desta situação anárquica. Numa resumida narração fora isso impossível e, além de impossível, inútil para o fim que nos propomos. Adiante teremos ocasião de especificar alguns sucessos em que intervieram de modo decisivo os príncipes cristãos da Península. Basta por agora dizer que, depois de uma série não interrompida de cometimentos, rebeldias, traições, assédios e conquistas de cidades e devastações repetidas quase por todos os ângulos do território muçulmano, o amir de Sevilha Abbad Al-Mutadhed Billah, que sucedera a seu pai Mohammed Abul-Kasim (1042), tinha-se tornado poderoso a tal ponto que as suas forças não cediam às dos outros amires juntos. Destes o principal era o de Toledo, Al-Mamon, rival do de Sevilha e em contínua inimizade com ele, contra quem se ajudava das tropas cristãs de Leão e Castela. O príncipe toledano, além de outros estados que conquistara, reduzira os do amir de Valência, ao passo que o de Sevilha submetia os dos sucessores de Jauhar, isto é, a província de Córdova. Na guerra. entre os dois potentados vieram por fim a cifrar-se as variadas discórdias dos menos importantes amirados, porque todos eles se viram.71 necessitados a declarar-se por um ou por outro dos dois principais contendores. A morte

de Abbad Al-Mutadhed Billah, a quem sucedeu (1069) seu filho Mohammed Al-Mutamed Ibn Abbad no domínio de Sevilha, não trouxe mudança alguma na desgraçada situação da Espanha muçulmana, porque as guerras continuaram com o mesmo vigor. A fortuna mostrou-se contrária no princípio ao novo amir sevilhano. Al-Mamon tomou-lhe Córdova e até chegou a apoderar-se-lhe da capital, enquanto ele triunfava dos Idrisitas, senhores de Málaga, e o amir de Saragoça, seu aliado, ameaçava Valência. Al-Mutamed dirigiu-se imediatamente a Sevilha, onde os que pouco antes a haviam cercado e rendido foram por ele sitiados. O amir de Toledo, que em pessoa viera àquela conquista e se achava aí, faleceu durante o assédio (1076). Com a morte de Al-Mamon mudou a sorte das armas. Seu filho ou neto, Hixam, ou Yahya Dhin-Nun, ainda mui moço, ficou debaixo da tutela e protecção do rei leonês Afonso VI, antigo aliado de seu pai ou avô, a quem ajudara nestas campanhas; mas o príncipe cristão mostrou-se assaz frouxo em defender as conquistas de Al-Mamon. Ibn Abbad recuperou Sevilha e Córdova e apoderou-se pouco depois dos distritos de Valência e de Múrcia, expulsando subsequentemente da Península os Idrisitas, seus antigos adversários. Entretanto Afonso VI, aproveitando a dissolução do império sarraceno, assenhoreou-se de Toledo (1085) e de muitas outras povoações importantes. Desde este momento a questão política simplificou-se, e os muçulmanos viram, enfim, a que abismo os haviam conduzido as suas longas e sanguinosas rixas. O poderio de Afonso VI crescera a tal ponto que, ainda unidos todos os príncipes muçulmanos, seria dificultosa empresa o resistir-lhe. O pró-prio Al-Mutamed, que se ligara com ele em dano da dinastia dos Dhin-Nun, viu, como os outros, o perigo do islamismo. De comum acordo, os sarracenos espanhóis resolveram então invocar o auxílio dos almorávidas, cujo poder em África tinha crescido rapidamente com repetidos triunfos. A influência que essa resolução teve nos subsequentes sucessos da Península torna necessário expormos aqui a origem de uma seita conjuntamente política e religiosa, cujos chefes vieram a reunir debaixo do seu império a Mauritânia e a Espanha muçulmana, retardando com a conquista desta a decisiva vitória do cristianismo.
O nome dos almorávidas é uma corrupção espanhola da palavra árabe al-morabethyn, que significa «os eremitas». Formou-se esta seita entre as tribos berberes do deserto ao sul de Tarudante conhecidas pela denominação comum de Zanagah, tribos rudes e ignorantes que se haviam convertido imperfeitamente ao islamismo e que da nova religião pouco mais conheciam do que o simples símbolo da fé maometana: «Só Deus é Deus, e Mohammed é o enviado de Deus.» Em 1037, Yahya Ibn Ibrahim, que era o amir destas tribos, indo em peregrinação a Meca e voltando por Kairwan, trouxe consigo um certo Abdullah Ibn Iasin, homem assaz instruído na ciência do Corão, o qual se propunha ilustrar e civilizar aquelas gentes bárbaras de Zanagah. Quando, porém, elas ouviram o novo apóstolo condenar altamente os seus vícios e brutezas, trataram-no com desprezo. Retirou-se ele então para as vizinhanças do mar, onde edificou um eremitério. O amir Yahya, que o atraíra àquelas regiões, seguiu-o, e com ele o seguiram alguns outros. Em breve o número dos discípulos de Abdullah cresceu, e a fama da sabedoria do faqui ou monge conciliou-lhe sucessivamente mais prosélitos, os quais tomaram o título de morabitos. Quando ele viu que estes eram assaz fortes para poderem empregar o meio de conversão de que com tanta felicidade usara o seu Profeta, isto é, o ferro e o fogo, enviou-os a convencerem com a espada as tribos que tinham recusado ouvir as suas pacíficas admoestações. Três mil almorávidas marcharam, de feito (1042), contra a tribo de Kedala, da qual se converteram todos aqueles que esca-param da morte. O mesmo sucedeu à de Lantuna e de Mazusa. Com estes exemplos, as outras tribos reconheceram a missão divina de Abdullah, o qual, reservando para si a.72 dignidade de imã ou pontífice, com o que exercia uma espécie de suprema ditadura, nomeou amir ou chefe temporal delas o lamtunita Abu Zakaria Yahya, havendo falecido neste meio tempo aquele que principalmente contribuíra para a sua elevação, Yahya Ibn Ibrahim.

Seguindo as inspirações do imã ou chefe espiritual, o novo amir continuou a guerra, submetendo o Sara ou deserto e começando a conquista do país dos negros, na qual foi morto. Sucedeu-lhe Abu-Bekr, seu irmão. Este dilatou os domínios dos almorávidas pelo Norte da África, apesar de então perecer numa batalha o fundador da sua seita. Tendo subjugado grande parte da Mauritânia ou Moghreb, partiu para o deserto com o fim de apaziguar algumas perturbações que se tinham levantado entre as tribos berberes. Deixara entretanto governador dos distritos do Norte seu primo Abu Yacub Yusuf, sujeito de excelentes dotes, mas ambicioso, que aproveitou a ausência do amir para consolidar perpetuamente em si a autoridade que lhe fora confiada. Quando Abu-Bekr voltou, Yusuf recebeu-o com grandes demonstrações de amizade e regozijo; mas fez-lhe perceber que não estava de ânimo de lhe ceder o passo. Viu Abu-Bekr que as próprias forças não eram bastantes para o punir e resolveu-se a legitimar a usurpação, reservando para si o domínio das tribos do deserto. Lá morreu dentro em breve numa guerra com os negros, e Yusuf foi reconhecido amir de todas as províncias dos almorávidas. Então fundou Marrocos, de que fez a capital do seu império, e com repetidas vitórias subjugou o resto da Mauritânia. Foi depois disto que os muçulmanos espanhóis voltaram para ele os olhos. A glória das suas façanhas, as nobres qualidades do seu carácter tinham-lhe dado um nome que escurecia o dos mais célebres capitães daquele tempo, e, no meio do terror que infundiam as rápidas conquistas de Afonso VI, os sarracenos da Península não viram nele senão o guerreiro que podia livrá-los do terrível nazareno. O tempo mostrou o que nesse momento de angústia eles não tinham previsto. A salvação da sua liberdade e da sua crença ameaçadas pelos cristãos deviam comprá-la à custa da independência nacional. Yusuf, pondo um cravo na roda da fortuna, que tão favorável se mostrara ao rei de Leão, só teve, porventura, em mira ajuntar mais uma rica província ao seu vasto império. Falando das guerras de Afonso VI, teremos ocasião de apontar as circunstâncias principais da larga luta que este príncipe teve com os almorávidas, a cuja história pertencem desde o fim do século XI os sucessos da Espanha muçulmana..73

III

Fundação de uma nova monarquia gótica nas Asturias. Afonso I começa a dilatá-la. - Vitórias de Fruela I. - Reinados de Aurélia, Silo e Mauregato. - Vermudo, o Dikono, trabalha por civilizar a nação e cede a coroa a Afonso II, o Casto. - Guerras com os sarracenos e progressos da civilização. - Ramiro I. Sua crueldade - Ordonho I. Conquista nos territórios muçulmanos. - Fruela, o Intruso, assassinado. - Afonso III, filha de Ordonho, sobe ao trono. Longo e glorioso reinado deste príncipe. Rebelião de seus filhos e abdicação de Afonso III - Garcia I e seus irmãos. Separação de Navarra. Ordonho II. Invasões nos domínios muçulmanos. - Fruela II. Afonso IV. - Ramiro II. Discórdias civis. Continuação da guerra contra os sarracenos. Tréguas com o califa de Córdova - Ordonho III. - Sancho I, o Gordo, expulso por Ordonho, o Mau, e restituído pelo califa Abdu r-Rahman. - Menoridade de Ramiro III e regência de Elvira. - Governo de Ramiro em Leão e de Vermudo ou Bermudo na Galiza. Guerras civis. Invasôes de Al-Manssor. - Bermudo II e desventuras do seu reinado. - Afonso V. Regência na sua menoridade. Governo deste príncipe - Bermudo III. Guerras civis. A Castela unida a Navarra. Luta entre este país e Leão. Bermudo perde a maior parte dos seus estados. Fundação da monarquia de Castela. Batalha de Carrión e morte de Bermudo. - Fernando I de Castela une Leão à sua coroa. Brilhante reinado deste monarca, denominado o Magno. Divisão do reino castelhano-leonês entre os filhos de Fernando I. Discórdias e guerras dos três irmãos. - Afonso de Leão, a princípio vencido e expulso por Garcia, o mais velho, chega a obter e unir as três coroas. Empresas e triunfos de Afonso VI contra os sarracenos. Conquista de Toledo. Batalha de Uclés. Morte de Afonso VI..74

Canicas ou Gangas foi desde o tempo de Pelágio a capital das Astórias: Fruela fundou Oviedo, mais ao ocidente, para onde o reino se dilatava, e esta povoação veio

depois a ser a cabeça da monarquia e a dar-lhe exclusivamente o nome. Os seus sucessores parece terem residido com preferência em Pravia, povoação ao noroeste de Oviedo, onde Silo, sucessor de Aurélio, assentou a sua residência.
Silo deveu a escolha que dele fizeram os godos a sua mulher Adosinda, filha de Afonso I. As causas da influência de Adosinda não no-las revelam as crónicas quase contemporâneas que assim o afirmam. Segundo elas, a paz com os muçulmanos subsistiu no tempo deste príncipe, por ocasião de cuja morte sua viúva pretendeu fazer coroar o moço Afonso, filho de Fruela 1. Mauregato, porém, filho bastardo de Afonso I, eleito pelos descontentes, pôde expulsá-lo e obter para si o trono das Astúrias, que ocupou seis anos, no fim dos quais morreu em Pravia depois de um reinado tranquilo e obscuro.
A reacção da raça visigoda contra a conquista árabe começara na Espanha poucos anos depois dessa conquista. Nas ásperas serranias das Astúrias, um punhado de godos que não haviam aceitado o jugo dos muçulmanos alevantaram o estandarte de uma guerra de religião e de independência que devia durar por mais de sete séculos até a final vitória do Evangelho contra o Corão. A batalha de Cangas de Onis, em que os infiéis ficaram desbaratados, foi o primeiro anel de uma cadeia contínua de combates, que nos fins do século XV veio soldar-se na campa dos derradeiros defensores de Granada, quando Fernando e Isabel, os Católicos, conquistaram a capital do último reino mourisco da Península. Pelágio foi o capitão destes godos refugiados nas Astúrias e o fundador da primeira monarquia cristã da Espanha, depois chamada de Oviedo e Leão. Os estados de Pelágio ficaram durante o seu reinado e o de seu filho Fafila circunscritos às serras asturianas; mas por morte deste último, cujo governo foi tão curto quanto obscuro, sucedeu-lhe um homem extraordinário, o qual dilatou com repetidas vitórias os limites do país que nunca aceitara o jugo dos infiéis. Afonso I, genro de Pelágio, subiu ao trono após seu cunhado Fafila e brevemente penetrou com mão armada pela Galiza até o Douro e por Leão e Castela-a-Velha. Anteriormente a guerra, ora ofensiva, ora defensiva, tinha exclusivamente entretido os cristãos: na época, porém, de Afonso I as povoações assoladas e os templos reduzidos a ruínas começaram a surgir de novo. Depois de largo e glorioso reinado, este príncipe faleceu, recaindo a escolha dos godos em seu filho Fruela ou Froila, que o imitou no esforço e foi, segundo parece, homem de carácter violento. Num recontro pouco importante Fruela desbaratou os árabes junto a Ponthumium. Depois de apaziguar as rebeliões que ou a ferocidade do seu ânimo ou algumas outras causas haviam suscitado na Galiza, domou ao norte a Vascónia levantada contra ele. As suspeitas que concebera de seu irmão Vimarano levaram-no a cometer um fratricídio que a justiça de Deus não deixou impune. Fruela foi assassinado pelos godos, os quais, usando do antigo direito visigótico, recusaram a coroa a seu filho Afonso, que ou a memória paterna lhes tornava odioso, ou a imbecilidade da infância inabilitava para reger um país cujo estado ordinário era o de guerra com os sarracenos. Um sobrinho de Afonso I, Aurélio, filho de seu irmão Fruela e primo do rei assassinado, subiu então ao trono, que ocupou. durante mais de seis anos. Por todo este período os estados dos reis das Astúrias gozaram da paz externa; mas Aurélio teve de lutar com um levantamento dos servos, que reprimiu, ou melhorando a sua situação, ou constrangendo-os a sujeitarem-se a ela..75
Um irmão do rei Aurélio foi então chamado a reger os godos 64 : Vermudo ou Bermudo havia seguido a vida eclesiástica e sido elevado ao grau de diácono, o que, apesar de o excluir da dignidade real, segundo as antigas instituições visigóticas, não serviu de impedimento à sua eleição. Naquelas eras, em que a existência quase bárbara dos cristãos das Astúrias contrastava profundamente com a civilização dos muçulmanos da Espanha e da África, o ânimo generoso e ilustrado de Vermudo surge como um farol no meio das trevas espessas que o rodeiam. A piedade, a demência, a magnanimidade são os dotes que os mais antigos historiadores lhe atribuem. Pouco depois de obter a autoridade suprema, renovou o exemplo de alguns dos reis visigodos anteriores à

conquista árabe, associando ao governo o filho de Fruela I, duas vezes repelido do trono, para por esse meio lhe assegurar a sucessão. Não contente com isto, apenas o moço Afonso alcançou conciliar o afecto dos seus súbditos, Vermudo voltou voluntariamente ao exercício do ministério sagrado, posto que, contra os cânones recebidos em Espanha, houvesse esposado Nunila, de quem teve Ramiro, o qual depois veio a ser sucessor de Afonso II.

No período que decorreu desde a morte de Afonso I até à abdicação de Vermudo, isto é, desde o segundo quartel do século viu até os fins dele, o reino das Astúrias subsistiu quase sempre pacífico ao lado da dominação sarracena. Mas no terceiro ano depois que Afonso II reinava, achamos quebrada a paz entre as duas raças e os árabes invadindo as Astúrias. Foram correrias de Afonso nas terras dos muçulmanos que trouxeram este acontecimento, ou foi deliberação espontânea deles? É o que hoje não será fácil dizer. Certo é, porém, que os invasores, salteados de improviso pelos cristãos, ficaram desbaratados. Deste feito data a celebridade de Afonso II, mais conhecido entre os historiadores pela denominação de Casto, porque durante o seu reinado de meio século sempre se conservou celibatário.

Reinava neste tempo além dos Pirenéus Carlos, o Grande. Afonso II buscou aliar-se com ele, enviando-lhe mensageiros com ricos presentes, provavelmente despojos duma correria que se diz ter feito aquém do Douro até às margens do Tejo.

Estabelecendo a sua capital em Oviedo, que engrandeceu e adornou de igrejas e paços, trabalhou por avivar as instituições do império visigótico que, no meio duma existência de perigos e combates, tinham caído em desuso, restaurando ao mesmo tempo o esplendor da ordem eclesiástica, reedificando templos e instituindo pastores. Durante, porém, estas tentativas de organização social uma revolução o expulsou do trono, ao qual os seus partidários dentro em poucos meses o fizeram subir de novo. Ora vitorioso, ora vencido pelos sarracenos, com quem teve mais de uma vez guerra, Afonso morreu em 842. Dizem alguns que ele associara ao governo o filho do seu antecessor Vermudo, chamado Ramiro ou Ranimiro, que de feito lhe sucedeu. É, todavia, certo que a morte do velho monarca trouxe, como era natural sendo o reino electivo, graves dissensões.

Nepociano, conde do palácio, fez-se aclamar em Oviedo, e Ramiro, que então se achava na Bardulia (Castela-a-Velha), correu a disputar-lhe a coroa. Os soldados de Nepociano abandonaram-no no momento de virem às mãos com Ramiro, e este pôde colher vivo perto de Pravia o seu émulo, a quem mandou arrancar os olhos e fechar num mosteiro para o resto de seus dias.

Seguro no trono, Ramiro I obteve várias vitórias dos muçulmanos e repeliu os piratas normandos que principiavam então a saltear as costas da Galiza. As tentativas para o expulsar do trono renovaram-se ainda por duas vezes, mas de ambas saiu vencedor. A vingança que tomou dos cabeças destas rebeliões prova que o carácter de

64 A denominação de godos dada aos descendentes dos visigodos que, depois da conquista da Espanha pelos árabes, se acolheram às Astúrias não é rigorosamente exacta, mas é geralmente recebida pelos historiadores da Península, como a de sarracenos e mouros para designar os muçulmanos..76

Ramiro era bem contrário à brandura do de seu pai. Ao conde Aldoroito condenou-o à mesma pena a que condenara Nepociano, e a Piníolo, que também se rebelara, mandou matar juntamente com seus sete filhos. A crueldade de Ramiro estendia-se ao excesso das penas que impunha aos criminosos ou supostos tais. Os ladrões fazia-os cegar, e queimar todos aqueles que eram acusados de magia. Ramiro I soube assegurar a herança da coroa para seu filho: ao menos, vemos suceder-lhe este sem as lutas que as mais das vezes trazia a eleição de novo príncipe. Ordonho I, mais valoroso e feliz ainda que seu pai, não ajuntou a ferocidade ao esforço. Dedicou todos os seus cuidados à reedificação de várias povoações de Leão, da Galiza e dos chamados Campos Góticos, como foi

cidade de Leão, depois capital do reino do mesmo nome, e as de Tui, Astorga e Amaia. Isto parece indicar que o território dos cristãos começava a estar menos exposto as correrias dos sarracenos, ou porque as fronteiras se alargavam, ou porque se defendiam melhor.
O godo renegado Musa, de que noutra parte falámos e que se tinha tornado independente do amir de Córdova, ousara entrar no território dos cristãos, onde construiu a fortaleza de Albaida ou Albelda na moderna Rioja. O rei de Oviedo saiu logo contra ele, desbaratou-o junto de Clavijo e tomou Albaida. Depois de repelir uma nova tentativa dos normandos nas costas da Galiza, Ordonho fez várias entradas pelas terras dos inimigos com próspero sucesso, subjugou os vascónios, que, sempre inquietos, se haviam mais uma vez rebelado, tomou aos infiéis Coria e Salamanca e reconquistou-lhes Orense, cidade da Galiza de que, segundo se vê deste sucesso, eles se haviam apossado. Continuando nestas guerras com vária fortuna, Ordonho veio a falecer em 866, fazendo antes disso eleger seu filho Afonso, ainda na puerícia, por sucessor do reino. Entretanto Fruela, conde ou governador da Galiza, protegido pela nobreza daquela província, tomava o título de rei e marchava para a capital à frente de um exército. Os que tinham aceitado por monarca o filho de Ordonho abandonaram-no, e Afonso fugiu de Oviedo para as bandas de Castela. O reinado, porém, de Fruela foi muito curto: uma conjuração rebentou na corte, os magnates que lhe eram adversos assassinaram-no no seu próprio palácio. O filho de Ordonho voltou então a Oviedo e foi proclamado rei.
Logo depois os vascónios rebelaram-se, e Afonso III teve de os combater por muito tempo com vária fortuna, terminando a guerra, se crermos as tradições vasconças, pela concessão de uma espécie de independência a esta raça indomável.
Seguiu-se, passados três anos, uma guerra violenta com os sarracenos. Para sul e sueste o Douro formava a linha mais ordinária das sempre vacilantes fronteiras entre cristãos e muçulmanos. Afonso transpôs o rio com o seu exército, ocupou Salamanca e cercou Coria, que no reinado antecedente estivera já em poder dos godos. Obrigado a retirar-se, os sarracenos entraram pelas províncias cristãs; mas, colhidos em desfiladeiros onde a cavalaria lhes era inútil, foram completamente desbaratados.
Por doze anos a história de Afonso III é uma série quase não interrompida de combates: ora os seus territórios são invadidos pelos sarracenos, ora ele invade as províncias muçulmanas. Vitoriosas as mais das vezes, as armas cristãs dilataram-se então principalmente para o lado da antiga Lusitânia: Lamego, Viseu, Coimbra caíram em poder do rei de Oviedo, e a devastação chegou até os distritos de Idanha e ainda até Mérida. Depois, segundo parece, Afonso recolheu-se aos seus antigos estados das Astúrias e Galiza, porque o achamos marchando daquelas partes ao encontro dos sarra-cenos,
que haviam posto cerco a Zamora, tomada e fortificada anteriormente por ele. A batalha de Polvoraria, junto ao rio Orbiego, em que os muçulmanos foram destroçados e postos em fuga, trouxe uma trégua de três anos, no fim da qual a guerra se ateou de novo. Depois de penetrar até à serra Morena, em cuja proximidade desbaratou o.77 exército árabe que tentara resistir-lhe, o rei de Oviedo retirou-se outra vez para as Astórias. Os infiéis vingaram-se acometendo Castela-a-Velha, onde já se tinha firmado o domínio asturiano por meio de muitos lugares fortificados ou castelos, que deram o nome à província. Metidos entre os muros das suas fortalezas, os cristãos resistiram por toda a parte, e Al-Mundhir, general dos árabes, internou-se para as bandas de Leão: mas, sabendo que Afonso III o esperava aí com o seu exército, retrocedeu para o sudoeste e veio acampar junto do Orbiego, donde voltou para Córdova. Dentro em pouco, os sarracenos renovaram as hostilidades talando a Navarra e descendo para Castela e Leão; mas, rechaçados por toda a parte, tornaram a retirar-se para Córdova com grande perda. Cansados de tão dilatadas guerras e de tantas devastações mútuas, godos e sarracenos trataram seriamente da paz, que afinal foi jurada entre o amir de

Córdova e Afonso III e durou por todo o resto do reinado deste príncipe, isto é, por todo o largo período de vinte e sete anos. Os limites dos territórios cristãos demarcaram-se definitivamente ao sul e sueste pelo Douro, e o rei de Oviedo pôde dedicar-se a melhorar o estado interior dos seus domínios, os quais abrangiam já proximamente um terço da Península hispânica. Repovoando-os e restabelecendo a ordem em Leão e em Castela-a-Velha, alevantou das suas ruínas e fortificou as mais importantes povoações das fronteiras, como Zamora, Simancas, Donas e Touro, acções que não contribuíram menos para lhe adquirir o título de Grande do que as suas vitórias.
Enquanto Afonso III assim trabalhava em restaurar a vida interna do país sujeito à sua autoridade, uma nova guerra vinha perturbar a paz dos cristãos. As dissensões que por aquele tempo andavam levantadas entre os sarracenos e de que fizemos menção tinham quebrado a unidade do governo muçulmano. Córdova ainda era o centro e cabeça da Espanha mourisca; porém, em parte das províncias que entestavam com os estados de Afonso haviam-se estabelecido pela rebelião alguns potentados independentes. Tendo Ahmed Ibn Al-Kithi ou Alchaman, como o denominam as crónicas cristãs, passado ao partido de Ornar Ibn Hafssun, o mais poderoso inimigo do amir de Córdova, Ornar entregou-lhe o poder supremo nos territórios de Toledo e Talavera. Aqui, por todos os distritos amotinados contra o amir e, até, por África, Ahmed ajuntou um exército de sessenta mil homens e salteou as terras do rei de Oviedo, cujos súbditos tornara descuidados a paz feita com o príncipe dos sarracenos. Os cristãos que puderam salvar-se acolheram-se às fortificações de Zamora, que Al-Kithi sitiou imediatamente, enquanto o governo de Córdova se apressava a assegurar o rei da Galiza que desaprovava semelhante invasão. Entretanto Afonso III, recebida a nova da tentativa de Ahmed, marchara contra ele. Os dois exércitos encontraram-se nos campos de Zamora, e depois de uma batalha bem pelejada os árabes foram vencidos com espantosa perda, ficando entre os mortos o próprio Ahmed e seu irmão Abdu r-Rahman, váli ou governador de Tortosa. O rei de Oviedo, seguindo a vitória, dirigiu-se a Toledo com o intento de reconquistar a antiga capital do império visigótico; mas as dificuldades do sítio moveram-no a aceitar um resgaie avultado dos habitantes e a voltar às Astúrias, destruindo na sua passagem algumas povoações dos sarracenos.
Parecia que enfim o rei cristão poderia gozar tranquilamente do fruto de tantas vitórias; mas as inquietações domésticas tomaram o lugar das lutas com estranhos. Seu filho mais velho, Garcia, ajudado pelos irmãos e até, segundo alguns, pela própria mãe, e instigado por seu sogro, o conde de Castela Nuno Fernandes, conspirou para derribá-lo do trono. Sabedor das criminosas tentativas do filho, Afonso fê-lo prender em Zamora e mandou-o levar em ferros ao castelo de Gauzón. Isto foi como o sinal de uma rebelião geral, em que o rei das Astúrias viu entrar todos os outros membros da sua família. Seguiu-se uma guerra civil, cujo resultado foi a abdicação, na aparência voluntária, mas realmente forçada, de Afonso III, que apenas sobreviveu um ano, no.78 qual fez ainda uma entrada nas terras do rebelde Hafssun como simples general de seu filho. Na volta desta campanha faleceu em Zamora no fim do ano de 910, ficando-lhe na história o mais distinto lugar entre todos os sucessores de Pelágio que o haviam precedido.
Das cidades que o grande capitão fizera renascer das suas cinzas, Leão, a antiga Legio dos romanos e dos godos, parece ter sido uma das que receberam mais rápido incremento. Garcia estabeleceu aí a sua corte, ficando seu irmão Fruela governando as Astúrias e Ordonho a Galiza, senão como reinos separados, ao menos com certo grau de indepencência que naturalmente provinha de o haverem ajudado a obter a coroa paterna mais cedo do que devia. Essa situação equívoca, a qual julgamos ter sido a dos dois príncipes, deu, talvez, origem à mudança do título de rei de Oviedo para o de rei de Leão, que principia a aparecer-nos no reinado de Garcia e foi a primeira tentativa de desmembração da monarquia espanhola, de que depois acharemos mais positivos exemplos. Antes, porém, disto, no tempo de Afonso III, a Navarra, província sempre

inquieta e mal sofrida do jugo asturiano, havia-o sacudido. Afonso dera o governo dela a Sancho migo, conde de Bigorre, denominado pelos vascónios Arista, que em vasconço soa como o Roble ou o Forte, por morte do qual os navarros proclamaram rei seu filho Garcia Sanches, sem que o de Oviedo pudesse embargá-lo. Desde então o reino de Navarra ficou independente, e por isso os sucessos desta parte da Península deixam de ter relação, ao menos imediata, com a origem da monarquia portuguesa.

O governo de Garcia de Leão foi mui curto. Nos primeiros tempos, dedicou-se a guerrear os sarracenos do partido de Hafssun, devastando o distrito de Toledo: nos últimos, a reedificar algumas povoações das fronteiras dos seus já dilatados domínios, como Osma, Corunha do Conde e Gormaz. A morte, porém, interrompeu-lhe todos os desígnios quando contava apenas três anos de reinado. Ou porque não deixasse filhos, ou porque seu irmão Ordonho soubesse atrair a si os ânimos dos grandes, foi este escolhido para suceder-lhe e aclamado em Leão segundo o costume e pela forma usada no tempo dos reis visigodos.

Durante a vida de seu pai e de seu irmão, Ordonho tinha mostrado génio belicoso e esforçado em várias entradas que fizera nas terras dos sarracenos. Ou porque a duração das tréguas com Córdova estivesse acabada, ou porque Ordonho julgasse conveniente quebrá-las, depois de três anos de tranquilo reinado, passando de novo as fronteiras para o sul, correu a antiga Lusitânia aquém e além do Tejo até o Guadiana, espalhando por toda a parte ruínas e mortes. Os habitantes de Mérida, aterrados pela ferocidade do rei cristão, ofereceram-lhe avultados presentes para o aplacarem. Persuadido, talvez, de que lhe seria dificultoso levar à viva força as fortificações daquela grande povoação, Ordonho, carregado de despojos e deixando espalhado o terror do seu nome, voltou a Leão, donde tornou brevemente a invadir os territórios muçulmanos, reduzindo Salamanca a cinzas. Segundo alguns, a invasão de Ordonho foi uma só; mas é certo que os estragos feitos por ele uma ou mais vezes suscitaram as represálias dos sarracenos. As crónicas cristãs falam de um célebre desbarato destes junto de Santo Estêvão de Gormaz, bem como os historiadores árabes celebram a grande vitória obtida do rei de Leão pelo amir de Córdova. A falta de datas cronológicas torna as az confusa, tanto nuns como noutros, a narração destes sucessos. Parece, porém, que a desvantagem ficou ao lado de Ordonho; ao menos, foi o território cristão que ultimamente serviu de teatro a esta longa e sanguinolenta luta.

As armas dos muçulmanos voltaram-se então contra o rei de Navarra, cuja independência estava provavelmente reconhecida pelo de Leão e Astúrias; porque achamos Ordonho combatendo em Junquera ao lado do príncipe navarro. O campo cristão foi roto com grande mortandade, e Ordonl-io fugiu para Leão com as relíquias.79 do seu exército, abandonando o rei de Navarra, que buscou refúgio nos sólidos muros de Pamplona. Ébrios com a vitória, os sarracenos passaram os Pirenéus e, talando os arredores de Tolosa, voltaram a Espanha. As perdas que tinham padecido tanto à ida como à volta, principalmente nos desfiladeiros das serranias, perdas que, se acreditarmos os cronistas cristãos, equivaleram a uma completa destruição, obrigaram o amir de Córdova a recolher-se à sua capital.

Enquanto assim os sarracenos invadiam o Sul da França, dizem que Ordonho, ajuntando às relíquias do seu exército novos soldados, fazia uma entrada pelo interior da Espanha maometana, penetrando até os distritos orientais da Andaluzia. O carácter belicoso do rei de Leão e a ausência do exército vencedor em Junquera tornam provável este acontecimento, de que todavia se não encontra memória nos historiadores árabes.

Os últimos tempos do reinado de Ordonho II são só notáveis por um acto de rigor feroz próprio da rudeza da época. A causa desse acto foi, segundo parece, a vingança. Os condes ou governadores de vários distritos de Castela mostravam-se rebeldes à autoridade do rei leonês. Conforme a opinião de alguns, a rebelião consistira em haverem eles recusado acompanhar Ordonho na expedição a favor de Navarra: mais provável cremos que as tentativas de independência, que por toda a parte tendiam a

desmembrar a já mui vasta monarquia das Astúrias, fossem a realidade do facto. Seja o que for, Ordonho convocou para Burgos com mostras pacíficas quatro condes daquela província, indo-os esperar ao caminho. Aí prendeu-os e, enviando-os para Leão, fez-lhes decepar as cabeças. Dentro de pouco, Ordonho morreu em Zamora (923) e foi sepultado na catedral de Leão.

Apesar de ficarem quatro filhos do rei falecido, seu irmão Fruela foi eleito para lhe suceder. Fruela II reinou apenas um ano, no qual não consta tivesse guerra com os sarracenos, e todas as memórias do seu reinado reduzem-se a algumas fundações pias.

Por morte deste príncipe, Afonso, filho de Ordonho, obteve a coroa que fora de seu pai, posto que Fruela deixasse também três filhos. A incerteza destas sucessões prova a tenacidade com que os descendentes dos visigodos guardavam as instituições políticas da Espanha anteriores à conquista árabe. Afonso IV foi, segundo parece, de ânimo pacífico e inclinado mais que seu tio as .coisas de religião. Ainda não tinha seis anos de reinado completos quando, havendo chamado à corte seu irmão Ramiro, que governava o distrito denominado hoje o Bierzo, abdicou a coroa nele com acordo dos nobres juntos em Zamora e recolheu-se ao Mosteiro de São Facundo ou Sahagún. Era Ramiro, pelo contrário do irmão, de ânimo turbulento e guerreiro. Assim, apenas elevado ao trono, começou a preparar-se para renovar a guerra contra os sarracenos. Um acontecimento inesperado veio, porém, interromper os seus desígnios. Afonso IV, ou por inconstância de génio, ou incitado por alguns descontentes, saiu de Sahagún e, dirigindo-se a Leão, fez-se proclamar de novo rei. Ramiro, que se achava ainda em Zamora, marchou imediatamente para a capital e, combatendo-a de dia e noite, entrou-a e, prendendo seu irmão, lançou-o carregado de ferros no fundo de um calabouço. Os três filhos de Fruela, primos dos príncipes contendores, tomaram então o partido do cativo e tentaram colher Ramiro numa cilada. Soube-o ele: fê-los prender e conduzir à mesma prisão em que jazia Afonso IV, onde mandou arrancar os olhos tanto a este como àqueles. Nesse miserável estado, Afonso ainda viveu dois anos, ficando-lhe por morte um único filho chamado Ordonho, conhecido depois pelo epíteto de Mau.

Apaziguadas estas alterações intestinas, Ramiro II dispôs tudo para uma invasão na Espanha árabe, o que executou entrando com o seu exército até Madrid (outros dizem Talavera), que servia como de fortaleza fronteira para impedir as correrias dos cristãos contra Toledo. Combatida vigorosamente, a povoação foi entrada, posta a saco e, mortos ou cativos os seus habitantes, desmantelada. Dali voltou Ramiro a Leão sem.80 que os sarracenos pudessem opor-se à sua passagem. Mas estes não tardaram a desagravar-se do dano recebido, acometendo a província de Castela com poderoso exército. O conde Fernão Gonçalves, que a regia, invocou o socorro de Ramiro, que não tardou em chegar. Se acreditarmos as relações árabes, os muçulmanos tiveram, todavia, tempo para devastarem os territórios cristãos até à Galiza, donde conduziram grande número de cativos e avultado despojo. Na passagem, porém, do Douro, perto de Osma, Ramiro veio encontrá-los. Receosos de que os cativos lhes servissem de impedimento na batalha, meteram todos à espada. Travado o combate, a fúria e ódio mútuo com que pelejavam fizeram com que este fosse um dos bem feridos entre leoneses e sarracenos, ficando o campo alastrado de mortos e o resultado indeciso; porque tanto os cronistas cristãos como os árabes atribuem aos seus a vitória. Contudo, não só a linguagem pouco explícita dos últimos, mas também a retirada do exército para Córdova persuadem que Ramiro levou tal qual melhoria.

O que parece claro é que a batalha de Osma deixou mui quebradas as forças dos dois adversários, porque os vemos dar tréguas às hostilidades durante três anos, no fim dos quais a luta se renovou com mais energia que dantes. Uma pequena faísca deu azo a um grande incêndio.

Umeyyah Ibn Isak Abu Yahya era neste tempo caide de Santarém, e seu irmão Mohammed vizir ou conselheiro na corte de Córdova. Teve o califa razões de queixa contra Mohammed e mandou-o matar. Irado com este procedimento, o caide de

Santarém ligou-se com Ramiro, prestando-lhe obediência com um grande número de cavaleiros sarracenos do Gharb e entregando-lhe os castelos dependentes dele. Com esta aliança o rei de Leão pôde devastar a antiga Lusitânia, correndo por Badajoz até Mérida e voltando pelas imediações de Lisboa, donde se encaminhou para a Galiza carregado de despojos, posto o inquietassem os inimigos, que nesta conjuntura só se atreveram a fazer uma rápida correria além do Douro.

Apenas o califa de Córdova, Abdu r-Rahman, soube dos estragos feitos pelo rei leonês, resolveu empenhar todas as suas forças contra os cristãos e aniquilar-lhes o poder, que cada vez se tornava mais formidável para o islamismo. Por mandado do califa, todos os vális e caides marcharam com, as suas tropas para Salamanca, aonde o próprio Abdu r-Rahman veio tomar o mando do exército, que subia a mais de cem mil homens. Este corpo numeroso atravessou as fronteiras inimigas e, depois de assolar os lugares abertos e arrasar vários castelos, foi assentar campo em volta dos muros de Zamora.

Ramiro II, da sua parte, havia ajuntado em Burgos todas as forças de Leão, Astúrias, Galiza e Castela. Garcia, rei de Navarra, descera a socorrê-lo, e Abu Yahya viera também em seu auxílio com um grosso de cavalaria muçulmana. Assim o exército cristão, em estado já de competir com o do califa, pôde marchar ao encontro dele. Abdu r-Rahman, deixando no cerco de Zamora vinte mil homens, saiu com oitenta mil a rece-ber os inimigos nas margens do Pisuerga junto a Simancas. As avançadas dos dois exércitos, encontrando-se ali, travaram uma escaramuça que não teve consequências. Durante dois dias sarracenos e cristãos se conservaram sem começar o combate, como tomados da terribilidade da empresa, terribilidade que um grande eclipse do Sol viera aumentar. Ao terceiro dia, enfim, a cavalaria do Gharb rompeu a batalha, e Ramiro avançou com os seus esquadrões. A lide durou até à noite com igual fúria e esforço de ambas as partes e com vária fortuna. Ao anoitecer, o campo estava alastrado de ca-dáveres e de troços de armas. As trevas separaram os combatentes sem vantagem decisiva de nenhuma das partes, bem que ambas, como é natural, atribuíssem a si a vitória. Induzem a crer as expressões dos cronistas árabes que a perda dos muçulmanos havia sido a maior e que o rei de Leão ficaria vencedor, se tivera no dia seguinte.81 renovado a peleja. Ele retirou-se, porém, naquela noite por conselho de Abu Yahya, que, porventura, já estava arrependido, como o persuade o seu posterior procedimento, de ter ajudado os inimigos do Corão a derramar o sangue dos muçulmanos, e que soube fazer acreditar a Ramiro que, se renovasse o combate, o último desfecho lhe seria desfavorável.

Os sarracenos não ousaram perseguir o exército leonês e voltaram ao campo de Zamora. Reina tal confusão entre os escritores árabes, sobretudo confrontados com os cronistas cristãos, que é impossível relatar com certeza e individuação os sucessos que seguiram a batalha de Simancas. O que parece mais provável é que os sarracenos se apossassem, enfim, de Zamora, mas com perda imensa, ou porque Ramiro viesse de improviso acometê-los, ou porque a resistência dos sitiados fosse tenacíssima, de modo que Abdu r-Rahman se retirou para Salamanca, conservando em Zamora uma guarnição, que pouco depois deixou cair novamente aquela povoação importante nas mãos dos leoneses, os quais cativaram aí o caide de Santarém, Abu Yahya, motor de toda esta guerra, e que se tinha em tão breve tempo tornado a unir aos seus correligionários.

Nesse mesmo ano (939) Ramiro II passou o Douro, menos para fazer novas invasões no interior da Espanha maometana do que para firmar o domínio cristão nos territórios que tinham sido teatro das precedentes lutas. Salamanca, Ledesma, Penharanda, Gormaz, Osma e outros muitos lugares das fronteiras, que jaziam desertos e destruídos, foram repovoados e guarnecidos de soldados. Data desta época o verdadeiro engrandecimento dos condes de Castela, onde a maior parte daquelas povoações eram situadas; engrandecimento que tantas perturbações veio a produzir na

Espanha cristã e trouxe dentro em breve a rebelião dos condes Fernando Gonçalves e Diogo Nunes, os quais Ramiro submeteu, perdoando-lhes depois de algum tempo de prisão.
Acham-se nos historiadores árabes notícias de alguns recontros entre cristãos e muçulmanos posteriores a esta época. Deviam ser correrias de pouca substância, como de gente cansada de guerras e desejosa de repouso. Vemos, de feito, Ramiro enviar embaixadores a Córdova em 944 para assentarem paz com o califa, e este mandar a Leão o seu ministro ou vizir Ahmed Ibn Said para o mesmo fim. As tréguas então feitas duraram firmes até 949, último ano do reinado de Ramiro, que ainda então fez uma entrada até Elbora, hoje Talavera, a qual não pôde tomar, mas em cujas imediações desbaratou um grosso de sarracenos, fazendo-lhes grande matança e avultado número de cativos, ao que Abdu r-Rahman correspondeu com uma correria no território dos cris-tão, enquanto Ramiro II, oprimido de grave doença, falecia em Leão nos primeiros dias do ano de 950, havendo abdicado a coroa em seu filho mais velho Ordonho II.
Apenas Ordonho subiu ao trono logo seu irmão Sancho começou a disputar-lho.
Era ele então governador ou conde de Burgos e mancebo sabedor das coisas de guerra, que aprendera na escola de seu esforçado pai. O turbulento conde de Castela Fernando Gonçalves favorecia o seu bando. Este e ,Sancho dirigiram-se, cada um com seu exército, para Leão; mas Ordonho estava prevenido, e os dois aliados tiveram de desistir da empresa. Toda a vingança de Ordonho parece ter-se reduzido a repudiar sua mulher Urraca, filha do conde de Castela, a qual depois passou a segundas núpcias com Ordonho, o Mau.
A tentativa de Sancho teve eco na Galiza, para onde o rei de Leão marchou logo com grosso exército contra os levantados, que brevemente cederam. Pacificado tudo, Ordonho aproveitou as forças que ajuntara para fazer uma entrada nas terras dos infiéis. Passou o Douro, desceu pelo território muçulmano que hoje chamamos Beira e Estremadura até à foz do Tejo, tomou e saqueou Lisboa e voltou a Leão rico de.82 despojos e cativos. Entretanto os sarracenos entravam por Castela e, segundo afirmam os seus cronistas, faziam aí grandes estragos. Nestas guerras obscuras passou o reinado de Ordonho III, que faleceu depois de governar por cinco anos e alguns meses.
Sucedeu-lhe seu irmão Sancho, que já havia mostrado quanto ambicionava a coroa.
Pouco tempo reinou em paz Sancho I, denominado, pela sua extrema obesidade, o Gordo. Apenas passado um ano, Ordonho, filho de Afonso IV, que vivia em Leão como simples particular, tendo-se ligado com o sempre inquieto Fernando Gonçalves, cuja filha abandonada por Ordonho III tomara por mulher, rebelou-se contra o irmão e, ajudado pelo sogro, expulsou-o do trono. Sancho, fugitivo, acolheu-se a Navarra e dali a Córdova, buscando a protecção do inimigo de seu pai, do ilustre Abdu r-Rahman. Não se fiou em vão da generosidade do famoso califa: o príncipe muçulmano subministrou-lhe os socorros necessários para reconquistar os seus estados. A frente de um exército sarraceno, Sancho I entrou de novo na sua capital, donde fugira Ordonho, o Mau, esperando defender-se nas serras das Astúrias. Sancho, porém, não lhe concedeu repouso até o expulsar dos seus territórios. Ordonho, enfim, obrigado a refugiar-se entre os sarracenos, aí viveu o resto de seus dias na obscuridade e, porventura, na miséria; porque dele não tornam a fazer menção os historiadores.
Desde a época da restituição de Sancho I ao trono, a qual parece dever colocar-se em 961, até o segundo ano do califado de Al-Hakem, filho e sucessor de Abdu r-Rahman III, falecido pouco depois daquele sucesso, a paz subsistiu entre os cristãos e os sarracenos. As correrias, porém, do conde Fernando Gonçalves pela Espanha muçulmana acenderam de novo a guerra. Al-Hakem entrou em Castela, arrasou Gormaz, apossou-se de várias outras povoações, pôs cerco a Zamora, reduziu-a por fim e desmantelou-a, voltando depois a Córdova.
Provavelmente a guerra continuou pelos generais do califa; porque em 965 Sancho I lhe enviou embaixadores com mensagens dos condes fronteiros de Castela,

que pediam paz. Estas mensagens indicam terem sido as correrias de Fernando Gonçalves feitas sem aprovação do rei leonês, que parece haver ficado mero espectador da luta. Al-Hakem acedeu aos desejos de Sancho, e a paz durou até o fim do governo deste príncipe.
Um levantamento de vários condes da Galiza, ligados com o bispo de Compostela, obrigaram Sancho I a entrar com mão armada naquela província. Gonçalo Sanches, um dos cabeças da rebelião, não se julgando assaz forte para resistir, fingiu ceder; mas numa conferência com o rei de Leão mandou envenená-lo. Assim acabou o reinado de Sancho I nos fins de 967. Ramiro, seu filho, bem que contasse apenas cinco anos de idade, foi escolhido por sucessor do pai sob a tutela de sua tia Elvira. Algumas pequenas inquietações civis e um desembarque dos piratas normandos na Galiza são os acontecimentos mais notáveis da regência de Elvira, se não quisermos contar entre eles a morte do célebre Fernando Gonçalves (970), que, durante o seu longo governo em Burgos, capital de Castela, quase nunca depôs as armas, ou para acometer os sarracenos ou para promover tumultos contra os reis de Leão.
Al-Hakem tinha falecido em Córdova e, do mesmo modo que sucedera em Leão, seu filho Hixam, ainda menor, herdara o califado debaixo da tutela de sua mãe Sohba, que entregou, como vimos, as rédeas do governo ao hájibe Al-Manssor. Após uma trégua que durara por anos, foi este que de novo acendeu entre as duas raças que disputavam o domínio da Península o facho de sanguinosa e duradoura guerra.
A primeira tentativa do hájibe contra os cristãos foi uma larga algara ou correria súbita na Galiza, de que saiu sem risco e sem combate pelo repentino e inesperado dela. Nos anos seguintes Al-Manssor repetiu estas entradas, travando combates com as tropas cristãs da Galiza e de Castela e desbaratando-as. As discórdias civis da Espanha goda.83 facilitavam as vitórias dos sarracenos. Ramiro III, chegando à puberdade, começou a dar mostras de génio voluntário, inquieto e soberbo, que não tardou a alienar-lhe os ânimos da nobreza e do vulgo. Vendo ocasião oportuna, Vermudo ou Bermudo, neto de Fruela II, ajudado por vários condes da Galiza e ainda de Leão e Castela, fez-se aclamar em Compostela. Ramiro, à frente de um exército, marchou logo contra ele e, encontrando-se junto de Monteroso, os dois émulos travaram uma sanguinolenta batalha, que durou um dia inteiro sem vantagem conhecida, no fim da qual Ramiro retrocedeu. para Leão e Bermudo para Compostela.
Neste tempo Al-Manssor corria as fronteiras da Galiza. Bermudo parece ter buscado então a sua aliança e havê-lo induzido a acometer os territórios do seu adversário. O hájibe penetrou, de feito, até às margens do Ezla, que vem entrar no Douro perto de Zamora. Ramiro saiu a recebê-lo, e um dia em que os sarracenos repousavam descuidados no seu campo salteou-os com tal fúria que Al-Manssor esteve quase desbaratado. Foi precisa toda a energia do seu carácter para salvar-se da última ruína; mas os leoneses, vitoriosos a princípio, voltaram por fim as costas. Perseguiu-os o hájibe até Leão sem lhes dar repouso, e teria tomado aquela capital se uma súbita e horrorosa tempestade de neve e granizo, segundo o testemunho dos escritores tanto ára-bes como cristãos, não viesse impedir o combate no momento em que já os sarracenos punham as lanças nas portas da cidade. Receando o Inverno, em que a natureza pelejava a favor dos leoneses, Al-Manssor voltou para Córdova, deixando espalhado entre os inimigos o terror do seu nome.
Nem por isso os países cristãos ficaram tranquilos. Como se lhes não bastassem os estragos feitos pelos muçulmanos, a guerra civil entre Galiza e Leão continuou durante dois anos e provavelmente só foi interrompida pela segunda entrada de Al-Manssor, que na Primavera de 984 veio de novo pôr cerco a Leão. Os condes cristãos, de que fala o cronista Pélagio de Oviedo e que serviam no exército do hájibe, eram provavelmente os parciais de Bermudo, que para destruírem o poder de Ramiro não duvidavam de sacrificar a pátria comum e associavam os ódios intestinos à guerra de raça e de religião.
Sitiando a capital do reino leonês, Al-Manssor resolvera tomá-la a todo o custo,

ferindo assim os inimigos no coração. Ramiro, segundo alguns, era já falecido, mas segundo outros, cuja opinião parece mais bem fundada, vivia ainda nos fins deste ano. Reinasse, porém, Bermudo ou Ramiro, é certo que um deles fugiu para as Astúrias, levando consigo todas as preciosidades, não só de Leão, mas também de Astorga, que naquele tempo era a segunda povoação do reino.
Enquanto o sucessor de Pelágio abandonava assim o centro da monarquia ao furor dos infiéis, o alcaide ou capitão da cidade preparava-se para tenaz defesa. De feito, os sarracenos receberam enormes perdas nos sucessivos combates que deram à povoação; mas, insistindo no seu propósito, Al-Manssor levou-a à escala vista. Saqueada, mortos ou cativos os seus habitantes, o hájibe mandou arrasar-lhe os muros e o seu forte cas-telo. A tomada de Astorga seguiu-se à de Leão, apesar da brava resistência dos seus defensores. Quisera Al-Manssor seguir a vitória embrenhando-se nas Astúrias; mas, rechaçado dos castelos de Luna, Alva e Gordon, recolheu-se a Córdova satisfeito com deixar reduzidas a ruínas as duas mais notáveis povoações do país inimigo.
A tão disputada coroa da Espanha cristã meridional possuía-a, enfim, sem competidor, Bermudo II, mas convertida em coroa de espinhos. Os sarracenos corriam vitoriosos por Leão, Castela e Galiza, devastando esta última até as ribas do mar e parando só, pelo sertão ao norte, na barreira insuperável que lhes antepunham as agras serranias das Astúrias. O reinado de Bermudo, a quem uma enfermidade incurável fizera denominar o Gotoso, foi-lhe dilatada agonia, vendo quase anualmente os infiéis assolarem-lhe o território e desmantelarem-lhe as mais belas cidades do seu senhorio,.84 cuja extensão e importância as memórias das perdas dessa triste época, melhor que nenhumas outras, dão a conhecer. O terrível hájibe parecia ter jurado apagar o nome cristão na Península. Vencedor ao norte dos catalães e navarros, reduzia os estados do Sul e Meio-Dia quase à derradeira extremidade. Em diversos anos da sua longa regência em nome do califa Hixam ermou a Castela, tomando e derribando as povoações mais notáveis, e o mesmo fez à Galiza, cujas fronteiras, provavelmente desde a invasão de Ordonho III na antiga Lusitânia, se estendiam até o Mondego. Em 987, Coimbra (a Medina-Colimria dos árabes) caiu em poder de Al-Manssor, que a destruiu, repovoando-a de sarracenos passados sete anos, durante os quais esteve deserta. As turbulências civis vinham multiplicar entretanto os males da cristandade espanhola. A um tempo Sancho Garcez, filho do conde de Castela Garcia Fernandes, tomava armas contra seu pai, e Gonçalo Menendes alevantava-se na Galiza contra a autoridade de Bermudo. No meio destas revoltas o hájibe entrava por Castela e, depois de dois dias de furiosa peleja, destroçava completamente os exércitos unidos do conde Garcia Fernandes e do rei de Navarra, que viera em seu auxílio, caindo o conde moribundo em poder dos sarracenos, que, apesar de todas as diligências, não puderam salvar-lhe a vida. Prosseguiu Al-Manssor a sua vitoriosa marcha para a província de Leão, aonde parece não voltara desde a destruição da cidade do mesmo nome. Desbaratadas as tropas leonesas, o exército sarraceno regressou a Córdova pela entrada do Inverno.
Passavam estes sucessos nos fins de 995. No começo do ano seguinte, Bermudo II, inquieto com as perturbações domésticas e vendo os seus domínios assolados pelas incessantes correrias do indomável hájibe, resolveu enviar mensageiros ao califa pedindo tréguas. Al-Manssor, que era o verdadeiro senhor em Córdova, parecia não estar longe de conceder algum respiro aos cristãos, mas afinal nada se concluiu, e em 997 as hostilidades principiaram de novo com redobrada energia.
Foi no Verão deste ano que os sarracenos intentaram levar mais longe as armas pelo lado ocidental dos estados de Bermudo. A gazua (ghaswat, expedição sacra), como os árabes denominavam a guerra intentada contra os cristãos, foi desta vez feita por mar e por terra. Era em destruir Compostela, correndo a Galiza do sul ao norte, que o hájibe pusera a mira. Alentava-o nesta nunca tentada empresa o acordo secreto que tinha com vários condes daquelas partes inimigos de Bermudo. Enquanto ele atravessava o território das modernas províncias da Estremadura castelhana, Salamanca e Beira Alta,

onde os seus aliados cristãos se lhe vieram unir, uma frota saída de Alcácer (Al-Kassr Abu Danès) ia aportar na foz do Douro e desembarcar junto ao Porto (Bortkal, Portucale) mais tropas e petrechos de guerra. Reunidas aí todas as forças do hájibe, ele atravessou aquela parte da antiga Galiza chamada hoje província de Entre Douro e Minho e, vencendo os obstáculos que lhe opunham os homens e a natureza naquelas regiões montanhosas, chegou aos muros de Compostela. Estava desamparada a cidade de seus habitantes: entraram sem resistência os sarracenos; derribaram os muros, o castelo e a igreja de Santiago, a que pela sua celebridade os escritores árabes chamavam a Kaaba dos nazarenos, com o quem dissera o templo por excelência, sendo assim denominado entre os muçulmanos o de Meca. Dali avançou para o lado da Corunha, aonde, segundo o testemunho do historiador árabe Al-Makkari, nunca os sarracenos tinham chegado. O cansaço da cavalaria impediu o hájibe de prosseguir mais além para o norte, e por isso, retrocedendo pela província de Leão, que de novo assolou, recolheu-se a Córdova, depois de fazer ricos do nativos, provavelmente parte dos despojos, aos condes cristãos que o tinham ajudado naquela campanha e cujos territórios haviam sido cuidadosamente respeitados.

No meio de tantas desventuras chegou o fim do século X e do reinado de Bermudo II, falecido em 999. O astro brilhante que alumiara os passos de Pelágio, dos.85 três primeiros Afonsos e de Ramiro II quase que se imergira nas mais espessas trevas durante esse longo reinado. Apenas nos desvios selváticos das Astúrias evitaram os cristãos a última ruína. O século XI começava com uma triste perspectiva; porque à pobreza, despovoação e desalento geral se ajuntava o ir caindo em desuso o direito electivo dos godos, sucedendo na coroa um rei menino, qual era Afonso, filho de Bermudo, então de cinco anos de idade, quando para salvar a monarquia leonesa era necessário um príncipe ao mesmo tempo político e guerreiro, que pudesse conter as discórdias civis, primeira fonte do mal, e pôr de algum modo termo à invariável fortuna do terrível hájibe de Córdova.

Com péssimos auspícios foi, pois, aclamado o moço Afonso V em Leão, que os cristãos tinham começado a reedificar. Tomaram felizmente o leme dos negócios públicos Menendo Gonçalves, conde da Galiza, e Sancho Garcez, conde de Castela e tio do rei, ambos cavaleiros ilustres. A viúva de Bermudo, Geloira ou Elvira, mulher de altos espíritos, obteve também grande influência na administração do país, à qual presidia juntamente com os dois condes. Guerras em Africa tinham entretido por algum tempo o implacável Al-Manssor, e Os cristãos puderam por breve intervalo despir as armas. Mas ainda no ano 1000 ele fizera uma correria em Castela, na qual desbaratara Sancho Garcez, e depois, passando àquela parte da antiga Lusitânia que já se achava unida à Galiza, tomara os castelos de Aguiar e Montemor. Foi todavia só em 1002 que o hájibe se empenhou em reduzir definitivamente Castela ao domínio muçulmano, consumindo o ano anterior nas disposições necessárias para essa conquista.

A nova dos imensos aprestos dos sarracenos derramou o susto entre os cristãos.

Os tutores e conselheiros de Afonso V preparavam-se activamente para a luta. Sancho, rei de Navarra, que por seu muito esforço e energia adquirira o apelido de Quadrimano, veio com as forças de Navarra, com algumas do Meio-Dia da França e, até, com os vascónios independentes ajuntar-se às tropas de Leão, Galiza e Castela. Nos campos de Lorca viram-se pela primeira vez sinceramente unidos esses homens irmãos em crença, que, havia tantos anos, as paixões políticas tinham feito adversários ou pelo menos estranhos. Entretanto os sarracenos avançavam seguindo a corrente do Douro para o nascente e assolando tudo na sua passagem. Junto a um lugar que os historiadores árabes indicam pelo nome de Kalat Al-Nosor (píncaro dos abutres) deram de rosto com o campo dos cristãos, cujo número encheu de espanto os corredores muçulmanos. Entre estes e os inimigos travou-se logo uma pequena escaramuça, que a noite veio interromper, começando a batalha ao alvorecer do dia seguinte. Foi terrível o recontro,

pelejando uns e outros como quem não ignorava a importância daquela jornada. Durou o combate enquanto durou a luz do Sol, e ao anoitecer nem cristãos nem sarracenos haviam recuado um só passo. As trevas vieram pôr termo à carnificina, sem que a vitória se inclinasse claramente para nenhuma parte. Quando, porém, durante a noite, Al-Manssor soube que a maior e melhor porção dos seus cabos de guerra e cavaleiros perecera, fraqueando-lhe o ânimo feroz, ordenou passar o Douro com as relíquias do exército. Os cristãos, não menos destroçados que os inimigos, nem sequer ousaram segui-lo. O hájibe não pôde sobreviver à desonra. A mágoa, a idade e algumas feridas que recebera o fizeram expirar apenas transpostas as fronteiras de Casteia. Abdul-Malek Al-Modhaffer, filho de Al-Manssor, foi nomeado hájibe em lugar de seu pai, como já vimos. Em 1003 o novo hájibe abriu a campanha acometendo na Primavera a Catalunha e no Outono a monarquia leonesa, onde tomou a cidade de Leão, que principiava a erguer-se das suas ruínas e que foi de novo destruída. Durante o ano de 1005 as mútuas correrias cessaram com uma trégua que durou até 1007, época em que Abdul-Malek, penetrando na Castela e dali passando à Galiza, pôs tudo a ferro e fogo. A terra ficou destruída, e foram arrasados os castelos de Osma e Gormaz. Seguindo as margens do.86 Douro, o hájibe voltou a Córdova, senão coberto de glória por batalhas vencidas, ao menos rico de despojos.
Mas estas vantagens dos sarracenos breve deviam ter desconto. No ano seguinte Al-Modhaffer avançou pela Galiza com poderoso exército, cujo principal nervo era um corpo numeroso de cavalaria escolhida. Saíram-lhe os cristãos ao encontro; onde e quando, coisa é que se ignora. Foi brava e disputada a peleja e, se acreditarmos os historiadores árabes, os soldados do rei de Leão recuaram a princípio; porém melhorando-se logo, posto que o hájibe sustivesse até à noite o peso da batalha, foi por fim vencido, não sem grande perda dos seus adversários. Voltou então a Córdova, onde faleceu nesse mesmo ano.
A morte de Abdul-Malek produziu as graves perturbações que noutro lugar relatámos. As guerras civis de cada uma das duas raças inimigas que disputavam o domínio da Península eram naturalmente ocasião de engrandecimento ou, pelo menos, de repouso para a outra. Foi o que desta vez sucedeu. Nos combates que então alagaram de sangue as praças da orgulhosa Córdova, as tropas africanas que formavam a guarda do califa Hixam, adversa a Mohammed Ibn Hixam, o qual soubera apossar-se do califado, foram obrigadas, conforme dissemos, a sair da cidade perseguidas pelos muçulmanos espanhóis e a retirar-se para as fronteiras de Castela. Suleiman Ibn Al-Hakem capitaneava-as então por morte do seu antigo general Hixam Al-Raxid. Propôs ele ao conde castelhano ceder-lhe certos castelos que tinha de sua mão nas fronteiras, se o quisesse ajudar contra Mohammed. Aceitou o conde, e já noutra parte vimos quais foram as consequências dessa aliança.
Não só as revoltas entre os sarracenos deixavam repousar das passadas angústias a monarquia leonesa, mas também as diversas parcialidades que mutuamente se dilaceravam restituíam aos cristãos as povoações e castelos conquistados pelo célebre Al-Manssor para obterem deles auxílio. Assim o conde Sancho Garcez, que houvera de Suleiman alguns lugares como retribuição de serviços prestados, alcançou daí a pouco recuperar Santo Estêvão, Osma e Clunia, servindo os adversários do africano. Aproveitando habilmente as circunstâncias, o incansável conde de Castela chegou por este modo a ver ainda durante á sua vida restaurada a integridade do território castelhano. O apreço que os sarracenos faziam da aliança de Sancho, a influência que tinha em toda a monarquia como tio do moço Afonso V e a quase independência de que já os seus antecessores tinham gozado incitavam o conde a converter a Castela num estado de todo independente. Favoreciam a tentativa assim os poucos anos do rei de Leão, como a supremacia que Sancho Garcez tinha na realidade sobre os outros condes daquela província, posto que só o distrito de Burgos, a principal cidade de Castela,

constituísse em rigor o condado de Sancho, em cuja família se tornara hereditário um cargo que, pelas antigas instituições visigóticas era, quando muito, vitalício.
Foi no período decorrido de 1012 a 1016 que rebentaram as discórdias entre Afonso V, que ainda não contava vinte anos, e seu tio Sancho Garcez. Estas discórdias parece haverem-se prolongado até 1021, época da morte do conde de Castela. Se acreditarmos vários documentos desse tempo (de cuja autenticidade alguns duvidam), o próprio Afonso V taxava então o tio de infidelíssimo e de seu adversário. O que é certo é que o moço rei de Leão acolheu com honras e mercês a poderosa família dos Velas ou Vigilas, que haviam abandonado a Castela por inimizades com Sancho Garcez, e não menos o é que este fazia ligas com os muçulmanos ou os guerreava, sem curar dos interesses ou da vontade do governo leonês, o que prova proceder ele como se fosse um soberano independente.
Todavia, se este acontecimento gerou uma guerra civil, ela não foi nem violenta nem duradoura. O conde de Castela faleceu em 1021 deixando por sucessor seu filho.87 Garcia Sanches ainda na infância, e não consta que Afonso V tentasse aproveitar este ensejo para anular a importância dos condes castelhanos, antes, segundo alguns historiadores, foi ainda em vida deste rei que Bermudo, seu único filho, se desposou com Urraca, irmã mais moça do novo conde, e se contratou o casamento deste com Sancha, irmã de Bermudo. Pretendem outros, talvez com melhor fundamento, que os esponsais do conde de Castela só se contraíssem no reinado de Bermudo, no qual sucedeu indubitavelmente o assassínio de Garcia Sanches, assassínio que, como logo veremos, deu azo a grandes alterações políticas na Espanha cristã.
Os antigos monumentos falam vagamente das guerras de Afonso V com os sarracenos e das grandes vitórias deste príncipe: o que sabemos, porém, com certeza é que em 1027 ele passara o Douro e, discorrendo pelo Norte do Gharb, viera pôr cerco a Viseu, que provavelmente ficara em poder dos muçulmanos desde o tempo de Al-Manssor.
Foi durante o assédio que a morte o salteou no vigor da idade. Era no estio; intensa a calma. Despidas as armas e trajando apenas uma túnica de linho, o rei discorria em volta dos muros inimigos: um virote partiu das ameias e, ferindo-o mortalmente, derribou-o do cavalo. Levado à sua tenda, Afonso V expirou brevemente, contando pouco mais de trinta anos e quase outros tantos de reinado.
Subindo ao trono Bermudo III, filho do rei defunto, os nobres de Castela, provavelmente os tutores de Garcia, enviaram-lhe mensageiros propondo o casamento do moço conde com a infanta Sancha, e pedindo para ele a concessão do título de rei.
Não refusou Bermudo, segundo parece, a pretensão, porque dentro em pouco os nobres de Burgos se dirigiram a Leão levando consigo o seu pupilo, a fim de concluírem aquele casamento que devia pôr termo às discórdias entre o rei e o seu já em demasia poderoso súbdito. Tinha entretanto Bermudo partido para Oviedo. Chegados os castelhanos a Leão, resolveram prosseguir até aquela cidade para se verem com o rei: mas atalhou-lhes os passos inopinado sucesso. Os irmãos Vigilas ou Velas, que guardavam profundo rancor contra a família do conde Sancho Garcez, ajuntando um grosso corpo de solda-desca nas Astúrias e caminhando uma noite inteira, entraram em Leão ao alvorecer e, encontrando o jovem Garcia, assassinaram-no juntamente com muitos castelhanos e leoneses que haviam tentado ampará-lo. Saindo depois a seu salvo da cidade, dirigiram-se para a fronteira de Castela e acolheram-se a Monzón, lugar forte situado num monte sobranceiro ao rio Carrión.
O idoso Sancho, rei de Navarra, era casado com a irmã mais velha de Garcia. Por este motivo julgou que devia suceder ao conde e vingá-lo. Entrou com um exercito por Castela, veio sitiar Monzón, tomou-a, meteu a cutelo os seus defensores e mandou queimar vivos os Velas, que aí cativara. Depois, dirigindo-se a Burgos, fez-se aclamar sucessor de Garcia Sanches, unindo a Castela à Navarra, e fazendo-se assim o mais poderoso potentado da Espanha cristã.
Nem a ambição de Sancho, excitada pelo aumento de domínios, nem o

ressentimento de Bermudo ou dos seus tutores pela diminuição deles consentiram durasse muito a paz entre Leão e Navarra. A reedificação de Palência fez rebentar o incêndio. Intentara o navarro alevantá-la das ruínas como situada nos limites do con-dado de Castela. Bermudo opôs-se pretendendo que estava incluída dentro do distrito leonês. Daqui as hostilidades. Sancho, velho enérgico e guerreiro, penetrou logo nos domínios do seu adversário e apossou-se de todo o território que se dilata entre os rios Cea e Pisuerga. Andava então na Galiza Bermudo, empenhado em atalhar tumultos naquela sempre inquieta província, e o inimigo pôde atravessar o Cea e correr os campos de Leão. Mas os leoneses começaram a tomar as armas, e Bermudo, ajuntando um exército de galegos, veio em seu auxílio. Esta guerra iminente evitou-se, todavia, conforme alguns, por intervenção dos bispos de um e de outro país. Os dois reis.88 firmaram a paz com a condição de que Fernando, filho segundo do de Navarra, casaria com Sancha, a prometida esposa do assassinado Garcia, cedendo-lhe Bermudo o território conquistado pelo navarro entre o Cea e o Pisuerga. Estes sucessos, que tornavam Sancho o mais poderoso entre os príncipes cristãos da Espanha, passavam pelos anos de 1032: a ambição, porém, não o deixava repousar. Ignora-se com que pretexto, mas é certo que em 1034 entrou por Leão em som de guerra e subjugou todo aquele país até às fronteiras da Galiza e, porventura, ainda numa parte desta, conquistas que conservou até à época do seu falecimento nos princípios do ano seguinte, em que contava setenta de idade e de reinado sessenta e cinco.
A morte de Sancho gerou a guerra civil. Dividira ele entre os filhos os seus vastos estados, que abrangiam as modernas Navarras, francesa e espanhola, o condado de Aragão, muito mais limitado que a actual província deste nome, a Castela e Leão propriamente dito; isto é, abrangiam mais de dois terços do território da Espanha libertada do jugo dos sarracenos. A Navarra ficou ao mais velho, Garcia, que então se achava em Itália, o Aragão a Ramiro e a Fernando o novo reino de Castela com a parte de Leão entre Cea e Pisuerga, tendo Bermudo ocupado imediatamente a outra parte. Ramiro, porém, cujo quinhão fora o mais diminuto, talvez porque, como se crê, era bastardo, aproveitando a ausência de Garcia e aliando-se com os vális de Saragoça, Huesca e Tudela, entrou pelos estados do irmão com intento de os conquistar. Entretanto, Garcia, que, recebida a nova da morte de seu pai, voltara a Espanha, sabendo da tentativa do irmão, saiu-lhe ao encontro com as forças que à pressa pôde ajuntar. A sorte das armas foi inteiramente adversa a Ramiro, que escapou a custo perseguido por Garcia, ficando no campo muitos aragoneses e ainda mais sarracenos. Vencido, Ramiro pediu e obteve a paz, contentando-se de salvar a pequena porção que lhe coubera na rica herança paterna.
Bermudo, como dissemos, logo que Sancho de Navarra morrera, havia dentro em poucos dias recuperado a província de Leão, segundo parece, por acto espontâneo dos condes e governadores de castelos, sem que lhe fosse necessário reconquistá-la. Tinha Bermudo chegado então à idade viril. Pintam-no como mancebo de altos espíritos, esforçado e amigo da justiça. O largo período da sua menoridade devia ter gerado muitos abusos. O primeiro ano de governo gastou-o em remediar os males passados; mas no imediato (1037) resolveu restabelecer os anteriores limites do território leonês, invadindo o distrito entre Cea e Pisuerga, que fora constrangido a ceder. Com um exército de galegos e leoneses, entrou por aquela parte: Fernando, rei de Castela e seu cunhado, achando-se inferior em forças, invocou o socorro de Garcia, que desceu imediatamente de Navarra a ajudá-lo. Saíram os dois irmãos a receber o invasor e, encontrando-o junto do rio Carrión, travou-se a batalha. Foi esta a das mais bem feridas que se viram em Espanha; fizeram-se muitas gentilezas de armas, e Bermudo distinguiu-se entre todos pelo seu valor. A Providência tinha, porém, marcado o termo à dinastia leonesa. Rompendo por entre as alas castelhanas e navarras, o audaz filho de Afonso V foi topar em cheio com o rei de Castela, a cujas mãos acabou, se acreditarmos o letreiro que ainda se lê sobre o túmulo de Bermudo na catedral de Leão, ou antes às de

Garcia de Navarra, como parece indicarem-no os antigos cronistas. Fernando, vitorioso, marchou imediatamente contra a capital, cujos moradores tentaram resistir-lhe. Mas por uma espécie de direito consuetudinário de sucessão, que na prática ia substituindo pouco a pouco o direito electivo dos visigodos, morto Bermudo sem filhos a coroa pertencia a Fernando de Castela por sua mulher Sancha, irmã e herdeira de Bermudo. Assim os habitantes de Leão, conhecendo talvez que o último resultado da luta seria reconhecerem como rei o príncipe castelhano, cederam à fortuna do vencedor, e Fer-nando I foi aclamado rei de Leão e Castela..89

O novo monarca era, de feito, digno das duas coroas: o seu génio e vasta capacidade, tanto na paz como na guerra, granjearam-lhe na sucessão dos tempos o título de Magno ou Grande. Nos primeiros anos de reinado aplicou-se a reprimir as rebeliões que para os fidalgos de Espanha eram hábito inveterado, a estabelecer o sossego e a dar vigor às leis do país, confirmando as antigas e promulgando outras novas. Até 1050 a monarquia de Leão e Castela desfrutou debaixo do seu governo a paz externa, não só com os príncipes. cristãos da Espanha oriental, mas também com os sarracenos, cujo império, devorado pelas discórdias, caíra em completa anarquia.

A ambição de Garcia veio então interromper este estado próspero e tranquilo.

Garcia, que estabelecera a corte em Naxera, achava-se aí enfermo: obrigado do afecto fraterno, Fernando I correu a vê-lo. Apenas chegou, o irmão tramou prendê-lo, mas, avisado da traição, o rei castelhano pôde ainda salvar-se. Daí a pouco Fernando adoeceu igualmente, e Garcia, talvez para arredar as suspeitas que, segundo se persuadia, apenas seu irmão concebera, veio visitá-lo. Não perdeu Fernando o ensejo para a vingança. O rei de Navarra foi preso e metido no castelo de Cea. Pouco lhe durou, porém, o cativeiro; porque, peitando os que o guardavam, alcançou escapar e recolher-se aos seus estados.

Depois disto a guerra era inevitável: Garcia começou-a fazendo correrias furiosas por Castela e pondo tudo a ferro e fogo. Seu irmão ajuntou logo numeroso exército; mas antes de marchar contra ele enviou-lhe mensageiros propondo-lhe a paz e o esquecimento do passado. Cerrou os ouvidos o rei de Navarra a todas as proposições e, depois de maltratar os enviados, despediu-os com terríveis ameaças e encaminhou-se imediatamente para Burgos.

A poucas léguas desta cidade saiu-lhe ao encontro o rei de Leão e Castela, que ainda tentou evitar o combate. Todavia o navarro, fiado na bondade dos seus homens de armas, no grande número de sarracenos que tomara a soldo e no próprio esforço e destreza militar, pela qual era na verdade afamado, refusou toda a conciliação. Ao romper do dia os dois exércitos acometeram-se com igual furor; mas um troço de cavaleiros escolhidos, que o rei leonês pusera em cilada num bosque vizinho, arrojaram-se, lança em riste, quando mais revolto andava o combate, contra a ala onde pelejava Garcia e, rompendo por entre os que o rodeavam, feriram a um tempo no rei de Navarra e deram com ele em terra, quase ou inteiramente morto. Sabida esta nova, os navarros desampararam o campo perseguidos pelos seus contrários, a quem Fernando ordenou respeitassem a vida e a liberdade dos cristãos e aprisionassem ou matassem sem piedade os sarracenos aliados de Garcia. Depois, buscando o cadáver do irmão, levou-o consigo para Naxera, onde entrou vitorioso, e deu-lhe honrada sepultura na catedral desta cidade.

A moderação de Fernando I após a vitória, moderação que ainda hoje fora admirável, é muito mais digna de louvor atendendo à rudeza e ambições desregradas daqueles tempos. Estava a seus pés a coroa de Navarra: não a pôs sobre a cabeça; porque vemos Sancho, filho mais velho de Garcia, suceder a seu pai no trono, que ocupou por muitos anos.

Estes acontecimentos sucediam por fins de 1054. No ano seguinte Fernando I, senhor da maior e melhor porção da Espanha cristã, ao passo que o império de Córdova, dilacerado, como vimos, por atrozes e longas guerras civis, se desmembrara em quase

tantos estados quantas eram as suas províncias ou distritos, resolveu aproveitar a conjuntura para dilatar os próprios domínios à custa dos sectários do Corão. Assim, atravessando o Douro pelo lado de Zamora e encaminhando-se para o ocidente, entrou pela nossa moderna província da Beira, cujos castelos tantas vezes tinham sido já tomados e perdidos por cristãos e sarracenos. O de Seia (Sena) foi o primeiro que ele.90 tomou, talando os seus arredores e reduzindo outros castelos menos importantes. Desde então a guerra continuou por todas as primaveras seguintes, sendo conquistados sucessivamente (1057) Viseu, Lamego, Tarouca e outros lugares fortes. Transportando depois o teatro da guerra para as fronteiras de Castela, prosseguiu durante anos a série de suas conquistas e triunfos até vir pôr cerco a Alcalá de Henares, situada no interior da Espanha árabe, não longe de Toledo. Requerido pelos habitantes de Alcalá para que os salvasse, o amir toledano Al-Mamon preferiu sair com esse intento à custa de súplicas e avultadíssimas dádivas a comprá-lo por preço de sangue. Satisfeito com os presentes e humilhação de Al-Mamon, Fernando I deixou respirar os sarracenos por algum tempo e voltou a Zamora, entretendo-se no ano imediato em restaurá-la completamente das antigas ruínas.
Mas o seu génio inquieto e guerreiro não lhe consentia despir por muito tempo as armas. Fazendo nova entrada para o ocidente, veio pôr cerco à cidade de Coimbra, a mais importante povoação deste lado das fronteiras muçulmanas. Era o lugar forte e bem defendido, e o sítio durou seis meses. Por fim os sarracenos renderam-se ou por fome ou porque o estado dos muros, de contínuo combatidos, não consentia mais dilatada defensa. Assim, finalmente, Coimbra caiu em poder dos cristãos, para nunca mais sair dele.
Passava este sucesso em 1064 65 . No ano seguinte Fernando I levou as suas armas até a extremidade meridional da Espanha muçulmana, onde nunca havia penetrado nenhum dos seus predecessores, isto é, até Valência. Esta remota correria, de que falam os cronistas cristãos e que seria árdua de crer pelo extraordinário da empresa, explica-se pelo que referem as histórias árabes. Al-Mamon, amir de Toledo, desde que obtivera a paz com o rei de Leão e Castela no cerco de Alcalá, soubera conservar sempre a sua poderosa aliança. Levado, no meio das lutas civis em que ardia a Espanha maometana, a declarar guerra a seu genro o amir de Valência, pediu socorros a Fernando, o Magno. A invasão do território de Valência por Al-Mamon cai, segundo o testemunho dos escritores árabes, neste ano. São eles que nos certificam de que o socorro pedido se verificara, e as conquistas de Al-Mamon, que chegou a expulsar o genro dos seus domínios, vem a ser a mesma coisa que as vitórias do rei leonês narradas pelos cronistas cristãos.
Antes de acabarem as guerras do amir de Toledo, Fernando I, achando-se bastante enfermo, voltou a Leão, onde, agravando-se a doença, faleceu nos fins de Dezembro do ano 1065. Já anteriormente, seguindo as pisadas de Sancho, o Maior, o rei leonês tinha determinado num concílio ou cortes a forma por que todos os seus filhos deviam herdar cada qual uma porção dos vastos estados que lhes legava. Estas divisões, contrárias ao disposto no Código Visigótico, o qual, no mais, se conservava geralmente em vigor, tinham origem, quanto a nós, não tanto no amor excessivo dos príncipes para com seus filhos, como nas circunstâncias que haviam acompanhado o crescimento da monarquia fundada por Pelágio. A rápida narração que temos feito basta para se conhecer que essa monarquia, depois de se dilatar por certa extensão de território, tendia constantemente a desmembrar-se em pequenos principados. Cada conde ou governador de distrito, tendo necessariamente, em virtude do estado de guerra contínua, juntos em suas mãos todos os poderes militares, judiciais, administrativos, era quase um verdadeiro rei, e nada mais
65 A época da conquista de Coimbra por Fernando, o Magno é um dos pontos de cronologia mais
controvertidos na história da Espanha, A opinião de frei Henrique Flores, que põe essa conquista em

1058, é hoje a mais seguida; mas os fundamentos dos que pugnam pela data de 1064 parecem-nos os
melhores, e por isso a preferimos. Quem quiser averiguar esta particularidade consulte o tomo XIV da
Cronica na España Sagrada, pp. 90 e ss.; Ribeiro Dissertações Cronológicas, T. I, pp. I e ss.; São
Boaventura, História Cronológica e Crítica de Alcobaça, pp. 134 e ss..91
fácil do que esquecer-se de que lá ao longe, para o lado das montanhas das Astúrias, havia um homem superior a ele. Sem existir o feudalismo, causas análogas às que o tinham gerado no Norte da Europa actuavam na Espanha, e a estas causas, mais fortes nos distritos da fronteira árabe, onde a energia dos respectivos condes devia ser maior e o seu poder mais ilimitado, faziam com que aí as rebeliões fossem mais frequentes e algumas coroadas de bom sucesso, como sucedeu, primeiro com a Navarra ao oriente, depois com Castela no centro e, por último, com Portugal ao ocidente. Palpando, por assim dizer, este espírito de desmembração, que nascia da força das coisas depois que os estados cristãos adquiriram pela conquista mais remotos limites, Fernando Magno procurou que as tendências de separação, em vez de aproveitarem a estranhos, revertessem em proveito dos membros da sua família, e que assim se evitassem as lutas civis, cedendo a essas tendências em vez de tentar inutilmente, reprimi-las.

Fossem estes motivos racionais ou outros quaisquer os do procedimento de Fernando I, é certo que não deixou sem quinhão nenhum dos três filhos e duas filhas que tinha quando faleceu. Sancho, o primogénito, herdou a Castela com o título de rei; Afonso, o reino de Leão e Astúrias; Garcia, a Galiza, também constituída então em reino independente. Urraca ficou soberana em Zamora, e Geloira ou Elvira em Touro, com muitos outros bens nos domínios dos irmãos e, o que era mais importante, com o senhorio de todos aqueles mosteiros cujo padroado pertencia à coroa. O título de rainhas, com que parece ficarem também, deu provavelmente origem ao costume de atribuir essa denominação a todas as infantas ou filhas de reis, costume que veremos seguido ainda entre nós nos princípios da monarquia.

Durante algum tempo os três filhos de Fernando, posto que descontentes todos mais ou menos da partilha, viveram em paz, provavelmente porque o respeito a sua mãe D. Sancha, que os historiadores pintam como um modelo de virtude, de lhaneza e de bom juízo, os refreava. Falecendo, porém, D. Sancha nos fins de 1067, logo no ano seguinte o fogo que ardia debaixo das cinzas se ateou em chama violenta. Ignora-se o pretexto que para isso houve; mas é certo que a luta começou entre Afonso de Leão e Sancho de Castela. Os dois irmãos marcharam um contra o outro e vieram encontrar-se junto do rio Pisuerga. Foi brava a batalha com grande e mútuo estrago; mas por fim Afonso foi desbaratado. Como os fundamentos da guerra, ignoram-se igualmente as circunstâncias que embargaram os passos do vencedor; vê-se, todavia, que o rei de Leão voltou à sua capital sem ser perseguido e que as hostilidades se não renovaram durante os três anos seguintes.

No Verão, porém, de 1071 a paz quebrou-se de novo, e os dois irmãos tornaram a acometer-se. Tratando desta batalha, os antigos cronistas falam do exército de Afonso como composto não só de leoneses, mas também de galegos, o que, juntamente com os sucessos posteriores, nos persuade de que o rei da Galiza, Garcia, se inclinou à parcialidade do de Leão enviando-lhe socorros. Encontraram-se os dois exércitos nas fronteiras de Leão e Castela, nas margens do Carrión. Mais ferida e tenaz foi esta batalha que a primeira. No fim do dia os castelhanos desordenaram-se e fugiram. San-cho, mau grado seu, seguiu-os arrastado por eles. Afonso ficou senhor dos arraiais do rei de Castela e, contente com a vitória, proibiu aos seus que perseguissem os fugitivos. Um guerreiro, porém, havia entre os soldados de Sancho, que, célebre já por extraordinário esforço, conservara desafogado ânimo no meio daquela triste rota. Chamava-se Roderico Didacide ou Rui Dias, mais conhecido depois pelo nome de Cid,

de quem tantas patranhas se contam. Persuadido de que um cometimento repentino contra os descuidados vencedores poderia mudar a fortuna daquela fatal jornada, convenceu o rei de Castela de que, voltando de noite e dando inesperadamente nos inimigos ao romper da alva, fácil seria desbaratá-los. Assim se fez, e o resultado provou.92 a bondade do estratagema. Colhidos de improviso e meio desarmados, os leoneses e galegos cederam facilmente, e tão completo foi o destroço que o próprio Afonso caiu em poder de seu irmão, o qual o mandou conduzir cativo para Burgos e, avançando com o exército vitorioso, se apossou de Leão sem encontrar resistência. O rei prisioneiro foi obrigado, para evitar pior sorte, a vestir a cógula monástica no célebre Mosteiro de São Facundo ou Sahagún, donde passados tempos pôde evadir-se para Toledo, pondo-se debaixo da protecção do antigo aliado de seu pai, o amir Al-Mamon.

Enquanto estas coisas se passavam entre castelhanos e leoneses, os estados que Fernando Magno herdara a seu terceiro filho não gozavam de mais tranquilidade. Garcia reinava na Galiza e no território já denominado Portugal, que abrangia não só toda a porção daquela província ao sul do Minho e ao norte do Douro, mas também o distrito que, ao sul deste último rio até o Mondego, tinha sido conquistado aos sarracenos. Era Garcia de ânimo feroz, querendo mais governar pelo terror que pelo afecto. Alguns barões de Entre Douro e Minho, mal-sofridos do jugo e capitaneados pelo conde Nuno Menendes, rebelaram-se; mas foram desbaratados entre Brachara (Braga) e o Cávado. Um historiador do século XIII, Rodrigo Ximenes, pretende que com a vitória a tirania do rei da Galiza se tornara mais dura; que Vérnula, valido daquele príncipe, fora assassinado pelos nobres na presença do próprio Garcia, porque os delatava, e que por esse acto as vinganças e opressões redobraram; que, irritados os ânimos dos galegos e portugalenses, não perdera Sancho a conjuntura favorável para despojar da coroa o irmão mais moço, o qual, quase sem resistência, ele expulsara do reino, seguindo o rei fugitivo apenas trezentos homens de armas; que este buscara abrigo entre os sarracenos e favorecido por eles voltara ao distrito de Portugal, onde se assenhoreara de vários castelos, mas que num recontro com Sancho fora vencido, cativo e posto em ferros no castelo de Luna. A relação, porém, destes sucessos repetida pelo comum dos historiadores modernos, falta nas memórias mais seguras e envolve algumas dificuldades. Seja como for, é certo que, se Garcia continuou a governar a Galiza e Portugal depois da conquista de Leão por Sancho, foi reconhecendo uma espécie de supremacia em seu irmão mais velho; nem é de crer que este se mostrasse indiferente ao socorro que parece indubitável ele dera a Afonso na guerra precedente.

Urraca tinha-se mostrado constantemente parcial do rei de Leão nas dissensões anteriores, e fora ela quem favorecera a sua fuga para Toledo. Com este ou outro pretexto, Sancho pretendeu privá-la do senhorio de Zamora, pondo cerco a esta cidade. Não obstante o imenso poder do rei de Castela, os zamorenses ousaram defender-se, e com tal perseverança o fizeram que, apesar de repetidos assaltos, Sancho não pôde submetê-los. Durava todavia o cerco, e o ambicioso príncipe mostrava estar resolvido a levar a todo o custo a cidade quando um caso estranho pôs termo à contenda. Velito Adaulfiz ou Belido Arnulfes, cavaleiro esforçado de Zamora, vendo certo dia que Sancho passeava só e descuidado em frente dos muros, saindo das barreiras à rédea solta foi topar em cheio com o rei castelhano, derribou-o de uma lançada e acolheu-se aos muros com tal rapidez que ninguém o pôde alcançar. Era mortal a ferida, e no dia seguinte Sancho expirou. Com a sua morte o exército sitiador, corpo heterogéneo formado de companhias de castelhanos, leoneses e, até, de navarros e galegos, dispersou-se em completa desordem. Apenas as tropas de Castela conservaram alguma disciplina e, resistindo aos sitiados que saíram a persegui-las, levaram com pompa militar o cadáver de Sancho ao Mosteiro de Onha, onde foi sepultado.

Corria o ano de 1072 quando sucederam estes acontecimentos. A morte inesperada de Sancho mudou inteiramente o aspecto dos negócios públicos. Urraca apressou-se a avisar Afonso de que viesse ocupar o trono que ninguém lhe disputava,

não havendo o rei de Castela deixado filhos. Depois de jurar paz e aliança com o seu.93 hóspede, o generoso Al-Mamon, Afonso dirigiu-se a Zamora, onde foi logo reconhecido pelos barões de Leão e também pelos de Galiza conforme alguns historiadores, o que parece confirmar a ideia de que no reinado antecedente os estados de Garcia tinham ficado numa espécie de sujeição a Sancho. Os castelhanos, se acreditarmos Lucas de Tuy e Rodrigo Ximenes, exigiram previamente dele o juramento de que não tinha entrado na trama da morte de seu irmão, mas não ousando ninguém pedir este juramento, Rui Dias de Bivar, o Cid, apresentou-se a exigi-lo em nome dos nobres de Castela. Todas estas particularidades, porém, foram talvez inventadas para dar fundamento histórico às novelas e poemas do Cid, que por largo tempo passaram e passam ainda para muitos como narrativas verdadeiras.
A data do segundo reinado de Afonso, VI do nome na série dos reis de Oviedo e Leão, é a dos primeiros dias do ano de 1073. Obtendo sem custo, não só a própria coroa que perdera, mas também a de Castela, parecia dever contentar-se deste favor da sorte; mas não sucedeu assim. Garcia reinava na Galiza, ou porque nunca dali saísse, ou porque voltasse de Sevilha, para onde, afirmam alguns, tinha fugido do castelo de Luna. Apenas seguro no trono, Afonso VI, dizem que por conselho de sua irmã Urraca, atraiu-o enganosamente à corte e meteu-o numa prisão, donde não tornou a sair enquanto viveu, posto que fosse aí tratado com toda a atenção e brandura. Nenhuma das duas províncias, Portugal e Galiza, recusou aceitar o novo senhor, e Afonso achou-se, enfim, na posse pacífica de toda a herança de Fernando Magno acrescentando a ela daí a três anos a Rioja e a Biscaia, que lhe cedeu Sancho I de Aragão para que ele lhe consentisse a posse pacífica de Navarra, de cuja maior parte o mesmo Sancho se havia apoderado.
Não tardou muito que ao poderoso rei de Leão, Castela e Galiza se oferecesse conjun-tura de mostrar, não só a força do seu braço, mas ao mesmo tempo o seu agradecimento ao amir muçulmano que tão nobremente o acolhera no tempo da adversidade. A Espanha árabe continuava a despedaçar-se nas guerras intestinas que haviam nascido da queda do império dos Benu Umeyyas. O amir de Sevilha, que também obtivera o domínio da antiga capital dos califas, invadiu os estados de Al-Mamon. Sem esperar que este lhe mandasse pedir socorro, o rei cristão marchou em auxílio de Al-Mamon. Os dois exércitos, toledano e leonês, entraram então no território do amir inimigo, assolando e queimando tudo. Afinal Al-Mamon; que se apossara de Sevilha, despediu o seu aliado rico de despojos, e Afonso voltou a Leão. Daí a pouco faleceu o velho amir, recomendando seu filho e sucessor (outros dizem seu neto) à protecção de Afonso VI, que por esta época (1077) se assenhoreou de Coria, cidade provavelmente sujeita ao amir de Badajoz. Das suas outras vitórias e conquistas feitas no período que decorre desde a morte de Al-Mamon até a tomada de Toledo e das posteriores a esse importante sucesso falam tão confusa e resumidamente os historiadores cristãos, ao passo que as celebram com excessivo encarecimento, que pouco se alcança a este respeito, à vista do que eles dizem. É confrontando-os com os escritores árabes que se pode obter mais alguma luz sobre os primeiros doze ou quinze anos do dilatado governo de Afonso VI.
Mohammed Al-Mutamed Ibn Abbad (o Benabeth das crónicas cristãs) era o amir de Sevilha contra quem o rei de Leão guerreara como aliado de Al-Mamon. Apenas Afonso se retirara, Ibn Abbad viera pôr cerco a Sevilha, onde o amir de Toledo falecera estando cercado. Com a sua morte os toledanos viram-se obrigados a ceder, e não só a capital da Andaluzia mas também Córdova, conquistada igualmente por Al-Mamon, voltaram de novo ao domínio do seu antigo senhor. Só do rei leonês se temia Ibn Abbad; porque, como um dos tutores do amir toledano, podia marchar contra ele e atalhar o curso das suas recentes vitórias. Tinha Ibn Abbad por vizir (ministro) um dos homens mais célebres entre os árabes pela sua habilidade em enredos políticos. Chamava-se Ibn Omar. Foi por intervenção dele que o amir de Sevilha tentou afastar.94 Afonso VI da aliança do sucessor de Al-Mamon; mas o rei de Leão soube até certo ponto corresponder à confiança que nele pusera o amir falecido, senão defendendo

activamente o pupilo, ao menos não se unindo por então aos seus inimigos.

Toledo era naquele tempo, depois de Córdova, talvez a mais famosa cidade da Espanha muçulmana. Além de ter sido a antiga capital do império visigótico, a sua situação central, a fortaleza do seu assento e o aumento que tinha tido desde que nela reinava independente a família dos Dhin-Nun tornavam-na de tal importância que Afonso VI desejava ardentemente possuí-la para fazer dela, como depois se viu, a capital do reino de Oviedo, Leão e Castela. Era a ocasião oportuna; mas a empresa devia ser levada com tal arte que o resultado fosse bem seguro. E, de feito, todos os passos de Afonso VI se encaminharam a alcançar este único fim durante os cinco anos que decorreram desde 1080 até à tomada de Toledo em 1085.

A história dos sucessos daquela época é obscura pelas narrativas várias e encontradas dos cronistas cristãos e árabes. De uns parece deduzir-se que um tio ou irmão do sucessor de Al-Mamon, chamado Yahya, obtivera o poder no meio das revoltas que dilaceraram os estados dos Dhin-Nun. Outros parece indicarem que Yahya fora o sucessor de Al-Mamon e que Afonso VI esquecera pela ambição os deveres que o ligavam àquela família. O que sabemos é que por fim Afonso VI estava aliado com Ibn Abbad e que já em 1081 invadia o território de Toledo com um numeroso exército em que se achavam, segundo parece, muitos cavaleiros franceses e, atravessando as serras que dividem a Castela Velha da Nova, apossava-se de vários lugares fortes. Nos anos seguintes renovou a guerra, sempre com tão próspera fortuna que Ibn Abbad, para mais apertar os recentes laços que o uniam ao seu antigo adversário, lhe deu por mulher sua filha Zaida, cedendo-lhe juntamente o senhorio das terras que pela sua parte ele conquistara ao amir de Toledo, como Cuenca, Huete, Ocanha e outras. Aquele casamento, se tal nome se lhe pode dar, entre um rei cristão e uma princesa muçulmana, posto que insólito (tanto mais que Afonso era casado havia já anos com sua segunda mulher, Constança de Borgonha, tendo perdido ou repudiado a primeira, Inês), não parece ter produzido grande admiração no ânimo dos escritores desses tempos, um dos quais, Lucas de Tuy, se contenta de chamar a Zaida «quase mulher» do rei. As ideias de então explicam esta singularidade aparente. Pelo que toca a Ibn Abbad, o dar sua filha a um homem casado nada tinha de extraordinário, por ser a poligamia permitida entre os sarracenos. Quanto a Afonso VI, andavam no seu tempo os costumes tão soltos e eram tão frequentes os matrimónios sem intervenção da Igreja que semelhante sucesso, hoje estranho, seria apenas digno de reparo naquela época.

Antes de assentar definitivamente o cerco de Toledo, o rei de Leão seguiu o sistema de enfraquecer a capital assolando-lhe duas vezes cada ano, conforme o testemunho dos árabes, os campos e povoações das circunvizinhanças e tomando os castelos donde os mouros o poderiam saltear durante o sítio. Depois de três anos de correrias e estragos, Afonso veio por fim acampar-se em volta dos muros de Toledo. Yahya nada tinha feito, segundo parece, para repelir as invasões dos cristãos. Era o moço amir mais dado aos passatempos e deleites que aos cuidados do governo e às fadigas da guerra. Vendo-se reduzido ao extremo aperto, enviou mensageiros ao amir de Badajoz, Ornar Ibn Moharnmed, pedindo-lhe socorro. Mandou este, de feito, seu filho Al-Fadl, váli de Mérida, com certo numero de tropas, mas debalde: Afonso não só o impediu de entrar na cidade, mas também o desbaratou e constrangeu a fugir. Encerrava Toledo nos seus muros um grande número de judeus e de moçárabes ou mostárabes. Para estes o domínio dos leoneses, seus correligionários, se não era de desejar, pelo menos não era de temer: para aqueles, indiferentes a estas lutas de duas raças e de duas crenças alheias à sua, o único receio grave consistia na possibilidade de perderem os.95 grossos cabedais que possuíam, se, tomada de assalto, a cidade fosse posta a saco. Aproveitando os incitamentos da fome, que se começava a sentir duramente, falavam já de se darem a partido. Alguns muçulmanos, que ainda conservavam as tradições do esforço de seus antepassados, pretendiam que se defendesse Toledo até o último transe; mas o comum dos habitantes sarracenos quebrados os ânimos pela escasseza de

vitualhas e pela desesperança de socorro, inclinaram-se à opinião dos judeus e dos moçárabes. Constrangido pelos conselhos e clamores gerais, o amir dirigiu a Afonso VI embaixadores que lhe trouxessem à memória a sua aliança com a família dos Dhin-Nun e os benefícios recebidos de Al-Mamon, e que ao mesmo tempo lhe propusessem o reconhecer ele, Yahya, a supremacia da coroa leonesa, pagando-lhe tributo anual. Tudo rejeitou Afonso: o seu propósito inabalável era apoderar-se da cidade: tréguas aos mouros, só assim as daria. Sabida esta resposta, o povo amotinou-se, e não houve outro remédio senão ceder. As condições foram vantajosas para os habitantes: tolerância inteira para com o culto do Islão; nenhum aumento de tributos; liberdade plena para todos que quisessem seguir Yahya e a conservação dos juizes e leis civis dos muçulmanos, para por elas se regerem estes. O amir saiu com os principais sarracenos para Valência, e Afonso, ordenadas todas as coisas necessárias para assegurar a sua conquista, foi habitar o alcaçar dos príncipes muçulmanos, ou antes os paços transfor-mados dos reis visigodos, que de Toledo tinham feito a capital do império, e donde Roderico saíra perto de quatro séculos antes para a batalha do Chrissus, na qual se perdeu a Espanha. Ou fosse por esta circunstância ou pela situação de Toledo, mais acomodada que Leão para poder facilmente prosseguir a guerra contra o islamismo e dilatar os domínios cristãos, Afonso VI estabeleceu aí a corte, deixando a de Leão, como por esta Garcia I abandonara a de Oviedo. Foi na Primavera de 1085 que a antiga capital da Espanha visigótica se libertou do jugo sarraceno. Aqueles castelos e povoações dependentes do amirado de Toledo que ainda não haviam sido tomados por Afonso VI seguiram em breve a sorte desta cidade. A balança pendia enfim a favor da reacção cristã; porque, com as muitas conquistas deste príncipe, em mais de metade do território espanhol a cruz triunfante dominava de novo. As fronteiras ou estremaduras do reino leonês-castelhano dilatavam-se agora por uma linha que corria de poente a nascente desde a foz do .Mondego, pela Beira Baixa, direita a Corja, Talavera, Toledo, Huete e Cuenca, até às serras de Albarracim. Então as povoações ao norte desta linha, antes tomadas e perdidas frequentes vezes ou destruídas e abandonadas, puderam afinal ser erguidas das suas ruínas e repovoadas, negócio que principalmente entretinha Afonso VI nos breves intervalos de trégua que dava aos sarracenos.

O amir de Sevilha, que tanto trabalhara por obter a aliança do rei de Leão e induzi-lo a destruir o poder dos Dhin-Nun, quando viu quão rápidas e importantes eram as conquistas de Afonso, começou a ter graves receios das consequências fatais que a sua política podia produzir para o islamismo. Enviou-lhe então mensageiros, dizendo que se devia contentar com a posse de Toledo e cessar de ulteriores conquistas, lembrando-lhe as condições dos tratados que haviam celebrado. O rei de Leão entendeu ou fingiu entender que o amir lhe recordava a obrigação de o ajudar contra os seus inimigos e, sem descontinuar da guerra, enviou-lhe quinhentos cavaleiros, que, demorando-se apenas três dias junto de Sevilha, se dirigiram a Medina Sidónia, onde a esse tempo se achava Ibn Abbad. Nunca tão longe haviam penetrado soldados cristãos. A cólera e o temor aumentaram no coração do amir com este inesperado e não pedido socorro, que Afonso ousava enviar até os limites meridionais da Espanha árabe. Desde esse momento Ibn Abbad não cogitou senão no modo de pôr termo ao engrandecimento do rei leonês. Uma paz geral entre os diversos amires muçulmanos, já talvez dantes preparada, se fez então. Numa assembleia celebrada em Sevilha, a que pessoalmente.96 assistiram alguns deles ou a que enviaram os seus vizires e cádis, se deliberou sobre a maneira que se teria em obstar à ruína iminente do Islão. A resolução que tomaram, combatida energicamente pelo váli de Málaga, foi chamar à Espanha os almorávidas; resolução fatal para os cristãos, porém ainda muito mais fatal para a liberdade dos muçulmanos espanhóis.

Quem eram os almorávidas e o seu amir Yusuf já noutro lugar o dissemos. Ibn Abbad tinha sido aliado de Yusuf quando o rei de Leão favorecia os Dhin-Nun de Toledo, e as armadas do amir de Sevilha haviam ajudado por mar o príncipe africano a

subjugar Tânger. Por mais de uma vez Ibn Abbad o havia excitado a passar o Estreito, na persuasão de que, ajudado pelo africano, poderia assenhorear-se de todos os estados maometanos da Espanha, embora houvesse de reconhecer uma espécie de sujeição ao chefe almorávida. Há quem diga que o próprio Afonso VI aprovava estes desígnios do amir sevilhano na época da estreita amizade que por algum tempo os uniu. Agora, porém, era contra o leonês que todos os potentados muçulmanos da Península invocavam o socorro do célebre Yusuf.
Este achava-se em Fez, que pouco antes conquistara, quando chegaram os mensageiros do país do Andaluz. Ouvida sua embaixada, respondeu aos amires que não passaria à Espanha sem que lhe cedessem o castelo de Algeciras, por onde pudesse entrar e sair da Península com a certeza de não lhe ser embargado o passo, acres-centando que, no caso de aceitarem a condição, atravessaria imediatamente o Estreito para os ajudar contra o rei infiel. Era extremo o trance: Ibn Abbad, senhor do castelo pedido, mandou-o entregar a Yusuf, e pouco tardou que um grosso exército capitaneado pelo próprio Abu Yacub passasse de África para Espanha e se dirigisse a Sevilha.
Afonso VI, depois de haver talado o território do amir de Badajoz, marchara para o oriente e pusera sítio a Saragoça. Foi ali que lhe chegou a notícia da vinda de Yusuf. Imediatamente, convocando em seu auxílio Sancho, rei de Aragão, fazendo levantar novas tropas por Galiza, Astúrias, Leão e Castela e chamando muitos cavaleiros do Sul da França, como já havia chamado outros antes de conquistar Toledo, dirigiu-se a esta cidade, onde todos esses elementos dispersos se deviam ajuntar para constituir um exército capaz de se opor à multidão dos sarracenos, que ameaçavam tirar crua vingança das afrontas recebidas pelos muçulmanos do Andaluz.
O desígnio de Yusuf, segundo parece, era marchar contra Leão e Galiza, levando a guerra ao centro dos estados cristãos: porque, em vez de se dirigir contra Toledo, partira de Sevilha para Badajoz. Foi perto desta cidade que Afonso VI, marchando da sua nova capital com todas as forças aí congregadas, veio sair ao encontro do príncipe almorávida.
Os dois exércitos avistaram-se sobre o rio de Badajoz (Nahar-Hagir): o dos muçulmanos ocupava na margem esquerda os campos e outeiros denominados pelos escritores árabes de Zalaca e pelos cronistas cristãos de Sagalias ou Sacralias: o de Afonso VI acampou na margem direita. A terribilidade da batalha, que era inevitável, fazia hesitar tanto uns como outros; porque alguns dias se passaram em embaixadas e ameaças. Os dois exércitos que se achavam frente a frente eram, talvez, os maiores que desde a entrada dos sarracenos a Espanha tinha visto. Ainda dando algum desconto à exageração ordinária dos antigos escritores árabes e cristãos, os quais, unânimes, afirmam que só Deus poderia contar o número de muçulmanos e que as tropas do rei de Leão e Castela subiam a oitenta mil cavaleiros e duzentos mil peões, é todavia certo que ali se encontravam todas as forças das duas raças que disputavam o solo da Espanha, ajudadas uma pelos guerreiros franceses e a outra pelos almorávidas, conquistadores da Mauritânia. Há, porém, uma circunstância narrada pelos árabes muito crível, a qual não devemos omitir; isto é, a existência de vários corpos de cavalaria cristã ao serviço de.97 Yusuf e a de trinta mil muçulmanos ao de Afonso VI, o que prova serem, mais que o sentimento religioso, ódios ou ambições humanas quem não consentia um momento de paz e repouso na devastada Espanha.
Afonso resolveu-se, enfim, a acometer os sarracenos e passou o rio ao romper da manhã de 23 de Outubro de 1086. Os seus corredores toparam com um corpo de almogaures de África enviados contra eles e obrigaram-nos a recuar. Entretanto, parece que no romper das batalhas algumas tropas cristãs tinham fugido, aterradas provavelmente pelo grande número dos inimigos. Todavia o rei de Leão, dividindo o exército em dois troços, deu o sinal de combate. Ele com a vanguarda remeteu contra os almorávidas, enviando ao mesmo tempo o outro corpo, capitaneado por Sancho de Aragão e por um general a que os escritores árabes chamam Albar Hanax (porventura

Álvaro Eanes), contra os muçulmanos espanhóis, cujo campo estava separado dos arraiais africanos por um outeiro. Acaudilhava os sarracenos espanhóis o amir Ibn Abbad, homem cujo esforço era provado, mas brevemente se viu só com os seus guerreiros sevilhanos, porque todos os outros amires fugiram desordenados pelo impetuoso embate dos cristãos. Por outro lado, a vanguarda dos africanos começava a recuar diante do valoroso rei leonês. Yusuf conheceu então a necessidade de dar um golpe decisivo: enviou as tribos berberes e as cabildas almorávidas de Zeneta, Mossameda e Ghomera em socorro da sua vanguarda e do amir de Sevilha, que, abandonado dos outros amires, continuava a sustentar por aquele lado o peso da batalha. Depois o hábil Yusuf, rodeando o campo da peleja, precipitou-se à frente dos lantunitas, os mais célebres entre os guerreiros almorávidas. e a cuja raça ele pertencia, sobre os mal guardados arraiais dos cristãos. Era impossível a resistência. No momento em que o desbarato dos muçulmanos parecia certo, Afonso foi avisado da destruição do seu acampamento, não só pelos fugitivos que chegavam, mas também pelo clarão do incêndio. O desejo da vingança perdeu-o. Abandonando o combate, que tinha quase vencido, marchou contra Yusuf, que o recebeu valorosamente. Os sarracenos, que recuavam diante dele, cobraram ânimo, percebendo que os cristãos voltavam rosto, e vieram acometê-los pelas costas quando mais aceso andava o recontro com os lamtunitas. As tropas muçulmanas que haviam fugido para Badajoz, vendo melhorar-se a fortuna dos seus, tornaram à batalha. Revolvendo-se como um leão no meio dos infiéis, Afonso não cedeu enquanto lhe restaram alguns soldados em estado de pelejar, mas por fim, ferido ele próprio, viu-se constrangido a fugir acompanhado apenas de quinhentos homens de armas e perseguido pelos almorávidas que ainda lhe derribaram uma boa parte destes. A noite que descia salvou os restantes e o próprio rei de Leão, que sem essa circunstância teria perecido.

Se acreditássemos os escritores árabes, a perda dos cristãos teria sido imensa. Segundo um deles, Yusuf, fazendo decepar as cabeças dos mortos (costume tri-vialíssimo entre os sarracenos), enviou cinquenta mil às diferentes capitais dos amirados do Andaluz e quarenta mil para serem distribuídas pelas cidades marítimas da Berberia como documento da vitória. De todo o exército dos nazarenos, dizem eles, apenas escapou Afonso com cem homens. Semelhantes encarecimentos, juntos à confissão dos antigos cronicons sobre o grande estrago dos cristãos, provam que esta foi uma das mais terríveis batalhas que se pelejaram em Espanha. Se o hábil e esforçado Yusuf Abu Yacub tivesse ficado na Península à frente dos sarracenos vitoriosos, a monarquia leonesa não tardaria, talvez, em chegar ao ponto da última ruína. Felizmente para o cristianismo, na mesma noite da batalha um mensageiro chegou ao campo dos almorávidas com a notícia de ser falecido, em Ceuta, Abi Bekr, filho mais velho de Yusuf, que ele amava com extraordinário afecto. Esta nova obrigou Yusuf a partir ime-diatamente
para Algeciras e a passar à África, deixando por general das tropas.98
almorávidas o caide Seir Ibn Abi Bekr.

Enquanto este e o amir de Badajoz corriam as fronteiras da Galiza, talando os lugares abertos e submetendo vários castelos e povoações fortes que Afonso anteriormente conquistara, Ibn Abbad entrava pelo território de Toledo e sucessivamente ia expulsando os cristãos das cidades principais daquela província, como Cuenca, Huete e Consuegra. Perto de Lorca, porém, alguns alcaides castelhanos vieram ao seu encontro e destroçaram-no. Desde este sucesso a fortuna começou a sorrir de novo a Afonso VI. A poucas milhas de Lorca, aonde o amir de Sevilha se fora refugiar depois do seu desbarato, tinham-se os cristãos apossado, talvez nessa mesma conjuntura, de um castelo roqueiro e bem fortificado, a que os historiadores árabes dão o nome de Alid. Acredita-se que o caide desse castelo era o famoso Rui Dias, mais conhecido pelo nome de Cid, de quem já fizemos menção. Situada num monte quase inacessível no meio dos estados de Ibn Abbad, aquela fortaleza era como um ninho de

águias donde o terrível Rui Dias se arrojava sobre os campos de Múrcia e de Sevilha, e punha tudo a ferro e fogo. Sabendo das suas façanhas, o rei de Leão apressou-se a mandar-lhe socorros. Não passava dia em que as correrias dos cavaleiros de Alid não deixassem tristes vestígios nas terras vizinhas, e às vezes estas correrias alongavam-se até o território de Valência. O amir sevilhano, cansado de tantos estragos e não tendo forças para os impedir, recorreu a Yusuf, que, havendo ordenado as coisas do Moghreb, tornou a passar à Espanha no Verão de 1088. Provavelmente Abu Yacub, confiado nas tropas que deixara e nas da Andaluzia, dirigiu-se com poucas forças a Lorca, onde chamou para a ghaswat (guerra santa) os amires espanhóis, os quais pela maior parte não vieram. Assim, com o seu pequeno exército cercou Alid debalde: os cristãos resistiram durante quatro meses. Algumas dissensões graves começaram entretanto a alevantar-se no campo dos sitadores, enquanto Afonso VI, sabendo da vinda de Yusuf e do cerco de Alid, marchava a encontrá-lo. Yusuf não ousou esperar o exército leonês e, irritado contra a maior parte dos amires que o tinham abandonado, embarcou para a Mauritânia. O rei de Leão chegava no entanto às imediações de Lorca e, fazendo sair do castelo de Alid o resto dos seus defensores, desmantelou-o e regressou a Toledo.
Os sarracenos de Espanha começavam já a recear que o seu poderoso aliado de África lhes viesse a ser mais fatal que o próprio Afonso, e que, não contente com o vasto império do Moghreb, quisesse também assenhorear-se dos amirados aquém do Estreito. Mostrou o tempo que estes receios não eram vãos. Pela terceira vez Abu Yacub voltou à Península, mas com um grosso exército de almorávidas (1090). Dirigiu-se rapidamente para Toledo, cujos arredores devastou, sem que Afonso, encerrado dentro dos muros, se atrevesse a opor-se-lhe. Todavia nem um só dos amires de Espanha veio ajuntar as suas tropas às de Abu Yacub, e o próprio Ibn Abbad, que na antecedente campanha não seguira o exemplo comum, desta vez ficou tranquilo em Sevilha, enquanto Yusuf guerreava os nazarenos. Folgou com este procedimento o dissimulado almorávida, cujos intentos eram na realidade os que se lhe atribuíam. Saindo repentinamente dos territórios cristãos, marchou para Granada, onde não tardou a depor o amir Abdullah Ibn Balldn, que já, segundo parece, tratava secreta-mente de confederar-se com o rei de Leão contra os africanos. Depois Yusuf regressou de novo a Marrocos, deixando para o substituir o caide Seir, como executor dos seus ambiciosos desígnios.
Ibn Abbad entretanto fortificava-se em Sevilha e, solicitando o esquecimento do passado, buscava a aliança de Afonso, que, vendo nestas lutas dos muçulmanos ocasião de engrandecimento próprio, lha concedeu facilmente. Infatigável sempre, Abu Yacub chegando à África enviou imediatamente para a Espanha grande número de soldados. Seir pôde em breve assenhorear-se de Jaen e de Córdova, e, passado apenas um mês, de.99 todas as cidades dependentes do amirado de Sevilha não restava a Ibn Abbad senão a sua capital. Afonso fez então marchar algumas forças contra os almorávidas, mas depois de vários recontros elas foram constrangidas a retirar-se, e daí a pouco Sevilha caiu nas mãos de Seir. Sem nos fazermos cargo das resistências parciais, e na maior parte obscuras, que os árabes espanhóis opuseram ao triunfo completo dos almorávidas, resistências que só tiveram alguma importância quando certo número de amires e vális se uniram debaixo do mando de um cristão, o célebre Rui Dias, basta dizer que doze anos consumidos em contínuas guerras entre o africano Seir e os muçulmanos do Andaluz deram a Yusuf o domínio da parte não cristã da Península, à excepção do território de Saragoça, cujo amir desde o princípio firmara uma sólida aliança com os almorávidas. Quando em 1103 o amir al-mumenin, ou príncipe dos muçulmanos, título que Yusuf tomara, voltou pela quarta vez à Espanha, achou-se pacífico senhor de todos os países maometanos desde os limites de Saragoça até à margem esquerda do Tejo, que pelo lado do Gharb era a barreira que os dividia do império leonês.
Fora, de feito, até à foz do Tejo que as conquistas de Afonso VI haviam chegado. Enquanto os sarracenos combatiam entre si, ele, refazendo-se das passadas perdas,

marchara para o sul e apossara-se de Santarém, Lisboa e Sintra no Verão de 1093. Satisfeito com ter dilatado os seus domínios, apesar do terrível revés de Zalaca, até o extremo ocidente, o rei de Leão, que em vários documentos atribui já a si o título de imperador, tomado constantemente depois por Afonso VII, recolheu-se a Toledo, dedicando-se ao governo dos seus estados, sem fazer guerra aos sarracenos, salvo as pequenas
escaramuças e correrias das fronteiras, que eram de costume, ao menos todas as primaveras.
Um dos golpes mais dolorosos para o coração humano cobriu de tristeza os
últimos dias de Afonso VI e, porventura, abreviou-lhe a existência. Das mulheres com que foi casado e de duas concubinas, apenas Zaida, a filha de Ibn Abbad, que ele veio, segundo parece, a desposar legitimamente depois de convertida ao cristianismo, lhe deu um filho varão, o infante Sancho. Entrado apenas na juventude, era este mancebo, por nos servirmos das expressões atribuídas ao próprio rei de Leão, que ele considerava como seu herdeiro e que amava como a luz dos seus olhos, alegria do seu coração e consolo da sua velhice. Aquele filho tão querido acabou desafortunadamente às mãos dos sarracenos na flor da mocidade esperançosa, no penúltimo ano de reinado e da vida do velho Afonso VI, que, morrendo, houve de deixar a gloriosa mas pesada coroa de Leão e Castela à única filha legítima que tivera de Constância, sua segunda esposa. Abu Yacub Yusuf Ibn Taxfin falecera em Marrocos no Outono de 1106, e seu filho Ali Ibn Yusuf, já anteriormente declarado e jurado sucessor, tomara as rédeas do governo do vasto império muçulmano da África e da Espanha. O novo amir al-mumenin, sopitada a revolta de um seu sobrinho, váli de Fez, resolveu prosseguir na guerra santa contra os cristãos. Com este propósito, no Verão de 1108 fez passar o Estreito a novas tropas almorávidas da tribo de Lamtuna e deu o mando delas a seu irmão Abu Taher Temin, váli de Valência e depois de Granada. Romperam as hostilidades pelo cerco de Uclés, forte povoação da fronteira cristã. Apesar de bem guarnecida, a cidade foi entrada à escala vista e os seus defensores tiveram de acolher-se ao castelo. Afonso VI enviou imediatamente um exército em auxílio dos cercados. Capitaneava-o o infante Sancho, antes em nome que na realidade, porque apenas saía da infância. O velho rei de Leão confiava na vigilância e afecto do conde Gomes de Cabra, aio do infante, sendo por isso o conde o verdadeiro cabeça da expedição. Quando Temin soube das forças que vinham contra ele quis retirar-se, mas os caides de Lamtuna insistiram em esperar os cristãos. Chegados estes, travou-se a batalha. Foi terrível o recontro, e o campo disputado com igual esforço; mas por fim a vitória declarou-se a favor dos muçulmanos. Sancho,.100 provavelmente já quando os seus começavam a retroceder, sentiu fraquear o ginete em que montava. Assustado, bradou ao conde Gomes: «Oh pai!, oh pai!, o meu cavalo está ferido!» Correu o aio e chegou no momento em que Sancho caía. Estavam cercados de sarracenos. O conde apeou-se e, metendo o infante entre si e o escudo, defendia-se e defendia-o como um leão dos golpes que choviam por todos os lados, até que uma cutilada lhe decepou um pé. Não podendo mais suster-se, deitou-se em cima de Sancho, para morrer antes dele, e assim acabaram ambos. Os cristãos fugiam entretanto perseguidos pelos africanos: alcançados a breve distância, sete condes aí foram mortos, e apenas as relíquias do exército voltaram a Toledo. Temin redobrou então os assaltos contra o castelo de Uclés, que, apesar de brava resistência, houve por fim de render-se. Foram, todavia, segundo é de crer, grandes as perdas dos almorávidas, tanto na batalha como no sítio, porque não prosseguiram na conquista, tirando assim quase nenhum fruto da vitória.
Enfraquecido por dilatada enfermidade, o rei de Leão, sabida a morte do filho,
caiu em profunda tristeza, a qual lhe agravou o mal. Em Junho de 1109, Afonso expirou em Toledo, tendo governado depois da morte de seu irmão Sancho trinta e seis anos como rei de Leão e Castela. A falta deste célebre príncipe trouxe à Espanha graves perturbações, das quais só faremos menção no que importar à história de Portugal,

nascido, por assim dizer, desse acontecimento e favorecido na sua débil infância pelos calamitosos sucessos ocorridos na Espanha cristã em consequência da morte de Afonso VI..101

LIVRO I

1097-1128

Os distritos de Coimbra e Portugal pelo meado do século XI. - Os borgonheses Raimundo e Henrique, genros de Afonso VI. Governo do conde Raimundo em toda a Galiza até Coimbra. - Afonso VI estabelece o condado ou província portucalense ao sul do Minha e dá o governo dele a Henrique. - Acções deste até partir para a Síria e sua volta à Espanha. - Desígnios ambiciosos dos dois condes. Morte de Raimundo e pretensões de Henrique. - Falece Afonso VI. Consequências do sucesso. - Procedimento do conde de Portugal nas discórdias entre Afonso I de Aragão, a rainha D. Urraca e o infante Afonso Raimundes. Tentativas de engrandecimento. Traições mútuas. Influências da infanta D. Teresa, mulher de Henrique. Morte deste. Os seus intentos e política. Lançou os alicerces da independência de Portugal. - D. Teresa dominando nesta província depois da morte do marido. Seus enredos e aliança com Afonso de Aragão. Denominada geralmente rainha pelos súbditos. Sintomas cada vez mais visíveis das tendências de Portugal para se desmembrar da monarquia. D. Teresa reconhece a autoridade suprema de sua irmã D. Urraca. Ligada com os nobres de Galiza faz-lhes depois guerra. - Cometimentos dos sarracenos pelo Meio-Dia. - D. Urraca invade Portugal. Paz entre as duas irmãs. - Fernando Peres de Trava e o seu valimento. - Afonso VII sucede a D. Urraca. - Primeiras acções do infante Afonso, filho do conde Henrique e de D. Teresa. - Entra Afonso VII em Portugal e constrange a infanta-rainha a reconhecer a supremacia de Leão. - Ódio dos portugueses contra o conde Fernando Peres. Conjuração e alevantamento. O conde e D. Teresa expulsos. O infante apossa-se do poder. D. Teresa morre desterrada. Apreciação do seu carácter político e do seu governo.

Os limites dos estados de Fernando Magno haviam-se dilatado para o ocidente da Península, conquistadas sucessivamente Lamego, Viseu, Seia e Coimbra 66 . A província da Galiza, cuja fronteira variava continuamente segundo os cristãos estendiam os seus domínios por esta parte mais para o sul ou tinham de retroceder diante das armas dos sarracenos, muitas vezes vitoriosas, dilatou-se, enfim, permanentemente até o Mondego. Coimbra, que, não só pela sua antiguidade e grandeza relativa, mas ainda mais por ser militarmente como a chave do território encerrado entre este último rio e o Douro, era uma povoação importante, foi feita capital de um novo condado ou distrito, cujo governo o guerreiro príncipe confiou àquele que o incitara a prosseguir por este lado as suas brilhantes conquistas.

Antes desta época, bem como as outras províncias da antiga monarquia leonesa, a Galiza era regida por diversos condes cujos territórios variavam em extensão. Às vezes, estes condes tinham debaixo da sua autoridade mais de um distrito; às vezes, eram sujeitos a um conde superior ou vice-rei da província. Entre estes governos, desde o meado do século IX, aparece o distrito ou condado portucalense. Assim como Coimbra era a povoação mais notável sobre o Mondego, Portucale, situado junto ao Douro, era no século XI, pela sua situação vizinha da foz do rio, pela sua antiguidade, que não só remontava à época dos visigodos mas ainda ao tempo do domínio romano, e pela fortaleza do sítio, cabeça e principal povoação de um território que abrangia ao norte

66 Veja-se a Introdução, Divisão III..102

uma parte do litoral da moderna província do Minho e ao sul as terras que até o Vouga se tinham sucessivamente conquistado 67 .

Sesnando ou Sisenando, filho de David, rico moçárabe da que hoje denominamos província da Beira, senhor de Tentúgal e de outras terras no território de Coimbra, tinha sido introduzido na corte de Sevilha no tempo de Ibn Abbad e, pelos seus talentos e importantes serviços feitos ao príncipe sarraceno, chegara a ocupar o cargo de vizir no

divã, isto é, de ministro ou membro do supremo conselho do amir, que o distinguia particularmente entre os seus conselheiros. Sesnando tornou-se temido nas guerras com os inimigos de Ibn Abbad; porque nas empresas que dirigia obtinha sempre prósperos sucessos. O motivo por que abandonou o amir de Sevilha para entrar no serviço de Fernando Magno ignora-se; mas o seu procedimento posterior persuade que alguma ofensa recebida dos sarracenos a isso o instigara. Admitido na corte do rei de Leão e Castela, alcançou brevemente convencê-lo das vantagens que obteria invadindo o Ocidente da antiga Lusitânia. O resultado da invasão justificou as previsões de Sesnando, e o rei de Leão retribuiu o bom serviço que o moçárabe lhe fizera dando-lhe o governo de um distrito constituído com as novas conquistas e com a terra portucalense ao sul do Douro, ao qual servia de limites, pelo oriente, a linha de Lamego, Viseu e Seia, e de fronteira, pelo sueste, o pendor setentrional da serra da Estrela 68 . Deste modo, a parte do moderno Portugal ao norte do Mondego e do Alva estava possuída pelos cristãos quando Fernando I faleceu (1065). O distrito de Coimbra, como dissemos, abrangia do Douro ao Mondego, e o do Porto, desmembrada dele a terra de Santa Maria (Feira), dilatava-se para o norte e nascente, abrangendo talvez o Alto Minho e para o oriente ainda parte da província de Trás-os-Montes. Incluído até aí na Galiza, o território denominado nos documentos e crónicas dos séculos XI e XII Portucale, Terra portucalensis, começa então a figurar como província distinta, posto que outras vezes pareça continuar a ser considerado como porção da Galiza e, até, tornar-se mais circunscrito, o que tudo provinha da falta de limites permanentes nos diversos condados ou. governos em que se dividia o reino de Leão e Castela, e da diversa importância que os respectivos condes tinham na jerarquia administrativa, sendo umas vezes depen-dentes imediatamente do rei, outras, como já observámos, de um conde superior, espécie de vice-rei preposto ao regimento de uma província inteira 69 .

Repartida entre os três filhos de Fernando Magno a monarquia que ele tanto dilatara, coube a Garcia a Galiza, abrangendo Portugal e as novas conquistas até o Mondego. Sesnando continuava a dominar o território de Coimbra, enquanto o conde Nuno Mendes parece governava o do Porto. Ele pelo menos foi o cabeça de uma rebelião dos povos daquele distrito, os portucalenses, contra Garcia, que, encontrando-se com os levantados entre Braga e o rio Cávado, os destroçou, como noutra parte se disse, ficando morto o conde no campo da batalha 70 .

As discórdias dos três irmãos fizeram passar sucessivamente a coroa da Galiza da cabeça de Garcia para a de Sancho, rei de Castela, e, afinal, para a de Afonso de Leão, que juntou outra vez todos os estados de seu pai. Entretido com guerras nas províncias centrais da Península até se apossar de Toledo, ele deixou tranquilos por alguns anos os sarracenos que estanciavam ao sul de Coimbra, aplicando-se depois da conquista da

67 Nota I no fim do volume.

68 Nota II no fim do volume.

69 Ribeiro, Dissertações Cronológicas e Críticas, T. 4, p. I, pp. 20 a 31; «Memórias sobre a Origem e Limites de Portugal», nas Memórias da Academia, T. 12, art.os 2 e 3.

70 «Dedit D. Garseano totam Galleciam una cum tota Portugale», Pelágio de Oviedo, Cronicon, p. 75 (edição de Sandoval). Sobre a rebelião dos portucalenses veja-se a «Chronica Gothorum», era 1109, no Apêndice da III Parte da Monarquia Lusitana e o que já fica dito na Introdução, Divisão III..

antiga capital da Espanha a restaurar as povoações das fronteiras vizinhas do Douro. Porventura entre Sesnando e os muçulmanos limítrofes alguns recontros haveria, segundo parece indicá-lo o foral dado a Coimbra por Afonso VI, mas as correrias e entradas dos cristãos no Ocidente da Espanha só prosseguiram depois da morte do conde moçárabe, sucedida nos fins de 1091 71 .

Os filhos de Fernando I tinham respeitado o homem a quem este príncipe confiara

o regimento e defesa do território chamado então colimbriense. Sesnando serviu lealmente até o seu último dia a causa da monarquia cristã, que ele abraçara, e ainda, segundo parece, acompanhou Afonso VI em 1086 à infeliz batalha de Zalaca. Sua filha Elvira casara com Martim Moniz, cavaleiro ilustre, a quem por morte do conde foi dado o governo de Coimbra. Afonso, entretanto, reparadas as forças da monarquia, quase destruídas na jornada de Zalaca, resolveu, inimigo sempre incansável dos sarracenos, acometê-los pelo Ocidente, passando com o seu exército na Primavera de 1093 para o sul do Mondego e indo pôr sítio a Santarém. Esta povoação importante, cuja expugnação se julgava quase impossível, não tardou a cair-lhe nas mãos, e dentro de poucos dias igual sorte coube a Lisboa e a Sintra dilatando-se as fronteiras até à foz do Tejo com essas novas conquistas, cujo governo foi dado a Soeiro Mendes, irmão de Gonçalo Mendes da Maia, tão célebre depois com o nome de Lidador 72 .
A Galiza, incluindo debaixo desta denominação a extensa província portugalense a que naturalmente se devia considerar como incorporado o território novamente adquirido no Gharb muçulmano, constituía já um vasto estado remoto do centro da monarquia leonesa. Os condes que dominavam os distritos em que esse largo tracto de terra se dividia ficavam assaz afastados da acção imediata do rei e eram assaz poderosos para facilmente se possuírem das ideias de independêneia e rebelião comuns naquele tempo, tanto entre os sarracenos como entre os cristãos. Afonso VI pôde evitar esse risco convertendo toda a Galiza, na mais extensa significação desta palavra, em um grande senhorio, cujo governo entregou a um membro da sua família, ao qual dera o governo de Coimbra e Santarém logo depois da conquista desta, removendo para o distrito de Arouca Martim Moniz e sujeitando ao novo conde o governador de Santarém, Soeiro Mendes 73 .
O príncipe a quem Afonso deu o regimento desta importante parte da monarquia era um estrangeiro, mas estrangeiro, ilustre por sangue, que viera naturalizar-se na Espanha, arriscando a vida pelo cristianismo e pela monarquia leonesa na terrível luta que durava havia séculos sobre o solo ensanguentado da Península. Raymond, Reimondo ou Raimundo, filho de Guilherme, conde da Borgonha, tinha vindo a Espanha tempos antes, porventura nos fins de 1079 ou princípios de 1080, em companhia da rainha Constância, segunda mulher de Afonso VI, ou no ano de 1086, em que, segundo o testemunho da Crónica Lusitana ou dos Godos, muitos franceses passaram os Pirenéus para a batalha de Zalaca, ou, finalmente, ainda depois, como outros pretendem. O rei de Leão desposou a única filha legítima que tinha, Urraca, havida da rainha Constância, com o conde borgonhês, posto que ela apenas saísse da infância, e encarregou-o do governo de toda a parte ocidental da monarquia e da defensão daquelas fronteiras. A infanta, cuja idade nessa época (1094) não podia exceder a treze ou catorze anos, foi entregue a Raimundo, mas, segundo parece, debaixo

71 «Acquisita urbe regia, restauratis oppidis et civitatibus extremorum Dorii», Rodrigo de Toledo, De
Rebus Hispaniae, L. 6, c. 29; Dissertações Cronológicas, T. 4, P. I, p. 31.

72 Livro Preto da Sé de Coimbra, f. 10, 11 e 21; Dissertações Cronológicas, T. 4, p. I, p. 29; Rodrigo de
Toledo, L. 6, c. 32, ad unem; «Chronica Gothorum», era 1131, na Monarquia Lusitana, L. 8., c. 7.

73 «Chronica Gothorum», ibid; Dissertações Cronológicas, L. 4, P. I, p. 29..104

da tutela e guarda do presbítero Pedro, mestre ou aio da jovem princesa 74 .
Além de Raimundo, outro nobre cavaleiro francês passara à Espanha naquela época. Era Henrique, seu primo, de ascendência não menos ilustre que ele. Roberto, chamado o Idoso, filho de Roberto II e irmão de Henrique II rei de França, recebera a investidura do ducado de Borgonha e, casando com Helie ou Alice, filha do senhor de Semur, tivera dela quatro filhos varões, Hugo, Henrique, Roberto e Simão. Hugo, o mais velho, foi morto numa batalha sem deixar filhos. O segundo-génito, Henrique, teve

de Sibila, sua mulher (filha de Reinaldo, senhor da Borgonha condado, e irmã do conde Guilherme I, pai de Raimundo) quatro filhos, Hugo, Eudo, Roberto e Henrique. Era este último que também se achava por esse tempo na Espanha e que provavelmente veio com Raimundo, seu primo co-irmão 75 . Buscavam, porventura, fortuna na Península, onde no meio de contínuas guerras e conquistas se oferecia amplo teatro para a ambição e para o desejo de adquirir glória. Do mesmo modo que as acções de seu primo, as de Henrique, nos primeiros tempos em que residiu aquém dos Pirenéus, jazem sepultadas em profundas trevas, se é que não foi o principal motivo da sua vinda, como há quem o pretenda acerca de Raimundo, procurar um consórcio ilustre por intervenção da rainha Constância, sua tia. Em tal caso essa vinda seria pouco anterior à época em que o obteve. É certo, porém, que no princípio de 1095 Henrique estava casado com Tarasia ou Tareja (Teresa), filha bastarda de Afonso VI, que, além de Elvira ou Geloira, aquele príncipe houvera de uma nobre dama chamada Ximena Nunes, ou Muniones 76 . A escasseza de memórias e documentos divulgados sobre a história do nosso país na última década do século XI apenas consente uma luz frouxa e duvidosa, que mal deixa descobrir o fio que prende os sucessos daquela época. O que parece resultar da comparação atenta dos diversos monumentos que nos restam é que Henrique começou a governar o território portugalense ainda, talvez, nos fins de 1094, ou princípios de 1095, e com certeza, pelo menos o distrito de Braga, nos primeiros meses deste último ano, como conde dependente de seu primo. Por mais curto que suponhamos esse período de sujeição; por mais raros que sejam os vestígios de tal sujeição, ela é indubitável.
Todavia, em breve a porção dos domínios de Raimundo, desde as margens do Minho até o Tejo, foi desmembrada definitivamente da Galiza para constituir um vasto distrito à parte regido pelo conde Henrique. Os sucessos militares ocorridos na Primavera de 1095 moveram, talvez, Afonso VI a estabelecer esta divisão, sem a qual era dificultoso fazer a guerra na fronteira com energia, estando o centro do governo da província ocidental a mais de cem léguas das raias muçulmanas, muito além do rio Minho 77 .
Vimos como Afonso VI dilatou as suas conquistas para o sul de Portugal no ano de 1093, tomando em poucas semanas Santarém, Lisboa e Sintra, lugares então os mais importantes da que hoje chamamos província da Estremadura. No ano, porém, de 1095 as coisas haviam, até certo ponto, mudado. O célebre Seir (o rex Cir das crónicas cristãs), general de Yusuf, tinha nos fins de 93 invadido os estados de Ornar Ibn Alafttas, amir de Badajoz, cujos domínios compreendiam todo o Gharb ou Ocidente da Espanha muçulmana até à fronteira cristã. Iaborah (Évora), Chelb (Silves) e os outros

74 Flores, Reynas Católicas, T. I, pp. 231 e as.; Dissertações Cronológicas, T. 4, P. I, pp. 29 e 30;
Mondejar (Origen y Ascendencia dei príncipe D. Ramon) pretende que o conde só viesse a Espanha em 1089, e os seus fundamentos não são de desprezar. Na doação do Mosteiro de Vacariça à sé de Coimbra feita pelo conde Raimundo e sua mulher D. Urraca (Novembro de 1094), entre diversos personagens que confirmam aparece o presbítero Pedro, «magister supradicte filie regis» (Livro Preto, f. 40).

75 Chronicon Floriacensis, em Duchesne, Hist. Francor. Scriptores, T. 4; D. Ribeiro de Macedo. Nascimento e Genealogia do Conde D. Henrique, p. 89; Art de vérifier les dates, T. 3, P. 2, p. 14 (edição de 1818).

76 Dissertações Cronológicas, T. 3, p. I, p. 30, n? 91, e p. 33, nº98; e a nota III no fim do volume.

77 Nota IV no fim do volume..105

lugares principais haviam aberto as portas aos almorávidas. Um historiador árabe diz que do mesmo modo Santarém e Lisboa lhes caíram nas mãos. Quanto a Santarém, o

foral dado a esta povoação por Afonso VI em 1095 não indica de modo algum que ela houvesse sido perdida depois de 1093 e retomada de novo. Quanto, porém, a Lisboa, não só a falta de um diploma análogo, passado a favor dela, torna provável a tradição árabe, mas também os sucessos posteriores parece confirmarem-na. Em Fevereiro de 1094, Badajoz tinha-se rendido aos almortividas. Submetido o Gharb, Seir dirigira as suas armas vitoriosas contra o Cid Rui Dias, que os árabes andaluzes tinham tomado por capitão e que cercara Valência. Entretanto o conde Raimundo descera da Galiza e viera a Coimbra acompanhado dos seus cabos de guerra e de uma lustrosa companha de cavaleiros. Pouco depois de acabar no Gharb a dinastia dos Benu Alafttas, o conde residia naquela cidade, convocando, segundo parece, os homens de armas e peões para a presúria, como então se chamavam as entradas que tinham por objecto, não só invadir o território inimigo, mas também estabelecer-se definitivamente aí. De Coimbra a hoste cristã marchou, provavelmente na Primavera seguinte, para as imediações de Lisboa, perto da qual assentou os seus arraiais. Os sarracenos, unindo forças de todos os lados e, porventura, ajudados por algumas tropas almorávidas, que lhes houvesse enviado Seir, cercaram o conde e, rompendo-lhe o campo, o desbarataram, ficando uma grande parte dos seus soldados mortos ou cativos. Resulta deste sucesso que os cristãos tinham já perdido o distrito de Lisboa, aliás seria incompreensível a vinda do conde com um exército a esta espécie de península fechada entre a ampla baia do Tejo e o oceano, da qual não podia fazer entradas e correrias nas províncias muçulmanas ao sul do rio 78 .
Este desbarato de Raimundo concorreu talvez em parte para que todo o território desde a margem esquerda do Minho até Santarém se desmembrasse inteiramente da Galiza. Se não supusermos devido exclusivamente o consórcio de Henrique à influência da rainha Constância, a concessão de uma filha própria, bem que ilegítima, feita por Afonso VI a um simples cavaleiro, posto que ilustre, parece provar que ele merecera tal distinção pelos seus méritos pessoais e por serviços feitos na guerra, serviços que vagamente lhe atribui um seu contemporâneo 79 . Fossem, porém, estes ou outros os motivos que guiaram o rei de Leão e Castela, é certo que no ano de 1097 Henrique dominava todo o território do Minho ao Tejo, e os estados de Raimundo tinham recuado por esta parte para as fronteiras meridionais da moderna Galiza.
Casando sua filha Teresa com Henrique, Afonso VI não se limitou a entregar a este o governo da província portugalense, com a qual já frequentemente se confunde nos monumentos dessa época o distrito colimbriense e o de Santarém, debaixo do nome comum de Portugal. As propriedades regalengas, isto é, do património do rei e da coroa, passaram a ser possuídas como bens próprios e hereditários pelos dois consortes. Assim, o cavaleiro francês, que viera buscar na Espanha uma fortuna mais brilhante do que poderia esperar na pátria, viu realizadas as suas esperanças, porventura além daquilo que imaginara 80 .

78 Nota V no fim do volume.

79 «...el qual enquanto elrey D. Alfonso vevia noblemente domò a los moros, guerreando contra elos; por lo qual ei dicho rey le dió con au fija en casamiento a Coimbra e a la provincia de Portugal, que son fronterss de moros, en las quales con el exercicio batalloso muy noblemente engrandescia su caballeria», «Chronica 1ª de Sahagún», c. 21, em Escalona, Historia del Monasterio de Sahagun, Apêndice I, p. 306.
Sobre a importância desta crónica, escrita em latim por um monge anónimo que viveu na época dos sucessos que narra, e da qual só resta uma antiga versão por ter perecido o original no grande incêndio daquele famoso mosteiro, consulte-se o erudito Berganza, Antiguedades de España, T. 2, p. 5.

80 É a estes bens que nos parece se há-de entender alusiva a célebre passagem da crónica de Afonso VII
falando de Teresa, «dedit maritatam Enrico camiti, et dotavit eam magnifice dans portugalensem terram
juce hereditaria». Evidentemente o conde falava desses bens hereditários na doação a Soeiro Mendes.106
Os príncipes árabes da Andaluzia tinham-se ligado contra os almorávidas depois que, pelas conquistas de Badajoz, estes se achavam senhores de toda a Espanha muçulmana, à excepção do amirado de Saragoça, cujo amir, Ahmed Abu Jafar, soubera a tempo buscar a aliança de Yusuf. O célebre Cid capitaneava, como dissemos, os andaluzes coligados. Valência, cercada por eles, rendeu-se e por intervenção de Rui Dias veio, enfim, a reconhecer o senhorio de Afonso VI. Seir não estava entretanto ocioso: equipando uma poderosa frota, sujeitara aos almorávidas as ilhas Baleares, dependentes até então dos amires de Valência e de Denia. Avisado pelo váli de Almeria da sorte de Valência, o general lantunense dirigiu para ali a sua armada com muitas tropas de desembarque e cercou-a por mar e terra.
O Cid era já falecido, e os cristãos aliados dos árabes andaluzes, depois de um dilatado cerco, em que a perda de ambas as partes parece ter sido avultada, abando-naram finalmente Valência aos almorávidas (1102). A tomada desta importante cidade acabou com as resistências dos muçulmanos espanhóis ao domínio de Yusuf, e este, voltando a Espanha em 1103, só tratou de associar ao governo seu filho Ali sem intentar nenhuma campanha importante contra os cristãos, contentando-se com ordenar se deixasse a cargo dos naturais a guarda das fronteiras e com tomar diversas providências para a defensão e bom regimento do território da Península sujeito ao seu império 81 .
Durante os anos em que estes sucessos ocorreram, a guerra nas fronteiras de Portugal ou cessou ou reduziu-se apenas a correrias e devastações mútuas de tão pouca monta que nenhuns vestígios deixaram nos monumentos daquela época. Henrique dedicou-se, acaso, nos primeiros tempos a prover às mais urgentes necessidades de uma província assolada por tão contínuas guerras; mas a sua residência nestas partes não parece ter sido dilatada. Os grandes senhores, embora encarregados de importantes governos, quando as ocupações militares não tornavam aí necessária a sua presença frequentavam a corte do rei, e os próprios bispos abandonavam por ela as suas dioceses.
O conde de Portugal, tendo feito no Inverno de 1097 a 1098 uma viagem à Galiza para visitar o célebre templo de Santiago, achava-se em 1100 e ainda em 1101 na corte de Afonso VI. Posto que a história das empresas do rei de Leão contra os sarracenos e das represálias destes contra ele nos dois últimos anos do século XI seja assaz escura, todavia consta que em 1097 ele entrou em Consuegra e que os sarracenos, fazendo uma entrada para o lado de Toledo, a recuperaram na ocasião em que regressavam. Daqui se vê que o rei cristão aproveitava a ausência de Seir, entretido com a conquista das Baleares, para assolar o território inimigo, e que os muçulmanos não cessavam de fazer entradas pelas fronteiras dos cristãos. Os chefes sarracenos Ali Ibnul-Haj e Ibn Sakun tinham avançado com um corpo de tropas para Castela e, segundo todas as probabilidades, o conde foi enviado a repeli-los. Atravessando, pois, as serras chamadas Montes de Toledo, Henrique encontrou os inimigos nas imediações de Ciudad Real, perto da qual está assentada a povoação de Malagón. Travaram peleja. Foi esta, como se colhe das palavras de um historiador árabe, disputada e sanguinolenta. «Pelejaram-se aí», diz ele na sua linguagem enfática, «as batalhas do extermínio.» Mas Dor fim o conde teve de abandonar o campo aos seus adversários 82 .
(Dissertações Cronológicas, T. 3, p. I, p. 35). Sobre a tradição de haver sido o governo de Portugal dado
como dote de D. Teresa, veja-se a nota VI no fim do volume.
81 Conde, P. 3, c. 22 e 23; «Anales Toledanos», na España Sagrada, T. 21, p. 386; Yahya e Al-Kodai, em

Casiri, T. 2, pp. 158 a 174.
82 Sobre a residência do conde junto de Afonso VI, de 1100 a 1101, Dissertações Cronológicas, T. 3, P. I,
p. 39, nº115; Colección de Privilegios de la Corona de Castilla, T. 5, p. 28; Escalona, Historia de
Sahagún, Apéndice III, docs. 133 e 134; sobre os sucessos desta época, Sandoval, Cinco Reys, f. 91 v;
«Anales Toledanos», I, na España Sagrada, T. 23, p. 385; «In the same year Ali Ibnul-Haj sallied from
Cordova, taking with him Ibn Sakun and his division. They rnarched together to the land of Castile,.107

Um grande acontecimento, cujas consequências foram imensas para o progresso da civilização, preocupava por este tempo os ânimos em toda a Europa e em grande parte da Ásia. A primeira cruzada, promovida pelo eremita Pedro e pelas eloquentes palavras de Urbano II no Concílio de Clermont, tinha arrojado para a Síria cem mil homens de armas seguidos de uma turba inumerável de indivíduos de todas as condições e de ambos os sexos. Depois de longa viagem em que a miséria, os vícios, as doenças e a guerra reduziram a bem pequeno número essa multidão desordenada, Jerusalém caíra nas mãos dos cruzados, e os guerreiros que não se tinham armado para a conquista dos lugares santos puderam ir ainda, após os mais fervorosos, ajudar a defender a monarquia cristã fundada na Palestina e ganhar aí a glória e a opulência ou a remissão de passados crimes, remissão que a Igreja concedia com mão larga aos que, pondo sobre o ombro esquerdo a cruz vermelha, se votavam à trabalhosa e arriscada peregrinação do ultramar. Seis anos depois da primeira invasão, em 1101, uma segunda cruzada partiu para o Oriente, cujos sucessos desastrados não impediram que novos peregrinos se fossem precipitar naquele vasto sorvedouro de quantos homens de fé viva tinha a Europa e também de quantas fezes de corrupção, cobiça e ferocidade havia nela. Para as almas crentes ou devoradas de remorsos, a Síria era a piscina da reabilitação moral: para os ambiciosos e devassos, fonte inesgotável de fortuna e de deleites. As paixões boas e más ligavam-se num pensamento único - o demandar o Oriente; porque tanto a vida como a morte ofereciam ao que partia uma perspectiva de felicidade.

Os espíritos receberam na Espanha o impulso geral da Europa; mas as circunstâncias peculiares deste país opunham-se a que esse impulso produzisse os mesmos resultados. Envolvidos na luta com os sarracenos, contra os quais mal bastavam todas as forças cristãs da Península, os espanhóis não puderam associar-se a nenhuma das duas primeiras cruzadas, salvo um ou outro cavaleiro, de cujos nomes às vezes se encontram vestígios nas memórias daquelas longínquas expedições. Todavia, depois da segunda cruzada o entusiasmo pela peregrinação da Terra Santa adquiriu maior força. O exemplo dos bispos, alguns dos quais a empreenderam por aquele tempo, além de muitos outros membros do clero, contribuíra em grande parte para excitar esse aumento de mal entendida piedade. Roma, que então era, por assim nos exprimirmos, o foco da inteligência humana no meio de nações ainda semibárbaras e que vigiava pela segurança da cristandade, mostrou-se ilustrada e prudente, como ela o sabia ser quando o próprio interesse não a deslumbrava, proibindo essas viagens aos espanhóis. O papa Pascoal II por duas vezes ordenou expressamente que ninguém destas partes as intentasse, e àqueles que seguiam caminho por terra para Jerusalém ou iam embarcar na Itália constrangia-os a retrocederem, impondo nas suas bulas silêncio aos que na pátria ousassem caluniá-los ou infamá-los por não haverem cumprido o começado propósito 83 .

O conde Henrique não se esquivou à influência da grande ideia que agitava a Europa. Como já dissemos, depois da morte do Cid e da perda de Valência a guerra com os sarracenos tornou-se menos violenta. Yusuf, voltando à Mauritânia depois da sua

última vinda à Península, pouco sobreviveu (1106), e seu filho Abul-Hassan Ali,
where they were met by the accursed Errink at the head of considerable forces, when they fought with
him the battles of extermination», Gayangos, versão de Al-Makkari, Vol. 2, Apêndice C, p. 43. Extractos
do Kitábul-Iktifá; «Arrancada sobre ei conde D. Enrice en Malagón en 16 dias de septiembre era
MCXXXVIII», «Anales Toledanos», II, na España Sagrada, T. 23, p. 403. Deve ler-se Novembro em vez
de Setembro, porque a hégira 494 só começou em Novembro.
83 Acerca destas primeiras cruzadas consulte-se Gibbon, Decline and Fali ai the Roman Empire, c. 58, 59,
60; Hailam, Europe in Middle Ages,c. I, P. 1; Wilken, Geschichte der Kreuzzuge, T. I (Leipzig, 1807);
Michaud, Histoire des Croisades, T. 1 e 2; a bula de Pascoal II (1109), referindo-se a outra anterior, vem
na Historia Compostellana, L. I, c. 39..108
entretido em firmar o próprio domínio na África, deixou a Espanha num estado, senão de repouso, porque algumas memórias há de acontecimentos militares por estes tempos, ao menos comparativamente pacífica. Por todo o período decorrido de 1102 até 1106, foi o maior fervor de peregrinações à Palestina, e o exemplo do próprio primaz da Igreja espanhola, o arcebispo de Toledo, Bernardo, dirigindo-se a Jerusalém na Primavera de 1104, prova quão vulgar se tornara então esta romagem. Tinha-o precedido o conde de Portugal; porque a sua partida para o Oriente nos primeiros meses de 1103 é hoje irrefragável. Nessa viagem provavelmente o acompanhou Maurício, bispo de Coimbra, depois tão célebre pelas suas pretensões à tiara papal e que por esta época consta ter partido para a Síria. Presume, e parece-nos que com razão, um dos nossos mais judiciosos historiadores que o conde aproveitaria para a sua passagem a armada genovesa que em 1104 ajudou Balduíno à conquista da Ptolemaida 84 .
As acções do conde no Oriente encobre-as escuridade completa, e todas as conjecturas a este respeito seriam infundadas. Unicamente há certeza de que ele tinha voltado a Portugal em 1105 e vivia na corte de Afonso VI em 1106. Nos anos seguintes, até à morte deste príncipe, Henrique aparece residindo, ora junto dele, ora em Coimbra, onde se ocupava em administrar o país e em restaurar, segundo o rei lhe ordenava, as povoações ermas ou destruídas pelas invasões sucessivas de cristãos e muçulmanos 85 .
Até este tempo o génio e o carácter do conde de Portugal ainda se não revelaram aos olhos dos que estudam os sucessos daquela época: é um vulto de guerreiro que se confunde com os de tantos outros que então sabiam elevar-se pela sua actividade e valor no meio de uma existência de contínuos combates. Os dotes que o distinguem são os que nele deviam imprimir a educação própria daquelas eras semibárbaras e o hábito da guerra, isto é, o esforço e a perícia militar: e ainda estes mais os podemos deduzir da alta situação a que o vemos remontado que dessas poucas acções de certa importância que dele nos conserva a história. Nos últimos seis anos, porém, da sua vida os lineamentos do carácter do conde tendem a desenhar-se um pouco melhor, e o pensamento de fugir à sujeição real, pensamento aliás mui comum entre os senhores mais poderosos da Península, é prosseguido pelo conde de tal arte que descobre nele, ainda melhor que as de bom soldado, as qualidades de político.
O conde Raimundo, casado com uma filha primogénita e legítima de Afonso VI, possuidor de mais importantes domínios que outro qualquer conde da monarquia leonesa, muitos dos quais lhe eram sujeitos, considerava necessariamente a coroa como herança que a morte do sogro lhe devia trazer e que, até, lhe fora prometida 86 . Os grandes pensavam por certo do mesmo modo; ao menos os actos praticados por eles depois do falecimento de Raimundo provam que a crença recebida, e com razão, era

que, fosse quem fosse o marido de D. Urraca, esse teria de ser o verdadeiro rei de Leão e Castela. Uma circunstância, porém, viera turbar ultimamente as ambiciosas esperanças

84 «Anales Toledanos», I, na España Sagrada, T. 23, p. 386; Memórias da Academia, T. 4, P. 2, p. 147; Duchesne, Hist. Cardinal. Francor., cit. por Baluzio, «Vita Mauritii Burdini» (Miscelânea, T. 3, p. 476); Monarquia Lusitana, L. 8, c. 22; Art de vérifier les dates, T. 2, pp. 20 e 21 (edição de 1818).
Dizemos que a partida do conde Henrique para o Oriente fora nos primeiros meses de 1103, porque só assim pode concordar o documento do Livro Preto, f. 38, com o do Bezerro de Astorga, f. 79 (citado por Sandoval, Cinco Reyes, f. 94, cal. 1), pelo qual se vê residir ainda o conde na corte do sogro em Janeiro desse ano. Na escritura 138 do Apêndice III da Historia de Sahagún (Fevereiro de 1104) em que figura o conde como confirmante com muitos bispos e magnates, sendo unia doação de particular, só pode entender-se que o seu redactor quis indicar ali a existência daqueles prelados e senhores e o seu governo nos respectivos distritos e dioceses. Rejeitada esta conciliação, é necessário supô-la falsa.

85 Dissertações Cronológicas, T. 3, p. I, p. 42, nota 126 e ss.; no foral de Tentúgal de 1108 diz o conde que o dá «jussu regis domni Alfonsi, qui jussit eam nobis hedificare et construere», Livro Preto, f. 213 v.

86 «Cronica Compostellana», na España Sagrada, T. 20, p. 611..109

do conde da Galiza. Afonso houvera de Zaida, filha de Ibn Abbad, rei de Sevilha, a qual uns pretendem considerar como sua concubina, outros como sua mulher legítima, um filho varão, o infante Sancho. Os sentimentos da natureza e as considerações da política persuadem o que, segundo o testemunho de Rodrigo de Toledo, o próprio rei confessara depois da morte do infante, isto é, que o tinha na conta de seu único herdeiro 87 . Afonso começara a manifestar estas intenções ainda na meninice de Sancho, fazendo-o confirmar os diplomas juntamente com D. Urraca e dando-lhe desde logo o principado de Toledo 88 . Por esse motivo se tornam prováveis as desinteligências de Raimundo com o sogro, de que aparece a tradição nas crónicas desses tempos 89 .

Da solidão de um mosteiro situado na Borgonha um velho monge influía então nos negocios mais graves da Europa. Cluni era esse mosteiro; Hugo esse monge. Durante sessenta anos, Hugo regera aquele célebre cenóbio, cujos chefes chegaram na sua soberba a considerarem-se como papas do monaquismo, intitulando-se «abades dos abades». Foi Hugo quem lançou os fundamentos deste poder e grandeza. Ele era o homem em cujo seio Gregório VII, pontífice a quem, fosse qual fosse a sua índole, se não pode negar o título de grande, ia depositar as próprias mágoas e esperanças. Urbano II foi seu monge e discípulo. Os reis e senhores solicitavam-lhe a amizade e buscavam-no para juiz das suas contendas. De todos os príncipes que mostravam maior veneração e afecto a Cluni e ao seu poderoso abade nenhum, talvez, igualou Afonso VI; e porventura, o acolhimento que Raimundo e Henrique encontraram no rei espanhol viria em parte de serem ambos parentes de Hugo, a quem Afonso dava o título de pai e a cujo mosteiro desde o tempo de Fernando Magno a monarquia leonesa pagava um tributo voluntário a título de censo. Hugo, que, afora esses meios de influência na Península, via vários membros da sua congregação regendo boa parte das sés episcopais destas províncias, e entre eles Bernardo, o primaz de Toledo, desejaria por certo que Raimundo e Henrique, borgonheses como ele, seus parentes e afiliados ao Mosteiro de Cluni, viessem a herdar os vastos estados de Afonso VI. A resolução, pois, deste príncipe

acerca da sucessão devia desagradar altamente ao velho beneditino, e é provável que ele empregasse a sua influência no ânimo do rei para o demover do formado propósito. Se assim, porém, passou na realidade, o afecto que esse príncipe consagrava ao único filho varão que a Providência lhe concedera foi mais forte que as insinuações de Hugo.
Então, segundo todas as probabilidades, se urdiu uma trama oculta debaixo da direcção do abade de Cluni para anular depois da morte do monarca a pretendida sucessão do infante Sancho. Pelos fins de 1106 ou princípios de 1107 um tratado secreto se jurava entre Raimundo e Henrique nas mãos de Dalmácio Gevet, emissário de Hugo, que ditara as condições desse pacto. Eram estas que os dois condes lealmente respeitariam e defenderiam a vida e a liberdade um do outro; que Henrique, depois da morte do sogro, sustentaria fielmente o domínio de Raimundo como seu único senhor sobre todos os estados do mesmo rei contra quem quer que fosse, correndo pronto a ajudá-lo a adquiri-los; que, no caso de lhe caírem primeiramente nas mãos os tesouros de Toledo, ficaria com um terço e ceder-lhe-ia dois: que Raimundo, pela sua parte, depois de falecer o rei, daria a Henrique a cidade de Toledo com o seu distrito, sob condição que por esse território que assim lhe concedia ficasse sujeito a ele, Raimundo, e o tivesse como dependente dele, e que depois de o receber lhe entregasse todas as terras de Leão e de Castela; que, se alguém lhes quisesse resistir ou fazer-lhes injúria, lhe fizessem ambos
87 «Unicus haeres meus», Rodrigo de Toledo, L. 6, c. 33; «Qui scil. Adefonsus quoniam virilem non
habuit sobolem, interfecto illo (Sancio) de quo diximus», etc., Chronicon Floriacensis, em Duchesne, T.
4, p. 96.
88 Sandoval, Cinco Reyes, fs. 94 e 96.
89 Flores, Reynas Católicas, T. I, p. 237; Rodrigo de Toledo, L. 6, c. 34..110
guerra ou a começasse logo qualquer deles, até que o território fosse entregue a um ou a outro, e Raimundo desse a Henrique o que lhe prometera; que, se Raimundo obtivesse primeiramente o tesouro de Toledo, guardaria para si duas partes, dando a outra a Henrique. Tal era a substância do tratado. Parece, porém, que o conde de Portugal receava lhes fosse demasiado dificultoso assenhorearem-se da nova capital da monarquia ou que esta tornasse a cair em poder dos sarracenos; porque se acrescentou ao pacto um como artigo adicional, em que Raimundo afiançava nas mãos do enviado de Cluni que, no caso de não poder dar Toledo a seu primo, lhe daria a Galiza, não faltando ele em ajudá-lo a apoderar-se de Leão e Castela, efectuando-se a nova condição logo que Raimundo estivesse pacífico senhor de tudo, e entregando-lhe Henrique as terras de Leão e Castela que estivessem em seu poder, tanto que fosse metido de posse da Galiza 90 .
Ainda que a letra deste pacto sobre a sucessão da coroa indique bem claramente a menor importância que o conde de Portugal se atribuía em relação ao da Galiza, é evidente que, se tal tratado chegasse a execução, a perspectiva do novo estado que Henrique intentava fundar era mais lisonjeira no futuro que a dos que Raimundo ambicionava para si. Enquanto Leão e Castela ficavam limitados ao oriente pelo Aragão ou pelos territórios muçulmanos que esta monarquia devorava pouco a pouco, o conde de Portugal dominaria ao sul quase toda a fronteira dos sarracenos e achar-se-ia como colocado na vanguarda da reacção cristã. Era sem dúvida esta uma situação mais arriscada; mas a conquista do Meio-Dia da Espanha facilitava-se-lhe grandemente; porque, senhor dos distritos contíguos à margem direita do Tejo, desde quase a foz do rio até quase a sua origem, e acrescentados os próprios recursos com esse novo senhorio que devia receber de Raimundo e com uma porção dos tesouros de Afonso VI, poderia dilatar as invasões pelo Gharb e pela Andaluzia, que exclusivamente ficariam entestando com os seus antigos e novos domínios.
Ou o segredo sobre o pacto dos dois condes não foi perfeitamente guardado, ou por algum acto externo eles deram indícios dos seus desígnios pouco ajustados pelos de

Afonso VI. A acusação de se haver mostrado algum tanto rebelde ao sogro pesa sobre a memória de Henrique, e Raimundo decaiu por esse tempo da graça do rei, ainda que na ocasião da sua morte Afonso estava, segundo parece, congraçado com ele. A morte, com efeito, salteando o conde da Galiza no Outono de 1107, inutilizava a aliança dos dois primos e destruiu as esperanças que Henrique concebera de obter o domínio de Toledo 91 . Não abandonou, todavia, o conde as suas ideias de engrandecimento e independência; os sucessos posteriores no-lo revelam; mas nos dois anos que decorreram entre o falecimento de Raimundo e o de Afonso VI (1107 a 1109) ele residiu quase sempre em Portugal na obediência do sogro, empenhado, talvez, nas correrias contra os sarracenos que era costume fazer todas as primaveras, a que estavam obrigados os homens de armas ou cavaleiros vilãos e que se conheciam pela

90 O célebre pacto sucessório entre os condes da Galiza e Portugal não tem data. O cardeal Saraiva (S. Luís, «Memórias do Conde D. Henrique», nas Memórias da Academia, T. 12, p. 49) mostrou com bons fundamentos que não podia colocar-se senão entre 1096 e 1107. Nenhuns outros motivos prováveis da feitura de semelhante pacto aparecem na história desse período senão as intenções visíveis de Afonso VI de legar a coroa ao filho de Zaida. Estas intenções tornam-se patentes em 1106 (Sandoval, Cinco Reyes, fs. 94 e 96) e por isso lhe supomos esta data. O documento foi publicado por Achery (Spicilegium, T. 3, p. 418) e entre nós por J. P. Ribeiro (Dissertações Cronológicas, T. 3, p. I, p. 45).

91 «Comes Enricus... coepit aliquantuium rebellare, non tamen subtraxit hominium toto tempore vitae suae... Hucusque etenim cum gente sua mandatum ad exercitum et ad curiam veniebat, sed benignitas imo negligentia Aldephonsi tanquam consanguineo et affini improvide deferebat», Rodrigo de Toiedo, L. 7, c. 5; «Comes Raimundus non fuerat in regia oculis gratiosus», id., L. 8, c. 34; compare-se a Historia Com-postellana, L. I, c. 27..111

denominação de fossado 92 .

A enfermidade que conduziu Afonso VI à sepultura foi longa e agravada nos últimos meses pela desgraçada sorte de seu filho 93 . Henrique havia concebido, como o pacto feito com Raimundo e os sucessos posteriores o provam, a atrevida ideia de ficar senhor por morte do monarca de uma parte dos seus estados. Falecido o conde da Galiza, a ambição dele, longe de enfraquecer, punha, talvez, ainda mais longe a mira. Poucos dias antes de expirar o monarca, Henrique foi persegui-lo no seu leito de morte. Ignoram-se até onde chegavam as pretensões do conde; mas sabe-se que ele saíra de Toledo furioso contra o sogro moribundo 94 . Antes de morrer, Afonso declarou única herdeira da coroa sua filha Urraca, e tal foi por certo a causa da cólera de Henrique e a origem do audaz projecto que desde então formou de se apossar, não de uma parte, mas de toda a monarquia de Leão e Castela.

Apenas, porém, constou que o príncipe terror dos sarracenos não existia, estes cobraram novos brios. Os de Sintra, que reconheciam o senhorio do conde, quebraram imediatamente o jugo. Semelhante sucesso suscita a ideia de que os muçulmanos do distrito ao sul de Santarém, última povoação que provavelmente ficou por este lado em poder do rei de Leão e Castela desde o desbarato de Raimundo em 1065, inquietados pelas algaras ou entradas do conde, e por outro lado não tendo reconhecido o domínio dos almorávidas, como adiante veremos, se lhe fariam tributários para viverem em paz. Isto não passa, todavia, de uma conjectura deduzida principalmente dos sucessos

posteriores; porque os monumentos relativos a estes dois anos do governo de Henrique só nos provam que residiu uma ou outra vez em Portugal. Rebelada Sintra, Henrique marchou contra esse castelo, que naquela época parece tinha uma importância pouco inferior à de Lisboa, e de novo o reduziu à sua obediência 95 .

A morte de Afonso VI (Junho de 1109), pelas circunstâncias de que vinha acompanhada, tornou-se um sucesso gravíssimo para a Espanha cristã e foi, com razão, sentida como origem de largos males. O ceptro leonês, que deveria cair em mãos capazes de assegurarem as conquistas feitas por aquele célebre príncipe, ficava pertencendo à viúva do conde Raimundo. Da vasta herança que legava a sua filha, o rei falecido separara de certo modo a Galiza, declarando em sua vida que, no caso de D. Urraca passar a segundas núpcias, Afonso Raimundes, filho dela e seu neto, ficaria rei-nando nesta província. Contava o infante pouco mais de três anos quando Afonso VI expirou, e por isso à Galiza, como ao resto da monarquia, faltava um sucessor capaz de defender a integridade do território contra os cometimentos dos sarracenos e de conter a ousadia dos senhores poderosos, cujas antigas ideias de ambição, ou pelo menos de independência, a fraqueza do trono forçosamente havia de despertar.

Afonso I, rei de Aragão, estava nesse tempo na flor da idade e pelo seu génio guerreiro adquirira o apelido de Lidador (Batallador). A nobreza castelhana, consi-derando a necessidade de confiar a defensão da pátria comum a um príncipe cujo nome e cuja espada pudessem enfrear os sarracenos, constrangeu a rainha a que o recebesse

92 Dissertações Cronológicas, T. 3, P. I, pp. 43 e 49, e em especial a carta de Afonso VI sobre a «Vila Volpeliares», que J. P. Ribeiro parece atribuir ao ano de 1109.

93 Veja-se a Introdução, Divisão III.

94 «...pocos dias antes que elrey ficiése fin de vivia, no sê porque saña o discordia se partió ayrado dei; e porque aquesto era ansi no estava presente quando elrey queria morir, e disponia de ia succession del reino este conde non era presente; por lo qual, por zelo del reino movido, trapasso loa montes Perineos por babes ayuda de los franceses, con los quales guarnecido e escoltado, digo esforzado, por fuerza tuviesse el reyno de España», anónimo de Sahagún, s. 21.

95 «Mense Julio capta fuit Sintria a comite D. Henrico... Audientes enim sarracem mortem regis D. Alfonsi coeperunt rebellare», «Chronica Gothorum», era 1147. A 29 de Julho já o conde se achava em Viseu, Livro Preto, f. 28..112

por marido, e assim o rei aragonês obteve a coroa de Leão e Castela 96 . Uma classe, porém, poderosíssima, o clero, recebeu mal este consórcio, e boa parte dos prelados espanhóis declararam-se abertamente contra ele. Era a causa desse procedimento o parentesco dos dois esposos em grau proibido, procedimento aprovado pelo papa, que decretou o divórcio. Em consequência disto, Afonso, que já se achava em Castela com tropas de Aragão e cujo carácter violento mal poderia sofrer que o clero pretendesse despojá-lo de uma coroa que tão facilmente alcançara, começou a perseguir os prelados que lhe eram adversos. O arcebispo de Toledo, que promulgara a bula do divórcio, ficou por quase dois anos expulso da sua sé. Igual sorte coube aos bispos de Leão e de Burgos, e os de Palência, Osma e Orense foram postos a ferros. Estes factos deviam alienar-lhe os ânimos dos leoneses e castelhanos, quando para isso não bastasse o ser ele até certo ponto estrangeiro. Desconfiado, portanto, da lealdade dos ricos-homens e al-caides de Castela, o novo rei de Leão começou a substituí-los nas tenências dos lugares importantes por aragoneses, o que forçosamente contribuía para aumentar o desgosto e preparar a guerra civil 97 .

Entregue ao conde Pedro Froilaz de Trava, fidalgo poderoso da Galiza, o infante Afonso Raimundes vivia nesta província esquecido no meio dos graves negócios que agitavam a nação. Logo, porém, que aí constou o casamento de sua mãe, o conde de Trava tratou de realizar as últimas disposições de Afonso VI acerca do neto e com esse fundamento fez alevantar a Galiza, receosa do domínio aragonês. Fora celebrado o consórcio de D. Urraca durante o Outono de 1109, e no princípio do estio do ano seguinte a revolução tinha tomado tal incremento que o rei de Aragão resolveu invadir aquela província. O primeiro castelo que tomou foi o de Monteroso. Entrado este, um cavaleiro ilustre chamado Pedro, que aí se achava, lançou-se aos pés de D. Urraca pedindo a vida. Conhecia-o ela e quis salvá-lo; mas o feroz Afonso matou-o com um venábulo naquele mesmo lugar. Este exemplo de crueldade encheu de indignação os nobres leoneses e ainda mais a rainha, que, obrigada ao novo consórcio, se via em poder de um déspota. Desde este momento ela tomou a resolução de divorciar-se, confiada na indignação dos nobres, na reprovação dos prelados ao matrimónio que contraíra e na resistência da Galiza ao domínio aragonês 98 . Não dissimulando o seu descontentamento, partiu para Leão, e Afonso I continuou a guerra na Galiza; mas, sendo-lhe desfavorável a sorte das armas, dentro de três meses foi obrigado a recuar para o distrito de Astorga. A revolução tinha também rebentado aí; porque ao chegar a esta cidade saíram-lhe ao encontro os barões daquela província com forças tais que não ousou resistir-lhes. Intimado por eles para não entrar em castelo algum dos estados de Leão, viu-se constrangido a ceder e, acompanhado por dois nobres que ficaram por fiadores da sua segurança, recolheu-se às fronteiras dos próprios estados 99 .

No meio destas revoltas e guerras conservava-se acaso tranquilo o conde de Portugal, satisfeito com ter reduzido à obediência os sarracenos de Sintra? Não, por certo. Ambicioso, irado pela sucessão de D. Urraca ao trono leonês, determinara vingar-

96 Rodrigo de Toledo diz ter sido o casamento do rei de Aragão com D. Urraca celebrado ainda em vida
de Afonso VI. Apesar do peso que tem o testemunho deste historiador, a opinião que seguimos funda-se
na da Historia Comportellana, L. I, c. 64, parágrafo I, com quem concordam Lucas de Tuy, a Chronique
de Fleury e o anónimo de Sahagún, c. 15.

97 Historia Compostellana, L. I, c. 64, parágrafos 2 e 3, c. 79, parágrafo 5; Aguirre, Colectânea Max.
Concil. Hisp., T. 5, p. 26.

98 Anónimo de Sahagún, c. 17; Historia Compostellana, L. I, c. 64. Fala-se neste último lugar de muitos
nobres e cavaleiros mortos em Monteroso. A narração que vamos fazendo parece-nos a única possível
para conciliar a Historia Compostellana com o anónimo de Sahagún.

99 Anónimo de Sahagún, c. 17 e 20..

se. Mais do que isso. As suas pretensões em vida de Afonso VI ainda se limitavam a herdar uma porção da monarquia: agora intentava dominar tudo. Abandonando os estados que governava às invasões dos sarracenos, atravessou a Espanha e, passando os Pirenéus, foi alistar gente de guerra em França, visto que a do condado de Portugal não bastava a levantar a máquina de tamanha ambição. Dedicava-se a esse negócio quando (ignora-se porquê) foi preso naquele pais; talvez por algum receio que houvesse de que a sua volta à França tivesse fins diversos dos que aparentava. Não menos se ignora como pôde fugir da prisão, mas é certo que obteve escapar e, passando de novo as montanhas, internar-se no Aragão 100 .

Estes sucessos deviam passar-se nos oito meses que decorreram dos fins de Agosto de 1110 aos fins de Abril de 1111, em que nenhuma memória conhecida do

conde Henrique existe em Portugal, antes parece regia o condado D. Teresa na ausência do marido 101 . Chegando aos estados de Afonso I, Henrique achou aí o rei aragonês. Temendo que este príncipe, que se julgava com direito à coroa leonesa, sabendo os seus intentos lhe atalhasse os passos, procurou e alcançou aliar-se com ele. Foi a condição da liga marcharem as suas forças contra D. Urraca, procurando unidos conquistar as terras de Leão e Castela e reparti-las depois igualmente entre ambos. Depois deste pacto vemos, todavia, Henrique voltar para Portugal, onde se demorou durante uma parte do Verão de 1111 102 .

Para se conhecer a causa provável desta vinda e da volta subsequente do conde a unir-se ao rei de Aragão, é necessário que atemos o fio dos sucessos acontecidos durante a sua breve residência em França e nas províncias orientais da Espanha. O conde Gomes Gonçalves era um dos mais ilustres senhores daquele tempo. Se acreditarmos o cronista Rodrigo de Toledo, ainda em vida de Afonso VI ele pretendera, favorecido por uma parte da nobreza, a mão de D. Urraca. O velho monarca rejeitara com indignação a proposta, e os parciais do conde viram-se obrigados a abandoná-lo neste intento. Suscitada pelos prelados a questão do divórcio, ele sentiu renascer as suas amortecidas esperanças. Ou fosse que entre Gomes Gonçalves e D. Urraca existisse afeição secreta ou que ele soubesse então acendê-la no coração da rainha, que os escritores contemporâneos nos pintam como pouco severa em costumes, o que parece certo é que entre Afonso I e a sua mulher rebentaram graves dissensões. Depois de a espancar brutalmente, o rei de Aragão conduziu-a a Castelar, onde a conservou como presa, e resolveu-se a aceitar o divórcio. Temendo as consequências desta separação, tanto mais que Afonso tinha nas mãos de capitães seus as principais fortalezas de Castela, os nobres que seguiam a corte buscaram e obtiveram congraçar os dois esposos e afastar por algum tempo a procela 103 . Mas o ressentimento contra o marido havia despertado o amor pelo filho no coração de D. Urraca retida em Castelar, e ela tinha enviado mensageiros incumbidos de recordar aos nobres de Galiza o que Afonso VI lhes fizera jurar acerca de seu neto, convidando-os a proclamarem-no rei nos estados que o avô lhe legara no caso de sua mãe passar a segundas núpcias. Recebida esta mensagem, os fidalgos galegos encaminharam-se a Leão para cumprir os desejos da

100 Anónimo de Sahagún, c. 21.

101 Dissertações Cronológicas, T. 3, P. I, pp. 55 e 56. O documento nº 160 (ibid.), que J. P. Ribeiro dá por duvidoso por ser passado só em nome de D. Teresa, explica-se assim naturalmente e vem corroborar a narrativa do anónimo de Sahagún.

102 Anónimo de Sahagún, c. 21. Pela narração desta crónica parece ter começado a guerra apenas feita a liga de Afonso I e do conde; todavia os documentos de Portugal provam a residência do último neste país em Maio e Junho. A batalha de Campo de Espina, entre os dois aliados e o conde Comes, foi dada em Outubro desse ano.

103 Rodrigo de Toledo, De Rebus Hispaniae, L. 6, c. 34, e L. 7, c. I e 2; Historia Compostellana, L. I, c. 64, parágrafo 2..114

rainha, quando souberam que ela se congraçara com o marido 104 . A situação dos par-ciais de Afonso Raimundes tornava-se assaz melindrosa com este inopinado sucesso. Unidos de novo D. Urraca e Afonso I, eles temiam tornarem-se único alvo da vingança do impetuoso aragonês, muito mais que este não devia ter esquecido o desar de sua primeira tentativa contra a Galiza.

Na falta absoluta que se dá de notas cronológicas nas crónicas contemporâneas, o historiador moderno que deseja acertar com a verdade vê-se muitas vezes perplexo para

assinalar a ordem e ligação dos acontecimentos. Quando a Espanha tiver uma história escrita com sinceridade e consciência, o período do governo de D. Urraca será um daqueles em que o discernimento do historiador terá sido posto à mais dura prova 105 . Ligados, porém, os acontecimentos que nos cumpre mencionar aos do resto da Espanha cristã, cabe-nos fazer uma parte desse trabalho, sem que nos seja possível examinar os arquivos da nação vizinha, e somos constrangidos a deduzir a nossa narrativa dos monumentos impressos. Procedendo por conjecturas, podemos não acertar; mas ao menos no que escrevermos procuraremos harmonizar os documentos portugueses com as narrações das crónicas que desse tempo nos restam.

Como já advertimos, a ida do conde Henrique a França e a sua volta a Aragão não se podem colocar noutro período que não seja o decorrido de Agosto de 1110 a Maio de 1111. Foi por este tempo que as dissensões de Afonso I e de sua mulher chegaram ao último auge e vieram a declarada inimizade. O pacto do príncipe aragonês com o conde de Portugal devia ser feito por essa ocasião; mas enquanto os dois pensavam em dividir entre si o império de Afonso VI, D. Urraca buscava aliar-se com os fidalgos da Galiza, aprovando os desígnios deles acerca da elevação ao trono do infante Afonso Raimundes. Reconciliada, porém, a rainha com o marido por intervenção dos barões castelhanos, a situação dos personagens mais importantes deste grande drama mudava inteiramente. Os interesses do rei de Aragão tornavam a vincular-se aos de D. Urraca e, pelo contrário, os do conde ligavam-se naturalmente à causa do infante seu sobrinho e dos barões da Galiza. Estes, sabedores da inopinada reconciliação e conhecendo, talvez, que ela era contrária aos intentos de Henrique, dirigiram-se a este para que os aconselhasse sobre o modo de saírem do passo dificultoso em que se achavam, vítimas do carácter mudável de D. Urraca. Não devia ser menor o despeito do conde que o dos barões da Galiza. Aproveitou, pois, o ensejo que se lhe oferecia e excitou fortemente o conde Pedro Froilaz a que prosseguisse na revolução a favor do infante, porventura com promessas de socorro. De feito, continuando no encetado empenho, Pedro Froilaz, ao voltar para Galiza com os outros fidalgos, prendeu junto de Castro Xerix (perto de Burgos) alguns daqueles que, esquecidos das obrigações contraídas pela promessa feita a Afonso VI, não só se haviam bandeado com o príncipe aragonês, mas até de acordo com ele maquinavam a morte do conde de Trava e do seu real pupilo 106 . O procedimento, porém, de Pedro Froilaz fez rebentar uma guerra civil na Galiza. Os fidalgos partidários de Afonso de Aragão trabalharam por vingar-se. Alcançando

104 Historia Compostellana, L. I, c. 48.

105 Um escritor moderno (Romey), mui gabado pelos que não consideram as coisas senão pela superfície, esquivou perfeitamente as dificuldades que oferece o tempestuoso reinado de D. Urraca. Limitou-se a escrever a história dos estados muçulmanos nesse período e «esqueceu-se» completamente da Espanha cristã.

106 «Consulem Enrieum... diligenti cura consuluerunt: cujus... consilio fortiter excitatus consul Petrus quosdam ex illis qui jusjurandum filio comitis mentiebantur... cepit», Historia Compostellana, L. I, c. 48; «Existimans regno secure potiri si puer quoquo modo traderetur neci: quo circa... comitem Petrum... dira machinatione perditum ire molibatur», id., c. 64, parágrafo 2.

A volta de Pedro Froilaz pelo lado de Burgos prova indisputavelmente que ele foi a Aragão consultar Henrique e que, na Historia Compostellana (ibid.), onde Flores leu accersentes, se deve ler accedentes..115

aprisionar a condessa de Trava em Santa Maria de Castrelo, aonde se acolhera com o in-

fante,
souberam também prender artificiosamente o depois tão célebre bispo de Compostela, que, havendo até aí seguido uma política vacilante, se declarara afinal protector de Afonso Raimundes; mas o activo prelado achou meio de obter a liberdade e de pacificar temporariamente a Galiza, atraindo de novo à parcialidade do infante os principais fidalgos que se lhe tornavam a mostrar adversos.

Henrique havia-se retirado neste meio tempo para Portugal, visto que a paz entre os dois consortes anulava, ao menos temporariamente, as esperanças que havia fundado na concórdia que, voltando de França, fizera com o rei de Aragão. Se ele tinha calculado com a guerra civil na Galiza para divertir a atenção da rainha e de seu marido, enquanto ganhava forças, não só para constituir um estado capaz de sustentar a própria independência, mas também para realizar as miras ambiciosas de mais vasto domínio, os seus cálculos foram bem depressa baralhados por novas e violentas desinteligências que em breve rebentaram entre Afonso e Urraca. O ânimo altivo, ou antes o procedimento leviano da rainha, trouxe por fim uma ruptura decisiva. Proferiu-se o divórcio, e D. Urraca, chamando a si o seu velho aio Pedro Ansures, o conde Gomes Gonçalves, o conde Pedro de Lara e muitos outros senhores castelhanos e leoneses, começou com o rei de Aragão uma luta que, com poucas interrupções e vária fortuna, durou muitos anos. As relações que tentara já estreitar com os parciais de seu filho na Galiza renovaram-se então com mais próspero resultado, e ao passo que Leão e Castela se declaravam geralmente favoráveis à rainha, Afonso, o Lidador, via as suas forças quase reduzidas às de Aragão e às dos fidalgos e cavaleiros aragoneses que puderam conservar-lhe fiéis alguns lugares fortes, cujos alcaides eram 107 .

É evidente que o estado político da Espanha mudava completamente em relação ao conde de Portugal. A concórdia de D. Urraca e dos defensores de Afonso Raimundes ligava outra vez o vasto corpo do império de Afonso VI que ameaçara despedaçar-se. Por outra parte, convertida a guerra civil em guerra estrangeira, visto que pelo facto do divórcio o príncipe aragonês tinha de a sustentar, não como legítimo senhor de Leão, Castela e Galiza contra súbditos rebeldes, mas como rei de Aragão contra um país alheio, pouco era de esperar, atenta a desigualdade dos recursos, lhe coubesse a vitória, apesar da sua actividade e esforço. Nesta conjuntura é mais de crer que ele tentasse realizar o pacto celebrado com o conde de Portugal e que este esquecesse facilmente o passado para de novo correr após as suas ambiciosas esperanças. Daqui nasceu, em nosso entender, a pronta união de Afonso e de Henrique para guerrearem D. Urraca. Mas, antes que falemos dos resultados dessa liga, cumpre-nos narrar sucessos que interessam especialmente, não só o conde de Portugal, mas ainda mais de perto o país que ele regia.

Abul-Hassan Ali sucedera, como já dissemos, a seu pai Yusuf no vasto império da Mauritânia e da Espanha muçulmana em 1106. Depois de aquietada a rebelião de Yahya, váli de Fez, ele passara o Estreito (1107) mais para ordenar as coisas do governo nas províncias da Europa que para prosseguir na guerra santa. No ano seguinte, porém, tornou a passar da Africa resolvido a acometer Afonso VI. Seu irmão Temin ganhou a célebre batalha de Uclés e muitos lugares fortes lhe caíram nas mãos; mas esses triunfos custaram rios de sangue aos sarracenos. Ali, pouco depois, voltou à África, e as suas conquistas não se dilataram para o interior dos territórios de Leão e Castela. Todavia, o amir almorávida, seguindo o exemplo de Yusuf seu pai, incansável em combater os inimigos da sua crença, passou de novo o mar, dizem que com cem mil cavaleiros, no

107 «Et munitiones et castra... reginae naturali dominae reddiderunt», Rodrigo de Toledo, L. 9, c. 1;
«Adhuc munitiora loca in Castelae terminis detinebat», id., ibid., c. 2; veja-se Historia Compostellana, L.
I, c. 64 e ss..

Verão de 1109, e começando a guerra no Outono desse mesmo ano prosseguiu-a por todo o seguinte até o princípio de 1111, em que voltou à África, por Junho ou Julho. Foi esta uma das campanhas mais fatais para os cristãos. Ao passo que Ali invadia os território centrais e, tomando sucessivamente Talavera, Madrid, Guadalajara e mais vinte e sete castelos, vinha sitiar Toledo, o amir de Saragoça marchava contra o rei de Aragão, que havia posto cerco a Tudela, e o célebre Seir Ibn Abi Bekr marchava para o ocidente. As narrativas dos historiadores árabes revelam-nos neste ponto sucessos anteriores, cujas circunstâncias aliás não especificam. Seir, dizem eles, apoderou-se de Badajoz, Évora, Santarém, Lisboa, Sintra, e de todas as povoações ocupadas pelos cristãos ou que não tinham tomado a voz dos almorávidas. E certo, porém, como vimos, que já em 1093 o amirado de Badajoz havia sido submètido pelo próprio Seir ao império almorávida, e a esse amirado pertenciam todas as povoações aqui mencionadas, de parte das quais Afonso VI se assenhoreara naquela conjuntura. Resulta dali que uma revolução se fizera entretanto no Gharb, onde os árabes, como por toda a Espanha muçulmana, mal sofriam o jugo dos lantunitas, e que Seir se viu obrigado a conquistar de novo as duas províncias modernas do Alentejo e Algarve, que já uma vez subjugara. É assim que nos parece explicar-se naturalmente a ordem dos sucessos daquele obscuro período. A revolução dos árabes ocidentais propagou-se pelas terras situadas na margem direita do Tejo perto da sua foz, que o destroço do conde Raimundo em 1095 nos persuade estarem já perdidas para os cristãos. O temor de serem de novo submetidos pelos almorávidas induziu, talvez, os levantados de Lisboa e Sintra a fazerem-se tributários do conde Henrique, sucessor de Raimundo, para não ficarem ao mesmo tempo ameaçados ao norte por ele e ao sul pelas forças lantunenses. As palavras da Crónica dos Godos, dizendo que por morte de Afonso VI começaram a «rebelar-se» os sarracenos e que por isso o conde Henrique acometeu e tomou Sintra, dão o máximo grau de probabilidade à nossa conjectura. Começada a guerra nos fins de 1109, Seir devia gastar o ano seguinte em reduzir de novo o Gharb muçulmano e, assim, só veio a encetá-la verdadeiramente na fronteira em 1111. Já, porém, no ano antecedente algumas forças almorávidas tinham passado o Tejo, fazendo uma entrada na moderna Estremadura. O conde de Portugal, vendo o activo general lantunense combater e reduzir as principais povoações do antigo amirado de Badajoz, enviara tropas que reforçassem a guarnição de Santarém. Marchavam descuidados os homens de armas do conde; acamparam num sítio denominado Vatalandi e começavam a levantar as tendas para repousar quando de improviso um grosso corpo de sarracenos, sabendo que era pouco avultado o número dos cristãos, os atacou, passando provavelmente o Tejo. Salteados assim repentinamente, estes foram destroçados com grande mortandade, ficando no campo Suário Fromarigues, que os capitaneava, e outro cavaleiro notável chamado Mido Crescones. Na Primavera do ano seguinte, Seir, submetidas as cidades mais importantes do Gharb, pôs cerco a Santarém, a qual se rendeu em Maio ou Junho desse mesmo ano, e nada induz a crer que o conde socorresse este ponto extremo dos seus domínios ou que ao menos tentasse inquietar os sarracenos 108 . Foi, todavia, durante estes dois meses que Henrique residiu em Portugal, depois da sua volta de

108 Conde, p. 3, c. 25; «Abdel-Halim (aliás Ibn Abi Zará), História dos Soberanos Maometanos, p. 178; a
«Chronica Gothorum» (na Monarquia Lusitana, T. 4, f. 272 v.) põe a tomada de Santarém nos fins de
Maio, e o «Cronicon Lamecense» (nas Dissertações Cronolôgicas, T. 4, P. I, p. 174) nos fins de Junho.
Conde diz: «Syn-Ben Bekir tomô las ciudades de Zintiras, Badajoz, Jabora, Bortecal y Lisbona, y todos
los pueblos que tenian ocupados los christianos, o no habian tomado la voz de los almoravides», Conde,
ibid.; «Seir retook the cities of Shantireyn, Bataliós, Bortokal, Yeborah and Alisbúnah, and

purged the
whole of those western provinces from the filth of the infidels», Al-Makkari, versão de Gayangos, Vol. 2,
p. 303. Al-Makkari coloca estes sucessos em 1110, o que não concorda com a data estabelecida pelos
cronicons cristãos..117

França e de Aragão e antes de se ligar de novo com Afonso I para a guerra contra D. Urraca. Um diploma exarado no mesmo dia em que, segundo a Crónica dos Godos, Santarém caía em poder dos muçulmanos alguma luz derrama para se descortinarem as causas que tolhiam ao conde o socorrer as suas fronteiras meridionais. É ele o foral de Coimbra. Sesnando, atraindo para ali a população cristã, não organizara o município, contentando-se os novos habitadores com lhes ser assegurada por um título geral a posse hereditária das propriedades rústicas ou urbanas que se lhes distribuíam. Depois, por quase meio século, Coimbra fora a capital de um distrito, e ainda no tempo de Henrique se podia considerar como a principal cidade do condado ou província de Portugal; mas uma tradição, que os documentos contemporâneos parece confirmarem, nos assegura que o genro de Afonso VI estabelecera em Guimarães a sua corte, se tal se pode dizer de uma residência incerta e quase anualmente interrompida. Coimbra, posto que, como vimos, fosse frequentada do conde, o qual por vezes fez aí larga assistência, tinha, como todos os lugares principais, governadores próprios sujeitos a ele, segundo o sistema hierárquico da monarquia leonesa. Estes governadores, com os seus oficiais, provavelmente vexavam os habitantes, que não possuíam ainda os largos privilégios municipais atribuídos já nessa época a povoações menos importantes. Segundo parece poder concluir-se das alusões obscuras do diploma a que nos referimos, os moradores de Coimbra, oprimidos por uns certos Munio Barroso e Ebraldo ou Ebrardo, talvez chefes militares, talvez exactores de fazenda, amotinaram-se, expulsando-os da cidade. Devia suceder isto durante a ausência do conde. Voltando, ele se dirigiu a Coimbra; mas os habitantes resistiram-lhe, e Henrique teve de pactuar com eles. O resultado destes sucessos foi obter a povoação uma carta de foral com amplos privilégios, especificando-se as contribuições e declarando-se expressamente que nem Múnio Barroso nem Ebraldo tornariam a ser admitidos dentro dos seus muros, e que o conde, satisfeito de o haverem enfim recebido, poria em esquecimento tudo o que contra ele tinham até àquele dia praticado 109 .

Entretanto Seir, fortificada e guarnecida Santarém e as outras praças tanto de cristãos como de muçulmanos submetidas por ele ao império almorávida, voltara para Sevilha. Entrado em avançada idade, este célebre capitão aí faleceu pouco depois, sem poder continuar no Ocidente da Península a guerra que por este lado parece lhe estava particularmente incumbida. Com a sua morte, Portugal respirou, e as correrias dos sarracenos dirigiram-se principalmente contra a província de Toledo, cujas cercanias, tendo debalde tentado tomar aquela cidade, deixou taladas o váli de Córdova, Mezdeli.

A Espanha cristã oferecia então o triste espectáculo de que tantas vezes foi teatro antes e depois destes sucessos. Enquanto os infiéis invadiam as fronteiras, a guerra civil encruecia cada vez mais no seio dela. Era no mesmo tempo em que os almorávidas faziam recuar as fronteiras de Portugal que os condes Gomes Gonçalves e Pedro de Lara, lisonjeados com o valimento da rainha e esperançados ambos de que o divórcio de D. Urraca lhes abrisse o caminho do trono, ajuntavam os partidários desta para acometerem o rei aragonês, que durante a sua passageira reconciliação com a rainha se

109 Carta aos povoadores de Coimbra, nas confirmações sucessivas de Afonso VI de 1085 e 1093, Livro
Preto, f. 7; «Vita S. Geraldi», c. 8, em Baluzio, Miscelânea, T. 3, p. 185; «Doação a A. Tibaldi», em
Figueiredo, História de Malta, T. 1, p. 17. Este documento é dado como suspeito por J. P. Ribeiro

(Dissertações Cronológicas, T. 1, p. 174); mas não tendo carácter algum de falsidade à excepção da data
errada, esse erro se pode supor cometido pelo copista, por ser um traslado do século XIII; «Colimbriam
nunquam dabo per alcavallam (aliás cavallariam) alicui. Non introducam Munium Barrosum vel
Ebrardum (aliás Ebraldum) Colimbriam... Promittimus non tenere in mente vel corde malam voluntatem
vel iram de hoc quod nunc usque egistis adversum nos, sed habetimus gratum quod colligistis nos, et
honorabimus vos sicut melius potuerimus, et nunquam in vestrare vel in vestris corporibus habebitis
deshonor vel perdida», ibid..118
apoderara de Toledo 110 . Como já observámos, a liga entre o conde de Portugal e Afonso I renovou-se naturalmente por estes meses, e Henrique, apaziguada a rebelião de Coimbra, apressou-se a ir ajuntar-se com o seu aliado. Unidos ambos, pouco tardou que chegassem a um encontro decisivo com os leoneses e castelhanos. Os condes Gomes Gonçalves e Pedro de Lara vieram esperá-los em Campo de Espina, poucas léguas ao nordeste de Sepúlveda, no distrito de Segóvia. Lara, apenas começada a peleja, fugiu, deixando o conde Gomes lutar sozinho com as forças de Afonso I e do seu aliado, que o venceram e mataram 111 . Obtida esta vitória (Novembro de 1111), orei de Aragão passou o Douro e invadiu o território leonês. Entretanto o bispo de Compostela, Gelmires, com os principais fidalgos e cavaleiros da Galiza, dirigiram-se à cidade de Leão para aí aclamarem Afonso Raimundes. Soube-o o rei de Aragão, e, marchando ao encontro deles, acometeu-os de improviso entre Astorga e Leão no lugar chamado Fonte de Angos ou Viadangos. Depois de tenaz resistência, os galegos foram destroçados, e Gelmires, enviando o moço príncipe para a fortaleza de Orsillón, em Castela, onde então se achava D. Urraca, retirou-se com as relíquias das tropas galegas para Astorga e, demorando-se aí apenas três dias, voltou a Compostela, fazendo um largo rodeio, a fim de evitar o encontro dos vencedores 112 .
Nesta facção, porém, interviera só o rei aragonês abandonado já pelo conde de Portugal. Imediatamente depois da batalha de Campo de Espina o exército dos dois aliados entrara em Sepúlveda. Os fidalgos castelhanos recorreram então aos meneios ocultos para os dividir. Mandaram afeiar a Henrique o haver-se unido ao inimigo comum da monarquia contra os outros barões de Leão e Castela. Pediam-lhe que se apartasse do aragonês e que viesse ajuntar as suas forças às deles, prometendo fazerem-no seu chefe nestas guerras e induzirem a rainha a repartir fraternalmente com ele uma parte dos estados de Afonso VI. Alguns fidalgos, aos quais o prendiam laços da antiga amizade, invocavam, até, as recordações do passado para mais o moverem. Cedeu, enfim, o conde a estas sugestões, e para não despertar as suspeitas do rei de Aragão pretextou a ocorrência de negócios que o chamavam aos seus domínios 113 , Então, partindo de Sepúlveda, veio ao castelo de Monzón 114 , onde se achava a rainha, a qual confirmou as promessas feitas ao conde pelos barões seus parciais. Esperando assim ver realizados os desígnios de engrandecimento que concebera, Henrique não tardou a declarar-se pelo partido de D. Urraca 115 . Esta, apenas seu filho chegou ao castelo de Orsillón ou de Monzón, deixando-o entregue a alguns cavaleiros em que mais confiava, partiu para a Galiza, atravessando as montanhas de Oviedo no coração do Inverno, posto que este fosse naquele ano rigorosíssimo. Dali encaminhou-se na Primavera de
110 «Era MCXLIX, El-Rey d'Aragon en 14 dias cal. De Maio entrô em Toledo e regnô», «Anales
Toledanos», I (1111), na España Sagrada, T. 23, p. 387. Veja-se o que a este propósito observa Berganza
(Antiguedades, T. 2, p. 7), atendendo à escritura nº12 do Apêndice do Vol. 7 da Crónica Beneditina, de

Ypes.
111 «Era MCXLIX, VII cal. Novembr. Rex Adefonsus Aragonensis et Comes Enricus occiderunt
Comitem D. Gomes in campo de Spina», «Anales Complutenses» (1111), na España Sagrada, T. 23, p.
314; Lucas de Tuy («Cronicon Mundi», na Hispaña Ilustrada, T. 4, p. 103) diz que Gomes Gonçalves
fora preso e depois morto pelo conde Henrique. Veja-se Rodrigo de Toledo, L. 7, c. 2.
112 Historia Compostellana, L. 1, c. 68, parágrafo 2. Flores estabelece para data destes sucessos o Outono
de 1110. Como advertimos na nota VII no fim do volume, a cronologia da Historia Compostellana é
errada. Lucas de Tuy, Rodrigo Ximenes e todos os historiadores põem o recontro de Viadangos depois do
de Campo de Espina. Os «Anales Complutenses» fixam este em Outubro de 1111, o que é confirmado
pelos «Anales Compostellanos», na España Sagrada, T. 23, p. 321.
113 «Casi como quien va a ver sus heredades, partió-se de el-rei», anónimo de Sahagún, c. 21.
114 Parece que é o mesmo a que na Historia Compostellana se chama Orsillón, na Castela Velha, onde a
rainha se achava quando se deu a batalha de Viadangos.
115 Anónimo de Sahagón, c. 21..119
1112 116 e aos distritos meridionais de Leão, ordenando marchassem para aquele ponto todos os que se lhe conservavam fiéis. Mas Afonso I, que entretanto tinha engrossado o seu exército com os socorros de várias partes, ao mesmo tempo que chamava novas tropas de Aragão, marchou a cercar Astorga. Sendo, todavia, destroçados pelos castelhanos os cavaleiros aragoneses que vinham ajudar os sitiadores, Afonso alevantou o sítio e retirou-se para o forte castelo de Penafiel 117 , Entretanto o conde de Portugal ajuntava os seus homens de armas enquanto as tropas da rainha convergiam das Astúrias, de Castela e das Estremaduras para se reunirem com ela. Estas forças capitaneadas por Henrique, ao qual acompanhava D. Urraca, avançaram para o lado do castelo de Penafiel nas vizinhanças de Valhadolid e puseram-lhe cerco. Era o lugar forte e bem defendido, e o assédio prolongou-se. Os sitiadores, no entretanto, ocupavam-se em assolar e roubar os territórios circunvizinhos que se dilatam pela margem esquerda do Douro e cujos habitantes se tinham mostrado parciais do príncipe aragonês 118 .
D. Teresa, que durante a ausência do marido parece ter residido sempre em Portugal, partira nesse meio tempo de Coimbra para vir unir-se com ele. Chegada ao acampamento, poucos dias tardou em semear aí a discórdia, persuadindo ao conde que, antes de tudo, exigisse a divisão dos estados leoneses que lhe fora prometida, lembrando-lhe que era rematada loucura arriscar a própria vida e a dos seus soldados só em proveito alheio. Deu-lhe Henrique ouvidos e começou a apertar para que se realizassem as promessas feitas. A estas pretensões se ajuntavam outras circunstâncias que ajudavam a irritar D. Urraca. Os portugueses que se achavam no exército tratavam a irmã como rainha 119 . Este título, que aliás fora vão, dado à mulher do mais poderoso dos seus barões, daquele que era o principal cabeça do exército, apontava-lhe o alvo em que a irmã e o cunhado punham a mira. A fraqueza do seu sexo incitou-a então a seguir a política tortuosa a que nesse tempo não duvidavam recorrer os mais fortes e nobres cavaleiros. Abrindo relações ocultas com o rei de Aragão, procurou de novo congraçar-se com ele e, aproveitando o pretexto de querer satisfazer às pretensões de Henrique e de D. Teresa, levantou o cerco e dirigiu-se com eles para Palência. Aí se escolheram árbitros, e a divisão do império de Afonso VI se fez, ao menos nominalmente 120 . O castelo de Ceia sobre o rio do mesmo nome, que tocara ao conde, lhe foi logo entregue,

e resolveu-se que ele, ajudado pelos homens de armas da rainha, marchasse a apoderar-se de Zamora, que era uma das terras mais importantes das que lhe tocavam e que
116 «Profecta est per gravia itinera et laboriosos montes, frigidos que nivibus et glacie praeteritae hiemis»,
Historia Compostellana, L. 1, c. 73.
117 Anónimo de Sahagún, c. 21; Historia Compostellana, L. 1, c. 73. As duas crónicas contemporâneas de
Sahagún e Compostela parece contradizerem-se e até certo ponto não concordam entre si. A primeira
omite os sucessos de Viadangos e de Astorga e dá a entender que Afonso I, sabida a mudança do conde
de Portugal, se retirara para Penafiel, enquanto a segunda o faz acolher-se a Carrión depois do cerco de
Astorga. Nós atemo-nos ao único arbítrio que nos parece razoável. O silêncio de uma das crónicas não
basta para recusar a narrativa da outra, sendo ambas coevas, e por isso, não havendo impossibilidade de
tempo ou de lugar que o proíba, procurámos ligar os sucessos contidos numa e noutra. Quanto ao sítio
para onde se retirou o rei de Aragão seguimos o anónimo de Sahagún, escrito mais perto do teatro da
guerra.
118 «Eum Carrione (lege Penafideli) obsessit, obessumque diuturno tempore tenuit», Historia Compostellana, L. 1, c. 73, parágrafo 4; anónimo de Sahagún, c. 21.
119 «La mujer del conde era ya llamada de los suyos reyna, lo qual oyendo la reyna mal le sabia»,
anónimo de Sahagún, c. 21.
120 Se acreditássemos um documento achado ultimamente, esta divisão ter-se-ia realizado. É o foral de
Auca, em cópia do século XIII e sem data, dado por Diogo Vermudez, o tenens de Auca, em nome do
conde Henrique e de D. Teresa. No preâmbulo desse foral narram-se as guerras de D. Urraca e do rei de
Aragão, e como a filha de Afonso VI, por conselho dos seus barões, dividiu o reino com o cunhado. O
que não é fácil é dizer onde era Auca. Veja-se Colección de fueros y cartas pueblas por la Real Academia
de Historia, Catálogo, 32, Madrid, 1852..120
provavelmente estava então pelos aragoneses. As duas irmãs deviam entretanto recolher-se à cidade de Leão 121 .

Tais eram as intenções patentes de D. Urraca, mas bem diversas as ocultas. Aos cavaleiros que iam na companhia do conde ordenou em segredo que, tomada Zamora, não lha entregassem, e ao mesmo tempo mandou prevenir a guarnição de Palência de que, se Afonso I para ali se encaminhasse, lhe abrissem as portas. Depois disto dirigiu-se à vila de Sahagún, cujos habitantes eram fautores daquele príncipe e por isso facilmente os persuadiu .a fazerem o mesmo. Daí, separando-se primeiro de D. Teresa, recolheu-se efectivamente a Leão, conservando-se no entanto a condessa de Portugal no célebre mosteiro de Sahagún, contra cujos monges como senhores da vila o ódio dos burgueses era grande e causa do seu aferro à parcialidade aragonesa. A partida de D. Urraca, abandonando ali a irmã, parece ter sido resultado de acordo secreto com o rei de Aragão, porque este entrou de repente na vila e, sabendo que D. Teresa fugira, mandou após ela tropas que a perseguissem, mas que não puderam alcançá-la 122 .

A notícia da traição de D. Urraca brevemente chegou aos ouvidos de Henrique,

talvez pela boca da infanta sua mulher fugida de Sahagún. É fácil de supor qual seria a indignação do conde, vendo-se assim escarnecido e transtornados os seus desígnios. Os nobres de Leão e Castela, a quem sobretudo era odioso o domínio do rei de Aragão, mostraram-se inclinados a favorecer Henrique, desaprovando o procedimento da rainha. Aproveitou o conde esta irritação dos ânimos e com os outros barões ofendidos resolveu prosseguir contra os dois a guerra que até então tinha feito unicamente ao príncipe aragonês.

D. Urraca, partindo de Sahagún, pouco tempo se demorara em Leão, aonde o marido se foi unir com ela, havendo-lhe saído baldada a tentativa da prisão de D. Teresa. Sabida esta nova, o conde de Portugal e os barões seus aliados marcharam a pôr sítio a Carrión, para onde Afonso e D. Urraca tinham entretanto voltado. Breve, porém, acabou o assédio, porque - diz um escritor contemporâneo - os nobres, além do respeito que deviam à filha de Afonso VI, estavam certos de que, atento o génio do rei aragonês, poucos dias duraria a concórdia entre ele e sua mulher. Não parece este motivo o mais provável para assim abandonarem a empresa; mas, fosse essa ou diversa a causa do sucesso, é certo que Henrique se retirou com os outros nobres que a ele se haviam associado 123 .

Se atendermos a que o cerco de Penafiel, de que acima falámos e a que precederam diversos acontecimentos posteriores à batalha de Campo de Espina, só poderia verificar-se no Verão de 1112, os variados sucessos que havemos referido deviam ocupar o Outono deste ano. Quais fossem, porém, as acções do conde depois de levantado o cerco de Carrión nenhum monumento contemporâneo no-lo diz. É crível andasse empenhado em obter pelas armas ou por outro qualquer meio os senhorios que sua cunhada lhe cedera para trair a causa do rei aragonês. Entretanto este, cuja reconciliação com D. Urraca não era senão um cálculo de cobiça, apenas se achou livre do cerco procurou afastá-la de si. Com promessas lisonjeiras e por intervenção dos seus hábeis conselheiros alcançou, enfim, resolvê-la a ir administrar o Aragão enquanto ele ficava ordenando as coisas da monarquia leonesa. Partiu com efeito a rainha; mas pouco tardou a receber novas das violências que nos seus estados continuava a praticar o marido. Desde então resolveu-se a voltar; mas, seguindo o exemplo de Afonso, que soubera criar um partido entre castelhanos e leoneses, buscou iguais alianças entre os súbditos dele, chamando a si alguns nobres aragoneses descontentes, ao mesmo tempo

121 Anónimo de Sahagún, c. 21.

122 Id., ibid.

123 Id., c. 23..121

que trabalhava por criar ou renovar simpatias em Leão e Castela. Afonso I, sabendo que sua mulher regressara, pensou em embargar-lhe os passos, ou desvanecendo a ira de que ela vinha possuída ou prendendo-a, se as circunstâncias o permitissem. Nem uma nem outra coisa obteve. A parcialidade da rainha engrossara a ponto de se fazer temer, e a confiança nos seus parciais animava D. Urraca a abandonar o sistema da dissimulação. As discórdias renovadas entre os dois consortes chegaram a termos de separação e logo de guerra, que se dilatou, segundo parece, por algum tempo 124 .

Concebe-se facilmente qual seria o estado de um país, em cujo solo se viam ainda os tristes vestígios das correrias dos sarracenos, convertido agora em teatro de longas e deploráveis lutas civis. Nobres e burgueses tinham sido vítimas das dissensões suscitadas ou favorecidas por eles próprios. O desejo da paz devia ter ganhado incremento no meio de tantas devastações e de tanto sangue vertido em vão. As igrejas roubadas; muitos personagens notáveis do clero e da fidalguia mortos a ferro, presos ou fugitivos; os peões perecendo de nudez e de fome ou passados à espada; tal é o quadro que nos apresenta um historiador desse tempo 125 , lançando-o à conta do rei de Aragão, mas em que é de crer fossem culpados os diversos partidos. É, todavia, certo que Afonso I, empregando nestas guerras gente colectícia de além dos Pirenéus e dotado de um génio tão violento e feroz como valoroso, devia ter maior quinhão nos males

cometidos, posto que muito se haja de rebaixar nas acusações dos seus inimigos. Mas, devido a uns ou a outros, o estado das coisas era intolerável., e alguns barões leoneses e castelhanos com os cabeças populares dos mais poderosos municípios de Leão ajuntaram-se em Sahagún com o propósito de constranger os dois consortes a darem tréguas às suas discórdias e a deixarem, enfim, respirar a nação das calamidades que padecia. Exigiam que o rei de Aragão guardasse as condições estabelecidas quando, em consequência das pretensões do conde de Portugal, D. Urraca se congraçara com ele em Penafiel. Falto acaso de forças para quebrar com a assembleia que assim lhe impunha a lei, o príncipe aragonês valeu-se da dissimulação; fingiu reconciliar-se com a rainha e, tendo-se demorado algum tempo em Carrión, veio com ela residir em Astorga 126 .

A dobrez de Afonso I logo se tornara visível. Com pretextos e evasivas dilatava o cumprimento das promessas que fizera. Entre estas era a principal tirar os castelos pertencentes a sua mulher das mãos dos aragoneses. Passando pela cidade de Leão ao dirigir-se a Astorga, recusou entregar o alcaçar desta cidade, apesar de D. Urraca assim o requerer. Era evidente que a pacificação obtida à força pelos povos não duraria largo tempo. A primeira circunstância que, se oferecesse para nova ruptura havia de ser aproveitada por ele, e tal circunstância não tardou a aparecer.

Estes sucessos passavam nos primeiros meses de 1114. Posto que, no meio das inquietações e bandos em que figuraram tantos indivíduos eminentes, os factos relativos ao conde de Portugal sejam muitas vezes esquecidos nas incompletas e informes memórias desse tempo, todavia, se dermos crédito a um documento acerca do qual não nos ocorre dúvida, mas que já foi impugnado, ao menos na sua data, Henrique ligou-se com a rainha quando ela, tendo voltado de Aragão, se achava mais uma vez separada do marido 127 , Foi no meio destas repetidas discórdias 128 e pacificações passageiras que findou a carreira das ambições e esperanças do conde, atalhando-lhe a morte os desígnios; mas o modo, o lugar e as particularidade deste sucesso cobre-os véu

124 Anónimo de Sahagún, c. 27, ad unem.

125 Historia Compostellana, L. 1, c. 79.

126 Anónimo de Sahagún, c. 29. Compare-se com a Historia Campostellana, L. 1, c. 80.

127 Documento na España Sagrada, T. 38, p. 347. Veja-se a nota VII no fim do volume.

128 Ibid., T. 36, Apêndice 43. Por este documento se vê que a 12 de Abril ainda durava a separação..

impenetrável. Sabemos só que ele faleceu no 1º de Maio do ano de 1114 129 . A narração do anónimo de Sahagún faz suspeitar que, durante a residência de Afonso e D. Urraca em Astorga, Henrique os seguira e ali morrera 130 o que de certo modo é fortificado pela tradição dos cronistas portugueses, que o dão por morto naquela cidade, posto que essa tradição revista o facto das circunstâncias extraordinárias e fabulosas com que a imaginação do povo costuma poetizar a história 131 .

Voltemos agora os olhos para o passado e observemos qual era a verdadeira situação política de Henrique no momento de falecer. Levado pela natureza das coisas e ainda mais pela ambição a representar um papel importante no meio da guerra civil que devorava a monarquia, conhece-se pelos actos dos últimos quatro anos da sua vida que a todas as considerações ele ante-punha o pensamento de obter para si, não só a independência do condado cujo governo subalterno alcançara da generosidade do sogro, mas também largo quinhão nas outras províncias limítrofes, de modo que Portugal se convertesse em núcleo de um poderoso estado no Ocidente da Península. Pelo tratado de divisão que a necessidade de o atrair ao seu partido obrigou D. Urraca a celebrar com ele, sabemos lhe ficava pertencendo Zamora, cujo distrito se dilata pela fronteira oriental do nosso país. E se outro tratado entre a rainha e D. Teresa, de que adiante havemos de falar, assentava, como suspeitamos, sobre este pacto anterior feito com o conde, vemos por ele que esses territórios abrangiam a maior porção das províncias a que então chamavam de Campos e das Estremaduras e hoje se denominam de

Valhadolid, Zamora, Toro e Salamanca. É provável que já nos ajustes feitos com Afonso I para repartirem entre si a monarquia leonesa o conde tivesse escolhido estas províncias. Assim, se ele morreu depois da última reconciliação de Afonso com D. Urraca, achando-se nessa ocasião aliado com a rainha e tendo direito pelas convenções anteriores a exigir de ambos a cessão daqueles distritos, seria ofender todas as probabilidades o imaginar que não cuidasse então seriamente em realizar um facto a que dedicara todos os seus esforços e para o qual trabalhava já, como vimos, em vida de Afonso VI.
No comum sentir dos nossos historiadores o conde borgonhês havia chegado aos setenta e sete anos de idade quando faleceu; mas esta opinião envolve graves dificuldades. Ele teria nascido, por esse cálculo,, em 1037, pouco mais de trinta anos depois do nascimento de seu avô Roberto, o que torna essa data quase impossível, tanto mais se nos recordarmos de que ele era quarto filho de Henrique e este o segundo daquele príncipe 132 . A actividade militar do conde nos últimos tempos da sua vida, junto a estas considerações, nos persuadem a supor-lhe quando morreu a idade de cin-quenta
a sessenta anos. O seu cadáver foi transportado de Astorga para Braga, em cuja catedral jazem ainda hoje os restos daquele que, até certo ponto, se pode chamar o fundador da nacionalidade portuguesa.
Se Henrique fora ambicioso, não o era menos sua mulher. Apenas soube que ele falecera, apareceu na corte de Astorga. Armava grande competência - diz um contemporâneo - com sua irmã e com o rei. Que outra podia ser essa competência senão a das pretensões do marido? Mas o guerreiro conde descera ao sepulcro, e a sua espada, que luzira ao sol de tantas batalhas, jazia ao lado dele debaixo da campa. Sobravam à
129 «Cal. Maii obiit comes D. Henricus», «Chronica Gothorum», era 1152. Veja-se especialmente sobre
esta matéria a nota VII no fim do volume.
130 «...entrambos fueronse para Astorga. Muerto el conde Enrique, D. Theresa allá se fué, é con la reyna
su hermana é con el rei gran competencia armaba», anónimo de Sahagún, c. 29.
131 Livro das Linhagens, atribuído ao conde D. Pedro, tit. 7; Galvão, Crónica de El-Rei D. Alonso
Henriques, c. 4; Acenheiro, Crónica dos Reis de Portugal, c. 2.
132 Exame comparativo das «Crónicas Portuguesas», nas Memórias da Academia, T. 11, p. 2, pp. 31 e 32;
Art de vérifier les dates, T. 3, p. 2, p. 14, col. 2..
infanta ambição, energia, pertinácia: faltava-lhe um braço de homem para sustentar o bom ou mau direito que supunha ter; faltava-lhe o ferro, que a política, em todos os tempos, costumou e costuma lançar na balança em que se pesam as contendas dos príncipes ou dos povos. Recorreu às armas de que a sua fraqueza mulheril podia tirar tanta vantagem como o marido tirara do esforço e perícia militar: empregou a astúcia.
Por intervenção de um indivíduo de cujas artes se fiava, teve modo de persuadir o rei de Aragão de que sua mulher intentava dar-lhe peçonha, acusação, talvez, não inteiramente infundada 133 . Afonso, que nada desejava tanto como um pretexto para punir a rainha, sem que lhe fugissem da mão os vastos estados de que ela era a legítima herdeira, deu ou fingiu dar crédito à revelação que lhe fora feita. Perante os nobres que estavam na corte, acusou-a do intentado assassínio, para assim se justificar do procedimento que determinava seguir, e este era o separar-se dela. Segundo o costume daqueles tempos, recorreu a rainha à prova do combate, escolhendo um cavaleiro que mantivesse na estacada a sua inocência; mas o rei negou-se a aceitar o chamado juízo de Deus, fazendo-se julgador da própria causa. Debalde os condes de Castela e até os barões aragoneses que se achavam presentes procuraram sossegar os ânimos irritados dos dois consortes: D. Urraca foi expulsa de Astorga seguida de poucos cavaleiros, que não

quiseram abandoná-la naquela desgraçada conjuntura 134 .
A violência de Afonso, que recusara a sua mulher um meio de justificação considerado como o mais solene a que um réu podia recorrer para se mostrar alheio à imputação do crime, produziu geral descontentamento. Os próprios aragoneses que guarneciam as torres da antiga capital da monarquia, a cidade de Leão, abriram as portas do castelo à desterrada princesa. Os burgueses, que até aí se haviam mostrado mais favoráveis ao rei de Aragão que a D. Urraca, uniram-se ao partido dela. Os concelhos de Burgos, de Naxera, de Carrión, de Leão e de Sahagún, juntos nesta última vila com muitos nobres, ou porque ainda se não houvesse dissolvido a passada assembleia ou porque de novo se congregasse, mostraram-se tão resolutos em sustentar as condições juradas por Afonso I que este, obrigado a declarar-se abertamente e não podendo resistir à torrente, saiu a ocultas de Sahagún e quase como fugitivo recolheu-se aos seus estados. Então os nobres e burgueses reconheceram por toda a parte, nas vilas e castelos, a autoridade da rainha 135 .
D. Teresa ficara residindo em Astorga quando sua irmã fora expulsa. Ali pactuara aliança com o rei de Aragão; mas os acontecimentos de Sahagún vinham colocá-la numa situação excessivamente dificultosa. Os seus domínios eram demasiado circunscritos: não podia achar neles recursos contra a irmã ofendida mortalmente por ela. O seu aliado, que se retirara para os próprios estados, só de modo indirecto poderia ser útil a Portugal, divertindo as armas leonesas para as fronteiras de Castela. Por outra parte, a morte do conde, sucedida antes de ele obter definitivamente a posse de uma parte da monarquia em que pudesse constituir um reino independente e assaz importante para se fazer respeitar, deixava, até, a província que Afonso VI lhe dera para governar ligada virtualmente a Leão, e se D. Teresa quebrasse os laços de obediência que a uniam à irmã, esse acto seria considerado como flagrante rebelião 136 .
A infanta de Portugal debaixo de gesto angélico 137 escondia o ânimo sagaz e vivo
133 Orderico Vital afirma positivamente que D. Urraca tentara envenenar o marido: «Urraca... ei
(Hildefonso) perniciem tam veneno, quam armis machinata», Historia Eclesiástica, L. 13.
134 Anónimo de Sahagún, c. 29.
135 Historia Compostellana, L. 1, c. 80; anónimo de Sahagún, c. 30.
136 «Considerando [D. Teresa] que para se rebelar la fortuna no le abastaba», anónimo de Sahagón, c. 29.
137 A formosura de D. Teresa foi celebrada pelos seus contemporâneos. Veja-se Bernardo, «Vita B.
Geraldi», c. 8, em Baluzio, Miscelânea, T. 3, p. 185; documento nas Dissertações Cronológicas, T. 3, p.
1, p. 45, nº 136..124
que lhe atribui um escritor, o qual devia conhecê-la e tratá-la de perto, ao menos durante a sua residência em Sahagún 138 . Os factos de catorze anos em que regeu a província cujo governo lhe legara o marido provam que o monge cronista se não enganara em assim a qualificar. É durante esse período que a nacionalidade portuguesa começa a caracterizar-se bem, e à política de D. Teresa se deve, até certo ponto, o nascer e radicar-se em Portugal aquele sentimento de individualidade que constitui barreiras entre povo e povo mais sólidas e duradouras que os limites geográficos de duas nações vizinhas. Como a infanta evitou as consequências das dificuldades em que se lançara e como aproveitou as discórdias civis da Espanha cristã para ir fundando a independência dos seus estados, vê-lo-emos subsequentemente. Agora observemos mais de perto qual era a situação especial da monarquia leonesa, de que ainda o nosso país fazia parte, quando a paz do sepulcro veio atalhar as lidas e intentos do ambicioso conde de Portugal.
Já anteriormente narrámos quais perturbações agitaram a Galiza depois das primeiras discórdias entre Afonso e Urraca. O bispo Gelmires, declarando-se pelo

partido do filho do conde Raimundo, restabelecera momentaneamente a paz. Novas dissensões, porém, se alevantaram entre os barões daquela província, movidos por interesses obscuros e dando largas a violentas paixões à sombra da fraqueza do poder real, que disputavam entre si o príncipe aragonês, a rainha e o infante Afonso Raimundes, ou antes os barões e prelados que se chamavam seus defensores. Quando D. Urraca se divorciava do marido ligava-se com os parciais do filho; quando se reconciliava com aquele mostrava-se adversa a estes. Mas, em realidade, cada um dos personagens que figuravam naquele drama, quer príncipes, quer senhores, só pensava em tirar das desgraças públicas a maior vantagem possível. As alianças faziam-se e desfaziam-se rapidamente, porque nenhuma sinceridade havia no procedimento dos indivíduos. Os interesses particulares dos nobres e prelados cruzavam-se com as questões políticas e modificavam-nas diversamente. Era a anarquia descendo dos paços para os municípios e ensinando-lhes com a licença a liberdade, porque, faltando a força à autoridade pública, os burgueses, no meio das vexações de uma fidalguia desenfreada, valiam-se dos próprios recursos para se defenderam e vingarem dos seus opressores. Talvez, durante a Idade Média, nenhuma época da história peninsular ofereça tantos vestígios da influência municipal nos acontecimentos políticos, tantas resistências das vilas contra o domínio dos senhores, tantos cometimentos das povoações contra os castelos que as assoberbavam, como o primeiro quartel do século XII. Mas isto que era um bem absoluto, um elemento de ordem futura, porque ia estabelecendo o equilíbrio entre as diversas classes, era relativamente um mal e mais uma causa de confusão e de derramamento de sangue: tendia a produzir a desmembração do país; porque as províncias e distritos, não só moralmente, mas também materialmente, se dividiam uns dos outros. Assim, durante os sucessos que narrámos, a Galiza, principalmente adicta ao infante Afonso Raimundes, vira rebentar no seu seio uma revolução de alcaides de castelos e senhores de terras que tomara por bandeira o nome do rei de Aragão e se derramara ao sul pelo extenso território entre o Ulla e o Minho. Entretanto o bispo de Santiago, Gelmires, que pelo seu engenho enredador e manhoso soubera obter grande influência naquela província, ajuntara um poderoso exército para combater os levantados, e a parcialidade aragonesa foi vencida. Não deixaram, porém, as perturbações de se protraírem ainda por algum tempo 139 .

D. Teresa achava-se viúva, e de três filhos que lhe deixara o conde um só era

138 «Un saber astuto e ingenioso», anónimo de Sahagún, c. 29. O autor desta importante crónica era companheiro do abade Domingos, eleito em 1111.

139 Historia Compastellana, L. 1, c. 74 e ss.

varão, e esse, o infante Afonso Henriques, apenas de dois ou três anos de idade 140 . O rei de Aragão, com quem ela se ligara em Astorga, era na verdade um poderoso e activo aliado. Mas, repelido de Leão pela assembleia de Sahagún, e perdido o alcaçar de Burgos (então capital de Castela) com muitos outros lugares fortes que ou se rendiam às tropas de D. Urraca ou estavam estreitamente cercados, Afonso I fez proposições de tréguas, que foram aceitas 141 . Desapressada assim da guerra, podia a rainha vingar-se do mal que sua irmã tentara causar-lhe. Não o fez. As actas das cortes de Oviedo, de que adiante havemos de falar, persuadem que a infanta dos portugueses recorrera à submissão para evitar a procela; mas o que não parece menos provável é que o esquecimento da passada injúria não fora em D. Urraca pura longanimidade. Há muitas vezes na história ao lado dos factos públicos outros sucedidos nas trevas, os quais frequentemente são a causa verdadeira daqueles e que os explicariam se fossem revelados. Mas ordinariamente, não passando de enredos obscuros, a notícia de tais factos morre com os que neles intervieram, e o mais que ao historiador cabe, quando crê descortiná-los, é apontar as suas suspeitas e deixar aos que o lêem avaliar o fundado ou infundado delas. É tal doutrina aplicável às considerações que vamos fazer;

considerações que, a serem exactas, lançam bastante luz sobre a época de que tratamos e sobre sucessos posteriores, aliás inexplicáveis.
Desde a morte de Fernando Magno a diocese do Porto, como quase todas as dioceses do moderno Portugal, carecia de bispo e era governada por arcediagos. No reinado de Afonso VI a sé portugalense estava unida à de Braga, e esta mesma, metropolitana da Galiza, achou-se por alguns anos sem pastor nos tempos que precederam a eleição de Giraldo. Até pouco antes do falecimento do conde Henrique as coisas conservaram-se no mesmo estado. Nos fins, porém, de 1112 ou, o que é mais certo, entrado o ano de 1113, o francês Hugo, arcediago da sé de Compostela, fora escolhido para bispo do Porto e sagrado no ano seguinte pelo metropolitano bracarense Maurício Burdino. Hugo era homem inteiramente estranho ao clero português, e não nos consta residisse jamais em Portugal ou a ele viesse, senão em companhia de Gelmires, anos antes, para roubar certas relíquias. Era Hugo, além disso, entre os cónegos de Compostela o amigo íntimo do bispo e a pessoa a quem este incumbia com especiali-dade de ir tratar em Roma os seus negócios mais árduos. A devoção do arcediago para com Diogo Gelmires foi ilimitada, não só nessa época, mas ainda depois, quando, já iguais ambos no episcopado, ele empreendia novas viagens para servir na Cúria romana de simples procurador ao seu antigo patrono, o qual acompanhou para Compostela depois de bispo, não aparecendo memórias dele em Portugal senão em tempo bastante posterior. A escolha, portanto, de um homem que nem sequer tinha ainda o grau de presbítero quando foi eleito e que residia em uma província que, segundo havemos visto, estava em relações hostis com Portugal, teve necessariamente causas extraordinárias. Outras circunstâncias se deram nesta elevação de Hugo, relatadas por escritor contemporâneo e testemunha ocular dos sucessos que narra, as quais vão rasgar um pouco mais o véu que nos encobre as causas probabilíssimas, não só dos acontecimentos desse tempo, mas ainda dos subsequentes 142 .
Era no Inverno de 1113 para 1114 143 . Maurício resolvera ir a Tui sagrar o novo bispo do Porto e juntamente o de Mondonhedo, eleito por esse mesmo tempo. O arcebispo convidou para assistir a esta solenidade o prelado compostelano, a cujo
140 «Duorum vel trium annorum», «Chronica Gothorum».
141 Historia Compostellana, L. 1, c. 83 a 90.
142 Flores, España Sagrada, T. 21, pp. 56 e si.; Dissertações Cronológicas, T. 1, pp. 149 e si., e T. 5, p.
180; Bernardo, «Vita B. Giraldi», c. 5; Historia Compostellana, L. 1, passim.
143 Nota VIII no fim do volume..
cabido ambos pertenciam; mas, receoso dos tumultos que agitavam o Sul da Galiza, ele refusou o convite. Então Maurício, cujos altivos espíritos os sucessos posteriores da sua vida bem mostraram, sabida a recusação de Gelmires, apesar de sair de grave e longa enfermidade e de ser a estação rigorosa, determinou ir celebrar a sagração dos dois novos eleitos em Lerez, na diocese de Compostela. Fraco e doente, Maurício empreendeu tão longa jornada, atravessando as agras serras e os profundos vales que se dilatam entre o Cávado e Lerez. Era a causa deste empenho, diz o escritor que nos guia, o desejo ardente que tinha de se ver com Gelmires para tratarem mais plenamente de remover a discórdia, de restabelecer a paz e de dar tranquilidade à Igreja; porque, no meio das dissensões, os pastores não podiam ajuntar-se para os concílios provinciais e nem sequer fazer com segurança a visita das próprias dioceses. Certificado da vinda de Maurício, o compostelano anuiu aos seus desejos, e aqueles dois célebres prelados encontraram-se, finalmente, em Lerez 144 .
Desta narrativa se vê que os negócios políticos, não menos que os eclesiásticos, influíram na estranha humilhação do arcebispo de Braga, cuja principal virtude não era por certo a abnegação. Tratava-se ao mesmo tempo da paz civil e da eclesiástica. Uma e outra só mui remotamente podiam importar a Maurício pelo que respeitava às perturbações da Galiza, em parte da qual apenas tinha a autoridade indirecta de

metropolitano, para não serem essas perturbações causa do seu procedimento. Era, pois, a paz com Portugal que ele pretendia definitivamente assentar; paz que das palavras dos historiador se deduz ter-se já dantes procurado. A eleição de Hugo, do valido mimoso do influente Gelmires, foi acaso o primeiro passo para ela, o preço imposto para se obter. Se não nos enganamos, daqui datam as relações estreitas e, às vezes, misteriosas de D. Teresa com o poderoso prelado de Compostela; e este facto, passado nos últimos meses da vida do conde Henrique, mas em que devia talvez exclusivamente intervir sua mulher, então residente em Portugal, parece-nos ter contribuído mais para salvar este país e a infanta do que a generosidade de D. Urraca. A influência de Gelmires na Galiza era ilimitada, e a soberania da rainha nesta província mais um título vão que uma realidade; título que obtinha à custa de considerar como associado ao império seu filho Afonso Raimundes, à sombra de cujo nome os barões da Galiza dirigidos pelo prelado compostelano gozavam de uma quase independência. Se, como o que havemos relatado nos leva a acreditar, D. Teresa se ligara com Gelmires, qualquer procedimento da rainha contra ela podia trazer-lhe por esse motivo as graves consequências que, por diversa causa, não pôde pouco depois evitar.

Todavia este estado forçadamente pacífico deixava subsistir a incerteza sobre a sorte futura de Portugal. D. Teresa, que durante a vida de seu marido usara apenas do título de condessa e de infanta, e desses mui raras vezes, contentando-se ordinariamente da qualificação mais modesta de mulher do conde Henrique e da de filha de Afonso VI, começava já a usar promiscuamente nos seus diplomas do título de infanta, de rainha e de ambos juntos. O de rainha prevaleceu por fim: os próprios súbditos, como vimos, lho davam já em vida do conde e, até, o papa, depois a lisonjeava com ele 145 . A vastidão

144 Historia Compostellana, L. 1, c. 82; «et cum Gelmiridem toto mentis affectu videre desideraret ut com illo de discordiae remotione, de pacis reformatione, de ecclesiarum tranquillitate plenius pertractaret», ibid.

145 Dissertações Cronológicas, T. 1, pp. 156 e ss., T. 3, P. 1, pp. 30 a 90, T. 4, P. 1, pp. 158 e 159. Neste último lugar vêm citados documentos de 1120 em que ainda se dá a D. Teresa o título de comitissa. A crónica de Afonso VII diz, falando dela: «Mortuo autem Enrico comite Portucalenses vocaverunt eam reginam» (España Sagrada, T. 21, p. 348). Este facto é confirmado por um documento de 1114 do Cartulário de Refóios de Lima (Kopke, Apontamentos Arqueológicos, p. 28), no qual se diz, no preâmbulo: «Ego Taresie filia regis Anfus», depois da data «Imperante Portugalis Regine Taresie», e no lugar da robora (equivalente à assinatura) «Ego Taresie Infans», donde se vê que o redactor do diploma.127

relativa dos seus estados e a importância destes, que aumentava à proporção que se enfraquecia a dilacerada monarquia leonesa-castelhana, davam valor material a um título de que, aliás, vulgarmente usavam todas as filhas legítimas dos reis, mas que por isso mesmo mal caberia à filha de Ximena Muniones. Ao passo que a condessa de Portugal aceitava aquela denominação, a província cujo governo lhe legara seu marido parece ter principiado poucos anos depois a receber dos próprios habitantes o título de reino 146 .

Mas, considere-se Portugal naquela época ou como condado ou como província ou como reino, é certo que os povos derramados por todo o tracto de terra desde o Minho até o Mondego começavam a deixar perceber já na segunda e terceira décadas do século XII certo carácter de nacionalidade que não é possível desconhecer. Os sucessos políticos mostram-no melhor que nenhum outro indício. Nas guerras civis, a que o mal-fadado

consórcio de D. Urraca e de Afonso I deu origem e que se prolongaram por
tantos anos, as dissensões não rebentavam entre um ou outro estado, entre uma ou outra província, mas nasciam de distrito para distrito, de castelo para castelo e quase de indivíduo para indivíduo. Os barões ou nobres principais conhecidos vulgarmente pelos nomes de condes e de ricos-homens, inimigos muitas vezes uns dos outros, tomavam cada qual sua bandeira e satisfaziam ódios particulares a pretexto de seguirem esta ou aquela parcialidade. Os cálculos dos ambiciosos, as mudanças de opinião, as vinganças de família, as modificações dos partidos, davam frequentemente àquelas discórdias um carácter pessoal. A Galiza, cuja história relativa àquele período chegou até nós mais particularizada que a das restantes províncias, não nos oferece outro quadro. Leão ainda nos últimos anos desta sanguinolenta luta apresenta quase o mesmo espectáculo, a ponto que na capital do reino vinham às mãos os burgueses com os cavaleiros que guarneciam as fortificações da cidade, aqueles em nome de Afonso Raimundes, estes em nome do conde castelhano Pedro de Lara 147 . Portugal, porém, no meio de tais divisões, conservou sempre um notável aspecto de unidade moral. Fosse qual fosse o partido a que ele se associasse, todos os barões portugueses se mostravam conformes, ao menos passivamente, com o sistema da que, debaixo desse aspecto, podemos chamar política externa do país. Favorecendo o infante Afonso Raimundes, o rei de Aragão, ou D. Urraca; fazendo a guerra por conta de um deles ou por interesse próprio, os nobres de Portugal combatiam sempre sob o mesmo pendão, embora tivessem entre si malqueren-ças particulares, de que aliás não faltam vestígios. Assim o pensamento de desmembração e independência, que é visível existia já nos ânimos de Henrique e da sua viúva e que veio a realizar-se completamente no tempo de Afonso Henriques, é um pensamento comum ao chefe do Estado e aos membros dele, sendo talvez os actos dos príncipes ainda mais o resultado da influência do espírito público do que a manifestação espontânea da própria ambição. Os documentos dos primeiros anos em que regeu
ou notário lhe chamava «rainha», ao passo que ela se denominava «filha do rei Afonso e infanta».
Rodrigo Ximenes, do modo como se expressa (L. 7, c. 5), dá a entender que D. Teresa usava do título de
rainha durante a vida de seu marido, o que é desmentido pelos documentos contemporâneos, posto seja
inegável que os súbditos já então lho davam, segundo o testemunho do anónimo de Sahagún, a este
respeito anteriormente citado. Em 1114, Bernardo, arcebispo de Toledo, denominava-a «infanta dos
portugueses». Em 1116 a bula de Pascoal II Fratrum Nostrorum é dirigida a «Tarasie regine» (Livro
Preto, f. 234); mas o bispo D. Gonçalo de Coimbra, seu súbdito, tratava-a por «infanta» neste mesmo ano,
ibid., f. 241.
146 O primeiro documento em que Portugal figura com o título de reino é a carta de couto de Osseloa feito
a Gonçalo Eriz em 1116 (Dissertações Cronológicas, T. 1, p. 245). São, porém, tão raros os análogos a
este, antes de Afonso I, que não bastam para se afirmar positivamente coisa alguma a semelhante respeito.
Veja-se, todavia, a «Memória sobre a Origem do Nome e Limites de Portugal», nas Memórias da
Academia, T. 12, p. 2.
147 Historia Compostellana, passim; Chronica Adefonsi Imperatoris, L. 1, c. 1..128
Portugal Afonso Henriques, concordes com os da época de D. Teresa, tendem a confirmar esta suspeita 148 .

Os acontecimentos interiores do condado ou província portuguesa nos tempos imediatos à morte de Henrique ignoram-se, e o silêncio das memórias contemporâneas prova, pelo menos, que eles foram de bem pequena importância. As tréguas propostas por Afonso I e aceitas por D. Urraca trouxeram, senão uma paz definitiva, ao menos uma suspensão de hostilidades. Mas a índole do príncipe aragonês não lhe consentia depor jamais as armas. Repelido de Castela, voltou ao Aragão para renovar a guerra com os sarracenos. Ajudado pelo conde de Perche, Rotrou, assenhoreou-se de Tudela ainda nesse ano e cercou Saragoça, cujo dilatado assédio lhe fez levantar em 1116 o váli almorávida de Granada, Abu Mohammed 149 . Entretanto D. Urraca, receosa das intrigas do astuto Gelmires e aproveitando o desafogo que lhe concedia o rei de Aragão, voltava à Galiza no ano de 1115. O bispo compostelano, que havia sido maltratado em Burgos por se mostrar contrário à paz, a qual por outro lado hipocritamente aconselhava, começara, de feito, naquela província a indispor ocultamente os ânimos contra a rainha. Intentou ela prendê-lo, mas malogrou-se-lhe o intento; porque o soberbo prelado mostrou-se assaz forte e resoluto para lhe resistir. Por intervenção dos fidalgos galegos esta discórdia asserenou; porém, os acontecimentos posteriores bem depressa mostraram a pouca sinceridade com que se fizera a reconciliação 150 .

Os ambiciosos desígnios do conde de Portugal, em que sua mulher tomara tão activa parte, pareciam inteiramente abandonados por ela. Nas relações com a rainha de Leão e Castela, D. Teresa reconhecia a inferioridade da sua situação. Os actos que serviam então para indicar a sujeição dos grandes vassalos ao imperante não eram tão característicos como o foram em séculos subsequentes, e ainda mais raros e obscuros se tornavam nas ocasiões de bandorias e lutas civis, em que os membros mais poderosos da nobreza procuravam à porfia sacudir todo o jugo da obediência, para lhes impor o qual muitas vezes faltava a força. Assim, no estudo das fases políticas daquela época, importa não desprezar as menores circunstâncias dos factos, porque aí se encontra às vezes a solução de muitas questões históricas.

Na antiga capital das Astúrias, em Oviedo, celebrou-se em 1115 uma assembleia de bispos, de nobres e de deputações municipais (plebs) com o intuito de ocorrer aos crimes e violências que se perpetravam por toda a monarquia, e especialmente entre os asturianos. Considere-se aquele numeroso ajuntamento como cortes ou como concílio, porque a natureza de tais assembleias celebradas por esses tempos nem sempre se pode bem distinguir, é certo que uma parte das suas actas chegou até nós, e nelas se encontram disposições, não só eclesiásticas, mas também criminais e civis. Assistiram a estas cortes D. Urraca e suas duas irmãs, Teresa e Elvira, com avultado número de prelados e barões das diversas províncias da monarquia, à excepção dos de Portugal. A subscrição daquele importante documento apresenta-nos a situação relativa das duas filhas de Ximena Muniones e da herdeira de Afonso VI. Eis aqui essa subscrição:

«A rainha D. Urraca com todos os seus filhos e filhas confirmou e jurou a sobredita constituição e mandou-a jurar e confirmar a todos os habitantes do seu reino inteiro, tanto eclesiásticos como seculares. E assim as irmãs da mesma rainha, D.

148 Assim como em diplomas particulares D. Teresa era chamada rainha, antes de ela tomar esse título, assim a seu filho se deu o de rei em documentos semelhantes quando ele apenas usava os de «infante» e de «príncipe». Veja-se Dissertações Cronológicas, T. 1, p. 62, nota 4; «Memórias sobre a Origem do Nome e Limites de Portugal», pp. 43 e 44.

149 Historia Compostellana, L. 1, c. 85, 87 e si.; Foral de Tudela, referido por Moret, em Pagi, Crit. Anual. Baronii ad Annum 1114; Orderico Vital, Historia Eclesiástica, cit. na España Sagrada, T. 10, p. 580; Conde, p. 3, c. 25.

150 Historia Compostellana, L. 1, c. 102..129

Geloira infanta, com todos os seus filhos e filhas “e com todos os seus súbditos”, e a infanta D. Teresa, com todos os seus filhos e filhas “a ela sujeitos”, juraram e confirmaram como acima fica declarado. Portanto, nós todos que subscrevemos, etc.» Seguem os nomes dos condes, nobres e prelados que se achavam presentes ou que depois aderiram às resoluções aí tomadas [151].

É numa assembleia dos principais personagens de Leão e Castela que D. Teresa figura como infanta e o seu nome é incluído nas subscrições, não só depois do da rainha, mas também depois do de Elvira, sua irmã mais velha: mas, ao passo que Elvira confirma e jura em nome dos seus descendentes [152] e súbditos, ela (se não supusermos aquela passagem truncada) só fala dos primeiros. Não resulta evidentemente deste facto o reconhecimento da superioridade de D. Urraca? E a ausência dos barões de Portugal e o silêncio de D. Teresa acerca deles não vem reforçar as nossas suspeitas de que o espírito público, ainda mais, se é possível, que os desejos dos príncipes, tendia energicamente em Portugal à independência?

Enquanto estas coisas passavam os sarracenos do Gharb não empreenderam facção alguma notável pela fronteira de Coimbra; ao menos, nem os historiadores árabes, nem as memórias cristãs mencionam nenhuma tentativa por esta parte desde a morte de Henrique até 1116. A guerra, como já dissemos, fazia-se entre os almorávidas e os condes e capitães das fronteiras sertanejas de Toledo, e principalmente, em Aragão, pelas cercanias de Saragoça e de Lérida. No Ocidente as entradas e algaras do sertão parece terem cessado; mas a cena de mútuas assolações apenas mudou de teatro. O progresso da arte de navegar e da ciência da guerra marítima era ainda então mui diverso entre os habitantes das províncias cristãs do Ocidente da Península e os sarracenos espanhóis e africanos. Aqueles apenas construíam pequenas embarcações destinadas ao comércio e à navegação costeiros, nas quais não ousavam aventurar-se ao largo: estes possuíam navios armados, com que se engolfavam um pouco mais no oceano, posto que não para largas viagens, e com que tentavam expedições militares. Saindo de Almeria, Sevilha, Silves, Lisboa e outros portos, corriam as costas de Portugal, Galiza e Astúrias e, salteando subitamente os lugares próximos das praias, roubavam e incendiavam as aldeias e, até, os paços fortificados, e matavam ou cati-vavam os que podiam colher às mãos, destruindo os gados e plantios; enfim, espalhavam tal terror entre a gente dos campos que os habitantes das vizinhanças do mar durante a força do estio abandonavam os seus lares ou escondiam-se em cavernas, onde pudessem ao menos salvar a vida dos repentinos saltos dos sarracenos. Por esta época tinha crescido a tal ponto a audácia dos inimigos que se tornava indispensável ocorrer a tamanha ruína. O activo bispo de Compostela, mandando vir de Génova, onde então florescia a ciência naval, obreiros hábeis, ordenou se construíssem duas galés, que, dirigidas por pilotos genoveses e guarnecidas com soldados e marinhagem de Padrón, saíram para as costas do Gharb. Os estragos que aí fizeram desagravaram, até certo ponto, os cristãos dos que antes haviam padecido. Com esta expedição, em que

151 As actas do concílio ou cortes de Oviedo, guardadas no arquivo da catedral de Toledo, foram extractadas por Sandoval (Cinco Reyes, p. 123). Aguirre publicou-as depois na Colectânea Max. Concilior. Hisp., T. 3, p. 34, e daí passaram para a grande Colecção de Concílios, de Mansi (Venera, 1776), T. 21, p. 133. Barbosa (Catálogo das Rainhas de Portugal, pp. 46 e ss.) pretendeu negar a autenticidade destas actas que contrariavam as suas opiniões, mas com tão fracos fundamentos que J. P. Ribeiro as citou como não duvidosas no T. 3, P. 1, pp. 65 e 66 das Dissertações Cronológicas. Pode

haver erros nas cópias que delas se tiraram, e decerto os há ao menos nas datas relativas a algumas
confirmações posteriores; mas isto não basta para invalidar o documento. Sobre estas subscrições dos
ausentes veja-se Mabillon, De Re Diplomat, L. 2, c. 20.
152 «Cum amnibus filiis et filiabus suis» significa evidentemente na subscrição das três primeiras o
mesmo que na dos barões, que depois subscreveram, as palavras «omni progenie nostra futura.».130
foram destruídos muitos navios dos sarracenos, Portugal ganhou o ficarem os seus portos mais livres para o pequeno comércio costeiro que então fazia, e a Galiza convertida em alvo principal da vingança dos sarracenos, que contra ela especialmente dirigiram nos anos seguintes as suas tentativas 153 .
Ao mesmo tempo que Diogo Gelmires buscava assim atrair as simpatias populares, defendendo a Galiza das agressões dos mouros, não se esquecia de promover por todos os outros meios a realização das suas ambiciosas miras. Quais estas fossem transluz do seu panegírico histórico (feito por ordem dele próprio), o qual chegou até nós com o título de Historia Compostellana. Viviam os autores deste livro em tempos demasiado rudes e faltos de arte, e por isso não souberam dar às acções do seu patrono o aspecto de honestidade e rectidão que intentam atribuir-lhes. Gelmires era homem de intolerável vaidade e de não menor cobiça, e para satisfazer estas duas paixões nenhuns meios julgava vedados: a corrupção, a revolução, a guerra, a insolência, a humilhação, os enredos ocultos eram as armas a que sucessivamente recorria, conforme as cir-cunstância lhe indicavam a conveniência de usar de umas ou de outras. Desde a sua aparente reconciliação com D. Urraca, de que há pouco fizemos menção, parece que ele não cessara de promover secretamente as perturbações civis. Pedro Froilaz, conde de Trava, era na aparência o cabeça de um partido que pretendia despojar a rainha do governo ou pelo menos separar da coroa a Galiza e os distritos de Salamanca e Zamora (Estremaduras) para constituir enfim um governo, na realidade independente, para o seu pupilo Afonso Raimundes. Havia estreita amizade entre Gelmires e o conde de Trava, e as suspeitas de conivência do bispo com os partidários do infante, suspeitas que a história parece legitimar, deram provavelmente motivo ao procedimento de D. Urraca. Esta, vindo à Galiza, segunda vez tentou prender o ardiloso prelado, que segunda vez lhe baldou os intentos, resistindo com mão armada. Cedeu a rainha e, quando voltou para Castela, senão a mútua confiança ao menos a paz parecia restabelecida. Mas é evidente que entre ambos devia subsistir inimizade e temor. Não tardou nova tentativa de prisão do lado de D. Urraca, nem Geimires a tirar a máscara. Declarou-se pelo infante, e os barões da Galiza que ainda se não haviam unido ao conde de Trava seguiram, de boa ou de má vontade, o exemplo. Pedro Froilaz dirigiu-se então com o seu pupilo a Compostela; mas a rainha retrocedeu imediatamente para a Galiza com os cavaleiros que pôde ajuntar para socorrer os poucos que ainda obedeciam ali à sua autoridade. Os descontentes da nova revolução começaram a unir-se-lhe, e ela marchou para Compostela, ao mesmo tempo que procurava com largas promessas mover o ânimo de Diogo Gelmires pela cobiça a trair a causa que tinha abraçado.
Enquanto o conde de Trava saía com o seu exército a fim de procurar ensejo de dar batalha a D. Urraca, os parciais desta, que eram a maior parte dos burgueses, abriam-lhe as portas. Já, porém, o bispo fizera com que o infante se retirasse da cidade, enquanto ele, vendo-se abandonado do povo que o aborrecia cordialmente, se fortificava no edifício da catedral com os seus homens de armas. Conhecendo, enfim, que era inútil a resistência, humilhou-se constrangido pela necessidade, tanto mais que o conde de Trava, de cujo exército muitos trânsfugas tinham passado para o campo da rainha, não se atrevera a acometê-la e se havia retirado.
Todavia, com a fuga de Pedro Froilaz e com a submissão do turbulento Gelmires,

o mais influente e perigoso inimigo de D. Urraca, ela não obteve a paz. Um dos barões da Galiza, Gomes Nunes, senhor de muitos castelos e que trazia a soldo grande número de homens de armas e peões, prosseguiu na guerra a favor de Afonso Raimundes. D. Urraca intentou subjugá-lo, marchando a sitiar os lugares que tinham voz pelo infante;
153 Historia Compostellana, L. 1, c. 103, e L. 2, e 21..131
mas um novo adversário veio embargar-lhe os passos c fazer com que, em vez de cercar Gomes Nunes, se visse a si mesma sitiada.
Estas coisas passavam-se nos primeiros meses. de 1116. No ano antecedente, como dissemos, D. Teresa assistira pacificamente com sua irmã às cortes de Oviedo, e nem a história nem os documentos dessa época nos indicam que houvesse motivos alguns extraordinários para a boa harmonia se quebrar entre as duas irmãs. Fora escusado procurar outro que não seja a soltura das paixões própria de tempos semibárbaros. Os pretextos que hoje se buscam para coonestar ainda as guerras mais injustas sabiam-se aproveitar, se ocorriam, mas não se faziam nascer, nem se inventavam, com o profundo artifício da moderna política. A ambição, a turbulência, a ingratidão eram ferozmente sinceras, quando a hipocrisia não alcançava facilmente disfarçá-las. Se, como todas as probabilidades o insinuam, Diogo Gelmires, ligado com Pedro Froilaz, era a inteligência que dirigia ocultamente a guerra civil na Galiza, e se entre ele e D. Teresa havia as relações cuja existência parece resultar da elevação de Hugo ao episcopado da diocese portucalense, nada mais natural do que fazer entrar a infanta dos portugueses na vasta conspiração que, rebentando nas Estremaduras, tão rapidamente lavrou por toda a Galiza, até porque à viúva do conde Henrique não faltariam desejos de ir reconquistando a nascente independência dos próprios domínios, a qual, pela sua acessão à assembleia de Oviedo, de certo modo resignara. Seja o que for, é certo que, tendo D. Urraca dividido o exército para cercar os castelos dos rebeldes e demorando-se no de Suberoso, o conde Pedro Froilaz e a infanta D. Teresa com tropas numerosas vieram cercá-la a ela. Então a rainha fez aproximar as suas forças e, protegida por estas, retirou-se para Compostela 154 .
Ficaram desbaratados o conde e a infanta, ou D. Urraca pôde apenas evadir-se ao cerco? As palavras do único historiador contemporâneo que nos transmitiu aqueles sucessos parece favorecerem a segunda interpretação; mas o que se passou depois desse acontecimento persuade a primeira. Em Compostela os burgueses tinham-se valido das desinteligências da rainha com o bispo, senhor da cidade, para formarem uma dessas ligas populares que depois, dilatadas e aperfeiçoadas, tão célebres se tornaram na história de Espanha com o nome de irmandades. A vida municipal surgia enérgica em meio das lutas dos poderosos, e D. Urraca aproveitara habilmente a conjuração dos compostelanos para anular a influência e os recursos do prelado, aproveitando-a e colocando-se de certo modo à frente dela. Voltando de Suberoso, demorou-se mui pouco ali, partindo para Leão, e, apesar de que os burgueses a aconselhavam a que se vingasse de Gelmires, deixou-o em paz, posto que humilhado, talvez para que o odioso da sua presença alimentasse o ardor dos populares e ao mesmo tempo servisse de seguro penhor de mútua união e de lealdade para com ela. Se os inimigos não houvessem sido destroçados, fora pouco provável que D. Urraca abandonasse assim a Galiza, aonde só viera para os castigar. É por isso que nos parece mais de crer que D. Teresa e Pedro Froilaz fossem desbaratados em Suberoso.
Mas a partida da rainha foi como o sinal de novas lutas. O conde de Trava com seus dois filhos, Bermudo e Fernando, o qual já anteriormente se distinguira no meio destas perturbações assolando o distrito saliniense, avançou imediatamente com os seus aliados para as cercanias de Compostela, matando e cativando os homens e destruindo os gados. Teresa, afeita à dura vida dos campos, talvez o acompanhava nesta guerra. Aí, no meio das fadigas e riscos dos combates, despontaria essa afeição entre Fernando de
154 Historia Compostellana. L. 1, c. 107 a 110; «Cum regina vellet obsidere sibi rebelles, obsessa est ab

eis. Comes P. pedagogus regia et infantisa Terasia soror reginae, domina totius Portugaliae, cum exercitu
magno obsedere reginam in castro Suberoso. Sed regina, ascito exercitu suo, evasit reversa est
Compostellam», ibid., c. 111..132
Trava e D. Teresa, que tão notável se tornou anos depois e que veio produzir em Portugal cenas análogas às que se representavam então na Galiza 155 .
Os socorros dados por D. Teresa ao conde Pedro Froilaz não foram gratuitos. Os seus domínios dilataram-se, conforme parece, desde esta época, para além do Minho pelos distritos de Tui e de Orense, cujos bispos já seguiam, três anos depois, pelo menos, a sua corte, exercendo ela no território de Tui actos de senhorio por largo tempo 156 . Mas os primeiros anúncios da procela que se alevantava nas fronteiras meridionais dos seus estados começavam a aparecer, e é provável que para ocorrer a ela voltasse então a Portugal com as forças que tinha na Galiza; porque nenhuns vestígios mais encontramos da sua intervenção nos bandos civis que assolavam aquela província.
Enquanto D. Teresa buscava assim alargar ao norte os limites dos próprios estados, aproveitando as inquietações da monarquia, os sarracenos atravessavam os ermos que se estendiam entre as fronteiras portuguesas do sul e as praças do Gharb na margem direita do Tejo, e vinham cercar o castelo de Miranda sobre o Doessa, ao sueste de Coimbra. Subjugado o de Miranda, metidos à espada ou reduzidos à escravidão os seus defensores, os muçulmanos, atravessando para o poente, ousaram passar o Mondego e acometer o castelo de Santa Eulália, junto de Montemor. A sorte deste foi igual à do primeiro; porventura ambos mal defendidos em consequência da expedição na Galiza. Os sarracenos arrasaram-no até os fundamentos e depois, retrocedendo, dirigiram-se ao de Soure. Aqui, porém, o terror dos habitantes tornara inútil o cometimento; porque, lançando fogo àquela povoação e desamparando-a, haviam-se acolhido aos muros de Coimbra. Miranda, Soure, Santa Eulália, com outros castelos que por esses tempos existiriam, formavam uma linha curva de fortificações avançadas, que defendiam a capital do distrito pelo lado do oriente, meio-dia e poente. Destruídos eles, Coimbra ficava exposta ao primeiro embate dos inimigos. Esse, talvez, foi o objecto desta entrada, feita ainda em 1116 e que os historiadores árabes confundem com a do ano seguinte, dirigida pessoalmente pelo príncipe dos almorávidas; ao passo que, se atendermos ao nome que as memórias cristãs dão ao general sarraceno na invasão deste ano, ela parece ter sido capitaneada pelo váli de Córdova, Yahya Ibn Taxfin 157 .
Por este mesmo tempo Afonso de Aragão desbaratara o fronteiro almorávida Abdullah Ibn Mezdeli e, talando os distritos de Saragoça e Lérida, tomava ou destruía grande número de castelos dos sarracenos. Irritado com estes revezes, o amir de Marrocos resolveu passar à Espanha para se vingar dos danos recebidos, mandando marchar imediatamente contra o rei aragonês seu irmão Temin e os vális de Córdova e de Valência. Enquanto estes avançavam para as fronteiras orientais, ele passava o Estreito e vinha substituí-los nas do ocidente. Reunindo às numerosas tropas de África algumas forças almorávidas de aquém-mar, atravessou o Gharb e encaminhou-se para Coimbra. Estava desguarnecida ou derribada a linha de castelos que a defendia, e Ali veio sem resistência assentar campo em volta dela (Junho, 1117). D. Teresa achava-se então aí. Tal e tão repentina foi a invasão dos sarracenos que a muito Custo a rainha se
155 As palavras da Historia Compostellana (L. 1, c. 111, parágrafo 3): «Comes Petrus cum filiis... et
coadjutoribus suis», e a não existência conhecida de algum diploma de D. Teresa expedido em Portugal
neste ano antes de Novembro, claramente indicam a persistência da infanta na Galiza.
156 «Portugalensis Regina Tudem et circumquaque ohm invaserat, sibique es mancipaverat», Historia
Compostellana, L. 2, c. 40 (1121); em 1119 os bispos de Tui e Orense confirmam já a doação

de Lourosa
à sé de Coimbra, Livro Preto, f. 135. Veja-se acerca do tempo em que ainda durava este domínio de D.
Teresa além do Mínho, España Sagrada, T. 17, p. 81, e T. 22, pp. 256 e 238; Yepes, Crónica Beneditina,
T. 7, Apêndice, f. 24 v.
157 «Crónica Lusitana, «Crónica Conimbrieense» e «Crónica Lamecense», era 1154; Salvato, «Vita S.
Martini Sauriensis», na Monarquia Lusitana, P. 3, f. 287; Iben Tafima: «...Colimbrianorum confines
crudeliter diripuit»..133
pôde salvar dentro dos muros da cidade. Os arrabaldes ficaram reduzidos a cinzas e as fortificações foram combatidas durante vinte dias sem interrupção de um só. Defenderam-se, porém, os cercados vigorosamente, e o amir, conhecendo que era inútil o insistir, retirou-se, assolando tudo a tal ponto, que - diz um escritor árabe - subsistiram por largo tempo claros vestígios daquela terrível entrada. De feito, ainda sete anos depois o lugar onde existira Soure achava-se convertido em habitação de feras 158 .
Ali passara de novo o Estreito e voltara a Ceuta, satisfeito com a vingança que tomara dos cristãos. Nos distritos, porém, do Leste, as armas muçulmanas haviam sido mal sucedidas. Temin, destroçado pelos aragoneses, tinha-se retirado para Valência, e finalmente Afonso I viu realizada daí a pouco a sua antiga pretensão de conquistar Saragoça (1118). Dez mil almorávidas, que haviam sido mandados de além-mar em socorro daquela cidade, chegaram tarde para a salvar, e só serviram para tornar mais brilhantes as vitórias do rei aragonês, ao qual bem quadrava o apelido de Lidador. Transpondo o Ebro para o sudoeste, Afonso e os seus cavaleiros precipitaram-se como uma torrente pelo território muçulmano e, desbaratando mais uma vez Temin na terrível, batalha de Cotanda (Junho, 1120) apossaram-se de Kalat Ayub (Calataiud) e sucessiva-mente de muitas outras povoações importantes dos sarracenos.
Ao passo que o rei de Aragão prosseguia tão vigorosamente a guerra contra estes, continuava pelos seus capitães a disputar a D. Urraca a posse da coroa de Leão e Castela, ou, como dizem os historiadores árabes, não cessava de fazer entradas nos territórios de Al-Djuf (do Norte). Ainda durante o ano de 1116 o conde de Trava e o seu pupilo se haviam reconciliado com a rainha por diligência de Gelmires, que, odiado do povo, constrangido a guerrear o conde, seu oculto aliado, e temido por D. Urraca, só assim podia sair da situação dificultosa em que afinal o tinham colocado a dobrez e a perfídia do seu carácter. À sombra desta pacificação, em que o conde de Trava se não esqueceria de a incluir 159 , D. Teresa pôde empregar todos os seus recursos em resistir à furiosa invasão do amir de Marrocos, o que de outro modo lhe houvera sido impossível. Neste respiro que davam à monarquia as discórdias civis, a guerra com o Aragão vinha substituí-las. Em 1117 um exército combinado de Leão, Galiza, Estremaduras, Castela e Astúrias marchou para a fronteira aragonesa, e a luta protraiu-se, mais ou menos violenta, entre os dois estados pelos anos seguintes até à morte de D. Urraca, sucedida em 1126, como adiante veremos.
Os reveses recebidos nas fronteiras orientais, as perturbações intestinas e, mais que tudo, a revolução que a nova seita de Al-Mahdi ou dos almóadas produziu brevemente em África obrigaram os almorávidas a afrouxar nas correrias pelas terras dos cristãos. Se acreditássemos as crónicas árabes, em 1120 Ali teria feito uma segunda entrada em Espanha e, marchando para o Gharb, houvera cercado e tomado Lisboa ou,
158 Conde, P. 3, c. 25; Salvato, ibid.; «Crónica Lusitana», era 1115; «Crónica Lamecense», era 1115;
«Ceterum dum affines episcopi veteres rumas, castellorunique vel villarum dissipationes, post ildefonsi

regis mortem illatas vera inquisitione memorarent, alteris (aliás litteris) portugalensis reginae, vel barones
(al. baronum) quaequae ipsi pro certo noverant, edocti, hoc in anno multis hinc inde milibus amissis,
suburbio etiam Conimbriae commato (al. cremato) infra muros civitatis, reginam vix vitam servasse»,
Bosonis, «Epist. ad Pasch. ex Concil. Burgensi», era 1115, Livro Preto, f. 238 v.
159 Em 1119 a aliança estreita entre D. Urraca, os parciais do infante e D. Teresa parece concluir-se das
palavras do bispo do Porto, Hugo, ditas em Burgos, onde fora reconhecido, passando por ali disfarçado
em romeiro por mandado de Diogo Gelmires: «Neque a regina D. Urraca, neque a filio suo rege A, neque
ab infantissa Portugaliae missus proficiscor in Franciam aut Burgundiam; hoc enim pertimescit rex vester
aragonensis»; Historia Compostellana, L. 2, c. 13, parágrafo 2. Isto é confirmado pelos documentos do
mesmo ano e do antecedente, em que se vê reinar a harmonia entre D. Urraca e seu filho (Flores, Reynas
Católicas, T. 1, p. 267)..134
segundo outros, uma cidade chamada Medina Sanábria, voltando para a África em 1121, depois de assolar e submeter todo o Ocidente. Mas o silêncio dos monumentos cristãos acerca destes sucessos extraordinários, a confusão e variedade que reinam a semelhante respeito nas relações árabes e, até, as contradições em que elas laboram, tudo nos persuade de que os escritores muçulmanos quiseram, com entradas e vitórias imaginárias, tornar menos triste o quadro das perdas experimentadas nos distritos orientais e do nenhum resultado importante que o amir tirara no Ocidente da passada tentativa contra D. Teresa 160 .

No decurso daquela calamitosa época, em que as províncias do Norte e Oeste da Península eram sucessivamente oprimidas e devastadas pelas discórdias civis, pela guerra com o rei de Aragão e pelas invasões dos almorávidas, os três anos de 1117 a 1120 passaram comparativamente tranquilos, sobretudo para Portugal. Nenhuns indícios se encontram de que D. Teresa ou os ricos-homens dos seus estados interviessem na empresa guerreira de D. Urraca e de seu filho contra os aragoneses, para a qual vimos terem marchado as tropas de quase todos os outros distritos. Creríamos que os barões de Portugal procediam em tudo guiados pelo pensamento de consolidarem pouco a pouco as barreiras entre a monarquia leonesa e a província que habitavam, se fosse lícito atribuir a guerreiros rudes e, por assim dizer, semibárbaros um sistema ao mesmo tempo generalizado e profundo, que honraria ainda uma época muito mais ilustrada. Todavia, é impossível deixar de reconhecer na série dos factos que ilustram a história do estabelecimento da independência portuguesa certo instinto de vida política individual nas populações aquém do Minho, que já anuncia nelas a futura perseverança com que resistiram desde então até hoje a assimilar-se ao resto da Espanha e a incorporar-se nela. E, ao passo que este espírito público se desenvolve e progride, vemos D. Teresa, recebendo em Leão e Castela o título indefinido e singular de infanta dos portugueses, exercitar entre estes um poder que torna duvidoso o predomínio de D. Urraca e, até, conservar o senhorio de Tui e de Orense, fazendo com que sigam a sua corte os prelados daquelas dioceses.

De feito, a posse de Tui foi o motivo ou o pretexto de um rompimento de hostilidades em 1121. O território do nascente Portugal, que até aí escapara de ser teatro das lutas civis, teve finalmente o seu quinhão nos males que oprimiram a monarquia durante o longo e desgraçado governo de D. Urraca. As circunstâncias deste sucesso e

as suas consequências políticas foram assaz graves para que hajamos de lançar toda a luz possível sobre ele, e isso não será fácil enquanto pretendermos desligar os acontecimentos desta parte da Espanha dos que eram comuns à monarquia leonesa. Em nosso entender o erro vulgar dos historiadores nacionais e o quererem determinar data precisa à independência de Portugal; é o imaginarem como simples e, digamos assim, fundido de um só jacto um sucesso complexo, que, progredindo com fases mais ou menos rápidas, veio a ser por fim uma coisa definida e completa. Assim, segundo a época que escolhem para assinalar a instantânea passagem do reino de Portugal do não ser à existência, vêem-se obrigados a rejeitar como falsos ou a desprezar todos os monumentos que se opõem à própria opinião, ao passo que, por sua parte, alguns escri-tores castelhanos rejeitam ou fingem esquecer os monumentos em que essoutros se estribam. É por este modo que o diploma se tem oposto ao diploma, a crónica à crónica, a interpretação à interpretação, com uma gravidade e um peso de erudição de que é impossível, às vezes, deixar de sorrir. O historiador, porém, que não se colocar à luz falsa em que um mal-entendido pundonor nacional pôs os que precederam, longe de abandonar as fontes históricas só porque se contrapõem a uma opinião formada

160 Veja-se acerca destes últimos parágrafos a nota IX no fim do volume..

antecipadamente, aceita-as todas, quando intrinsecamente puras e deduz delas as suas conclusões. Os que procedem por diverso modo não somente avaliam mal esse grande facto da independência, mas ainda, fechando-se num horizonte limitado, atribuem à nação logo no seu berço uma individualidade tão profunda que se inabilitam para avaliar bem os homens e as coisas, desprezando as soluções que a factos, aliás inexplicáveis, lhes ministraria a história das paixões e dos interesses que então se agitavam no seio da monarquia leonesa, ligada ainda ao novo estado que se formava no Ocidente da Península por mil laços que só gradualmente se podiam quebrar. Assim os sucessos ocorridos em Portugal durante as primeiras décadas do século XII são quase sempre determinados pelos acontecimentos comuns da Espanha cristã. É o que até aqui temos visto, e é o que ainda veremos por alguns anos na prossecução desta narrativa.

Como dissemos, D. Teresa tinha-se apossado, segundo todas as probabilidades em 1116, de uma parte do território da Galiza, e com certeza era senhora de Tui e Orense no ano de 1119, em que os bispos daquelas duas dioceses seguiam a sua corte e confirmavam em Coimbra as mercês que ela fazia aos seus súbditos de Portugal. A boa harmonia, ao menos aparente, reinava, todavia, entre ela e sua irmã, e o rei de Aragão considerava a viúva do seu antigo aliado como ligada intimamente com os próprios inimigos. Na assembleia de Oviedo a infanta dos portugueses tinha de certo modo definido a sua situação política relativamente a D. Urraca: a independência completa de Portugal, a sua desmembração da monarquia não estava consumada, e a guerra que D. Teresa fizera na Galiza em 1116 provava tanto a independência dos seus domínios como provaria a dos do conde de Trava ou dos outros fidalgos galegos a quem ela auxiliara. Feita a paz nesse mesmo ano, as coisas tornaram naturalmente ao antigo estado, e a espécie de supremacia de D. Urraca, reconhecida por D. Teresa no ano antecedente, continuava a subsistir. Unicamente a retenção de uma parte da Galiza meridional pela infanta era um facto que os sucessos posteriores nos mostram ter ficado indefinido.

A rainha de Leão e Castela visitou essas províncias por duas ou três vezes nos fins de 1120 e nos primeiros meses de 1121. A guerra de Aragão corria frouxamente, porque Afonso I, empenhado nas suas gloriosas campanhas contra os sarracenos, não podia conduzi-la com grande vigor. A esta causa se atribuiria a volta de D. Urraca ao outro extremo dos seus estados, se não fosse mais provável desse causa a essa vinda a trama que de novo se urdia para lhe tirarem a coroa e porem-na na cabeça do infante Afonso Raimundes, chegado à puberdade, para quem naturalmente se voltavam os olhos de todos os poderosos senhores inimigos da rainha. A fim de podermos explicar razoavel-mente as circunstâncias que concorreram para a invasão dos estados de D. Teresa em

1121, é necessário conhecer essa trama, em que, como era de esperar, figura, posto que entre sombras, o façanhoso Gelmires.

Este homem, cuja vaidade era igual à sua cobiça, desejava ardentemente ver elevada a sé de Santiago à categoria de metropolitana. Tinha tentado o negócio no tempo dos papas Pascoal e Gelásio, sem .que o chegasse a alcançar. A eleição de Calisto II veio reanimar-lhe as esperanças. Calisto era irmão do conde Raimundo, e estava, por consequência, ligado por estreitas relações com a Espanha. Pedia Gelmires que fosse transferida a cadeira arquiepiscopal de Braga para Compostela, transferência tanto mais importante quanto era esse o meio de humilhar o grosseiro Pelágio ou Paio Mendes, sucessor de Burdino e irmão dos senhores da Maia, Soeiro e Gonçalo Mendes 161 . D. Paio tinha-se apossado de vários bens na diocese de Braga que pertenciam à sé de Compostela e recusara restituí-los. Bastava isto para suscitar o rancor do prelado

161 «Pelagius Menendiz quidam idiota», Historia Compostellana, L. 1, c. 117; Cunha, História Eclesiástica de Braga, P. 2, c. 11, parágrafo 4..136

compostelano; mas acrescia que D. Paio, como metropolita da Galiza, tinha necessariamente nesta província uma superioridade que mortificava Gelmires. Giraldo, cónego de Santiago, solicitava na Cúria a pretensão, empregando as importunações, o dinheiro e a protecção de poderosos barões franceses, dos quais o bispo Gelmires soubera captar a benevolência. O papa,. eleito em França, reservava este negócio para o resolver no concílio que ia reunir em Tolos a (1119), quando uma dificuldade política veio suscitar novos embaraços às miras do ambicioso compostelano.

Constrangido, como já advertimos, pela situação falsa em que se colocara, Gelmires, durante os tumultos da Galiza em 1116, tinha-se posto em campo contra o conde Pedro Froilaz e contra os demais fautores de Afonso Raimundes. Provavelmente estes persuadiram-se de que a reconciliação do prelado com a rainha havia sido sincera, e a paz que ele solicitou pouco depois entre os dois partidos mais confirmava esta suspeita. Na ocasião, pois, em que Giraldo trabalhava activamente no negócio a que fora mandado, o papa recebeu uma carta em nome do infante, dirigida pelo arcebispo de Toledo, Bernardo, na qual Afonso Raimundes se queixava a seu tio do procedimento de Gelmires, acusando-o de lhe fazer todo o mal que podia e de pretender despojá-lo da herança de seus avós. Calisto parece que amava com ternura o filho de seu irmão Raimundo: as lágrimas rebentaram-lhe dos olhos ao ler a carta. Desde então pensou seriamente em segurar a coroa na cabeça de Afonso Raimundes. Começou por escrever a Gelmires, pondo-lhe por condição para obter o arquiepiscopado favorecer constante e energicamente o partido do rei seu sobrinho. O compostelano enviou então ao papa um homem de íntima confiança, Hugo, bispo do Porto. Ignoramos qual era a resposta que ele levava; mas é certo que, ajudada esta por avultadas quantias e pela influência do abade de Cluni e dos barões franceses, os desejos de Gelmires ficaram satisfeitos sem a supressão do arcebispado bracarense. À sé de Santiago, elevada à dignidade de metrópole, deram-se por sufragâneos os bispados que no tempo dos mouros dependiam de Mérida, e, para humilhar D. Paio, o seu adversário obteve a nomeação de legado do papa nas províncias eclesiásticas de Compostela e Braga (Fevereiro, 1120). Na bula da erecção da nova metrópole, Calisto declara que os rogos de Afonso Raimundes contribuíram para esta resolução. Semelhantes palavras, se as compararmos com as queixas feitas no ano anterior, provam que Gelmires nesta concessão do pontífice recebia o preço da sua perfídia para com D. Urraca 162 . No meio dos enredos políticos o novo legado não se esqueceu de D. Paio, cometendo contra ele vexames tais que este recusou assistir ao sínodo convocado por Gelmires no ano de 1121, recusa que o papa aprovou depois como justa, exemptando a diocese bracarense da legacia do compostelano. O receio de que este pretendesse aproveitar-se da sua situação para o esbulhar da posse de uma parte do senhorio de Braga, sobre o qual versavam entre ambos disputas, foi talvez o motivo por que D. Paio buscou obter da rainha de Leão e Castela, não só a confirmação do couto da sua sé, mas igualmente que este fosse

ampliado. O diploma expedido por essa ocasião, o qual ainda existe, nos mostra que D. Urraca se considerava como revestida, ao menos de direito, da suprema autoridade na província de Portugal 163 .

162 A narração deste parágrafo, bem como dos antecedentes e posteriores, resulta de um estudo atento do
L. 2 da Historia Compostellana, o que dizemos aqui para evitar repetição de citações. Que por este ano de
1120 se haviam renovado dissensões entre D. Urraca e seu filho vê-se dos documentos contemporâneos
(Flores, Reynas Católicas, T. 2, p. 267); mas da narração da Historia Compostellana resulta que estavam
aparentemente congraçados em 1121, porque o moço Afonso Raimundes acompanhava sua mãe na
expedição aquém do Minho, talvez porque a revolução, que se preparava nas trevas, não estava
perfeitamente amadurecida.

163 Liber Fidei, f. 54 v., nas Memórias da Academia, T. 13, P. 1; Historia Compostellana, L. 2, c. 16 e ss.
A confirmação do couto de Braga por D. Urraca parece-nos evidentemente correlativa às bulas que.137

O papa não cessava de recomendar ao arcebispo a causa do jovem Afonso, e, porventura, estas recomendações importavam as do cumprimento de uma promessa. Ao mesmo tempo o duque da Aquitânia, Guilherme IX, e a condessa da Flandres, parentes do infante, escreviam a Gelmires cartas análogas, chegando o duque a declarar-lhe que estava resolvido a empregar quaisquer meios para fazer seu sobrinho herdeiro de Afonso VI e avisando-o de que sobre tal matéria se entendesse com Pedro Froilaz.
Então o ardiloso prelado impetrou de Calisto II uma bula que o desligava dos juramentos feitos a D. Urraca e lhe impunha o dever de guardar aqueles que fizera ao infante. Depois disto ele se cria habilitado para entrar em alguma tentativa, cuja natureza é fácil de adivinhar; mas o cardeal Boso, também legado em Espanha, dissuadiu-o disso. Posto que, dizia ele, muito desejasse ver levar o negócio a cabo, aconselhava-o não tentasse nada de leve, porque lhe estavam armadas por toda a parte ciladas. Na sua opinião, o melhor seria fazer a paz com a rainha. Assim procedia o arcebispo, ao menos simuladamente. Chegava a perseguir aqueles mesmos que mais seus parciais eram, como Fernando Peres de Trava, alferes-mor ou chefe das tropas arquiepiscopais 164 e que da mão de Gelmires tinha alcaidarias e terras em soldo ou préstamo. Um castelo que este havia edificado no território de Santiago foi derribado, e sorte igual coube a vários outros de diversos nobres. Apesar destas demonstrações exteriores,
D. Urraca parece que não ignorava os enredos daquele homem astucioso e sem fé; mas, ou porque já não pudesse lutar com ele frente a frente ou pela fraqueza própria do seu sexo, não ousava tomar uma resolução enérgica. As tentativas indirectas para o prender eram desfeitas pelo prelado, e a rainha para o mitigar via-se constrangida a aumentar-lhe a influência e o poderio. Nestes enganos mútuos, nesta guerra covarde e tenebrosa passaram os primeiros meses de 1121. Então ocorreram os sucessos que interessam especialmente a nossa história, para explicar os quais era preciso compreender a situação dos dois partidos e, sobretudo, a de Diogo Gelmires, espécie de Mefistófeles sacerdotal, cujo carácter é assaz negro para ainda sobressair no quadro da anarquia e dos crimes que despedaçavam o seio da monarquia leonesa.
O moço Afonso Raimundes simulava entretanto não proceder de acordo com os fidalgos do seu partido, que aliás trabalhavam, como o tempo mostrou, em dispor os elementos de uma revolução, cujo resultado, diferente do das tentativas até aí feitas, fosse decisivo. D. Urraca veio então a Compostela acompanhada de seu filho. Foi nessa

ocasião que se resolveu a guerra com Portugal, dando-se por motivo que D. Teresa
havia noutro tempo invadido Tui e as suas cercanias e que retivera esses territórios
debaixo do próprio domínio 165 . Seria, talvez, esse o fundamento da empresa; mas tem
visos de ser apenas um pretexto especioso, se, como cremos, a ocupação daquele
território remonta a cinco anos antes, durante os quais as duas irmãs conservaram entre
si paz, quer fingida, quer sincera. D. Urraca, aproveitando a aliança aparente de
Gelmires, tinha feito danos consideráveis aos seus inimigos na Galiza: o mais provável
é que D. Teresa estivesse ligada com eles e que sua irmã, instruída até certo ponto do
que se forjava, quisesse dar um golpe no adversário mais poderoso, como era D. Teresa,
que dispunha dos recursos de uma província inteira. Porventura, também Gelmires
aconselhava este movimento, ou para despertar o incêndio ou para entreter a rainha
elevaram Gelmires ao arquiepiscopado e à legacia de Mérida e Braga. Destas bulas,
passadas em
Fevereiro e Março, haveria noticia na Espanha em Junho (quando se passou a carta de couto
de Braga),
posto que só em Agosto se publicassem solenemente. A confirmação de Gelmires nesse
diploma nada
prova contra a nossa opinião. Ele não a podia recusar vivendo na corte, aparentemente de
acordo com a
rainha.
164 «...ejus (sc. archiepiscopi), militiae princeps», Historia Campostellana, L. 2, c. 51,
parágrafo 2.
165 «Nempe Portugalensis regina Tudem et circumquaque olim invaserat, sibique ea
mancipaverat»,
Historia Compostellana, L. 2, c. 40..138
numa guerra perigosa, cujos cuidados a distraíssem de seguir o fio da conspiração na
Galiza.
Já no princípio deste ano ou do antecedente, Fernando Peres, filho de Pedro
Froilaz e alferes-mor do arcebispo, vivia na corte de D. Teresa, de quem obtivera os
mais importantes governos que lhe podiam ser confiados, os do distrito do Porto e do
distrito de Coimbra, com o título de cônsul ou conde, como o tivera o borgonhês
Henrique 166 . Era preciso que as suas relações com a infanta dos portugueses fossem
antigas e a sua influência no ânimo dela excessiva para que um simples cavaleiro e,
posto que filho segundo de uma das mais nobres famílias de Espanha, soldado do
arcebispo de Compostela, subisse a tão elevados cargos. A boa harmonia do filho de
Pedro Froilaz com o prelado subsistia ainda depois da guerra. Seguindo cada qual o
campo de uma das irmãs, a amizade entre os dois não acabara, porque na realidade
deviam ser estreitas as suas relações ocultas. O vínculo que os unia pode, em parte,
conhecer-se do que até aqui temos relatado.
Resolvida a invadir os estados da irmã, D. Urraca marchou com seu filho para Tui
na Primavera ou no estio de 1121. Seguiu-a, posto que constrangido 167 , o façanhoso
Gelmires, acompanhado dos seus homens de armas e dos cavaleiros vilãos de
Compostela, que por seus foros não eram obrigados a avançar até o distrito de Tui, mas
que ele teve artes de arrastar consigo. Sabida a aproximação do exército galego, D.
Teresa com as forças que pôde coligir veio acampar na margem fronteira. Mais próximo
ao lado de Portugal, o rio fazia naquele sítio uma ínsua. A posse dela facilitava a
passagem, mas defendiam-na as barcas portuguesas que vogavam pelo Minho. Os
destros marinheiros de Padrón e alguns compostelanos, com vários cavaleiros
escolhidos, embarcaram da parte oposta e vieram acometê-las. Vencedores, em breve se
apossaram da ínsua. Este sucesso levou o terror pânico aos arraiais de D. Teresa, que
foram abandonados, e, quase sem combate, D. Urraca entrou no território inimigo.
Nesta época de barbaridade e bruteza, a guerra entre os cristãos assemelhava-se nas
devastações às correrias mútuas entre eles e os sarracenos. O exército galego, descendo

para o interior da província, incendiava, roubava e assolava impunemente as povoações e os campos, porque, fugindo desordenadas, as tropas portuguesas se haviam dispersado. A conquista de Portugal corria rápida. Gelmires, porém, pesou as consequências de tal conquista e começou, segundo parece, a trabalhar ocultamente para que se não realizasse um acontecimento que, aumentando a força moral e material do partido da rainha, empecia o progresso da conspiração, cuja existência os factos até aqui narrados nos revelam.

Capitaneando forças avultadas, cuja falta necessariamente devia embargar a continuação da guerra, este homem que, para segurar no rosto a máscara hipócrita de uma fidelidade em que a própria rainha não cria e da qual ele pedira ao papa o absolvesse, não duvidara combater os seus mais íntimos aliados, nem destruir-lhes os castelos e propriedades; este homem vingativo e cruel sentiu um súbito horror das atrocidades cometidas no território português e um desejo invencível de voltar ao exercício das suas funções episcopais, pretendendo recolher-se para a Galiza com as tropas compostelanas. Todavia, D. Urraca, suspeitando provavelmente qual seria o fito

166 «Consule D. Fernando dominante Colimbrie et Portugali», documento de Janeiro de 1121 extraído do cartório de Lorvão, na Monarquia Lusitana, P. 3, L. 9, c. 2: cf. Historia Compostellana, L. 2, c. 51, e Dissertações Cronológicas, T. 3, P. 1, p. 73. Na doação de Ulvaria a Odorio, prior de Viseu, do 1º de Fevereiro de 1120 (Arquivo Nacional, Gav. 1, Maço 6, nº6), já confirma «Comes Fernandus». Este documento não tem, todavia, inteira força, por ser uma pública-forma de 1306 e por ser único.

167 «Blandissimis aggreditur precibus (s. Gelmiridem) ut secum illo ire non recuset», Historia Compostellana, L. 2. c. 40. Quem está afeito à linguagem dos historiadores compostelanos, quando falam do seu patrono, sabe que blandissimis precibus significa «por força»..139

deste inesperado acesso de amor da humanidade, concedeu que os burgueses de Compostela se retirassem, atentos os seus privilégios, mas recusou a licença ao arcebispo e aos homens de armas que o seguiam. Não descoroçoou ele; escreveu ao legado Boso, que já vimos não era alheio, nem como agente de Calisto II o podia ser, às tramas que se urdiam. O legado respondeu-lhe congratulando-se com ele das vitórias obtidas pela rainha e pelo filho; mas recomendando-lhe ao mesmo tempo com a maior eficácia que por nenhum caso deixasse de comparecer no concilio que se ia celebrar em Sahagún. A convocação deste concílio fora resolvida pouco antes da expedição contra Portugal: aí se deviam tratar negócios, não só pertencentes à Igreja, mas também ao Estado, e por isso mal se compreende como ele se poderia ajuntar sem a concorrência da rainha e do infante Afonso Raimundes, que haviam determinado a reunião daquela assembleia e que se achavam retidos entre Douro e Minho por uma guerra cujo próspero progresso lhes não permitia abandonarem-na. A carta do cardeal legado, evidentemente feita para facilitar a partida do arcebispo, não surtiu efeito; antes, talvez, servisse para tornar D. Urraca mais vigilante sobre o procedimento deste.

A sorte das armas continuava a mostrar-se adversa a D. Teresa. Uma não pequena parte de Portugal achava-se já subjugada: o exército real, marchando pelo sul e poente, havia chegado até às margens do Douro, e a infanta-rainha dos portugueses tinha-se retirado para o distrito ao oriente de Braga. Perseguida por sua irmã, encerrou-se no castelo de Lanhoso, onde não tardou a ser sitiada. As coisas tinham chegado à extremidade, tanto para ela como para os barões desta província. Tomado Lanhoso e cativa D. Teresa, faltava o núcleo à roda do qual vigorasse e crescesse a nascente nacio-nalidade portuguesa. A força dos acontecimentos veio, porém, salvá-la.

No meio dos graves e tenebrosos meneios em que se achava envolvido, Gelmires

não se esquecera de aproveitar a ocasião que se lhe oferecia de recuperar os bens sobre que havia anos disputava com D. Paio. Eram estes a metade de Braga pertencente à Igreja de São Vítor e Frutuoso e a metade da vila de Cornelhan com outras propriedades. Tomando posse delas, o prelado pôs aí os seus vílicos ou mordomos, seguro de as conservar, fosse qual fosse a sorte da guerra, o que de feito aconteceu, porque depois só D. Paio pôde obtê-las de novo por mercê do compostelano, reconhecendo o seu domínio eminente, o que prova quanto Gelmires contava com a benevolência de D. Teresa e serve para nos ilustrar sobre a série de enredos, cuja história só se pode deduzir dos factos externos que a eles se ligavam.

Não esqueçamos que Fernando Peres era nesta conjuntura conde do Porto e de Coimbra e que é provável se achasse em Lanhoso com a infanta-rainha, de quem passava por amante. Lembremo-nos, também, da afeição que por toda a vida ele mostrou, salvo raros desgostos, ao arcebispo de Santiago, cujo homem era, para nos servirmos duma expressão desse tempo. Cumpre igualmente observar que ambos eles pertenciam, um oculta, outro francamente, ao partido inimigo irreconciliável de D. Urraca. O vencimento e a sujeição de D. Teresa vinham, pois, a ser por muitos modos golpes fatais nos interesses e desígnios de Gelmires e dos seus associados. Tornava-se, portanto, necessário ao ambicioso prelado correr o risco de uma resolução atrevida para salvar a causa em que se. achava empenhado 168 .

Ignoramos quais fossem nesse momento os factos praticados por Gelmires conducentes ao seu fim. É certo, porém, que D. Urraca resolveu prendê-lo. Era negócio delicado. Tinha ele consigo os seus homens de armas: tinha, além disso, parciais no exército e uma influência na Galiza que era impossível desconhecer. Em frente do inimigo, semelhante empenho tornava-se quase inexequível pela certeza de que os

168 Sobre este e os antecedentes parágrafos leiam-se alternadamente os c. 40, 41, 42 e 51, parágrafo 2, do L. 2 da Historia Compostellana.

sitiados aproveitariam a luta intestina dos sitiadores para os destroçarem. É provável que neste apuro a rainha preferisse congraçar-se com a irmã a deixar impune aquele homem desleal e hipócrita, contra o qual sentiria ódio tanto mais violento quanto se vira por longo tempo obrigada a reprimi-lo e a disfarçá-lo.

Fez-se, de feito, a paz. Por quais meios e por intervenção de quem, eis o que não chegou até nós. Um tratado, porém, existe celebrado entre as duas irmãs, que atribuímos a esta conjuntura e que, na verdade, fora dificultoso de conciliar com outra data. Ou a situação de D. Urraca habilitou D. Teresa para negociar com imensa vantagem a cessação das hostilidades, ou aquela princesa quis assegurar a lealdade de sua irmã, confiando-lhe um senhorio muito mais extenso do que até aí desfrutara. Na convenção e juramento feito pela rainha à infanta, prometeu aquela conservar a esta amizade fiel e opor-se a todo o mal que lhe intentassem fazer. Concedeu-lhe, além disso, o domínio de muitos lugares e terras nos modernos distritos de Zamora, Toro, Salamanca e Ávila com as rendas e direitos senhoriais destas cidades, afora outros nos de Valhadolid e Toledo, obrigando por isto D. Teresa a que lhe jurasse amparo e defesa contra os seus inimigos, quer mouros, quer cristãos, e a que lhe prometesse não dar acolhimento a nenhum vassalo da rainha levantado com terras ou castelos, nem a nenhum traidor. Os domínios novamente concedidos à infanta deviam ser considerados como uma tenência semelhante à dos que anteriormente possuía, no que, porventura, só se fazia referência às terras de Tui e Orense, ou antes, como cremos, a estas e às de Portugal 169 .

O leitor, decerto, não esqueceu a cessão feita por D. Urraca ao conde Henrique quando pretendeu atraí-lo ao seu partido, nem que a divisão dos estados de Afonso VI assentada em Palência não parece ter chegado a realizar-se plenamente durante a vida do conde. Igualmente estará lembrado do modo como D. Teresa se houve, depois da morte dele, para tornar efectivas as miras ambiciosas que lhe eram comuns com o marido, e das circunstâncias que a reduziram a contentar-se do senhorio de Portugal

como província dependente de Leão. Comparando agora este facto com essoutros e com as conquistas feitas em 1116 na Galiza, tal comparação o levará, como nos leva a nós, a vermos no tratado de Lanhoso uma renovação, posto que modificada, daquelas antigas promessas e pactos. Neste pressuposto, as terras cedidas ao conde teriam sido as da Galiza, de que D. Teresa se apoderara depois, e as que sua irmã lhe cedia especificamente pelo actual convénio, entre as quais se encontra Zamora, que sabemos tocara a Henrique na divisão feita em 1111. Se o conde, porém, pretendera e obtivera a cessão do pleno e independente domínio desses territórios, havia entre os dois factos uma diferença profunda, a da vassalagem de D. Teresa, nascida das circunstâncias que tinham obrigado a infanta a aceder à assembleia de Oviedo em 1115.
Dados recíprocos fiadores da execução do tratado, as duas irmãs parece terem convivido familiarmente; ao menos os íntimos conselheiros da rainha julgaram poder comunicar a D. Teresa o que se tinha resolvido acerca da prisão de Gelmires e os meios que para isso se haviam de empregar. D. Teresa, porém, talvez por influência de Fernando Peres, mandou avisar o prelado, oferecendo-lhe ao mesmo tempo ou um dos seus castelos para ele se acolher, ou algum dos seus navios para voltar a Compostela. Gelmires, confiado na reconciliação jurada com D. Urraca ou, o que é mais certo, nos homens de armas que o cercavam, recusou a oferta, posto que antes deste aviso já corresse no arraial uma notícia vaga da tentativa. Assim, pondo-se em retirada para a Galiza o exército invasor, ele não se apartou da rainha, a quem também acompanhavam alguns súbditos de D. Teresa, porque nos consta seguiam o campo o arcebispo de Braga e o bispo de Orense. Chegados à margem esquerda do Minho, a rainha ordenou
169 Nota X no fim do volume..141
passassem primeiro os cavaleiros de Gelmires, o que efectivamente se executou, ficando este com o infante e com ela para depois seguirem com o resto do exército. Apenas, porém, os homens de armas do compostelano pisavam o território galego e começavam a acampar-se, a rainha mandou prender o prelado, que, na impossibilidade de resistir, contentou-se de protestar contra semelhante procedimento. Divulgada a nova da prisão, o arcebispo D. Paio e o bispo de Orense fugiram atemorizados 170 o que não deixa de ser extraordinário e parece indicar alguma cumplicidade destes dois personagens da corte de D. Teresa com o astucioso Gelmires e, até, pode fazer suspeitar, atentas as relações estreitas que existiam entre ele e Fernando Peres, que do lado da infanta não houvera a melhor fé na paz que celebrara e que nem com tão avultadas concessões pôde a rainha desligá-la inteiramente do seu antigo aliado. Mais veementes, porém, ainda se tornarão as suspeitas se nos lembrarmos do aviso oculto que ele recebera de D. Teresa sobre este mesmo sucesso e da aliança daí a pouco francamente feita contra a rainha entre a infanta e o próprio arcebispo de Santiago.
A audácia com que D. Urraca satisfazia assim ódios antigos e feria no coração o partido dos seus adversários, longe de conter estes fez rebentar mais breve essa conjuração latente cujos vestígios bem palpáveis nos aparecem nas bulas de Calisto II, nas cartas do cardeal Boso e do duque da Aquitânia, nos actos de Gelmires e nas frequentes tentativas da rainha contra este homem dissimulado, cujo carácter e maquinações seria impossível descortinar se os seus três panegiristas, autores da grande crónica de Compostela, fossem tão destros na arte de transfigurar a história como ele o foi em tecer enredos políticos. Nos oito dias que durou a sua prisão as coisas mudaram inteiramente de aspecto. Transferido o arcebispo para o castelo de Cira, D. Urraca dirigiu-se a Compostela, onde só encontrou demonstrações de descontentamento. Dentro de poucos dias seu filho Afonso Raimundes, o conde de Trava, Pedro Froilaz, e outros fidalgos da Galiza abandonaram-na, dirigindo-se às margens do Tambre, ao norte de Santiago, onde as tropas deles dependentes estavam acampadas. A rebelião não tardou a rebentar na cidade. A rainha viu-se obrigada a ceder à torrente, e Gelmires foi solto, retendo, todavia, a rainha em poder de governadores seus os castelos do arcebispo, de que, depois de o prender, se havia sucessivamente apoderado.

Não bastava, porém, ao orgulhoso sacerdote o haver sido restituído à liberdade e o ver mais uma vez D. Urraca humilhada. A posse desses castelos era assaz importante para ele não abandonar sem tentar fortuna a ideia de os recuperar. Enquanto a rainha dificultava a final concórdia, impondo ora estas, ora aquelas condições, Gelmires julgou oportuno tirar finalmente a máscara. Faz sorrir o grosseiro engano que os historiadores compostelanos pretendem fazer à posteridade assegurando que o arcebispo, ao ver que nem obteria os castelos, nem alcançaria apaziguar o ânimo da rainha sem despender avultadas somas, se ligara então com Afonso Raimundes e atraíra ao seu partido Pedro Froilaz e os outros condes e senhores de Galiza, que os sucessos até aqui narrados nos mostraram serem, havia muito, seus íntimos, posto que ocultos, aliados. A verdade é que a hipocrisia de lealdade à rainha não lhe era já nem possível nem necessária; Afonso Raimundes entrara nos dezoito anos, e a monarquia inteira estava cansada das calamidades que sobre ela trouxera a administração de D. Urraca, pouco habilitada, apesar da energia do seu carácter, para dirigir os negócios do Estado. Acrescia a isto o ciúme dos barões espanhóis contra a privança do conde Pedro de Lara, marido oculto ou, antes, amante da rainha, e cuja influência, como era natural, não conhecia limites, ao passo que Afonso I de Aragão, continuando a denominar-se não só rei, mas também imperador de Leão e Castela, apesar de ocupado nas suas gloriosas campanhas contra os
170 Historia Compostellana, L. 2, c. 42, parágrafos 1 e 2..142
sarracenos, prosseguia, ou pessoalmente ou por seus capitães, em assolar a monarquia que chamava sua e na qual ainda, com efeito, possuía algumas povoações e castelos. A irritação dos ânimos e a situação dos negócios facilitavam o verificar-se plenamente o que os parentes estrangeiros do infante, já de muito rei nominal da Galiza, ardentemente desejavam, e que o mancebo, dotado de altos espíritos, não menos ambicionava, isto é, o ser metido de posse da herança inteira de Afonso VI. O que, pois, até aí não passara de uma conspiração permanente tornou-se numa revolução declarada. Desde 1122 vemos Afonso Raimundes, ou antes Afonso VII, adquirir uma verdadeira supremacia nos estados de sua mãe e esta reduzida a submeter-se ao orgulho de Gelmires e a buscar amparo daquele famoso intrigante nas obscuras e inúteis dissensões que ainda teve com seu filho, durante os quatro anos em que sobreviveu a estes acontecimentos.
D. Teresa havia-se unido imediatamente ao partido do arcebispo, ou, o que é mais de crer, como acima insinuámos, tendo aproveitado a conjuntura da paz oferecida, não só para salvar o que possuía por morte de Henrique e as terras de Galiza retidas por ela, mas também para assegurar os novos senhorios que sua irmã lhe confiava, entendeu que não devia arriscar-se a perdê-los conservando-se no partido da rainha, cuja estrela visivelmente declinava. Era tão frequente naqueles tempos a quebra das mais solenes promessas, a ambição e o egoísmo tão pouco rebuçados, que não devemos julgar esse procedimento com o mesmo rigor com que o condenaríamos numa época mais recente. Além disso, Fernando Feres obtivera inteiro domínio no seu espírito, e nesta resolução da infanta-rainha sabemos que ele interveio por metade 171 .
Não seguiremos aqui a série dos sucessos passados desde então na Galiza.
Traçámos com cores que reputamos verdadeiras o quadro da tenebrosa trama que aí se urdira; porque sem conhecer esse quadro nunca se compreenderá bem o período do governo de D. Teresa, nem se podem encontrar a dedução natural dos factos per-tencentes a esta dificultosa época da nossa história. Desde os fins, porém, de 1121 172 até à morte de D. Urraca (Março de 1126), no longo crepúsculo do poder da rainha de Leão e Castela, Portugal parece conservar-se inteiramente alheio às convulsões mais ou menos violentas da monarquia de que, até certo ponto, ele ainda fazia parte. Volvamos agora os olhos para o seu estado político interno enquanto no-lo consente o remanso da paz exterior.
A intervenção da infanta-rainha dos portugueses nos acontecimentos gerais da Espanha cristã tinha aumentado quase em dobro a extensão dos seus domínios. No Sueste da Galiza eles se dilatavam até às margens do Vibey, por todo o território a que

naquele tempo chamavam Limia. No Sudoeste possuía Tui e as suas dependências, que não parece terem sido então grandes, posto que seja dificultoso determinar quais eram.
O senhorio das importantes povoações a leste das modernas províncias de Trás-os-Montes e Beira concedido a D. Terega envolvia o domínio dos termos de cada uma delas. Assim o antigo condado desmembrado da Galiza por Afonso VI em 1095, sem se haverem dilatado as suas fronteiras para o sul, antes tendo sido cerceadas pelas conquistas dos almorávidas, achava-se notavelmente aumentado. A filha de Ximena Muniones colhera o fruto de se associar à facção da Galiza. Restava-lhe o conservá-lo.
Enquanto D. Urraca viveu, ela soube reter o que adquirira 173 ; mas a acessão de Afonso

171 «...adscivit sibi pintes Galleciae principes... insuper reginam Portugaliae T. et comitem Fredenandum»,
Historia Compostellana, L. 2, c. 42, parágrafo 7.
172 Os sucessos até aqui narrados passaram-se no Verão de 1121. A paz entre Gelmires, Urraca e Afonso
Raimundes, depois da prisão do arcebispo, foi celebrada nos últimos dias de Dezembro deste mesmo ano
(História Compostellana, L. 2, c. 49, parágrafo 3).
173 O domínio de b. Teresa nos territórios da Galiza entre Minho e Vibey, e no de Tal depois desta época e
antes da morte de D. Urraca (1122 a 1126), prova-se dos privilégios concedidos por D. Teresa a Orense
em Fevereiro de 1122 (España Sagrada, T. 17, p. 84); da doação de Cola e Arganil à sé de Coimbra.143

VII ao trono, para a qual contribuíra, veio a ser-lhe contrária, ao passo que a sua afeição desordenada por Fernando Feres não tardou a saciá-la nos últimos anos da vida de desventuras maiores que as de D. Urraca.
O filho de Pedro Froilaz achava-se revestido de uma autoridade tal que nos documentos contemporâneos ele figura como igual ou quase igual da infanta-rainha.
Elevado à categoria de conde, entregues à sua administração imediata os distritos do Porto e Coimbra, os principais dos estados de D. Teresa, e obcecada esta por uma paixão, segundo parece, violenta, é natural que Fernando Peres obtivesse, até, a supremacia sobre os outros condes ou tenentes do resto do país. Os diplomas expedidos durante esse período, as expressões dos cronistas, as fórmulas das escrituras particulares, tudo conspira em persuadi-lo. A infanta seguia o triste exemplo que sua irmã lhe dera, e o alferes-mor do arcebispo Gelmires representava em Portugal o mesmo papel que Pedro de Lara fazia em Leão e Castela. As consequências disso deviam ser semelhantes, em mais resumido teatro, às que tinham enchido de perturbações a mo-narquia.
D. Paio, arcebispo de Braga, era homem rude e pertencia a uma família cujos membros foram mais notáveis por façanhas guerreiras que por bràndura e polícia cortesãs. As suas discórdias com o arcebispo de Santiago sobre a posse de vários bens entre Douro e M.inho pertencentes à sé de Composteia tinham sido violentas e dilatadas. Afinal os dois prelados reconciliaram-se, e a legacia de Gelmires em Braga foi reconhecida por D. Paio, a troco de conservar as propriedades disputadas com o título de prestimónio ou mercê, como cónego de Santiago, no grémio de cujo cabido entrou, segundo o costume, vulgar nesse tempo, de serem os bispos de uma diocese membros do cabido de outra. Fizera-se esta reconciliação nos fins de 1121 e já em Março de 1122 ele enviava o clero da sua metrópole ao sínodo nesse mês reunido em Compostela, não indo ele próprio por se achar então ausente em Zamora 174 . Voltando daí a pouco a Portugal, foi preso por D. Teresa. Os motivos que para isso houve ignoram-se. Sabemos só que o papa expediu uma bula a Gelmires em Junho deste mesmo ano, para que compelisse a rainha dos portugueses a soltá-lo até os fins do mês seguinte, aliás declarava-a excomungada, ordenando ao compostelano pusesse interdito em todos os senhorios dela. A ameaça produziu seu efeito, porque D. Paio aparece já

confirmando os diplomas da rainha-infanta em Outubro desse ano 175 .
Se os monumentos históricos nos não transmitiram as causas da prisão do
metropolita bracarense, as circunstâncias deste facto, comparadas com os sucessos
contemporâneos e com os que pouco depois ocorreram, levam-nos a suspeitar que esta
prisão seja o primeiro e ténue indício da revolução que, arrancando o poder das mãos de
D. Teresa, o fez cair nas de seu filho. A influência ilimitada de Fernando Feres devia
forçosamente excitar desde o princípio o descontentamento e o ciúme dos barões
(Livro Preto, f. 85), em que confirmam os bispos de Tui e Orense; dos foros desta cidade
dados pelo
bispo Diogo com a aprovação de D. Teresa, que «tinha» Limia com o conde Fernando, foros
mencionados numa escritura de 1189 (España Sagrada, T. 17, p. 84); e finalmente pela
célebre doação ao
Mosteiro de Monte Ramo (1124), em que D. Teresa se intitula «mulher» do conde Fernando
(Yepes, T. 7,
escrito 33). O senhorio de Tal vê-se, além do documento do Livro Preto acima citado, das
doações feitas
àquela sé em Setembro e Outubro de 1125 (España Sagrada, T. 22, Apêndices 4 e 5),
senhorio que
conservava ainda em 1127, nesta e noutras terras adjacentes a Portugal (Historia
Compostellana, L. 2, c.
85). A posse de Zamora deduz-se de se armar cavaleiro na sé desta cidade o infante Afonso
Henriques em
1125 («Chronica Gothorum», era 1163), e de vir ainda aí Afonso VII tratar de pares com D.
Teresa e com
o conde Fernando em 1127 (Chronica Adefonsi Imperatoris, L. 1, parágrafo 2), conservando
também,
porventura, ao menos uma parte das outras terras adquiridas pelo tratado de 1121.
174 «Bracharensis arcbiepiscopus... circa id tempos in Numantiae morabatur finibus», Historia
Compostellana, L. 2, c. 52.
175 Documento de Outubro de 1122, no Livro Preto, f. 85..144
portugueses, e as revoltas da Galiza, produzidas por um caso análogo, eram exemplo
mui evidente e próximo, que lhes apontava o caminho que deviam seguir. Não
ignoravam eles, por certo, os meios a que os fidalgos galegos tinham recorrido na sua
conspiração, porque Portugal nela tivera boa parte. Os poderosos parentes que o amante
de D. Teresa tinha na Galiza e as suas relações com o omnipotente Gelmires tornavam
necessário que eles preparassem de sobremão os meios de sacudir o jugo importuno do
conde. A família dos Mendes da Maia, à qual pertencia o arcebispo, foi uma das que
principalmente figuraram na revolução que daí a anos privou D. Teresa do governo 176 .
Existiam já neste ano princípios da conjuração? Era Zamora, como lugar remoto e ao
mesmo tempo importante, o centro dela? Dá-se alguma relação entre esta residência em
Zamora de D. Paio e o facto de ir Afonso Henriques armar-se ali cavaleiro pouco
depois, o que, como adiante diremos, tem para nós uma significação diversa da que lhe
atribuem os historiadores? Teve indícios D. Teresa da começada trama e quis por ela
punir o arcebispo? Eis uma série de questões que, nas trevas espessas que obscurecem a
maior parte dos sucessos daquele tempo, não passam de conjecturas, mas conjecturas
verosímeis, que os progressos dos estudos históricos virão acaso algum dia resolver
afirmativamente.
Temo-nos aqui abstido de falar em Afonso Henriques, acerca de cuja infância não
faltam curiosas lendas nos nossos livros históricos. Como a de Carlos Magno ou de
Artur; como a de quase todos os fundadores de antigas monarquias, a sua vida foi desde
o berço povoada de maravilhas e milagres pela tradição popular. Infelizmente os
inexoráveis monumentos contemporâneos destroem, ou com o seu testemunho em
contrário ou com o seu não menos severo silêncio, esses dourados sonhos que uma

erudição mais patriótica e piedosa que ilustrada recolheu e perpetuou. A história é hoje uma coisa assaz grave para não se entreter em conservar lendas nascidas e derramadas em épocas mui posteriores aos indivíduos a quem se referem. Até à idade de catorze anos o filho do conde Henrique apenas figura como confirmante de alguns diplomas de sua mãe, segundo a fórmula de chancelaria, vulgar nesse tempo, de se lançarem nos documentos antes dos nomes dos bispos e ricos-homens confirmantes os dos filhos do príncipe, muitas vezes ainda na primeira infância deles 177 . A Crónica dos Godos, escrita, ao menos em parte, por um contemporâneo 178 , apesar de ser principalmente destinada a conservar as memórias do seu governo, nada menciona que lhe diga respeito antes dos catorze anos. O cronista ignorava, até, a época prefixa do seu nascimento 179 . A crítica tem feito a devida justiça aos documentos forjados para encher essa lacuna, aliás de nenhuma importância. É em 1125 que o infante pratica o primeiro acto de que a história conserva lembrança. Este acto foi o armar-se cavaleiro em Zamora, então unida, como vimos, aos domínios de D. Teresa. Na catedral daquela cidade, no santo dia de Pentecostes, ele próprio foi tirar as armas de cavaleiro de cima do altar de S. Salvador e

176 Documento do infante Afonso Henriques, de Maio de 1128, no Elucidário; verbete «Tempreiros», onde entre os principais confirmantes figuram três membros dessa família; «Documento de Pedroso», em Brandão, Monarquia Lusitana, L. 9, c. 19.

177 Dissertações Cronológicas, T. 3, P. 1, nº209 e ss. A enumeração dos filhos dos príncipes nos documentos destes é tão trivial que fora inútil aboná-la com citações.

178 O autor desta crónica, a mais importante para os primeiros tempos da monarquia, fala de Nuno Soares e de D. João Midiz como de personagens vivos e conhecidos (era 1148), e estes dois fidalgos existiam na época de D. Teresa e de Afonso I (veja-se o Livro das Linhagens, atribuído ao conde D. Pedro, tits. 21 e 40, e o Livro Preto, fs. 163, 223 e 245). Além disso, ele ainda ouvira contar a muitas pessoas idosas que Coimbra estivera deserta sete anos depois de destruída por Al-Manssor (era 1026). Para isto devia ter nascido muito antes do fim do século X.

179 Sobre a época do nascimento de Afonso Henriques veja-se a nota XI no fim do volume..

junto dele vestiu a loriga e cingiu o cinto militar, segundo o costume dos reis 180 . A elevação de Afonso Henriques ao mais nobre grau da vida das armas, em idade imprópria para satisfazer as obrigações que ela lhe impunha, oferece uma circunstância notável, e é que no ano antecedente e neste mesmo dia Afonso VII praticara igual cerimónia na catedral de Compostela, e tomara do altar de Santiago a espada que para esse fim Diogo Gelmires benzera 181 . Brevemente os dois primos deviam exercitar um contra o outro o nobre mister que aí aceitavam e que a Igreja santificara para os combates contra os infiéis.

Durante estes anos, as perturbações causadas em África pela nova seita dos almóadas tinham impedido Ali, o amir de Marrocos, de promover a guerra contra os cristãos da Espanha. Nesta região o terrível açoute dos muçulmanos, Afonso I de Aragão, entretinha principalmente as forças dos almorávidas, e as incursões das fronteiras do Ocidente eram passageiras e apenas feitas pelos sarracenos naturais do país 182 . D. Teresa aproveitara esta conjunção para restaurar a linha de castelos que defendiam a fronteira meridional do distrito de Coimbra. Pelo menos os de Soure e Santa Eulália foram por esses anos reedificados. Em 1122 o conde Fernando Feres, que possuía o de Coja sobre o Alva, cedeu-o à rainha, recebendo em recompensa o senhorio

daqueloutros. Soure, como mais exposto às correrias, com dificuldade achava habitadores; todavia, já por 1125 ele era não só um lugar forte, mas também uma povoação importante 183 .

Depois de um reinado de dezassete anos consumidos em tumultos e guerras, D. Urraca faleceu em Março de 1126. A sua morte punha definitivamente nas mãos de Afonso VII o ceptro de Leão e Castela. A maior parte da nobreza declarou-se por ele. Os fautores do conde Pedro de, Lara debalde tentaram opor-se a que o moço monarca subisse tranquilamente ao trono: o próprio conde foi constrangido a fazer com ele a paz. Os lugares que o rei de Aragão conservava ainda em Castela começaram a rebelar-se-lhe, e os habitantes das povoações acometiam e reduziam os castelos guarnecidos de tropas aragonesas, tomando a voz de Afonso VII.

Previa este, por isso, uma guerra com aquele que fora seu padrasto, e para a sustentar na fronteira oriental importava-lhe que se conservasse pacífico o Ocidente dos seus estados. Fora isto o que ele primeiramente assegurara, vindo a Zamora, onde D. Teresa se achava então com o conde Fernando Peres, e fazendo aí paz e amizade com eles por um período marcado; porque, como o tempo mostrou, Afonso não estava resolvido a consentir de futuro na independência completa de uma das mais belas

180 «... apud sedem Zamorensem, ab altario sancti Salvatoris, ipse sibi manu propria sumpsit militaria arma ab altari, et ibidem in altari indutus est et accintus militaribus armis, sicut, moris est regibus facere, in die sancto Pentecoste», «Chronica Gothorum», era 1163. O Pentecostes era a festividade em que mais costumavam armar-se os cavaleiros. Veja-se Ducange, verbetes «Arma», «Miles» e Carpentier, verbete «Militia» (1º). Como o cavaleiro que armava um novel tomava sobre ele uma espécie de superioridade (Ducange, ibid., parágrafo «ut porro apud romanos», etc.), os reis de Espanha, ciosos da sua independência, seguiam o costume de se armarem pelas próprias mãos. Compare-se Rodrigo de Toledo, L. 9, c. 10, España Sagrada, T. 26, p. 304; Muntaner, Cronica delrey D. James primer, c. 297, Cronica delrey en Pedro de Arago, L. 2, c. 9, etc.

181 Historia Compostellana, L. 2, c. 64, parágrafo 2.

182 «...agarenorum insidias, qui tunc (1123) viarum comeatus clam, necnon et publice incursabant grave captivitatis pondus cum acerbae mortis casibus homibus inferentes», Salvato, «Vita S. Martini Sauriensis», parágrafo 6; ismaelitae ou agareni era naquela época a denominação que davam os cristãos aos muçulmanos espanhóis: a palavra moabitae, como nos parece ter dito já, designava os almorávidas (al-morabethyn).

183 Carta de permutação de Coja por Santa Eulália e Soure, e doação daquele castelo ao bispo de Coimbra em Novembro de 1122 (Livro Preto, f. 214 e 85 v.; Salvato, «Vita S. Martini Sauriensis», parágrafos 6, 7, 8)..146

províncias unidas à coroa leonesa por seu bisavô Fernando I 184 .

A guerra com Afonso de Aragão começou, de feito. O rei lidador entrara rapidamente em Castela para reforçar as guarnições dos lugares fortes que ainda possuía. Afonso VII saiu-lhe ao encontro com um poderoso exército. Apesar da conhecida traição do conde de Lara, que, posto formasse com as suas tropas parte da vanguarda castelhana, recusara pelejar com os aragoneses, Afonso I não se atreveu a

acometer o enteado. Tratou-se então de armistício entre os dois príncipes, e a guerra ficou suspensa, para daí a dois anos rebentar com dobrada violência.

As dúvidas que, provavelmente, foram suscitadas nas vistas em Zamora entre D. Teresa e o sobrinho sobre as relações políticas de Portugal com Leão parece terem ficado indecisas como o estavam havia anos. Mas a infanta-rainha, enquanto Afonso VII partia para Castela contra os aragoneses, cuidava activamente de pôr em estado de defesa os seus domínios da Galiza. Com este intuito fazia passar tropas para o Norte do Minho e, não se julgando segura com os castelos que ali possuía, edificava outros de novo, por cujo meio cria habilitar-se para recusar sujeição a seu sobrinho se este pretendesse impor-lha 185 . Ao mesmo tempo os fidalgos galegos, sempre turbulentos, começavam a preparar de novo a guerra civil; mas Gelmires, ou já cansado das perturbações passadas ou porque sinceramente se resolvera a seguir por então o partido do novo rei, soube trazê-los por meios brandos à obediência, e Arias Peres, que se mostrava tenaz na intentada rebelião, viu destruídas ou tomadas pelas forças do arcebispo e do conde Gomes os castelos de Lobeira, Taberiolo, Penacornaria e outros em que confiava 186 .

A redução de Portugal era, porém, negócio mais grave. D. Teresa tinha por si não só os barões de Portugal, mas também Fernando Peres, seu amante, e os cavaleiros da Galiza que à sombra dele tinham vindo residir em Portugal. Não lhe faltavam, além disso, homens de armas e riquezas para sustentar a guerra. Orgulhosa do seu poder, D. Teresa, que durante o governo de D. Urraca evitara, como temos visto, o declarar-se de todo independente, constrangida, talvez, agora pelas pretensões mais precisas de Afonso VII, recusava formalmente cumprir com as obrigações nascidas da tenência que, conforme o tratado de 1121 e atenta a origem primitiva dos domínios de que era senhora, o rei leonês entendia que ela exercitava 187 .

Foram estes os motivos que trouxeram a Portugal uma invasão semelhante à que o deixara assolado dez anos antes. Na Primavera de 1127, feitas já as tréguas com o rei de Aragão, Afonso VII veio à Galiza e, mandando ajuntar as tropas desta província, marchou com um exército numeroso por Entre Douro e Minho. Das circunstâncias da guerra não nos restam memórias senão dos males que são comuns em tais sucessos e que pela barbaria dos tempos ainda o eram mais naquele século: devastações dos campos e aldeias, assédios de castelos, ruína das grandes povoações. A sorte das armas mostrou-se mais uma vez adversa a D. Teresa, cujo poder, por grande que fosse, era por certo mui inferior às forças do seu sobrinho. Os reveses experimentados nesta campanha, que apenas durou seis semanas, obrigaram a rainha a humilhar-se e a reconhecer a supremacia do monarca. Fez-se então a paz, e Afonso VII regressou imediatamente a Compostela, cujo prelado o acompanhara com todas as tropas que

184 «Inde rex abiit Zamoram et habuit hic collocutionem in Ricovado cum Tarasia regina portugalensium et cum comite Ferdinando, fecit que, pacem cum eis usque ad destinatum tempus», Chronica Adefonsis Imperatoris, L. 1, parágrafo 2.

185 «...fines Galleciae armato exercitu invadebit ... municipia etiam nova ad inquietandam et ad devastandam patriam et ad rebellandum regi aedificari faciebat», Historia Compostellana, L. 2, c. 85.

186 Ibid., c. 84.

187 «Fastu superbiae data terminos justitiae egrediebatur, et nullum regi servitium de regno, quod ab illo tenere debetat, exhibere dignabatur; mimo viris, armis, atque opubus poteris...», ibid., c. 85..147

pudera ajuntar para aquela expedição 188 .

Um dos factos mais poéticos da nossa história parece ter-se verificado durante

esta invasão do rei leonês. Falamos da devoção heróica de Egas Moniz, tantas vezes citada como um dos mais nobres exemplos de honra e lealdade. Colocando a data do sucesso nos fins do ano seguinte ou nos princípios de 1129, como o fazem comummente os historiadores, seria necessário rejeitá-lo por fabuloso, como contrário a factos indisputáveis. Supondo-o, porém, realizado neste ano, não só se torna possível, mas também, concordando com documentos de outro modo inexplicáveis, reforça a nossa opinião sobre haverem aparecido já neste ano os primeiros sintomas da rebelião do infante Afonso Henriques contra D. Teresa.

Fizemos antes notar a circunstância da prisão do arcebispo de Braga depois de uma residência demorada em Zamora, e a de ser este prelado dum génio violento e membro da família dos senhores da Maia, cujas estreitas ligações políticas com o infante, ainda em vida da rainha, é impossível desconhecer. Narrámos também por que maneira Afonso Henriques, tendo apenas catorze anos, idade mais própria dos entretenimentos juvenis que da ambição de glória, se armara cavaleiro por suas próprias mãos na sé de Zamora. O exemplo do que havia sucedido em Leão e Galiza nos anos anteriores, a irritação dos barões portugueses contra o valimento de Fernando Peres, tudo, enfim persuade que essa violenta revolução, que numa batalha só acabou com a autoridade de D. Teresa, não foi um sucesso repentino sem antecedências, sem uma conspiração longamente preparada. Afonso Henriques, tomando o grau de cavaleiro pela forma que usavam os príncipes independentes e numa idade em que a espada era para ele um vão ornato, prestou-se em nosso entender a uma farsa dos conjurados, que com esse acto queriam lavrar uma espécie de protesto, não contra o domínio leonês, mas contra o de Fernando Peres, a quem, segundo se vê das subscrições dos diplomas desse tempo, ele era inferior na consideração da corte de sua mãe, que o ia afastando inteiramente dos negócios do Estado 189 . Desde então, é natural que esses mesmos que assim começavam a preparar o infante para instrumento dos seus desígnios lhe fossem despertando e alimentando a ambição, sentimento que o tempo mostrou ser fácil de desenvolver no coração do mancebo. Se o estudo dos costumes daquela época e ainda mais o do coração humano nos não ilude, cremos que se uma história contemporânea e particularizada destes sucessos tivesse chegado até nós aí encontraríamos mais de uma cena análoga às que passaram na Galiza e em Leão durante a menoridade de Afonso Raimundes, quando os nobres, irritados contra a influência de Pedro de Lara e contra D. Urraca, tomavam por bandeira da sua vingança o nome daquele príncipe.

Os historiadores modernos supõem que foi unicamente em 1128 que as discórdias entre D. Teresa e seu filho chegaram a declarada ruptura. Nós persuadimo-nos de que as primeiras tentativas de rebelião começaram um ano antes e de que a narração das cró-nicas do século XVI, hoje com razão excluídas do número das legítimas fontes históricas, pode não se afastar absolutamente da verdade giesta parte 190 . Em tal pressuposto, eis, segundo a nossa opinião, como devia passar o sucesso. As terras de Portugal em que dominavam ou influíam os parciais de Afonso Henriques começaram a rebelar-se nos princípios de 1127. Entre elas Guimarães, a antiga corte do conde Henrique, declarou-se pelo infante, que aí se achava. A invasão de Afonso VII veio

188 Magno exercitu... ibique per sex hebdomadas vilas devastando, castra et civitates capiendo... donec
terra fere tota devastata fuit, Rex - A. portucalensi pago... acquisito e pacificato, Compostelam citato calle
adivit», ibid., c. 85 e 86.

189 «...amoto filio a negocio regni», «Chronica Gothorum».

190 Galvão, Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques, c. 6; Acenheiro, Crónica dos Reis de Portugal, c. 2;
Livro das Linhagens, atribuído ao conde D. Pedro, tit. 7..

então impedir ou antes adiar a guerra civil. Na sua marcha vitoriosa, o rei de Leão, rendidos outros castelos e povoações, pôs sítio a Guimarães; porque ao príncipe não

importava por certo se era sua tia ou seu primo que regia Portugal; importava-lhe que esta província reconhecesse a sua autoridade suprema. Depois de alguma resistência, vendo que as suas forças não bastavam para repelir os cercadores, os barões e cavaleiros encerrados nos muros de Guimarães declararam em nome do moço Afonso que ele se consideraria de futuro vassalo da coroa leonesa. Egas Moniz, poderoso fidalgo cujos senhorios se dilatavam pelas margens do Alto Douro e que, talvez mais que nenhum, gozava a reputação de homem leal, ficou por fiador da promessa. O rei de Leão levantou o cerco e, depois de reduzir à obediência D. Teresa, retirou-se para a Galiza. Quando, porém, os sucessos de 1128 entregaram Portugal nas mãos do filho do conde Henrique, ele esqueceu as promessas de Guimarães, e com ele as esqueceram os barões portugueses. Só Egas Moniz se lembrou do que jurara. Seguido de sua mulher e filhos, dirigiu-se a corte do monarca e, apresentando-se perante ele descalço e com uma corda ao pescoço, pediu para resgatar com a morte a sua palavra nunca traída. Era grande a cólera de Afonso VII; mas venceu-o aquela inaudita façanha de lealdade. Deixou-o partir solto e livre e, o que era mais para o nobre cavaleiro, sem a taxa de deslealdade 191 .

A independência portuguesa, que por tantos anos tendera a realizar-se, retrocedia ainda uma vez; era um problema cuja solução já perto do seu termo tornar a ser tentada de novo. Mas as consequências da vitória obtida pelo rei de Leão, posto que graves, não eram talvez as mais de recear: o amor cego da rainha por um homem alheio à província, poderoso por alianças e parentescos com muitos ilustres barbes da Galiza e ainda de Leão e de Castela 192 , e a importância que, além dele, obtivera em Portugal seu irmão mais velho, Bermudo Peres, o qual nos princípios de 1128 achamos dominando em Viseu 193 , e por consequência a clientela numerosa, quer de naturais, quer de estranhos, cujos interesses seriam conformes com os dos dois irmãos, tudo servia para tornar duvidosa a sorte fritura de Portugal, ligada à vontade de um valido cujo procedimento político podia ser guiado por considerações e respeitos contrários à desejada independência do país que indirectamente governava. Se atendermos à confiança que, pouco depois, Afonso VII punha no conde Fernando Peres, e à guerra que este fez a Portugal com os outros condes da Galiza, como adiante veremos, não será demasiado violento supor que na invasão de 1127 ele contribuíra para D. Teresa dar obediência ao rei de Leão, pressuposto tanto mais provável quanto nos Consta que o principal autor da pacificação foi o antigo favorecedor do conde, o célebre Gelmires 194 .

Tal era a situação política do país. Afonso Henriques, o moço cavaleiro, chegara à idade de dezassete anos. Era ele, segundo o testemunho de um seu contemporâneo, destro nas armas, eloquente, cauteloso e de claro engenho. Ajuntava a estes dotes, 4ue devemos supor exagerados por se atribuírem a tão curta idade, a nobreza da figura e a beleza de rosto 195 . A ambição do poder, o exemplo de seu primo Afonso Raimundes, a disposição dos ânimos irritados contra o predomínio de Fernando Peres, as instigações dos fidalgos, a exclusão ignominiosa em que o conservavam dos negócios públicos, tudo o excitara a colocar-se à frente de uma revolução cujas consequências, naqueles

191 Sobre este e os antecedentes parágrafos. veja-se a nota XII no fim do volume.

192 Estes parentescos e alianças de Fernando Peres podem ver-se na Historia Compostellana, e em Salazar
de Castro, Historia de la casa de Lara, passim.

193 «Documento de Arouca», na Monarquia Lusitana, P. 3, Apêndice, escrito 12.

194 «Et ipse [sit. archiepiscopus] concordiam inter regem et reginam suo consilio atque solertia
reformavit», Historia Compostellana, L. 2, c. 35, parágrafo 1.

195 «Fuit vir armis strenuus, lingua eruditus, prtidentissimus in operibus suis, clarus ingenio, corpore
decorus, pulcher aspectu, e visu desiderabilis», «Chronica Gothorum», era 1163..149

verdes anos, não era fácil prever. Tinha amigos próprios, e a principal nobreza preferia

vê-lo apossar-se do mando supremo a sofrer que os estranhos e os partidários destes governassem por intervenção de D. Teresa 196 . Como se manifestou a rebeldia e quais foram as particularidades que ocorreram nela são coisas sobre que restam sobejas fábulas, mas apenas fugitivas memórias. Parece, porém, certo que nos primeiros meses de 1128 a guerra civil, encetada no ano antecedente, se preparava de novo ou já porventura começara. As principais personagens que em Maio desse ano estavam ligadas com Afonso Henriques eram o arcebispo D. Paio, seu irmão Soeiro Mendes, denominado o Grosso, Ermígio Moniz, Sancho Nunes, marido que era ou depois foi de D. Sancha, irmã do infante, e Garcia Soares. Diante destes e doutros nobres cavaleiros de Portugal declarava ele em Braga a sua intenção de se apossar do governo, e fazia de antemão mercês ao metropolita, contando com o auxílio dele nessa empresa 197 .
Pelos indícios que os documentos nos ministram, o infante abandonou sua mãe, a qual talvez se achava então na corte de Afonso VII, e dirigiu-se à província de Entre Douro e Minho no mês de Abril. A revolução parece ter rebentado naquela província, dilatando-se pelo distrito de Guimarães, pelo condado de Refóios de Lima, pelo território de Braga e pelas terras, enfim, dos nobres que seguiam a parcialidade do infante. A suspeita da ausência de D. Teresa na ocasião do levantamento adquire maior probabilidade, se atendermos a que só quase três meses depois os dois partidos vieram a uma batalha, que foi decisiva e fatal para a rainha. De feito, esta, tendo marchado para Guimarães com as tropas dos fidalgos galegos e dos portugueses seus partidários, aí se encontrou com o exército do infante no campo de S. Mamede, junto daquela povoação. Foi desbaratada D. Teresa e fugiu: nesta fuga, porém, perseguida pelo filho, ficou prisioneira com muitos dos seus 198 . A tradição refere que Afonso Henriques a lançara carregada de cadeias no castelo de Lanhoso. Não desdiz essa tradição dos costumes ferozes do tempo; mas desdiz dos monumentos coevos, que não a autorizam. O que é certo é que num só dia de combate o poder supremo, que o moço príncipe tanto ambicionava, lhe caíra nas mãos.
Afonso Henriques não quis ou não ousou aproveitar-se das vantagens obtidas para se vingar de sua mãe e do conde, contentando-se com expulsá-los de Portugal 199 . Como a de D. Urraca, a desgraçada afeição de D. Teresa tinha dado ou motivo ou pretexto a uma guerra civil e à quebra dos laços da natureza que a deviam prender a seu filho, simples laços morais que a história daquela época por toda a Europa nos mostra serem então assaz frágeis para conter as ambições. Nesses tempos a desordem dos costumes fazia com que semelhante procedimento não estampasse um ferrete indelével de ignomínia na fronte dos príncipes que assim calcavam aos pés o amor filial, até porque lhes serviam de desculpa - se tais factos podem em tempo nenhum merecê-la - os erros ou crimes dos seus progenitores e as conveniências, bem ou mal entendidas, da pátria.
As memórias que nos restam da filha de Afonso VI durante os dois anos que
196 «Quidam indigni e alienigenae vendicabant regnum Portugallis, matre ejus regina D. Tarasia eis consentiente, volens et ipsa superbe regnare loco mariti sul, amoto filio a negotio regni. Quam injuriam... nullatenus ferre valens... convocatis amicis suis et nobilioribus de Portugal, qui eum multo maxime quam matrem ejus, vel indignos et exteros natione, volebant regnare super se», ibid., era 1166.
197 «Quando habuero portugalensem terram adquisitam... ut tu [sc. Pelagius archiepiscopus] sis adjutor meus» (doação à sé de Braga, Maio de 1128, no Elucidário, T. 2, p. 352). Acerca de Sancho Nunes veja-se o «Livro Velho das Linhagens», na História Genealógica, Provas, T. 1.
198 «Commisit cum eis praelium in campo S. Mametis, quid est prope castellum de Vimaranes, et contriti sunt, et devicti ab eo, et fugerunt a facie ejus, et comprehendit eos», «Chronica Gothorum»,

era 1666.
Veja-se a nota XIII no fim do volume.
199 «Regina una cum suo comite a regno expulsis, ejus filius... uno die bellando... susciperet principatum»,
Livro dos Testamentos de Santa Cruz, na Monarquia Lusitana, P. 3, Apêndice, escrito 15..150 sobreviveu desterrada são assaz escassas. Fugitiva e sem o prestígio da autoridade, quem se lembraria mais dela? O que parece provável é que seguisse para a Galiza Fernando Peres. Este, ao menos, não se esqueceu de quanto D. Teresa lhe sacrificara e, ainda depois da sua morte, empregava acerca dela expressões que revelam amor sincero e afectuosa saudade. «Se alguém», dizia o conde fazendo exarar uma doação de terras à sé de Coimbra para que Deus associasse aos bem-aventurados a já falecida princesa, « se alguém houver aí que intente anular (o que não creio) a doação que ora faço, pague em dobro a ousadia à autoridade real, e se for algum indivíduo tão poderoso e cruel que possa conservar-se pertinaz, seja o seu destino na morte o de Dathan e Abiron.»200 A fórmula insólita por que termina este diploma diz-nos que os restos de D. Teresa ainda tiveram quem sobre eles vertesse lágrimas. Os monumentos históricos contemporâneos apenas, porém, nos referem que falecera no primeiro de Novembro de 1130 201 . Um antigo túmulo na catedral de Braga nos assegura, finalmente, que as suas cinzas foram transportadas para o lugar onde também repousam as cinzas de seu marido.
Os escritores modernos, empenhados em salvar a reputação moral de D. Teresa como mulher, esqueceram-se de lhe fazer justiça como rainha ou regente de Portugal. Tem-se dissertado largamente sobre o seu consórcio com o conde Fernando Peres, que nada nos autoriza a admitir 202 , enquanto o valor histórico do seu governo é perfeitamente desprezado. Todavia, durante catorze anos os actos da viúva do conde Henrique mostram bem a perseverança e destreza com que buscou desenvolver e realizar o pensamento de independência que ele lhe legara. Cedendo à força das circunstâncias, não duvidava de reconhecer a supremacia da corte de Leão para obter a paz quando dela carecia, salvo o recusar a obediência quando cria possível resistir. Associando-se habilmente aos bandos civis que despedaçavam a monarquia leonesa, ia criando no meio dela para si e para os seus uma pátria. Apesar das invasões de cristãos e sarracenos e das devastações e males causados por uns ou por outros nos territórios dos seus estados, estes cresceram em população, em riquezas e em forças militares 203 . Pelas armas e pela política aumentou a extensão dos próprios domínios ao oriente e ao norte conservando ao meio-dia a linha das fronteiras que seu marido já lhe deixara encurtadas. O castigo de um erro, que, medido pelos costumes do tempo, estava longe de ser imperdoável, parece-nos demasiado severo, e o procedimento dos barões portugueses para com ela merecerá dos desprevenidos a imputação de ingrato. D. Teresa foi vítima de um sentimento nobre em si, mas às vezes excessivo e cego, que ela tinha feito crescer, radicar-se, definir-se, e que serviu de pretexto de rebeldia à ambição de Afonso Henriques, ou antes à daqueles que por meio do inexperiente príncipe esperavam melhor satisfazê-la. Este sentimento era o da nacionalidade. A Crónica dos Godos, que, narrando os sucessos de 1128, toma o estilo do libelo político, não era provavelmente mais que o eco da opinião vulgar. Aí os galegos são tratados de estrangeiros ou forasteiros indignos. Esta denominação de injúria, que, aplicada vinte anos antes aos habitantes das outras províncias da monarquia fundada por Pelágio, seria ininteligível em Portugal, estreava por uma revolução gravíssima a sua fortuna popular de sete séculos.
200 «Si vero aliquis, quod fieri non credo, ad conturbandum vel irrumpendum hoc meum testarnentum,
restituat et regie potestati aliud tantum. Qui si tante potencie vel credulitatis fuerit ut in ista pertinacia
hujus vite finem faciat, cum Datan et Abiron», Livro Preto, f. 126.
201 «Ad aerum 1168. Obiit regina Donna Tarasia mater domini Allonsi, calend. Novembris»,

«Chronica
Gothorum»
202 Nota XIV no fim do volume.
203 «Viris, armis atque opibus potens», Historia Compostellana..151

LIVRO II

1128-1185

Primeiros anos do governo de Afonso Henriques. Guerra na Galiza. - Tentativa de rebelião. - Continuação da guerra. - O castelo de Celmes fundado e perdido. - Alianças de Afonso com o rei de Navarra e com alguns fidalgos da Galiza. - Vitória de Cerneja. - Perda de Leiria e destroço em Tomar. - Paz de Tui com o imperador Afonso VII. - Os almorávidas e os almóadas. - Jornada de Ourique. - Renovação das discórdias com o imperador. - Recontro de Valdevez. - Pacificação. - Algara dos sarracenos. Leiria e Trancoso destruidas. Desbarato dos invasores. - Afonso toma o título de rei. - Feudo ao papa. Circunstâncias do sucesso. - Situação dos sarracenos. Aliança de Afonso I com Ibn Kasi e correrias dos cristãos no Gharb. - Consórcio do rei de Portugal. - Tomada de Santarém, Lisboa e outros La gares. - Guerras civis entre os muçulmanos. - Tentativas repetidas contra Alcácer. - Conquistas no moderno Alentejo - Leão e Castela por morte de Afonso VII. - Alianças de família entre Afonso I, o conde de Barcelona e Fernando II de Leão. - O rei de Portugal desbaratado pelos almóadas. - Tomada de Beja e Évora. - Invasão dos portugueses além do Guadiana. - Moura, Serpe e Alconchel submetidas. - Discórdias entre Afonso I e o rei de Leão. - Destroço dos portugueses em Arganal. - Conquista do Sul da Galiza. - O rei de Portugal, prisioneiro dos leoneses em Badajoz, é posto em liberdade. - Providências para a defensão do país. - Primeiro cerco de Santarém pelos almóadas. Tréguas. - Casamento do príncipe herdeiro, o infante Sancho. - Invasão dos portugueses na Andei azia. Represálias. - O papa confirma o título de rei a Afonso Henriques. - Continuação da guerra com os sarracenos. - A infanta D. Teresa desposada com o conde da Flandres. - O amir al-mumenin Yusuf Abu Yacub invade pessoalmente Portugal. - Segundo cerco de Santarém e morte do amir. - Últimos dias de Afonso I - Epílogo.

Não podia, porém, Afonso VII olhar com indiferença para esse grave sucesso. Apenas decorrera um ano desde que o moço rei obrigara sua tia a reconhecer-lhe uma espécie de vassalagem, fazendo paz com ela depois de lhe devastar os domínios. O pretexto de nacionalidade que servira de estandarte à revolução, segundo se deduz da crónica denominada dos Godos, equivalia a uma declaração formal de independência, porque este pensamento se continha virtualmente naquele. Dois meios tinha o príncipe leonês de acudir ao mal; ou restituir pelas armas à rainha fugitiva o poder de que seu filho a privara ou, aceitando o facto consumado, exigir de Afonso Henriques que se considerasse como simples lugar-tenente ou vassalo da coroa, qual fora sua mãe, ao menos nos últimos tempos. As inquietações intestinas da monarquia e a guerra quase incessante com o belicoso rei de Aragão aconselhavam o segundo expediente ou, antes, constrangiam Afonso VII a segui-lo. Mas se as circunstâncias políticas tornavam inexequível o usar do primeiro com toda a energia, os sucessos posteriores provaram

204 «Ego infans Alfonsus... ab amida pressura alienas, et Colimbriensium ac totius urbium portugalensium dominas securus effectus», «Documento de Arouca», em Brandão, Monarquia Lusitana,
P. 3, L. 9, c. 16 (Abril de 1129).

Expulsos de Portugal a rainha D. Teresa e o conde Fernando Peres, toda a província seguiu a fortuna do vencedor, posto que um documento contemporâneo pareça indicar que algumas resistências houve e que estas se prolongaram até os fins de 1128 ou princípios do ano seguinte 204 ..152

que, empregadas frouxamente as armas e só como auxiliares do segundo, isso não serviria senão de ir firmando o poder independente do filho do conde Henrique.

Vimos como D. Teresa se apoderara, além do que propriamente era território de

Portugal, dos distritos de Tui e Orense e como, pelo convénio celebrado em 1121 com D. Urraca, ficara possuindo, não só estes, mas também outros senhorios em nome de sua irmã até à morte dela. As questões suscitadas em 1127 e a entrada do rei de Leão em Portugal lhos fizeram provavelmente perder; ao menos, depois deste acontecimento nenhuns vestígios se encontram da sua jurisdição na Galiza ou nas cidades das Estremaduras cujo domínio obtivera. Afonso Henriques herdava, assim, apenas o antigo condado ou província de seu pai, e isso mesmo, na opinião da corte leonesa, não passava de simples tenência, da qual Afonso VII pretendia ter o domínio eminente como sucessor de D. Urraca e de Afonso VI 205 . O infante, porém, resistiu às pretensões de seu primo. Não era só a ambição; era também o voto dos súbditos que a isso o incitava. O sentimento de independência nacional adquirira novas forças com a vitória de Gui-marães, e os ânimos repeliam com horror a ideia de sujeição ao filho do conde Raimundo, que já consideravam como estrangeiro 206 . Afonso Henriques, segundo se colhe das poucas memórias históricas deste tempo, resolveu (1130) evitar os males da guerra nos próprios domínios, penetrando na Galiza com mão armada 207 . Serviam-lhe, provavelmente, de pretexto as convenções feitas com seu pai e, sobretudo, a posse que D. Teresa tivera de Tui e da terra de Limia, de que pretenderia ser senhor como o era de Portugal. Este pensamento explica a sua insistência em acometer as províncias limítrofes de Portugal pelo norte. Fossem, porém, quais fossem os motivos de semelhante procedimento, a tentativa de Afonso Henriques causou sérios receios ao rei de Leão. Andava ele a braços nesse tempo com terríveis dificuldades: a Espanha cristã ardia em guerras:

Afonso I de Aragão continuava a devastar a Castela, e as turbulências dos fidalgos parciais dos Laras ou do príncipe aragonês não davam um momento de descanso a Afonso VII, obrigado a submeter sucessivamente pela força das armas os castelos rebelados nas Estremaduras, em Castela, nas Astúrias e em Leão 208 . A entrada de Afonso Henriques aumentava os embaraços. Para obviar ao mal, o rei leonês mandou ao arcebispo Gelmires e aos condes e magistrados da Galiza que lhe saíssem ao encontro e o repelissem do modo que fosse possível. Enquanto os demais coligiam forças e se preparavam para marchar contra os portugueses, o prelado compostelano adoeceu ou fingiu adoecer, e as tropas municipais de Santiago, intimadas para acompanharem o exército, recusaram obedecer. A traição de alguns indivíduos acabou de malograr a

205 Que houve esta pretensão, posto que dela não reste documento, é o que se deduz das palavras da Historia Com posteilana (L. 3, c. 24, parágrafo 1). «Ipse infans... regis dominationi subjici noluit, sed adepto honore contra eum arrogantet intumuit.» Que os leoneses consideravam por este tempo o título de rei que os portugueses, logo depois da morte de D. Teresa em 1130, começaram a dar a Afonso Henriques como uma coisa sem absoluto valor político vê-se da crónica latina de Afonso VII (L. 1, c. 29): «Qua defuncta (Tarasia) filium suum regem, sicut et postea fuit, ad honorem nominis sui dixerunt.».

206 Numa sentença de Afonso Henriques na demanda entre herdeiros de Garcia Sazes e de Froila Guedaz sobre a Igreja de 8. Miguel de Borba de Godim, dada a 28 de Maio de 1129 (Livro de Doações de Afonso III, L. 1 f. 100 v., no Arquivo Nacional), diz-se nas maldições usuais do fim: «Si filius vel nepos meus judicium et mandatum hujusmudi non observaverit... sst maledictus et excommunicatus, et ab extraneo rege sit coactas et subjucatus», expressões insólitas que provam qual era o ardor dessa época pela

independência.
207 «Jam olim multoties ipse rex portugalensium venerar in Gallaetiam», diz a Crónica de Afonso VII,
falando de sucessos ocorridos em 1134; e a Historia Compostellana: «Cum que rex... pugnaturus in
Galleciam venire nequiret, ut eum (scil. Alphonsum Henrichidem) expugnaret... mandavit... ut ei obviam
irent», L. 3, c. 24, parágrafo 1.
208 Chronica Adefonsi Imperatoris, L. 1, c. 6 a 10; Historia Compostellana, L. 3, c. 24..153
empresa, e Afonso Henriques voltou a Portugal sem ter encontrado resistência na sua tentativa 209 .
Quais foram, porém, as consequências dela? Eis o que não nos conservaram os monumentos desse tempo. O mais provável é que o infante se contentasse com os resultados ordinários destas correrias, muitas vezes suscitadas pelos ódios dos príncipes e não raro pela cobiça, sem nenhum outro pensamento político. É, todavia, certo que Afonso VIL não procurou por então tirar vingança do dano e afronta recebidos. A necessidade de dar tréguas às desordens públicas moveu-o a convocar cortes em Leão 210 , onde se tratou de restabelecer a paz pública e onde foram multados os burgueses de Compostela que haviam recusado defender a província da invasão dos portugueses.
Estes últimos, satisfeitos com as vantagens obtidas, abraçaram, tácita ou expressamente, as disposições pacíficas das cortes de Leão. Ao menos, é preciso supor que a boa harmonia reinava entre as duas províncias limítrofes nos fins de 1130 e em 1131, para compreendermos a persistência de Fernando Peres em Portugal por este período 211 .
Expulso daqui dois anos antes, e combatendo encarniçadamente durante os seguintes contra Afonso Henriques, como depois veremos, só por este meio se poderá explicar a vinda do conde aos estados do seu émulo, cuja autoridade parece reconhecer nas próprias expressões do documento que nos guia e que nos deixa ver uma luz fugitiva no meio das trevas que cercam estes primeiros tempos do governo do infante 212 ; luz, na verdade, tenuíssima, mas que é preferível às fábulas inventadas com o correr dos séculos e às tradições maravilhosas recebidas com sobrada boa-fé, não só pelos cronistas, mas até pelos mais graves historiadores.
Dissemos já que Bermudo Peres, irmão do conde Fernando e cunhado de Afonso Henriques 213 , obtivera durante o grande predomínio de seu irmão o governo de Viseu.
Ou ele se conservara estranho aos sucessos de 1128, ou se reconciliara com o cunhado.
De um ou doutro modo, é certo que residia em Portugal em 1131 e que o castelo de Seja estava debaixo do seu domínio. Era Seja um desses lugares fortes, edificados pelas ramificações da serra da Estrela, que serviam de asilo aos habitantes das fronteiras meridionais contra as correrias dos sarracenos do Gharb, e cujos guerreiros povoadores, repetindo as entradas no território muçulmano, viviam naquelas ásperas montanhas principalmente dos saltos e roubos que faziam nos campos e povoações dos seus adversários. É fácil de supor a influência que os senhores das terras e os alcaides dos castelos deviam ter nesses homens duros, ferozes e brutais, habituados a obedecerem-lhes nas cavalgadas contra os mouros, as quais se renovavam todas as primaveras. A fortaleza do lugar e, talvez, a agrura do distrito em que Seja está situada favoreciam a
209 «Nec tamen contra eum quorundam fraudulentia pugnaverunt», ibid.
210 Risco (España Sagrada, T. 35, p. 180 e ss.) parece confundir esta assembleia de Leão, convocada por
Afonso VII, com o Sínodo de Carrión desse mesmo ano, presidido pelo legado Humberto. A Historia
Compostellana fala, no c. 24 do L. 3, daquela, e diz-nos que o seu objecto era o que vai apontado no
texto: O sínodo carrionense tinha precedido, como se colhe da mesma Historia Compostellana (L. 3, c.

15) e da doação feita durante o sínodo pelo primaz de Toledo ao bispo de Segóvia (Colmenares, Historia
de Segovia, p. 115), em que ainda figura Diogo, bispo de Leão, quando nas cortes desta cidade já assistia
Arias, seu sucessor.
211 Documento de Julho de 1131, Livro Preto, f. 126, citado a p. 289. Uma parte dos confirmantes são
cónegos de Coimbra, e por isso ali o supomos exarado. Por outro documento do Liber Fidei, citado por
Brandão (Monarquia Lusitana, L. 9, c. 18), se conhece também a assistência do conde em Portugal já em
Julho de 1130.
212 «...do et concedo... sicut illam dederat... et super scriptum terminaverat infans domnus Adefonsus»,
documento do Livro Preto, citado.
213 Este conde D. Vermoim foi casado com a filha do conde D. Henrique e da rainha D. Teresa («Livro
Velho das Linhagens», na História Genealógica, Provas, T. 1, p. 198). A mulher de Bermudo era D.
Urraca; a outra irmã de Afonso Henriques casou com Sancho Nunes, ibid., p. 146..154
rebelião de Bermudo, e ele tentou-a. Fora inútil buscar outros motivos de semelhante tentativa, quando a expulsão de Fernando Peres, seu irmão, e a má vontade mútua entre os barões de Portugal e da Galiza nos oferecem explicação óbvia do sucesso. A vinda do conde Fernando a Coimbra por este mesmo tempo é uma coincidência singular, e legitima, até certo ponto, a suspeita de que ele não fosse inteiramente alheio ao procedimento do irmão. O filho de Pedro Froilaz havia cursado assaz a escola do traiçoeiro Gelmires para ter aproveitado as suas lições de dissimulação e perfídia. A actividade, porém, do moço Afonso Henriques impediu que esta pequena chama se dilatasse e se convertesse em incêndio. Instruído do que se maquinava, marchou contra Seia, e a conspiração falhou.
Bermudo, expulso daquele castelo e da província de Portugal, serviu depois Afonso VII contra o cunhado, cujo prisioneiro foi no recontro de Valdevez, vindo a acabar, passados anos, monge no Mosteiro de Sobrado. Aqueles que se haviam unido a Bermudo Peres foram despojados dos seus bens, e estes distribuídos pelos servidores do infante 214 .
Na idade de pouco mais de vinte e um anos, dotado de génio belicoso e destro nas armas 215 , Afonso Henriques estava talhado para desenvolver largamente a ideia da nacionalidade portuguesa, ideia que amadurecera e se radicara nos ânimos de modo indestrutível. O Portugal daquela época abrangia escassamente metade do nosso moderno território. No resto da Espanha a nova monarquia não tinha aliado algum natural, salvo o Aragão e a Navarra: ao norte e oriente o poder do já vastíssimo império de Leão e Castela ameaçava esmagá-la, e ao meio-dia os seus limites iam entestar com os sarracenos, inimigos irreconciliáveis pela diferença ou antes oposição de raça e de crença. A energia e o esforço necessários para resistir a tão perigosos vizinhos deviam ser grandes. Afonso provou por todo o decurso de um longo reinado que os possuía. Na falta de educação literária, inconveniente comum a todos os príncipes e cavaleiros de então; privado ainda na infância daquele amor de mãe que tantas vezes afeiçoa e suaviza os caracteres mais duros; repelido da intervenção nos negócios pela influência ilimitada da família de Trava, em parte as lições da adversidade supriram-lhe as lições dos homens, e em parte a opressão produziu nele o que por via de regra produz nas almas rijamente temperadas: redobrou-lhe a ambição e a audácia; mas tornou-o cauteloso, desconfiado dos homens e, por consequência, mudável. «O mancebo», diz um escritor desse tempo, «sabia a arte de reinar, e todavia, possuído de ardente amor de glória,

como a frágil cana facilmente se inclinava para onde quer que o sopro das auras o levava.»216 Cobiçoso de renome, valente, sem afeições profundas e duradouras, ele não houvera sido, talvez, apesar da sua aptidão para dirigir os negócios um dos príncipes mais apropriados a tempos tranquilos; mas era-o para esta época, em que o entusiasmo, o esforço, a ambição e, até, o desprezo de certas considerações de ordem moral se tornavam necessários para pôr o remate ao edifício que este país ia laboriosamente construindo, o edifício da sua independência.

Aos sucessos que decorreram desde 1132 até 1135 não é fácil assinalar datas precisas e, se houvéssemos só de atender aos monumentos nacionais, o silêncio que eles guardam acerca deste período de mais de três anos nos persuadiria que Portugal gozara da paz exterior, só interrompida pelas correrias obscuras das fronteiras muçulmanas,

214 «Chronica Gothorum», era 1169; Yepes, T. 7, f. 323 v. Doação a João Viegas dos bens de Aires
Mendes e Pedro Pais Carofa, em Ribeiro, Dissertações Cronológicas, T. 3, P. 1, p. 103, nº306.

215 «Strenuus fuit armis et bellicosus», Lucas de Tuy, na Hispânia Ilustrada, Vol. 4, p. 106.

216 «Qui juvenis, etsi regendí imperii jam bene sciolus, tamen amore laudis ardenter plenus, ad
quoscunque aurae flatus, ut arundo fragilis ferebatur», «Livro dos Testamentos de Santa Cruz de
Coimbra», em Brandão, Monarquia Lusitana, T. 3, Apêndice, escrito 15..155

facções unicamente de roubos e mortes, sem nenhuma consequência política, e que mais importavam aos habitantes das povoações limítrofes do que ao comum do país. Com o carácter, porém, do infante essa existência pacífica fora impossível por tão largo espaço.

A guerra tornou, de feito, a renovar-se por aqueles anos. D. Teresa forcejara constantemente por dilatar os próprios estados para a Galiza, e este sistema era seguido com a mesma tenacidade por seu filho. Ignoramos quais motivos, a não serem as antigas pretensões a que já mais de uma vez aludimos, Afonso Henriques teve para nova invasão naquela província. Talvez nenhuns; como provavelmente nenhuns existiram para a suspensão de armas que parece houvera em 1131. Penetrou, pois, o infante por terras de Limia. Saíram-lhe ao encontro os condes Fernando Peres e Rodrigo Vela e outros fronteiros do rei de Leão. Desbarataram-no e constrangeram-no a retirar-se para Portugal 217 . Não desanimou ele, todavia; ajuntando os mais valentes e nobres cavaleiros e as bandeiras populares, volveu de novo ao distrito de Limia. Os capitães leoneses ou não ousaram disputar-lhe o passo ou foram destroçados pelos portugueses. Senhor daquele território, Afonso Henriques edificou um castelo conhecido nas memórias desse tempo pelo nome de Celmes; pôs aí de guarnição não só excelente peonagem ou tropas de infantaria, mas também muitos cavaleiros de nome, com abundantes provisões, e voltou a Portugal. Entretanto Afonso VII, sabendo o que se passava, ajuntara um numeroso exército, composto de leoneses e galegos, e com rápidas marchas dirigiu-se aos territórios submetidos pelos portugueses e veio sitiar Celmes. Não podiam fortificações alevantadas em tão curto espaço oferecer grande resistência. Combatido fortemente, o castelo caiu dentro de breves dias em poder do rei de Leão, ficando prisioneiros os que o defendiam, boa parte dos quais eram das mais nobres famílias de Portugal. Tomando Celmes, Afonso VII aumentou-lhe os meios de defesa e, depois de expulsar de todo o distrito os invasores, voltou vitorioso à sua capital 218 .

A morte ou cativeiro de tantos soldados valentes produziu na corte de Afonso Henriques um sentimento de profunda tristeza 219 . A fortuna favorecia por toda a parte o filho de D. Urraca. O amir de Rottat-al-Yahud (Roda), Seyfu Al-Daulah, havia-se voluntariamente sujeitado a ele; Garcia, rei de Navarra, já reconhecia nele uma espécie de supremacia e do mesmo modo o conde de Barcelona. Até o conde de Tolosa e outros poderosos barões de além dos Pirenéus se honravam de se chamarem seus vassalos. O famoso rei de Aragão, Afonso I, o mais ilustre capitão espanhol daquele tempo e o mais terrível adversário do jovem monarca, havia acabado a sua longa e gloriosa carreira,

depois de vencido pelos sarracenos na sanguinolenta batalha de Fraga. Apenas num ângulo dos vastos estados do príncipe leonês o senhor de uma pequena província, cercada ao meio-dia pelos muçulmanos, não só ousava recusar-lhe obediência, mas até invadia o território da monarquia e, apesar dos últimos reveses, conservava hasteado o pendão da independência, resolvido a defendê-la com as armas na mão contra aquele ante quem outros príncipes mais poderosos curvavam o joelho. Sem a menor sombra de vaidade nacional, parece-nos ser lícito dizer que o esforço e a constância dos portugueses e do seu príncipe nesta conjuntura são um dos mais belos exemplos daquela

217 «...multoties venerat in Galletiam et a comite Ferdinando Petri et Roderico Velle, et ab aluis ducibus Gallaetiae expulsus fuerat inde et reversus est iii terram suam sine honore», Chronica Adefonsi Imperatoris, L. 1, c. 30. Esta passagem, a que já aludimos, referindo-se aos anos que precederam a coroação de Afonso VII como imperador (1135), vem necessariamente colocar os sucessos que narra no tempo a que os atribuímos. A expressão multoties obriga-nos também a supor que estas entradas foram, pelo menos, quatro ou cinco, contando entre elas a de 1130, e três ou quatro nos anos de 32 e 33. A de que se vai falar devia ser em 34, porque as cortes de Leão, em que Afonso VII foi adamado imperador, celebraram-se na Primavera do ano seguinte.

218 Ibid.

219 «Facta es autem in domo regis portugalensis intolerabilis tristitia», ibid..156

energia moral de que tão rica era a Idade Média e a troco da qual a Europa moderna tem ido comprando a brandura do trato entre os homens e os cómodos da civilização.

Exceptuada, pois, a pequena província de Portugal, toda a Espanha cristã e ainda uma parte da França aquém do Ródano reconheciam directa ou indirectamente o domínio de Afonso VII 220 . O título de imperador que se lhe atribuía vulgarmente e de que já, não raro, ele próprio usava nos seus diplomas cabia com razão ao senhor de tão vastos domínios. No mês, pois, de Junho de 1135, convocadas cortes em Leão, foi o moço príncipe aclamado solenemente imperador. A desgraça de Celmes refreara a audácia dos portugueses, e a situação comparativamente pacífica da Península habilitava-o para dar nova força às leis esquecidas no meio das guerras civis, que, por breves períodos interrompidas, duravam desde o tempo de D. Urraca. Empenhou-se então em restaurar as igrejas e os mosteiros e em restabelecer a boa administração e a ordem pública, perseguindo e castigando os malfeitores sem distinção de classes. Com o intuito de alargar de futuro as suas conquistas pelo - território muçulmano, ele buscava reanimar as forças internas da monarquia com a paz e prosperidade comuns. Assim, apesar das vantagens obtidas de seu primo, deixou-o tranquilo o resto deste ano e todo o de 1136, em que nem nas memórias de Leão nem nas de Portugal se encontram vestígios de mútuas agressões 221 .

Todavia, o ânimo inquieto de Afonso Henriques e a facilidade que o imperador lhe dera de reparar o dano recebido na Galiza não consentiram durasses por muito tempo o estado pacífico dos países cristãos da Espanha. O ano de 1137 viu de novo rebentar a guerra. As circunstâncias dela obrigam-nos a dizer alguma coisa sobre sucessos que não pertencem imediatamente à nossa história, mas que explicam, até certo ponto, as audazes tentativas do infante contra um príncipe tão poderoso como era seu primo. A morte do célebre rei de Aragão, pouco posterior à jornada de Fraga, trouxera a desmembração dessa monarquia. Em Navarra fora eleito rei Garcia Ramires, descendente dos antigos príncipes daquele estado, e em Aragão propriamente dito, Ramiro, monge de Tomiêres, irmão de Afonso I. O rei de Leão, ou com o pretexto de

ser o herdeiro de seu padrasto, ou porque parte das províncias aragonesas tinham per-tencido outrora a Castela, ou, finalmente, porque era o mais forte, marchou imediatamente para Rioja, de que se apossou sem contradição. O novo rei de Navarra, longe de mostrar intenções de lhe resistir, saiu a recebê-lo, reconhecendo-o à maneira francesa por suserano e evitando assim as consequências quase certas da guerra. Então Afonso VII dirigiu-se a Aragão e apoderou-se da nova capital dele, Saragoça, que lhe abriu as portas. Dizem uns que Ramiro se retirara a Sobrarbe, outros que, imitando o de Navarra, o aceitara por suserano. Não nos pertence a nós averiguar este ponto. É, todavia, certo que desde essa época Afonso VII se intitulou, não só por imperador de Leão e Castela, mas também de Saragoça e Navarra. Garcia, porém, não fizera mais do que ceder à força das circunstâncias. Era natural que, asserenada a tempestade que o ameaçava, renascesse na sua alma o desejo da independência. A esta causa nos parece dever-se atribuir o seu procedimento ulterior.

O génio guerreiro de Afonso Henriques e a nobre ousadia com que os habitantes de Portugal se conservavam estranhos à submissão geral da Espanha cristã deviam excitar a admiração e fazer desejar a aliança do senhor desta pequena província e dos seus indomáveis barões e homens de armas a todos aqueles que sofriam impacientemente o jugo do imperador. Entre estes era o mais notável Garcia, o jovem

220 «...facti sunt termini regni Adefonsi regis Legionis a mare magno oceano, quod est a patrono S. Jacobi usque ad fluvium Rodani», Ctbronica Adefonsi Imperatoris, L. 1, c. 26.

221 Veja-se a suma dos sucessos deste período em Sandoval, Cinco Reyes, f. 156 e ss.; e melhor em Risco, Reys de León, T. 1, pp. 337 e ss..157

monarca navarro, que, antes de nada tentar contra aquela espécie de suserania, que reconhecera, procurou e obteve travar aliança com Afonso Henriques. Dos mesmos fidalgos da antiga monarquia leonesa, habituados ao desenfreamento e à independência de facto que tinham desfrutado à sombra das desordens públicas, muitos suspiravam pelo momento em que pudessem renovar as anteriores parcialidades 222 . Essa disposição dos ânimos oferecia a Afonso Henriques conjuntura favorável para remir o desar de Celmes e, com a demonstração das próprias forças, provar a seu primo que não era fácil submetê-lo; intento este que, conforme a razão o persuade, devia estar adiado, porém não esquecido, no espírito do imperador. A ocasião do desagravo para o infante não tardou a oferecer-se.

A Galiza, como vimos no livro antecedente, era desde muito uma das mais turbulentas províncias da monarquia. Os senhores de terras e os condes dos distritos em que ela se dividia não hesitavam em recorrer aos motins para satisfazer a sua ambição ou vingar a menor injúria que recebiam. Assim, a maior parte das vezes a história não pode assinalar facilmente os motivos dos levantamentos frequentes dos vassalos contra os príncipes; das perseguições destes contra aqueles; das guerras civis que inesperadamente nasciam; das ligas que se formavam e desfaziam entre os nobres com rapidez incrível. As causas que produziram em 1137 a conjuração dos dois condes, Gomes Nunes e Rodrigo Peres, ignoramo-las, pela mesma razão que se ignoram tantas outras. Governava Gomes Nunes a terra de Toronho, isto é, o território de Tui, o qual se dilatava pelas ribeiras setentrionais do rio Minho 223 , e Rodrigo Peres tinha as tenências de grande número de castelos no distrito de Limia, além de outros senhorios que recebera de Afonso VII. Excitado por estes poderosos fidalgos 224 , o infante apoderou-se de Tui e sucessivamente dos castelos e terras que eles possuíam e cujo domínio supremo voluntariamente lhe cederam. Não contentes com isso, uniram as suas tropas às de Portugal e, juntos com o seu novo aliado, prepararam-se para a guerra, enquanto Garcia de Navarra, quebrando o preito que fizera, rompia as hostilidades pelo oriente 225 .

O castelo de Alariz está assentado na margem esquerda do Arnoya, que vem desaguar no Minho pouco abaixo da confluência deste rio com o Avia. Governava-o

nessa época um cavaleiro esforçado por nome Fernando Anes, cuja lealdade ao imperador era radicada e sincera e de quem dependiam vários outros castelos circunvizinhos. Com seus filhos, irmãos e amigos; Fernando Anes opôs-se valorosamente à invasão e, posto que vencido, combateu até perder todos os lugares que lhe cumpria defender e guardar. Vencido o alcaide de Alariz, Afonso Henriques, tendo levado as suas armas até o coração da Galiza e metido guarnições nos castelos que a traição lhe entregara, recolheu-se a Portugal, porventura para aumentar o exército, necessariamente enfraquecido com a distribuição das tropas pelos lugares fortes de que o infante se fizera senhor. Que este fosse o motivo parece indicá-lo a sua volta imediata a Galiza para continuar a guerra. Os capitães do imperador tinham entretanto ajuntado os seus homens de armas e preparavam-se para seguir o nobre exemplo de Fernando Anes. Distinguiam-se entre eles os condes Rodrigo Vela e Fernando Peres: nestes

222 «... Comites et principes... quis potius laetantur guerra imminente quam pacis et tranquillitatis tempore», Historia Compostellana, L. 3, c. 51.

223 Flores, España Sagrada, T. 22, p. 183.

224 «Ipsi (se. comites Rodericus et Gomes) imiserant discordiani inter imperatorem et regem», Chronica Adefonsi Imperatoris, L. 13 c. 34. Gomes Nunes era nascido em Portugal e cunhado de Rodrigo Peres, irmão do conde de Trava. Veja-se a Monarquia Lusitana, L. 9, c. 28. As conjecturas de Brandão sobre os motivos por que Gomes Nunes (que em 1128 tinha seguido a parcialidade de D. Teresa) tornou a possuir terras em Portugal desvanecem-se com os sucessos que vamos narrando e que explicam obviamente a volta do conde ao seu país.

225 Chronica Adefonsi Imperatoris, L. 1, c. 29..158

encontrara sempre o infante os mais duros adversários, e nas suas passadas empresas contra .a Galiza fora por eles rechaçado. Juntas as tropas dos fronteiros, o exército galego veio encontrar os portugueses num sítio chamado Cernesa ou Cerneja. Travada batalha, a fortuna declarou-se contrária aos condes de Leão, e as tropas galegas reti-raram-se desordenadamente. Rodrigo Vela caiu nas mãos dos inimigos com outros cavaleiros; mas dois dos seus homens de armas arriscaram-se denodadamente para o salvar, atirando-se como desesperados ao meio dos que o levavam cativo e, tendo-o desembaraçado das mãos destes, foram com ele ajuntar-se ao exército fugitivo 226 .

Com semelhante vitória o futuro parecia sorrir a Afonso Henriques e aos condes rebeldes de Toronho e Limia seus aliados. Sujeitos os distritos meridionais e desbaratados os mais ilustres capitães de Afonso VII nestas partes, o Norte da Galiza oferecia-se para teatro das novas conquistas. E elas teriam de feito prosseguido, se um acontecimento gravíssimo não viera justamente nessa conjuntura atalhar os passos do infante e chamar-lhe a atenção para a defesa dos próprios estados.

A Ordem dos Templários, da qual, juntamente com as outras ordens militares, teremos de falar em tempo oportuno, conforme o plano do nosso trabalho, tinha recebido de D. Teresa nos últimos meses do seu governo o senhorio do castelo de Soure. Os monges cavaleiros, cujo entusiasmo e valor em parte nenhuma se desmentiam, e cujo instituto era o pelejar sem descanso contra os sectários do islamismo, haviam em poucos anos mudado o aspecto daqueles arredores. Cobriam então extensos bosques e matos o tracto de terra que hoje constitui a Estremadura alta, e Afonso Henriques devia ceder com facilidade estes desertos, que eram como barreira natural entre as duas raças inimigas, a essa ordem composta inteiramente de esforçados homens de guerra. Com a espada numa das mãos e com a enxada ou alvião na outra, eles foram gradualmente contendo ou castigando as correrias dos sarracenos e

desbravando ou povoando aqueles arredores 227 . A oeste, porém, de Soure ficava um largo espaço aberto às invasões dos sarracenos, que vinham, sem encontrar resistência, assolar as vizinhanças de Coimbra. A este mal ocorrera o infante. Aproveitando a conjuntura da paz que houve por ano e meio depois da aclamação de Afonso VII, começara durante o Inverno de 1135 a edificação do castelo de Leirena (Leiria). Era o lugar idóneo não só para servir de defensão aos seus estados, mas também para guerrear os muçulmanos. No meio daqueles vastos desertos que se dilatavam ao sul de Soure e ao noroeste do Nabão, escolhera Afonso Henriques para lançar os fundamentos de Leiria um monte que satisfazia não só às condições indispensáveis de defensão numa praça de fronteira, mas também ao fim principal para que esse lugar era destinado. Guarnecido por tropas escolhidas, cobriria facilmente o caminho de Coimbra e, por outra parte,. tornaria fácil, partindo-se daquele ponto, atacar inesperadamente qualquer das três praças mais importantes do ocidente do Gharb - Santarém, Lisboa, Sintra. Concluída a edificação de Leiria, nomeou o infante um dos seus cavaleiros, Paio Guterres, sujeito de estremado esforço, para alcaide do castelo, e debaixo do seu mando pôs ali uma forte guarnição 228 .
Deviam os sarracenos fronteiros sofrer mal este novo padrasto que o guerreiro príncipe cristão alevantava na raia dos seus domínios. Paio Guterres, que um antigo
226 Chronica Adefonsi Imperatoris, L. 1, c. 30 e 31.
227 Doações de Soure aos templários de Março de 1128 e de Março de 1129 (Carta de Tomar, no Arquivo
Nacional). Viterbo, Elucidário, verbetes «Ladera» e «Tempreiros». Bulas relativas aos templários no
Arquivo Nacional, Gav. 7, Maço 3, nº17, e Maço 9, nº35: «Quod... rex portugallensis (a do Maço 9, n.º35,
diz: «Mater... illustris portugalensis regis») quam silvam domui vestrae in perpetuum contulisset, eam
cum díllicultate maxima de sarracenorum manibus liberantes, per vos et homines vestros studiosius
coluistis.»
228 «Chronica Gothorum», era 1173..159
escritor compara a Cipião Africano 229 , oprimia-os com correrias e entradas. Irritados pelos danos que recebiam da molesta vizinhança de Leiria, congregaram suficientes forças e marcharam a sitiá-la. Afonso Henriques achava-se na Galiza e acabara de obter a vitória de Cerneja quando recebeu as novas do movimento dos sarracenos e com elas as do trágico desfecho que a tentativa tivera contra os cristãos. O exército muçulmano, composto de almorávidas ou mouros e de sarracenos espanhóis 230 , tinha acometido e levado à escala o castelo de Leiria. A defesa fora desesperada. Duzentos e quarenta cavaleiros e homens de armas da guarnição haviam ficado mortos defendendo aquelas muralhas, e entre eles contavam-se indivíduos de alta jerarquia 231 . Salvou-se, porém, o valoroso Paio Guterres, que posteriormente devia ali mesmo cair nos ferros do cativeiro 232 . Na conjuntura em que os cristãos recebiam tão importante perda experimentavam outro revés, de que apenas resta confusa memória: ou fosse uma diversão que os fronteiros tentassem fazer para inquietar os sitiadores de Leiria, ou alguma correria anterior a este sucesso,. a qual o provocasse mais depressa, é certo que um corpo de tropas, tendo avançado até as proximidades do Nabão, foi destroçado no sítio chamado Tomar (se não era antes este o nome árabe do rio), onde anos depois os templários construíram a casa capitular da ordem e o forte castelo que aí subsiste ainda 233 .
A perda de Leiria era nos seus efeitos análoga, de certo modo, à de Celmes e ainda mais dolorosa; mas ao menos aqui fora, conforme as ideias do tempo, sangue de mártires o que por mãos de infiéis tingira aqueles muros. O lastimoso acontecimento desse castelo e o destroço de Tomar anulavam as consequências do triunfo obtido em Cerneja. A força moral do país diminuíra necessariamente com estes reveses, ao mesmo

tempo que se tornava necessário ao infante voltar a Portugal para opor barreiras à audácia dos sarracenos, guarnecendo melhor as fronteiras meridionais. É a estas causas evidentes que nós atribuímos os sucessos posteriormente acontecidos na Galiza.
Dissemos já que o rei de Navarra sofria impacientemente o jugo que o temor nascido de se achar colocado num trono vacilante lhe fizera aceitar pouco depois de obter a coroa daquele país. De feito, ele quebrara a sua vassalagem a Afonso VII na mesma ocasião em que o infante português penetrava na Galiza. Acudira o imperador a rebater o navarro como mais poderoso, e principalmente a isto devera, talvez, Afonso Henriques a fortuna das suas armas. Mas o imperador alcançara consideráveis vantagens contra Garcia, ao passo que, com a jornada de Cerneja, a guerra da Galiza tomava um aspecto assaz grave para atrair toda a sua atenção. Tinha ele partido havia pouco de Palência para Zamora, quando nesta cidade encontrou um cavaleiro que vinha relatar-lhe os sucessos ocorridos na fronteira de oeste. Partiu imediatamente com marchas rápidas, acompanhado das poucas forças que pôde coligir em Zamora e, dirigindo-se de salto a Tui, teve a felicidade de entrar aí, parece que sem combate. De Tui enviou mensageiros aos nobres, condes, alcaides e ao próprio arcebispo de Compostela, para que viessem ajuntar-se ali a fim de invadirem Portugal, aproveitando a próxima conjuntura das ceifas para destruírem as searas e reduzirem esta turbulenta província à última estreiteza 234 .
O infante voltava então a socorrer as suas fronteiras meridionais, e a impressão de desalento, que era natural incutisse nos ânimos dos portugueses a morte de tantos

229 «...Pelagium Guterriz; ah illo ergo virtus et audacia sarracenorum coepit infirmari, quis videbant quidem alterum Scipionem africanum, qui eos valde opprimeret et affligeret», ibid. (se isto não se refere antes a Afonso Henriques).
230 «Moabites et agareni», Chronica Adefonsi Imperatoris, L. 1, c. 32.
231 Id., ibid.
232 «Chronica Gothorum», era 1178.
233 «Era 1175 evenit infortunium super christianos in Tomar.» Veja-se a nota XV no fim do volume.
234 Ibid., L. 1, c. 29 e 32; Historia Compostellana, L. 3, c. 51..160

cavaleiros ilustres como os que tinham perecido em Leiria, proporcionava ao imperador o ensejo para duras represálias. Não aconteceu, porém, assim. Os senhores e cavaleiros que Afonso VII convocara para a intentada invasão dilataram o cumprimento do que lhes fora ordenado, e entretanto o velho Gelmires, que se dispunha a partir para Tui com os seus homens de armas, recebeu aviso de que a vinda era desnecessária. O imperador tinha feito a paz com Afonso Henriques 235 .
Qual foi a causa deste acontecimento inopinado? Nas crónicas bárbaras desses tempos, pelas quais é, até, difícil estabelecer a cronologia dos factos, mal se poderia achar uma explicação plausível dos motivos que o determinaram. Foi pura generosidade do imperador ou receio que tivesse da pouca lealdade dos barões da Galiza, que mostravam a sua má vontade com as delongas que punham em vir auxiliá-lo? Foi o infante que se humilhou a pedir tréguas, vendo-se ameaçado no meio-dia pelos sarracenos e nas fronteiras setentrionais por seu primo? A diversa situação em que se achavam os dois contendores e a apreciação dos documentos relativos a este sucesso mostram que era a segunda hipótese a que se verificava.
Para se fazer a paz, Afonso Henriques havia-se dirigido a Tui. Acompanhavam-no o arcebispo de Braga, D. Paio, e D. João, bispo do Porto. Com o imperador estavam os de Segóvia, Tui e Orense. É de crer fossem estes prelados quem trabalhasse então na concórdia dos seus príncipes. O arcebispo mostrara sempre grande afeição ao infante, e nada mais natural do que buscar o prelado livrá-lo da dura alternativa de abandonar as suas fronteiras meridionais às irrupções dos muçulmanos ou os distritos do Norte à

vingança do imperador. Como metropolita dos bispos de Tui e Orense devia exercer sobre eles maior ou menor influência, e esta não seria decerto inútil à pacificação dos dois primos naquelas circunstâncias difíceis. O convénio celebrado então foi, todavia, assaz desfavorável para Afonso Henriques, visto que desse pacto só para ele resultavam obrigações e nenhumas para Afonso VII. Aí jurou o infante leal amizade ao imperador, para que nunca por si ou por outrem lhe buscasse morte ou dano e que, se alguém lho fizesse, ele disso tomasse vingança como por um filho que muito amasse. Prometeu igualmente respeitar os territórios do império em seu nome e no dos seus barões e que, se algum destes os invadisse, ele ajudaria lealmente à vingança ou a restaurá-los como se fossem os próprios: que no caso de invasão, quer de muçulmanos, quer de cristãos, marcharia a socorrer Afonso VII, sendo-lhe pedido soc6rro: que, se o filho ou filhos do imperador quisessem permanecer na paz, ele, infante, seria obrigado a guardar as condições desta: que no caso de ser quebrada aquela convenção por algum dos barões portugueses o infante repararia o mal até onde fosse possível, a arbítrio dos que então trabalhassem em impedir a quebra da boa harmonia: que as honras (terras imunes) que o imperador lhe dava restituí4as.ja a ele ou ao seu sucessor, sem tergiversação 236 nem engano, em qualquer tempo que lhe fossem pedidas. Este pacto foi jurado pelo infante com cento e cinquenta dos seus homens bons e exarado em Tui a 4 de Julho de 1137, na presença do arcebispo de Braga e dos bispos de Segóvia, Porto, Tui e Orense 237 .
Um tratado em que se continham já estipulações relativas aos sucessores de Afonso VII importava a ideia de bem longa duração; mas nem o imperador nem o infante deviam considerá-lo na realidade senão como tréguas mais ou menos dilatadas, segundo as circunstâncias futuras o exigissem ou aconselhassem. Sobradamente desvantajoso para Afonso Henriques, cuja virtude não era por certo a resignação, podia

235 Ibid.

236 «Et dabit iratus aut pacatus.» Esta expressão é traduzida nas fórmulas vulgares dos preitos e menagens dos castelos em tempos posteriores por «dará o dito castelo irado e pagado».

237 Este tratado vem transcrito no Apêndice 3 da Historia dei Monasterio de Sahagún, por Escalona, p. 527, escrito 161..161

logo prever-se que, reparada a desgraça de Leiria ou obtidas quaisquer vantagens importantes contra os sarracenos nas fronteiras meridionais, ele não tardaria a buscar pretextos ou a achar motivos para quebrar aquela espécie de jugo a que se curvara. Desde esse momento a guerra contra o primo, à qual até aqui seria impossível atribuir causas bem precisas, converte-se em uma necessidade de situação. As expressões do tratado são claras:
o filho de D. Teresa conserva domínios como vassalo do imperador e, posto que não possamos dizer ao certo quais fossem, o facto nem por isso é menos indubitável. Se Portugal fosse um país cuja independência, datando de largo tempo, estivesse bem firmada, essa vassalagem do infante por outros senhorios (a serem diversos dos que herdara) nada influiria na sua autoridade como príncipe dos portugueses, não faltando naquela época barões de além dos Pirenéus que possuíssem terras na Península, sem que os reis espanhóis pretendessem por isso ter o domínio eminente sobre os territórios franceses de que eles eram senhores. Mas é evidente que, sendo a independência da província de Portugal apenas um facto duvidoso, a sujeição de Afonso Henriques ao imperador, debaixo de qualquer pretexto, influiria por muitos modos na sorte futura deste país. Apesar, pois, de todas as solenidades de que fora revestido, o Tratado de Tui não podia subsistir, e a quebra dele dentro de um período mais ou menos curto era inevitável.
Durante o resto deste ano e quase todo o decurso dos dois seguintes 238 , as fronteiras da Galiza e de Portugal respiraram do contínuo revolver das batalhas e das

correrias assoladoras em que tanto sangue cristão tingira as espadas cristãs. Como de comum acordo, os dois primos voltaram as armas para mais nobre empresa - o combater os antigos inimigos da cruz; o prosseguir nessa luta, encetada havia mais de quatro séculos e que desde a conquista de Toledo dava já indícios de terminar um dia pela vitória decisiva do cristianismo. Os desastres padecidos na Estremadura e os próprios triunfos obtidos na Galiza tinham atenuado as forças de Portugal. Era por isso indispensável refazê-las antes de tentar qualquer facção contra os sarracenos do Gharb. Devia o golpe dado nos infiéis soar bem alto para lhes quebrar o orgulho das passadas vantagens, vantagens que estavam habituados a alcançar nestas partes desde o tempo do conde Henrique, todas as vezes que as próprias discórdias lhes consentiam repelir as lentas e fracas tentativas dos cristãos, entretidos, ainda, talvez mais do que eles, em guerras civis. O estado, porém, das coisas entre os maometanos oferecia agora ensejo para grandes empresas da parte dos seus adversários. Enquanto estes davam tréguas a ambiciosas disputas, as perturbações aumentavam no meio daqueles, e sobretudo os sucessos ocorridos por esse tempo em África, enfraquecendo o poder dos almorávidas na Espanha, mostravam aos chefes da raça goda ocasião oportuna de repararem o tempo consumido até aí em recíprocas malquerenças. Para conhecermos qual era a situação relativa dos contendores é necessário que, tomando um pouco de longe a série dos acontecimentos, examinemos o estado político dos territórios muçulmanos da Península ligados pela conquista almorávida à sorte da África setentrional.

Ali Ibn Yusuf (Abul-Hassan) continuava a reinar tanto no Andaluz como no Moghreb; mas a revolução política e religiosa que devia acabar dentro de pouco tempo

238 Que a paz durava em 1138 deduz-se não só do silêncio das memórias coevas sobre sucessos militares entre Portugal e Galiza durante este ano e quase todo o seguinte, mas também da presença do conde Fernando Peres na corte de Afonso Henriques em Maio do mesmo ano, confirmando a ampliação do couto do Porto (Arquivo Nacional, Chancelaria de Afonso IV, L. 2, f. 32), se não era antes o Fernando Peres que, com o título de coiermanus do infante, confirma a carta de couto de Cucujães em Julho de 1139 (Arquivo Nacional, Maço 12 de Forais Antigos, nº 3, f. 62 v., que supomos ser Fernando Furtado, filho bastardo de D. Urraca e do conde Pedro de Lata, cuja presença na corte do primo prova igualmente a existência da paz entre os dois países..162

com a dinastia lantunense tinha principiado e tomava cada vez maior incremento, havia perto de vinte anos. Um berbere de ilustre ascendência, Abu Abdillah Mohammed Ibn Tiumarta, tendo estudado a teologia muçulmana com o célebre Al-Ghazaly de Bagdade, convencido da superioridade da própria ciência, resolveu fundar uma nova seita no Ocidente. Perseguido, não tardou a cobrar reputação e, por consequência, a ter sectários. Foi dos primeiros um mancebo, berbere como ele, por nome Abdul-Mumen, que Abu Abdillah escolheu para discípulo querido e seu ajudador naquela missão que atribuíra a si próprio. Depois de correr várias cidades do Moghreb, o novo reformador veio a Marrocos, onde começou a pregar contra os costumes e erradas opiniões dos almorávidas. Contentaram-se estes com expulsá-lo da capital, como sedutor do vulgo; mas ele foi estabelecer a sua. morada num cemitério vizinho, aonde concorriam a ouvir-lhe as práticas os seus devotos, práticas nas quais, como é fácil de antever, não poupava os almorávidas.

Neste tempo (1120) tomou ele o nome de Al-Mahdi, que, segundo a tradição árabe, era um chefe poderoso que no fim dos séculos devia vir ao mundo reconduzir os homens aos verdadeiros caminhos do islamismo. Seguiam-no já muitos, e o amir

pensou seriamente em acabar com este perigoso profeta. Sabendo-o a tempo, Al-Mahdi fugiu para Tynmal, na província de Sus, onde se fez aclamar imã ou sumo pontífice e, prosseguindo entre os rudes montanheses a missão que empreendera, em breve aumentou o número dos seus sectários a ponto de se fazer temido. Denominou-os almóadas (al-muwahedun) ou unitários; porque um dos objectos a que mais se dedicava era a provar a unidade de Deus. Tanto que pôde ajunta: vinte mil homens capazes de pegar em armas, recorreu ao sistema de conversão muçulmano - a guerra. Desde 1122 até 1130, em que A1-Mahdi faleceu, os almóadas aumentaram em poder e em número com repetidas vitórias contra os almorávidas. Por morte do profeta, Abdul-Mumen, que entre os seus primeiros discípulos fora o que ele sempre distinguira, soube obter para si a dignidade de imã e, continuando com próspera fortuna a combater os seus adversários, vendo-se já obedecido numa grande parte do Moghreb, declarou-se amir al-mumenin ou califa, título que nenhum dos amires lantunenses, apesar de dominarem na África e na Espanha, ousara tomar para si 239 .
No meio destes acontecimentos chegou o ano da hegira 532 (1137-8). A Temin, seu irmão, Ali substituíra no governo da Espanha o próprio filho e sucessor, Taxfin. Era o príncipe sarraceno activo e valente: sustentava com esforço a guerra nas fronteiras cristãs e continha com energia os muçulmanos do Andaluz, mal-sofridos debaixo do jugo almorávida. Porém, esse espírito de independência dos indígenas, em grande parte de raça árabe e inimigos dos lantunitas berberes, que, não contentes de os dominarem, os oprimiam, começou a mostrar-se claramente apenas foram sabidos na Península os triunfos dos almóadas e que a potência almorávida começava a declinar. Os distritos de Huete e Alarcón rebelaram-se, e a cidade de Cuenca ousou resistir a Taxfin, que viera sossegar aqueles alvorotos. Entrada à força, os seus habitantes foram passados à espada. No meio destes sintomas tanto de recear, o príncipe sarraceno recebeu ordem de seu pai para passar ao Moghreb. Os exércitos do amir eram destroçados em quase todos os recontros com os sequazes de Abdul-Mumen, já senhor de grande parte das províncias do império, com o que a ruína da dinastia lantunense parecia iminente. Passou Taxfin logo o mar, levando consigo a flor das tropas almorávidas que traziam sopeados os muçulmanos andaluzes e defendiam as fronteiras contra os cristãos, aumentando, além disso, o seu luzido exército com quatro mil auxiliares moçárabes, homens moços e
239 Abdel-Halim História dos Soberanos Maometanos (versão de Moura), c. 43 e 44; Conde, P. 3, c. 26 a
28 e 31; Khamel el-Tewarikh, p. 335, em Romey, Histoire d'Espagne, T. 6, pp. 1 e ss.; A1-Makkari,
History of the Mohammedan Dynasties in Spain (versão de Gayangos), B. 8, c. 1 e 2..163
valentes. A partida destas forças, deixando desguarnecidas as praças muçulmanas, abriu caminho ao fogo da rebelião que lavrava nos ânimos e excitou a audácia dos cristãos, que fraca resistência podiam achar nas rareadas fileiras dos lantunitas, obrigados a prevenirem-se contra as tentativas dos próprios sarracenos da Espanha 240 .
Neste estado de coisas, Afonso VII, feita a paz com o infante de Portugal, preparou-se para invadir o território muçulmano. Posto que o rei de Navarra continuasse a sustentar a guerra contra o monarca leonês, este fazia-a ali pelos seus capitães e, livre das inquietações que lhe davam os portugueses pelo lado da Galiza, avançou (1138) até as margens do Guadalquivir. Deste ponto, dividindo o exército em corpos volantes, mandou-os devastar e saquear os distritos de Jaen, Baeza, Ubeda e Andujar, queimando os lugares abertos e destruindo os campos e arvoredos. Marchando nesse mesmo ano contra Corja, apesar de fazer grandes estragos nas cercanias, não a pôde tomar e retirou-se a Salamanca; mas no ano seguinte preparou-se para a conquista do famoso castelo de Aurelia (Oreja). Era este uma das principais fortalezas mouriscas das fronteiras de Toledo e terrível padrasto contra os cristãos. Começou o cerco em Abril e prolongou-se por todo o estio, com repetidos combates dos sitiadores e defensão desesperada dos cercados. Propuseram, enfim, estes um armistício para enviarem mensageiros à África,

prometendo que, se o amir ou os generais almorávidas da Espanha os não socorressem dentro de um mês, se dariam a partido. Concedeu o imperador as tréguas pedidas: partiram os mensageiros; mas o socorro não veio, antes o triste desengano de que era necessário render-se Aurelia. Andavam por tal modo revoltas as coisas do Moghreb e, apesar da reputação e esforço militar de Taxfin e das excelentes tropas que levara da Península, a sorte mostrava-se tão adversa aos lantunitas que o auxílio pedido era impossível. Taxfin, desbaratado em sucessivas batalhas, mal podia amparar o trono vacilante de seu pai, trono a que só devia subir para ficar sepultado nas ruínas dele. Aurelia entregou-se, portanto (Outubro de 1139), e as demonstrações de júbilo, não só do exército, mas também da capital, provam qual era a importância daquela conquista 241 .

Particularizámos estes sucessos, em aparência estranhos à nossa história, porque na realidade têm com ela íntima conexão. Entrado na época da batalha de Ourique e constrangido pelo, às vezes bem triste, dever da sinceridade a reduzir às suas dimensões verdadeiras um facto que à tradição dos séculos aprouve cercar de fábulas não menos absurdas que brilhantes, cumpria-nos dar a conhecer a situação desses homens que nos campos do Alentejo vinham combater com os duros cavaleiros de Afonso Henriques. Era uma seita agonizante debaixo dos golpes da sua feliz e vigorosa rival; era a estrela da dinastia lantunense que se eclipsava; era um povo, conquistador recente, que sentia agitar-se-lhe em roda sedento de vingança o povo subjugado, o qual virtualmente conspirava com os seus próprios e antigos adversários, os cristãos, para a ruína daqueles que se podiam chamar inimigos duns e doutros; inimigos dos sarracenos espanhóis por tirania política; dos cristãos por ódio de crença e por emulação de conquista. O armistício tão facilmente concedido por Afonso VII aos esforçados defensores de

240 «Passô a Africa llevando en su compañia la flor de la caballeria de los almoravides, que hizo notable falta para las revueltas y turbaciones que en España se suscitaran con au ausencia: y assi mismo llevô quatro mil cristianos de Andalusia mui diestros en las armas...», Conde, P. 3, c. 36; «Rex Texufinus abiit transmare... et transtulit secum muitos cristianos quos vocant musarabes», Chronica Adefonsi Imperatoris, L. 2, c. 52. Esta crónica põe a partida de Taxfin em 1138, o que devia ser no princípio do ano. A entrada de Afonso VII até o Guadalquivir e a divisão do seu exército em partidas provam, além disso, claramente a ausência de Taxfin e da cavalaria almorávida.

241 Chronica Adefonsi Imperatoris, L. 2, c. 60 a 63 e 67 a 72; documentos em Manrique, «Anales Cistercienses», T. 1, p. 402, em Colmenares, Historia de Segovia, p. 124, e na España Sagrada, T. 38, p. 143; Conde, P. 3, c. 36..164

Aurelia prova que o verdadeiro estado dos negócios na África era por ele bem conhecido. A sua aparente generosidade, que, de outro modo, seria um grande erro, sem dúvida se estribava na certeza que tinha da inutilidade dela para os sitiados.

Afonso Henriques jazia aparentemente em profunda inacção desde a paz de Tui, como se o seu ânimo inquieto e guerreiro se achasse cansado de uma vida de contínuos perigos e combates. Não era assim. Preparava-se em silêncio para novas e mais gloriosas empresas do que fazer nos domínios do imperador uma guerra sem resultados seguros e que, na situação especial da Península, onde duas crenças e duas raças esta-vam a braços uma com a outra, se podia considerar de certo modo como guerra civil.

Tinha de vingar os desares por que passara nas fronteiras meridionais, e era assim, entretido nos preparativos para uma grande correria dirigida ao coração do Gharb, que o príncipe se conservava em simulado repouso. A conjuntura acomodava-se

maravilhosamente ao intento. No ano pretérito seu primo penetrara até bem perto da capital dos estados muçulmanos da Espanha e deixara assoladas províncias até onde raro ou nunca tinham ousado chegar as armas cristãs. A débil resistência que Afonso VII encontrara era indicio evidente da impotência do império lantunense. Era-o agora também o cerco de Aurelia, praça militar importantíssima, para os sarracenos não haverem de consentir em que estivesse posta impunemente em apertado sítio, se lhe fosse possível socorrê-la. Na verdade Ibn Ghaniyah, váli de Valência, com outros cabos principais das forças almorávidas do Andaluz tinham feito uma demonstração contra Toledo com o intuito de divertirem para a capital a atenção do imperador, mas nem por isso este abrira mão da empresa em que estava empenhado, e os generais almorávidas haviam-se retirado sem tirarem proveito algum da sua tentativa 242 .
Era tempo de aproveitar as circunstâncias. Já em Maio deste ano de 1139 se faziam os preparativos de uma expedição militar, e os homens de armas corriam a ajuntar-se às suas bandeiras 243 . Entrado o mês de Julho, o exército português marchou para o Meio-Dia 244 . Em vez de se encaminhar para aquela parte do Gharb que se dilatava desde a fronteira de Santarém até Lisboa pela margem direita do Tejo e que, por este lado da Espanha, tinha tantas vezes sido teatro de sanguinolentas lutas, o infante transpôs o rio e, atravessando no seu terrível fossado ou correria o sertão da província, nunca até aí devassado das armas cristãs, dava mostras de se dirigir contra Silves, a povoação mais importante daquelas partes. A audácia da empresa, os estragos inevitáveis nestes fossados, expedições cujo fim principal era o talar os campos do inimigo, deviam causar profundo susto, por isso que a invasão de Afonso Henriques parecia combinada, e porventura o era, com o cometimento de Aurelia pelo imperador.
Por outra parte, à vista do que temos narrado, mal podiam os governadores almorávidas destes distritos esperar socorro das províncias mais orientais do Andaluz, e a marcha rápida de Ibn Errik (nome com que o- filho do conde Henrique era designado pelos sarracenos) dificilmente consentiria delongas para invocar alheio auxílio, ainda quando houvesse probabilidade de obtê-lo. Assim, era necessário que em si próprios buscassem recursos para cortarem o passo aos cristãos, servindo-se unicamente das forças que, partindo para a África, lhes deixara Taxfin.
A vasta extensão de território que se divide hoje nas duas províncias do Alentejo e do Algarve, quando os almorávidas subjugaram a Espanha nos fins do século XI, constituía, juntamente com uma porção da Estremadura espanhola e, talvez, da
242 Chronica Adefonsi Imperatoris, L. 2, c. 68.
243 «Et si obiero iu exercitu regia», diz um cavaleiro em doação de 18 de Maio de 1139 ao Mosteiro de
Pendorada, Dissertações Cronológicas, T. 3, P. 1, p. 116, nº 354.
244 Doação a Mónio Guimariz feita pelo infante em Julho de 1139 quando ia para o «fossado de Ladera»,
Elucidário de Viterbo, T. 1, p. 473, verbete «Fogo Morto».165
província de Sevilha, os estados dos Benu Alafftas ou amires de Badajoz, que senhoreavam também aquela parte da Estremadura portuguesa ainda não conquistada pelos cristãos, intitulando-se por isso amires do Gharb. Com a entrada dos lantunitas acabou este amirado, como os outros do Andaluz 245 , e os valiados dos distritos, os vizirados das cidades de segunda ordem e as alcaidarias dos castelos foram naturalmente distribuídos entre os conquistadores. Se estes conservaram as anteriores divisões territoriais ou se fizeram nova distribuição de governos subalternos é o que não será fácil dizer. Todavia, antes de começarem os cristãos a apoderar-se dos territórios além do Tejo e ao sul de Leiria, o Gharb compunha-se de três províncias: primeira, a de Alfaghar ou de Chenchir, onde estavam situadas as cidades e castelos de Santa Maria (Faro), Mirtolah (Mértola), Chelb (Silves), Oksonoba (Estói), Tabira (Tavira) e outros; segunda, a de Al-Kassr Ibn Abu Danès, contendo as importantes cidades de Bataliòs (Badajoz), Xerixa (Xerez de los Caballeros), Iaborah (Évora), Manda (Mérida), Cantarat

Al-Seyf (Alcântara), Curia (Coria), Belch ou Ielch (Elvas?), Bajah (Beja), Alkassar (Alcácer do Sal) e vários castelos e povoações, como Jelmanyah (Juromenha?) e Sheberina (Serpa?); terceira, a de Belatha, cujos principais lugares eram as duas cidades de Chantarin ou Chantireny (Santarém) e Lixbona ou Achbuna (Lisboa) e o roqueiro castelo de Chintra ou Zintiras (Sintra). Abaixo de Achbuna, na margem oposta da baía do Tejo, via-se o forte de Al-Maden (Almada), isto é, da mina, nome que lhe vinha das palhetas de ouro que o rolo do mar lançava nas suas praias, e que se entretinham em ajuntar durante o Inverno os habitantes daqueles distritos 246 . Esta importante parte da Espanha muçulmana foi a primeira a abandonar a decadente dinastia lantunita. No meio das perturbações que agitavam então o Andaluz, um certo Ahmed Ibn Kasi apoderou-se de Mértola e dos territórios circunvizinhos, enquanto Seddaray ou Sid Ray se fazia senhor de Badajoz e do resto do Gharb. Das narrativas dos historiadores árabes não se pode conhecer exactamente quando se verificou a partilha; se antes, se depois de 1139. Ocorressem, porém, tais sucessos anterior ou posteriormente a essa data, é certo que por aquela época Seddaray e Ahmed desmembraram em dois estados independentes a antiga monarquia dos Benu Alafftas 247 , dominando Seddaray, segundo parece, ao norte e ao oriente, e Ahmed ao sul e ocidente.
Ou dominassem estes régulos, ou estivesse ainda o país sujeito aos governadores aí postos pelo imperador de Marrocos, o que sabemos é que os chefes muçulmanos, pelo menos os do Alentejo, se uniram para atalhar a invasão do terrível Ibn Errik. Este achava-se já nos campos que se dilatam ao sul de Beja quando os vális e caides das praças do Gharb marcharam ao seu encontro. Numa das eminências, por meio das quais o solo se vai fazendo mais agro e ondeado desde as planuras de Beja até se converter nas ásperas serranias de Monchique, estava assentado o lugar ou castelo denominado
245 Ibn al-Khatib, em Casiri, Biblioteca Arabico-Hispana, T. 2, p. 217; Conde, P. 3, c. 1, e especialmente
o 22.
246 Edrisi, Geografia (versão de Jaubert, Paris, 1840), Vol. 2, pp. 15 e 16, e pp. 21 e as., comparado com
Al-Makkari e Ibn Khaldun (versão de Gayangos), Vol. 2, texto e apêndices, passim; Conde, P. 3; e Casiri,
Vol. 2, passim. Edrisi acabou de escrever a Geografia em 1154 por ordem de Rogério de Sicília; mas a
sua viagem na Espanha devia ter sido bastante anterior, porque as matérias para a obra levaram muito
tempo a coligir (Prólogo, XX e XXI). E na verdade essa viagem foi feita de 1142 a 1147, pois que da
narrativa de Edrisi se vê que precedeu a conquista de Santarém e Lisboa pelos cristãos e foi posterior à
tomada de Coria em 1142 (Edrisi, Vai. 2, p. 25, e Chronica Adefonsi Imperatoris, L. 2, c. 74).
247 Ibn Khaldun, cit por Al-Makkari, L. 8, c. 2 (T. 2, p. 309 de Gayangos); «Ibn Kasi (Alimed) and Ibn
Wasir (Seddaray) shared among themselves the whole of that eoúntry, wich had once belonged to the
Benu Alafftas», ibid.; «Ahmed Ibn Kasi... profiting by the civil wars, whieh distracted Mohammed on
Spain at the commencement of the twelfth century, he made himself master of a eonsiderable portion of
the Al-Gharb», Gayangos, VaI. 2, Apêndice D, p. 49; Conde, P. 3, c. 34, põe estes sucessos de Ibn Kasi
(Aben-Cosai) em 1144..166
pelos árabes Orik 248 . Foi nestas imediações que sarracenos e cristãos se encontraram. Apesar de que o antigo esforço e o irresistível entusiasmo dos lantunitas, corrompidos

pelas riquezas e pelo luxo, frutos das passadas conquistas, tinham grandemente esmorecido, eles recorreram a uma das guerreiras usanças dos seus antepassados do Moghreb para preencherem as fileiras, ou rareadas pela partida de Taxfin, ou porque as guarnições dos castelos daquele tempo, ainda completas, eram mui pouco numerosas 249 . As mulheres almorávidas, vestindo as armas, vieram pelejar ao lado de seus maridos e irmãos em defesa da terra que as tribos de Lantuna olhavam como nova pátria depois da conquista do Andaluz 250 .

À excepção desta, as circunstâncias da batalha de Ourique ignoram-se inteiramente. As crónicas cristãs coevas ou quase coevas que a mencionam fazem-no em bem curtas palavras, e nos diversos escritores árabes que nos transmitiram a história da Espanha neste período não se encontra o mínimo vestígio de um facto que pouco devia avultar no meio dos graves acontecimentos que então passavam na cena política, tanto na Península como na África. Sabemos só que Afonso Henriques desbaratou os sarracenos, cujo chefe, denominado nos cronicons portugueses o «rei» Ismar, Smare ou Examare, corrupção, talvez, de Omar ou de Ismael, a custo salvou a vida com a fuga. O campo ficou alastrado de mortos, entre os quais se acharam os cadáveres de muitas das mulheres que ali tinham vindo e que haviam perecido combatendo como as antigas amazonas.

Foi ganhada esta batalha, que tão memorável se tornou com o correr dos tempos, a 25 de Julho de 1139. Não consta, porém, ao certo quais fossem as consequências dela. A mais provável é a das devastações ordinárias nestas correrias quando eram bem sucedidas. A audaz empresa do príncipe dos portugueses fora, como ele mesmo no-lo assegura 251 , um verdadeiro fossado, isto é, uma dessas entradas que todos os anos se renovavam pelas fronteiras dos sarracenos, e para as quais, pelas suas cartas de foral, eram obrigados a marchar os cavaleiros vilãos dos diversos concelhos, ou dos distritos, como noutra parte veremos. As circunstâncias peculiares que neste concorreram, sendo o primeiro tentado pelos portugueses além do Tejo e conduzido pelo próprio infante no sertão do Gharb, aonde nunca ou raramente os cristãos haviam chegado, contribuíram, acaso, para que a tradição engrandecesse pouco a pouco o sucesso, a ponto de o tornar maravilhoso até o absurdo. A inclinação aos encarecimentos chegou a elevar o número dos vencidos a quatrocentos mil sarracenos e a fazer intervir na tentativa o próprio Deus. Se acreditarmos os cronistas antigos e ainda os historiadores modernos, a batalha de Ourique foi a pedra angular da monarquia portuguesa. Ali os soldados, no delírio de tão espantosa vitória, de que haviam sido instrumento e vítimas cinco «reis» mouros e os exércitos sarracenos da África e da Espanha, aclamaram monarca o moço príncipe que os conduzira ao triunfo. Algumas, porém, das memórias ou coevas ou mais próximas contentam-se de exagerar o número dos inimigos, omitindo as outras particularidades que o tempo foi acrescentando ao sucesso; dizemos exagerar, porque o limitado das forças almorávidas que guarneciam a Espanha muçulmana, segundo se vê do que anteriormente narrámos, e a rapidez da invasão, feita em quinze ou vinte dias, não consentiam virem a Ourique tropas das províncias mais remotas, ainda supondo a

248 Moura, Vestígios da Língua Árabe, p. 171.

249 Para se fazer ideia do limitado número de soldados que guarneciam qualquer castelo naquele tempo, observe-se que Mértola, o «mais forte de todo o Charb», foi salteado por setenta homens do partido de Ibn Kasi (Conde, P. 3, c. 34).

250 «Foeminae sarracenae in hoc praelio, amazonico ritu, ac modo pugnarunt, ut occisae tales deprehensae», «Chtonica Gothorum», na Monarquia Lusitana, P. 3, L. 10, c. 3. Este uso de entrarem as mulheres nas batalhas era peculiar dos almorávidas (Casiri, Vol. 2, p. 219).

251 Documento já citado do Elucidário, verbete «Fogo Morto»..

existência dessas tropas, o que o abandono de Aurélia bastaria para nos constranger a não acreditar 252 .
Após esta jornada, Afonso Henriques, saqueados e destruídos, provavelmente, os lugares abertos da província de Al-Kassr, voltou aos seus domínios. Os despojos, porém, daquela brilhante entrada eram o preço de menos valia em tal empresa. Mais graves resultados deviam ser os da ordem moral. O príncipe português dera aos sarracenos uma áspera demonstração de que às algaras pelo lado das fronteiras de Santarém ele respondia assolando os distritos centrais do Gharb; mostrava ao imperador qual era a ousadia dos cavaleiros e homens de armas de Portugal; habituava estes a combater os infiéis em rasa campanha, exercitando-os e predispondo-os para as futuras conquistas, e, finalmente, restaurava os brios necessariamente amortecidos com os tristes acontecimentos renovados por tantos anos nas fronteiras do distrito de Belatha e com as humilhantes condições impostas por Afonso VII ao infante na conjuntura dos reveses de Leiria e Tomar.
A guerra entre Portugal e Leão rompeu daí a pouco, ainda nos fins de 1139 ou, o que nos parece mais de crer, nos princípios do ano seguinte 253 . As memórias desses tempos não nos dizem quem quebrou as pazes juradas: só sabemos que a luta interrompida por dois anos começou de novo. O mais de presumir é que Afonso Henriques fosse o agressor, porque era a ele que interessava o anular o tratado de 1137. Nesse ou noutro pressuposto, é certo que o vencedor de Ourique penetrou na Galiza pelo lado de Tui 254 . Invadindo, porém, aquela província, o infante encontrou o seu mais perigoso adversário, o valente alcaide de Alariz. Fernando Anes já não era o simples defensor de um castelo; era o general ou príncipe 255 do distrito de Limia. Nessa campanha, se acreditarmos a crónica de Afonso VII, os portugueses não foram felizes, posto que se apoderassem de alguns castelos, e o silêncio dos nossos cronicons a respeito de tais sucessos, longe de invalidar aquela narrativa, tende, quanto a nós, a confirmá-la. O fronteiro leonês obteve diversas vantagens, aprisionando alguns dos principais cavaleiros de Portugal, que para obterem a liberdade sacrificaram avultadas somas, naturalmente adquiridas na passada correria além do Tejo. O próprio infante saiu ferido em certo recontro de uma ascuma ou lança vibrada por um peão das tropas de Limia, ficando assim por algum tempo impossibilitado de conduzir pessoalmente a guerra 256 .
Posto que pareça não terem sido em geral os sucessos da campanha nas fronteiras do Norte favoráveis a Afonso Henriques, todavia o seu valor, ajudado pelo dos barões e cavaleiros portugueses, tornavam-no adversário digno de séria atenção. Apesar da
252 Nota XVI no fim do volume.
253 A falta absoluta de diplomas originais de Afonso Henriques desde Julho de 1139 até Junho de 1140 persuade que ele se demorara na expedição do Alentejo e que, voltando aos seus estados, quebrara imediatamente a paz com o imperador, penetrando na Galiza. Esta falta de diplomas, que verificámos por nossos próprios olhos no Arquivo Nacional e que em vão temos feito examinar se é suprida nas outras colecções de documentos do país, é notável. Existe, todavia, uma carta de privilégios aos cavaleiros do Sepulcro, incluída em confirmação de 1256 (Arquivo Nacional, Gav. 6, Maço único, nº 29) e datada de 3 das calendas de Abril de 1178 (30 de Março de 1140). Mas como dizemos no fim da nota XVII, esta data é obviamente errada, pertencendo o diploma a uma época bastante posterior.
254 «D. Alfonsum esse... in partibus Galleciae circa Tudem», «Chronica Gothurum», era 1178.

255 «Ferdinandus princeps Limiae», Chronica Adefonsi Imperatoris, L. 1, c. 32.
256 Id., ibid. Das memórias de Portugal apenas a «Chronica Gothorum» nos diz que neste ano Esmar, sabendo que Afonso Henriques estava na Galiza para as bandas de Tui retido por «negócios de que não podia facilmente desembaraçar-se», veio súbito, etc., etc. Estes negócios não podem ser, quanto a nós, senão a guerra - com Fernando Anes e a ferida que impossibilitou o infante de vestir armas por algum tempo, e depois a entrada do imperador e o recontro de Valdevez, de que vamos falar. Sobre a cronologia destes sucessos veja-se a nota XVI..168

entrada pelas terras dos sarracenos até o Guadalquivir e do assédio e conquista de Aurelia nos dois anos anteriores, o imperador sustentara contínua guerra com Garcia, rei de Navarra. Sabendo, porém, que o infante penetrara com mão armada nos seus territórios, marchou contra ele com as forças da província de Leão, ordenando aos con-des de Castela prosseguissem entretanto em combater activamente o navarro. Naquele primeiro ímpeto alguns castelos caíram nas mãos dos leoneses, e as terras por onde Afonso VII passou foram saqueadas e destruídas 257 .

Ao longo das correntes do Lima, pela sua margem direita, as montanhas de Penagache, na Galiza, internam-se em Portugal, e vêm formar ao nascente de Arcos de Valdevez os ásperos pendores do Soajo sob as altíssimas chapadas da Peneda, cujos agrestes habitantes são ainda hoje dos que mais tenazmente conservam as tradições e usanças de antigos tempos. É território crespo de serranias e cortado de rios e torrentes. Perto da vila de Arcos, aquelas altas cordilheiras bifurcam-se e achatam-se, deixando para o poente a veiga de Valdevez. Avançando do lado do norte, depois de atravessar o Minho ou, talvez, marchando do nascente pela província de Trás-os-Montes, o imperador descia das alturas daqueles selváticos desvios dirigindo-se às margens do Lima. Passada a Portela de Vez, que tira o nome do mesmo ribeiro que o deu à veiga, ele acampara em frente do castelo de Pena da Rainha, que era acaso o que posteriormente chamaram Torre de Penaguda. O conde Radimiro adiantou-se então com algumas forças a talar o território inimigo; mas não tardou a topar com o infante, que marchava rapidamente ao encontro dos invasores. Travou-se um combate, e o conde, que loucamente se atrevera a afastar-se do grosso do exército, foi desbaratado e cativo. Com este próspero sucesso os portugueses não hesitaram em avançar para Valdevez, e Afonso VII viu coroarem-se de uma selva de lanças as altas e ásperas serranias que se prolongavam defronte do seu acampamento 258 .

Assim com as épocas de adiantada civilização tendem a fazer semelhantes os costumes de povos diversos, assim na infância das sociedades usanças barbaramente poéticas se repetem frequentemente entre nações divididas por largas distancias de espaço ou de tempo. Os heróis da Ilíada preludiavam ao travar as batalhas por combates singulares, com os quais se excitavam o esforço e o entusiasmo do comum dos guerreiros. A Idade Média viu muitas vezes renovarem-se estas cenas da infância da civilização grega, e nas raízes do carrancudo Soajo repetiram-se também esses duelos homéricos. Entre os dois exércitos a veiga do Vez oferecia-se como uma vasta estacada, onde os barões e cavaleiros de Leão e Portugal podiam encontrar-se corpo a corpo, sem a desordem e confusão de uma batalha, e experimentarem qual das duas províncias da Espanha gerava braços mais robustos, ânimos mais feros. Foi um largo torneio em que a vitória coube aos valentes homens de guerra do infante. Fernando Furtado, irmão do imperador, Vermudo Peres, cunhado de Afonso Henriques, o conde Ponce de Cabrera e muitos outros dos mais notáveis fidalgos da corte do imperador, derribados pelas lanças dos portugueses, ficaram prisioneiros, segundo as leis da cavalaria. A memória do facto perpetuou-se aí no nome de Jogo do Bufurdio ou Boforda 259 , que se pôs ao lugar do

257 Chronica Adefonsi Imperatoris, L. 1, c. 33.
258 Ibid.
259 Ibid.; «Chronica Gothorum», na Monarquia Lusitana, P. 3, L. 10, c. 8; «Captis quibusdam castellanis
in loca qui voeatur Ludus Bufurdii», e mais particularmente na que supomos paráfrase posterior, ibid.,
Apêndice 1, era 1178; «Capri sunt ex atraque parte», diz o cronista de Afonso VII; mas vê-se em toda a
narrativa deste sucesso que ele pretende atenuar a desvantagem do imperador, que aliás não pode negar.
Bufurdium («baforda» ou «boforda», e daí «bafordar» ou «bofordar», Elucidário, P. 1, p. 168) significava
conjuntamente o que depois veio a distinguir-se com os nomes de torneio e de justa: isto é, jogos militares
com armas verdadeiras e em que corria o. sangue, e Jogos com armas emboladas e de puro divertimento..169

torneio, o qual, depois, a tradição popular, engrandecendo o sucesso, segundo é costume, denominou Veiga da Matança, bem que a história não nos diga que morresse no combate um só dos nobres contendores 260 .

Supersticiosa como era aquela Idade, o desbarato do conde Radimiro e o cativeiro de tantos senhores e cavaleiros principais deviam parecer aos leoneses péssimos auspícios para uma batalha, que, aliás, se tornava inevitável. E na verdade a perda daqueles ilustres guerreiros era justo motivo de desalento. Acrescia que os portugueses tinham tomado melhores posições 261 . Nesta situação, Afonso VII mandou ao campo inimigo mensageiros que, em nome dele, pedissem ao arcebispo de Braga para, por sua intervenção, se tratar da paz. Não obstante as vantagens alcançadas pelo infante, o desfecho da batalha era incerto, e o prelado português acedeu facilmente aos desejos do monarca. Os receios de um combate brevemente se desvaneceram e, concordados afinal os dois primos, falaram amigavelmente um com o outro. Ajustou-se uma suspensão de armas por alguns anos, ficando por mútuos fiadores os cabos principais de um e de outro exército, até que depois, com mais sossego, se pudesse assentar uma paz definitiva e duradoura, o que poucos anos depois se realizou. Entretanto, os prisioneiros feitos de parte a parte foram logo postos em liberdade, e restituídos os castelos reciprocamente conquistados 262 .

Estes acontecimentos passaram, como já notámos, dos fins de 1139 até à Primavera de 1140. O chefe sarraceno desbaratado em Ourique soubera da entrada de Afonso Henriques na Galiza e dos reveses que experimentara. É, até, natural que a fama exagerasse o perigo da ferida que aí recebera. Sedento de vingança, Ornar (se este era o seu nome) ajuntou as tropas do Gharb e, atravessando inesperadamente a fronteira, acometeu e tomou o castelo de Leiria, já reparado e guarnecido de novo. Morta uma parte da guarnição e cativa outra com o seu antigo alcaide, Paio Guterres, aquela importante fortaleza foi reduzida a um montão de ruínas. Dali, segundo parece, os sarracenos, prosseguindo na sua marcha assoladora, internaram-se no coração de Portugal e, dirigindo-se para nordeste; avançaram até às imediações de Trancoso. A sorte desta povoação foi igual à de Leiria, e os sarracenos haveriam tirado maior vingança das devastações do ano antecedente feitas pelos cristãos na província de Al-Kassr, se a reconciliação com o imperador não habilitasse Afonso Henriques para voar em socorro dos castelos meridionais. Seguido das suas coortes, ele desceu das margens do Lima, veio passar o Douro junto de Lamego e marchou para Trancoso. Em dois recontros sucessivos os muçulmanos foram desbaratados, pagando assim bem caro a reparação que tinham buscado à afronta recebida em Ourique 263 .

A concórdia feita em Valdevez, como preliminar a um tratado de paz entre Portugal e Leão, cujas condições se deviam assentar mais de espaço, é indício bastante

da reputação militar do infante de Portugal e de que o imperador já não cria negócio fácil, nem talvez possível, submeter o guerreiro filho do conde Henrique. O grande coração do mancebo abraçara o altivo pensamento dos homens esforçados a cuja frente

Veja-se Ducange, verbete «Bohordium». Os ingleses chamavam-lhe buhurdicium (Rymer, Foedera,
Londres, 1816, Vol. 1, P. 1, p. 213.

260 Chronica Adefonsi Imperatoris, L. 1, c. 33; «Chronica Gothorum», loc. cit.

261 «In laco altiori el aspero», Chronica Adefonsi Imperatoris, loc. cit.

262 «Chronica Gothorum», na Monarquia Lusitana; P. 3, L. 10, c. 8; Chronica Adefonsi Imperatoris, loc
cit. A crónica toledana atribui aos portugueses as diligências para se fazer a paz. A verosimilhança
favorece a narrativa da «Chronica Gothorum», que as atribui ao imperador, contra o qual estavam as
probabilidades da batalha iminente.

263263 «Chronica Gothorum», era 1178; «Memórias da Fundação do Mosteiro de Tarouca», Monarquia
Lusitana, P. 3, Apêndice, escrito 16. Em a nota XVII se acharão os fundamentos pelos quais ligámos os
sucessos de Trancoso com a destruição de Leiria..170

a sorte o colocara, o pensamento de fundar um reino independente no Oeste da Península. Esse intento, concebido por seu pai, aprovado com ânsia pelos barões portugueses, desenvolvido largamente por D. Teresa e que, porventura, se houvera já realizado completamente se a paixão amorosa da rainha e as tristes consequências dessa paixão não tivessem dado azo a rixas intestinas; esse intento, dizemos, estava na opinião popular convertido em facto consumado. E o povo tinha razão. Embora na letra dos tratados de 1121 e de 1137 haja indisputavelmente expressões que revelam certa inferioridade ou sujeição dos príncipes portugueses à coroa leonesa; embora, como depois da invasão de 1127, Portugal pareça às vezes resignar-se à sorte das outras províncias de Espanha cristã, os factos positivos e palpáveis contradizem essa espécie de ficção política. Os pendões portugueses já não esvoaçam em terras dos infiéis ao lado dos de Leão e Astúrias, da Galiza, de Castela e de Toledo. O infante de Portugal, quando solta o seu grito de guerra, ao atirar-se por entre selvas de lanças sarracenas, vai, como o rei das feras, buscar solitário a sua preia; arca peito a peito com o islamismo, sem pedir socorro aos outros príncipes, que tem já na conta de estranhos: na corte do imperador ninguém o viu nunca; nas assembleias políticas da monarquia o seu lugar está sempre vazio: os cofres do Estado jamais se abrem para receber os tributos municipais das províncias portuguesas, que começam a cobrir-se de povoações, restauradas ou fundadas de novo; finalmente, o orgulhoso Afonso VII, que não pode consentir a independência de Aragão e, de certo modo, de Navarra, tomando o titulo de senhor de Naxera; Afonso VII, que inclui na enumeração dos seus domínios esses países, ainda quando os naturais lhe disputam o senhorio deles, nem uma só vez se intitula dominador de Portugal, contentando-se, acaso, com imaginar que esse novo estado virtualmente se acha incluído debaixo do nome da Galiza, da qual é senhor e a que poucos anos antes os dois distritos do Porto e Coimbra estiveram ligados.

Que se pode deduzir desta oposição entre os factos materiais e o carácter político das nossas relações com a monarquia leonesa naquela época? A mais óbvia é que certo número de circunstâncias, cuja apreciação na máxima parte é hoje impossível, tinham tornado assaz distinta a nacionalidade portuguesa, apesar da. sua recente data, pata se perceber, ainda nesses rudes tempos, que seria difícil empresa o destruí-la. Mas, em nosso entender, não era só isto. O leitor não esqueceu por certo quais foram depois da

morte de Afonso VI as pretensões do conde Henrique, pretensões que são como o elo de todo o processo da desmembração de Portugal. Quisera ele para si um largo quinhão na herança do sogro, e ambos os partidos contendores, o do rei de Aragão e o de D. Urraca, tinham entendido dever ceder-lhe o Oeste da Península para o atraírem à própria parcialidade. A divisão e a demarcação do novo estado chegaram a fazer-se com a possível solenidade e com a concorrência dos barões leoneses e castelhanos. Desde esse momento a ambição do conde tinha um fundamento legítimo. Daí as pretensões de D. Teresa depois da morte do marido, e daí, quanto a nós, a insistência, assim da rainha como de seu filho, em tentarem apoderar-se das terras na Galiza e ainda nos distritos de Zamora, Toro, Salamanca e Valhadolid, que em 1121 vimos serem tão facilmente cedidas por D. Urraca a sua irmã. As invasões para além das fronteiras setentrionais e orientais de Portugal, por este período, aparecem-nos sempre na história tão repentinas, tão destituídas de motivos conhecidos, que dessa mesma circunstância se conclui a existência de uma causa permanente que tornava inúteis outros quaisquer pretextos para tal procedimento. Pode, na verdade, a ferocia dos tempos explicá-las algumas vezes: mas fora exagerar demasiado a barbaria da época o atribuí-las constantemente ao desen-freamento das paixões e à quebra de solenes promessas.

Nesta hipótese, que nos parece a única verosímil, a situação relativa entre Portugal e Leão era reciprocamente falsa. Se por um lado a questão da independência se podia.171 ainda em 1140 considerar como problema, a dos limites verdadeiros dos territórios que deviam pertencer ao herdeiro e representante de Henrique de Borgonha não era menos disputável. A dificuldade de resolver este complicado negócio parece-nos conciliar as ideias, aparentemente opostas, que as memórias e documentos daquele período suscitam sobre o valor exacto das relações entre o novo estado que surgia e aquele de que nascera.

No século XI, bem como nos que lhe precederam, o título de infante era já o que se dava aos filhos dos reis. D. Teresa, que, como vimos, recebia dos súbditos o de rainha ainda em vida do conde Henrique, havia tomado este último quase constantemente nos seus diplomas pouco tempo depois da morte do marido. Arrancando-lhe das mãos o poder, seu filho conservou por alguns anos o de infante com que antes disso era designado. Todavia os portugueses não tardaram a dar-lhe o de rei, que o mancebo hesitava em aceitar. Pouco a pouco, porém, ele começou a adoptar o de príncipe misturado com o de infante e predominando sobre este desde 1136. Era a palavra príncipe um vocábulo genérico para indicar o chefe ou principal personagem de uma província, de um distrito e, até, de um corpo de tropas, vindo, portanto, a ser mais ambíguo ainda que na linguagem moderna e por isso acomodado à situação incerta em que Afonso Henriques se achava colocado. Vê-se, contudo, que, quando as circunstâncias o constrangiam a recuar nos seus desígnios de completa independência, ele o abandonava, limitando-se ao de infante. O povo atribuía-lhe às vezes um ou outro, posto que o uso mais comum pareça ter sido o denominá-lo rei. Esta hesitação cessou finalmente. Depois das tréguas de Valdevez, Afonso Henriques pôs, enfim, patente de modo claro e preciso o alvo a que os seus esforços tendiam, aceitando esse título popular 264 .

No arraial junto da Pena da Rainha, ou porque Afonso Henriques tivesse de marchar prontamente contra os sarracenos ou por algum outro motivo, não se haviam assentado as convenções de uma paz duradoura, reservando-se para ocasião mais oportuna terminar este negocio 265 . Dali, Afonso VII, tendo-se demorado pouco tempo em Santiago e em Leão e Castela, marchara para o lado de Pamplona a dar calor à guerra de Navarra e, depois de assolar aquele território, recolhera-se a Naxera, donde regressara a Castela. Aí lançou bando para que as tropas desta província e as de Leão se ajuntassem na Primavera seguinte a fim de reduzir o rei de Navarra. A notícia dos extraordinários preparativos do imperador e dos preliminares da paz assentados com o

príncipe de Portugal encheu o ânimo de Garcia de sérios receios. Felizmente o conde de Tolosa, Afonso Jordão, primo do imperador, achava-se nessa conjuntura em Espanha, aonde viera em romagem a Santiago. Por sua intervenção, o rei de Navarra pôde evitar a procela. Tratou-se de uma concórdia, que se concluiu, diz a crónica de Toledo, reconhecendo o navarro a supremacia do imperador e prometendo-lhe este por mulher a infanta D. Urraca, sua filha bastarda ainda menina, consórcio que de feito veio a celebrar-se daí a quatro anos, em 1144 266 .

Entretanto os sarracenos, desbaratados na jornada de Trancoso, tinham retrocedido para o sul. Soube então Afonso I que uma armada francesa de setenta velas surgira junto ao porto de Gaia e, acossada dos temporais ou por outro qualquer motivo, viera fundear dentro do rio. Navegavam para a Terra Santa, talvez porque os príncipes cristãos da Síria pediam socorros aos seus correligionários da Europa, suspeitando já os sucessos que trouxeram em breve a perda de Edessa e deram motivo à segunda cruzada. O príncipe português resolveu então cometer os sarracenos pelo distrito de Santarém.

264 Nota XVIII no fim do volume.

265 «Ut iterum, dum pax esset, firmius pacificarentur», Chronica Adefonsi Imperatoris, L. 1, c. 34.

266 Ibid., L. 1, c. 35 e 36..172

Tratou o negócio com os capitães da frota, que levantou ferro e, descendo ao longo da costa, entrou na baía do Tejo, enquanto um exército, marchando por terra, se aproximava de Lisboa. Era o lugar forte e bem defendido, como o tempo mostrou, e as forças do rei de Portugal juntas às dos cruzados insuficientes para conquistá-la. Devastados os seus arredores, a armada velejou para o Estreito, e o exército recolheu-se com os despojos obtidos, que eram um dos principais motivos dessas correrias contínuas 267 .

Depois deste sucesso os primeiros cuidados de Afonso Henriques foram o fortificar as fronteiras meridionais dos seus estados. O castelo de Leiria, que ficara destruído na passada algara dos sarracenos, considerava-se como a chave do país por este lado. Assim não tardou a ser de novo edificado e guarnecido. A sua importância era tal que num documento pouco posterior os alvazis e demais membros do conselho municipal de Coimbra declaravam que os homens de armas do concelho que tentassem ir combater pela fé na Palestina fossem defender a Estremadura e em especial Leiria, onde, se morressem, obteriam a remissão dos seus pecados do mesmo modo que em Jerusalém 268 . A fortaleza de Germanelo foi construída também por esses tempos para impedir os insultos dos inimigos, que, avançando da província de Al-Kassr pelos territórios agrestes e montuosos ao noroeste do Tejo, vinham ousadamente, seguindo o curso do Doessa ou por entre Pombal e Penela, talar os campos de Ateanha e do Alvorge 269 .

No meio de tais prevenções chegou o ano de 1143. Aproveitando as dificuldades com que os almorávidas andavam a braços, o imperador sitiara Corja, que se rendeu depois de ter implorado em vão os socorros de África, enquanto o famoso alcaide de Toledo, Munio Afonso, desbaratava os vális de Sevilha e de Córdova. Na Primavera deste ano, Afonso VII devastou os distritos de Carmona, de Córdova e de Sevilha, e, rico de despojos, voltou a Toledo para os repartir com os seus homens de armas. A morte, porém, de Múnio Afonso, que entretanto perecera num combate com o adalid sarraceno de Calatrava, produziu viva impressão no ânimo do príncipe leonês, que despediu as suas tropas, resolvido a não prosseguir a guerra senão no ano seguinte 270 .

Foi durante esta calma da guerra com os muçulmanos que se tratou de estabelecer definitivamente a paz cujos preliminares se tinham assentado em Valdevez. O cardeal Guido de Vico viera por aquele tempo a Espanha como legado do papa Inocêncio II e ajuntara um concílio provincial em Valhadolid, em que se promulgaram as resoluções do segundo concílio geral de Latrão e se deram algumas outras providências relativas especialmente à Igreja de Espanha. O imperador e o rei de Portugal dirigiram-se nessa

conjuntura a Zamora para numa conferência assentarem as condições de duradoura concórdia. Guido, provavelmente como representante do pontífice, foi chamado a assistir à conferência dos dois príncipes, que, segundo parece, resolveram amigavelmente as controvérsias que os tinham obrigado a demorar a conclusão da paz. Quais foram as condições desta? Nenhum monumento especial que no-lo diga chegou até nós; mas o que se pode asseverar é que o imperador reconheceu o título de rei que seu primo tomara, e que este recebeu dele o senhorio de Astorga 271 , considerando-se

267 «Chronica Gothorum», na Monarquia Lusitana, P. 3, L. 10, c. 9.

268 Doação do domínio ec1esiástico de Leiria a Santa Cruz de Coimbra, em 1142, na Monarquia Lusitana,
ubi supra. «Posturas da Câmara de Coimbra», de 1145, no Livro Preto, f. 221; a «Chronica Gothorum»
(exemplar de Resende) traz a data da reedificação de Leiria evidentemente errada, atribuindo-a ao ano de
1144 (1182). O seu primeiro foral é de 1142. (Arquivo Nacional, Maço 12 de Forais Antigos, nº 3, f. 3.

269 «Chronica Gothorum», era 1180. Foral de Germanello, no Livro Preto, f. 222.

270 Chronica Adefonsi Imperatoris, L. 2, c. 74.

271 «A 4 de deciembre del 1143 en donación de la infanta D. Sancha... que tenia esta ciudad (Astorga) el
rey de Portugal por grada dei nuestro; anadiendo que la gobernaba, en nome del portugues, Fernando.173

por essa tenência seu vassalo. Não é menos provável que, ainda como rei de Portugal, ficasse numa espécie de dependência política de Afonso VII, o «imperador das Espanhas», ou de « toda a Espanha», como ele se intitulava nos seus diplomas. Segura assim a tranquilidade dos dois estados, Afonso I voltou aos próprios domínios, deixando por governador de Astorga o seu alferes, Fernando Cativo.

A separação de Portugal era, enfim, um facto materialmente consumado e completo, fosse qual fosse a dependência nominal em que o seu príncipe ficasse do imperador. Nem as armas nem os tratados tinham podido impedi-lo. Mas a concórdia de Zamora deixara ainda porta franca a futuras disputas sobre a legitimidade do facto, e a concessão de Astorga, como senhorio dependente em tudo da coroa, era talvez um laço armado à ambição de Afonso Henriques. Por esse meio os caracteres de rei de Portugal e de vassalo de Leão, acumulados no mesmo indivíduo, tornavam-se mais evidentes. Se, todavia, fora esta a esperança do imperador ou dos seus conselheiros, o português soube iludi-la. A intervenção de Guido naquele negócio e, até, as insinuações do legado mostraram-lhe, talvez, o caminho por onde podia ir quebrar o último e ténue fio que o prendia ao senhor de toda a Espanha. É indubitável que as instituições da monarquia de que Portugal fizera até então parte contradiziam a sua separação perfeita e absoluta: era, portanto, necessário anulá-las por uma jurisprudência superior a elas. O povo a cuja frente Afonso I se achava não tinha, nem podia ter, um direito público diferente do leonês: este era o mesmo dos visigodos, segundo o qual a existência política do rei dependia em rigor da eleição nacional 272 ; e, na verdade, havia muitos anos que o jovem príncipe recebia dos seus súbditos o título de rei, posto que nenhum acto nos reste de uma eleição regular. Mas isto não era bastante para destruir as leis góticas que se opunham à desmembração da monarquia, apesar de alguns abusos anteriores 273 . Assim, com um direito político assaz disputável, numa época em que a força resolvia mais que nunca a sorte dos povos e dos imperantes e sendo possível, ou antes provável, que, renovada a luta da independência, Portugal, ainda em débil infância, viesse ou cedo ou tarde a sucumbir, como sucedera à Navarra, só colocando o seu trono à sombra do sólio pontifício Afonso Henriques podia torná-lo sólido e estável. À supremacia que em geral o sumo pastor exercia sobre todas as monarquias cristãs associava-se a ideia de que na Espanha tinha a sé romana um domínio particular e imediato 274 , e por isso, uma vez que

ela se declarasse protectora do novo estado, a existência individual deste estribava-se numa jurisprudência política superior às mesmas instituições visigóticas.
Desde o X século, e ainda mais desde o tempo de Gregório VII, a máxima de que do papa derivava de certo modo a legitimidade e o poder dos príncipes temporais havia-se dilatado e estabelecido como um princípio de direito público, que chegou ao auge do seu predomínio no pontificado de Inocêncio III. Era o papado, para nos servirmos .da frase de um profundo e por vezes eloquente defensor de semelhante ordem de coisas naqueles tempos 275 , uma espécie de ditadura tribunícia; porque, recaindo a sua acção sobre os ferozes e brutais dominadores da Europa, ela não podia deixar de ser protectora dos pequenos e desvalidos. A influência religiosa do pontífice, numa época principalmente caracterizada pela associação da crença viva com a soltura dos
Captivo, etc.», Flores, España Sagrada, T. 16, p. 206. Sobre a narrativa deste e dos subsequentes
parágrafos veja-se a nota XIX no fim do volume.
272 Marina, Ensayo Histórico Crítico sobre la Antigua Legislación, parágrafos 66 e ss.
273 Id., ibid.
274 «Non latere vobis credimus regnum Hispaniae ab antiquo juris S. Petri fuisset, et adhuc... num
mortalium sed soli apostolicae sedi ex aequo pertinere. Regnum Hispaniae ex antiquis constitutionibus
beato Petro et S. Rom. Ecclesiae in jus proprietatem esse traditum», Gregório VII, epístolas 1 e VII, apud
Aguirre, Colectânea Max. Concilior. Hisp., T. 4, pp. 438 e 442.
275 Gioberti, Del Primato Morale e Civile degli Italiani, T. 1, p. 245 (edição de 1843)..174
costumes, vinha a ser uma poderosa alavanca para fazer vacilar os tronos mais firmes e ao mesmo tempo uma coluna de bronze a que se encostavam os mais vacilantes. Sem sistema fixo, os soberanos de então procuravam ajudar-se da força moral do papa nas suas questões de ambição, e obtinham esse perigoso auxílio à custa de concessões que iam consolidando a política invariável de Roma em tornar realidade prática as doutrinas da ditadura universal. Repeliam eles algumas vezes a ideia de que o papa fosse o dispensador das coroas; mas esses mesmos que numa ou noutra conjuntura recusavam a jurisdição eminente da Igreja, levados da necessidade ou da cobiça, daí a pouco a reconheciam, invocando-a por interesse próprio. Em tempo oportuno teremos de tratar especialmente das opiniões que nesses tempos vogavam a semelhante respeito e das suas consequências. Aqui será suficiente advertir que pelo meado do século XII a teoria da ditadura dos papas adquiria cada vez mais força, e os estados que se formavam de novo, ou as dinastias recentes que as revoluções substituíam as antigas, procuravam legitimar a sua existência política pela confirmação do sucessor de S. Pedro, esquecen-do-se do preço por que haviam de comprar no futuro essa sanção do chefe visível da Igreja 276 .
Partindo do pensamento teocrático predominante na cristandade, Afonso Henriques, apenas assentada a paz de Zamora, tratou de iludir as consequências dela que lhe podiam ser de futuro desfavoráveis, apelando para a doutrina de Gregório VII e reconhecendo que ao pontífice pertencia o sumo império dos estados cristãos da Península. Este reconhecimento fê-lo nas mãos de Guido, ou anteriormente à partida do legado, nos fins de Novembro de 1143 para presidir ao sínodo de Gerona 277 , ou depois 4isso, supondo que ele veio a Portugal antes de regressar para Roma. Numa carta dirigida ao papa, o novo monarca declarava qual era a situação em que se colocara relativamente à sé apostólica em virtude da homenagem que fizera, e oferecia o seu reino à Igreja romana pagando o censo anual de quatro onças de ouro. As condições desta homenagem eram que os seus sucessores contribuiriam sempre com igual quantia e que ele rei, como vassalo (miles) de São Pedro e do pontífice, não só em tudo o que pessoalmente lhe tocasse, mas também naquilo que dissesse respeito ao seu país e à

honra e dignidade do mesmo país, achasse auxílio e amparo na Santa Sé, não reco-nhecendo domínio algum eminente, eclesiástico «ou secular», que não fosse o de Roma na pessoa do seu legado 278 .

A declaração de Afonso I, escrita em Dezembro de 1143, era dirigida a Inocêncio II; mas havia mais de um mês que este falecera e fora substituído por Celestino II. O governo do novo papa foi demasiado curto, e a carta do rei de Portugal ou não lhe chegou às mãos, ou os negócios da França e da Sicília, que especialmente mereceram a atenção de Celestino, impediram durante os cinco meses do seu pontificado uma resposta àquela não diremos se pretensão, se oferta. O sucessor, porém, de Celestino, Lúcio II, elevado ao sólio pontifício em Março de 1144, respondeu ao príncipe português no princípio de Maio, louvando-o pela resolução tomada de fazer homenagem à sé apostólica da Terra cujo regimento Deus lhe confiara. Pelo arcebispo de Braga, que nessa conjuntura se achava em Roma, e, talvez, por novas cartas, que não chegaram até nós, Afonso Henriques tinha revalidado a promessa do censo perpétuo e pedira desculpa

276 Acerca da supremacia temporal do papa nesta época veja-se Hallam, Europe zn the Middie Ages, c. VI, in medio; Eichhorn, Deutsche St. und Rechts Geschichte, B. II, parágrafo 231; Raumer, Geschichte der Hobenstauffen, B. VI, S. 112 e ss. (2. edição).

277 Aguirre, T. 5, p. 57.

278 Ex Regesto de Inocêncio IV, p. 364, autêntico exemplar (no Arquivo Nacional); Baluzio, Miscelânea, Vol. 2, p. 220; Viterbo, Elucidário, T. 1, p. 378; Brandão, Monarquia Lusitana, P. 3, L. 10, c. 10; Aguirre, T. 5, p. 61..175

de não ir à capital do orbe católico fazer a oferecida homenagem, acto que, segundo os usos do tempo, devia ser pessoalmente celebrado. Desta irregularidade o absolvia Lúcio II na sua resposta, atentas as ocupações do governo e os cuidados da guerra com os infiéis, que tolhiam ao príncipe tentar uma tão longa viagem. Assim, mediante o censo prometido e por aquele testemunho de obediência e submissão, Lúcio, na qualidade de sumo pastor, lhe prometeu para ele e seus sucessores, como herdeiros do príncipe dos apóstolos, bênçãos e protecção material e moral, com o que, fortes contra os inimigos visíveis e invisíveis, resistissem aos seus adversários e obtivessem na morte a recompensa da vida eterna 279 .

Apesar da linguagem afectuosa que predominava na resposta do pontífice, dava-se nela uma circunstâncias que de certo modo devia tornar menos valiosas as promessas tão largamente liberalizadas. Afonso I era rei pela vontade dos súbditos e pela concessão do próprio imperador das Espanhas, que por esse título o designava. Portugal era, portanto, um reino, embora o quisessem considerar como dependente da coroa leonesa. Lúcio II, porém, no endereço da carta tratava o jovem monarca por dux portugallensis, o que, no rigor da língua latina, significava o principal cabeça, o chefe de Portugal, designação vaga que admitia diversas interpretações, esquivando-se ao mesmo tempo a intitular o país reino, usando do nome «terra» em relação aos domínios de Afonso I, posto que este na carta de vassalagem se intitulasse «rei» e qualificasse «reino» esses domínios que fizera censuais ao papa.

Bastava uma circunstância tal para mudar o aspecto do negócio. Aceita pela sé apostólica a homenagem da coroa portuguesa, os últimos vestígios da dependência para com Leão desapareciam de todo, mas o título de rei tornava-se duvidoso para Afonso Henriques. A separação de Portugal estava concluída e legitimada; não assim a questão da monarquia. Súbdito do príncipe da Igreja, a este pertencia confirmar-lhe a dignidade real. Era sobre tal matéria que desde então deviam versar as negociações com Roma e sobre que provavelmente versaram até o tempo de Alexandre III, que afinal reconheceu de modo explícito essa dignidade na dinastia de Henrique, o Borgonhês.

Parece que a notícia das relações especiais que se estabeleciam entre Portugal e o

papa não transpirou durante algum tempo e que este negócio foi conduzido com discrição e segredo; mas, enfim, Afonso VII chegou a saber o que se forjava. Acaso ele chamara o rei português para o seguir à conquista de Almeria, a que assistiram todos os príncipes e senhores cristãos da Península exceptuando Afonso I, e este se negou a ser-vi-lo, fazendo então valer a homenagem que tributara ao pontífice e os privilégios que alcançara de Roma. As memórias contemporâneas autorizam a nossa conjectura 280 .
Lúcio II vivera apenas um ano, e Eugénio III lhe sucedera em Fevereiro de 1145. A este pontífice dirigiu o imperador uma carta que não chegou até nós, mas cujo conteúdo se depreende da resposta de Eugénio. Tinha ela por objecto principal duas questões diversas, uma eclesiástica, outra secular, mas ambas vinham a cifrar-se na da independência de Portugal. Para conhecermos a razão por que Afonso VII as tratava na sua carta conjuntamente e com igual interesse, e para entendermos como a questão eclesiástica, na aparência absolutamente estranha à política, se prendia com ela, é necessário que antecipemos aqui resumidamente alguns dos factos que havemos de tratar com mais individuação quando chegarmos a estudar a história do clero nesta época, da qual é um dos mais curiosos episódios a luta .entre Os metropolitas de Toledo e de Braga.
Desde o século VII, no tempo dos godos, o bispo de Toledo, isto é, da cidade cabeça da monarquia, tinha obtido uma espécie de superioridade sobre os das outras
279 Id., loc. Cit.
280 Nota XX no fim do volume..176
metrópoles, por motivos de disciplina da Igreja nacional nas suas relações com o poder civil. Enquanto os árabes dominaram na maior parte da Península, o prelado de Córdova, sede do governo sarraceno, teve em boa parte essa espécie de supremacia, que, como a de todos os primados de diferentes regiões, nasceu de causas pura.. mente políticas. Restaurada Toledo e convertida em corte da nova monarquia gótica, bem como o fora da antiga, Bernardo, seu primeiro arcebispo, obteve de Urbano II o título e a dignidade de primaz das Espanhas, em virtude das anteriores preeminências de que esta se gozara 281 . Por algum tempo Braga aceitou o facto sem disputar a validade daquela primazia. O primeiro arcebispo bracarense depois de restaurada esta metrópole foi Giraldo, que era cliente de Bernardo e que por consequência não repugnou à ordem hierárquica então estabelecida. Seguiram-se-lhe três homens de carácter violento, que sucessivamente obtiveram a sé arquiepiscopal de Braga - Maurício Burdino, Paio Men-des, João Peculiar. As resistências destes três prelados à autoridade que sobre eles pretendiam exercer os arcebispos de Toledo, ou como primazes ou como legados do papa, foram cada vez mais enérgicas, ao passo que a sé toledana mais vivamente insistia em exigir deles obediência. As fases daquela larga contestação acompanharam as do estabelecimento da independência de Portugal. Ao passo que a desmembração deste país se caracterizava mais e mais, exageravam-se as pretensões de primazia da parte de Toledo. Eram dois factos acidentalmente paralelos? Não o cremos. Tinham mútua correlação: deviam, pelo menos, tê-la. Com a influência imensa que o alto clero exercitava moralmente, como tal e como classe ou ordem do Estado, a sujeição de todos os prelados a um só indivíduo, que fosse, por assim dizer, uma imagem do pontífice, significava indirectamente a sujeição ao príncipe cuja corte esse chefe supremo seguia. Ajunte-se a isto a confusão que reinava naquela época entre as assembleias eclesiásticas ou concílios provinciais e os parlamentos ou cortes, promulgando-se nos concílios leis puramente civis, revestidas por isso de uma sanção religiosa, a qual lhes dava força e autoridade nas dioceses dos bispos que intervinham no acto. Reconhecida a supremacia do prelado toledano, ele tinha o direito de convocar todos os da Península a essas assembleias, onde, portanto, se legislava para estados aliás politicamente divididos.
Estas e outras razões que seria por demais enumerar explicam a carta de Afonso VII dirigida a Eugénio III pelos anos de 1147 ou 1148 282 , e a resposta deste papa, que nos foi conservada. Queixava-se o imperador de que o pontífice lhe quisesse diminuir o

senhorio e a dignidade e quebrar os foros da monarquia, e de que tivesse aceitado
algumas coisas de Afonso Henriques e concedido outras que este pretendera, de modo
que os direitos da coroa leonesa eram lesados, ou antes destruídos, com uma injustiça
não transitória, mas perpétua. Queixava-se também de que o arcebispo de Braga não
reconhecesse a primazia de Toledo estabelecida por Urbano II e confirmada por todos
os seus sucessores, sem excluir o próprio Eugénio 283 .
Tais eram os agravos de Afonso VII. A resposta é redigida com a astúcia ordinária
da chancelaria romana. Aludindo rapidamente às queixas sobre a aceitação de censo e
sobre as promessas de protecção contra quem quer que pretendesse dominar em
281 Flores, España Sagrada, T. 4, pp. 237 e ss.; Masdeu, Historia Crítica de España, T. 11, pp. 149 e ss.,
T. 13, pp. 288 e ss.
282 O concílio remense foi celebrado em Março de 1148, e a ele se alude na carta de Eugénio III de um
modo que indica ter sido escrita nessa conjuntura: «Quia vero episcopus et abbates regni tui ad
vocationem nostram, tanquam devotus et humilis filius, remensi interesse concilio voluisti.».
283 «Neque... nobis fuit quandoque voluntas ut honorem vel dignitateni tuam, seu justitiani regni tibi a
Domino commissi minuere in aliquo... Dignum est igitur, de caetero, ut a querimonia tua desistas: in eo
videlicet quod a portugalensium duce nos aliquid recepisse, vel ei etiam concessisse unde jura regni tui
debeant imminui, vel auferri vel perpetuo injuria irrogari», Eugénio III, epístola 74, apud Mansi, T. 21,
p. 672..177
Portugal, ao que, é evidente, se referia o imperador, Eugénio, que provavelmente
renovara as promessas do seu antecessor Lúcio II, nega o facto de um modo ambíguo,
envolvendo a sua obscura negativa numa torrente de expressões vagas de carinho e
afeição. Passando depois a tratar de outros objectos, procura dar satisfação ao monarca
ofendido à custa do arcebispo de Braga. Neste ponto Eugénio abandona o estilo
luxuário, as longas frases que se arrastam como a serpente, e é, enfim, claro e conciso.
Os seus predecessores mandaram que os metropolitas bracarenses obedecessem aos
toledanos: ele mandou o mesmo, e os seus preceitos serão executados. João Peculiar é
oferecido por vítima expiatória da homenagem feita pelo príncipe português e aceita
pela corte de Roma. O papa mostrou-se, de feito, inexorável nesta matéria, e o prelado
de Braga, suspenso do ofício pastoral, debalde foi advogar a sua causa perante Eugénio,
que, para lisonjear o imperador, não só constrangeu a ele, mas também a todos os
arcebispos e bispos da Península a reconhecerem a primazia de Toledo 284 .
Assim terminou a larga contenda da separação de Portugal da monarquia leonesa:
ao menos não nos restam monumentos de nenhuma outra tentativa do imperador para
recobrar a mínima autoridade directa nesta parte da Espanha. Ao mesmo tempo Afonso
I parece abandonar para sempre a ideia de dilatar os seus estados ao norte e nascente das
fronteiras portuguesas, e nem sequer se encontram vestígios de que conservasse o
domínio de Astorga, do qual, aliás, é naturalíssimo o privasse Afonso VII logo que
soube das negociações que ele entabulara com Roma. Desde este momento toda a
actividade e espírito conquistador do príncipe português voltam-se para o Meio-Dia: é
sobre os territórios sarracenos que ele vai disputar ao primo os limites dos próprios
estados. Cada um de seu lado, à porfia, eles vibram as achas de armas sobre as arrancas
e os troncos da árvore carcomida do islamismo espanhol; e a árvore geme estroncando-se
debaixo dos golpes daqueles braços robustos. É uma grande mudança que por esta
época se opera no carácter da nossa história política. À luta da desmembração vai
suceder a de assimilação. Portugal está constituído. O sangue derramado em muitos

combates, os estragos de sucessivas invasões e quase trinta anos de energia, de perseverança e de destreza tal foi o preço por que nossos avós compraram a sua independência. Os historiadores têm pretendido assinalar uma data exacta, um único ponto no correr dos tempos em que ela nascesse e plenamente se realizasse, como se a natureza das coisas não repugnasse a isso e os factos sucessivos que compõem este facto, múltiplo, complexo e por consequência lento em completar-se, não lhes bradassem bem alto que semelhante pensamento era absurdo. Preocupados por aquela ideia no exame dos sucessos parciais, colocaram a uma luz falsa a maior parte deles. E assim que a história de Portugal no seu berço, amplamente recheada de fábulas inverosímeis e insulsas, está, acaso, transfigurada pela má apreciação dos acontecimentos verdadeiros ainda mais do que por elas. As fábulas, versando ordinariamente sobre particularidades, fogem em parte da memória do leitor: o que fica estampado na sua alma são os lineamentos dos factos capitais da história. O valor mentido destes, a sua cor legítima alterada, eis o que induz mais que tudo em erro grave, e, por via de regra, os erros mais graves são os de mais larga vida.

Antes de começarmos a narrativa das empresas guerreiras de Afonso I contra os sarracenos, cumpre que volvamos os olhos para o que se passava nos estados muçulmanos que iam ser teatro dessas empresas. Importantes acontecimentos coincidiam aí com os actos que, assegurando-a definitivamente, consumavam a separação de Portugal do resto da Espanha cristã. Esses acontecimentos facilitavam de extraordinário modo as novas tentativas que ia fazer o esforçado rei dos portugueses,

284 Id., ibid., epístola 75 e ss..178

constrangido não menos da necessidade política do que da ambição. Examinados superficialmente, vistos unicamente por um lado, não têm fácil explicação os repetidos triunfos e rápidas conquistas de Afonso I, desse homem que, senhor de uma província pequena, pobre e pouco povoada, quase com os únicos recursos dela sujeitou ao seu domínio a maior porção do Gharb, território abundante de população, enriquecido pela indústria, pela agricultura e pelo comércio, coberto de cidades e povoações florescentes e defendido assim pelos naturais, como pelos sarracenos da África. Este fenómeno explicavam-no os nossos bons e simples cronistas ou por milagres de valor pessoal ou por milagres do céu, soluções, na verdade, tão fáceis de dar quanto dificultosas de receber. Desaparece, porém, o maravilhoso desde que se contempla o triste espectáculo da gangrena que devorava política e moralmente a sociedade muçulmana da Espanha. Sem recusar aos guerreiros da cruz a audácia e o entusiasmo próprios daqueles vigorosos tempos, as suas façanhas reduzem-se às proporções ordinárias quando se confrontam com a situação dos que eles venceram e subjugaram. Longe também de negar por este modo a intervenção da Providência nos destinos do género humano, só aí acharemos motivos para admirar as leis de ordem moral que regem o universo, não menos imutáveis do que as leis físicas que presidem à existência material dele. Os maometanos da Península oferecem-nos pelo meado do século XII mais um desses exemplos, ao mesmo tempo terríveis e salutares, de que abunda a história. Naquele país, seja qual for o seu grau de civilização e poderio, onde falece o amor da pátria, onde os vícios mais hediondos vivem à luz do Sol, onde a todas as ambições é lícito pretender e esperar tudo, onde a lei, atirada para o charco das ruas pelo pé desdenhoso dos grandes, vai lá servir de joguete às multidões desenfreadas, onde a liberdade do homem, a majestade dos príncipes e as virtudes da família se converteram em três grandes mentiras, há aí uma nação que vai morrer. A Providência, que o previu, suscita então outro povo que venha envolver aquele cadáver no sudário dos mortos. Pobre, grosseiro, não numeroso, que importa isso? Para pregar as tábuas de um ataúde qualquer pequena força basta.

Como bem observa um historiador moderno, a Espanha muçulmana representava no meado do século XII uma imagem do Baixo Império, inabilitada igualmente para se defender e para se governar 285 . O quadro que do estado das coisas públicas naquele

tempo nos deixaram os escritores árabes, ou contemporâneos ou mais próximos, é, na verdade, lastimoso. A ruína do país, aos olhos das pessoas prudentes, parecia inevitável, porque a decadência moral era extrema. Os homens de probidade e ciência viviam desprezados e esquecidos, e os que se apoderavam das magistraturas públicas ajuntavam à cobiça e ao orgulho completa incapacidade. No meio de guerras civis, feitas sem entusiasmo, sem glória e só por causas abjectas, ao passo que a agricultura se definhava e as artes esmoreciam, o povo deixava aos ambiciosos tratarem das armas, e os homens de guerra habituavam-se a combater mais com os enredos do que com o ferro. Bastava só o nome dos inimigos (os cristãos) para fazer enfiar de susto os muçulmanos. A paz desaparecera completamente, e ninguém podia contar com a própria segurança. Corria-se evidentemente para a dissolução da sociedade através das discórdias intestinas e, por assim dizer, no país do Andaluz eram já tantos os potentados quantas as povoações que havia nele 286 .

Vimos antes como o príncipe Taxfin fora chamado à África por Ali. O renome militar do capitão sarraceno e as tropas de Espanha que levava consigo eram a última esperança do império lantunense. A guerra com os almóadas continuou sem interrupção;

285 Rosseeuw Saint-Hilaire, Histoire d'Espagne, T. 3, p. 461 (edição de 1844).

286 Ibn Abdul-Wahed, apud Casiri, Biblioteca Arabico-Hispana, T. 1, p. 215; Abu-Bekr, Vestis Serica,
ibid, T. 2, p. 53; Ibn Khaldun, cit. por Al-Makkari (versão de Gayangos), B. 8, c. 2..179

mas a sorte das armas nunca melhorou para os almorávidas, e Ali, consumido de desgostos, faleceu em Marrocos (1143), deixando ao filho a triste herança de um trono que desabava. Como general de seu pai e como imperador, Taxfin perdera o prestígio da passada reputação e a boa ,estrela que na Espanha o guiara. Os destroços sucediam aos destroços, sem que, apesar da sua actividade e esforço, pudesse uma só vez melhorar-se. Vencido numa sanguinolenta batalha junto de Tlemecen, acolheu-se a esta cidade, onde se fortificou. Ali o teve cercado o príncipe dos almóadas, Abdul-Mumen, e não podendo assenhorear-se da povoação que Taxfin defendia valorosamente, marchou contra Orão, em socorro da qual foi logo o imperador almorávida. Por muito tempo as duas seitas combateram encarniçadamente sobre a posse daquele lugar, que o amir de Marrocos considerava como um dos mais importantes; porque os seus desígnios eram passar daí para a Espanha, no caso de se ver inteiramente perdido na África, salvando assim ao menos os seus estados da Europa. Nestes combates as forças dos lantunitas diminuíam, e Taxfin via desvanecer-se cada vez mais as esperanças de remédio. Resolveu-se, enfim, a partir. Certa noite saiu de Orão sozinho, dirigindo-se a uma das fortalezas do porto, junto da qual tinha os navios aparelhados para a passagem. Eram profundas as trevas, e ele seguia a cavalo as ribas do mar fragosas e altas. No meio da escuridão errou o caminho e, precipitando-se dos barrocais, pereceu miseravelmente (1145). Este acontecimento foi um golpe mortal para os almorávidas. Ibrahim Abu Isak, irmão ou antes filho, como outros dizem, de Taxfin, aclamado em Marrocos por sucessor do pai, brevemente viu reduzidos os seus domínios ao âmbito da capital. Sitiada, enfim, esta por Abdul-Mumen, caiu nas mãos dos almóadas (1147), e Ibrahim foi barbaramente decapitado pelos vencedores, acabando nele a dinastia do célebre Yusuf, o feliz e valoroso émulo de Afonso VI 287 .

Enquanto estes sucessos se passavam na África, via a Espanha muçulmana representarem-se iguais cenas, posto que em mais resumido teatro. Ibn Zakaria Ibn Ghaniyah era nesta época o chefe supremo do resto das tropas almorávidas que guarneciam o Andaluz. Os muçulmanos espanhóis davam desde a partida de Taxfin visíveis sinais de quererem sacudir o jugo dos lantunitas. Os sintomas de ódio profundo contra aqueles que, vindos como salvadores e amigos, se haviam convertido em senhores tirânicos surgiam por toda a parte, e a fraqueza dos ministros públicos, que não tinham, como dentro de pouco se experimentou, os meios necessários da repressão para com os indígenas, começava a ser de todos conhecida. A primeira centelha de

turbulência devia produzir um grande incêndio, e foi o que sucedeu 288 .
Dissemos anteriormente que Seddaray (o qual tinha sido vizir de Évora pelos almorávidas) se apoderara de uma parte do Gharb, ao mesmo tempo que Ibn Kasi se fazia senhor de outra. Fora isto o começo da revolução que estava já no ânimo de todos. Ligados entre si, os dois chefes invadiram o distrito de Sevilha, onde tomaram vários lugares fortes, chegando a sua ousadia a ponto de entrarem num dos arrabaldes desta cidade. Os voluntários indígenas, movidos da má vontade geral contra os almorávidas, corriam a alistar-se debaixo das bandeiras de Ibn Kasi. Evidentemente Ibn Ghaniyah, cuja actividade e génio militar os acontecimentos posteriores provaram, deixara progredir o levantamento do Gharb, porque se julgara inabilitado para tentar reprimi-lo com certeza de triunfar; aliás, fora inexplicável a sua inacção. Sabendo, porém, em Córdova, onde residia, dos progressos dos amotinados, conheceu que era necessário arriscar tudo para atalhar o mal, e marchou para aquelas partes com as forças que pôde ajuntar. Não ousaram os inimigos esperá-lo e recuaram para o Gharb; mas Ibn Ghaniyah, tendo-os alcançado, desbaratou-os e foi sitiá-los em Niebla, aonde se haviam
287 Conde, P. 3, c. 36 e 37; Abdel-Halim (versão de Moura), pp. 206 e ss.
288 Conde, P. 3, c. 34; Al-Makkari, 13. 8, c. 2..180
acolhido. Não durou muito tempo o cerco. Livre da guarnição que a sopeava, Córdova aievantou-se, e Valência seguiu o seu exemplo. A revolução propagou-se logo por Múrcia, Almeria, Málaga e outras cidades, de modo que Ibn Ghaniyah abandonou a ideia de submeter o Gharb para acudir ao mais essencial. Não seguiremos os sucessos desta guerra sanguinolenta que se prolongou durante os últimos meses de 1144 e prosseguiu pelos anos seguintes, senão no que tocar aos distritos ocidentais, que, em consequência daquelas discórdias, vieram a cair nas mãos de Afonso Henriques 289 .
Estes distritos estavam irremediavelmente perdidos para os lantunitas. Ibn Kasi fizera do forte castelo de Mértola o centro dos seus estados, enquanto Seddaray fazia o mesmo em Badajoz. Ornar Ibn Al-Mundhir, que fora um dos primeiros e mais ardentes partidários de Ibn Kasi, recebera deste o governo de Silves, sua pátria, com uma espécie de independência. Ibn Ghaniyah, que tratava por todos os modos de amparar o decadente domínio almorávida, buscou meios de introduzir o ciúme entre estes três chefes que haviam sido os principais motores da guerra civil. Breve se lhe ofereceu ocasião para realizar o intento, o qual devia dar um resultado que ele não previra. A revolução do Gharb tinha-se estribado em dois sólidos fundamentos, um político e outro religioso. Era o primeiro o ódio concebido pelos indígenas contra os lantunitas: era o se-gundo,
que Ibn Kasi começara a sua ambiciosa carreira seguindo as pisadas de Al-Mahdi, o que fundara na África a seita dos almóadas. Como ele, Ibn Kasi estudara as doutrinas de Al-Ghazaly e como ele viera propagá-las entre os seus naturais, onde encontrou muitos outros do mesmo sentir 290 . Por este meio alcançou a influência necessária para dirigir a reacção política. Sabendo da morte de Taxfin em África, sucesso que excitou ainda mais, como era natural, o incêndio da revolução na Península, Ibn Kasi, unido pela identidade de crença com os almóadas, enviou mensageiros a Abdul-Mumen, oferecendo-lhe obediência. O príncipe africano nomeou-o então váli do Gharb, o que era habilitá-lo para oprimir de futuro aqueles que o tinham ajudado a engrandecer. Este negócio, segundo parece, fora tratado em segredo; mas Ibn Ghaniyah, que dele tivera notícia, aproveitou o ensejo para semear a discórdia entre os três cabeças da revolução, fazendo persuadir a Seddaray e a Ornar, coisa aliás fácil, que Ibn Kasi só dera este passo para se engrandecer à custa deles, trazendo à Península o jugo almóada, mais duro que o dos lantunitas. Surtiu efeito o aviso. Seddaray e Ornar buscaram pretextos para declarar guerra àquele que havia, sido seu chefe, e as tropas de Badajoz e de Silves marcharam contra Ibn Kasi 291 .
Estes sucessos passavam em 1145, quando as sanguinolentas dissensões entre o rei de Portugal e o imperador se haviam já trocado, senão em paz sincera, ao menos em

combates nos quais a vitória se não disputava com o ferro, mas com as intrigas em Roma e com as queixas e as concessões ao pontífice que anteriormente relatámos. Fortificadas as fronteiras, vendo-se à frente de homens de armas aguerridos nas passadas lutas, Afonso I, cujo pensamento quase exclusivo de toda a vida foi o das guerras e conquistas,. e cujo valor e constância lhe granjearam entre cristãos e sarracenos a reputação de um dos príncipes do seu tempo mais empreendedores e pertinazes 292 , não devia estar tranquilo enquanto o. estrondo das armas retumbava por todos os ângulos da Península. As turbulências do Gharb ofereceram-lhe brevemente ensejo para ceder às suas propensões belicosas. Acometido a um tempo por Seddaray e

289 Conde P. 3, c. 34, 35, 37 e 38.

290 Id., P. 3, c. 34, in princip.

291 Ibn Khaldun, em Gayangos (versão de Al-Makkari), Vol. 2, Apêndice D, p. 50; Conde, P. 3, c. 88.

292 «Hic Adelphonsus fuit strenuus et pertinax in agendis», Rodrigo de Toledo, de Rebus Hispaniae, L. 7,
c. 6; «Alfonso was one of the most entreprtssng among the christian Kings of these calamitous times»,
Ibn Sahibi s-Salat, citado por Al-Makkari, Vol. 2, p. 522..181

por Ornar, o váli de Mértola lançou-se nos braços do tirano Ibn Errik, senhor de Coimbra, como os sarracenos denominavam o guerreiro príncipe português. Além das inclinações militares deste, um motivo recente de vingança o impelia a intervir nestas discórdias em que o sangue dos muçulmanos devia correr em torrentes por mão dos seus próprios correligionários. Como as algaras ou correrias mútuas das duas raças inimigas se repetiam regularmente todas as primaveras, no ano antecedente (1144) o vizir ou caide de Santarém, Abu Zakaria, um dos mais valorosos chefes dos sarracenos, invadira as fronteiras cristãs e aproximara-se de Soure. Safram a encontrá-lo os cavaleiros templários, mas foram desbaratados, ficando a maior parte deles cativos, e, satisfeito com o feliz resultado da algara, Abu Zakaria tinha-se recolhido ao seu forte castelo de Santarém 293 .

Aceitando, pois, as propostas de Ibn Kasi, Afonso passou o Tejo com as suas tropas e penetrou no distrito de Al-Kassr. Era um grave erro o que a cegueira das paixões políticas levava os sarracenos a cometerem, aliando-se com os cristãos para se melhorarem contra os seus adversários nas discórdias civis. Excelentes aliados para a guerra activa, eram remissos e as mais das vezes absolutamente inúteis para a defensiva. Chamava-os o ódio: não os retinha o afecto. Ibn Kasi foi um novo exemplo da verdade desse facto que nascia antes da natureza das coisas do que de propensões ingénuas de deslealdade. O rei de Portugal ajuntou-se com o senhor de Mértola, e ambos penetraram pelos distritos de Beja e de Mérida. A passagem dos cristãos ficou assinalada sobre aquele solo, empapado de sangue, por inumeráveis estragos. Saindo-lhes, porém, ao encontro Seddaray e AJ-Mundhir, houve entre uns e outros grande número de escaramuças, nas quais a vantagem final parece ter ficado aos régulos de Badajoz e de Silves. Entretanto Ibn Kasi, esse homem que subira ao poder pela sua audácia e esforço, achara em Afonso Henriques um ânimo ainda mais duro e audaz que o seu. Temia-o ou, para nos servirmos da pinturesca expressão dos historiadores árabes, era como um servo que só movia as pestanas quando Afonso lho ordenava 294 . Os sarracenos toleravam mal esta subserviência do seu chefe ao príncipe infiel. Ou que, em consequência do desgosto geral, Ibn Kasi julgasse dever despedir o seu auxiliador, ou que este, com o mesmo ou diverso pretexto, quisesse retirar-se, é certo que as tropas cristãs abandonaram o senhor de Mértola quando a fortuna da guerra se lhe mostrava contrária. Tendo já recuado para o centro dos seus estados e indo buscar refúgio nos fortes muros de Mértola, Ibn Kasi despediu os cristãos com ricos presentes. Era tarde para conter, sem os soldados de Afonso, a indignação popular e o ímpeto dos inimigos. Os habitantes daquela povoação rebelaram-se, e o chefe sarraceno, tentando debalde defender-se no alcaçar, caiu

prisioneiro nas mãos de Seddaray, a quem os levantados tinham aberto as portas. Conduzido a Beja e lançado num calabouço, deveu a liberdade a Ibn Samail, um dos seus antigos parciais que lhe ficara fiel e que logrou apoderar-se daquela cidade. Ibn Kasi dirigiu-se então ao Mohgreb para invocar o socorro dos almóadas, incitando-os a invadirem a Espanha e a restituírem-no ao valiado do Gharb, cargo em que pedira ser confirmado por Abdul-Mumen e de que lhe fizera homenagem 295 .
Tal fora o resultado da politica de Ibn Ghaniyah: obtivera os seus fins; mas as consequências iam mais longe. As representações do váli fugitivo não saíram baldadas.
293 Salvato, «Vita S. Martini Sauriensis», parágrafo 11. «Que Abu Zakaria (Auzecri ou Abzecri) foi o
capitão desta entrada deduz-se de serem os cativos levados a Santarém (ibid.). Que ele governava aquele
distrito nessa época vê-se da «Chronica Gothorum», era 1178, e do relatório da tomada de Santarém, de
cujo valor como fonte histórica adiante se vera a nossa opinião.
294 «Se habia con elle como un siervo que movia sus pestanas por insinuaciones del otro», Conde, loc. cit.
295 Conde, ibid.; Ibn Khaldun, loc. cit. É a esta campanha de Afonso I no Alentejo que alude provavelmente a «Chronica Gothorum» (exemplar de Resende) quando diz: «Rex Portugaliae D.
Alfonsus vehementer eos devastabat, et depraedabatur terram eorum militum et ad nihilum redigens»..182
Ele chegara à África justamente na conjuntura em que Abdul-Mumen se tinha apoderado de Marrocos. O príncipe almóada enviou logo para a Espanha uma expedição capitaneada por Berraz Ibn Mohammed Al-Masufi, a qual foi seguida imediatamente de outras duas debaixo do mando de Abu Imram Musa Ibn Said e de Ornar Ibn Saleh As-Senhaji. As tropas de desembarque eram, segundo alguns, trinta mil homens, dos quais dez mil de cavalaria. Berraz, general daquelas forças, encaminhou-se rapidamente para o Gharb. Xeres, Ronda, Niebla caíram uma após outra em poder dos almóadas. Mértola, aonde eles se dirigiram, não foi acometida, porque já, segundo parece, Ibn Kasi se fizera outra vez senhor dela. O exército de Berraz transpôs então as serras e acometeu Silves, que levou à escala, entregando-a depois ao váli de Mértola. De Silves retrocedeu para a província de Al-Kassr com o intento de subjugar os estados de Seddaray; mas este, receando sorte igual à de Al-Mundhir, apressou-se a dar obediência ao general almóada e a reconhecer a supremacia de Abdul-Mumen. Berraz, tendo passado os últimos meses de 1145 em Mértola, marchou contra Sevilha no princípio do ano seguinte. No caminho, Hisn Al-Kassr e Tablada abriram-lhe as portas, enquanto de toda a parte os muçulmanos espanhóis corriam a unir-se aos almóadas em ódio dos almorávidas. Investida Sevilha, foi tomada à viva força, e dali prosseguiu Berraz nas suas conquistas 296 .
No meio destas perturbações e guerras, a província mais ocidental do Gharb, denominada pelos árabes Belatha, a qual, como dissemos, ocupava o território entre o Tejo, o oceano e as fronteiras meridionais de Portugal, deixa de figurar, ao menos activamente, na história dos sarracenos. Abu Zakaria, o governador de Santarém, aparece-nos nas crónicas cristãs como o último capitão ilustre dos muçulmanos de Belatha. Era um chefe que se tinha conservado fiel aos almorávidas? Reconhecia a autoridade de Seddaray ou de Ibn Kasi? Eis o que o silêncio completo dos historiadores árabes nos não consente resolver. O que de tal silêncio, comparado com os sucessos que acima relatámos, parece poder concluir-se é que esta porção do território muçulmano esquecera, por assim dizer, às parcialidades que combatiam nas duas províncias mais importantes, e sem comparação mais vastas, de Al-Kassr e de Chenchir ou Al-Faghar. O estado de completa anarquia a que tinham chegado as coisas do Andaluz, a situação deste pequeno distrito separado pelo Tejo da província de Al-Kassr, donde só podia ser socorrido, e sobretudo o carácter do rei de Portugal deviam fazer sentir aos sarracenos

destas partes que a hora de serem subjugados pelos cristãos não tardaria a soar. Os habitantes de Santarém, de Lisboa e dos outros lugares menos importantes estavam na triste persuasão de que o termo de uma guerra com Ibn Errik, o fero senhor de Coimbra, lhes seria fatal. As devastações feitas por Afonso I nos domínios de Seddaray eram um bem temeroso exemplo, e, para ao menos arredar por algum tempo a última ruína, os moradores das povoações de Belatha, sem exceptuar Santarém e Lisboa, fizeram-se tributários do príncipe cristão, esperando salvar a troco da fazenda a vida e a liberdade 297 .

O rei dos portugueses parecia querer dar, enfim, tréguas a tantas lidas no remanso das afeições domésticas. Em 1146 desposou-se com Matilde ou Mafalda (Mahaut), filha do conde de Mauriana e Sabóia, Amadeu III 298 . Ignoramos hoje quais fossem os motivos desta escolha, a não serem as relações que havia entre a casa de Mauriana e a

296 Ibn Khaldun e Conde, loc. cit. Seguimos principalmente a narrativa de Ibn Khaldun como mais completa.

297 «Homagium ei facientes dabant ei tributum et censum de civitabus et de castellis de Santarem et de Ulixbona et de vicinis suja», «Chronica Gothorum».

298 Art de vérifier les dates, Vol. 5, p. 152. A «Chronica Gothorum» atribui este casamento ao ano de 1145, mas nos documentos só começa a figurar a rainha Mafalda desde Julho de 1146 (Dissertações Cronológicas, T. 3, P. 1, p. 192.).

de Borgonha, à qual por seu pai, como sabemos, pertencia Afonso Henriques.

Dominado, todavia, pela ambição das conquistas, o amor de Mafalda não pôde distraí-lo dos cuidados da política ou da guerra. Nesta mesma conjuntura ele tratava das suas pretensões em Roma com Eugénio III 299 e preparava-se para submeter inteiramente ao seu domínio a parte do território muçulmano à direita do Tejo, conquista que o terror do seu nome e as guerras civis do Andaluz tanto lhe facilitavam.

Santarém era então uma das principais povoações de Belatha e o padrasto mais de recear para as fronteiras cristãs. Dali saíam, como temos visto, a maior parte das algaras que iam levar a devastação e a morte até os distritos situados no coração de Portugal. Menos defendida que Lisboa pela arte, era-o mais pela natureza; porque, embora não estivesse cingida de muros como essoutra povoação e os seus habitantes vivessem em grande parte num arrabalde à borda do rio, o castelo que lhe servia de coroa, edificado no cimo da montanha em que estava assentada, era como um ninho de águias pendurado sobre o Tejo 300 . As hortas e vergéis rodeavam-na por toda a parte, e a fertilidade dos campos que se dilatam ao sul dela pelas margens ameníssimas do rio tinha-se por tão subida que se acreditava geralmente no Gharb bastarem quarenta dias para neles nascerem, vegetarem e amadurecerem os cereais 301 . Com estas circunstâncias, as tentativas dos cristãos para se apoderarem de Santarém, tentativas repetidas com melhor ou pior fortuna desde o tempo dos reis leoneses, eram coisa bem natural. Estava, porém, reservado para Afonso I o hastear naquele inexpugnável castelo, de uma vez para sempre, o estandarte vitorioso da cruz.

A luta em que andavam envolvidas as duas raças inimigas que habitavam na Península tinha índole diversa das guerras do resto da Europa. Lá, por via de regra, ou eram discórdias entre os monarcas sobre o senhorio de uma província, ou duas dinastias que contendiam acerca de um trono, ou, enfim, questões de dependência entre suseranos e feudatários: na Espanha, porém, eram duas sociedades e duas religiões que dis-putavam uma à outra a existência, e para as quais a posse ou perdimento da mais diminuta porção de território significava a posse ou perdimento, digamos assim, de um membro, de uma parte da própria individualidade. Daqui nascia que o sistema militar apresentava nestas partes caracteres especiais. A guerra era essencialmente local. As

batalhas campais, posto que disputadas e sanguinolentas quando ocorriam, davam-se raramente. Defesas e cometimentos de castelos, eis o que se repetia, a bem dizer, diariamente; porque em cada montanha, quase em cada outeiro, surgia uma fortaleza, às vezes uma simples torre, cuja conquista importava a sujeição do território circunvizinho e que eram sustentadas com tanta firmeza pelos que as defendiam, como combatidas com pertinácia pelos que as assaltavam. Assim a arte da guerra consistia principalmente no sistema ofensivo ou defensivo dos assédios. As cenas que teremos de descrever da tomada de algumas cidades importantes mostrarão ao leitor quanta energia e audácia, de uma parte, valor e sofrimento, de outra, se tomavam necessários para este combate incessante de semanas e meses, não só com os homens, mas também com os elementos.
A solidez e o inacessível do castelo de Santarém e o grande número de defensores que acharia na povoação assentada à sombra dele na margem do rio tinham convencido Afonso I de que os seus recursos militares não eram suficientes para o levar à escala vista. Meditava, portanto, no modo de se apoderar dele por algum estratagema. Educado
299 Vejam-se as notas XIX e XX.
300 A descrição que fazemos é o único meio de conciliar a afirmativa de Edrisi (Vol. 2, p. 29) de que
Santarém não era cercada de muralhas com o encarecimento das nossas memórias coevas sobre a
excessiva fortalera «daquele» castelo, conciliação que, alias, parece casar-se com a topo. grafia da
povoação.
301 Edrisi, ibid..184
no meio dos perigos da guerra, a experiência ajudava o seu engenho natural, as suas irresistíveis propensões de conquistador. Como todas as inteligências eminentes, os grandes capitães não alcançam nome glorioso senão por meio das, inspirações súbitas e fecundas a que chamamos o génio. O rei dos portugueses teve uma inspiração dessas, e desde então a conquista do famoso castelo foi irrevogavelmente resolvida 302 .
Existe uma relação da tomada de Santarém, espécie de poema em prosa em que figura o próprio rei narrando as particularidades da empresa. Esta composição é, segundo cremos, obra de um monge de Alcobaça. Posto que não haja absoluta certeza de que ela seja um monumento contemporâneo, é ao menos quase coeva 303 . E ainda que pelo seu estilo fuja das condições de uma narrativa chã e simples, não nos é lícito omitir as circunstâncias do sucesso aí referidas, ao menos aquelas que não parece derivarem das formas poéticas que predominam nessa memória. A substância da narrativa do monge cisterciense é a seguinte:
Afonso I tinha feito tréguas com os, sarracenos, facto aliás confirmado pelo que acima dissemos. Um certo Menendo ou Mem Ramires, homem astuto, cauteloso e atrevido, foi enviado a Santarém para examinar qual seria o sítio do castelo mais acessível de noite e qual o atalho mais seguro para chegar ao pé dele. Voltou Mem Ramires, depois de ver tudo atentamente, dizendo ser o negócio não só possível, mas, até, fácil, e gabando-se de que iria adiante de todos erguer o pendão real sobre o muro do castelo e quebrar os ferrolhos das portas por onde os outros entrassem. Assinalou então o rei o dia em que deviam sair de Coimbra para a empresa: foi uma segunda-feira. Afonso levava consigo os homens de armas de Coimbra, além de alguns cavaleiros seus, capitaneados por Fernando Feres. Ao segundo dia da marcha um certo Martim Mohab, provavelmente sarraceno renegado ou moçárabe, partiu com mais dois para intimarem aos de Santarém que as tréguas ficavam rotas por três dias. A pequena hoste havia caminhado para sudoeste, com o fim, talvez, de não despertar suspeitas, visto que, anunciada a quebra da paz, os exploradores sarracenos deviam principalmente vigiar a estrada de Coimbra.
Chegando à serra de Albardos, a cavalgada fez um ângulo para o oriente, seguindo ao longo das serras que se estendem naquela direcção, e chegou a Pernes ao romper da

alva da sexta-feira. Acamparam. As marchas, pelo menos as últimas, tinham sido feitas de noite, e a gente que o rei trazia ignorava qual era o alvo da correria, porque Afonso só revelara o seu desígnio a Mem Ramires e ao prior de Santa Cruz, Teotónio 304 . Em Pernes, porém, ele lhes patenteou tudo, animando-os com dizer-lhes que tinha comprados alguns dos vigias do castelo, posto que assim não fosse. A tentativa assustou os cavaleiros, não por si, mas pelo príncipe, que viam oferecido a tamanho risco.
Insistiam em que não os acompanhasse; achando-o, porém, inabalável, prepararam-se para aquele árduo feito. Partindo ao anoitecer, ajuntaram-se os peões e cavaleiros a pouca distância da povoação ameaçada e tomaram por um vale, entre o monte Iraz ou Motiraz e a fonte de Tamarmá, assim chamada pela doçura das suas águas 305 . Ia na frente Mem Ramires como prático; e, não pressentidos pela povoação adormecida, aproximaram-se dos muros do castelo.
O desenho para saltear aquela fortaleza inexpugnável tinha sido de antemão

302 «Cum enim rex civitatem ipsam novo generi pugnandi aggredi voluisset, furtim videlicet, et quasi per latrocinium, nam aliis bellicis apparatibus nunquam potuit; nam erat propter locorum situm impossibile et propter nimiam fertilitatem populorumque frequentiam», «Vita S. Theotonii», apud Bolland., Acta Sanctor. Februarii, T. 3, p. 116.
303 Apêndice da Monarquia Lusitana, p. 3, escrito 20. Veja-se a nota XXI no fim do volume.
304 «Ad virum Dei venies (sc. Theotonium) illi sou consilium detexit», «Vita S. Theotonii», ubi supra.
305 «Fontem qui propter amaras aquas arabice appelatur Athumarmal.» Tamarmá tem a significação que lhe damos (Moura, Vestígios da Língua Árabe, p. 190)..185
traçado pelo rei, que para isso aproveitara as informações de Ramires. Haviam-se feito dez escadas, a cargo cada uma de doze homens de armas escolhidos, os quais, portanto, somavam cento e vinte. Doze golpes de gente, de dez soldados cada um, subiriam assim sucessivamente ao muro no sítio que indicara o espia e que era uma quadrela ou lanço onde os sarracenos não costumavam colocar esculcas ou vigias nocturnas. Subidos todos, deviam hastear a signa ou pendão real sobre as ameias, de modo que se pudesse enxergar à luz duvidosa da noite, e depois, descendo do adarve ou andaime da muralha para a corredoura interior, quebrar os ferrolhos das portas por onde entrariam os que ficavam de fora. O que especialmente se recomendava aos cento e vinte que tinham de subir à escala era que naquele primeiro ímpeto, enquanto os inimigos estavam sonolentos e inertes, não perdoassem nem a homens nem a mulheres, nem aos velhos nem às crianças. Os gritos variados dos moribundos, o sangue correndo em torrentes, aquele relampejar incessante dos ferros e o som rouco dos golpes indiscriminados espalhariam tal confusão, terror tão profundo, que a defesa se tornaria impossível, e o castelo seria sem grande custo subjugado.
Tal era o plano; mas o alvitre que ocorrera a Afonso para tomar os defensores de Santarém descuidados não aproveitou por demasiado subtil, segundo se pode coligir da narrativa que vamos seguindo. Vimos que na terça-feira o rei enviara mensageiros a declarar que as tréguas ficavam por três dias suspensas. O prazo terminava na sexta, e era durante ele que os sarracenos deviam redobrar de vigilância e cautela. Nos termos da declaração feita por Ibn Errik, expirado o prazo, era natural que, após tão longa ansiedade, não vendo movimento algum, eles se limitassem de novo às prevenções ordinárias. Assim, na noite do sábado, destinada para o assalto, tornava-se probabilíssimo que os atalaias e roldas estivessem descuidados. Se, como parece, o cálculo foi este, cálculo na verdade não exempto de perfídia, as esperanças dos cristãos falharam em parte. No lugar onde habitualmente não havia sentinelas descobriam-se agora duas que mutuamente se espertavam a vozes. A pequena hoste, cuja retaguarda o

príncipe fechava, parou então no meio de uma seara, esperando que os vigias adormecessem com a modorra do quarto de alva. Largas horas lhes deviam parecer estas em que esperavam; mas os dois muçulmanos cederam por fim ao sono. Pelo tecto da casa de um oleiro contígua ao muro, Mem Ramires cozeu-se com este e procurou com a ponta da lança segurar uma escada às ameias; mas, falhando-lhe o tiro, a escada caiu com grande ruído. Não titubeou ele entre a vida e a morte e, curvando-se, ergueu sobre os ombros um soldado, que lançou as mãos à aresta da muralha, e, pulando acima, pôde amarrar a escada a uma das ameias. Num relance o alferes subiu com o pendão real e hasteou-o. Quase a um tempo Mem Ramires se achou ao pé dele. Tudo isto fora obra de um instante; mas o ruído despertara, de feito, as sentinelas. Olharam: o pavoroso estandarte do tirano Ibn Errik estava lá como o espectro da morte. Estupefactos, perguntaram ambos com voz tomada: «Quem sois?» Fora impossível enganá-los. Três vezes clamaram em brados confusos: «Nazarenos!» Três eram também os cristãos que se achavam no adarve. Mem Ramires respondeu com o grito de guerra: «Santiago e rei Afonso!» A voz do rei, sobrelevando às do tropel que o cercava, retumbou então por cima da estrupida. Bradava por Santiago e pela Virgem, e ao mesmo tempo dizia aos que estavam no adarve: «Eis-me aqui; eis-me aqui! Metei-os à espada! Nem um escape do ferro!»Entretanto tinham arvorado outra escada, e vinte cinco homens de armas estavam em cima. A vozearia dentro e fora do castelo era já confusa e medonha. Afonso dividiu as suas pequenas forças em dois corpos, um que tentasse escalar o muro pela direita, outro que tomasse o caminho do arrabalde assentado na margem do rio, para que os sarracenos não viessem por aquela parte impedir-lhe o aproximar-se da entrada. Ao mesmo tempo os vinte cinco esforçados tentavam quebrar as portas, arremessando.186 pedras contra elas, mas debalde, até que, atirando os de fora um malho de ferro por cima do muro, puderam os que se achavam dentro partir com ele os ferrolhos. Despedaçado o dique, a torrente precipitou-se dentro do castelo. Afonso, movido pelo ímpeto do entusiasmo religioso, ajoelhou no limiar daquelas portas que mal cuidava se haviam tão facilmente de abrir para o receberem vencedor. Seguiu-se uma resistência inútil e uma larga carnificina. Os raios do Sol, que nascera entretanto, não encontraram já sobre o roqueiro castelo o estandarte do Islão, derribado nessa noite (15 de Março) para nunca mais se erguer sobre as torres da opulenta Santarém 306 .

Este acontecimento extraordinário, este feliz resultado de uma tentativa que, talvez, parecera loucura, se antes se divulgasse, ao passo que aumentava a audácia e a confiança dos cristãos, devia gerar profundo desalento nos muçulmanos de Belatha, abandonados aos próprios recursos no meio das guerras civis. Subjugada aquela povoação, só restavam aos sarracenos em todo o território ao ocidente do Tejo dois lugares verdadeiramente importantes: Lisboa, pela sua grandeza, pela solidez de seus muros, pelos recursos que podia tirar do seu vantajoso assento sobre a vasta baia do Tejo, e o castelo de Sintra, por estar situado no cimo de um rochedo quase inacessível e posto como na vanguarda de serrania áspera e intratável, onde os habitantes dos . campos vizinhos poderiam facilmente abrigar-se e defender-se. No resto do distrito, talvez alguns castelos ou, torres colocados pelos cabeços dos montes amparavam as aldeias e habitações rurais derramadas pelos campos e vales que se dilatam entre o Tejo e o oceano; mas todas aquelas pequenas fortalezas, se existiam, eram coisa de pouco momento; ao menos os historiadores e viajantes árabes desses tempos como tais as consideravam, esquecendo-se de nos conservar nos seus escritos a memória da existência delas.

Desde a tomada de Santarém os pensamentos de Afonso I voltavam-se todos para a conquista de Lisboa; mas os muçulmanos deviam estar precatados, e, porventura, a consciência das poucas forças que tinha para tão grande empresa fazia-lhe considerar a tentativa como incerta e remota 307 . Os sucessos que nessa conjuntura ocorriam na Europa fizeram com que se realizassem os seus desígnios com maior brevidade do que ele ousaria esperar. Daremos de tais sucessos uma ideia sucinta, para que o leitor possa

conhecer a causa do inesperado auxílio que o rei de Portugal então obteve para se apoderar de Lisboa, habilitando-se assim para prosseguir as suas conquistas ao sul do Tejo.

A existência dos estados cristãos na Síria tinha sido desde a primeira cruzada uma série quase não interrompida de combates, em que ora os conquistadores, ora os muçulmanos levavam a melhoria, sem que nem uns nem outros obtivessem vantagens permanentes e decisivas. A perda, porém, de Edessa (1144), uma das cidades mais importantes daqueles estados, fez profunda impressão na Europa. Por mais de meio século não haviam cessado de partir para o Oriente cavaleiros e peregrinos de ambição ou de fé viva, que iam buscar naquelas remotas partes melhor fortuna ou mais segura salvação; mas estes continuados socorros serviam apenas para preencher as fileiras dos

306 «In era MCLXXXV pressa fuit civitae Sanctae Herenae per manus Ildefonsi portugallensis regia», «Crónica Conimbricense»; «Capta est idus Marcii (15), illucescente die sabbati in era MCLXXXV», relatório da tomada de Santarém; «Ano ab incarnatione MCLIV, et ab urbe ista capta VII», inscrição de Santa Maria da Alcáçova, no Elucidário, p. 354. A «Chronica Gothorum» atribui o sucesso ao dia 11 de Maio do mesmo ano, a um sábado, no que há evidente erro: primeiro, porque o dia 11 de Maio deste ano não caiu ao sábado, mas sim o dia 15 de Março, como diz a relação de Alcobaça; segundo, porque existe a doação aos templários do domínio eclesiástico de Santarém, feita em Abril deste mesmo ano: Carta de Tomar, no Arquivo Nacional, e nas Dissertações Cronológicas, T. 3, P. 1, p. 130, nº 400.

307 «Sed si forte evenerit ut in aliqua tempora mihi Deus sua pietate daret illam civitatem, quae didtur Ulixbona», doação aos templários, ubi supra..187

defensores da cruz, diariamente rareadas pelo ferro sarraceno. Assim, o pensamento duma nova cruzada para salvar das mãos dos infiéis os santos lugares começou a crescer e a dilatar-se. Esta ideia achou um intérprete ardente em Bernardo, abade de Claraval, talvez entre os seus contemporâneos o homem mais eminente por muitos dotes reunidos. A sua eloquência, a austeridade dos seus costumes, a sua actividade, a audácia com que media pela mesma escala os poderosos e os humildes para a repreensão ou para o louvor, tinham-lhe granjeado extrema popularidade e alta influência nos negócios públicos, sobretudo nos que de algum modo se ligavam com a religião. Foi, pois, Bernardo quem principalmente pregou a cruzada. Na Primavera de 1146 o rei de França, Luís VII, tomou a cruz vermelha das mãos do abade de Claraval, e com ele a tomaram quase todos os senhores e principais cavaleiros franceses, além de muitas outras pessoas. Passando à Alemanha, Bernardo soube resolver Conrado III, na dieta de Spira, a associar-se a este grande movimento militar. Os resultados da empresa foram, porém, fatais para os dois príncipes, que deixaram aniquilada na Ásia a flor dos seus exércitos, sem que vissem realizar-se alguma das brilhantes promessas do monge cisterciense, que, apesar da sua indisputável capacidade, levado do entusiasmo, não soubera calcular as dificuldades da tentativa 308 .

Os cruzados da Alemanha e os da França, que os seguiram pouco depois, capitaneados tanto uns como outros pelos respectivos monarcas, tinham-se dirigido pela Hungria e passado à Ásia atravessando o Bósforo. Constava o exército alemão principalmente de suábios, bávaros, francónios e lotaríngios, bem como da gente do Sudoeste da Alemanha 309 . Certo número, porém, de habitantes do Reno inferior e da Frísia, que tinham sido movidos pelos discursos do clero para a guerra santa, mais habituados à vida do mar que os povos do sertão, preferiram embarcar-se e irem unir-se

com outros peregrinos em Inglaterra. As tropas teutónicas, em que entravam muitos lotaríngios, juntas em Colónia passaram a Dartmouth, porto da Grã-Bretanha, onde se achava uma armada de perto de duzentas velas destinada a transportar os cruzados das várias regiões marítimas da Flandres, da Inglaterra e ainda da Aquitânia 310 . Eram os personagens principais daquela frota, fundeada em Dartmouth 311 , o conde Arnulfo de Areschot, chefe dos alemães, e Cristiano de Gistell, chefe dos flamengos, sendo a gente da Inglaterra regida por quatro condestáveis 312 . As tropas que ali se ajuntaram subiam, talvez, a pouco mais de treze mil homens, pela maior parte de inferior condição, porquanto a nobreza da Alemanha e da França se agregara aos exércitos de Conrado III e de Luís VII 313 . Esta armada velejou para as costas da Espanha, não tanto com o intuito de guerrear os sarracenos da Península, como porque era aquela a rota que deviam seguir para entrarem no Mediterrâneo e chegarem à Síria. Depois duma procela

308 Wilken, Geschichte der Kreuzzuge, B. 3, 12; Michaud, Histoire des Croisades, P. 2, L. 6.

309 Pfister, Geschichte der Teutschen, 2 B., 5. 351.

310 «V cal. mau movit exercitus a Colonia», Dodequino, «Exercitus, Colonia et aliis civitatibus Rheni conflatus», Helmoldo; «Flandrigenae... Angli... Lotharingii», Arnulfo; «Exercitus ex Anglia, Elandria et Lotharingia», Roberto de Monte; «Variarum nationum gentes», Crucesignati Anglici Epistola; «Pars eorum maxima venerat ex Anglia», Henrique Huntingdonense; «Castra Theutonicorum ceterorumque diversis qui venerant provinciis... Angu viri, et reliquus Britaniae, Aquitaniae que populus», Indiculum Fundat. Achar-se-ão no fim do volume, nota XXII, os títulos, edições e lugares dos autores, que citamos só pelos seus nomes para evitar prolixidade e repetições.

311 «So laesset sich wohl dreist das Derchimed des Dedekin und das Tredemunde des Arnulf deuten», Lappenberg, Geschichte von England, 2 B., 5. 357.

312 Crucesignati Anglici Epistola.

313 «Venimus in portum Angliae Derchimite, ubi erat comes Areschot cum 200 fere navibus anglicis et flandricis», Dodequino; «Cum de ipsis essent tredecirn millia», Roberto de Monte; «Exercitus virorum non potenumnec alicui magno duce ennixi... humiliter profecti sunt... His pauperibus de quibus praediximus», H. Hutingdonense..188

furiosa, que facilmente espalhou os pequenos baixéis da frota 314 , esta, havendo buscado sucessivamente abrigo em dois ou três portos das costas das Astúrias e Galiza, veio afinal ajuntar-se na foz do Tambre (ria de Noya). Próximos do célebre santuário de Compostela, tão frequentado de peregrinos de toda a Europa, os cruzados dirigiram-se ali para celebrarem a festa de Pentecostes no templo do apóstolo. Após esta romagem, embarcando de novo e correndo a costa para o sul, vieram entrar no Douro 315 .

A 16 de Junho de 1147 a armada surgiu diante do Porto e ali esperou onze dias pelo conde de Areschot e por Cristiano de Gistell, que, levados pela força do temporal, se haviam separado do resto da frota e até esse tempo não a haviam podido alcançar 316 . O bispo D. Pedro, que já tinha notícia da vinda daquela armada, recebera na véspera uma carta de Afonso Henriques, na qual lhe dizia que, se os navios dos cruzados apor-tassem ali, tratasse aquela gente o melhor que fosse possível e que, se alcançasse ajustar com os seus chefes servirem-no na guerra, concluísse um acordo sobre isso, dando todas as seguranças necessárias e embarcando com eles para a foz do Tejo. Havia, com efeito, dez dias que o rei, sabendo pela gente de cinco navios que, corridos do tempo, tinham arribado previamente às costas de Portugal, da vinda da frota e que entraria no Douro,

ajuntava forças para marchar sobre Lisboa, resolvido a conceder aos cruzados quanto exigissem e coubesse nos seus recursos para se valer deles na conquista de tão importante cidade 317 .
Como os cruzados eram de várias nações e tinham diferentes chefes, o bispo congregou-os no cemitério do burgo episcopal, porque não cabiam na sé, e aí lhes dirigiu um discurso em latim, que os intérpretes iam traduzindo nos diversos idiomas. Depois de os incitar pelo sentimento religioso a darem o sangue e a vida pela fé combatendo os sarracenos da Espanha, recorreu enfim ao meio não menos eficaz de lhes expor as vantagens que el-rei lhes oferecia. A deliberação que se tomou afinal foi aceitar a proposta e partir para Lisboa logo que o conde de Areschot e Cristiano de Gistell chegassem, devendo entretanto vir o arcebispo de Braga ajuntar-se com o seu sufragâneo para acompanharem a expedição 318 . Efectivamente, unida de novo toda a armada 319 , seguiu a sua rota e subiu pelo Tejo no penúltimo dia do mês, depois de dois de trabalhosa viagem 320 , enquanto Afonso I marchava por terra com as forças que pudera ajuntar para esta empresa, as quais, conforme o testemunho dum historiador coevo, formavam um poderoso exército 321 .
Lisboa já então era cidade importante. A sua situação, hoje grandemente acomodada para ser um dos principais empórios do comércio do mundo, se os erros dos homens ou os seus maus fados lho consentissem, não era nesse tempo menos própria para centro da navegação costeira dos mares oceano e Mediterrâneo e, principalmente, para o trato entre a Mauritânia e a Europa. A bondade do porto, a brandura do clima, os

314 «Barcias» lhes chama a Memória de São Vicente. De feito, sendo treze mil os cruzados e perto de duzentas velas, cada uma não transportava mais de sessenta a setenta homens.
315 «Ad Portugalim per alveum fluminis, qui Dorius dicitur, applicuimus», Arnulfo. Cf. Crucesignati Anglici Epistola.
316 Crucesignati Anglici Epistola.
317 Id., ibid.
318 Id., ibid.
319 A Memória de São Vicente diz que a frota entrada no Tejo era de cento e noventa navios, que vinham a ser os quase duzentos (a Crucesignati Anglici Epistola fixa o número de navios saídos de Dartmouth em cento e noventa e quatro) com que saíra de Inglaterra o conde de Areschot.
320 Estas datas, em que concordam Arnulfo e Dodequino, estio certas. A Páscoa, em 1147, caiu a 20 de Abril, e o Pentecostes a 8 de Junho. Chegaram ao Porto oito dias depois, e portanto a 16. Demoraram-se aí onze, e gastaram quase dois em correr a costa desde o Douro até o Tejo, onde surgiram na véspera de São Pedro (28), o que dá exactamente o cômputo feito por Arnulfo e por Dodequino.
321 «Rex quoque, terrestre accedens itinere, validum adduxit exercirum», Helmoldo..
ricos produtos do território circunvizinho deviam tê-la engrandecido por muitos modos. Assentada à beira do rio e protegida pelo castelo ou kassba (alcáçova) que se erguia na sua extremidade ao norte, esta bela cidade, como lhe chama Edrisi, estava cingida de muros de admirável estrutura, não o sendo menos as altas torres do eminente castelo, que pareciam invencíveis para forças humanas. Uma das coisas mais notáveis dela eram as suas termas ou banhos sempre tépidos, tanto no estio como no Inverno, e que naquela época ficavam situados no centro da povoação 322 . Era esta opulentíssima pelo trato e mercancia dos portos da Europa e da África, e nela abundavam tanto o ouro e a prata como os artefactos e géneros mais preciosos que o luxo pode desejar ou a necessidade exigir. Já então o vinho, o sal e as frutas constituíam os principais produtos dos seus

arredores. Calculava-se oficialmente a sua população, depois que os habitantes de Santarém, expulsos dali pela conquista, tinham vindo acolher-se a Lisboa, em cento e cinquenta e quatro mil homens, afora mulheres e crianças, cálculo na verdade exageradíssimo apesar daquele inesperado aumento, mas que, ainda assim, indica ser esta cidade naquela época uma das mais populosas da Espanha. Tudo o que era gente principal de Almada, de Palmela e de Sintra residia em Lisboa, e aqui se encontravam negociantes de todos os portos da África e da Península. As razões de ordem económica pelas quais afluía a esta cidade tão extraordinário número de pessoas acresciam outras, segundo corria, de ordem moral, talvez as mais fortes, para essa singular acumulação de habitantes. Era a soltura dos costumes, a liberdade levada ao grau de licença. Cada qual dava a lei a si próprio: nenhuma religião havia, e os homens mais depravados do mundo vinham mergulhar-se nessa sentina de corrupção, onde pululavam à vontade os mais asquerosos vícios e as paixões mais ruins podiam francamente saciar-se 323 .
O âmbito da cidade era o actual castelo, defendido por um muro circular torreado, de cujo exterior partiam lateralmente duas muralhas, que, fazendo volta por nascente, se iam encontrar na orla do Tejo, exactamente à beira da água. A área intermédia devia abranger os actuais bairros de Alfama e Ribeira Velha; espaço que mal compreenderíamos como pudesse conter população avultada, se uma testemunha ocular da conquista de Lisboa não nos subministrasse os meios de explicar, ao menos até certo ponto, esse facto. Os edifícios eram por tal modo apinhados que, exceptuando os bazares ou mercados, seria difícil achar uma rua ou passagem que tivesse mais de oito pés de largo. Além disso, em todo o circuito dos muros 324 e contíguos a estes havia uma espécie de vastos subúrbios, cujo acesso era talhado a pique, e por tal modo dificultoso de entrar que cada um podia considerar-se como um castelo ou baluarte 325 .
No mesmo dia em que a frota fundeou em frente da povoação, os cruzados desembarcaram em grande número e travaram escaramuça com os sarracenos, escaramuça que terminou por se recolherem estes à cidade e os cruzados aos seus navios, ficando apenas acampados em certa eminência uns trinta a quarenta deles. Apenas, porém, amanheceu o Dia de São Pedro, tudo saltou em terra. Tinha já chegado com o seu exército o rei de Portugal, e os dois prelados de Braga e do Porto foram imediatamente buscá-lo. A presença de Afonso Henriques produziu grande tumulto entre os cruzados; todos queriam falar-lhe. Pediu-lhes o príncipe que lhe indicassem quais eram os seus chefes e, depois de elogiar o aspecto guerreiro do campo e o zelo
322 «Cette belle vile s’étend de long du fleuve, est ceinte de murs, et protégée par un chateau-fort. Au
centre de la ville est une source d’eau chaude en été comme en hiver», Edrisi (versão de Jaubert), Vol. 2,
p. 25; «Quae civitas... mirabilis structura tam murorum quam turrium super montem humanis viribus
insuperabilis fundata est», Arnulfo.
323 Crucesignati Anglici Epistola.
324 «Circumquaque suburbiis», ibid.
325 Id., ibid..190
religioso que congregou ali tantos homens valorosos, declarou que, embora empobrecido pela incessante luta em que andava com os infiéis, subministraria aos recém-vindos quanto os próprios recursos lhe permitissem dar-lhes; mas que era necessário que nomeassem algumas pessoas com quem se debatessem as promessas que lhes mandara fazer, a fim de ser depois submetido o acordo à aprovação de todos. Esta proposta, feita a gente colectícia e de desvairadas origens, esteve a ponto de dar azo a baldar-se a expedição. O debate sobre ela, protraído durante a manhã, renovou-se de tarde com mais violência, e tanto mais que os flamengos, movidos talvez por secretos meneios, manifestavam já o intento de estar por tudo e de ficarem ao serviço do rei de Portugal em qualquer eventualidade. Combatiam outros a aceitação do pacto proposto,

distinguindo-se entre os insofridos os dois irmãos Wilhelm e Radulph, que, segundo parece, eram chefes de piratas normandos 326 , aos quais se associavam, além de outros, muitos cruzados de Inglaterra que haviam tomado parte na mal sucedida tentativa feita cinco a seis anos antes contra Lisboa 327 . Fundavam-se os dois piratas e os seus sequazes nas grandes vantagens que poderiam tirar das depradações nas costas da Espanha, na maior brevidade com que chegariam à Terra Santa e, sobretudo, na deslealdade com que, segundo diziam, procedera Afonso Henriques da outra vez em que recorrera ao seu auxílio. Wilhelm declarou que com oito ou dez navios que quisessem seguir a sua fortuna partiria sem detença. O maior número, porem, isto é, os alemães, os flamengos, a maioria dos ingleses e os escoceses mostravam-se resolvidos a prosseguir no encetado empenho, ficando só contumazes os normandos e as gentes de Bristol e do Hampshire. Os alemães e flamengos partiram logo para o lado oriental da cidade, onde acamparam, fundeando os seus navios também daquele lado, enquanto os cruzados de Inglaterra pro-curavam
reduzir à concórdia os dissidentes. Afinal, à força de razões, de súplicas e até de lágrimas, Herveu de Glanville, condestável da gente de Suffolk e Norfolk, alcançou dobrar o ânimo feroz de Wilhelm e aquietar os seus partidários sob condição, todavia, de não lhes faltarem vitualhas e de lhes ser pago soldo pelo rei ou pelos outros cruzados, na falta do que nem mais um dia se demorariam. Pacificado deste modo tudo, a gente das diversas nações nomeou cada qual seu comissário para, juntos, tratarem com os delegados régios de assentar as condições definitivas do acordo. Foram estas. que, tomada Lisboa, os bens dos inimigos pertenceriam exclusivamente aos cruzados; que os resgates de vidas oferecidos por quaisquer prisioneiros seriam também para eles, ficando esses prisioneiros cativos do rei; que os mesmos cruzados reteriam em seu poder a almedina, se fossem eles que a tomassem, até a saquearem completamente, entregando-a só depois disso a Afonso Henriques; que debaixo da inspecção deste se repartiriam os prédios da cidade e as propriedades rústicas aos que ficassem em Portugal, continuando a viver aqui com as liberdades, foros, usos e costumes dos seus respectivos países e reconhecendo só o domínio eminente da coroa; que, finalmente, assim os que intervinham naquela arriscada empresa como os seus herdeiros e suces-sores gozariam da imunidade de portagens e peagens para os seus navios e mercadorias em todos os portos de Portugal. De uma e da outra parte nomearam-se para se darem em reféns do convénio vinte indivíduos notáveis 328 . Confirmando este acordo, Afonso I jurou que não levantaria campo senão por motivo de enfermidade mortal, ou sendo os

326 «Willelmus vitulus adhuc spirans minatum cedisque pyraticae et Radulfus frater ejus», ibid. Vituli
eram uma espécie de homens de mar (ver Ducange e Carpentier). Da narrativa do cruzado inglês e
sobretudo do discurso de Herveu de Glanville se vê que eram principalmente os normandos que se
opunham ao acordo, com a ideia de piratear nas costas de Espanha.

327 Vide ante p. 171.

328 Na carta do cruzado inglês, de que vamos extraindo principalmente esta particularizada narrativa, vem
escrito textualmente o convénio..

seus estados invadidos pelo inimigo, e que não inventaria em caso nenhum tal pretexto para faltar ao pacto jurado. Esta promessa solene, que decerto não foi espontânea, parece indicar que a anterior tentativa contra Lisboa se malograra pela retirada das tropas de Afonso Henriques, que antes quisera adiar a redução da cidade do que submeter-se às condições impostas pelos seus aliados, condições, talvez, ainda mais duras do que estas que finalmente se resolvia a aceitar.

Antes de assentar arraiais e de começar as operações do assédio, os sitiadores entenderam ser conveniente propor uma capitulação vantajosa aos cercados, a qual, não

sendo provavelmente aceita, até certo ponto legitimaria os horrores que eram consequência forçosa de ser a cidade tomada à escala vista. Os dois prelados de Braga e do Porto com alguns dos capitães estrangeiros foram enviados como parlamentários. Reconhecidos por tais ao aproximarem-se dos muros, não tardaram a aparecer no adarve o caide da cidade, o bispo moçárabe 329 e os magistrados civis. Dadas mútuas tréguas para que de parte a parte pudessem desafogadamente explicar-se, o arcebispo de Braga encetou a discussão com um longo mas pouco concludente discurso, em que as ameaças mitigadas pela brandura da linguagem mal supriam a míngua de boas razões. Propunha que entregassem o alcaçar e as outras fortificações aos sitiadores, feito o que a propriedade, honra e vida dos habitantes seriam respeitadas e mantidas. O acordo pouco antes jurado entre Afonso I e os seus aliados habilita o leitor para apreciar a lealdade das promessas do arcebispo. A resposta, porém, dos cercados, foi franca e altiva. Não reconheciam de modo algum o direito que o metropolita invocava, nem estavam resolvidos a abandonar Lisboa ou a aceitarem o jugo estranho sem experimentarem a sorte das armas. Resignavam-se de antemão aos decretos da fatalidade. Sabiam por experiência própria que nem sempre as tentativas daquela ordem eram coroadas de bom resultado. «Fazei o que poderdes», concluíam eles; «nós faremos o que for da divina vontade.»

O bispo do Porto, irritado, segundo parece, pela linguagem dos chefes sarracenos, replicou-lhes com aspereza, porém mais laconicamente do que o seu colega: «Dizeis que as nossas tentativas contra Lisboa têm falhado: veremos se falha esta. Afastando-nos dos vossos muros, não vos saúdo: não me saudareis também.» Tal foi o epifonema com que terminou o belicoso prelado.

Com a volta dos parlamentários desvaneceram-se todas as ideias de capitulação, se é que alguém as concebera. Afonso I com as suas tropas escolheu por estância o monte ao norte da cidade, que hoje chamamos da Graça. A esquerda dos arraiais dos cruzados ingleses e normandos, acampados ao ocidente, distava apenas quinhentos passos da ala direita dos portugueses, ao passo que a ala esquerda destes se dilatava para o lado dos alemães e flamengos, ao oriente. Na manhã seguinte, enquanto se trocavam os reféns, conforme o acordo da véspera, os fundibulários ingleses provocavam as primeiras hostilidades, despedindo pedras para o subúrbio que lhes ficava fronteiro, com o intuito de irritar os sarracenos e fazê-los sair ao campo. Obtiveram-no. Como, porém, os cruzados se começassem a armar para os repelir, foram-se os mouros acolhendo ao subúrbio, ao passo que os inimigos lhes iam picando a retaguarda. Não estavam os defensores de Lisboa em situação de arriscarem batalhas campais. Diz-se que, apesar da densa população da cidade, não tinham mais de quinze mil homens armados, que por turmas faziam o serviço das torres e muros. Ao mesmo tempo o exército dos sitiadores

329 «Ipso civitatis alcaie super murum cum episcopo et prmc s civitatis stantibus», id., ibid. Este bispo que
vinha com o caide e com os magistrados de Lisboa não podia ser senão o bispo da população moçárabe, o
qual, como adiante veremos, foi morto pelos conquistadores..192

devia subir de vinte cinco a trinta mil homens 330 . Bastantes para resistirem detrás dos seus parapeitos, não o eram os sarracenos para resistir sem vantagem de posição a gente não só mais numerosa, mas também mais afeita ao trato das armas.

Quanto é possível inferir das insuficientes descrições topográficas das memórias contemporâneas relativas à conquista de Lisboa, o vasto subúrbio onde ocorreu o primeiro acto de tão memorável drama descia ao longo das muralhas ocidentais do alcaçar e da almedina pela encosta que vem morrer no vale a que chamamos vulgarmente cidade baixa. A este arrabalde acrescera gradualmente uma porção de edifícios que iam invadindo a planura, efeito necessário de um rápido acréscimo de população. Esses edifícios, rematando em eirados e unidos uns aos outros, constituíam uma espécie de forte cerco, a curta distância do qual, no pendor da encosta, corria um

muro ou trincheira. Entre esta e as muralhas da que propriamente se podia chamar almedina ou cidade ficava a metade mais elevada do subúrbio. Dos eirados dos prédios exteriores ao muro intermédio choviam os tiros de arremesso sobre os anglo-normandos, ao passo que estes avançavam e que o seu número crescia. O ataque tornava-se cada vez mais violento, e os cruzados, carregando ora a um ora a outro lado, esquadrinhavam por toda a linha dos edifícios exteriores se haveria algum beco ou galeria coberta por onde pudessem romper; mas a dificuldade estava em chegar ao rés das casas, donde partia uma chuva de pedras. Caíam a cada instante feridos e mortos de frechas e tiros de bestas. Nesta luta sem resultado se passou a maior parte do dia, até que pelo fim da tarde os anglo-normandos, fazendo uma súbita arrancada, tiveram arte de penetrar no arrabalde por algumas vielas, na aparência impérvias para qualquer homem ainda sem o peso e o volume das armas, e naquele primeiro ímpeto ocuparam uma parte da encosta. A irrupção, segundo parece, verificou-se na extrema direita do arrabalde não fortificado, e por isso as tropas sarracenas que defendiam a parte da povoação aberta estendida ao longo da tranqueira para o lado do Tejo acolheram-se ao subúrbio fortificado, temendo ficarem assim a grande distância da kassba ou fortificação principal 331 . Nesta conjuntura chegava Saherio d'Arcells, um dos condestáveis dos ingleses, a ordenar a retirada em nome de el-rei e dos outros chefes, que tinham concordado em dar no dia seguinte um ataque geral à cidade, devendo por isso evitar-se aquele inútil derramamento de sangue. Quase toda a gente, porém, tanto do acampamento como dos navios anglo-normandos, achava-se já a esse tempo envolvida na peleja, e a revolta era tamanha no arrabalde externo que andavam a braços uns com os outros, e só pela diferença das armaduras se podiam distinguir os cristãos dos sarracenos. A noite aproximava-se, e Saherio d'Arcells, vendo que a retirada não era possível sem grave perda dos sitiadores, tomou uma resolução contrária às ordens que recebera. À frente do resto das tropas que se conservavam no arraial, às quais lançou a bênção o bispo do Porto, avançou para o arrabalde, onde, no meio de um terrível combate de ruas, ora vencia um grupo de cruzados, ora um grupo de muçul-manos. Penetrando por entre aquele dédalo de casarias, D'Arcells foi dar a um cemitério onde se mantinha um troço de anglo-normandos, apesar de lhes faltarem os chefes. Com estes e com os homens de armas que trazia, o condestável inglês em breve repeliu os inimigos. Foi então grande a matança e completo o desbarato destes. Lançando por terra

330 Não só o testemunho de Helmoldo, que chama «poderoso exército» àquele que Afonso Henriques trouxe ao assédio de Lisboa, usas também a circunstância de ser ele capaz de manter em respeito os cru-zados, como veremos da sequência da narrativa, tornam altamente provável que fosse ou superior ou, pelo menos, igual ao dos cruzados, que era de treze mil homens. A Crucesignati Anglici Epistola é que nos conservou o número dos defensores de Lisboa, provavelmente exagerado.

331 «Quo comperto, hostes in fisgam versi sunt. Nam longi a munimento urbis superioris aberant», Crucesignati Anglici Epistola. É desta razão da retirada que deduzimos ter sido entrado o arrabalde externo pela direita..193

as preciosidades que levavam, e distraindo com isso a atenção de uma parte dos vencedores, alcançaram os vencidos refugiar-se pelas portas da cerca no subúrbio superior 332 . Mas os homens de armas com os frecheiros e alguma peonagem, não fazendo caso do engodo, remeteram às portas, o que salvou os cruzados de serem de novo repelidos. A noite, que se havia cerrado de todo, pôs termo à luta, ficando obra de três mil anglo-normandos senhores de um bairro onde exageradamente se dizia haver quinze mil famílias e cujo acesso tantas dificuldades oferecia 333 .

D’Arcells, com os seus homens de armas e alguma peonagem escolhida, passou a noite em vigia e com sentinelas avançadas naquele recosto, entendendo que, se abandonasse uma posição vantajosa a tanto custo adquirida, o acesso aos muros se tornaria difícil no outro dia. Um incêndio horrível devastava no entretanto o arrabalde e reflectia o seu clarão sinistro nas armas dos anglo-normandos apinhados no cemitério.
Apenas a manhã rompeu, os sarracenos fizeram uma surtida para expulsar D’Arcells; mas não tardaram a chegar de refresco tropas portuguesas e alguns restos das inglesas, que obrigaram os sitiados a recolherem-se. Assim o cerco estreitava-se apenas posto, estabelecendo-se pelo ocidente o campo dos sitiadores entre as ruínas fumegantes do arrabalde, ao passo que os mouros, desanimados de poderem defender os bairros situados fora das fortificações, abandonavam igualmente o subúrbio oriental aos alemães e flamengos, a bem dizer sem combate 334 .
A ruína daquela parte da povoação, o número de vidas que uma inútil defesa tinha custado, os valores devorados pelo incêndio eram uma perda grave para os moradores de Lisboa; mas a mais grave de todas vinha a ser outra. No alto e ao oriente da povoação a natureza do solo era, por excessivamente pedregosa, imprópria para a construção das matmoras ou silos subterrâneos que, ao modo de África, serviam de celeiros: nem estes se podiam elevar à superfície dos terrenos urbanos, porque todo o espaço era pouco para as habitações daquela grande população apinhada. No vale, à raiz da encosta, também a construção de silos se tornava impossível pela humidade do solo, consequência das águas abundantes que por ele a baixo, corriam para o Tejo. Tinham-se por isso aberto as matmoras na ladeira do arrabalde externo, onde o terreno era acomodado ao intento. Ocupado este pelos anglo-normandos, Lisboa perdia o principal depósito de subsistências. Encontraram ali os sitiadores quase cem mil cargas de cereais e legumes 335 . A fome ia ser para eles um poderoso aliado.
Os sitiadores, deixando na parte da povoação abandonada pelos sitiados troços de quinhentos homens, que serviam de atalaia e que eram diariamente substituídos, distribuíram ao longo da praia oito batéis que vigiassem pela parte do mar o inimigo. Naqueles primeiros dias as surtidas repetiam-se frequentemente, saindo os sitiados ora por uma, ora por outra das diversas portas que tinham, e que do lado dos anglo-normandos eram três, duas ao poente e uma na praia. Estas surtidas, que muito incomodavam os de fora, só davam em resultado gente morta e ferida de ambas as partes. Prolongava-se o assédio, e os muçulmanos como que se consolavam dos seus males com vomitar dos adarves injúrias contra os cristãos e, sobretudo, contra a sua

332 «Nunc tandem in fisgam versi, predaruni objectionem suaram, cum multi nostroi-um ad hanc iam intenderent, donec infra portas argumento subtili invenere viam», Crucesignati Anglici Epistola. O texto parece incompleto; mas a significação não nos parece poder ser diversa da que lhe damos no texto.

333 Id., ibid.

334 «Hiis ex parte flandrensium compertis, muro urbis se includunt mauri, relicto eis inexpugnati suburbio», Crucesignati Anglici Epist ala; «Circa quam figentes tentaria calendis julii, suburbano ejus divina virtute adjuti, cepimus», Arnulfi Epístola.

335 «Centum, fere, milha summarum». Summa era a carga ordinária de uma cavalgadura. Consistia pois o depósito em mais de um milhão de alqueires ou dezasseis mil moios, o que nos pode dar uma ideia da importância da população de Lisboa naquela época..

crença. Mais de uma vez, segundo parece, Afonso I, de acordo com os aliados, lhes propôs capitulação vantajosa. Rejeitavam tudo. Tinham assim decorrido quinze dias

quando os cruzados começaram a construir as máquinas necessárias para um cometimento decisivo, ao passo que alevantavam duas capelas nos cemitérios dos dois acampamentos estrangeiros, cada uma no seu, as quais, ampliadas depois, deram origem ao Mosteiro de São Vicente e à igreja paroquial dos Mártires. Enquanto os alemães construíam uma torre de rodízios que defendia um vaivém, os anglo-normandos edificavam igualmente outra torre móvel de noventa e cinco pés de altura, donde podiam bater os adarves e eirados. Além da torre do vaivém, os flamengos e alemães tinham assentado cinco catapultas com que arrojavam pedras para aluir os muros e torres; mas foi-lhes tudo incendiado pelos sitiados, os quais com frechas e tiros das manganelas faziam grande estrago nos cristãos, que a muito custo apenas puderam salvar a torre. Pelo outro lado, a dos anglo-normandos, tendo avançado quase até à raiz dos muros, emperrou na areia e, depois de batida quatro dias pelos trabucos ou engenhos dos sarracenos, foi afinal incendiada. Com estes contratempos os estrangeiros ficaram desanimados por alguns dias, até que constou que a fome começava a aparecer dentro dos muros, abundando fora toda a espécie de vitualhas. Cobraram novos brios os cruzados, e para significarem que estavam resolvidos a perseverar na empresa encalharam os navios em terra, arriaram os mastros e recolheram os aparelhos, como quem contava passar ali aquele Inverno. Entretanto os alemães, tendo empreendido cinco vezes minar os muros, outras tantas viram os seus esforços inutilizados. Fez isso viva impressão nos anglo-normandos, e entre esta gente impaciente e indómita apareciam já manifestações ruidosas de descontentamento, queixando-se de terem perdido o tempo, que melhor, aliás, haveriam empregado noutra parte 336 .

Tal era o estado das coisas quando a completa revelação da grande estreiteza a que os cercados tinham chegado veio reanimar os ânimos abatidos. Um dia, ao anoitecer, alguém deu aviso de que dez homens saídos da cidade, cozendo-se com o muro, tinham entrado num barco, o qual parecia navegar com a proa a Palmela. Perseguidos a toda a pressa, os mouros, vendo-se alcançados, deitaram-se à água, deixando a bordo quanto levavam. Examinado o barco, achou-se um maço de cartas em árabe. Uma era dirigida a Abu-Mohammed, então váli ou caide de Évora, e outras a várias pessoas daquela cidade. Os habitantes de Lisboa pediam instantemente auxílio e especificavam a quantidade de vitualhas a que estavam reduzidos. Pintavam os males que tinham padecido, a resistência heróica que tinham feito e as consequências que teria para o islamismo a perda de Lisboa. Conhecida no campo a matéria destas cartas, o descontentamento desapareceu, e as escaramuças, reiteradas desde então diariamente, provaram aos cercados que o inimigo estava plenamente informado da sua triste situação 337 .

Dias depois, o cadáver de um homem afogado apareceu junto aos navios anglo-normandos. Trazia atada ao braço uma carta. Era de Abu-Mohammed para os habitantes de Lisboa. Dizia-lhes que tratassem de resgatar-se a peso de ouro, sacrificando à salvação as riquezas. Da sua parte nada podia fazer. Tinha assentado tréguas com Afonso Henriques, e não lhe era licito quebrar a fé jurada acometendo-o a ele ou aos seus aliados. À vista desta carta, a redução da cidade era questão de tempo. Os sitiadores estavam seguros contra a agressão exterior. Era essa carta autêntica? Parece demasiado capricho do acaso virem assim a poder dos impacientes cruzados as secretas

336 Arnulfi Epistola; Indiculum Fundat; Crucesignati Anglici Epistola.

337 Crucesignati Anglici Epistola. O cruzado inglês transcreve parte da carta dirigida a Abu-Mohammed e
resume outra parte.

correspondências dos sarracenos 338 . Fosse, porém, como fosse, o que é certo é que não só cessaram as manifestações de descontentamento no campo dos estrangeiros, mas também renasceram aí os ímpetos de audácia. Uma correria deixou devastados os arredores do castelo de Sintra, que, aliás, pela fortaleza do lugar não era possível acometer ou sitiar. Sucedeu entretanto que vários cruzados, andando a pescar nas praias

contíguas ao território de Almada, foram nessa conjuntura mortos ou prisioneiros. Então um troço de anglo-normandos, capitaneados por D'Arcells, devastou aquele território, com grande mortandade de mouros e muitos cativos, não obstante terem os agressores sido abandonados pelos alemães e flamengos que a princípio se haviam associado àquela empresa. Para aumentar o terror dos habitantes de Lisboa, os anglo-normandos trouxeram oitenta cabeças, que cravaram em postes à vista dos muros. A população espalhada pelo território de Almada devia ter parentes e amigos na infeliz cidade. Não tardaram estes a sair suplicando que se lhes permitisse dar sepultura às truncadas cabeças. Concedeu-se-lhes aquela triste consolação. Os choros e os soluços com que foi recebida a horrível dádiva soavam alto: e durante a noite seguinte não se ouviram dentro dos muros senão gritos de dor e o murmúrio tremendo de prantos por toda a parte 339 .

A mais particularizada memória que nos resta deste notável assédio, escrita por testemunha ocular, refere uma circunstância em que, pelo menos, há grandíssima exageração, exageração análoga ao cômputo, indubitavelmente excessivo, que aí se faz da população de Lisboa naquela época. Se acreditássemos essa narrativa, Afonso I teria nesta conjuntura retirado o seu exército, ficando ele apenas no arraial com os seus barões e poucos cavaleiros 340 . Os factos ulteriores referidos nessa mesma narrativa repugnam ao da retirada das tropas portuguesas. É possível que alguma parte delas abandonasse o campo, suposta a imperfeita organização militar daquele tempo, em que os cavaleiros vilãos e peões, sobretudo os dos concelhos, não eram obrigados a acom-panhar o rei na guerra senão por um período determinado, que, por via de regra, não excedia a três meses. É até possível que Afonso I, cuja astúcia era proverbial e nem sempre ajustada pelos preceitos de probidade severa, quisesse abater as exaltadas esperanças dos cruzados retirando alguma parte das suas forças e fazendo acreditar que essa parte era muito maior. Vimos qual fora o acordo feito entre ele e os seus aliados. Realizada a conquista de Lisboa, que lhe ficava a ele? Muros e edifícios meio arruinados e os restos que escapassem de uma população reduzida a profunda miséria e rareada pela fome e pelo ferro. As tentativas, repetidas vezes feitas, para induzir os sarracenos a capitularem provam quão graves eram as apreensões do rei de Portugal. Além disso, como acreditar que o assédio pudesse prosseguir, desassombrada a povoação pelo lado da kassba ou castelo e diminuídas as forças sitiadoras de mais de metade?

Possuída de novos brios, a gente estrangeira começou com energia os preparativos para renovar o assalto. Do ocidente, os anglo-normandos e alguns outros cruzados que andavam com eles (provavelmente aquitanos) tratavam de abrir mina entre uma das portas e a torre que lhe ficava mais próxima: mas sendo descoberta pelos assediados e de fácil acesso para eles, mais de dano que de proveito veio a ser para os sitiadores, que em a defender consumiram muito sangue. Assentavam entretanto daquela parte dois trabucos ou balistas, um conduzido do lado da praia pela marinhagem, outro contra uma das portas pelos homens de armas e peonagem. Cada um dos engenhos era servido por cem homens que se revezavam, de modo que não cessasse o combate e se despedissem

338 Ibid. Acha-se igualmente transcrita aí a carta verdadeira ou suposta de Abu-Mohammed para os
habitantes de Lisboa.

339 Crucesignati Anglici Epistola.

340 Ibid..

cinco mil pedras em cada dez horas, o que excessivamente incomodava o inimigo. Ao mesmo tempo um engenheiro italiano, natural de Pisa, construía uma torre sobre rodízios e de oitenta e três pés de altura, para substituir a dos anglo-normandos que havia sido destruída, e nesta máquina, admirável por solidez e altura, trabalhava não só a gente de Inglaterra mas também a portuguesa, não poupando o rei esforços para a ver concluída 341 .

Entretanto na cidade sentiam-se já os horrores da fome, ao que acrescia o cheiro

intolerável dos cadáveres que ficavam insepultos por não haver onde os enterrar. Alguns restos de comida lançados dos .navios e vindos à praia eram avidamente aproveitados pelos sarracenos que de relance podiam sair a apanhá-los. Certa vez um troço de sentinelas postadas nas ruínas das casarias próximas do muro oriental, deixando aí uma porção de frutos que lhes sobejara da sua refeição, quando se retiraram viram chegar quatro mouros que buscavam não ser vistos e que arriscavam a vida para obter aqueles insignificantes restos. Desde então os flamengos imaginaram um bárbaro divertimento, que era pôr coisas de comer como esquecidas por entre as ruínas vizinhas das muralhas, armando laços em que colhiam um ou outro esfaimado que não podia resistir ao engodo. Já antes disto chegava frequentemente aos arraiais um ou outro trânsfuga que, fugindo ao horror da fome, vinha delatar a triste situação de Lisboa. Entre os sitiados, os mais poderosos e os homens de guerra guardavam para si quantas subsistências restavam, deixando expirar de media os pobres e fracos, que chegaram ao extremo de devorar cães e gatos. Por fim vinham entregar-se aos cristãos, que os baptizavam, mas que, às vezes, depois de lhes cortarem as mãos, os impeliam contra as muralhas, onde os seus compatrícios, arrojando-lhes pedras de cima, acabavam de matá-los 342 .
Enquanto no campo dos anglo-normandos se construía a torre móvel, os alemães e flamengos minavam o chão pelo lado do oriente, dirigindo-se à muralha da kassba. Era singular pela sua grandeza a obra da mina, espécie de vasta caverna a que davam acesso cinco entradas diversas e que levou um mês a abrir. Viram o perigo os sarracenos e a 29 de Setembro saíram caladamente da cidade e vieram travar-se com os alemães e flamengos à boca da mina. Durou o combate boa porção do dia: quando, porém, os sarracenos quiseram retirar-se estavam quase cortados por uma nuvem de frecheiros que os ladeavam por uma e outra parte. Foi grandíssimo o estrago, e raro o que pôde acolher-se aos muros sem ser assinalado do ferro inimigo 343 .
Concluída a sapa, encheu-se de lenha aquele subterrâneo que se dilatava por baixo do alicerce da muralha. Durante a noite de 16 para 17 de Outubro lançaram fogo às matérias inflamáveis do vasto fojo, e o incêndio progrediu com violência. Um extenso lanço do muro 344 , que apenas assentava sobre os troncos amontoados debaixo dele, ao
341 «Iterum normanni et anglici et qui cum eis erant turrim... incipiunt», Crucesignati Anglici Epistola. A
malevolência do cruzado inglês para com Afonso I aparece aqui bem patente. Arnulfo, também testemu-nha
ocular, dá ao rei e aos portugueses um largo quinhão nos esforços para a construção daquela máquina,
que se pode dizer foi o decisivo instrumento da vitória. A frase et qui cum eis erant mostra que o cruzado
inglês não se atrevia a ocultar que os seus tinham sido ajudados naquele empenho; mas deixou no vago o
facto, podendo a frase entender-se como relativa aos poucos aquitanos que, segundo parece, militavam no
campo anglo-normando. É também pela carta de Arnulfo que sabemos ter sido um italiano o construtor da
torre.
342 Crucesignati Anglici Epistola; Arnuldi Epistola. O cruzado inglês narra o bárbaro divertimento dos
flamengos, e Arnulfo, que era flamengo, narra a atrocidade de cortar as mãos aos esfaimados.
Provavelmente era gracejo anglo-normando. O silêncio do cruzado inglês e a ferocidade proverbial dos
normandos, ainda naquela época, dão-nos quase a certeza disso. Quem sabe, até, se os que assim vinham
entregar-se eram moçárabes, sendo uma inexacção de Arnulfo a história dos mouros que recebiam o

baptismo?
343 Crucesignati Anglici Epistola; Arrnulfi Epistola.
344 O cruzado inglês diz trinta côvados; Arnulfo, duzentos pés..197
chegar ali o incêndio abateu e desmoronou-se. Erguendo-se ao ruído, as tropas germano-belgas avançaram à brecha. Os troços que vigiavam pelas quadrelas bradavam chamando ao combate, e o frenesi da desesperação fazia entre os sarracenos as vezes do entusiasmo. Tecendo uma espécie de sebe ou estacada de paus sobre as ruínas, apinharam-se atrás dela. Era obstáculo que não faria grande impedimento aos cruzados; porém, atrás das ruínas e em terreno mais elevado viam-se à luz vermelha do incêndio os esquadrões sarracenos em ordem de batalha. Remeteram uns contra os outros, e a peleja travada à meia-noite prolongou-se durante dez horas. Afinal os alemães e flamengos, que ocupavam uma posição desvantajosa, foram repelidos com grande estrago. Entretanto os anglo-normandos, rodeando a cidade, tinham avançado para aquela parte; mas o conde de Areschot e os outros chefes das tropas repelidas, ardendo em cólera e cobrindo-os de injúrias, obrigaram-nos a recuar. Aconselhavam-lhes que continuassem a tentar com as suas máquinas abrir caminho por onde entrassem; porque esse que ali estava patente para si o tinham aberto e não para os anglo-normandos. Recebidos assim, estes recolheram-se aos seus arraiais 345 .
Todos os cometimentos à brecha repetidos nos dias seguintes foram inúteis. Era heróica a defesa. A torre, porém, dos anglo-normandos achava-se afinal concluída. Para a preservarem de ser desconjuntada pelos tiros dos trabucos ou balistas, ou de ser queimada pelas matérias inflamadas que haviam de arrojar sobre ela, tinham-na forrado de couros de boi e coberto de uma forte bastida de vimes tecidos. A bordo dos navios estavam também prontas padesadas e uns como bailéus móveis, debaixo dos quais se pudesse combater a coberto. No domingo 19, os homens de armas anglo-normandos e portugueses, depois de se armarem, receberam a bênção do arcebispo de Braga, após o que um sacerdote fez uma larga exortação incitando-os a pelejarem e a morrerem gloriosamente pela fé. Acabada a prática, todos se prostraram por terra. Então o sacerdote, mandando-os erguer, distribuiu a cada um dos combatentes a divisa da cruz, que era o distintivo daqueles que se votavam à morte pela glória do cristianismo. Um brado uníssono de muitas vozes que imploravam o auxílio divino anunciou que se ia impelir contra as muralhas a torre móvel, a qual efectivamente rodou quase quinze côvados para a frente, sendo morto apenas um homem nessa conjuntura pelos tiros dos trabucos do inimigo. No dia seguinte, aquela alterosa máquina de novo rolou para se colocar em frente da torre que se erguia no ângulo da cidade ao dobrar da muralha ocidental para o lanço ou quadrela do lado do rio. Era nessa torre que os sitiados tinham concentrado os seus principais meios de defesa; mas os sitiadores, que disso estavam informados, evitaram dar o ataque naquele ponto e, rolando a máquina para a direita, foram aproximá-la do muro obra de vinte côvados mais adiante, enquanto os frecheiros e os besteiros metidos entre as ruínas do arrabalde despediam de revés contra a torre, mal defendida por aquele lado, milhares de frechas e virotões, que obrigaram a fugir ferida pelas costas a guarnição do eirado e do adarve contíguo à torre pela esquerda. Nestes prelúdios do ataque passou o dia 20, e com a noite cessou o combate. De guarda ao castelo de madeira ficaram duzentos homens de armas, cem portugueses e cem anglo-normandos, além de muitos frecheiros, besteiros e peonagem de serviço 346 .
A maré subia ao anoitecer, e daí a pouco a máquina ficou rodeada de água e interrompida a comunicação com os arraiais. Era por isso que esperavam os sarracenos.
345 Id., ibid. Arnulfo omite estas últimas circunstancias e supõe quase simultâneo o ataque pelo ocidente.
346 «Ex nostris centum miitibus et ex gallicianis C», Crucesignati Anglici Epistola. Esta circunstância de
ser a guarda da torre de madeira entregue por metade tanto aos anglo-normandos como aos portugueses,

não só prova irrefragavelmente que tanto uns como outros tinham trabalhado nela, mas também mostra
que as tropas portuguesas se mantinham no arraial e quão inexacto é o que o cruzado inglês refere acerca
de se haverem retirado..198

Abrindo uma porta de ferro que havia no muro a pouca distância da máquina, avançaram até ao pé desta, enquanto outros de cima do adarve, onde tinham amontoado incrível quantidade de lenha com estopa repassada de óleo e alcatrão e com outras espécies de combustíveis, arrojavam isso tudo sobre o castelo de madeira no meio de uma saraiva de pedras. Encostada, porém, ao castelo, entre este e o muro, estava uma padesada de vimes, a que se dava o nome de gata romanisca 347 , a qual tinham sempre conduzido junto da máquina sete peões ingleses. Unidos com estes, os que iam no andar térreo da máquina afastavam as matérias incendiadas, espalhando-as quando podiam, ao passo que outros, abrindo covas no chão e metendo-se nelas, empurravam dali os globos de fogo que se arrojavam dos muros. Nos andares superiores havia orifícios por onde deitavam água sobre os couros crus de que o exterior estava forrado, a qual se espalhava por todos eles coada através de renques de umas como grandes escovas ou borlas de crina enfeixadas em redor do castelo a diferentes alturas. Uma parte, finalmente, da guarnição combatia em baixo, num esquadrão cerrado, a turba dos sarracenos quando faziam surtidas. Aquele encarniçado revolver de ferro e de fogo durou toda a noite com leve perda dos cristãos e muitas mortes dos sarracenos, feridos na peleja braço a braço, mas ainda mais por mãos invisíveis dos andares e eirado da máquina 348 .

Esta, que na vazante da noite estivera em seco, ao amanhecer começava já a ser rodeada pela água, ao menos do lado por onde se poderia comunicar com o acampamento. Os mouros repetiram então a surtida, ao passo que, acumulando novos trabucos nos adarves, faziam chover nuvens de pedras sobre os inimigos. O castelo achava-se apenas a oito pés de distância da quadrela fronteira, e os sarracenos trabalhavam em fazer passar por cima desta barcos cheios de matérias inflamadas, os quais tinham tido arte de guindar até ali. O chefe das galés portuguesas pereceu neste conflito. Posto que sem esperança de humano socorro, os defensores do castelo resistiram por muito tempo impertérritos. O ferimento, porém, do engenheiro pisano, a quem um tiro de trabuco quebrara uma perna, começou a infundir desalento. Foram, segundo parece, os portugueses os que principalmente desanimaram vendo-se pela maior parte feridos e cercados de mar 349 . Grande número deles, abandonando o castelo, tentaram passar a vau. O esto da vazante salvou a máquina. Os sarracenos, vendo que ia ser socorrida, cederam o campo cheios de feridas e de cansaço. A maré que descia faci-litou então o serem rendidos os que por tão longas horas tinham defendido o móvel castelo, sem poderem nunca, nem por um momento, depor as armas 350 .

Ao mesmo tempo que os anglo-normandos e os portugueses combatiam por aquele lado, os alemães e flamengos tinham atacado pelo oriente a brecha anteriormente aberta, e, até, segundo parece, um troço deles viera tomar parte na defesa da máquina e no ataque pelo ocidente; mas o novo cometimento da brecha não teve resultado 351 .

347 «Cattus waliscus», ibid. A «gata», máquina de guerra cujo nome provinha de servir para minar a raiz
dos muros, é mencionada nos nossos monumentos da Idade Média. Waliscus, segundo Ducange e os
maurienses, significa agente inferior ou servil. Nós supomos que esta palavra é o germânico walch,
walsch (welsch) alatinado, e que exprimia a qualidade de «estrangeiro», de «não germânico», e
especialmente o de ser de raça romana ou latina, como os galo-romanos, italianos, etc., e, no sentido mais
lato, a origem latina de qualquer coisa.

348 Ibid.
349 Nesta parte são acordes o cruzado inglês e Arnulfo.
350 Ibid.
351 Arnulfo assevera que, ao verem os sarracenos os lotaríngios e flamengos subirem ao castelo de
madeira, se encheram de terror e trataram de capitular. O cruzado inglês, pelo contrário, nem sequer alude
à intervenção deles. Cada um dos dois escritores busca atribuir aos seus a glória principal daquele feito.
No Indiculum quem figura como principal conquistador da cidade é Afonso I, e se existisse outro
monumento português tão particularizado acerca do sucesso como a carta do cruzado, ou ainda como a de
Arnulfo, seriam aí provavelmente os portugueses quem teria feito tudo. O que dizemos no texto é o que.199

Afinal alcançou-se mover o castelo de madeira até ficar distante do adarve apenas quatro pés. Era ocasião de preencher o fim para que principalmente fora construída aquela engenhosa máquina. Como um braço gigante, uma forte ponte de traves começou lentamente a sair do alto da torre para a quadrela fronteira, e ao passo que ia quase a tocar no muro cobria-se de homens de armas prestes a galgar às ameias. Os sarracenos viam enfim esses agigantados e ferozes homens do Norte a ponto de se precipitarem nos adarves, onde teriam de travar com eles um combate desigual, ao mesmo tempo que as tropas germano-belgas repetiam furiosos assaltos à brecha da muralha oriental. Diante desta perspectiva aqueles ânimos, quebrados já pela miséria, pela fome e pela doença originada de tantos cadáveres insepultos, vergaram diante do iminente risco e depuseram as armas, erguendo as mãos e pedindo um armistício até à manhã seguinte, para se tratar da capitulação. Parou logo o ataque, e o alferes-mor, Fernando Cativo, e Herveu de Glanville foram chamados para ouvirem as propostas dos defensores de Lisboa. Concordou-se numa suspensão de armas, com a condição de não se aproveitar a noite para obras de defesa ou para alguma tentativa contra os engenhos e máquinas dos sitiadores, sobre o que foram dados reféns da parte dos sitiados. Concedia-se aquela noite aos habitantes da cidade para resolverem se haviam de render-se. No caso contrário não tinham que esperar misericórdia: restava-lhes a sorte das armas 352 .

Os reféns foram pelos dois chefes entregues a Afonso Henriques. Irritaram-se com isto os cruzados, e um facto que parecia indiferente esteve a ponto de perder tudo. O descontentamento que, ao chegar aos arraiais o rei de Portugal, tinham suscitado os que se queixavam da deslealdade usada com eles na anterior tentativa contra Lisboa, tornou a acender-se mais violento com esta entrega dos reféns, que, conforme se afirmava, deviam ter ficado no campo dos cruzados. Temiam-se de uma traição do rei, e clamavam irritados contra Fernando Cativo e Herveu de Glanville. Durante a noite progrediu a desordem, e os flamengos e alemães, juntando-se aos anglo-normandos com os seus chefes à frente, dirigiram-se aos arraiais do rei, dizendo que queriam saber o que tinham resolvido aqueles traidores. Disse-se-lhes o que havia. O acordo era que a entrega da cidade se fizesse a Afonso I, e que se entregassem aos cruzados a prata, o ouro e os mais haveres dos habitantes. Com esta notícia aquela espécie de deputação tumultuária retirou-se para deliberar, e foi então que recresceu o perigo da anarquia. A marinhagem e parte da soldadesca, as quais incitava um sacerdote de Bristol, homem de péssimos costumes, apinhadas na praia começaram a amotinar-se. Clamavam que era coisa indigna estar tanta gente notável, como a que vinha na armada, sujeita ao mando e vontade de meia dúzia de homens; que em situações destas não havia que debater, mas sim que combater; que sem os principais chefes se tinham apoderado do subúrbio e do território de Almada, e que, se houvessem atacado a cidade sem fazer caso das contemporizações desses chefes, já aí teriam entrado à força ou feito mais avantajado

negócio com os habitantes. Era Herveu de Glanville alvo principal da cólera daqueles furiosos, que já o acusavam não só de ter entregado os reféns ao rei, mas também de querer excluir muitos na divisão da presa, como se fossem estranhos aos perigos e trabalhos comuns 353 . Mais de quatrocentos anglo-normandos, saindo do arraial, corriam como loucos em busca de Glanville, bradando: «Morra o malvado! Abaixo o traidor!»
Os que andavam pelo acampamento dos portugueses correram então a reprimir aquele parece mais provável. Se fossem os flamengos e alemães que tivessem obrigado os sarracenos a capitular,
não seriam o alferes-mor de Portugal e o chefe anglo-normando Herveu de Glanville que pactuassem a
suspensão de armas, mas sim o conde de Areschot, Cristiano de Gistell ou outro chefe germano-belga.
352 Crucesignati Anglici Epistola; Arnulfi Epistola.
353 Crucesignati Anglici Epistola. O texto está aqui corrupto e obscuro; mas o sentido é, quanto a nós,
este..200
começo de um grande tumulto, aquietado o qual tratou-se de quanto antes dar uma resposta sobre o acordo. Entretanto os mouros que estavam em reféns, sabendo o que ocorrera, retiraram as primeiras propostas, declarando que estavam prontos a fazer ao rei e aos seus todas as concessões, mas que preferiam a morte a mantê-las em relação aos cruzados, gente imoral, sem fé nem lealdade e ferozes a ponto de nem sequer pouparem os próprios chefes. Passado, porém, o primeiro despeito, vieram a termos mais razoáveis, até que entre eles, Afonso I e os capitães dos cruzados se chegaram a assentar definitivamente as condições da capitulação. Eram simples. A cidade render-se-ia ao rei, ficando o caide e um seu genro com tudo o que lhes pertencesse, e os demais habitantes só com as vitualhas que tivessem. Diz-se que os anglo-normandos queriam aprovar estas convenções, facto pouco crível à vista do que fica referido, e que foram os alemães e flamengos que se opuseram a elas 354 . Fosse como fosse, o que é certo é que a multidão não conveio na concessão dos mantimentos senão pelo que tocava ao caide, ao passo que os mouros se mantinham firmes nas resoluções tomadas. Assim passou o dia, voltando os cruzados aos seus arraiais resolvidos a combater no outro dia a cidade.
A insistência em privar uma população esfaimada das últimas subsistências que lhe restavam era de repugnante desumanidade, mas é possível que houvesse quem excitasse o descontentamento por motivo diverso, o qual, aliás, não importava à grande maioria dos cruzados, resolvidos a seguir viagem para o Oriente sem intenção de voltar a este país. É provável que essa questão das vitualhas fosse menos motivo que pretexto. Interessavam em repelir qualquer convenção aqueles que pretendiam ficar em Portugal, e entre os quais, pelo acordo tomado com Afonso I no começo do cerco, se devia repartir a cidade e o seu território, regulando-se os novos possuidores nas relações com o príncipe português pelos usos e costumes dos seus respectivos países, isto é, pelas instituições feudais, o que lhes dava uma independência que desdizia profundamente das instituições do Ocidente da Península. Só uma grande necessidade podia ter movido Afonso Henriques a aceitar essa e outras duras condições. Mas todas elas pressupunham um facto: o de ser a cidade entrada à viva força. Uma capitulação era facto diverso; era um novo contrato, em que os sarracenos entravam também como partes, e que inutilizava o primeiro. A índole astuta de Afonso Henriques persuade que ele saberia tirar vantagem dessa nova situação, e que o despeito dos cruzados contra ele e a manifesta intenção de levar a cidade à escala vista podiam não ser prudentes nem justos; mas, porventura, não eram, também, absolutamente infundados.
A inquietação, que durara todo o dia 22, parecia ter cessado com a retirada dos amotinados para os respectivos arraiais e com as esperanças de no dia seguinte entrarem na cidade sem condições e com a espada na mão. Os agitadores, porém, não o entendiam assim. Apenas recolhidos, os alemães e flamengos armaram-se e saíram

tumultuariamente das tendas, acusando o rei de Portugal de parcialidade a favor dos reféns sarracenos. Queriam ir arrancar estes do arraial dos portugueses e vingar-se. Levantou-se então um grande arruído, e por toda a parte se ouvia o estrépito das armas. Uma porção de anglo-normandos, que ainda não se haviam retirado e estavam apinhados no intervalo que mediava entre os arraiais germano-belgas e os portugueses, foram, segundo se disse, quem correu a avisar o rei da causa do motim, enquanto Cristiano de Gistell e o conde de Areschot, mal armados, se opunham aos turbulentos e faziam os últimos esforços para conter o motim. Entretanto os portugueses pegavam em armas e preparavam-se para repelir a violência. Os dois chefes, tendo, enfim, obtido

354 Di-lo o cruzado inglês, autor da narrativa que vamos seguindo. Os anteriores tumultos que ficam narrados provam que os anglo-normandos não eram melhores que os alemães e flamengos, e a moderação que ele atribui aos seus no último acto deste drama é altamente incrível. Quando ele ou Arnulfo tratam de desculpar ou glorificar os seus, pouco crédito merecem..201

apaziguar a desordem, dirigiram-se ao rei, protestando a sua inocência. A irritação de Afonso chegara ao último auge, e foi preciso que Areschot e Gistell lhe dessem todas as seguranças possíveis de que manteriam a ordem para lhe modificar o ânimo e obter dele que mandasse recolher os seus homens de armas. O rei, porém, declarou aos dois chefes que, se as coisas continuassem assim, abandonaria o assédio, porque preferia ao senhorio de Lisboa a própria honra; que sem esta o mundo inteiro nada para ele valia, e que em todo o caso, depois de tantas injúrias, não queria tornar a associar-se com aquelas gentes sem fé, insolentes e capazes de todos os flagícios. Afinal, depois de muitas ponderações e súplicas, e acalmada de todo a cólera de que fora tomado, prometeu não resolver coisa alguma senão no dia seguinte 355 .

Rompeu a manhã: os ânimos tinham, segundo parece, completamente asserenado, o que, talvez, era devido à enérgica resolução que Afonso Henriques mostrara. Os cruzados resolveram dar ao rei plena satisfação, fazendo-lhe os chefes, por si e pelos seus, juramento de preito e lealdade por todo o tempo que residissem em Portugal. Praticado este acto solene, os cruzados resolveram aceitar o acordo que na véspera se tinha feito com os sarracenos sobre a capitulação. Assentou-se então que entrassem primeiro que ninguém na cidade trezentos homens de armas, sendo cento e sessenta germano-belgas e cento e quarenta anglo-normandos. Esta guarda avançada iria postar-se na kassba ou castelo. Ali deviam os habitantes fazer entrega de todo o dinheiro e mais haveres que possuíam, dando juramento de que nenhuma coisa ficava sonegada. Depois os cruzados dariam busca a toda a povoação e, se em casa de alguém se achasse algum dinheiro ou alfaia além do que fora entregue na kassba, o dono da habitação seria punido de morte. Saqueado assim tudo, permitir-se-ia livre saída aos moradores sem se lhes fazer mal 356 .

Tal foi o acordo celebrado na quinta-feira, 23 de Outubro. Nesse mesmo dia ou, talvez, no imediato 357 uma das portas abriu-se para facilitar o acesso aos homens de armas que iam tomar conta da kassba. Aos alemães e flamengos deu-se a precedência da entrada, se é que não a tomaram, e, contra o que estava pactuado, mais de duzentos acompanharam os cento e sessenta que para isso tinham sido escolhidos, ao passo que um sem-número deles, aproveitando a desordem interior da cidade, penetravam nesta pela brecha do lado oriental, abandonada pelos seus infelizes e heróicos defensores. Entraram depois os cento e quarenta anglo-normandos, e após eles o rei precedido do arcebispo de Braga, de cruz alçada e rodeado de outros bispos. Seguiam o rei os chefes portugueses e estrangeiros e um numeroso séquito. Esta espécie de préstito dirigiu-se à kassba, e na torre mais elevada, do castelo, ao som de cânticos religiosos, hasteou-se uma cruz, que se via de toda a parte e que indicava ter Lisboa, enfim, submetido o colo ao domínio cristão, depois do que o rei, a pé, correu todos os muros da kassba,

provavelmente para examinar o estado das fortificações 358 .
Enquanto, porém, no castelo ressoavam os cânticos da igreja, na almedina e nos

355 Crucesignati Anglici Epístola.

356 Ibid.

357 O dia da entrada dos cristãos em Lisboa não se pode determinar precisamente pela narrativa do cruzado inglês; mas o que desta resulta forçosamente é que foi a 23 ou a 24, quinta ou sexta-feira, começando a saída dos sarracenos no sábado, como nessa narrativa é expresso. O Indiculum põe em 25 a entrada do rei, o que é inexacto. Dodequino e Arnulfo fixam a consumação da vitória a 21, considerando a cidade tomada no dia da suspensão de armas e da entrega dos reféns. A crónica primitiva dos godos põe a entrada numa sexta-feira, isto é a 24, o que expressamente diz (9 das calendas de Novembro) o exemplar parafraseado de Resende. Talvez isto seja o mais crível, supondo que se gastasse a quinta-feira em tomar a decisão sobre o juramento de fidelidade ao rei, na execução deste acto e em resolver a forma da entrada e entrega dos despojos.

358 Crucesignati Anglici Epistola..202

arrabaldes fortificados que formavam como uma continuação dela passavam-se cenas infernais. Querer dar ordem e regularidade ao saco e distribuição dos despojos fora vã tentativa. Pretender coibir a cobiça, a crueldade, a luxúria, as paixões ardentes e ruins daquela multidão de homens desalmados e ferozes era tentar o impossível. Juramentos, acordos, promessas de obediência, tudo esqueceu num momento. Diz-se que os autores e actores dessas cenas de horror foram os alemães e flamengos 359 : as antecedências, porém, dos anglo-normandos legitimam a persuasão de que não ficariam simples espectadores de tais cenas, convertidos de súbito em modelos de moderação e de desinteresse, assim como é de crer que não faltariam soldados portugueses que se associassem nesta conjuntura aos estrangeiros. O que, porém, é certo é que uma grande parte das tropas vitoriosas se derramaram pela cidade, praticando toda a espécie de desatinos. Espalhados por aquele dédalo de ruas e becos, de cujos meandros, escuridão e estreiteza apenas a moderna Alfama nos poderia dar uma remota ideia, no meio da plebe esfaimada, por entre os cadáveres das vítimas do ferro, da doença e da fome, caminha desenfreada a ânsia da rapina. As portas estouram aos golpes de machado; os aposentos interiores são devassados e revolvidos: espancam-se os homens e violam-se as mu-lheres: as alfaias amontoam-se nas ruas para logo se dispersarem, arrebatadas furtivamente para uma e outra parte. No meio da confusão, à menor resistência, o sangue corria; corria até o daqueles que nem podiam tentá-la. Assim sucedeu com o bispo moçárabe, ancião venerável, a quem cortaram a cabeça, talvez por querer salvar os ornamentos do culto 360 . Apesar do artigo especial relativo ao caide, não só o despojaram de tudo, mas, até, o prenderam. Desafogado, porém, aquele primeiro ímpeto de cobiça, o despojo da cidade começou a fazer-se mais regularmente, e resolveu-se averiguar depois quem tinha sonegado quaisquer objectos, para se fazer com a possível equidade a repartição do roubo 361 .

Com a noite de sexta-feira acabou o saco. A população, completamente espoliada, começou a sair por três portas que para esse fim foram designadas, e aquele triste êxodo dos sarracenos durou sem interrupção até à quarta-feira seguinte. Contava-se depois que as poucas subsistências que restavam em Lisboa se tinham tornado incapazes de servir por intolerável mau cheiro, e que depois da entrada das tropas franco-portuguesas se converteram em alimento de excelente sabor. Naquelas épocas nunca faltava um

milagre que justificasse com visíveis sinais da aprovação celeste as grandes atrocidades. Apesar da raridade das vitualhas, ainda depois de despejada a cidade se acharam em subterrâneos oito mil cargas de trigo e cevada e doze mil sexteiros de azeite. Do que, porém, restava maior abundância era de cadáveres e de moribundos. Só dentro da mesquita, vasto edifício formado por sete renques de colunas com os seus coruchéus, estavam acumulados duzentos mortos e mais oitocentos enfermos esquálidos e imundos 362 . O espectáculo da profunda miséria dos vencidos, quer dos que ficavam e que deviam ser os servos e os indivíduos da classe mais humilde, quer dos que, foragidos, iam buscar abrigo nas províncias da Península ainda sujeitas ao islamismo, era bastante para despertar a piedade nos ânimos menos ferozes ou menos pervertidos. A doença fazia horríveis estragos. Nas ruas e vielas, nas casas convertidas em pardieiros, por entre os vinhedos dos arredores, nas azinhagas e nos trilhos das charnecas, muitos milhares de cadáveres jaziam convertidos em pasto das feras e das aves de rapina. Encontrava-se

359 Ibid.

360 «Episcopum vero civitatis antiquissimum praeciso jugulo contra jus et fas occidunt», ibid. Este bispo
não podia ser senão o dos cristãos moçárabes, que deviam constituir uma grande parte da população de
Lisboa, como sabemos positivamente que constituíam parte da de Santarém.

361 Ibid.

362 Ibid..203

gente viva que no gesto pouco se dessemelhava de cadáveres e que mais se arrastava do que andava. Muitos deles, abraçados com a cruz, beijavam-na e clamavam à Virgem Maria, como ao seu último amparo. Notavam com espanto os cruzados que em tudo quanto diziam ou faziam misturavam o nome da mãe de Deus e invocavam-na ainda no momento de expirar. Aos olhos dos francos, os quais ignoravam que a antiga raça goda submetida pelos sarracenos ficara pela maior parte no meio deles, adoptando-lhes trajos, língua, costumes, tudo, menos a crença, aqueles sinais de ardente cristianismo eram a manifestação de um grande milagre na súbita conversão de tantos infiéis; mas para os portugueses o facto devia provar apenas quão grande era o número dos moçárabes na mesclada população de Lisboa.

Qual fosse o efeito moral de tão importante conquista fácil é de supor. Todo o distrito desta como península formada pelo território aquém e além do Tejo, perto da foz do rio, submeteu-se imediatamente. Apesar do quase inacessível da sua posição, o castelo de Sintra entregou-se a Afonso Henriques por capitulação antes de ser combatido, e as tropas que guarneciam o de Palmela desampararam-no, indo pacificamente apoderar-se do deserto castelo um troço de homens de armas enviado pelo rei de Portugal 363 .

No meio das conquistas que temos narrado a população sarracena devia ter consideravelmente diminuído. Aqueles a quem as circunstâncias o permitissem acolher-se-iam à província de Al-Kassr; mas os outros, expostos a todas as calamidades da guerra, e guerra de homens ferozes e possuídos do ódio religioso contra os vencidos, experimentaram, como acabamos de ver em relação a Lisboa, as consequências de tal situação. Aldeias inteiras ficariam então ermas, e incultos muitos campos até aí produtivos e abundantes por benefício da tão adiantada agricultura dos árabes. Estes resultados prováveis da conquista foram, todavia, remediados, ao menos em parte. Os francos que não voltaram aos seus países receberam terras para arrotearem ou repovoarem, debaixo da autoridade dos seus respectivos chefes. Assim Guilherme, apelidado Lacorni ou Descornes, povoou, em parte, com os seus homens de armas a Atouguia; Jourdan, outro capitão dos cruzados, estabeleceu-se na Lourinhã, e Alardo (talvez Adhelard) em Vila Verde 364 . Dentro em breve esta gente colectícia, este vulgacho indómito, foi-se afazendo à vida sedentária e abandonando o trato das armas, ou porque os seus chefes desejassem, enfim, o repouso, ou porque o próprio rei os

escusasse, temendo a ferocidade nativa deles, da qual ainda há pouco tivemos de relatar bem notáveis exemplos 365 .

363 Ibid. Veja-se a nota XXIII no fim do volume.

364 Arquivo Nacional, Maço 12 de Forais Antigos, nº 3, fs. 32 v. e 33 v.; Gav. 15, Maço 9, nº 22; Forais Antigos de Leitura Nova, f. 16; Maço 12 de Forais Antigos, nº 3, f. 34 v. O grande número de estrangeiros, principalmente sacerdotes, que ficaram residindo em Lisboa deduz-se dos muitos nomes peregrinos que aparecem em alguns documentos exarados naquela época. Tal é a doação feita aos templários em 1159 (Carta de Tomar, no Arquivo Nacional) por Gilberto primeiro bispo de Lisboa depois de restaurada, em que figuram como confirmantes diversos cónegos cujos nomes são estranhos, declarando, até, alguns as suas pátrias, como Gualterius flandrensis, Galterius hastingiensis. Entre as testemunhas aparece Jocelinus de Baius, Hua de Silesia, Alfredus de Caranton, Dominicus Ferriol, etc.
Vejam-se iguais subscrições em Cunha, História Eclesiástica de Lisboa, P. 2, c. 2.

365 Concebe-se qual era a fereza dos costumes nesta espécie de colónias vindas do Norte quando se lê no foral da Lourinhã uma pena atroz, de que apenas encontrámos exemplo em outro de terra povoada por gente portuguesa: «Si aliquis aliquetu interfecerit, si eum pretor et concilium comprehendere poterint sepeliatur vivus, et interlectus super eum projiciatu». De que os estrangeiros foram sucessivamente escusados do serviço militar e de que, até, se negavam a fazê-lo são indícios claros as seguintes passagens do foral de Atouguia (francos): «In diebus D. Villelmi moa fuit ut quando in exercito regis pergere cum co debebant, in quantiscumque poterat eos excusabat»; «Quando mandatum do-mmi regis audierint, ut lii exercitu suo ad pugnam contra paganos, aut ubi ipse jusserit, pergant leti, abs que ulla contradictione.204

Enquanto Santarém e Lisboa sucumbiam assim à fortuna de Afonso I, a guerra civil continuava a devorar a Espanha muçulmana, e as duas províncias de Al-Kassr e Al-Faghar eram o principal teatro de novas revoluções. As violências e tiranias de dois irmãos de A1-Mahdi, que, depois de subjugada Sevilha pelo general almóada Berraz, residiam naquela cidade, tinham começado a indispor os ânimos dos sarracenos andaluzes contra os seus novos senhores. O antigo governador de Niebla, privado daquela dignidade em consequência dos últimos sucessos, vivia também em Sevilha. Vexado pelos dois orgulhosos almóadas, resolveu, enfim, vingar-se e, partindo para o distrito que anteriormente governara, teve maneira de fazer rebelar Niebla. Daqui, marchando contra Tablada, apoderou-se desta povoação e do castelo chamado Hisn Al-Kassr.

O bom sucesso da empresa produziu imitadores. Ibn Kasi, o antigo aliado de Afonso Henriques e que pouco havia se declarara tão ardente parcial dos almóadas, rebelou-se em Silves, ao passo que Ibn Ali Ibn Al-Hajan fazia o mesmo em Badajoz e Ali Ibn Isa em Cádis. Enfim, a revolução lavrou pelo Sul e Ocidente do Andaluz com tal força que apenas Ronda e Xerez se conservaram fiéis. A dificuldade, porém, era sustentar a independência destes pequenos estados, que nasciam e morriam com a mesma rapidez, contra as forças do sempre vitorioso Abdul-Mumen. Este, apenas soube

do levantamento, fez passar aquém do Estreito um exército de almóadas conduzidos por Yusuf Ibn Suleiman, que brevemente reduziu à obediência Niebla e Tablada. Dali Yusuf marchou contra Silves, que tomou, bem como Faro, onde dominava um certo Isa Ibn Maimun. Vendo a presteza com que tudo cedia ao general do amir de Marrocos, Mohammed Ibn Ali, governador de Badajoz, enviou mensageiros a Yusuf com ricos presentes, implorando perdão. Obteve-o, e o exército vencedor retirou-se para Sevilha 366 .

Vimos como Palmela caiu sem combate em poder de Afonso I. A posse deste castelo, fortíssimo pelo ponto em que está assentado, tornava-se militarmente de grande importância. Ao mesmo tempo que, por nos servirmos duma expressão da táctica moderna, ele era uma excelente base de operações para prosseguir a guerra na província de Al-Kassr, podia considerar-se como a chave do território que se dilata entre a baía do Sado e a do Tejo e, por consequência, como servindo de atalaia ou posto avançado dos territórios de Almada e de Lisboa. Assim ficava submetida aquela língua de terra entre as duas baías, a qual, bojando para o Atlântico, termina no cabo Espichel, e Lisboa defendida de um assalto inesperado, aliás fácil, se as tropas muçulmanas pudessem aproximar-se livremente da margem esquerda do Tejo e transportar-se à margem direita em barcas que, saindo do Chetawir (Sado), viessem entrar de noite no vasto porto da cidade novamente subjugada.

Entre Alcácer do Sal e Palmela medeiam pouco mais de seis léguas, e essa distância não era bastante para impedir que os homens de armas deste último castelo fizessem num só dia ou numa só noite correrias e estragos nos arredores da antiga Salácia, que tão célebre se tornara no tempo do império dos Benu Umeyyas de Córdova como arsenal donde saíam poderosas frotas contra os cristãos, entre as quais é a mais notável aquela que levou ao Douro parte do exército de Al-Manssor para a expedição de Compostela. Porventura o ter sido durante algum tempo a capital dum extenso território no Ocidente da Península fizera com que desse o seu nome à mais dilatada das três províncias do Gharb. Alcácer achava-se no século XII decaída da anterior grandeza;
secundum posse suum». Esta última cláusula, igualmente alheia à generalidade dos forais portugueses,
pressupõe a resistência ou má vontade dos colonos do Norte no serviço militar. Em lugar próprio
trataremos especialmente desta colonização singular.

366 Ibn Khaldun, em Gayangos (versão de Al-Makkari), Vol. 2, Apêndice D, pp. 50 e ss. Assaleh (Abdel-Halim)
e Conde são omissos acerca destes sucessos..205

mas ainda se distinguia pelo pinturesco do sítio e pelo seu aprazível aspecto. Assentada nas margens do Chetawir, grande número de embarcações subiam e desciam o rio carregadas com as mercadorias que lhe alimentavam o comércio, necessariamente activo pela proximidade da populosa e opulenta Iaborah (Évora). Cercavam-na por todos os lados extensos pinhais, e as madeiras que neles se cortavam constituíam um dos principais objectos de exportação. Naturalmente férteis, os seus arredores eram ricos de gados, que produziam abundância de lacticínios e carnagens. O mel que aí se recolhia formava uma porção da sua riqueza 367 . Tal é o quadro que, apesar da deca-dência política de Alcácer, ainda nos fazem dela os escritores árabes do século XII. Da sua importância militar, da fortaleza do castelo que a defendia é argumento quanto sangue custou aos cristãos conquistá-la e reconquistá-la depois de perdida de novo.

Hoje de tudo isto restam apenas largos panos de muros rotos e pendidos, torres derrocadas ou fendidas, que vacilam e ameaçam esmagar parte da povoação assentada a seus pés. Os bosques desapareceram em grande parte, e os prados que alimentavam numerosos armentios converteram-se em alagadiços, donde mana a corrupção. As febres mortíferas do estio tingem o gesto dos habitantes de uma cor de cadáver, que harmoniza tristemente com aquelas pedras tombadas e pálidas, com os vestígios de duas

grandes civilizações que passaram por essa terra de muitos séculos. À raiz do alto cubelo sarraceno jaz o fuste da coluna romana: a inscrição latina faceia o muro da que, talvez, foi mesquita muçulmana e que hoje é um pobre templo cristão. Ruínas sobre ruínas cimentadas com o sangue de muitos combates, e no meio delas uma população enfezada e doentia, eis o que resta da bela A1-Kassr Ibn Abu Danès, afora uma pouca actividade comercial que os erros dos homens não puderam destruir, porque dependia da situação do lugar, empório e mercado natural das terras sertanejas que demoram ao norte e oriente do Sado.

De Palmela, conforme é de crer, Afonso I infestava o território de Alcácer. Um dos meios que empregavam os cristãos para reduzirem os lugares populosos, em cuja conquista punham a mira, era o devastarem de antemão as cercanias deles. Não faltam exemplos de tal sistema, e um dos mais notáveis é o que seguiu Afonso VI antes de cercar Toledo. Assim, empobrecida a povoação, principalmente de víveres, a fome, que pouco tardava a associar-se aos outros males de um estreito assédio, ajudava poderosamente a violência dos assaltos. Talvez movido por este pensamento ou por ocasião de alguma tentativa para experimentar de novo em Alcácer o plano da tomada de Santarém, Afonso I lançou-se num risco extremo, de que parece ter-se a custo salvado. Seguido apenas de sessenta homens de armas, o príncipe português aproximara-se daquele castelo. Iam ele e os seus levemente armados. Descobertos pelos sarracenos, estes acometeram impetuosamente os cristãos. Eram os cavaleiros muçulmanos quatro ou cinco vezes mais numerosos e ajudados por muita gente de pé. Cercado daquele punhado de guerreiros, não recusou Afonso I o combate. Os séculos escureceram a memória dos prodígios de valentia que aí se praticaram: sabemos só que os inimigos foram, enfim, constrangidos a recolher-se para Alcácer, posto que o próprio Afonso saísse ferido daquele perigoso combate. O extraordinário do sucesso fez, como era natural, que os contemporâneos o atribuíssem a milagre 368 .

Dissemos que, porventura, o rei de Portugal se aproximara de Alcácer com o intuito de saltear inesperadamente o castelo. Só assim se explica plausivelmente a sua presença ali com tão pouca gente de guerra e tão levemente armada para combate

367 Edrisi, Geografia, Vol. 2, p. 32.

368 «Chronica Gothorum», na Monarquia Lusitana, L. 10, c. 39.. Aí se diz que os sarracenos eram quinhentos cavaleiros e dez mil peões. Como se esta exageração não bastasse, na paráfrase daquela crónica (exemplar de Resende) se eleva o número da infantaria sarracena a quarenta mil homens..206

campal. De mais, o feliz resultado obtido em Santarém devia incitá-lo a repetir a tentativa. Não é, porém, só isto. Um célebre historiador árabe quase coevo nos diz que a maior parte das conquistas do senhor de Coimbra foram feitas por aquela maneira. O testemunho insuspeito do escritor muçulmano é ainda mais glorioso para Afonso I que as narrativas rápidas e obscuras dos monumentos cristãos. Por ele sabemos hoje que o valente príncipe era o primeiro a expor a vida naqueles cometimentos nocturnos. «O modo como este inimigo de Deus», diz Ibn Sahibi s-Salat, «tomou a maior parte dos castelos (das províncias de Belatha e de Al-Kassr) foi o seguinte: escolhido o ponto do ataque, em noite escura e tempestuosa saía de uma das suas fortalezas, nas quais usualmente habitava, levando consigo um punhado de homens de armas resolutos. Chegado ao castelo que ia saltear, era ele quem encostava a escada ao muro; ele o primeiro em subir. Apenas galgava as ameias punha-se a escutar para saber ao certo se as sentinelas vigiavam ou não. Obtida a certeza de que os nossos dormiam, arremessava-se à sentinela mais próxima e, pondo-lhe um punhal aos peitos, constrangia-a a passar palavra, segundo o costume, para fazer acreditar às outras que não havia novidade. Após isto esperava no adarve que tivessem subido em número suficiente os que o seguiam. Então, levantando o seu grito de guerra (Santiago!),

precipitavam-se todos dentro da povoação, passando à espada, sem excepção, aqueles que encontravam» 369 .
Se fora, porém, um destes cometimentos nocturnos que Afonso I empreendera contra Alcácer, ele lhe saíra baldado. Era, por consequência, necessário apoderar-se daquela povoação importante à viva força, e para isso acaso faltavam então recursos ao rei de Portugal. O dispêndio de cabedal e de sangue que lhe custara a conquista de Lisboa; a gente dos cruzados que devia ter abandonado o país para conduzir, quer ao Oriente, quer aos portos donde saíra, uma armada de perto de duzentas velas; as tropas necessárias para guarnecer as cidades e castelos tão rapidamente subjugados; a distracção de uma grande parte dos francos que restavam para os trabalhos rurais e estabelecimento de colónias na Estremadura; tudo isto diminuía o número de soldados aptos para entrarem em campanha nas planícies do Alentejo, começando por sitiar Alcácer. Assim, o motivo do silêncio que guardam as memórias desse tempo acerca dos sucessos ocorridos nos anos imediatos à conquista do território que se estende entre o Tejo e o Atlântico, fica sendo óbvio. A história era então quase exclusivamente guerreira, como os homens a que se referia, e, com efeito, a guerra não só constituía, em geral, o estado ordinário das sociedades naquela época, mas também vinha a ser, em especial, a primeira necessidade de um país assaz pobre e limitado e que não podia viver de vida própria, sem que, dilatando-se à custa dos sarracenos, adquirisse maior vulto e robustez. Quando, pois, os príncipes, cansados de contínuos combates, depunham as armas para restaurarem a exaurida energia, a história abandonava-os para de novo os seguir quando tornavam a aparecer nos campos de batalha. É esta a razão por que as raras crónicas coevas ou quase coevas de Afonso I nada ou pouquíssimo nos dizem acerca dos sucessos de dez anos, isto é, desde a tomada de Lisboa até que os cristãos alcançaram, enfim, apoderar-se de Alcácer. A actividade, porém, do rei de Portugal devia durante esse período voltar-se para os negócios internos do país e sobretudo para a restauração da nova província que incorporara nos seus domínios, necessariamente assolada pelos acontecimentos de que fora teatro. Era desse modo que ele poderia habilitar-se para empreender as suas ulteriores conquistas.
Muitos dos estrangeiros vindos na armada do conde de Areschot ficaram, como dissemos, residindo em Lisboa; muitos deles fizeram assento no interior da província.
369 Ibn Sahib s-Salat, em Gayangos (versão de A1-Makkari), Vol. 2, nota, p. 552..207
As ordens de cavalaria, as catedrais, as corporações monásticas foram liberalmente dotadas nas terras novamente adquiridas. Abaixo de Leiria para o ocidente fundou-se por esta época (1153) um mosteiro, o de Alcobaça, que veio a ser o mais célebre de Portugal e a cujos monges se deveu sucessivamente a cultura de uma extensa parte da Alta Estremadura, a qual até aí fora uma vasta solidão e por muito tempo servira de campo neutro entre cristãos e sarracenos 370 , Ao passo que estas poderosas corporações faziam surgir as vilas e aldeias por meio dos novos colonos que atraíam, tanto de fora do país como dos distritos do Norte, rei ia repartindo pelos seus homens de armas as propriedades sitas nos lugares principais e pertencentes aos sarracenos mortos durante a luta ou que haviam abandonado a pátria serva dos inimigos 371 . Ao mesmo tempo os muçulmanos que aceitavam o jugo dos cristãos continuavam a desfrutar os seus bens debaixo da denominação de «mouros forros», chegando em breves anos a obter concessões especiais de protecção que os punham a abrigo de quaisquer violências da parte dos vencedores 372 .
Apenas, porém, tinham passado quatro anos depois da tomada de Lisboa e já o rei de Portugal se preparava para prosseguir a guerra. Na falta de tropas, produzida necessariamente pelas causas cuja existência indicámos, procurou engrossar o seu exército com gente estrangeira, fazendo levas em Inglaterra. O islamismo, contra o qual ele combatia, dava um carácter de cruzada a qualquer expedição que viesse em auxílio deste príncipe; e assim, era com o pretexto de militar contra os inimigos da cruz que ele devia principalmente atrair esses guerreiros impávidos da Europa setentrional. Gilberto,

sacerdote inglês que fora elevado à dignidade de bispo de Lisboa, partiu, portanto, para a Grã-Bretanha em 1151 a pregar uma nova cruzada contra Sevilha, isto é, contra os domínios dos almóadas na Espanha, cuja capital era então aquela cidade. As diligências de Gilberto foram, segundo parece, coroadas de bom sucesso, e uma armada partiu de Inglaterra para Portugal. Junto com os seus auxiliares, Afonso foi sitiar Alcácer, provavelmente ainda nesse ano ou no seguinte. Mas a empresa falhou, porque os defen-sores da forte povoação resistiram energicamente, e a armada dos cruzados voltou, segundo cremos, a Inglaterra sem haver concluído coisa alguma 373 .

Apesar de repelido, Afonso não desistiu da empresa, que se renovou no ano de 1157. Deu ocasião à tentativa a vinda de outra armada que, navegando do mar do Norte, se dirigia para a Síria. Nestas longas viagens, as costas da Península ofereciam aos navegantes corridos dos temporais ou necessitados de provisões e refrescos, antes de

370 A disputa entre o arcebispo de Évora, São Boaventura (História Cronológica e Critica de Alcobaça, p. 37), e J. P. Ribeiro (Dissertações Cronológicas, T. 4, P. 1, p. 9) sobre se os coutos de Alcobaça foram ou não arroteados e povoados pelos cistercienses não teria progredido se qualquer deles houvera atendido aos documentos citados por Brandão (Monarquia Lusitana, P. 3, L. 9, c. 25), às bulas relativas aos templários, existentes na Torre do Tombo, Gav. 7, Maço 3, nº 17, e Maço 9, nº 35, e à narrativa da vida de São Martinho de Soure, parágrafo 2. A comparação destes monumentos prova com clareza que antes do meado do século XII a maior parte da Alta Estremadura era um ermo.

371 «...corporali labore et pervigili astucia mei et meorum hominum oppidum de Santarem sarracenis abstuli et eam dei cultui restitui, et vobis meis hominibus atque vassalis et alumnis ad habitandum jure hereditario tribui», foral de Santarém, no Arquivo Nacional, Maço 3 de Forais Antigos, nº 3.

372 «Vobis mauris qui estis forri in Ulixbona et in almadana et in palmela et in alcazar», foral dos Mouros, no Arquivo Nacional, Maço 12 de Forais Antigos, nº 3, f. 12

373 «Anno 1151 Gilebertus episcopus Olisiponis, praedicans in Anglia, plurimos sollicitavit in Hispaniam proficisci, Hispalim obsessuros et expugnaturos», Johan Prior Hagustald., apud Twysden, Hist. Anglicar. Scriptores, p. 278. A interpretação que demos a este incompleto e obscuro texto é a única possível.

Sabemos pela «Chronica Gothorum» que Alcácer fora atacada inutilmente «duas vezes» com socorro de estrangeiros. Nos escritores contemporâneos não se acham vestígios de nenhuma armada de cruzados que pudesse vir a Portugal por estes anos, senão a de Thierry de Flandres, em 1157. É por isso necessário supor que a primeira expedição se dirigiu determinadamente aqui, e o mais natural é que ela fosse o resultado das diligências de Gilberto..

entrarem no Mediterrâneo, abrigo seguro nos seus vastos portos. Entre os do território dominado pelos cristãos nenhum podia igualar o da foz do Tejo pela sua situação, e assim, desde a conquista de Lisboa, veio este a ser o mais frequentado pelas frotas que seguiam a rota do Oriente. A braços com os muçulmanos na prossecução dos desígnios que tinha de engrandecer os próprios estados, Afonso I devia invocar em seu auxílio os

motivos que arrojavam os guerreiros da cruz para a Palestina. Por pouco que lhes mostrasse a perspectiva de duros combates com os infiéis e de ricos despojos, a cobiça, menos hipócrita então que nestes nossos tempos, e o entusiasmo religioso, que de algum modo nobilitava essa cobiça, eram incentivos suficientes para os resolver a ajudarem-no nas suas conquistas. Com a mira na de Alcácer, socorreu-se aos recém-chegados para repetir a tentativa; mas, como da primeira vez, de novo foi rechaçado 374 . Acerca destes sucessos, referidos sucintamente pela Crónica dos Godos, nenhumas particularidades se encontram nas memórias contemporâneas, que, assaz resumidas em relatar os acontecimentos prósperos, ainda o são mais nos adversos, quando não os ocultam de todo. Apenas se pode acreditar com grande probabilidade que esta frota era a do conde da Flandres, Thierry ou Teodorico da Alsácia, que em 1157 partiu para a Síria 375 . Da vinda de Thierry a Portugal naquela conjuntura se originou provavelmente a errada tradição de que ele fora um dos cruzados que assistiram ao cerco e tomada de Lisboa 376 .

Todavia, Alcácer caiu enfim (24 de Junho de 1158). Aquele castelo, cujos restos dão ainda um melancólico testemunho da antiga solidez e que resistira às forças reunidas de Afonso I e dos homens de armas ingleses e flamengos, veio a render-se depois de sessenta dias de incessantes combates aos sós portugueses que o sitiavam. Segundo os historiadores árabes, a guarnição foi metida à espada, mas das memórias cristãs parece concluir-se que, entregue o castelo, concederam os vencedores à guarnição sarracena o retirar-se para o interior do Gharb, levando aos seus correligionários a dolorosa certeza de que os campos da província de Al-Kassr ficavam, finalmente, abertos às entradas do impetuoso Ibn Errik 377 .

Enquanto assim o pequeno reino de Portugal se dilatava para o sul e oriente, a poderosa monarquia de Leão e Castela recebia um profundo golpe com a morte do imperador Afonso VII (1157). Apesar da experiência das perturbações passadas, antes de falecer este príncipe dividira os vastos estados que possuía entre os seus dois filhos. A Castela com todas as províncias que lhe estavam unidas ficou ao primogénito, Sancho, e a Fernando, o segundo-génito, Leão com a Galiza e a Estremadura. Entre os dois irmãos parece terem-se levantado a princípio algumas discórdias que não consta chegassem a rompimento. Essa nuvem, porém, que assomava nos horizontes políticos não tardou a desvanecer-se. Os reis de Castela e Leão encontraram-se em Sahagún e aí celebraram um convénio destinado, não só a manter a paz entre os respectivos estados e

374 «Jam quidem, prius obsederat eum per duas vices, adjutus multitudine navium quae adverant de partibus aquilonis», «Chronica Gothorum», na Monarquia Lusitana, P. 3, L. 10, c. 39.

375 Roberto de Monte, apêndice, Pistório, T. 1, p. 636, e os autores citados na Geschichte der Hohenstaufen, de Raumer, T. 2, p. 341, nota 4 (2. edição).

376 Monarquia Lusitana, P. 3, L. 10, c. 25.

377 «Crónica Conimbricense», na España Sagrada, T. 23, p. 331; «Chronica Gothorum», na Monarquia Lusitana, L. 10, c. 39. As palavras: «Tradidit eum (sdil. Alcasserum) 1111 dominus... ejectis inde omnibus sarracenis» indicam um convénio, em virtude do qual a guarnição sarracena saiu do castelo. Tomado este de assalto, os que escapassem ficariam cativos ou seriam mortos, segundo a narrativa de Conde, alids errada, pelo menos na data: «En el mismo año (1160) los cristianos tomarón la fortaleza de Alcazar Alfetah en Algarbe, que se llamava alcazar d'Abi Denis, y degollarón á los que la defendian», Conde, P. 3, c. 44, in fine. A denominaçin de Alletah (a entrada) dada a Alcácer prova bem que este

castelo era considerado como a chave do Alentejo por esta parte, conforme dissemos..209
a assegurar o mútuo auxílio nas suas guerras defensivas ou ofensivas, mas também a regular os limites das futuras conquistas de cada um. Interessa-nos especialmente esse convénio, porque aí se revela que, embora Afonso VII houvesse dado uma espécie de consentimento tácito à independência de Portugal, ou reservara na mente a esperança de submeter ainda o primo, legando esse pensamento a seus filhos, ou estes adoptaram novamente uma ideia já abandonada. O que é certo é que no tratado feito em Sahagún a 22 de Maio de 1158 entre Sancho e Fernando, ambos se obrigaram a não celebrarem acordo algum com o rei de Portugal desvantajoso para qualquer deles, sem mútuo consentimento. Na hipótese de conquistarem os estados do seu primo, no que, parece, seriamente meditavam, comprometiam-se a repartirem-nos igualmente entre si, fazendo o rei de Leão a partilha e escolhendo o de Castela o quinhão que lhe conviesse. Quanto às aquisições nos territórios sarracenos, Fernando devia apoderar-se das modernas províncias portuguesas do Alentejo e Algarve e dos territórios de Niebla, Montanches e Mérida, enquanto as conquistas daí para o oriente ficariam pertencendo à coroa de Castela 378 .
A morte, porém, de Sancho, ocorrida poucos meses depois da celebração deste convénio, baralhou todos os desígnios de engrandecimento dos dois irmãos. O rei de Castela deixava um filho de menor idade, que foi Afonso VIII, denominado o Nobre. Com o pretexto de ter direito à tutoria do sobrinho e aproveitando as discórdias suscitadas pelos grandes acerca deste objecto, Fernando entrou com mão armada no território de Castela, onde durante a guerra civil, que se protraiu por alguns anos, chegou a apoderar-se de Toledo 379 . No meio destes calamitosos sucessos produzidos pela ambição, o império dos almóadas ia-se consolidando na Espanha muçulmana. Ao mesmo tempo adversário dos almorávidas, que debalde lhe disputavam uns restos de domínio nos distritos meridionais do Andaluz, e dos cristãos, inimigos incomparavelmente mais fortes e perigosos, Abdul-Mumen, entretido em esmagar rebeliões na Africa e em alongar naquela região as fronteiras do império, sustentava a guerra daquém-mar pelos seus generais. Ibn Ghaniyah, o último defensor ilustre da dinastia lantunense, perecera em um combate na veiga de Granada (1148), depois de ter perdido Córdova e quase todas as outras povoações importantes. Lançando-se então nos braços de Afonso, cujas armas vitoriosas tinham chegado até às praias do mar Mediter-râneo, onde ele reduzira Almeria no mesmo ano em que seu primo se apoderava de Lisboa, os almorávidas não tinham feito mais do que contribuir para o engrandecimento do monarca leonês, sem por isso evitarem a própria ruína. Com a ambição de Afonso VII, bem semelhante em carácter e esforço ao rei de Portugal, fácil é de imaginar se ele saberia aproveitar esta contenda dos dois partidos rivais, que, hostilizando-se mu-tuamente, lhe facilitavam o realizar os seus desígnios. A história dos dez anos decorridos desde a tomada de Almeria até à morte do imperador é a de uma série quase não interrompida de devastações feitas pelos cristãos no Meio-Dia da Península. Debalde os muçulmanos espanhóis parciais dos almóadas enviaram ao poderoso amir de Marrocos deputações numerosas com protestos de ilimitada adesão e obediência, pedindo ao mesmo tempo fizesse passar para Espanha forças capazes de porem termo às prosperidades do príncipe infiel. Ouviu-os ele, tratou-os benignamente e despediu-os com ricos presentes e grandes promessas. Veio, até, a Ceuta com demonstrações de querer transpor o Estreito; mas repentinamente marchou dali para o Oriente da Mauritânia a prosseguir nas suas conquistas, reduzindo o socorro dado aos sarracenos

378 Documento da era 1196, 10 das calendas de Junho, apud Escalona, Historia dei Monasterio de Sahagún, Apêndice III, escrito 174.

379 Rodrigo de Toledo, de Rebus Hispaniae, L. 7, c. 12 e ss. Lucas de Tuy, «Cronicon Mundi», pp. 105 e ss.; Risco, Reyes de Léon, T. 1, pp. 355 e ss..210

espanhóis a enviar forças de mar e terra que cercaram Almeria. Foram elas suficientes para resistirem a Afonso VII, que tentou em vão fazer levantar o assédio; mas não bastaram a impedir que os inimigos rendessem outros lugares, como Baeza e Ubeda, dos quais o imperador se apoderou durante aquele cerco. No mesmo ano em que Afonso faleceu, Almeria caiu, enfim, nas mãos de Cid Abu Said, filho do amir al-mumenin, que este pusera à frente daquela expedição 380 .

A conquista da antiga Salácia sem auxílio estranho devia aumentar a confiança dos homens de armas portugueses na capacidade do seu chefe e no próprio esforço. Diante deles se alongava a província de Al-Kassr por vastas planícies, onde o risco de recontros em campina rasa com os inimigos, muitas vezes superiores em número, sobretudo de cavalaria, era compensado pela menor frequência de alturas coroadas de castelos difíceis de reduzir e ao mesmo tempo perigosos para qualquer exército os deixar após si guarnecidos de sarracenos. Ao passo que o terror produzido por tantos reveses conservava acabrunhados os ânimos dos muçulmanos, a reputação militar de Afonso I excedia a de todos os príncipes da Espanha cristã pelo brilho das vitórias e pela rapidez das conquistas 381 .

No vigor da idade, tendo visto realizarem-se uns após outros quase todos os seus intentos, este homem, cujo nome aparece na história da lenta agonia do islamismo espanhol como um anjo de extermínio, devia ter profunda confiança na sua fortuna. Assim, para admitir factos subsequentes uniformemente referidos pelos historiadores árabes, é necessário supor que depois da conquista de Alcácer os cristãos vitoriosos penetraram como uma torrente no sertão do moderno Alentejo e que naquele primeiro ímpeto algumas povoações importantes se lhes renderam, entre as quais Évora e Bela. Esta última, tomada nos princípios de Dezembro de 1150, foi abandonada depois de quatro meses, havendo-lhe os conquistadores desmantelado primeiramente as fortificações 382 .

A glória adquirida por Afonso I fazia naturalmente desejar a sua aliança aos outros príncipes da Espanha cristã, que buscaram ligar-se com ele, não só estabelecendo com Portugal estreitas relações políticas, mas também unido-se com o valente príncipe pelos laços de família. Perdera o rei dos portugueses, pouco depois da tomada de Alcácer, a rainha D. Matilde ou Mafalda, sua mulher (3 de Dezembro de 1158) 383 ficando-lhe dela um filho e três filhas, Sancho, Mafalda, Urraca e Teresa, todos ainda na infância, além dos quais tivera outra filha, D. Sancha, segundo alguns pretendem, e dois filhos, Henrique e João, falecidos em tenra idade 384 . Sancho (chamado primeiramente Martinho) nascera em 1154, e nos anos próximos, posterior ou anteriormente, suas irmãs D. Urraca e D. Mafalda. O conde de Barcelona, Raimundo Berenguer, tendo casado com Petronilha, rainha de Aragão; tivera dela um filho, chamado, como seu pai, Raimundo Berenguer, o qual veio a herdar os estados de Barcelona e Aragão, subindo

380 Assaleh, História dos Soberanos Maometanos, pp. 209 e ss.; Conde, P. 3, c. 42 e 43; Al-Makkari, B. 8, c. 2.

381 «He (Alfonso) pushed his conquets farther than any other chief of bis nations», Ibn Sahibi s-Salat, em Gayangos (versão de Al-Makksri), Vol. 2, p. 521.

382 «He took... Bela, on the 22 of Dil-Hajjah Heg. 554. (which answers to the first december of the christian year 1159). After a stay of four months and ten days in the latter city, Alfonso evacuated it, having previously demolished the fortification», id., ibid. Que não foi o próprio rei que aí se conservou os quatro meses, segundo a interpretação literal do texto de Ibn Sahibi, vê-se do documento apontado por J. P. Ribeiro, Dissertações Cronológicas, 1. 3, P. 1, nº 458. Consultem-se os lugares dos

historiadores
árabes citados adiante sobre o desbarato de Afonso I pelos almóadas, em 1161.
383 Pereira de Figueiredo, Elogios dos Reis de Portugal, p. 300; Dissertações Cronológicas, T. 3, P. 1, n.os
448, 449, 453.
384 «Chronica Gothorum», era 1183; Brandin, Monarquia Lusitana, P. 3, L. 10, c. 19..211
ao trono com o nome de Afonso II 385 . Era este príncipe pouco mais velho que D. Mafalda: todavia seu pai tratou de desposá-lo com a infanta portuguesa. Para isto, no meio das guerras em que andava então envolvido no Sul da França, partiu para a fronteira de Portugal, a fim de ajustar com Afonso I aquele consórcio. Encontraram-se os dois príncipes em Tui (30 de Janeiro de 1160) e aí, na presença de vários prelados e barões de Portugal, de Aragão e de outras partes da Espanha, foi celebrado o contrato de casamento, que a morte da infanta não consentiu chegasse a realizar-se 386 .
Nas discórdias civis que por aquele tempo andavam ateadas entre Castela e Leão, em consequência das ambiciosas pretensões de Fernando II, este príncipe, esquecido das ideias de conquista que nutrira subindo ao trono, procurara também a aliança do rei de Portugal, e às vistas de Tui com o conde de Barcelona seguiram-se no mesmo ano outras em Cellanova com o rei leonês. Não nos resta especial memória dos objectos que se trataram naquela conferência; mas suspeitamos que por essa ocasião se ajustasse o casamento da infanta D. Urraca e do rei de Leão, casamento que se efectuou em 1165. É provável que os dois príncipes, ambos resolvidos a prosseguir nas suas empresas pelo território muçulmano, tratassem aí da demarcação dos limites futuros dos respectivos estados. E, na verdade, os rápidos triunfos de Afonso I, que, já senhor de uma parte da província de Al-Kassr, podia levar as suas armas até o coração da Andaluzia, tomando assim o passo às conquistas dos leoneses e castelhanos, legitimam a suspeita de que fosse a questão de limites uma das matérias tratadas naquela reunião dos dois príncipes. O motivo capital, porém, que obrigava o rei de Leão a buscar a aliança do de Portugal era o tê-lo favorável nas suas tentativas de usurpação em Castela 387 .
Estas importantes alianças, que eram um testemunho evidente da alta reputação do rei de Portugal, tiveram em breve um triste desconto. O amir de Marrocos, tendo concluído a conquista da Mauritânia oriental, resolvera, enfim, passar à Espanha, onde a fortuna tão adversa se mostrava às armas muçulmanas, sobretudo no Ocidente. Desde os primeiros meses de 1160 ordenara ele a seu filho Abu Said, váli de Granada, que aumentasse as fortificações de Gibraltar. Concluí-das estas, o amir atravessou o Estreito com um exército e veio ali fazer residência por algum tempo (1161). Soava por todo o Andaluz a fama das conquistas e dos estragos feitos pelo fero Ibn Errik nos territórios do Gharb, e Abdul-Mumen vinha vingar as afrontas do islamismo. Dezoito mil cavaleiros almóadas foram então enviados para as fronteiras ocidentais debaixo do mando de Abu Mohammed Abdullah Ibn Hafss. Entrando na província de Al-Kassr saiu-lhes ao encontro Afonso I: os esquadrões portugueses não puderam, porém, resistir ao ímpeto dos veteranos de Abdul-Mumen, afeitos a repetidas vitórias nas guerras de África. Os cristãos, desbaratados, deixaram no campo dizem que uns seis mil mortos, afora um grande número de prisioneiros. A consequência deste sucesso foi perderem as povoações de que se haviam apoderado no interior do moderno Alentejo. Os vencedores, ricos de despojos dos inimigos, não prosseguiram avante, e, mandando retirar Ibn Hafss, o amir al-mumenin nomeou váli do Gharb, para defender a fronteira, a Mohammed Ali Ibn Al-Hadj 388 .
Apesar daquele grande revés, não eram fáceis de amortecer os brios de um povo cheio de mocidade e de energia e cuja vida quase inteira passava no meio das lidas e
385 Art de vérifier les dates, Vol. 1, p. 359.
386 Documento do Liber Fidei, na Monarquia Lusitana, P. 3, L. 10, c. 41; Sousa, História Genealógica,
provas, T. 1, p. 195.

387 Nota XXIV no fim do volume.
388 Al-Makkari, B. 8, c. 2, Vol. 2, p. 315; Conde, P. 3, c. 45; Assaleh (Abdel-Halim), História dos
Soberanos Maometanos, p. 219. Variam os três quanto aos nomes das povoações recuperadas pelos
muçulmanos, mas são concordes no essencial do facto..212

perigos de contínua guerra. A luta com os muçulmanos renovou-se no ano seguinte, ao passo que Abdul-Mumen regressava para África a fim de visitar a capital e de repousar aí das suas longas fadigas. Os fossados ou correrias dos cristãos começaram a cruzar aquele solo do Gharb, onde ainda subsistiam todos os vestígios das passadas invasões; mas agora o rei de Portugal e os seus ricos-homens, entretidos, segundo parece, em reparar a grave perda do ano anterior, abandonavam aos populares o prosseguimento dessas algaras ou entradas que, levando a assolação aos campos e lugares não fortificados, abriam caminho para as importantes conquistas das cidades e castelos defendidos por guarnições numerosas. Não eram, de feito, só os prestameiros do rei ou cavaleiros assoldados, nem os homens de armas dos barões e senhores que figuravam nestas empresas, pela maior parte obscuras: eram também e principalmente os chamados cavaleiros vilãos, isto é, os indivíduos mais abastados daqueles concelhos, que, ou se organizavam nos distritos de novo subjugados e a que serviam de centro as povoações restauradas, ou que já existiam nas províncias anteriormente sujeitas a Leão e que tinham sido como o núcleo da classe popular do novo estado. Divididos os chefes das famílias, conforme eram mais ou menos ricos, nas duas categorias militares de cavaleiros e de peões, enquanto estes últimos só ficavam ordinariamente obrigados à defensão do território municipal, do território daquela espécie de pequenas repúblicas, incumbia aos primeiros o servirem nas guerras ofensivas durante certo número de meses cada ano, na conformidade dos seus foros. Segundo este admirável sistema, cuja natureza e modificações especiais teremos de expor largamente noutra parte, o país, sem exércitos permanentes, oferecia poderosos meios de agressão contra os inimigos e ainda mais poderosos elementos de resistência contra quaisquer invasões. Foi a estas tropas municipais que se deveu por esse tempo a conquista de Beja, cujas fortificações, derribadas três anos ,antes, os sarracenos deviam ter reedificado. Um corpo de burgueses ou de vilãos dirigido por um certo Fernando Gonçalves marchou contra aquela cidade no coração do Inverno, e num ataque nocturno e repentino, em que provavelmente se empregou o mesmo ardil pelo qual Santarém caíra em poder dos cristãos, estes se apoderaram de Beja no último de Novembro de 1162 389 .

Évora era naquele tempo, depois da capital da província (Badajoz), a cidade mais importante dela. Vasta e populosa, estava toda cingida de muros, e um castelo ou kassba que a assoberbava constituía a sua principal defesa. O território dos arredores passava por ser um dos singulares em fertilidade, e os seus principais produtos eram os cereais, os gados e toda a casta de frutas e legumes. Um extenso comércio, tanto de importação como de exportação, a tornavam poderosa e rica, e a magnificência da sua principal mesquita merecia particular atenção dos viajantes 390 . Entrada, como vimos anteriormente, pelos cristãos no primeiro ímpeto depois da conquista de Alcácer, as tropas almóadas a haviam brevemente restituído ao islamismo; mas a hora em que a cruz devia hastear-se no topo da sua célebre mesquita tinha, finalmente, soado.

É fácil de conceber quais seriam as condições da vida social pelas incertas fronteiras de sarracenos e cristãos, imenso campo de um combate, por assim dizer, incessante de anos e séculos. Entre homens naturalmente ferozes e desenfreados, para quem o viver era acaso e a morte espectáculo de todos os dias, e que se haviam habituado a subsistir mais de rapinas feitas aos seus contrários que do trabalho das próprias mãos, a impotência das leis devia ser completa ou, antes, a lei que não podia

389 «Chronica Gothorum», na Monarquia Lusitana, P. 3, L. 10, c. 42; «Crónica Lamecense» e «Crónica

Conimbricense».
390 Edrisi, Geografia, Vol. 2, p. 24. Provavelmente o chamado Templo de Diana, cujas magníficas ruínas
ainda existem, servia de mesquita aos sarracenos de Évora, se é que não era antes o sítio da kassba, por
estar a cavaleiro da povoação, sendo a mesquita no lugar onde depois se edificou a sé..213
protegê-los menos devia obrigá-los. Assolar os campos e aldeias, alancear mouros, ganhar castelos para el-rei, eis em que vinham a cifrar-se os deveres desses arraiais permanentes a que chamavam castelos e povoações das estremaduras ou fronteiras. É assim que o direito civil dos municípios, representado pelos costumes ou leis tradicionais, nos aparece nebuloso sempre na sua origem e, até, as mais das vezes o direito político estabelecido nos forais só vem a promulgar-se anos depois de conquistado ou fundado o lugar a que são concedidas aquelas cartas de garantia constitucional. O crime e a bruteza como que transudam de todos os documentos dessa época em que se alude aos usos e hábitos ordinários da vida, e não escasseiam memórias, que a seu tempo havemos de apontar, nas quais se encontra o repugnante quadro de um malvado moribundo, recapitulando à face da sociedade e sem titubear a negra história de uma torpe existência e legando a um mosteiro o fruto das suas extorsões e assassínios, para depois expirar com a tranquilidade do justo. Se, porém, tais espectáculos eram vulgares por aquele tempo em todo o país, imagine-se quais seriam as cenas de imoralidade e ferocia que diariamente se passariam nos lugares fortificados da fronteira, onde quase só dominava o pensamento das assolações e rapinas.
Nada mais natural do que aparecerem no meio desta gente, a bem dizer selvagem, homens de carácter mais sáfaro e duro, para quem o viver à sombra das muralhas de um castelo fosse já sujeição intolerável e que nas brenhas, separados de um ténue simulacro de existência social, buscassem gozar ilimitada liberdade. As rixas entre os homens de armas, os ódios que resultavam da impetuosidade das paixões, as longas vinganças entre as famílias, que muitas vezes não cessavam senão com o extermínio de uma delas; todas estas causas e várias outras deviam povoar os bosques dos territórios disputados entre portugueses e sarracenos de bandos de salteadores, provavelmente compostos de indivíduos de uma e de outra crença, unidos pelo instinto do crime, guerreando indiscriminadamente cristãos e muçulmanos, indiferentes à luta do predomínio das duas raças, e atentos só a saciar a própria crueldade e cobiça nas suas correrias e assaltos sem objecto político.
A tradição revestiu de circunstâncias poéticas a singela história do capitão de uma destas companhias de salteadores. Se déssemos crédito às lendas escritas em tempos mais recentes, Giraldo, o herói do romance, que pelo seu esforço adquirira o apelido de Sem Pavor, era um nobre cavaleiro que por vários delitos abandonara o serviço de Afonso I e ajuntara no Alentejo um bando que lhe obedecia. Os remorsos e a vergonha do vil ofício que exercitava induziram-no a tentar uma empresa gloriosa cujo feliz resultado lhe servisse de reabilitação moral. Foi ela .a tomada de Évora. A relação da forma por que obteve sair com o intento é quase inteiramente semelhante à narrativa da conquista de Santarém e, porventura, imitada desta. Restituído com os seus companheiros à graça do príncipe, foi elevado à dignidade de alcaide da cidade que com tanta ventura e destreza sujeitara ao domínio cristão 391 . A Crónica dos Godos apenas, porém, nos diz que em 1166 ela fora tomada e saqueada por Giraldo Sem Pavor com os salteadores seus sócios e que este a entregara depois a Afonso I 392 . O silêncio dos outros monumentos coevos acerca de haver sido Giraldo o conquistador de Évora poderia, até, fazer suspeitar o sucesso de fabuloso, ainda reduzindo-o à primitiva singeleza 393 .
391 Monarquia Lusitana, L. 11, c. 9 e 10.
392 «Chronica Gothorum», ibid.
393 A «Crónica Conimbricense» e a «Lamecense» são conformes com a «Gothorum» quanto

ao ano da
conquista de Évora, data que, aliás, se prova de um documento citado no Elucidário (T. 1, p. 410), o que
se diz exarado na era de 1204 (1166) em Évora «quando fuit ablata à mauris». Nenhuma delas, todavia,
alude à história de Giraldo, antes a «Lamecense» atribui aquela conquista ao próprio rei: «Elbora et.214
O exército real pisava então de novo o território da província de Al-Kassr, cuja conquista inteira a tomada de Évora e Beja facilitava grandemente ou, antes, tornava inevitável, faltando os poderosos socorros de além-mar, cuja vinda era, aliás, pouco provável. Abdul-Mumen falecera em Salé (1163), onde ajuntara numeroso exército para passar à Espanha. Seu filho Yusuf Abu Yacub, que ele escolhera por sucessor e que se achava então em Sevilha, partiu para a África, onde foi aclamado amir; mas as resistências de seus irmãos excluídos do trono e vários outros motins que sucessivamente ocorreram naquelas partes obstaram por alguns anos a que Yusuf pudesse atender à defensão das fronteiras ocidentais do Andaluz 394 . Livre assim do receio que deveriam causar-lhe os almóadas de África, Afonso I invadira de novo o território muçulmano. As memórias cristãs aludem resumidamente à conquista feita em 1176 de Moura, Serpa e Alconchel, além do Guadiana, e à reedificação do castelo de Coruche, entre Évora e o Tejo 395 . Um escritor árabe contemporâneo relata mais especificadamente esta rápida série de triunfos, que roubaram por então ao islamismo talvez a melhor porção do Gharb. Segundo ele, o rei de Portugal correu até Truxillo, de que se apoderou por estratagema (Abril ou Maio de 1165). Sorte igual coube a Évora pouco depois (Setembro ou Outubro). Cáceres estava rendida em Janeiro de 1166, e já na Primavera deste ano os cristãos eram senhores do castelo de Muntajech e das povoações de Sheberina e Jelmanyah, a primeira das quais fora submetida na entrada do mês de Abril 396 .
A relação do historiador árabe, que vivia perto do teatro da guerra, não contradiz, mas completa e ilustra as resumidas memórias que restam entre nós relativas a estes sucessos. A diversa data que ele parece atribuir à tomada de Évora é fácil de conciliar com a que indicam os monumentos portugueses, supondo que aluda à entrada dos salteadores de Giraldo, e os cronicons à entrega feita por estes a Afonso I. Quanto às diferentes designações de alguns dos lugares submetidos pelos cristãos, é possível que as de Muntajech, Sheberina e Jelmanyah correspondessem aos nomes de Alconchel, Serpa e Juromenha, postos depois àqueles lugares, ou grandemente alterados dos antigos pelos conquistadores.
A circunstância, porém, mais grave da narrativa de Ibn Sahibi é que ela nos faz conhecer quão atrevida e impetuosa foi a invasão tentada nesta conjuntura pelo rei dos portugueses. O exército parece ter passado a fronteira moderna de Portugal pelo Alto Alentejo ao norte de Badajoz, seguindo pela Estremadura espanhola, numa linha de poente a nascente de mais de vinte léguas, e retrocedendo obliquamente a ocupar os lugares fortes de Alconchel e Serpa, situados ao longo da margem esquerda do Guadiana. Assim, estabelecendo as suas fronteiras além deste rio, Afonso I assegurava o domínio de todo o território do actual Alentejo, logo que obtivesse apoderar-se de Badajoz, onde uma forte guarnição podia cobrir o norte desta província, cuja orla boreal ia entestar pela direita de Badajoz com a Beira Baixa ou Portugal antigo. Quanto a Cáceres e Truxillo (Tordjala), o silêncio que as crónicas nacionais guardam acerca da
Maura et Serpa capte sunt a rege Allonso.» Não ousamos, apesar disso, rejeitar o sucesso, porque nesta
parte o exemplar da «Chronica Gothorum» que pertenceu a Resende concorda substancialmente com os
de Alcobaça e Santa Cruz, cujo texto seguiu Brandão.
394 Al-Makkari, B. 8, c. 2 e 3; Conde, P. 3, c. 46 e 47; Abdel-Halim, pp. 221 e ss.

395 «Crónica Lamecense», «Crónica Conimbricense», «Chronica Gothorum». A «Chronica Gothorum» é a
única em que se menciona Alconchel. Preferimos, acerca de Coruche, o exemplar de Resende, porque nos
parece evidente erro de copista o que se lia no de Alcobaça. Veja-se a Monarquia Lusitana, L. 11, c. 11.
396 «In Jumada the second of 560 he surprised the city of Truxillo, and in Dhi-l-kadah of the same year
did the same with Ieburah. He also took Cazeres in Safar 561, and the castle Muntajesh in Jumada the
first. Severina... and Jelmanyyah were the next to fali into his hands, the former having surrendered to
hhn in the last day of Jumada the fitst of the sarne year», Ibn Sshibi s-Salat, em Gayangos, Vol. 2, p. 522..215

sua conquista persuade que foram destruídas e abandonadas. A ruína de Truxillo equivalia, contudo, a uma grande vitória. Tordjala, que os árabes comparavam a uma praça de guerra por causa das suas sólidas muralhas, era habitada por uma raça de homens inquietos e valentes que só se dedicavam, assim cavaleiros como peões, a fazer algaras contínuas, nas quais assolavam e metiam a saco o território dos cristãos. A ânsia do roubo e a perfídia eram as qualidades dominantes da sua índole 397 . Apesar, porém, da solidez dos muros a cuja sombra se abrigavam, chegara, finalmente para eles o dia de severo castigo.

Entretanto o rei de Leão, que se apoderara de uma parte dos estados do rei de Castela seu sobrinho, achava-se ainda a braços com os súbditos do moço príncipe que se conservavam fiéis a este. Na vária fortuna com que prosseguira a guerra desde o ano de 1160, o consórcio que Fernando II celebrara com a filha do rei de Portugal, pensando assegurar a aliança de Afonso I, fora insuficiente para obter os seus fins. Longe de ser-virem esses laços de família para nascer um afecto mútuo nos ânimos do sogro e do genro e estabelecer-se uma paz duradoura entre os dois estados, pelo contrário, quase nunca deixara de haver entre eles discórdias depois daquela época 398 .

Não consta com bastante clareza o motivo real por que veio, finalmente, a rebentar guerra violenta entre os dois príncipes. Diz-se que um servo ou familiar de Afonso I, movido de certas ofensas que deste recebera, fugira para a corte do príncipe leonês e que lhe persuadira fundasse Ciudad Rodrigo, donde Fernando II fez muitos danos a Portugal 399 . Estes danos podiam na verdade dar motivo a represálias: mas as causas por que as primeiras hostilidades começaram ficam do mesmo modo obscuras, sendo mau de acreditar que Afonso as rompesse unicamente porque o genro fundava em territórios seus e longe das fronteiras de Portugal uma cidade, embora forte ou vantajosamente situada. Podia, na verdade, desgostar-se o rei português com o acolhimento dado ao foragido e fingir que cria ou imaginar realmente que o príncipe edificava Ciudad Rodrigo por instigações daquele homem, com o intuito de fazer correrias em Portugal, se algum dia para isso se oferecesse ensejo. Mas tentar logo destruir a povoação, entrando na Estremadura espanhola com mão armada, parece um pouco estranho. Se nos lembrarmos de que à fundação daquela cidade se opuseram os poderosos concelhos de Salamanca e Ávila e de que os povos destes distritos se levantaram contra o rei de Leão, que se viu constrangido a dar-lhes batalha, ocorrerá facilmente a conjectura de que eles houvessem buscado o favor de Afonso, que este pública ou secretamente lho desse e que assim rebentasse afinal a discórdia que, talvez, lavrara entre os dois príncipes por motivos que não chegaram até nós 400 .

Tendo-se o casamento de Fernando e Urraca celebrado em 1165 401 , é necessário supor que essas dissensões foram posteriores, até porque a edificação de Ciudad Rodrigo parece coincidir com esta data 402 , e os cronistas tudense e toledano fazem começada a luta dos dois reis depois daquele consórcio. Acresce que, entretidas as

tropas portuguesas durante uma parte do ano de 1165 e pelo decurso do seguinte nas conquistas aquém e além do Guadiana, não era possível quê Afonso I quisesse arriscar os seus estados, declarando ao mesmo tempo guerra ao poderoso rei de Leão. Assim, os sucessos que vamos narrar passaram necessariamente depois de 1166.
397 Edrisi, Geografia, Vol. 2, p. 30.
398 «Fernandus, licet gener, regi Portugaliae pacificus raro fuit», Rodrigo de Toledo, L. 7, c. 19.
399 «Unde ad consilium cujusdam vernali (aliás vernuli) qui à rege Portugalliae laesus effugerat, locum
optimum populaverat qui dicitur civitas Roderici, ex qua Portugalliae intulit multa mala», id., ibid.
400 Id., ibid., c. 20; Lucas de Tuy, p. 106.
401 Documento em Flores, Reynas Católicas, T. 1, p. 322, nota 2.
402 Risco, Reyes de León, T. 1, p. 360..216
Sancho, o único filho varão do rei de Portugal, tinha mais de doze anos. Nas circunstâncias especiais em que se achava o país, cujo chefe ele seria por morte de seu pai, e segundo as ideias, vulgares naquela época, de que o primeiro dote de um príncipe consistia no esforço e no trato das armas, a grande escola que o infante devia cursar era a dos campos de batalha. Cumpria-lhe afazer-se na juventude aos terríveis espectáculos da guerra, às devastações, aos incêndios, às mortes; endurecer os membros na áspera vida dos arraiais, e fechar o espírito aos sentimentos de brandura e ao desejo de repouso. Lembrado, talvez, do triste exemplo de Sancho, o filho querido de Afonso VI morto às mãos dos sarracenos em Uclés, o rei de Portugal não quis que o infante recebesse as suas primeiras lições na arriscada conquista do Gharb, onde ao vencido era quase indiferente escolher entre o cativeiro e a morte. Assim, preparando uma expedição contra Ciudad Rodrigo, que determinara destruir, ordenou que Sancho acompanhasse o exército enviado àquela empresa.
Nesta conjuntura a resistência dos castelhanos contra a usurpação de Fernando II tinha tomado grande incremento, e os partidários de Afonso VIII haviam-se apoderado em 1166 de Toledo, capital dos estados que pertenciam ao moço príncipe 403 . No meio dos cuidados que preocupavam o rei leonês, chegou-lhe a notícia de que um novo adversário vinha complicar as dificuldades da sua situação. Aos dotes morais de piedoso, lhano, liberal e benigno, pelos quais o celebram os antigos historiadores, ajuntava Fernando indomável esforço, virtude comum da época. Naquela estreiteza, não desanimou: deixando a maior parte das tropas a sustentar a guerra contra o sobrinho, dirigiu-se com o resto ao encontro das forças que nominalmente capitaneava o cunhado. Tinham os portugueses avançado com rapidez e já pisavam o território adjacente a Ciudad Rodrigo quando toparam com os leoneses que vinham recebê-los. Era inevitável uma batalha, e esta se travou num lugar chamado Arganal, perto da povoação ameaçada. Declarou-se a vitória pelo rei de Leão, e Sancho viu-se obrigado a fugir. Grande número dos seus soldados ficaram prisioneiros; mas Fernando deu-lhes a liberdade, ou por seu ânimo generoso ou, o que é mais natural, para com este procedimento abrandar a cólera do sogro, cujo carácter impetuoso sobradamente devia conhecer 404 .
Todavia Afonso I, irritado pelo destroço de Arganal, abriu pessoalmente a campanha, acompanhado do infante, pela fronteira de Galiza com os veteranos que o tinham ajudado a ganhar tantas vitórias. Preparando-se para esta empresa, ajudava-se da política. Soubera de antemão corromper à força de dádivas vários fidalgos da Galiza, não dos ínfimos, que a princípio o serviam ocultamente, dando-lhe avisos e aconselhando-lhe o que devia fazer, e que no momento de ele invadir aquela província se mostraram remissos na defesa do território 405 . Atravessando o Minho, Afonso investiu a cidade de Tui, de que se assenhoreou. A catedral, onde a guarnição procurara resistir, foi acometida e violada 406 , e o exército invasor, dirigindo-se para o norte, sujeitou brevemente o distrito de Toronho até às margens do Lerez. Voltando para o

oriente, o rei de Portugal apoderou-se então do território de Limia, se é que as forças portuguesas se não dividiram desde logo em dois corpos, o que parece mais provável,
403 Documento em Colmenares, Historia de Segovia, pp. 146 e 147.
404 Lucas de Tuy, pp. 106 e 107; Rodrigo de Toledo, L. 7, c. 23.
405 «Vita S. Rudesindi», L. 2, parágrafo 20, na España Sagrada, T. 18, p. 397, e manuscrita no Códice
133 da Livraria de Alcobaça, na Biblioteca Pública de Lisboa.
406 «Pro ecclesia Tudensi quam obsedi et violavi», doação de Afonso I à sé de Tui de 1169 no Arquivo de
Braga, citada por Sandoval, Iglesia de Tuy, f. 133 v. Não alcançamos corno Flores (España Sagrada, T.
22, pp. 92 e ss.) imaginou, à vista deste documento e do encontro do conde de Barcelona com Afonso I
em Tui, no ano de 1160, uma conquista daquela cidade feita pelo último, logo depois da morte de Afonso
VII..217
atacando simultaneamente ambos os distritos 407 . Enquanto Afonso era obrigado a alevantar o cerco do castelo Sandino em consequência de uma horrorosa tempestade, que a superstição da época atribuiu a São Rosendo, protector dos monges de Cellanova, sob cujo senhorio estava aquele castelo, o conde Velasco apoderava-se por estratagema dos de Santa Cruz e Monte Leboreiro. Para assegurar aquelas conquistas, Afonso Henriques mandou edificar à pressa um novo castelo, o de Cedofeita 408 , junto de Cellanova, donde parte dos monges, aterrados, fugiram para Leão. As violências praticadas pelos conquistadores naquele distrito foram intoleráveis, e um escritor coevo compara o rude procedimento do rei português ao do empedernido Faraó. Deixando o conde Velasco em Cedofeita, e guarnecidos os castelos desses dois distritos, Afonso retrocedeu para Portugal, segundo parece, a fim de continuar a guerra com os sarracenos nas fronteiras meridionais.
Fernando II marchara entretanto pelo Norte da Galiza, resolvido a expulsar os portugueses daquela província, e viera pôr cerco ao castelo de Cedofeita. Era o lugar forte, estava bem guardado, e a resistência prolongava-se tenazmente quando, por assim dizer, a natureza interveio na luta. Certa noite cerrada e tempestuosa, um raio caiu na torre principal do castelo, fulminando a guarnição de besteiros. Atemorizados com aquele terrível espectáculo, o resto dos defensores de Cedofeita entregaram-se no outro dia sem combate. Se o rei de Leão pôde submeter mais alguns lugares tomados pelos portugueses, coisa é que se ignora; mas é certo que ainda em 1169 os dois distritos de Toronho e Limia se consideravam como sujeitos na sua maior parte ao rei de Portugal 409 .
As prosperidades deste ilustre guerreiro tinham chegado ao último auge. A extensão dos seus domínios era equivalente à do moderno Portugal; porque, se lhe faltava o senhorear o território a que hoje chamamos Algarve, essa falta ficava de sobra compensada com as últimas conquistas além do Minho. Feliz em quase todas as empresas dirigidas pessoalmente por ele, não poderíamos sem injustiça deixar de atribuir a uma indisputável superioridade de talento militar tanta constância da fortuna. É de crer, porém, que, se da sua parte a aliança com o rei de Leão houvera sido tão sincera como, segundo parece, o fora do lado desse príncipe, ou se as conveniências políticas o cegassem menos, teria evitado um acontecimento fatal que lhe amargurou os últimos anos da vida e colocou à borda de um abismo a independência do país, que por preço de tantas fadigas e de tanto sangue vertido ele e os seus súbditos tinham, enfim, conquistado.
Enquanto Fernando combatia para recuperar os castelos retidos pelos portugueses em Toronho e Limia, Afonso I entrava de novo com um exército pelos territórios sarracenos do Gharb, que não pudera submeter na passada invasão de 1166. Na

Primavera de 1169 o rei de Portugal acometeu Badajoz. Esta cidade, assentada numa planície nas margens do Guadiana e cercada de fortes muralhas, ainda era uma povoação notável, posto que os seus arrabaldes, dantes mais vastos e populosos que a

407 Do documento de Braga, citado de Sandoval na nota antecedente, parece concluir-se que o infante capitaneava a expedição de Galiza; todavia, Lucas de Tuy e Rodrigo Ximenes (loc. cit.) são acordes em atribuir a invasão ao próprio rei de Portugal. O que dizemos no texto concilia o documento com os historiadores.

408 O autor da «Vita S. Rudesindi» (loc. cit.) chama a este castelo Birretum, mas designa-o também pelas palavras oppidum cito factum, e diz que Fernando II o tomara antes do sucesso de Badajoz. É portanto, evidentemente, o mesmo de que se fala no documento de 1170 abaixo citado.

409 Doação de Fernando II à sé de Compostela, em 1170, citada por Sandoval, Iglesia de Tuy, fs. 133 v. e ss. Como veremos logo, Afonso I restituiu ao genro Toronho e Limia depois do infeliz sucesso de Badajoz, para o que, é evidente, devia reter ainda, ao menos em parte, o senhorio dos dois distritos..

própria cidade, estivessem agora ermos em consequência das discórdias civis 410 . A notícia da expedição do sogro breve chegou aos ouvidos do rei de Leão. Pertencia-lhe a ele Badajoz por dois títulos. Era o primeiro que nas convenções de limites feitas entre os dois príncipes (provavelmente em Cellanova) sobre as futuras conquistas, Badajoz devia caber à coroa leonesa: era o segundo que os moradores da antiga capital do Gharb se tinham colocado debaixo da protecção de Fernando, havendo-se feito seu vassalo e tributário o governador da cidade 411 . Os juramentos ou os tratados, como outros quaisquer laços de ordem moral, são fracas barreiras contra os cálculos da política, e a redução de Badajoz acabava de facilitar a Afonso I o prosseguir na sua brilhante carreira de conquistador, porque completava a linha de lugares fortes que lhe asseguravam a posse da margem esquerda do Guadiana por quase toda a fronteira ocidental da Andaluzia. Importantíssimo era, por esse mesmo motivo, para o rei de Leão o dominar aquele ponto, que, senhoreado pelo sogro, lhe cerrava, por assim dizer, a estrada para qualquer empresa contra a Espanha muçulmana, em consequência de se achar já privado do domínio nos estados de Castela.

Como tantas povoações que se tinham curvado ao jugo de Afonso I, Badajoz cedera também; mas a guarnição, havendo-se retirado para a kassba, ali sustentava uma defesa, segundo parecia, inútil. Sitiados naquele breve recinto pelos portugueses senhores da cidade, debalde esperavam de dia para dia o socorro dos almóadas, quando as tropas de Leão capitaneadas por Fernando II vieram reanimar as suas amortecidas esperanças. A chegada dos leoneses mudou subitamente a face das coisas, e Afonso achou-se ao mesmo tempo sitiador e sitiado. Os historiadores variam nas parti-cularidades dos sucessos que então ocorreram. Segundo uns, Afonso saiu a dar batalha ao genro. Desbaratado por ele, acolheu-se à cidade, da qual ocupava duas partes; não se julgando, porém, ali seguro, tratava de retirar-se quando, indo a transpor as portas, quebrou uma perna, entalando-a no ferrolho que as fechava. Mal podendo suster-se a cavalo, breve caiu prisioneiro nas mãos dos inimigos 412 . Pretendem outros que, tendo os sarracenos da kassba pactuado render-se no fim de uma semana, se não fossem socorridos, e havendo passado metade do prazo, certo dia, em que parte das tropas portuguesas vagueavam por aquelas cercanias e Afonso I repousava descuidado na sua tenda, chegara de improviso o rei de Leão. Ao passo que Fernando acometia o sogro desprevenido, os sitiados do castelo faziam uma surtida e atacavam por outro lado os

cercadores. Desperto no meio do tumulto, Afonso, montando num ligeiro cavalo, fugiu; mas ao sair das portas quebrou uma perna no ferrolho com que estas se fechavam. Naquele estado ainda correu algumas milhas sem que pudessem aprisioná-lo, até que foi despenhar-se num fojo profundo, donde o tiraram alguns pastores que o entregaram ao genro 413 . A relação, porém, mais digna de crédito é a de Ibn Sahibi, historiador quase coevo e que vivia perto do lugar do sucesso. Fernando, diz ele, cercou Afonso em Badajoz. Havendo-se dado entrada na kassba a um troço de leoneses, Afonso e os seus foram acometidos nas ruas por ambos os lados. Depois de grande destroço e mortandade, os portugueses viram-se constrangidos a abandonar a povoação. Afonso,

410 Edrisi, Geografia (versão de Jaubert), Vol. 2, p. 24.

411 «Badallocium est aggressus, quae in divisione acquirendorum provenerat regi Fernando», Rodrigo de Toledo, L. 7, c. 23; «Vadalozum... ad regem F. de jure spectantema, Lucas de Tuy, p. 107; «Fernando, whose tributary and vassal the governor of Badajoz was», Ibn Sahibi s-Salat, em Gayangos, Vol. 2, p. 552.

412 Rodrigo de Toledo, L. 7, c. 23.

413 R. de Hoveden, «Annales», apud Savile, Rer. Anglicar. Scriptores, p. 640. R. de Hoveden, que escrevia alguns anos depois do sucesso e num país remoto, é inexacto quanto ao lugar, que diz fora Silves, e quanto à data, colocando-a em 1187, provavelmente porque neste ano chegou à sua notícia o facto..

que corria à rédea solta para sair por uma das portas, bateu com a coxa da perna direita no ferrolho do portão e quebrou-a. Caiu imediatamente sem sentidos do cavalo, e os que o seguiam transportaram-no para um sítio próximo chamado Bekayah (o Caia?); todavia, perseguido pela cavalaria do seu rival, ficou enfim prisioneiro 414 .

Se historiadores quase coevos não nos dessem testemunho do generoso carácter de Fernando II, o procedimento deste príncipe naquela conjuntura seria estrondosa prova da nobreza da sua alma. O guerreiro que arrancara à monarquia leonesa uma das suas mais belas províncias para constituir um estado independente; aquele que constrangera o valoroso Afonso VII a aceitar resignadamente esse facto; o capitão vitorioso em tantos combates, açoute e terror dos sarracenos; e homem, enfim, que tantos danos lhe causara estava cativo aos pés dele. No leito da dor, vergado o seu animo fero pela desdita, viu-se desaparecer a altivez de Afonso I. Confessando que fora desleal a Deus e a seu genro, oferecia entregar sem reserva a este os próprios estados em troco da liberdade. A desventura nunca achara o coração do rei leonês fechado à piedade, e o de Portugal experimentou-o nessa ocasião. «Restitui-me o que me tiraste», respondeu Fernando, «e guarda o teu reino.» De feito, as cidades e castelos de Limia e Toronho foram despejados pelas guarnições portuguesas, e abandonada, segundo parece, a margem esquerda do Guadiana. Pelo menos, sabemos que Alconchel estava sujeito no ano de 1171 ao senhorio de Leão. Os castelos restituídos diz-se que foram vinte cinco e que o rei de Portugal dera ao genro vinte cavalos de batalha e quinze azémolas carregadas de ouro, no que parece haver alguma exageração 415 . Depois de dois meses de cativeiro, Afonso I voltou aos seus estados, mas irremediavelmente inabitado para a vida militar 416 .

Estes graves sucessos passavam na Primavera de 1169 417 . Afonso I, posto finalmente em liberdade, recolheu-se aos seus estados. Nas caldas de Alafões, aonde viera 418 e onde frequentes vezes residiu desde então para convalescer da fractura da perna, cuidou em ocorrer à defensão do Alentejo contra os muçulmanos, doando à Ordem do Templo a terça parte de tudo o que ela pudesse povoar e adquirir nessa

província, com a condição de despender a ordem as rendas que dessas terras lhe deviam provir no serviço dele e de seus sucessores enquanto continuasse a guerra entre cristãos e sarracenos 419 . Esta poderosa associação de monges cavaleiros, além do que obtivera durante o governo de D. Teresa, tinha já recebido do rei de Portugal o senhorio do castelo de Cera (Ceras) e os territórios cortados pelo Nabão e pelo Zêzere desde a Alta Estremadura, prolongando-se ao oriente pela Beira Baixa; territórios vastíssimos, em que os templários haviam fundado sucessivamente muitos castelos, como os de Pombal,

414 Ibn Sahibi, em Gayangos, Vol. 2, p. 522. A narração de Lucas de Tuy, na sua brevidade, condiz com a do historiador muçulmano: «Commisso autem praelio, devicti suor portugalenses. Rex autem Adefonsus dum fugiens equo supersederet et egrederetur per portam civitatis de Badalozo, casu in vecte ferreo portae impegit, et crus ejus fractum est.»

415 Lucas de Tuy e Rodrigo de Toledo, loc. cit.; doação de Alconchel à Ordem de Santiago, em Salazar e Castro, Historia de la casa de Lara, T. 8, p. 16; R. de Hoveden, pp. 640 e 641.

416 «...sub custodia fere per duos menses retinuit... Ipse autem Rex, quamvis solutus a vinculls, tamen usque ad ultimum diem anime sue eggressionis e suo corpore permansit inutilis», «Vita S. Rudesindi», loc. cit.

417 Brandão, seguindo a data da «Chronica Gothorum», atribui o acontecimento de Badajoz ao ano de 1168. Flores demonstrou por documentos indisputáveis (España Sagrada, T. 22, pp. 95 e ss.) que o desbarato do rei de Portugal devia verificar-se de Abril a Junho de 1169. A cronologia de Ibn Sahibi concorda com a de Flores, colocando o sucesso na hégira 564 (Outubro de 68 a Setembro de 69). A «Crónica Conimbricense» concorda também no ano de 1169

418 «Quando rex venit Badalioz, et jacebat infirmus in balneis de Alafoen», documento de Novembro de 1169, no Arquivo Nacional, Maço 12 de Forais Antigos, nº3, f. 69 v.

419 Doação aos templários, era 1207, mês de Setembro, Carta de Tomar, no Arquivo Nacional.220

Tomar, Ozezar, Almourol, Idanha e Monsanto 420 . Era a estes homens, enriquecidos por ele e cujo instituto os obrigava a combater de contínuo contra os infiéis, que o rei, inabilitado para vestir as armas, confiava principalmente a defensão das suas últimas conquistas.

No meio destes acontecimentos, Yusuf Abu Yacub, domados os competidores ao trono e reduzidas as províncias mais turbulentas, consolidara o seu império de África. As notícias, porém, dos assustadores progressos que faziam no Ocidente do Andaluz as armas do filho de Henrique chegavam todos os dias, e tornava-se cada vez mais evidente a necessidade de acudir aos muçulmanos da Península. O cerco de Badajoz obrigou, enfim, o amir a tomar uma resolução pronta. Abu Hafss, irmão do imperador, foi escolhido para capitanear vinte mil almóadas e alguns corpos de voluntários destinados para repelir os cristãos. Partiu Abu Hafss (1169) e, desembarcando em Tarifa, tomou o caminho das fronteiras ocidentais, com a esperança de que ainda poderia salvar Badajoz dos horrores de um assédio. Apenas, porém, chegara a Sevilha, onde fazia os preparativos para aquela expedição, soube do desbarato de Afonso I e que Fernando se recolhera aos seus estados. Então Abu Hafss retrocedeu para Córdova e daí enviou um corpo de tropas, debaixo do mando de Ibrahim Ibn Humuchk, para cobrir a

fronteira de Badajoz 421 .
Os progressos militares dos almóadas nos territórios recentemente submetidos pelo rei de Portugal não parece terem sido grandes, apesar das forças auxiliares capitaneadas por Ibn Humuchk. Algumas das memórias árabes aludem vagamente a várias escaramuças com os infiéis 422 , ao passo que os monumentos portugueses guardam a tal respeito absoluto silêncio. É, todavia, por estes tempos que a tradição coloca a morte de Gonçalo Mendes, irmão de Soeiro Mendes da Maia e denominado o Lidador pelo seu esforço nas batalhas. Estava por fronteiro de Beja, posto que tivesse mais de noventa anos. Certo dia, saindo a correr o campo, encontrou-se com um esquadrão de sarracenos, que desbaratou; mas, aparecendo novas tropas e estando ele cansado e ferido, ficou morto no campo, ainda que com vitória dos seus 423 . As circunstâncias deste sucesso que se lêem nos historiadores são pela maior parte de tal modo inverosímeis que nós o teríamos absolutamente omitido, se um monumento que reputamos assaz remoto não aludisse a ele 424 .
Entrado o ano de 1171, enquanto os sarracenos, aumentando as fortificações de Mértola, punham em melhor estado de defesa o distrito de Al-Faghar (Algarve), que era .tudo o que lhes restava ao ocidente do Guadiana 425 , Abu Yacub passava o mar e vinha com tropas de refresco avivar a guerra que corria frouxamente. Reunidos então na Espanha, segundo dizem, cem mil soldados 426 , os muçulmanos obtiveram algumas vantagens no Gharb 427 . A tradição conservou a memória de uma invasão feita nessa

420 Inscrição de Almourol, transcrita no Elucidário, T. 2, p. 356. Sobre as terras e mosteiros dos
templários no tempo de Afonso I, o documento mais importante é a bula de Urbano III de 1186 confirmando-lhes a posse de todos os seus bens (Arquivo Nacional, Gav. 7, Maço 9)
421 Ibn Khaldun, em Gayangos, Vol. 2, Apêndice D, p. 58; Abdel-Halim, História dos Soberanos
Maometanos, p. 230.
422 Conde, P. 3, c. 48.
423 Brandão, Monarquia Lusitana, P. 3, L. 11, c. 16; Livro das Linhagens, atribuído ao conde D. Pedro,
rir. 21, parágrafo 2.
424 «E este Gonçalo Mendes mataram os mouros na lide que houve com eles em Beja», «Livro Velho das
Linhagens», na História Genealógica, Provas, T. 1, p. 169.
425 «En 7 dylhagia del año 566 (1171) se acabô la obra de la torre de Mirtula, que mandô edificar Cid Abu
Abdalla Ben Abi Háfas», Conde, ibid. Veja-se Moura, versão de Abdel-Halim, p. 230, nota (a).
426 «Y entonces edificô una ciudad en Gebal-Fetah (1172) por occupar sus cien mil soldados», Conde,
ibid., c. 49.
427 «En Algarbe de España, los almoades triunfaban en sus fronteras», id., ibid..

conjuntura pelos almóadas até o interior de Portugal, e a narrativa dos nossos cronistas é confirmada, ao menos no essencial, pelos historiadores quase coevos. Sem encontrar séria resistência, ou o próprio Yusuf ou, o que é mais crível, os seus generais atravessaram o Alentejo e vieram pôr cerco a Santarém. Achava-se aí Afonso I. O sucesso de Badajoz diminuíra o terror que este príncipe incutia aos sarracenos, e havia-lhes dado ousadia para sitiarem o velho leão no seu antro. Animava-os também a ideia de que o valente rei de Leão, irritado pelos anteriores acontecimentos, abandonaria o sogro ao seu destino. Deste modo esperavam tirar vingança dos passados males e, porventura, anulando o resultado das vitórias de trinta anos, reduzir as fronteiras de Portugal aos antigos limites. Sabida a nova do cerco de Santarém, Fernando II, convocando os seus homens de armas, dirigiu-se imediatamente para os distritos de sudoeste. Apenas constou em Santarém a marcha do rei leonês, graves receios

assaltaram o coração de Afonso I. Apesar do generoso proceder do genro no triste acontecimento de Badajoz, temia que ele quisesse aproveitar o ensejo, ou para o privar de uma parte dos próprios domínios, ou para ajudar os infiéis a esmagá-lo. Nestas apuradas circunstâncias, o rei de Portugal expediu mensageiros que indagassem do leonês as intenções com que vinha e que procurassem aplacá-lo. Desabilitado para conduzir os seus guerreiros no revolver das pelejas, aquele ânimo de ferro descia a suplicar a paz. Mas o temor brevemente se converteu em júbilo. Fernando voava em seu auxílio: tal foi a resposta que, voltando, trouxeram os mensageiros. Espalhou-se esta nova no campo dos muçulmanos. A sua situação mudava. Colocados entre as forças de Portugal e as de Leão, entenderam que era necessário retirarem-se, e assim foi Santarém salva 428 . Naquela volta, provavelmente, os almóadas devastaram os territórios vizinhos do Guadiana possuí dos pelos cristãos e retomaram Alcântara ao rei leonês, que dela se apoderara em 1167 429 . O havê-los este príncipe constrangido a levantarem o assédio de Santarém tornava natural a vingança. Pelo menos os historiadores árabes, que omitem a pouco brilhante empresa do amir contra Portugal, atribuem a esta época a conquista dos castelos de Thogor, Al-Kantara e Al-Seyf, e exageram os estragos feitos naqueles distritos e o grande número de cativos que por esta ocasião caíram nos ferros de Yusuf 430 .

Alguns anos antes, a retirada dos almóadas houvera sido fatal para os povos muçulmanos das fronteiras, porque Afonso I os teria sem dúvida acometido e tirado crua vingança dos males causados aos seus súbditos. Mas desde a desgraça de Badajoz a decadência da energia moral parece ter acompanhado nele o quebrantamento das forças físicas. Enquanto a guerra se protraía entre os outros príncipes cristãos da Península e o amir de Marrocos, o rei de Portugal, o antigo açoute do Islão, encerrado nos muros de Santarém, de Lisboa ou de Coimbra, negociava e concluía tréguas com os sarracenos 431 , tréguas que subsistiram, talvez, até serem rotas pelos portugueses em 1178. Este

428 Lucas de Tuy, p. 107; Rodrigo de Toledo, L. 7, c. 23. Os nossos historiadores referem a grande vitória obtida por Afonso I, que saiu de Santarém a dar batalha «ao rei de Sevilha, Albaraque». Foi sobre esta narrativa que se bordou a fábu1a da instituição da Ordem da Aia (Monarquia Lusitana, L. 11, c. 22; Crónica de Cister, L. 5, c. 18. O silêncio dos monumentos nacionais coevos confirma indirectamente a narrativa de Lucas de Tuy e de Rodrigo Ximenes, que atribuem à vinda do rei de Leão o levantar-se o cerco. A «Chronica Gothorum», ao menos, não teria omitido tal vitória de Afonso Henriques se realmente a retirada dos sarracenos se tivesse devido aos esforços dos sitiados.

429 Documento na España Sagrada, f. 18, p. 136.

430 Conde, loc. cit.

431 «...the accursed cbristian (Ibn Errik) shut himself up in his stronghold, and the moslems were for some time delivered from his mischief», Al-Makkari, B. 8, c. 3, Vol. 2, p. 318; «Et tandem, volente Deo, pacis foedera inter regem saepe dictum et mauros... securius iter efficerent», diz o relatório da trasladação de São Vicente por um autor coevo (Monarquia Lusitana, P. 3, Apêndice, escrito 25). Essa trasladação fez-se no ano de 1173 (ibid.), aproveitando-se o ensejo das tréguas celebradas entre Afonso I e os sarracenos,.222

procedimento, que, depois da nobre intervenção do rei leonês, não pode deixar de parecer estranho, contribuiria em parte para Fernando II repudiar D. Urraca em 1175 432 ,

recorrendo ao pretexto ordinário do parentesco, instrumento de que os príncipes se valiam quando ou a política ou as paixões os convidavam a partir os laços domésticos que os prendiam. Era esta paz com os almóadas uma necessidade de situação? Fora dificultoso resolvê-lo de modo positivo. O aceitá-la o amir de Marrocos, que expressamente viera à Península com tropas numerosas para dar calor à guerra contra os cristãos, mostra que a reputação militar dos portugueses ainda gerava temor, apesar do revés de Badajoz, mais fatal para o príncipe nas consequências que tivera do que para o país. O repouso de tão longas guerras era, em todo o caso, uma conveniência, e no decurso desta narrativa temos visto que Afonso I não costumava ser demasiado escrupuloso em sacrificar a generosidade de cavaleiro e ainda a fé política às conveniências públicas. O modo como quase sempre se houve para assegurar a independência e alargar os limites de Portugal faz mais honra ao seu esforço e destreza do que ao seu aferro às ideias pundonorosas, de que Fernando II lhe dera ultimamente dois grandes exemplos. Se, porém, a história imparcial e severa tem de ver sombras no carácter de Afonso I como homem, para ser justa deve lançar na balança em seu favor as dificuldades que o cercavam para poder legar à geração seguinte uma existência política bem cimentada, uma nacionalidade, digamos assim, assaz compacta para resistir às procelas que agitavam a Península. Tinha ele de atender à organização interna da sociedade e, no exterior, a colocá-la vantajosamente em relação aos vários povos da Espanha cristã e muçulmana. Noutra divisão do nosso trabalho veremos como Afonso I fez concorrer os diversos elementos sociais para aviventar a energia interior do país, e no processo dos factos até agora relatados temos observado que para lhe dar força e importância externa combateu sem cessar, vertendo mais de uma vez o seu sangue na prossecução de semelhante fim.
Dizemos isto aqui porque, de certo modo, o reinado de Afonso I, como chefe de uma nação que as circunstâncias e as diligências dele próprio tinham tornado essencialmente militar e conquistadora, acabou com os acontecimentos que o inibiram do exercício das armas. Não raro o indivíduo, embora eminente, que deu o impulso a uma sociedade ou que lhe criou uma nova situação política é por ela vencido na carreira e, em breve, se vê obrigado a abandonar a mãos, às vezes mais inábeis, porém mais robustas, o concluir ou continuar a sua obra. A actividade do homem é demasiado curta comparada com a extensão das suas concepções, e quando elas vão influir na existência de um povo, apenas este entra em mocidade viçosa, já a decadência das forças mentais e físicas obriga a afrouxar o passo àquele que pouco antes parecia arrastá-lo após si.
Em verdes anos o infante Sancho recebera nos combates com os leoneses as tristes lições da guerra, ofício que algum dia tinha de exercer largamente. Contava ele apenas quinze anos na ocasião em que seu pai caía prisioneiro nas mãos do rei leonês. Restituído à liberdade, um dos primeiros cuidados de Afonso I foi armar seu filho cavaleiro, cerimónia celebrada em Coimbra a 15 de Agosto de 1170 433 . Esta qualidade, segundo vimos, dos actos praticados por Afonso Henriques e por seu primo, tomando o grau de cavalaria antes da conveniente idade, quando pretendiam revestir-se do supremo poder, parece que se considerava na Espanha como inerente ao carácter de monarca. Se assim era, as doutrinas predominantes naquela época sobre os deveres de um cavaleiro, as quais com probabilidade se podem colocar no ano antecedente, sendo a sua existência inegável à vista
da passagem citada.
432 Consultem-se em Flores (Reynas Católicas, T. 1, pp. 324 e ss.) os documentos que determinam a
época deste divórcio.
433 «Crónica Conimbricense»..223
isto é, as doutrinas de lealdade, cortesia e munificência, deviam suprir de algum modo a falta de cultura intelectual, defeito não menos comum entre os príncipes e nobres que entre o povo. Os preceitos de ordem moral que constituíam em parte aquela célebre

instituição modificavam a violência própria dos tempos, suavizando, sem os afrouxar, os espíritos embrutecidos pelo hábito contínuo da guerra.
Nas circunstâncias em que se achava o rei de Portugal a cerimónia celebrada em Coimbra era apenas o prelúdio de resolução mais ponderosa. Fundador de uma nova dinastia, no meio de sociedade igualmente nova, nada mais natural do que conceber Afonso I a necessidade de ir habituando, não só os súbditos, mas também os estranhos a considerarem Sancho como rei, antes que a morte viesse, por assim dizer, produzir uma solução de continuidade entre o pai e o filho e, portanto, na monarquia. Em Leão e Castela, o hereditário tinha substituído de facto o electivo da coroa; mas o direito visigótico da eleição subsistia como lei escrita, e nas fórmulas da coroação do rei pressupunha-se ainda no século XIII a existência desse direito 434 . Em Portugal não havia instituições particulares que determinassem a sucessão, nem havia a segurança que à dinastia leonesa-castelhana oferecia uma longa série de monarcas sucedendo-se de pais a filhos. Não faltava naquela época nem audácia nem ambição, e a morte do primeiro rei dos portugueses podia produzir sérias perturbações, ou geradas no próprio país ou trazidas de fora, tanto mais que Fernando II já mostrara, no procedimento que tivera para com o jovem rei de Castela, que nem sempre a sua generosidade resistia à prova de poder ajuntar uma nova coroa à que possuía. Estas considerações ou outras semelhantes moveram provavelmente Afonso I a associar seu filho ao governo, não por um acto formal, de que não temos notícia, mas dando-lhe larga mão no regimento do estado, principalmente nas matérias de guerra. Pelo menos, faz que assim o acreditemos a impossibilidade em que se achava o rei enfermo de tratar as armas com a anterior energia 435 .
A aliança de família contratada em 1160 pelo conde de Barcelona, Raimundo Berenguer, com o rei de Portugal para o consórcio de seus filhos não se havia realizado por falecer pouco depois a. infanta Mafalda. Esta aliança, porém, veio a renovar-se por diverso modo em 1174, casando o príncipe Sancho com Dulce, filha de Raimundo Berenguer e irmã de Afonso II, que sucedera a seu pai no condado de Barcelona e a sua mãe, Petronilha, na coroa de Aragão 436 . Durante os anos que precederam e seguiram este casamento parece ter reinado paz profunda em Portugal. O silêncio das memórias coevas sobre os sucessos do país por todo o período decorrido desde a retirada dos sarracenos até 1178 é completo, e nem sequer os nossos cronistas, cujo defeito não é, por certo, a falta de imaginação, acharam tradições e lendas para preencher essa extensa lacuna.
A guerra entre os portugueses e os muçulmanos acendeu-se, todavia, de novo neste último ano, ou porque o prazo das tréguas houvesse expirado, ou porque se dessem por findas de alguma das partes. Numa ou noutra hipótese, o que sabemos é que os portugueses foram os primeiros em romper as hostilidades. Sancho, no vigor da juventude, seguia o exemplo de seu ilustre pai. Atravessando o Guadian.a à frente de um exército, internou-se na Andaluzia, e os homens de armas de Portugal pisaram, enfim, territórios sobre os quais nunca havia tremulado o pendão de Afonso I, do velho
434 Marina, Ensayo Histórico Crítico, parágrafos 66 e ss.; «Ritual de Cardeña del siglo XIII», em
Berganza, Antiguedades, T. 2, p. 682.
435 Nota XXV no fim do volume.
436 «Chronica Gothorum», era 1212. Romey (Histoire d'Espagne, T. 6, p. 205) diz que este casamento se
fez por intervenção de Henrique II de Inglaterra, e cita em seu abono a História, de Mateus Paris, que não
diz uma palavra a semelhante respeito..
rei-soldado que tantas vezes os guiara à vitoria 437 . Tendo obtido diversas vantagens dos príncipes cristãos e reunido debaixo da sua autoridade toda a Espanha muçulmana, sem exceptuar o amirado de Valência, que por muitos anos se conservara independente,

Yusuf Abu Yacub voltara à África em 1176. Desafogado do temor que poderia causar-lhe a presença do amir al-mumenin na Península, o infante marchou contra Sevilha, cidade então a mais importante do Andaluz e onde o príncipe dos crentes quase sempre residira enquanto se demorou aquém do Estreito. Yusuf gastara somas avultadas em fortificá-la, em provê-la de água por meio de aquedutos magníficos, em adorná-la de edifícios, entre os quais se distinguia uma sumptuosa mesquita, e, finalmente, na construção de vastos cais, para tornar fácil o acesso de terra às mercadorias transportadas pelo Guadalquivir 438 . Os vestígios do seu vasto circuito, a fortaleza das suas muralhas, a majestade dos seus monumentos, ainda no meio da sucessiva decadência dão um brilhante testemunho do que era Sevilha debaixo do domínio almóada 439 .
Assentada na margem esquerda do rio, a cidade comunicava por uma ponte de barcas com um dos seus principais arrabaldes, o de Triana ou Atrayana, conforme os árabes lhe chamavam, sito na margem direita. Era Triana como um posto avançado que defendia a capital por aquela parte. Uma torre do lado do subúrbio dominava a ponte, que ia entestar com a outra margem perto da torre do ouro 440 , Assim, o populoso arrabalde, que alguns pretendem fosse o assento da antiga Híspalis 441 , ficava exposto ao primeiro embate dos cristãos, cujas fronteiras se dilatavam, posto que a larga distância, pela direita do Guadalquivir. As forças do exército português estavam, sem dúvida, longe de bastarem para acometer uma cidade em cuja conquista foi necessário empregar, anos depois, quase todos os recursos militares da Espanha cristã e ainda o auxilio de estrangeiros. Sancho, porém, fazendo um largo circuito pela moderna Estremadura espanhola, atravessou a serra Morena e, descendo para o meio-dia desbaratou algumas tropas que se lhe opuseram e naquele primeiro ímpeto veio entrar em Triana. Saqueado o lugar e feitos nele grandes estragos, voltou a seu salvo para Portugal carregado de despojos, sem que os almóadas pudessem obstar a isso 442 .
Facilmente se imagina qual seria a cólera do amir de Marrocos ao receber a notícia da ruína e saco do subúrbio de Sevilha. Se é lícito avaliar a empresa do infante, ignorando-se hoje as circunstâncias que precederam ou acompanharam o facto, ao primeiro aspecto ela parece merecer, pelo menos, a qualificação de imprudente. A esperança de conquistar Sevilha com os recursos de Portugal não existia por certo, até porque fora impossível que o rei de Leão o tolerasse, ainda supondo essa conquista exequível. Considerada como simples correria, sendo conduzida tão longe da linha das fronteiras, ao passo que era inútil, assim para as dilatar como para as defender, inquietava os almóadas sobre a segurança da capital do Andaluz, acendia neles o desejo da vingança e desafiava necessariamente as duras represálias de Yusuf. Foi o que sucedeu. O imperador de Marrocos preparou-se para de uma vez reduzir à extremidade esta nova monarquia cristã que, ainda no berço, já se tinha dilatado pela maior parte do Gharb, e cujos homens de armas vinham temerariamente fazer reluzir os ferros das suas
437 «Chronica Gothorum», era 1216; «Crónica Conimbricenses», ad eandem aeram.
438 Conde, P. 3, c. 49; Abdel-Halim, pp. 220 e ss.; Ben Al-Khatib, em Casiri, Vol. 2, p. 220.
439 Caro, Antiguedades de Sevilla, L. 2, c. 2 e ss.; Ponz, Viage de España, T. 9, passim.
440 Crónica General, em Morgado, Historia de Sevilla, L. 1, c. 17 e 18.
441 «Trianam, antiquam urbem Sibillie», «Chronica Gothorum», era 1212 (exemplar de Resende);
«Thirianam, quae nunc Triana, antiquam urbem Felilie», ibid. (exemplar de Santa Cruz e de Alcobaça).
Os bons ou maus fundamentos desta opinião podem ver-se em Caro, L. 3, c. 12.
442 «Memórias de Tarouca», em Brandin, Monarquia Lusitana, P. 3, L. 11, c. 26. «Chronica Gothorum»,
loc. cit.; «Crónica Conimbricense», ad eandem aeram..225
lanças por entre os vergéis das margens do Guadalquivir.
Resolvido a atacar os portugueses por mar e por terra, Yusuf aprontou uma frota,

a qual, capitaneada por Ghamim Ibn Mohammed Ibn Mardanix, se dirigiu às costas de Portugal e, dobrando o cabo de São Vicente, entrou no Tejo (1179). O resultado desta expedição marítima foi voltar o almirante sarraceno sem empreender nenhum cometimento decisivo contra Lisboa, contentando-se, conforme é de crer, com saquear os arredores, donde levaria os despojos cuja importância memoram os historiadores árabes, posto que os monumentos portugueses guardem sobre tais sucessos um absoluto silêncio 443 .

Enquanto o rei de Portugal preparava uma armada, ou para resistir às forças navais de Yusuf, ou para se vingar nos lugares marítimos da Andaluzia dos danos que recebera, o titulo de rei, que tão activamente diligenciara obter da Cúria romana, era-lhe, enfim, confirmado por Alexandre III, como se a fortuna quisesse consolá-lo das recentes infelicidades. Devendo na história especial do clero referir-nos à longa e pertinaz resistência da metrópole bracarense em aceitar o jugo da primazia de Toledo, teremos aí ocasião de calcular até onde essa questão influiria na demora da concessão de um título, para obter o qual, além dos outros motivos que anteriormente expusemos, Afonso I fizera os próprios estados censuais da sé apostólica. No meio das suas incessantes guerras e das dificuldades que essas questões das duas metrópoles opunham à conclusão do negócio, o rei de Portugal continuara com maiores ou menores interrupções a tratar o assunto perante a Cúria romana. O direito que tinha a ser como tal qualificado pelo chefe da Igreja era evidente. Outros príncipes haviam herdado de seus pais as coroas e deviam a um acaso de nascimento que o supremo pastor reconhecesse neles o carácter de monarcas, sem que lhes custasse, para o obterem, exporem-se aos riscos da guerra, e quando esta lhes aumentava os domínios não iam dizer ao papa:

«Concede-me tu o que eu conquistei.» Ele, pelo contrário, tinha feito voluntária oferta a Roma, não só do que livremente houvera da herança paterna, mas também dos mais vastos senhorios que adquirira à ponta da lança em cem combates. Tais eram as razões alegadas por Afonso I 444 . O desconto relativo que elas deviam ter sabemo-lo pelas circunstâncias que ocorreram para a homenagem feita nas mãos do legado Guido; mas, fossem quais fossem as causas políticas do passo que dera, as alegações de Afonso I não eram menos exactas, absolutamente falando, ou menos legítima a pretensão que se estribava em tão sólidos fundamentos.

Desejaríamos poder afirmar que Alexandre III fora generoso e justo acedendo às súplicas do velho rei de Portugal, que pedia ao chefe supremo da grande família cristã santificasse um título comprado por bem caro preço em quarenta anos de lides com os infiéis. Produz uma impressão de tristeza em quem sabe quão grandes serviços o papado fez aos progressos da sociedade moderna o ver pontífices que, aliás, conheciam bem qual era a sua missão, no meio daquela idade férrea, prostituírem-se, apesar disso, à cobiça e sacrificarem à mais abjecta de todas as paixões a majestade da ditadura que exerciam na Europa, ditadura que, pesados os bens e os males daí provenientes, se pode, sem receio de erro, dizer que foi salutar. Mas a sede de ouro era o vício inveterado de Roma. Afonso I sabia-o, como o sabiam todos aqueles cujas pretensões pendiam do sólio pontifício. Ninguém na Espanha ousava já, na verdade, disputar-lhe uma qualificação que os súbditos lhe haviam espontaneamente atribuído e que fora escrita a ferro e fogo nas assoladas fronteiras da monarquia leonesa e no Gharb conquistado. Mas, sem a sanção do papa, não o disputariam a seu filho? Eis o que ele, quanto a nós,

443 Ibn Khaldun, em Gayangos, Vol. 2. Apêndice D, p. 60.

444 Documento do Arquivo de Santa Cruz de Coimbra, em Brandão, Monarquia Lusitana, L. 11, c. 4..

temia. Assim, renovando as instâncias na Cúria, recorreu ao meio quase sempre seguro de conciliar a benevolência dela. A substituição de dois marcos a quatro onças de ouro, censo anual que oferecera à sé apostólica em 1144, obteve-lhe, enfim, a confirmação da dignidade real. É crível que os motivos expostos pelo pontífice no preâmbulo da bula

passada sobre esta matéria não deixassem de contribuir também, até certo ponto, para a concessão. Memorando os serviços feitos por Afonso Henriques ao cristianismo e os dotes que o tornavam ilustre, Alexandre III rendia homenagem à verdade e achava, além disso, uma sólida base em que estribar o acto que motivos mesquinhos de interesse o induziam, aliás, a praticar. Uma das particularidades mais importantes deste diploma é o confirmar igualmente o papa ao rei de Portugal o domínio de todos os territórios conquistados aos sarracenos, sobre os quais não pudessem provar ter direito os príncipes comarcãos. Estas concessões eram, finalmente, feitas não só a Afonso I, mas também a todos os seus sucessores, aos quais a Santa Sé tomava, como a ele, debaixo da sua especial protecção. Um presente de mil morabitinos que o rei de Portugal enviou ao papa passados dois anos serviu de paga, afora o aumento do censo, pela concessão tanto tempo inutilmente solicitada 445 .

Se, porém, esta concessão valia muito para rebater quaisquer futuras tentativas dos reis cristãos da Península, havia um inimigo contra o qual os raios de Roma não tinham vigor algum. Era Yusuf. O amir guardava na lembrança a destruição de Triana pelo infante Sancho e o pequeno resultado da tentativa da sua armada contra Lisboa. Retido em África pela rebelião de um certo Azzobiar ou Ibn Zobeir, que se alevantara com a província de Efrikia, o imperador sustentava a guerra na Espanha pelos seus generais. Segundo as memórias cristãs, Yacub 446 , filho mais velho do amir de Marrocos, entrou com um exército em Portugal (1179) e, atravessando o Alto Alentejo, veio pôr sítio ao castelo de Abrantes. Defenderam-se valorosamente os cercados, e o príncipe almóada teve de retirar-se. Se acreditássemos a Crónica dos Godos, a perda dos sarracenos teria sido avultada, e a dos portugueses apenas digna de mencionar-se 447 . No ano seguinte as tropas almóadas tomaram e destruíram Coruche, levando cativos os seus moradores. Todavia, dentro de dois anos este importante castelo achava-se reconstruído e repovoa-do 448 .

A guerra prosseguia, apesar disso, com a mesma actividade. Os nossos historiadores dizem que o infante a sustentava à frente dos soldados de seu pai e referem várias vitórias obtidas contra os infiéis. Faltam-nos memórias e documentos coevos em que possamos estribar-nos para relatar tais sucessos. Não só, porém, as probabilidades nos autorizam a crer que Sancho dirigia nessa conjuntura as armas portuguesas, mas também os pequenos resultados dos esforços que faziam os almóadas nos revelam que estes acharam no infante um duro adversário. O moderno Alentejo era então um vasto campo de batalha, onde os capitães de Yusuf parece terem concedido pouco repouso por

445 Sobre este parágrafo veja-se a nota XXVI no fim do volume.

446 O filho mais velho de Yusuf e seu sucessor chamava-se Yacub. A «Chronica Gothorum» denominava-o Aben (Ben ou Ibn, «filho de») Yacub, fácil inexacção que não impede ver no chefe da expedição de 1179 o príncipe almóada. Nos nomes dos seus dezassete irmãos, que se lêem em Abdel-Halim (p. 225), não é possível descobrir qual deles era o Fossem, ou Ossem, que a mesma crónica diz o acompanhava.

447 «Innumerabilis eorum exercitus pulsus com magna clade fuit, ex nostris novem tantum desideratis», «Chronica Gothorum». O adjectivo «inumerável» parece cair insensivelmente da pena aos escritores daqueles tempos cada vez que aludem a qualquer corpo de sarracenos.

448 «Chronica Gothorum», era 1218, na Monarquia Lusitana, P. 3, L. 11, c. 30. Foral de Coruche de 1182 no Arquivo Nacional, Maço 12 de Forais Antigos, nº 3, f. 13. Brandão, levado do preâmbulo deste foral («Coluchi quam sarracenis abstulimus»), supõe que o castelo ficara presidiado pelos

almóadas, o que é
contrário à inteligência literal da «Chronica Gothorum». A frase «quam a sarracenis abstulimus» é
frequente nos forais do Meio-Dia de Portugal e não prova o que Brandão dela pretende deduzir, podendo
referir-se à anterior conquista..227
estes tempos aos fronteiros de Portugal. Se acreditarmos um célebre historiador árabe do século seguinte, pelos fins de 1180 ou primeiros meses de 1181 Mohammed Ibn Yusuf Ibn Wamudin, à frente das tropas de Sevilha, atravessou o Guadiana e veio pôr cerco a Évora. Como no ano anterior em Abrantes, os sarracenos encontraram aqui, se-gundo parece, tenaz resistência; porque, tendo saqueado os territórios circunvizinhos e destruído alguns pontos fortificados, tornaram a voltar para a capital da Andaluzia, enquanto Abdallah Ibn Ishak Ibn Jami, almirante da frota sevilhana, se encontrava com uma armada portuguesa saída do Tejo e, travando com ela combate, a punha em fugida e lhe apresava vinte navios, com avultados despojos e grande número de cativos 449 .
Depois destes sucessos a luta das fronteiras parece ter diminuído de violência; porque nem as memórias árabes nem as de Portugal aludem a nenhuma facção militar que naquele tempo ocorresse. Como brevemente veremos, este respirar de contínuos combates era apenas a triste calma que no oceano . costuma preceder e anunciar temerosa procela. Yusuf preparava-se já no ano de 1182 para .passar à Espanha e reunia um dos mais brilhantes exércitos que transpuseram o Estreito durante o domínio sarraceno no Ocidente da Europa. Ordenadas as coisas de África, ele resolvera, enfim, realizar o intento que concebera de dar um golpe decisivo nos estados cristãos da Península, começando pelos do velho Ibn Errik, senhor de Portugal, o mais perigoso de todos os adversários do islamismo. Segundo uns, a partida do imperador da sua capital para esta expedição verificou-se ainda em 1182; segundo outros, no princípio do ano seguinte. Porventura, o tempo que deviam gastar em se ajuntarem as numerosas tropas do amir explica estas diferentes datas e concilia a divergência, aliás pouco importante, dos historiadores 450 , Ao passo que as forças do império se encaminhavam de várias partes para Ceuta, Abu Yacub recebia em Salé a nova de que na província de Efrikia se achava completamente restabelecida a tranquilidade. Assim, dessassombrado das perturbações de África, ele pôde dedicar-se inteiramente a apressar a sua expedição à Espanha.
Enquanto o raio que ameaça Portugal não vem desfechar sobre este país, alonguemos por um pouco o espírito do monótono e tedioso espectáculo de tantas batalhas, assédios e correrias a que temos sido obrigados a assistir, na história de mais de meio século, com raras interrupções. O viandante que debaixo de sol ardente caminhou todo o dia por charneca sáfara e erma, se ao cair do Sol descobre, abrigada à sombra de algum rochedo, uma bonina solitária, pára e contempla com sentimento de júbilo a pobre flor que em variegado jardim lhe seria importuna por singela e campesina. No meio dos furores da guerra e dos cálculos ambiciosos da política, um afecto que surge puro e desinteressado é a bonina da solidão.
O rei de Portugal vira acabar em tenra infância Mafalda, sua filha, destinada a servir de laço entre a própria dinastia e a de Aragão. Urraca, buscada para esposa por Fernando II quando a reputação militar e a glória de Afonso I no seu auge faziam desejada a estreita aliança deste príncipe aos outros reis da Espanha, tragava agora no silêncio do claustro a afronta de um repúdio a que servira de pretexto o parentesco entre ela e o marido. Restava ao velho monarca ainda uma filha, Teresa, a quem ele destinava o senhorio de uma boa porção das terras que comprara por alto preço de sangue e fadigas 451 , Devia amá-la quanto o seu duro coração o comportava; devia ser-lhe grato
449 Ibn Khaldun, em Gayangos, Vol. 2, Apêndice D, p. 61.
450 Ibn Khaldun (loc. cit.) põe a partida de Yusuf ainda em 1182; Abdel-Halim (p. 232) e Conde (P. 3, c.

50) em 1183. Esta partida entende-se de Marrocos; mas a jornada até chegar a Ceuta foi assaz demorada,
como se vê da narrativa dos mesmos historiadores árabes.
451 «Com filio meo... et filia mea regina D. Tarasia regni mei coheredibus», carta de couto ao Mosteiro de
Ceiça, nas Dissertações Cronológicas, T. 3, P. 1, nº 512..228
repousar o ânimo, gasto e cansado de tão longa e turbulenta existência, no carinho afectuoso da infanta. Ao menos, assim o persuade a repugnância que mostrou em afastá-la de si. Era Teresa extraordinariamente gentil, e a fama celebrava pela Europa a formosura desta princesa da última província do Ocidente, como superior à de todas as dos países setentrionais 452 . Filipe, conde da Flandres e filho de Thierry da Alsácia, tinha-se cativado da infanta, ou pelo retrato que dela lhe faziam ou, o que é mais natural, por havê-la visto na corte de Afonso I, aonde viria na sua segunda viagem à Palestina (1177-8); porque, conforme advertimos já, Lisboa era a escala em que frequentes vezes os cruzados buscavam mantimentos e refrescos na ida ou volta das suas expedições do Oriente. Viúvo de Isabel, irmã e herdeira de Rodolfo, conde de Vermandois e de Amiens, pela morte da qual ele houvera os dois condados, Filipe era um dos cavaleiros mais ilustres daquela época e um dos príncipes cuja vida foi mais inquieta 453 . Sem filhos do primeiro consórcio, vinha a suceder-lhe no condado sua irmã Margarida, casada com Balduíno, conde de Hainaut, a qual fizera reconhecer por herdeira em 1177. O novo casamento que intentava contrair devia desagradar, portanto, à condessa de Hainaut e igualmente ao moço Filipe Augusto, rei da França, que pretendia ter direito a uma parte dos estados do conde, parte que, de feito, reivindicou depois da morte dele 454 . Fracas barreiras eram estas para se oporem à paixão de Filipe; mas encontrou-as mais fortes na repugnância de Afonso I a separar-se da filha 455 . Enfim, à força de repetidas embaixadas, o rei de Portugal cedeu. Uma armada velejou então da Flandres para Portugal destinada a conduzir a infanta, que partiu acompanhada de vários cavaleiros. Despedindo-se da filha para nunca mais a ver, o velho monarca mostrou-se amplamente generoso com ela, e os historiadores contemporâneos celebram as riquezas de ouro, brocados, sedas e pedras preciosas de que os navios flamengos iam carregados. Chegando à Rochela com próspera viagem, Teresa aí achou comissários do rei de Inglaterra, Henrique II, que muito diligenciara este consórcio 456 , encarregados de subministrar à infanta os cómodos necessários para uma aprazível jornada até às fronteiras da Flandres, por serem do domínio de Henrique II quase todas as terras por onde havia de passar. O namorado Filipe da Alsácia veio receber a princesa ao entrar nos seus estados e, na presença do exército e de grande número de povo que concorrera àquele espectáculo, se uniu pelos laços nupciais com a formosa infanta, a qual por esta ocasião trocou o seu nome pelo de Matilde, posto que alguns lhe chamem impropriamente Beatriz 457 .
452 «Quam hilarior fama concupiscibilem forma filiabus regum australium praeferebat», Radulfo de
Diceto, Ymagines Historiar, apud Twysden, Hist. Anglicar. Scriptores, p. 623
453 Art de vérifier les dates, T. 4, pp. 104 e 105. Do excelente resumo da história dos condes da Flandres
que aí se encontra tirámos tudo o que acerca de Filipe da Alsácia dizemos neste parágrafo.
454 «In detrimentumque domini sui (sc. francorum regis) duxerat filiam regis Portugallie», diz expressamente Gervásio Dorobornense (apud Twysden, p. 1465).
455 «Philipus... Adelfonsum... per internuncios saepius sollicitavit ut Beatricem (lege Therasiam) filiam
suam, etc.», Radulfo de Dtceto, loc. cit. Desta passagem de Radulfo, escritor contemporâneo e bem
informado, se conhece que foi necessário insistir com o rei de Portugal, contra o que afirma Gilberto de

Mons, citado pelos autores da Art de vérifier les dates.
456 «Rex Anglorum Henricus, sapientia et devitiis sois acquisivit sororem regis portugalensis Hispaniae,
ad hoc ut fieret uxor comitis Flandrensis... Hujus pater, licet grandaevus, adhuc vivit», Roberto de Monte,
apud Pistorium, Illust. Veter. Scriptores, T. 1, p. 675. A frase «irmã do rei de Portugal» mostra que
Sancho já era considerado na Europa como o verdadeiro rei, posto que «Afonso ainda vivesse». Do
mesmo modo Rogério de Hoveden diz: «Duxit in uxorem sororem Sanctii regis portugalensis», «Annales», p. 622
457 «Regis, igitur, filiae comes accensus amore, venientibus hispanis in equitatu magno, dignum duxit
festinanter occurrere. Beatricem vero, superius tociens memoratam, comes, in facie commilitonum
suorum et in praesentia multitudinis quae convenerat, sibi foedere nuptiali conjunxit», Radulfo de Diceto,
loc. cit.; «Mathildem filiam regis Portugaliae (sic enim apud nos, sed apud sues portugallienses Terasia.229

A invasão dos sarracenos não concedeu a Afonso I largo espaço para sentir a ausência da filha 458 . Mais graves cuidados o assaltaram brevemente. Juntas em Ceuta todas as tropas da África destinadas para a guerra da Espanha, Yusuf ordenou que o exército passasse o Estreito, seguindo-o ele imediatamente com a guarda de negros, oficiais da corte e ministros, no meado de Maio de 1184 (5 de saphar da hégira 580). De Gebal-Fetah (Gibraltar), onde efeituou o desembarque, o imperador de Marrocos dirigiu-se por Algeciras a Sevilha e, incorporando com os numerosos esquadrões que trazia as forças de seu filho Abu Ishak, então váli daquela província, marchou para o ocidente e, atravessando o Alentejo, veio assentar campo junto de Santarém, quase nos fins de Junho desse mesmo ano 459 .

As narrativas dos historiadores árabes acerca das circunstâncias e desfecho deste assédio variam entre si e são quase inconciliáveis com as dos cronistas cristãos, posto concordem nos factos capitais. Se acreditarmos alguns dos primeiros, Yusuf, passando o rio, sitiou a povoaçao, assentando os seus arraiais do lado do norte. Começada a luta, os sarracenos foram repelidos em sucessivos cometimentos, que se repetiram por quinze dias, posto que empregassem naquele empenho todos os seus esforços. Ao anoitecer do dia 4 de Julho (22 de rabieh 1º), Abu Yacub fez mudar o acampamento para o lado ocidental, o que todos estranharam, sem que todavia se atrevessem a contradizer a resolução do imperador. Julgavam, porventura, que, perdida a esperança de submeter Santarém, resolvera marchar para o interior da província, devastá-la e retroceder para Sevilha. E de feito, sendo já noite, Yusuf mandou chamar seu filho e ordenou-lhe que na manhã seguinte marchasse com as tropas andaluzas contra Lisboa e pusesse a ferro e fogo aquela comarca. Entendeu Abu Ishak que seu pai o mandava voltar para Sevilha à meia-noite. Pouco tardou a correr voz pelo campo de que o príncipe dos crentes resolvera levantar imediatamente os arraiais e retirar-se. O exército começou então a passar o Tejo, e ao romper da alva Ishak partiu com o resto da gente, ficando só no acampamento Abu Yacub com as suas guardas e os alcaides andaluzes, que sempre o acompanhavam na vanguarda ou na retaguarda. Nascido o Sol, os cristãos que guar-neciam as torres e adarves observaram que o arraial se tinha levantado e que o exército partira. Os exploradores enviados a reconhecer o campo voltaram em breve a confirmar a notícia, assegurando que só o amir ficara e um pequeno troço de soldados. Abrindo então as portas, os sitiados arrojaram-se impetuosamente para o acampamento, bradando: «Ao rei! Ao rei!» A guarda dos negros tentou resistir; mas, rota e dispersa pelos portugueses, estes penetraram até a tenda do imperador. Como valente, o príncipe

lançou mão da espada, defendendo-se dos que o acometiam, seis dos quais lhe ficaram aos pés. Os gritos de terror das mulheres de Abu Yacub atraíram àquele ponto os almóadas e andaluzes que se haviam conservado firmes, os quais obrigaram os cristãos a recuar, levando-os de vencida até os muros de Santarém. Mas Yusuf caíra ferido gravemente, e a retirada era inevitável. Puseram o imperador a cavalo, segundo parece, já sem sentidos e inabilitado para mandar. Destituídas de chefe, as tropas atravessaram o Tejo e, dirigidas pelos tambores, encaminharam-se para Sevilha. Desta cidade Abu Yacub foi levado a Algeciras; mas, antes de poder passar à África, faleceu naquela cidade, das feridas que recebera, a 12 de rabieh 2º de 580 (24 de Julho de 1184) 460 .
vocabatur) sibi matrimonio copulavit», Joh. Iperii Chron., apud Martene, Thesaur. Nov. Anecdot., T. 3, p.
669.
458 Nota XXVII no fim do volume.
459 A 7 do mês de rabieh 1º de 580 (19 de Junho de 1184), segundo Abdel-Halim (p. 233); e a 5, segundo
Conde (P. 3, c. 50); «Vigilia S. Johannis Baptistae», «Crónica Conimbricense»; «Circa nativitatem B.
Johannis», Radulfo de Diceto, p. 623.
460 Assaleh (Abdel-Holim), História dos Soberanos Maometanos, pp. 233 e 234; Conde (P. 3, c. 50) narra
o sucesso com alguma diferença, posto que não essencial..230
Tal é a narração de Abdel-Halim e de outros escritores árabes. As inverosimilhanças dela são palpáveis. Como acreditar que Ishak não percebesse que seu pai o enviava contra Lisboa, ordenando-lhe ele ao mesmo tempo a devastação daquela comarca, o que seria absurdo em relação à de Sevilha? Além disso, são as tropas andaluzes as que se destinam para a expedição e que, com o filho do amir, se retiraram do território invadido; mas os seus chefes não as acompanham, ficando junto de Yusuf. Destas e de semelhantes contradições o que se pode deduzir é que algum cometimento repentino dos cristãos espalhou o terror pânico entre os muçulmanos e que, ferido Yusuf no meio do tumulto, redobrando o terror, o exército se precipitou em desordenada fuga.
É certo que dois dos mais graves historiadores árabes, Ibn Khaldun e Al-Makkari, omitiram as circunstâncias referidas por Abdel-Halim, provavelmente inventadas para corar o triste resultado da empresa. O primeiro diz-nos positivamente que, depois de alguns dias de assédio, Abu Yacub dera ordem para se alevantar o campo, o que não só produziu descontentamento geral, mas também desanimou as tropas; que, tendo os sitiados feito uma surtida, encontraram o imperador quase só e desprevenido e que, depois de sanguinolento conflito, ele e os seus foram obrigados a voltar costas. «Neste mesmo dia», prossegue Ibn Khaldun, «o califa expirou; uns dizem que de uma frechada que recebeu no fervor do combate, outros que de enfermidade súbita, a qual e acometeu durante a retirada.»461 Al-Makkari ainda é mais sucinto. «O príncipe dos crentes», diz ele, «esteve acampado diante de Santarém durante um mês, até que uma doença que lhe sobreveio lhe causou a morte. Pretendem alguns que esta fosse procedida de um virote arrojado pelos cristãos; mas só Deus sabe como o caso se passou.»462 De feito, os fugitivos deviam narrar variamente as causas e circunstâncias da retirada, e as conve-niências políticas que fizeram esconder por algum tempo a morte de Abu Yacub não menos contribuíram, por certo, para obscurecer as particularidades do sucesso.
Os monumentos portugueses que podiam ilustrar-nos sobre este gravíssimo acontecimento narram-no, infelizmente, em termos demasiado curtos. Deles apenas sabemos que os muçulmanos se espalharam por toda a Estremadura e a devastaram, demorando-se aí cinco semanas, período acerca do qual, com pouca diferença, concordam os escritores árabes 463 . O desfecho, porém, daquela empresa, para a qual se haviam ajuntado quase todas as forças do Moghreb e do Andaluz, devia soar assaz alto para ecoar pela Europa. Assim, um historiador inglês, que escrevia justamente por

aqueles anos, nos conservou a relação mais interessante do modo como se desfez a furiosa tempestade que ameaçava Portugal da última ruína. A narrativa de Radulfo de Diceto foi, provavelmente, recebida de algum dos actores daquele drama, sendo certo que o trato entre Portugal e Inglaterra já então era frequente, como temos visto e vere-mos na história dos subsequentes reinados. Ela nos parece por isso preferível à dos escritores muçulmanos, interessados nesta parte em dissimular a verdade, cumprindo, todavia, reduzir às dimensões naturais a perda que o historiador cristão atribui aos vencidos, perda impossível de crer e, sem dúvida, exagerada pelos vencedores, segundo o costume daquele e de todos os tempos.

Se acreditarmos, pois, Radulfo, Abu Yacub conduzia no seu numeroso exército trinta e sete vális (reges) com a gente de guerra das respectivas províncias. Transposto o Tejo, os invasores acometeram Santarém, que foi combatida sem interrupção durante

461 Ibn Khaldun, em Gayangos, Vol. 2, Apêndice D, p. 62.

462 Al-Makkari, B. 8, c. 3, Vol. 2, p. 319.

463 «Crónica Conimbricense» era 1222. A «Chronica Gothorum» apenas nos diz que Yusuf «invasit Scalabium, sed pulsos et victus»; e ainda esta parte daquela crónica é evidentemente acrescentada por mão diversa e em tempos posteriores, aludindo-se à batalha das Navas de Tolosa, dada muitos anos depois..

três dias e três noites, até que, rotos os muros, os almóadas penetraram dentro, obrigando a guarnição a refugiar-se na alcáçova 464 . Na seguinte noite chegou um corpo de cristãos, a cuja frente vinham Sancho e o bispo do Porto. Acometido por eles, Gami, um dos principais chefes muçulmanos (talvez Ghamin Ibn Yusuf Ibn Mardanix, almi-rante das frotas almóadas), pereceu no conflito com a maior parte das suas tropas, cujos cadáveres amontoados na brecha serviram de parapeito aos vencedores. Entretanto, sabida a vinda de Yusuf, um exército de vinte mil homens capitaneado pelo arcebispo de Santiago descia da Galiza em auxílio dos portugueses e chegava a Santarém ao romper de alva do dia 26 de Julho 465 , imediato ao da vitória de Sancho. Atacados repentinamente, os muçulmanos tiveram uma espantosa perda. Não foram, todavia, decisivas as vantagens obtidas, e o cerco prosseguiu por todo o mês seguinte. Talvez para divertir a atenção do rei de Portugal, um corpo de sarracenos se encaminhara para o lado de Alcobaça, e na sua marcha assoladora metera à espada as mulheres e crianças, cujo número se avaliava em dez mil pessoas. O castelo, porém, de Alcobaça lhes ofereceu mais séria resistência, e três vális com grande porção daquela soldadesca desenfreada pagaram com a vida as cruezas antes praticadas. Enfim, a 24 de Julho chegou aos arraiais muçulmanos a nova de que o valente rei de Leão se dirigia para ali e que desafiava a combate singular o imperador almóada. Preparava-se já Yusuf para a batalha, quando ao querer montar a cavalo vacilou e caiu. Três vezes tentou cavalgar; três vezes desmaiou. Fora tiro de besta vibrado das muralhas que o trespassara? Fora ataque de súbita e mortal enfermidade? Eis o que nos não diz o cronista inglês. Espalhada a nova daquele impensado caso, o terror pânico apoderou-se do exército, que fugiu desordenadamente, abandonando os despojos que ajuntara na devastada Estremadura 466 .

Tal é a relação menos inverosímil e, ao mesmo tempo, mais completa do cerco de Santarém, da morte de Abu Yacub e da dispersão do seu numeroso exército. É possível que em uma ou outra particularidade seja inexacta e até se poderia suspeitar que o historiador inseriu neste acontecimento algumas circunstâncias do primeiro cerco de Santarém em 1171; mas, ainda assim, o confirmar o pouco que nos transmitiram os monumentos nacionais abona a generalidade da narrativa 467 .

Livre, com o por milagre, da situação arriscada em que se vira, o rei de Portugal mostrou a sua gratidão aos benefícios da Providência pelo modo que naquela época se

cria mais agradável a Deus. Grande número de sarracenos tinham ficado cativos durante uma retirada feita sem ordem e só conduzida pelo temor. Estes cativos foram condenados à servidão e distribuídos pelo país para carregarem a pedra e o cimento nas reedificações e reparos das igrejas, e o ouro que pertenceu ao Estado do saco do arraial de Yusuf aplicou-se à feitura de uma arca destinada a guardar as relíquias de São Vicente, transferidas anos antes para Lisboa do cabo que daquele santo recebeu o nome, e conservadas durante o domínio sarraceno pelos sacerdotes moçárabes em um templo construído sobre o alto promontório, templo respeitado sempre pela exemplar tolerância religiosa dos muçulmanos 468 .

Pouco tempo decorrera desde que Yusuf cercara Santarém e que o território da

464 É o que evidentemente significa a frase «se intra torrem receperunt».

465 In crastino autem, scilicet in die sanctorum Tohannis et Pauli.» A festa de São João e São Paulo,
mártires, cai a 26 de Junho.

466 Radulfo de Diceto, p. 624. Romey (Histoire d'Espagne. T. 6, p. 218) tira a relação deste sucesso de
Mateus Paris, que a transcreve quase literalmente de Radulfo e que compôs a sua Historia Maior muito
depois.

467 «... vastavit totam Extrematuram, et fuit ibi par quinque septimanas», «Crónica Conimbricense» era
1222.

468 Radulfo de Diceto, loc. cit.; Edrisi, Geografia, Vol. 2, p. 22..232

moderna Estremadura fora devastado pelas tropas almóadas, quando uma numerosa armada, em que provavelmente se achavam reunidas as forças navais da África e da Andaluzia, bem como sucedera no exército de terra, penetrou pela foz do Tejo e veio atacar Lisboa. Entre as galés de que se compunha a frota distinguia-se uma daquelas a que pela grandeza se dava então um nome especial, o de dromon ou dromunda. Eram embarcações de primeira ordem, correspondendo de certo modo às nossas naus de linha 469 , Sobre esta possante galé conduziam os sarracenos uma engenhosa máquina de guerra, por meio da qual, fundeando aquele navio perto dos muros da cidade, as tropas de desembarque poderiam ir saltar sobre os adarves e combater peito a peito com os cristãos. Era de temer um tal cometimento, em que para os defensores a vantagem de pelejar de alto e a coberto das ameias desaparecia; mas entre os de Lisboa apareceu um homem que, oferecendo-se a morte quase certa, removeu o perigo comum. Infelizmente a história não salvou do esquecimento o nome daquele esforçado, e nem sequer nos conservou as circunstâncias do feito. Sabemos só que ele, aproximando-se pela calada da noite do temeroso baixel, lhe abriu um rombo, pelo qual penetrando o mar o fez soçobrar, e a máquina mal-guardada, descendo à superfície da água, foi trazida à praia e suspensa das muralhas. Logo que amanheceu conheceram os sarracenos que os seus desígnios haviam sido burlados, e assim abandonaram a empresa, não sem haverem primeiro saltado a terra e cativado todos os cristãos que vagueavam imprudentemente pelos arrabaldes da cidade ou pelos campos circunvizinhos 470 .

Tal foi para os almóadas o infeliz êxito da tentativa contra Portugal, que na sua soberba eles tinham crido poder facilmente riscar da lista dos povos cristãos da Espanha. No longo crepúsculo de velhice aborrida e enferma, o coração do valente Afonso I ainda pôde dilatar-se pela última vez nos contentamentos de uma grande vitória. A sua boa espada repousava havia muito na bainha junto do seu leito de dor; mas consolá-lo-ia a certeza de que deixava um filho digno dele no esforço, e uma nação cheia de energia e de esperança, a qual lhe devia quase inteiramente a sua vida política. A resistência invencível que as forças de terra e de mar do império muçulmano tinham encontrado em Portugal provava-lhe que o povo educado por ele passara em curtos anos

de débil infância a juventude robusta. O edifício da independência nacional, desenhado pelo conde Henrique, cimentado por D. Teresa e realizado de todo o ponto por ele, achava-se, enfim, concluído com a segurança necessária para resistir à destruidora acção dos séculos. Quando, na ebriedade da vitória ou ao sentir-se grande e forte, o rei de Portugal tomava para si os títulos de feliz, de príncipe egrégio e de triunfador 471 , o orgulho que o dilatava era nobre e legítimo, porque se estribava na voz da consciência e no testemunho unânime de amigos e de inimigos, de estranhos e de naturais.
O último ano da vida de Afonso I passou sem que a história tivesse nada que mencionar acerca deste príncipe. O guerreiro como que já dormitava no sono da morte, que em breve devia cerrar-lhe perpetuamente as pálpebras. Apenas alguns documentos dessa época nos mostram que nos seus derradeiros dias não abandonou de todo o leme do Estado, ao passo que se mostrava ainda liberal para a Igreja, com quem sempre repartira largamente os frutos das suas conquistas 472 . Veio, enfim, a falecer a 6 de Dezembro de 1185 473 , depois de governar este país com os títulos de infante e de
469 Ducange, Glossário, verbete «Dromones».
470 Radulfo de Diceto, loc. cit.
471 Documento nas Dissertações Cronológicas, T. 3, P. 1, n.os 439, 474, e T. 4, P. 1, nº 786. Ribeiro
duvida da genuinidade dos dois primeiros em consequência desses títulos, o que nos não parece motivo
bastante para os rejeitar.
472 Foral de Palmela, no Arquivo Nacional, Maço 3 de Forais Antigos, nº 15, e Maço 12, nº 3, f. 75;
Doação à sé de Évora, nas Dissertações Cronológicas, T. 3, P. 1, nº 557.
473 «VIII idus decembris obiit rex Ildefonsus portugalensis», «Crónica Conimbricense».
príncipe doze anos e com o de rei quarenta e cinco. Ordenara ele que o enterrassem no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, onde jaziam também as cinzas de sua esposa D. Mafalda. Aí, de feito, descansou finalmente aquele corpo gasto de tantas lidas em sepultura modesta, conforme permitia a rudeza dos tempos, até que el-rei D. Manuel lhe alevantou o rico mausoléu em que ainda hoje se guardam os ossos do fundador da monarquia 474 .
Seguindo as fases deste longo reinado e julgando parcialmente as acções do homem que a Providência pôs à frente da nação para a guiar nos primeiros anos da sua existência, conhece-se que o pensamento de firmar a independência portuguesa subjugava no espírito do príncipe outras quaisquer considerações, ainda, talvez, com ofensa de algumas que deveriam ser respeitadas. É realmente àquela ideia que vão ligar-se muitos actos de Afonso Henriques, os quais, avaliados separadamente, dariam direito a acusá-lo de pouca fé e de ambição desmedida. Além da rebelião contra D. Teresa, que mais se há-de atribuir à nobreza do que a um mancebo inexperiente, a quebra do tratado feito com o imperador em 1137, o engano imaginado para colher desprevenida a guarnição de Santarém, as crueldades praticadas com os sarracenos, a maneira, enfim, por que se houve com o rei de Leão seu genro, cujo nobre e generoso carácter não pode deixar de fazer sombra ao de Afonso I, foram acções que, avaliadas em si unicamente, serão sempre dignas de repreensão, ao menos enquanto os monumentos nos não revelarem algumas circunstâncias ainda ignoradas que possam absolvê-las. Mas, se as ligarmos ao pensamento a que o rei de Portugal se votara e que, por assim nos exprimirmos, ele encarnara em si, quem não desculpará tais acções, sobretudo se atendermos à barbaria da época, à dificultosa situação do país e à fraqueza real de uma sociedade desmembrada de outra que forcejava para reconduzi-la ao próprio grémio? A grande necessidade a que Afonso I tinha de prover era a de dar homogeneidade e robustez interna e externa à nação que se constituía. Para isto importava que ao mesmo tempo buscasse o favor da Igreja, primeiro elemento de força naqueles tempos, que favorecesse a fidalguia, principal nervo dos exércitos, e que, finalmente, desse o

máximo grau de vigor ao espírito municipal, sem o que, em nossa opinião, nunca houve nem haverá energia popular ou vivo afecto à terra natal. Além deste trabalho de organização interior, cumpria-lhe dilatar os limites do território que herdara, demasiado estreitos para o estabelecimento de um estado independente. O temor do seu nome entre muçulmanos e cristãos e a audácia das suas tropas eram meios para o obter. Naturalmente belicoso, duas gerações sucessivas aprenderam na sua escola o duro mister da guerra e alcançaram legar aos vindouros as gloriosas tradições de esforço e de amor pátrio que a nação guardou religiosamente durante alguns séculos. Antes, porém, que Afonso I pudesse confiar à sorte das batalhas a independência do seu país, precisava de ampará-la, enquanto planta débil, com a destreza da política. Daí nascia, em certas circunstâncias, um proceder que, absolutamente considerado, a severidade da moral condenará. Visto, porém, o quadro à conveniente luz, as manchas que, aliás, assombrariam o altivo e nobre vulto do nosso primeiro rei quase desaparecem, e a simpatia que em todos os séculos a gente portuguesa mostrou pela memória do filho do conde Henrique torna-se respeitável, porque tem as raízes num afecto dos que mais raros são de encontrar nos povos, a gratidão para com aqueles a quem muito deveram. Este afecto nacional chegou a atribuir a Afonso Henriques a auréola dos santos e a pretender que Roma desse ao fero conquistador a coroa que pertence à resignação do

474 «Monasterio Sancte Crucis, ubi jubeo sepeliri corpos meum», doação a Santa Cruz, em Maio de 1159,
Arquivo Nacional, Maço 12 de Forais Antigos, nº 3, f. 68 v.; «Monasterio Sancte Crucis ubi pater meus et
mater mea, avi mei, et fratres mei, tumulati jacent», «Confirmação dos Privilégios de Santa Cruz por
Afonso II», ibid., E. 67; Góis, Crónica de El-Rei D. Manuel, P. 4, c. 85..234

mártir. Se uma crença de paz e de humildade não consente que Roma lhe conceda essa coroa, outra religião também venerada, a da pátria, nos ensina que, ao passarmos pelo pálido e carcomido portal da Igreja de Santa Cruz, vamos saudar as cinzas daquele homem, sem o qual não existiria hoje a nação portuguesa e, porventura, nem sequer o nome de Portugal..235

NOTAS DE FIM DE VOLUME

I

CALE - PORTUCALE - PORTUGAL

Sobre a origem de Cale e sobre a sua situação na margem esquerda do Douro no tempo dos romanos veja-se Flores, España Sagrada, T. 21, pp. 1 e ss. Conhecida no tempo dos bárbaros (século V) pelo nome de Portucale, em Idácio, no T. 4, pp. 374, 377 e ss. da España Sagrada. Com o mesmo nome no século IX, em Sampiro, Crónica, 9. Situada ainda na margem esquerda do Douro no princípio do X (912) em documento do Livro Preto da Sé de Coimbra, f. 38, citado nos «Novos Aditamentos» as Dissertações Cronológicas, p. 5, e aí a palavra Galhia em lugar de Ga..a, que apenas se pode ler naquele códice. Este último documento prova contra Flores (España Sagrada, T. 21, p. 10, parágrafo 31) que efectivamente a povoação ao sul do rio se chamou Portucale. A escritura sobre a divisão dos bispados em tempo dos suevos, embora não remonte à antiguidade que se lhe atribui, não deixando de ser bastante remota, nos explica perfeitamente como nasceu o Porto moderno, chamando-se aí a este Portucale castrum novum e à povoação primitiva na margem fronteira Portucale castrum antiquum. A Cale do Itinerário de Antonino ou o Portucale de Idácio estava assentada ao sul do rio, provavelmente no monte hoje chamado castelo de Gaia. No correr dos tempos foi-se, talvez, estabelecendo uma povoação na margem oposta, ou antes, o que nos parece mais verosímil, quando as conquistas dos cristãos se dilataram até o Douro, eles fundaram um castelo no monte mais eminente da margem direita, onde hoje existe a catedral. Estendidas estas conquistas até o Vouga, os dois castelos ficaram constituindo de certo modo um só Portucale, e, porventura, dessa época é a distinção de Portucale castrum

antiquum e Portucale castrum focam, que se lê nas supostas actas do primeiro Concílio de Lugo. O nosso pensamento de que os castelos das duas margens constituiriam, ao menos durante certo tempo, uma povoação única ocorre facilmente vendo-se estender no século XI o território portugalense tanto para o interior da província do Minho («Documento de Pedroso» nas Dissertações Cronológicas, T. 1, p. 221) como para o lado do Vouga (Livro Preto, f. 62 e 65), desprezada a divisão natural de um rio caudaloso, como o Douro, circunstância aliás insólita naqueles tempos, em que muito se atendia a hidrografia interior para estremar as províncias e distritos dos diferentes governos. É vulgarmente sabido que desta povoação veio o nome do nosso país, e por isso nos parece inútil acrescentar mais nada ao que fica dito no texto.

II

O CONDE SESNANDO

«Sesnandus, David prolis... Tentugal que fuit hereditas parentum meorum», Livro Preto, f. 37. «Obsedit Colimbriam civitatem com consilio D. Sisenandi consulis, que antea honorifice in urbe Hispali morabatur, et sublimis habebatur... et dedit eam dli», ibid., f. 8 v. Cf. Mon. Silens, parágrafo 39, e Lucas de Tuy (na Hispânia Ilustrada, T. 4, p. 94). O ter sido Sesnando levado cativo de terra de cristãos para Sevilha, como dizem os dois cronistas, é inexacto, a ser ele das imediações de Coimbra, como parece dever concluir-se do Livro Preto, porque esse território antes de 1064 pertencia aos sarracenos. O estilo em que são redigidos os documentos do conde Sesnando oferece,.236 em geral, fórmulas diversas das que usavam os notários cristãos. Alguns desses documentos parecem diplomas árabes escritos com palavras latinas. Não seria, até, conjectura demasiado atrevida supor que Sesnando fora muçulmano antes de passar ao serviço de Fernando Magno. Quanto ao território que abrangia o condado de Coimbra, veja-se Dissertações Cronológicas, T. 4, P. 1, p. 28, e Livro Preto, fs. 137 e 149.

III

ILEGITIMIDADE DE D. TERESA

Nas Memórias da Academia de Lisboa («Exames Comparativos das Crónicas Portuguesas», Vol. 11, Parte 1, Exame 6, Art. 3; Exame 8, parágrafos 3 e 4; Parte 2, Exame 1, Art. 7; Exame 9, Art. 8, por A. de Almeida) provou-se pelos testemunhos dos escritores contemporâneos que D. Teresa fora filha bastarda de Afonso VI e aduziram-se, além disso, várias provas de congruência à vista dos documentos e dos factos.
Depois, outro académico (D. Francisco de S. Luís) pretendeu sustentar a legitimidade com os fundamentos que logo avaliaremos (Vol. 12, P. 2), sem todavia refutar, porque não o podia fazer, o testemunho dos autores coevos, entre os quais, fique já dito, o primeiro académico se esquecera de mencionar o da importante crónica do anónimo de Sahagún, publicada por Escalona na sua história daquele mosteiro. O anónimo não só viveu em tempo de D. Teresa, mas também devia tê-la tratado de perto quando ela residiu em Sahagún. Apesar de não existir este monumento senão numa tradução vulgar, talvez do século XIII, e de ter perecido o original no incêndio do mosteiro, a sua frase latino-bárbara transparece ainda na frase da versão, e nunca sobre a autenticidade dela se levantou, que nós saibamos, a mínima dúvida, sendo citada frequentemente pelo continuador da España Sagrada, o padre Risco, e pelo severíssimo e, às vezes, exageradamente desconfiado autor da Historia Critica de España, Masdeu. Fazemos aqui esta advertência porque nos espanta o haverem desconhecido os nosso modernos escritores tão importante fonte da história portuguesa no primeiro quartel do século XII, para escrever a qual não sobram os recursos. O anónimo, pois, de Sahagún diz expressamente: «É de saber que elrey D. Alonso de noble memoria, mientras que ei viviesse, de una manceba, pero bien noble, habia habido una hija llamada Teresa, la qual el habia casado con un conde llamado Enrique, que venia de sangre real de Francia.» Este testemunho dato e terminante vem confirmar os de Pelágio de Oviedo, de Rodrigo Ximenes, da crónica latina de Afonso VII e do monge de Silos, expostos largamente por Pereira de Figueiredo, que numa «Memória» especial provou a

ilegitimidade de D. Teresa (Memórias da Academia, T. 9, pp. 274 e 55.), e de cujo trabalho se aproveitou, nesta parte, o mais recente autor dos «Exames Comparativos».
Na «Memória» de S. Luís, em que se tornou a pôr em questão esta matéria, recorreu-se a dois argumentos em favor da legitimidade. É o primeiro: «Que D. Afonso VI foi obrigado a separar-se de D. Ximena, mãe de D. Elvira e de D. Teresa, por uma bula do papa São Gregório VII, que vem nos Annaes de Baronio ao ano 1080 e em Sandova e em Aguirre. E diz o Santo Padre que o matrimónio era nulo, por s haver contraído sem dispensação do parentesco que havia entre a actual e a outra precedente mulher de D. Afonso.» É o segundo: «Que a Senhor D. Teresa era frequentemente denominada infanta e rainha nos documentos e monumentos históricos, antigos e coevos, de Leão, Castela e Portugal; e é certo que nem uma nem outra qualificação se dava ordinariamente naqueles tempos às filhas ilegítimas dos reis.» Estribado neste dois fundamentos, o autor da «Memória» mostra-se favorável à opinião da legitimidade.
Este segundo argumento chega a parecer impossível se fizesse, porque a.237 proposição em que se funda, isto é, que às bastardas se não davas aqueles títulos, está desmentida quanto ao de infanta pelos documento desses tempos e, o que mais é, tinha-se já demonstrado isso mesmo com exemplos indisputáveis nas duas «Memórias» anteriores a favor da ilegitimidade, sem que todavia o autor daquela a que aludimos se fizesse cargo de as refutar e, pelo que toca ao titulo de rainha, da nossa narrativa, fundada igualmente em autoridades insuspeitas e que o escrito recente tinha obrigação de conhecer, se vê por quem, quando e de que modo lhe foi dado.
O primeiro argumento, resumido de Brandão (Monarquia Lusitana, L. 8, c. 13), posto que o autor o não diga, é mais grave. Se foi preciso que uma bula separasse Afonso VI de Ximena e declarasse o matrimónio nulo, é evidente que esse matrimónio existia, e a sua dissolução não importava a ilegitimidade dos filhos gerados e nascidos durante ele. Tal é o raciocínio confusamente expresso por Brandão e apresentado mais perspicuamente pelo escritor moderno.
Mas averiguou-se já bem se a célebre bula de Gregório VII dizia respeito a Ximena Muniones? Parece-nos que era essa uma questão que valia a pena de tratar-se, porque, resolvida negativamente, não testava um único pretexto para protrair as intermináveis disputas sobre a legitimidade ou ilegitimidade da mãe do nosso primeiro rei, que tem entretido demasiadamente os espíritos por mal entendido pundonor nacional. Fá-lo-emos aqui, posto que de má vontade, porque chamam por nós questões de interesse histórico um pouco mais grave.
Primeiro que tudo: Aguirre (Colectânea Max. Concil. Hisp., T. IV, p. 446) atribui a esta bula a data de 1079. É um erro, demonstrado como tal por Flores (España Sagrada, T. 3, p. 316), e de feito ela vem com o seu verdadeiro ano em Mansi (Sacror. Concilior. Nova et Ampliss. Collect., T. XX, p. 31). Foi remetida ao alcaide de Cluni, Hugo, inclusa em carta para este datada de 27 e Junho de 1080 (ibid.), a fim de que a fizesse chegar à mão do rei espanhol, e, portanto, devia ser exarada igualmente nos fins de Junho. Daremos uma ideia dela e da carta em que vinha inclusa, para o que depois veremos.
Nesta última diz o papa a Hugo que um seu monge, chamado Roberto, fizera grandes males na Espanha à religião, pondo aí em grande perigo a Igreja e enganando o rei com suas fraudes: que há grandes queixas contra ele, Hugo, que se teria inimizado com Roma, se o próprio papa não sustentasse, fechando os ouvidos às acusações: ordena-lhe que corrija os seus monges, que obrigue o dito Roberto a voltar a Cluni e que avise o rei da ira de S. Pedro, em que incorreu por tratar indignamente o legado romano (era o cardeal Ricardo, abade de Marselha), e de que para ser absolvido lhe cumpre dar satisfação ao dito legado que afrontara: adverte-o de que excomungará o mesmo rei, se não o fizer assim, e de que até ele, papa, virá a Espanha para o perseguir, se tanto for preciso: exige, finalmente, que Hugo tome a seu cuidado fazer com que os «monges dispersos injustamente nestas partes voltem ao seu mosteiro, etc.»

Na bula ou carta a Afonso VI diz Gregório VII: que lhe consta que ele se afastara do seu antigo e bom procedimento em relação à Igreja, induzido pelo falso monge Roberto e pela mulher perdida sua «antiga» protectora (per Robertum pseudo-monachum et per antiquam adjutricem suam perditam faeminam); que lhe pede remova de si os conselheiros da falsidade; que obedeça ao legado Ricardo; que não o torne surdo às suas admoestações o amor incestuoso de uma mulher, e não queira assim fazer réproba e inútil a sua posteridade; que cobre esforço e anule inteiramente o consórcio ilícito que celebrara com uma parenta por consanguinidade de sua mulher (illicitum connubium, quod cum uxoris tuae consanguinea inisti, penitus respue); que ele já mandou fechar no Mosteiro de Cluni o nefandíssimo Roberto, sedutor dele e perturbador do reino; que esteja certo de que o abade Hugo assim o há-de cumprir,.238 porque o dito abade está de acordo com ele, papa, em procedimento, em sentimentos e em ânimo. A verdade com que Gregório VII falava, quanto a esta última circunstância, conhece-se da carta dirigida a Hugo; mas Hildebrando era demasiado político para se não prender com essa falta de exacção.
Quem era este monge Roberto? Di-lo o anónimo de Sahagún, e a sua narrativa ilustra as duas cartas do papa. Afonso VI, no décimo quinto ano do seu reinado (começou nos últimos dias de Dezembro de 1063, e portanto viria a cair o sucesso em 1080; mas, pelo que adiante veremos, deve ler-se décimo quarto), pediu a Hugo alguns monges que viessem estabelecer em Sahagún a religião, costumes e cerimónias de Cluni. Mandou-lhe logo Hugo o «monge Roberto» e pouco depois outro. Mas, «tendo estes agradado pouco ao rei», enviou um chamado Bernardo, que, mandado a Roma por Afonso VI «com cartas para o papa», voltou de lá com privilégios para o mosteiro ficar exempto da jurisdição do ordinário. Foi recebido o novo abade (depois arcebispo de Toledo) pela comunidade dos monges de Sahagún, que «desde a vinda dos dois anteriores cluniacenses andavam fugidos por diversas partes». Esta é em resumo a relação do anónimo. Vemos dela e das cartas acima extractadas que Roberto, tendo sido mandado de Cluni para reformar, em bem ou em mal, os beneditinos de Sahagún, afugentara os monges; que estes se valeram provavelmente do legado do papa; que Ricardo, por esse ou por outro qualquer motivo, se desaveio com Roberto, e que este, protegido pela mulher de Afonso VI, foi causador das injúrias e maus tratamentos feitos pelo rei ao legado. As cartas de Gregório VII, recheadas de ameaças, mostram bem o carácter violento do pontífice e quão grande havia sido a afronta recebida pelo cardeal Ricardo. Quando, porém, essas cartas chegaram tinha já vindo a Espanha o cluniacense Bernardo, que, promovido a abade de Sahagún, partiu para Roma, como narra o anónimo, pelos motivos que este oculta, e que nos revela uma nova carta de Hildebrando, carta cuja íntima ligação com as antecedentes é visível. Aguirre atribui-a ao ano de 1080; porém, Mansi redu-la ao de 1081, que é a sua verdadeira data (Sacror. Concilior. Nova et Ampliss. Collect., T. XX, p. 340). Dela parece colher-se que Afonso VI escrevera energicamente ao pontífice; mas que ao mesmo tempo lhe assegurara ter estabelecido em toda a monarquia o rito romano com exclusão do moçárabe, coisa em que o papa altamente se empenhava. Trata aí Hildebrando da eleição de um certo arcebispo que ele recusa pela incapacidade literária do eleito, propondo a Afonso VI eleja outro e que, se no seu país não tiver pessoa digna disso, o procure estrangeiro; faz-lhe várias recomendações contra os judeus; mas sobretudo alude a dois objectos, que são aqueles que nos parece terem íntima conexão com as anteriores cartas. Diz-lhe que pelo que respeita ao que lhe pede acerca de sua mulher e do Mosteiro de Sahagún, responderá pelo legado e pelo bispo Simeão. Depois espraia-se em encarecimentos e acções de graças pelo riquíssimo presente que Afonso lhe fizera, tão amplo e magnífico, diz o papa, que era digno de ser feito por um rei e recebido por S. Pedro. Acaba a carta com as expressões mais amigáveis que podia empregar um homem da altivez de Hildebrando, debaixo das impressões agradáveis que nele produzira a liberalidade do monarca espanhol.

Qualquer verá no complexo dos documentos que havemos apontado o começo, meio e desfecho de um negócio em que figuram Afonso VI, sua mulher, o papa, o legado Ricardo, o monge Roberto, os cluniacenses e os beneditinos de Sahagún, e em que, por último, quem lucra é Hildebrando, que obtém do rei a conclusão da mudança de rito, no que trabalhava a corte de Roma havia anos, e, além disso, dons preciosos que extasiam o ambicioso pontífice. Ninguém imaginará que essa mulher do rei de que se trata na última carta seja diversa da perditam faeminam da primeira. Todavia, a admitir a comum opinião, nesta aludiria o papa a D. Ximena, devendo supor-se em tal hipótese.239 que na última se refere a D. Constância, que em 1081 estava indisputavelmente casada com o rei leonês.
Mas como admitir semelhante pressuposto? O monge Roberto veio de França para Espanha em 1080, segundo o testemunho do anónimo, ou antes, em 1079, conforme se deve ler: Ximena era asturiana: como podia, pois, ser «antiga» protectora de um monge que nesse ou no antecedente ano veio de além dos Pirenéus? Se, porém, supusermos que o papa se referia a D. Constância, o patronato desta para com Roberto não só era possível, mas, até, natural. Roberto fora escolhido para vir a Sahagún pelo abade de Cluni, e este era tio de D. Constância. As relações da sobrinha de Hugo com o mosteiro que seu tio governava e que era então o mais célebre da Europa deviam ser estreitas, e porventura, à sua influência deveu Roberto o ser chamado para reformador de Sahagún.
O ano do casamento de Afonso VI com D. Constância é ainda disputado, como o é tudo o que respeita às cinco ou seis mulheres que teve este príncipe. A primeira, D. Inês, que uns fazem espanhola outros francesa, faleceu ou foi repudiada (que até isso é disputável) em 1178, porque é de Maio deste ano o último diploma de seu marido em que ela figura (Flores, Reynas Católicas, T. 1, p. 167). É depois disto que os historiadores põem comummente o enlace de Afonso VI com Ximena Muniones; todavia, muitos dos mais graves escritores castelhanos, como Sandoval, Mondejar e outros, datam de 1078 o consórcio de D. Constância, à vista de documentos de cuja veracidade não duvidam. Flores, preocupado pela ideia de que a bula de 1080 alude necessariamente às ligações de Afonso VI com uma concubina, rejeita de certo modo todos os documentos em que se fala de Constância anteriores a este ano, para a supor casada depois de Junho (España Sagrada, T. 3, pp. 317 e 318); mas faziam-lhe tal força as provas diplomáticas em contrário que conclui por dizer «que quem for mais destro que ele desatará estas dúvidas». Longe de nós o supormo-nos mais inteligentes que o sábio espanhol, mas a dificuldade desaparece logo que se abandone a ideia de que ele estava preocupado e que nenhum facto, nenhum documento nos obriga a aceitar.
Porque, possuído de cólera violenta pelas afrontas feitas ao seu legado, não aplicaria o orgulhoso e irascível Hildebrando o nome de «mulher perdida» a D. Constância? Não era ele homem cuja linguagem para com os príncipes fosse medida pelos respeitos humanos. Leia as suas cartas e a sua história quem quiser desenganar-se disso.
Mondejar (Casamientos delrey D. Alonso VI, parágrafo 9) fixa os desposórios de D. Constância nos fins de 1078 à vista de uma escritura citada por Arevalo. Sandoval (Cinco Reyes, f. 45) estabelece a mesma data por outra escritura, que Flores (Reynas Católicas, T. 1, p. 168) dá por suspeita pela mesma preocupação a que acima aludimos.
Deixando esta questão, venhamos ao exame de diplomas que parecem indisputáveis.
Existe a nomeação do célebre Roberto para abade de Sahagún (Escalona, Historia del Monasterio de Sahagún, Apêndice 3, escrito 113) feita por D. Afonso e por sua mulher D. Constância em 10 de Maio de 1079 (por isso se deve emendar o ano décimo quinto do anónimo para décimo quarto), e aí se expõem os motivos daquela nomeação, concordes com os que aponta a Crónica de Sahagún, isto é, o introduzir neste mosteiro a reforma cluniacense. Em Maio do ano seguinte achamos a nomeação de Bernardo para substituir Roberto feita pelos mesmos príncipes na presença do cardeal Ricardo (ibid., escrito 114), donde se vê que na ocasião em que Hildebrando preparava a fulminante bula pata desagravar o legado estava já este congraçado com Afonso VI, provavelmente

porque Hugo soubera antecipadamente da tempestade que ia levantar-se em Roma e mandara em seu lugar Bernardo. Não há, porém, só estes documentos: Yepes (Crónica Beneditina, T. 3, Apêndice, 1. 19) traz um de 8 de Maio de 1080, em que já figura aquela rainha. Contra o testemunho destes três documentos, que há a opor para se afirmar que D. Constância não era casada com Afonso VI muito antes de se expedir a.240 bula do mês de Junho de 1080? A persuasão de que o papa se refere nesta a Ximena Muniones, persuasão absolutamente infundada; porque não há um só testemunho contemporâneo, um único diploma, não dizemos que o prove, mas que ao menos torne plausível semelhante opinião.

Restaria um meio para verificar se o papa aludia a Constância e não a Ximena na bula de 1080 (posto que a matéria nos pareça evidente), se fosse possível resolver a questão que versa entre os escritores castelhanos sobre a pátria e filiação de D. Inês, primeira mulher de Afonso VI. Gregório VII ordena que este se aparte duma parenta por consanguinidade de sua mulher («uxoris tuae consanguinea»). Na hipótese de ter sido D. Inês francesa e parenta da casa de Borgonha estaria provado que era a D. Constância que aludia a bula. Não nos é possível discutir aqui esse ponto, nem transcrever as considerações de Flores sobre a probabilidade de ser ou não ser D. Inês a filha de Guilherme VIII, duque da Aquitânia, a primeira ou a derradeira mulher de Afonso VI. Podem ver-se na obra Reynas Católicas (T. 1, pp. 219 e ss.). O que. todavia, nem Flores nem ninguém ainda provou é que essa primeira mulher daquele príncipe, chamada indisputavelmente Inês, não fosse francesa e não pudesse, portanto, ser parenta de D. Constância, o que explicaria naturalmente as expressões de Gregório VII.

Mas porque não teve efeito a decretada separação? A resposta é óbvia: está no rescrito de 1081 que acima extractámos e nas circunstâncias que então concorreram. A reconciliação com o legado Ricardo, a conclusão do negócio do rito romano e moçárabe e o estrondoso presente feito ao papa pelo monarca espanhol são elementos que bastam para achar a explicação do facto a quem quer que não estiver inteiramente convencido da santidade de Gregório VII, sem que por isso lhe negue o haver sido, talvez, o maior homem da sua época.

IV

COMEÇO DO GOVERNO DO CONDE HENRIQUE

Em Julho de 1095, já S. Giraldo era «arcebispo» de Braga (Dissertações Cronológicas, T. 3, P. 1, p. 32, nº 95). Vê-se daqui que ele era considerado como metropolitano antes de ser confirmado nesta dignidade por Pascoal II (Bernardo, «Vita B. Geraldi», apud. Baluzio, Miscelânea, T. 3, p. 183). Todavia, foi eleito «bispo» pelo clero e pelo povo, «concordando nisso o rei Afonso e o conde Henrique» (documento do Liber Fidei, na Monarquia Lusitana, L. 8, c. 8); mas resistindo por muito tempo o arcebispo de Toledo, que não o queria deixar sair da sua sé («Vita B. Geraldi», em Baluzio, T. 3, p. 181) e que enfim o sagrou «bispo» em Sahagún, donde partiu para Braga. Contraindo todos estes sucessos dentro do menor tempo que se queira imaginar, não pode a eleição de São Giraldo, em que interveio a autoridade do conde Henrique, ser posterior aos fins de 1094. Em Março de 1095 ainda Raimundo exercia jurisdição em Coimbra (Dissertações Cronológicas, T. 3, P. 1, p. 31, n. 91), e em Agosto intitulava-se conde da Galiza e Santarém (ibid., p. 38, nº 97). É preciso, pois, ou supor que no centro dos seus domínios se criou um distrito independente dele, coisa, senão impossível, improbabílíssima, ou admitir a opinião que seguimos. Em Dezembro de 1095 e pelo ano de 1096, Henrique governava em Coimbra e Braga (Dissertações Cronológicas, T. 3, P. 1, pp. 33 e 34). Em 1097 dominava desde o Minho até o Tejo (ibid.), e neste território tinham desaparecido inteiramente os vestígios da autoridade de Raimundo, embora ele se continuasse a chamar nos seus diplomas «senhor de toda a Galiza»..241

V

DESTROÇO DO CONDE RAIMUNDO JUNTO A LISBOA

«Timorem cumulavit subditorum lusitanorum ab eo defectio, qui almoraviditis Ulyssiponani et Santarem aliaque oppida, rege ipso absente, vel invito, dederunt atino egirae 487 (1094)», Ben-Khathib, Biblioteca Ara bico-Hispana, em Casiri, Biblioteca, T. 2, p. 67; Conde, Dominio de los Arabes, P. 3, c. 22; Livro Preto, f. 40; Tomás da Encarnação, História Eclesiástica Lusitana, T. 2, p. 207, onde, na espécie de foral passado aos habitantes de Montemor em 27 de Fevereiro de 1095, diz Raimundo: «Vobis... qui prius ad pesurium (aliás, presuriam venistis.» O destroço do conde junto de Lisboa foi depois da primeira prepositura de Gelmires na diocese de Santiago, portanto no episcopado da Dalmácia, isto é, dos fins de 1094 aos fins de 1095 (Dissertações Cronológicas, T. 5, p. 209, e España Sagrada, T. 20, p. 23). Ora, demorando-se o conde em Coimbra durante o Inverno, aquele facto só podia acontecer na Primavera deste último ano. Eis como a Historia Compostellana (L. 2, c. 53) narra o sucesso: «Cum... ante episcopatum, post primam... praeposituram, in procinctu cum Comite R. et com optimatibus Galleciae ad extirpándum tenderet (Gelmires) perfidiam gentilium, sarraceni, collectis undique viribus, christicolarum castra prope Olisbonam circumdantes, immensa obsederunt bellatorum multitudine. Tanta confluxerat incredulae gentis multitudo, tanta convenerant barbarorum agmina ad christianorum perniciem Impetum facturi. Denique, com christianorum alios caederent, alios vinculis manciparent...», etc..

VI

PORTUGAL DADO COMO DOTE A D. TERESA

Até a invasão dos árabes, os godos conservaram nas Espanhas tenazmente as instituições germânicas acerca dos dotes. Pelas suas leis, contrárias ao que estatulam as leis romanas, era o noivo quem dotava a mulher. Semelhante costume dos bárbaros, porventura mais nobre que o romano, foi regulado por uma lei de Chindasvinto, inserida no Codex Wisigothor (L. 3, tit. 1, 1. 5). Esta lei, assim como as mais disposições daquele código, atravessando o domínio dos árabes, que deixaram aos vencidos o governarem-se civilmente pela sua legislação e pelos seus magistrados, continuou a vigorar, não só até o tempo de Afonso VI, mas, porventura, até a publicação da Lei das Partidas (vejam-se no Ensaio de Martines Marina, parágrafos 249 e ss., as provas indubitáveis disso). Não havia, pois, na legislação de Espanha, nem nos seus usos tradicionais, nesta parte perfeitamente acordes com ela, causa alguma para o rei de Leão se lembrar de pôr em prática no casamento de sua filha um costume romano, provavelmente até ignorado por ele. A predilecção que sempre mostrou pelas coisas de França e que tanto contribuiu para alterar os costumes visigóticos podiam tê-lo movido a seguir, casando suas filhas com os príncipes borgonheses Raimundo e Henrique e outra com o conde de Tolosa, os costumes daquele país, se eles nesta parte fossem contrários aos das Espanhas; mas não acontecia assim. Ainda naquele século eram comuns por toda a Europa as instituições germânicas acerca dos dotes, as quais se podem ver no excelente livro de Eichhonn, Deutsche Staats und Rechts Geshichte, T. 1, pp. 361 e ss. (Gotinga, 1843). Em Ducange, à palavra dos, se acham coligidas as disposições dos diversos códigos bárbaros a este respeito, bem como documentos de.242 que os factos não eram contrários à legislação, o que sempre é necessário examinar na história da Idade Média, na qual a confusão social e a ignorância em que jaziam todas as nações faziam que, na realidade, as relações civis contrastassem às vezes com os preceitos legais.

A dificuldade de aceitar a tradição de um facto, incompreensível para os indivíduos por quem se diz praticado, seria bastante para o tornar mais que suspeito. Mas ainda ocorrem contra ele outras considerações.

É indubitável que Raimundo, o marido de D. Urraca, senhoreou a Galiza e Portugal antes de Henrique e que a porção de território espanhol dado a este para governar como conde ou cônsul foi desmembrada do território governado pelo conde Raimundo antes do falecimento deste. Se Portugal foi dado em dote a D. Teresa com

direito hereditário, provindo dessa circunstância o governo de Henrique, como se há-de supor que D. Urraca, filha mais velha e legítima, não recebesse em dote também, jure hereditario, as terras que seu marido governou? E, se assim foi, como e porque se destruiu em parte este direito, dando-se em dote de outra filha uma porção do que já era dote de D. Urraca, e isto sem que Raimundo se queixasse, antes fazendo pactos de concórdia e mútua aliança com o conde Henrique?

Além disso, D. Elvira, irmã de D. Teresa e casada com o conde de Tolosa, não recebeu em dote terras algumas. Diz-se que fora a causa disto o possuir Raimundo de São Gil estados em França. Mas que lei ou costume de Espanha obstava a que ele possuísse um condado em outro país, juntamente com os estados que tivesse em Leão? E se não havia legislação ou uso em contrário, porque consentiu este príncipe, mais poderoso que os outros dois, que fossem para eles essas liberalidades, ao passo que -ficava sem quinhão na monarquia espanhola, que assim se faz retalhar loucamente pelo hábil Afonso VI?

Se atendermos a uma passagem do Chronicon Floriacensis, quando fala do conde Raimundo, veremos o nenhum fundamento da explicação que se pretende dar à exclusão do conde de Tolosa das generosidades extralegais de Afonso VI. Tratando dos casamentos de Raimundo e de Henrique, diz: «Quam (D. Urraca) in matrimonium dedit Raimundo comiti, qui comitatum trans Ararim tenebat. Alteram filiam... Ainrico uni filiorum fui Ducis Roberti.» Eis, pois, Raimundo com o mesmo impedimento para receber dote que tinha o conde de Tolosa, visto que Raimundo era já conde em Borgonha, «tendo o condado além do Arar» (Saône), o que se prova, não só do testemunho do Floriacensis, mas também dos documentos irrefragáveis que coligiu Mondejar (Origen y ascendencia dei Principe D. Ramon, mas, na Biblioteca Real da Ajuda).

Admitindo, porém, que isto acontecesse, ainda resta outra dificuldade maior.

Além de Urraca, Teresa e Elvira, Afonso VI teve uma filha chamada Sancha e outra Elvira (Flores, Reynas Católicas, T. 1, p. 180) nascidas da rainha Isabel, a primeira das quais casou com o conde Rodrigo Gonçalves e a segunda com Rogério, duque da Sicília. Quanto a este, nada acrescentarei ao que já disse acerca do conde de Tolosa, Raimundo de São Gil. Mas no conde Rodrigo Gonçalves não se dava, por certo, a circunstância de ser príncipe estrangeiro com estados fora de Espanha, e todavia não consta que el-rei dotasse a infanta D. Sancha com terras ou províncias que ela devesse possuir «hereditariamente», antes pelo contrário, possuindo o conde Rodrigo as honras de Astúrias de Santillana, lhe foram estas tiradas por suas turbulências e, reconciliado depois com Afonso VI, lhe deu el-rei o governo de Segóvia e a alcaidaria de Toledo, que tornou a tirar-lhe passados tempos, segundo parece, por seu génio inquieto. (Veja-se Sota, Principe das Asturias, Apêndice; Colmenares, Historia de Segovia, c. 14, parágrafo 10; Mondejar, Suceos d'Alonso VI, parágrafo 25). Porque seria excluído,.243 porém, o conde Rodrigo, nobre, natural e poderoso, do benefício que recebera um estrangeiro pobre, embora ilustre e valente? É, na verdade, inexplicável semelhante contradição.

A estes raciocínios, fundados em factos incontroversos, nenhum argumento, nenhuma autoridade se pode opor senão uma frase do cronista anónimo de Afonso Raimundes, que, falando de D. Teresa, - não directamente, mas por ocasião da guerra de Afonso VII com seu primo Afonso Henriques, diz: «Que Afonso VI a casara com o conde Henrique e a dotara magnificamente, dando-lhe a terra portugalense com domínio hereditário.» Este testemunho singular e bastante posterior ao facto provaria, quando muito, que Afonso VI dera a seu genro, em atenção a D. Teresa, o governo de Portugal para si e seus filhos perpetuamente, visto que a hereditariedade aparece uma ou outra vez nos cargos administrativos. Tal seria, pois, nesse caso a significação da palavra dote, que então era mui diversa da que lhe damos e correspondia a donatio. É o que, entre vários outros documentos, se vê da fundação do Mosteiro de Naxera e foros da

povoação, no ano de 1052: «Igitur com hujus rei voluntate, tum m aedificandae ecclesie constructione, quam iii dotis astipulare donatione», e na doação de Jubera à Igreja de Santo André (1957): «Haec est carta de dote quae dederunt vicinos de Jubera ad S. Andreae» (Collección de Privilegias de ia Corona de Castilla, T. 6, pp. 58 e 61).

VII

DA MORTE DO CONDE HENRIQUE, ETC.

São tantas e tais as dificuldades cronológicas que se oferecem a quem estuda a história dos sucessos da monarquia leonesa desde a morte de Afonso VI até à de seu genro, o conde de Portugal, que chega a perder-se a esperança de as conciliar. Há, todavia, certo número de factos cujas datas precisas, ou quase precisas, se devem tomar como norte para a cronologia, desprezando as circunstâncias secundárias, que conduzem muitas vezes à confusão e à dúvida. Esses factos são os seguintes:

Morte de Afonso VI no último de Junho de 1109. Veja-se Ribeiro, Dissertações Cronológicas, T. 3, P. 1, p. 51.

Casamento de D. Urraca e do rei de Aragão depois da morte de Afonso VI, consequentemente em Julho ou nos seguintes meses do mesmo ano. Concordes neste ponto todos os historiadores contemporâneos, só contraditos pelo arcebispo de Toledo, que viveu posteriormente.

Batalha de Campo de Espina, em Outubro de 1111, a que assistiu como aliado do rei de Aragão o conde Henrique. Concordes os «Anules Complutenses» e «Compostellanos» quanto à data do sucesso, e confirmado este pela narração de Lucas de Tuy.

Esta batalha é posterior à volta do conde Henrique de França, segundo o testamento do anónimo de Sahagún. Existem documentos autênticos da residência do conde em Portugal nos meses de Julho, Agosto, Setembro, Outubro e Dezembro de 1109, e de Março, Julho e Agosto de 1110 (Dissertações Cronológicas, T. 3, P. 1, pp. 53 e ss., e T. 4, P. 1, pp. 55 e as.) O maior intervalo que há neste período em que nos faltem documentos do conde é o de Março a Julho de 1110. Neste espaço de três para quatro meses é inadmissível que ele fosse de Portugal a França, estivesse lá preso, fugisse, vivesse algum tempo em Aragão e tornasse a Portugal. Logo é necessário colocar esses sucessos nos oito a nove meses de Agosto de 1110 a Maio de 1111.

Primeira separação pública de D. Urraca e do rei de Aragão depois de Junho de 1111, como à vista dos documentos diz Flores (Reynas Católicas, T. 1, p. 264),.244 concorde com o «texto» da Historia Compostellana. Foi depois dessa separação que a rainha se ligou com os fidalgos galegos, o que se torna evidente do discurso feito por ela ao conde Fernando (Historia Compostellana, L. 1, c. 64), em que diz que tratou de se divorciar do marido, que assim o fizera («facto discidio») e que o arcebispo de Toledo, por ser adverso ao rei de Aragão, andava expulso por ele da sua sé havia dois anos («archiepiscopum per biennium absentavit»). Desprezando estas claras expressões e esquecendo o que, talvez, pelo mesmo tempo escrevia nas Reynas Catolicas, Flores atrasa os sucessos deste tempo um ano na cronologia que vai tecendo à margem da sua edição da Compostellana.

O recontro de Viadangos, posterior ao divórcio da rainha (como se vê da Compostellana) e, ainda, à batalha de Campo de Espuna, no que são conformes todas as memórias contemporâneas, só podia por isso verificar-se em Novembro ou Dezembro de 1111. Foi depois dele que D. Urraca veio à Galiza (Compostellana, L. 1, c. 69), que convocou os seus barões para durante a Páscoa se ajuntarem em Santiago (portanto em 21 de Abril de 1112, e não em 2 de Abril de 1111, como aponta Flores), e que, depois de dissolvida a assembleia, a rainha marchou com as suas tropas para Astorga. Estas datas, deduzidas da ordem dos factos e de um cálculo aproximado do tempo necessário para eles se passarem, concordam maravilhosamente com os documentos. É o primeiro do Mosteiro de Arlanza, de 23 de Abril de 1112 (Berganza, Antiguedades, T. 2, p. 11), em que, apesar de gasto o pergaminho, ainda se podia ler: «Regnante.... Urraca in regno

patris sui et comite... dric una pariter com eu. Rex Adef... Arag... gherra et bellum in Castella.» É o segundo de 27 de Abril (España Sagrada, T. 22, p. 254), do qual se vê residir a rainha na Galiza: «Ego U. totius Hispaniae regina com filio meo.» É o terceiro de 1 de Maio «feito em Astorga» (Escalona, Historia del Monastenio de Sahagún, Apêndice 3, escrito 143): «Rege Ildefonso com matre.» É o quarto, finalmente, outro do mesmo dia .e lugar (Berganza, T. 2, p. 14) expedido a favor do Mosteiro de Valverde por «D. Urraca e seu filho.» Estes quatro documentos concordam com a narrativa da Compostellana, uma vez que a cronologia de Flores seja substituída pela que nós seguimos.
As palavras «et... comite dric una pariter com eu» do primeiro documento atraíram a atenção de Berganza, que completa a sílaba dric, imaginando que ali se aludia a algum dos dois condes Rodrigo Munhoz ou Rodrigo de Lata; mas é absolutamente insólito ou antes impossível que se dissesse que reinava D. Urraca juntamente com um daqueles dois condes subalternos, que não consta tivessem jamais pretensões de soberania, acrescendo que nos diplomas daquele tempo o nome de «Rodrigo» se escreve sempre Rodericus ou Ruderic. Nós não podemos ver no do. comento senão um engano na leitura da primeira letra desse fragmento de palavra, e que se afigurou a Berganza um d por um a devendo ler-se... nric (Enric, Henric). Em tal pressuposto, aludir-se-ia aí à cessão de uma parte da monarquia feita ao conde de Portugal para o separar do rei de Aragão, promessa revalidada por D. Urraca em Monzón. Desse modo o documento de Arlanza confirmaria a narração do anónimo de Sahagún.
Mas, deixando de parte essa circunstância, venhamos ao que mais importa. Para conciliar a relação da Compostellana com a do monge anónimo é necessário admitir o que nós supusemos no texto; isto é, que os autores daquela crónica se enganaram, aplicando a Carrión o cerco de Penafiel. Nesta jornada acompanhou o conde Henrique a D. Urraca, veio aí D. Teresa, retiraram-se para Palência, e ocorreram sucessivamente os outros acontecimentos referidos na «Crónica de Sahagún» e incluídos na nossa narrativa. Da multiplicidade de incidentes aí relatados se conhece claramente que é necessário espaçar a reconciliação da rainha com seu marido para os últimos meses de.245 1112. É desta reconciliação que fala o anónimo de Sahagún (c. 21 ad unem e c. 23), durante o princípio da qual o conde Henrique e os outros fidalgos puseram cerco a Carrión: é ela, sem dúvida, de que se trata no princípio do c. 80 do L. 1 da Compostellana, capítulo em que se mencionam, evidentemente, não uma, porém duas reconciliações feitas em épocas diversas. Nos fins deste ano foi a rainha enviada enganosamente a Aragão pelo marido, que entretanto se ia apossando de diversos castelos e povoações nos estados de sua mulher (anónimo de Sahagún, c. 24), ao que parece aludirem os cronistas compostelhanos (c. citado ia media): «Quaecumque potuit castella, municipia, fraude sua, reginae abstulit.» A ausência de D. Urraca é confirmada pela falta de diplomas seus nos últimos meses de 1112. O abade de Sahagún, que «neste ano» fora expulso do mosteiro, dirigiu-se a Aragão e pintou-lhe as violências praticadas por Afonso I em Gasteis e em Leão. Resolveu a rainha voltar aos seus estados, o que veio a fazer depois de alguma demora (anónimo de Sahagún, c. 27), e efectivamente achamos diplomas exarados em nome dela e confirmados por seu filho (o que sempre indica ruptura ou, pelo menos, discórdia entre a rainha e o marido) de Janeiro a Agosto de 1113 (Berganza, T. 1, pp. 16 e 454; Escalona, Apêndice 3, escrito 144). Afonso tentou então prendê-la (anónimo de Sahagún, c. 27 ad unem); mas ela já tinha por si um numeroso partido de fidalgos castelhanos e, até, de aragoneses, e as tentativas do marido não tiveram efeito.
Ajuntou-se então a assembleia de Sahagún, em que estiveram habitantes de Burgos, de Naxera, de Carrión, de Leão e alguns nobres «Burguenses, Najarei, Carrionenses, Legionenses, aliique Hispaniae praceres», Compostellana, L. 1, c. 80; «Los burgueses de las dichas villas:

Burgos, Sahagún, Carrión», anónimo de Sahagún, c. 29. O rei demorou por largo tempo a conclusão do negócio («multiplices rationes praetendens, et de crastino in crastinum argumentosis verbis tem diferens», Com posteliana, ibid.). Enfim cedeu; uniu-se com sua mulher e partiram ambos para Astorga. A reconciliação devia ocorrer nos fins de Abril de 1114, porque temos diplomas da rainha «regnante cum filio», desde o princípio do ano até este mês (Berganza, T. 2, p. 17; España Sagrada, T. 36, Apêndice 43, e 1. 38, p. 347). O conde Henrique, que seguia o partido da rainha (documento da España Sagrada, T. 38, p. 348), faleceu por este tempo (anónimo de Sahagún, c. 29 ia media) no 1.0 de Maio («Chronica Gothorum», era 1152), e D. Teresa, que viera a Astorga por morte do marido, facilitou ao aragonês pretextos com a acusação verdadeira ou infundada, contra a irmã, para ele a apartar de si, ficando-lhe cana os estados. Mas, declarando-se nobres e burgueses por D. Urraca, Afonso foi constrangido a vir à assembleia de Sahagún, que não acabara ou se congregara de novo e que pretendia estabelecer a concórdia. O resultado foi não se querer ele submeter às decisões aí tomadas, ser obrigado a retirar-se (Compostellana, L. 1, c. 80 ad unem; anónimo de Sahagún, c. 30), e começar de novo a guerra contra os súbditos de sua mulher. O abade de Sahagún, que «andava fugido havia dois anos» (anónimo, ibid.) foi restituído ao seu mosteiro pela rainha.

Mencionamos esta última circunstância, porque ela é importantíssima para estabelecer a cronologia do anónimo de Sahagún, o qual nem uma só data aponta em todo o processo desta parte da sua narrativa. Tendo sido nomeado o abade D. Domingos no princípio de 1111 (Escalona, Historia del Monastenio de Sahagún, p. 94) e expulso durante o de 1112, fazia exactamente dois anos em 1114 que andava foragido. Eis como tudo conspira em favor do sistema cronológico adoptado por nos.

Este sistema torna necessário o colocar a morte do conde Henrique em 1114, contra a opinião seguida pelos nossos principais escritores modernos e, entre eles, por J. P. Ribeiro, o homem a quem Portugal deve os progressos principais da ciência histórica..246 Dedicou este uma dissertação especial (Dissertações Cronológicas, T. 1, Dissertação IV) a provar que o conde falecera por Maio de 1112. Foi o peso que deve ter o voto de tão eminente sujeito que nos obrigou a deduzir da combinação da Historia Compostellana, do anónimo de Sahagún, dos documentos espanhóis daquela época e do cálculo aproximado do tempo necessário para se verificarem os factos então ocorridos as provas da opinião que seguimos. Resta unicamente examinar, nas mais breves palavras possíveis, os fundamentos da dissertação do nosso grande diplomático.

Começamos por pospor o argumento deduzido de figurar ou não figurar o conde nos documentos de 1112 a 1114. Vimos que ele, quase desde a morte do sogro, andou envolvido nas guerras civis que assolaram a Espanha cristã. É fácil de crer que, preocupado dos seus ambiciosos desígnios e esperançado de reinar numa grande parte da monarquia leonesa, não se ocupasse demasiado com os negócios da pequena pro-víncia de Portugal. No meio das revoltas e lutas em que interveio, das suas mudanças de bando e das dificuldades de comunicação que são fáceis de supor para quem conhece a barbaria e rudeza daqueles tempos, não nos parece conjectura arriscada de mais imaginar que D. Teresa suprisse por autoridade própria ou por consentimento dele a falta do marido, que até, por vezes, ela ignoraria se era morto ou vivo. Assim, não só se anulará a prova da morte do conde em 1112, tirada da menção exclusiva de D. Teresa nos diplomas posteriores àquele ano e anteriores ao de 1114, mas salvar-se-á também, por esta parte, a genuinidade dos documentos de 4 das calendas de Novembro da era de 1148 (1110) e 8 dos idas de Abril da de 1150 (1112) (Dissertações Cronológicas, T. 3, P. 1, n.os 160 e 166), bem como a do documento do T. 38, p. 347, da España Sagrada, que deu origem a uma viva disputa entre J. P. Ribeiro e o continuador de Flores, o P. Risco.

Removida esta dúvida, nada resta que se oponha ou pareça opor-se à data que estabelecemos (concordes com o testemunho preciso da única crónica contemporânea e

portuguesa que fala do sucesso, a dos Gados, a qual põe a morte do conde no 1.0 de Maio de 1114) senão dois documentos e os obituários do Mosteiro de- Santa Cruz de Coimbra e de Moreira. Dos dois documentos o primeiro é uma doação a Gonçalo Gonçalves, de 11 das calendas de Junho da era 1150 («Documento de Pedroso», no Cartório da Fazenda da Universidade), feita pela infanta D. Teresa, aparecendo entre os confirmantes «post morte de illo comes Henricus, Petrus Gundisalvis confirmo, et tenebat ipsa civitas S. Maria». Esta fórmula de confirmação é singular, não sendo fácil encontrar outra semelhante em que se aluda à morte do imperante que deixou de existir. Admitindo, porém, o diploma como genuíno, pode supor-se a confirmação posterior, ou antes, segundo nos parece, compre que assim o pensemos, aliás fica inútil a declaração do confirmante, que, nas palavras «post morte de illo comes Henricus» evidentemente quis marcar uma época diversa daquela em que fora exarado o diploma, isto é, uma época incerta, posterior a 1112 de muitos ou de poucos anos. O segundo documento é a carta de couto do Mosteiro de Pombeiro, datada do 1.0 de Agosto de 1112 (era 1150), em que D. Teresa diz que faz aquela mercê «pro anima de viro meo ille comes Henricus». Este documento já não existe senão incluído numa confirmação régia de 1711 e numa cópia «cheia de conhecidos erros», diz J. P. Ribeiro, tirada pelo célebre falsário Lousada. Se algum fundamento se deva fazer sobre tal diploma contra provas ternainantes em contrário, o leitor decidirá.

Dos dois obituários, o de Santa Cruz de Coimbra diz: «1112 cal. Novembris obiit comes Henricus, et uxor ejus D. Tharasia» e o de Moreira: «Cal. Novembris Portugal, Comes Henricus 1112, et uxor ejus regina D. Tharasia 1130.» Ambos eles erram certamente a data do mês quanto ao óbito do conde, e o primeiro a do ano quanto ao óbito de D. Teresa, e por isso podiam igualmente errar o ano da morte de Henrique. O.247 que não tem dúvida é que estas verbas foram escritas naqueles necrológios muitos anos depois do falecimento do conde, isto é, pelo menos depois de 1130, época em que D. Teresa deixou de viver. O menor peso que devem ter tais necrológios quando há outras provas em contrário já o ponderou o mesmo Ribeiro (Dissertações Cronológicas, T. 1, p. 153, nota 6). O fim deles não era histórico; era assinalar o dia do ano em que se deviam fazer os aniversários ou sufrágios pelos fundadores ou benfeitores dos mosteiros.

Em último lugar advertimos que no Arquivo Nacional (Gav. 15, Maço 13, nº 9) se conserva o foral de Talavares dado em Março de 1114 (era 1152) pelo conde Henrique e sua mulher, «regnantes in Portugal et «in Stremadura, Colimbria, Visou et Sena». J. P. Ribeiro condenou este documento, que se opunha à sua opinião, por dois fundamentos (Dissertações Cronológicas, T. 4, P. 1, p. 157): o primeiro é a expressão regnantes não usada nos diplomas do conde: o segundo é ser escrito em letra francesa pura, «que ainda não era usada». Quanto ao primeiro a solução da dificuldade é fácil, se atendermos às pretensões do conde e à palavra «Stremadura», que era então justamente a província em que está Zamora, a qual vimos ficar-lhe pertencendo na divisão feita com D. Urraca. Quanto ao segundo, o próprio J. P. Ribeiro responde a si mesmo na tabela a páginas 114 do volume em que impugna a genuinidade do foral de Talavares. Aí apresenta o uso da letra francesa pura como começando desde a era de 1145.

Apesar de todos os esforços que o autor das Dissertações Cronológicas fez para firmar solidamente a data da morte do conde em Maio de 1112, ele próprio mostra que não estava de todo convencido da força dos seus argumentos, concluindo a dissertação especial que dedicou a este objecto pelas seguintes palavras: «Sem estranhar que, rejeitada a minha conciliação do Cronicon Lusitana, leve alguém a sua morte (do conde) ao 1º de Maio da era de 1152.» À vista dó que temos ponderado, estas expressões acabam de nos absolver.

VIII

HUGO, BISPO DO PORTO

A opinião seguida pelos modernos, e nomeadamente por J. P. Ribeiro

(Dissertações Cronológicas, T. 1, p. 153, e T. 5, p. 179), é que a sagração de Hugo, bispo do Porto, foi feita em 1113. Assenta esta opinião sobre a errada cronologia que Flores deu aos sucessos narrados na Historia Compostellana, erro que já se mostrou na antecedente nota, e que servirá de comprovar melhor. Estava o erudito autor da España Sagrada tão preocupado do sistema que adoptara, que, tratando (Vol. 21 da España Sagrada, pp. 56 e ss.) do pontificado de Hugo, deduz a cronologia deste sucesso de documentos que só tornam possível aquela sagração em 1114 e que, portanto, vem plenamente confirmar a que nós seguimos.

Três documentos nos restam, nos quais, figurando Hugo, se alude ao ano do seu pontificado, que se deve contar da época da sua sagração, sem que seja necessário disputar sobre a época da eleição. Destes documentos é o primeiro a doação do Mosteiro de Crestuma (Cunha, Catálogo dos Bispos do Parto, P. 2, c. 1), feita na era de 1156, no quinto ano do pontificado de Hugo; é o segundo a doação do burgo do Porto a 14 das calendas de Maio da era 1158 (18 de Abril de 1120), no sexto ano do pontificado (Cunha, ibid.; é o terceiro a doação da Igreja de São Frausto, a 3 das nonas de Outubro da cai 1165 (5 de Outubro de 1127), no décimo quarto ano do pontificado (Censual da Sé do Parto, f. 48 v..

Segundo o «texto» da Compostellana, Hugo foi sagrado em Lerez pelo arcebispo.248 de Braga, Maurício, numa dominga da paixão: no dia seguinte partiu para Santiago com Gelmires: depois disto, chegando o dia da anunciação (25 de Março), celebrou a missa solene no altar do apóstolo: «Post haec, quia erat festivitas Annuntiationis... D. Hugo... super ejusdem apostou altari missam celebravit.» Temos pois a data do mês da sagração de Hugo: falta-nos a do ano e do dia. Achada a primeira, está achada a segunda. Flores, levado pela falsa cronologia que adoptara, atribui o sucesso ao ano de 1113 (España Sagrada, T. 21, Trat. 60, c. 5, parágrafos 10, 16, 26 e ss. e 34), e confirma-o com os três documentos acima. Irreflexivamente J. P. Ribeiro aceita a mesma data (Dissertações Cronológicas, T. 1, pp. 149 e ss., T. 5, p. 179), apesar das dificuldades que esta opinião encerra e que ele próprio sentiria, se não estivesse alucinado pelas ponderações de Flores.

O grande argumento, tanto do autor da España Sagrada como de Ribeiro, é deduzido de ter Hugo celebrado a sua primeira missa a 25 de Março, «dois dias» depois da sagração feita na dominga da paixão; porque sendo em 1113 a Páscoa a 6 de Abril, veio aquela dominga a cair em 23 de Março, exactamente dois dias antes da anunciação (25 de Março), o que se não verifica em nenhum dos anos antecedentes ou subsequentes.

Se as premissas deste argumento fossem exactas, nada haveria a replicar; mas onde acharam os dois ilustres cronólogos que tinham mediado «dois dias» entre a sagração de Hugo e a sua missa solene na festa da anunciação? Onde leram eles na historia Compostellana que decorrera esse período? Mencionando a entrada de D. Hugo em Santiago no dia imediato à sagração, só aí se diz que «depois disto» fora a sua missa solene: post haec, palavras que nunca significaram «dois dias depois». A narrativa, portanto, da Compostellana pode aplicar-se do mesmo modo ao ano de 1114, em que a Páscoa foi a 29 de Março e, por consequência, o dia 25 posterior à dominga da paixão.

Agora venhamos aos documentos. O primeiro não tem data de mês e podia por isso ser exarado por todo o decurso de 1118. Supondo connosco falsa a cronologia de Flores e substituído o ano de 1114 ao de 1113 para a sagração de Hugo, celebrada em Março, contar-se-ia o ano quinto do seu pontificado desde este mês em diante no ano de 1118, sendo necessário supô-lo exarado em Janeiro ou Fevereiro ou Março para ele fundamentar a data de 1113; mas que ele seja desses três meses e não dos nove últimos é o que falta provar.

Quanto ao segundo documento, passado a «18 de Abril de 1120», no sexto ano do pontificado, diz Flores que se deve ler «ano» sétimo. Aceitamos a correcção, porque é indispensável. Mas é aceitando-a que justamente se prova ser a sagração do bispo do

Porto em 1114; porque em Abril de 1120 contar-se-ia já o «ano» oitavo, se o sucesso tivesse caído em 1113.
O terceiro documento, extraído do Censual da Sé do Porto, é datado de 3 das nonas de Outubro do ano da encarnação de 1127, era 1165, e décimo quarto do pontificado. Este correu de Março de 1127 a Março de 1128, logo em Outubro de 1127 só podia ser o décimo quarto, havendo-se feito a sagração em 1114.
Resta-nos advertir que, caindo neste ano o dia 25 de Março em Quarta-Feira de Trevas, a festividade da anunciação devia ser transferida para depois da Páscoa. Não marcando, porém, o texto da Compostellana o dia do mês em que o novo bispo celebrou a primeira missa, mas só o da festividade, tal circunstância em nada destrói a conclusão que tirámos dos documentos, conclusão de pouca importância pela natureza do objecto, todavia de grande monta por ser mais um meio para se conhecer o erro de um ano em que labora a cronologia de Flores na sua edição da Compostellana.
IX.249
SUPOSTA INVASÃO DOS SARRACENOS EM 1120
Na História dos Soberanos Maometanas, por Abdel-Halim (Assaleh, versão de Moura, p. 181) diz-se que Ali, sabendo das correrias do rei de Aragão feitas no ano da hégira 513 (1119), passara à Espanha para a pôr em sossego e assegurar as fronteiras, e depois de chegar a Córdova partira para Lisboa, a qual tomou de assalto, e daí saíra a assolar o país ocidental. Os escritores seguidas por Conde (Dominio de los Arabes, P. 3, c. 25 ad finem) referem o mesmo, com a diferença de fixarem precisamente a passagem do amir em 1120 e de darem o nome de Medina Sanábria, e não de Lisboa, à cidade dó Gharb que dizem ter ele tomado. Como notámos no texto, o silêncio absoluto de monumentos cristãos acerca desta entrada de Ali em Portugal torna suspeita a relação árabe. Mas o que a invalida inteiramente é o testemunho do próprio Abdel-Halim, dos historiadores compilados por J. Conde e do autor do Kamel el Tewarikh (tradução de Reynaud, em Romey, Histoire d’Espagne, T. 6, pp. 4 e ss.). Por eles vemos que Ali residia em Marrocos quando o Mahadi começou a pregar as suas doutrinas naquela cidade, em 1120. Acresce que a suposta passagem do amir a Espanha teve por incentivo, segundo Abdel-Halim e Conde, as assolações e conquistas do rei de Aragão. Todavia, chegado à Espanha, Ali, em vez de repelir os aragoneses, marcha em direcção oposta para o ocidente, e toma Lisboa (Conde leu Sanabria), que não consta estivesse rebelada ou em poder de cristãos. Sobre as vitórias e conquistas de Afonso I vejam-se Orderico Vital (España Sagrada, T. 10, pp. 580 e ss.), «Anales Compostellanos» ad annorum 1118 (España Sagrada, T. 23, p. 320) e Conde (P. 3, c. 25 ad finem), que colocam a batalha de Cotanda no mês de rabieh primeiro da hégira 514 (Julho de 1120), posto que os «Anales Toledanos» lhe atribuam a data de 1121. Quanto às tréguas entre D. Urraca e o conde Pedro de Trava e à guerra contra Aragão, consulte-se a Historia Compostellana, L. 1, c. 113 e 117.
X
TRATADO ENTRE D. TERESA E D. URRACA
Este tratado acha-se transcrito no Liber Fidei da Sé de Braga, donde o extraiu Brandão (Monarquia Lusitana, L. 8, c. 14). Apesar do respeito que consagramos ao talento e ciência de Brandão, vimo-nos obrigados a afastar-nos algum tanto da inteligência que ele dá àquele documento escrito numa linguagem horrivelmente bárbara. A passagem «et que sic honor que la regina da ad germana quomodo et altera que illa tenet» não pode ter, quanto a nós, interpretação diferente da que lhe demos no texto. Honor, como noutra parte se verá, significava multas vezes nos princípios do século XII o distrito ou território regido por um senhor subalterno dependente do rei ou de outro nobre de quem o recebera; isto é, vinha a ser o mesmo que em épocas pouco posteriores (nas quais a significação de honor se achava em geral mais restrita), a terra ou tenência do rico-homem: tenere era o vocábulo correlativo, que indicava ser o domínio da dependência do rei: tenens era o que possuía por esse modo. Isto nos parece

mostrar com evidência a relação mútua em que as duas irmãs se consideravam. O título de «infanta» dado constantemente a D. Teresa neste acto importante, em contraposição ao de «rainha» atribuído a D. Urraca, nos vem confirmar na opinião de que, tanto pelas terras que recebia, como (quomodo) pelas que já tinha, D. Teresa revalidava explicitamente o que de modo indirecto reconhecera no Concílio de Oviedo em 1115. Assim entende-se perfeitamente como, depois dos sucessos de 1121, D. Teresa continua.250 a dominar em Tui e em Orense, de que aliás devera ter sido desapossada.
Um escritor recente (S. Luís, nas Memórias da Academia, T. 13, P. 1) pretende determinar a data deste tratado como feito depois da volta de D. Urraca para a Galiza e da intentada batalha entre ela e seu filho ajudado por Gelmires, batalha que não chegou a dar-se por se fazer a paz em que entrou o arcebispo. Esta opinião parece-nos menos provável: primeiro, porque, se pelo contrário, o atribuímos à ocasião em que o exército de D. Urraca estava junto de Lanhoso, acha-se a possibilidade de um facto, aliás inexplicável; isto é, de D. Teresa saber pelos íntimos conselheiros de D. Urraca não só a intentada prisão de Gelmires, mas também o modo por que ela se havia de fazer: «Quia intimi qui hujus consilio interfuerunt facinoris, ipsi mihi ejus enucleaverunt modum captionis»; segundo, porque a passagem do tratado acima transcrito rios explica porque D. Teresa, em Fevereiro do ano seguinte, estava senhora de Orense e, ainda em 1125, de Tui. Sem ele, como crer que, retirando-se D. Urraca para a Galiza, tornasse a fazer presente de Tui e Orense a sua irmã, a quem as tirara, reduzindo-a, além disso, ao último apuro e deixando-lhe devastados os seus antigos domínios? Pela letra, porém, do convénio, D. Teresa devia ficar possuindo o que tinha tido até à data dele, e, afora isso, as cidades e territórios especificados no diploma, com a natureza comum a esses domínios de «tenências» (honor... tenet). Nem se diga que D. Teresa houvera de novo aquelas terras pela sonhada aliança de 1122; porque nesse caso o tratado devera especificá-las como especifica as outras. Acresce que a reconciliação da rainha com o arcebispo e com o filho foi feita nos fins de Dezembro de 1121 (Historia Compostellana, L. 2, c. 49, parágrafo 3) e durou, pelo menos, até Março de 1122 (ibid., c. 52). Nenhum motivo havia, pois, para um convénio em que, sem necessidade, se liberalizava a D. Teresa um novo senhorio quase tão extenso como metade de Portugal. Isto seria em D. Urraca uma generosidade não só inexplicável, mas, até, absurda: e, repetimo-lo, sem um convénio entre as duas irmãs fica impossível a conservação de Orense em poder de D. Teresa. Porém, ela, como o próprio escritor a que aludimos notou, dominava aí em Fevereiro de 1122. Para ser, pois, admissível a sua opinião, apesar destas dificuldades, era necessário que ele se valesse de um texto preciso e claro que a abonasse, e não de conjecturas voluntárias, escusadas logo que se coloque o tratado na sua única data possível.
A consequência que deste documento tirou Brandão e quantos cegamente o seguiram acerca da independência da soberania de D. Teresa é quase abaixo da crítica. Desejaríamos que nos dissessem porque ela, intitulando-se já por esse tempo nos documentos de Portugal regina, neste diploma se chama constantemente «infanta»? Desejaríamos igualmente saber se dos plácitos feitos por D. Urraca a Gelmires que se lêem nos capítulos 49 e 59, parágrafo 2, do L. 2 da Historia Compastellana deduzem a soberania do arcebispo. Estes diplomas, que contêm matéria igual à do tratado com D. Teresa, são semelhantes, até na frase, salva a menor barbaridade da língua, e encerram, além disso, provisões de maior independência, como é a isenção de ir o prelado à cúria e expedições reais, sinal característico da quebra de sujeição (como se vê do L. 7, c. 5 de Rodrigo Ximenes), faltando-lhe também a declaração de que os castelos que lhe restitui sejam «honras e tenências».
Damos aqui uma cópia do tratado, apesar de impresso na Monarquia Lusitana, não só pela sua importância, como também porque a cópia de Brandão é inexacta e falha em coisas essenciais. A nossa é feita pelo Sr. Esmeriz, de ordem do Excelentíssimo Governador Civil do Distrito de Braga, João Elias da Costa Faria e

Silva, cuja urbanidade poderia servir de modelo a muitos. As abreviaturas em que abunda o documento, e que aumentam as dificuldades de leitura do barbaríssimo latim em que está escrito, são desenvolvidas por nós. O digno paleógrafo judiciosamente as.251 lançou ou antes pintou no seu traslado:

RUBRICA

Juramentum et convenientie que fecit Regina doma hurraca germane sue infante domne terasie

TEXTO EM TINTA PRETA

Hec est juramentum et convenimentum quod facit regina domna borracha ad sua germana infanta
domna tarasía, que li sedeat arnica per fed sine mala engano quomodo bona gerrnana ad bona germana. et
que riam faciat morte de suo corpo nec prtsione nec conssliet pra (ou per) lacete, et si lo consiliado tenet
que lo disfaciat. et da la regina ad sua germana zamora cum suas directos. Exima com suas directos.
Salamanca et ripa de torme cum suo directo. avila com suas directos. arevalo com suos directos Conka
cum suas directos Olmedo com suas directos. portelo cum suas directos. manias e tudiela. et medina de
zofrangá cum suas directos. tauro com suas directos. et torre com suas directos. medina pausada com suas
directos. Senabria et ripeira et valdaria et baronzeli com suas directos. talaveira et kouria com suas
directos. Setmancas. et rnorales que stan pra ad iudicio de egas gondesindiz et geda menendiz et ei can
(conde)? domno mania com fernando iohanis et exemana lupys que si poturint avenire que sed. et si riam
mittant sortes quales iurent et quos iurarent levent illam. et que sic ista honor que la regina da ad germana
quomodo et altera que illa tenet qu li a adiuvet ad amparar et defender contra mauros e christianos par fé
sine mala engano. et herma et populata quomodo bona germana ad bona germana, et que riam coliat sua
vassala com sua honore aut aleivosa que naiuerit ex conduzer com iuditio directo et si illa regina isto nan
attenderit que des illo die que li demandar la infante ad X dies se rna noluerit intregare que nas sedeamus
soltas et vos periuratas ex tan’ (tantum?) quantum la infante voluerit adtender adenante.

XI

NASCIMENTO DE AFONSO HENRIQUES

A data verdadeira do nascimento de Afonso I é ainda hoje disputada. A «Chronica Gothorum», contradizendo-se a si própria, assina-lhe duas diversas-a de 1111 e a de 1113. A relação da tornada de Lisboa no cartório de São Vicente de Fora (hoje no Arquivo Nacional) fá-lo nascido em 1107; mas este documento tem contra si o ser escrita quase um século depois do facto. A relação da tomada de Santarém (Monarquia Lusitana, P. 3, Apêndice), cuja fé para alguém é duvidosa, estabelece-lhe a data de 1110. O Livro das Linhagens, atribuído ao conde D. Pedro, parece concordar nisso mesma; mas o Livro das Linhagens, como hoje existe, é abra de muitas mãos e de diversos tempos, sem que seja fácil discriminar o que é do conde ou posterior a ele, e, portanto, pouquíssima autoridade histórica pode ter. O Livro da Noa de Santa Cruz de Coimbra coloca o nascimento de Afonso Henriques em 1106, e com ele concorda uma nota posta num antigo manuscrito de Alcobaça. Um breviário do mesmo mosteiro,

citado também por Brandão e cuja data ignoramos, põe este sucesso em 1109.
No meio de tanta incerteza preferimos o testemunho da «Chronica Gothorum» por ser a que unicamente reputamos contemporânea. Entretanto, é também necessário remover a contradição que aí se encontra, referindo o sucesso numa parte ao ano de 1113 (era 1151) e em duas ao de 1111. Eis as respectivas passagens: «Era 1151. Natos fuit infans Alfonsus...»; «Era 1163. Infans D. Alfonsus... habens aetatis amas fere quatordecim»; no códice que foi de André de Resende e no de Alcobaça: «Era 1163. Infans D. Alfonsus aetatis amo quatordecim»; «Era 1166... martuo patre... com adhuc ipse puer esset duorum vel trium annorum.» Esta última passagem, admitida a nossa opinião sobre o ano da morte do conde em 1114, concorda com a outra em que se afirma ter Afonso catorze anos em 1125. Não só por concordarem, mas até por ser mais fácil introduzir-se um erro nos algarismos à margem do códice do que nas.252 palavras do texto, é que se deve preferir a data de 1111.
Dizemos de 1111, posto que o autor da «Chronica Gothorum» hesite entre este ano e o de 1112 (eduorum vel trium annorum»), parque esse ano se aproxima mais das datas das outras memórias e porque, desde os últimos meses de 1110 até os princípios de 1112, o conde Henrique andou por França, Aragão e Castela, quase sempre ausente de sua mulher. Acresce a isto que no Pentecostes de 1125 tinha o infante catorze anos completos, porque o «fere» que se lê no exemplar da «Chronica Gathonim» que pertenceu a André de Resende fala nos de Santa Cruz e Alcobaça, e noutra parte nós exporemos as nossas ideias acerca da preferência que merece a lição destes dois códices à dessoutro, que nos parece adicionado.

XII

FAÇANHA DE EGAS MONIZ

A tradição do feito heróico de Egas Moniz era conhecida nos princípios do século XIV, antiguidade a que, pelo menos, remonta o «Livra Velho das Linhagens». Aí se diz (História Genealógica, provas, T. 1, p. 171) que «D. Egas Moniz de Riba do Douro criou elrey D. Affonso de Portugal, o primeiro que hi ouve, e fege erguer o emperador que jazia sobre Guimarães com campanha e guisa de lealdade, e fez senhor do reino o criado (aluna) apesar de sa madre». Na ordem e particularidades desta breve memória há uma certa aparência de verdade que cumpre não desconhecer. Quanto à ordem dos sucessos, a - autor do «Livro Velho» declara em primeiro lugar que Egas Moniz criara o infante, fizera levantar o cerco de Guimarães por um feita de lealdade, e só depois alude à revolução de 1128 como facto posterior, o que concorda com a opinião que seguimos e cujas fundamentos mostraremos abaixo. A tradição de ter ele criado Afonso Henriques abona-se com a inquirição do tempo de D. Dinis citada já par Brandão (Monarquia Lusitana, P. 3, L. 8, c. 27).
Existe no mosteiro que foi de beneditinos de Paço de Sousa o sepulcro de Egas Moniz, lavrado de figuras toscas, que se pretende sejam alusivas à sua viagem à corte de Leão. Por esse monumento se intentou demonstrar a certeza do sucesso em uma extensa «Memória» publicada no volume XI das da Academia de Lisboa. Provou-se aí pelo arquivo do mosteiro, pelas crónicas e pela inscrição do túmulo que o monumento era do tempo em que faleceu Egas Moniz. Dessa «Memória», porém, e do que se refere na Beneditina Lusitana acerca daquele monumento parece deduzir-se que o relevo antiga que representava a parte superior do corpo de Egas Moniz já não existe, o que tornaria de nenhum valor o túmulo como prova do facto histórico. Entretanto, unia nota subministrada pelo Sr. Velho Barbosa, escritor bem conhecido e testemunha acima de toda a excepção pelas suas luzes e critério, nos tira de dúvida a semelhante respeito. Como antigo monge beneditino, o Sr. Velho Barbosa teve ocasião de estudar atentamente aquele monumento. Segundo ele afirma, na pedra do túmulo existe ainda o relevo primitivo da corda pendurada ao pescoço do cavaleiro, tendo-se quebrado só a porção do vulto acima da barba, porque só esta porção ressaltava da pedra. Assim fica suficientemente confirmada a tradição popular acerca da façanha de D. Egas.

Venhamos, porém, ao objecto principal desta nota, que é estabelecer nos documentos os sucessos que atribuímos ao ano de 1127, servindo eles ao mesmo tempo de ilustrar o que dizemos relativamente ao ano de 1128.

Temos dois documentos que, combinadas um com o outro, provam que o infante esteve cercado em Guimarães por seu primo. É a primeiro uma doação a Mcm Fernandes, datada de Maio de 1129, em que se declara ser feita aquela mercê «pra.253 servitia quod mihi fecisti in obsidione Vimarenhensi adversos Regem Alfansum meum consanguineum una cum Suaria Menendi, dictus Grossos, et com aliis de suo genere» (Monarquia Lusitana, P. 3, L. 9, c. 19). É o segundo o foral, ou antes confirmação do foral de Guimarães pelo infante, datado de 5 das calendas de Maia de 1166 (27 Abril de 1128), em cujo preâmbulo se diz: «Vos fecistis honorem et cabum super me, et fecisti mihi serviciutn bonum et fidele» e no fim: «Et de illas hereditates de lias burgueses qui mecum sustinuerunt male et pena in Vimaranes nunquam donent fossadeiras» (Arquivo Nacional, Maça 12 de Forais Antigos, nº 3, 1. 51 v., e Gav. 15, Maço 3, nº 8). À vista destes dois documentos, ou se hão-de supor dois cercos de Guimarães ou se há-de admitir que esse a que se alude na doação a Mem Fernandes é o mesmo que se menciona no foral daquela vila. Nesta hipótese é certa que ele teria precedido a mês de Abril de 1128. A narrativa dos nossos cronistas e historiadores é que Afonso VII cercou o infante, vindo em auxílio de D. Teresa; mas a batalha do Campo de São Mamede, depois da qual tinha lugar o socorro, deu-se em Julho deste ano: logo não podia tal cerco ser anterior a 27 de Abril. Na hipótese contrária, a de dois assédios, qual foi o motivo do primeira e por quem pasta? É certo que na primeira doação de Soure aos templários (Carta de Tomar no Arquivo Nacional), feita por D. Teresa e pelo conde Fernando, a 14 das calendas de Abril de 1116 (19 de Março de 1128), diz-se, depois da data: «Qui presentes fuerunt: Aldefonsus legionensis rex, etc.», e alguém poderia supor que já então a infante andaria levantado e que o rei leonês teria vinda a Portugal nessa conjuntura em socorro de sua tia, verificando-se então o assédio de Guimarães; mas obsta um documento de 2 das calendas de Abril (31 de Março), em que Afonso Henriques aparece confirmando um diploma de D. Teresa, o que prova não ter ainda rebentado a revolução de 1128 (Dissertações Cronológicas, T. 3, P. 1, p. 90, nº 264): além de que a presença de Afonso VII ao exarar-se o diploma, quanto a nós, o que mostra é que D. Teresa se achava na corte do sobrinho: porque nesse tempo andava o rei leonês entretido com as negócios que narra a sua crónica (Chronica Adefonsi Imperatoris, L. 1, c. 4 e 5), não embargando a doação de D. Teresa a Garcia Garcez (Monarquia Lusitana, L. 9, c. 2) feita doze dias depois, porque nem sabemos ande residia por essa época Afonso VII, se perto se longe das fronteiras portuguesas, nem o lugar em que a dita doação foi exarada. Durante os meses antecedentes, posteriores a Julho de 1127, também não podia ser este cerco: porque não consta que Afonso VII tornasse a Portugal depois da invasão daquele ano que referimos no texto, nem podia vir, havendo o rei de Aragão no mês de Julho entrado em Castela para reforçar as praças que ali possuía, e começando o de Leão a chamar tropas de todas as províncias com que formou um grande exército, para lhe opor, seguindo-se daqui os sucessos referidos na crónica latina, sucessos que ela liga imediatamente com o casamento de Afonso VII em Novembro de 1128.

Assim, é indispensável que o sítio a que evidentemente alude o foral de Guimarães fosse posto antes de Julho de 1127, a que coincide com a invasão dessa Primavera, relatada na Historia Compostellana.

É forçoso, igualmente, que a doação a Mem Fernandes se refira a esse mesmo facto. Sendo ela datada de Maia de 1129, e dada a batalha de São Mamede em Julho do ano antecedente, segue-se que nos nove meses intermédios se deveria ter verificado a entrada de Afonso VII a socorrer D. Teresa e o conde Fernando, se as coisas passassem conforme imaginaram os nossos historiadores. Ora, em Novembro de 1128 casou Afonso VII em Saldanha com a filha de Raimundo, conde de Barcelona, a qual

conduziria da sua pátria par mar «duxit uxorem per mate» (Chronica Adefonsi Imperatoris, L. 1, c. 5). Cama, portanto, conceber que depois de 25 de Julho chegasse a Afonso VII a notícia da vitória do infante; que ajuntasse tropas; que marchasse para.254 Portugal; que pusesse sítio a Guimarães; que o levantasse em consequência das condições oferecidas por Egas Moniz; que marchasse com o seu exército para Leão ou para Castela; que fosse a um porto de mar, preparasse um ou mais navios e rodeasse toda a costa de Espanha do mar do Norte até ao Mediterrâneo, porque não tinha porta algum neste mar; que voltasse pelo mesmo caminho e que em Novembro estivesse em Saldanha, celebrando o seu casamento com D. Berenguela? É impossível. Separar-se-ia acaso lago da sua mulher para vir fazer guerra a Portugal por uma causa alheia e no rigor do Inverno? Fora preciso algum testemunho contemporâneo para que o acreditássemos; mas o silêncio dos documentas e crónicas é completa a semelhante respeito. Na mês de Fevereiro de 1129, convocou ele cortes em Palência e ali residia em 25 de Março, partindo depois disso para Carrión (Historia Compostellana, L. 3, c. 8, parágrafos 5 e 6). Vê-se, pois, a impossibilidade de haver desde então até Maia um assédio pasta a Guimarães por Afonso VII, para já neste mês a infante recompensar as que, durante ele, o tinham ali servido.

Sendo, portanto, insustentáveis as duas hipóteses que ocorrem para salvar a narrativa dos nossos historiadores à vista dos documentos, segue-se a necessidade de as substituir pela que adoptámos no texto. Assim, não só a foral de Guimarães e a doação a Mem Fernandes se ajudam e explicam mutuamente, mas também a tradição do feito heróico de Egas Moniz adquire maior grau de certeza. Governando ainda Portugal D. Teresa na época da invasão, o rei leonês não podia exigir de Afonso Henriques senão uma promessa de sujeição futura, ao passo que (conforme a inteligência literal da Historia Compostellana) obrigou logo sua tia, cama devia naturalmente obrigar, a submeter-se. Nesse caso a ida de Egas Moniz a Castela seria no ano seguinte, quando, apossado o infante da poder, deixou de cumprir as convenções juradas.

Não é gratuita a nossa opinião de que já em 1127 o infante começara a sacudir a jugo de sua mãe e que, tendo-se depois congraçado com ela por algum tempo, a revolução rebentou, não pela primeira vez, mas só com mais força, na Primavera de 1128. Um documento sobre cuja autenticidade não temos dúvida nos leva a assim o acreditar. É ele a carta de couto de S. Vicente de Fragoso no julgado de Neiva, dado pelo infante a 4 de Dezembro de 1127 (2 das nonas de Dezembro de 1165) que se acha conforme na data de dia, mês e ano, em dois registos autênticos do Arquivo da Torre do Tombo (Livro de Doações de Afonso III, L. 1, f. 119 v.; Livro de Inquirições de Afonso III, L. 9, f. 63). Há nele a circunstância de figurar entre os confirmantes Ermígio Moniz, o célebre conde ou senhor da terra da Feira e o personagem talvez mais influente na revolução do ano seguinte. Figura aí igualmente Egas Mendes, conde do distrito de Neiva, e o governador ou alcaide do castelo deste nome. Não é semelhante particularidade notável, se nos lembrarmos que a tradição da Idade Média, conservada pelas crónicas mais antigas, é que o infante antes da batalha do Campo de São Mamede, já andava levantado contra D. Teresa e que lhe tinha «furtado» dois castelos, os de Neiva e da Feira? Não é também notável que na doação de Mem Fernandes se diga que os principais defensores de Guimarães tinham sido Soeiro Mendes da Maia e outros da sua família, que eram acérrimos parciais de Afonso Henriques, que tanta parte parece terem tido nos sucessos de 1128 e que tão grandes serviços depois fizeram ao infante? Tendo nós mostrado que o assédio daquela vila só podia acontecer na ocasião da entrada de Afonso VII em 1127, porque estavam aí os cavaleiros da Maia, nenhum dos quais, que nós saibamos, governava aquela povoação e que tinham o seu solar em diverso distrito? Todas estas considerações reforçam o que dissemos, fundados na carta de São Vicente de Fragaso.

É verdade que J. P. Ribeiro duvidou da genuinidade deste documento. Mas porque duvidou ele? Unicamente parque se opunha às ideias históricas recebidas. Mais de uma.255

vez assim procedeu parque o seu fim não era escrever a história, mas ajuntar sólidos materiais para ela, e por isso recebia às vezes como indisputáveis factos que nada menos são que certos. Desconto é este que se deve fazer nos seus gravíssimos escritos, que aliás respeitamos como de mestre e sem cujo auxílio não fora possível dar passa na história dos primórdios da monarquia.

XIII

REVOLUÇÃO DE 1128

As primeiras doações de Soure aos templários, feitas em Março e Abril de 1128, são confirmadas pelo conde Fernando e por Afonso VII de Leão (Dissertações Cronológicas, T. 3, P. 1, n.os 262 e 263, e Elucidário, T. 1, pp. 321 e 322), o que indica, segundo já notámos, a estada de D. Teresa na corte do rei seu sobrinho, ao qual poucos meses antes fora abrigada a submeter-se. A doação a Garcia Garcez, feita em 31 de Março, é o última diploma da rainha em que intervém Afonso Henriques (Monarquia Lusitana, L. 9, c. 2). Desde então, aparecem documentos simultâneos da mãe e do filho, em que ela parece exercer autoridade ao sul do Doura, e ele ao norte (Dissertações Cronológicas, T. 3, P. 1, do nº 265 a 268). O Primeira diploma do infante é o foral de Guimarães já citado na nota antecedente; o segundo é a nomeação de Mendo Afonso para conde do distrito de Refoios; o terceiro é a carta de couto de Braga em recompensa dos socorros que esperava de D. Paio. A série destes documentos parece-nos assinalar a progresso da revolução. Ribeiro, julgando-os a uma luz exclusivamente diplomática, hesitou sobre a genuinidade dos dois primeiras, «por não concordarem com a época do governa do infante». O nenhum fundamenta desta observação é óbvio. O doutor Kopke, que viria a ser um das nossos mais hábeis arqueólogos se a morte não o roubasse na flor da idade, vindicou perfeitamente a genuinidade do segundo (Apontamentos Arqueológicos, pp. 22 e 23). Sobre o terceiro- é que nós teríamos alguma dúvida à vista de outro documenta análogo, expedido na mesma data dele e que se acha lançado a f. 117 v. do Liber Fidei. Este documento, que é igualmente uma carta de couta e privilégios ao arcebispo de Braga, difere muito do que Viterbo publicou tirado do arquivo da mitra bracarense. Todavia, a diferença dos dois privilégios tem uma explicação plausível, vista não haver motiva para os crer forjados, e é que um deles, depois de redigida, seria julgado ou omisso ou errado, e nesse mesmo dia se exaria outra. Mas qual deles ficou sendo o válido? Nós cremos que a do Liber Fidei, tanto por ter particularidades que o outro cala, como por ter sido este o que lançaram naquele antiquíssimo cartulário, ao passo que estoutro se copiou de um registo muito mais moderno, donde o tirou o autor de Elucidário. Não só para que se passa comparar com essoutro, mas também para que se veja com quanta razão dissemos que o exemplo do que se fizera em Leão e Galiza para privar D. Urraca do poder e dá-lo a seu filho devia influir na revolta dos barões portugueses contra D. Teresa, a pomos aqui. Neste diploma, cuja redacção pertence naturalmente ao próprio agraciado ou a algum dos seus cónegos, é evidente a intenção de equiparar D. Pala ao célebre Diogo Gelmires.

RUBRICA

Cautum quod cancessit adefonsus enrici comitis filus et regine tarasie bracharensi ecclesie tempore

.pelagii archiepiscopo.

TEXTO EM TINTA PRETA

In namine patris et filii et spiritus sancti amen Ego alfonsus. egregii comitis henrici et egregie.256

regina tarasie filius. et alfonsi obtimi regis nepos. sancte marie bracarensi et tibi archiepiscopo domno

pelagio tuisque successoribus in perpetuum promovendis nec non ibidem clericis commorantibus dono

atque concedo cautum illud quod scilicet allonsus rex consanguineus meus et regina domna urracha

mater ejus ei ego tibi roboravimus in presentia com postellani archiepiscopi domni didaci et comitis
domni ganiizonis et comitis domou roderici et aliorum magnatum seilicet pelagii suarii, egee moni
menendi manionis, roderici vermuti. cautum videlicet illud dono atque concedo ira determinatum com
villa que dicitur lapella sicut in scripta eauti continetur per ullum videlicet terminum qui est inter
avellaneda et gondemar et inter cavas et vilar et per illum montem de soniariz et per illud manasterium de
figaredo et per portellam de gisandi et per portellam de scudarii et ad ullam portellam de leitones et ad
portellarn de villacova et inde ad pousafolles et ad portellam de bezerros et mdc per terminum de doou et
inde per terminum de lauredo et ad portellam sancti vissimi (sic) et per terminum inter mau ri et
antonianes usque in cavado et inde per fluvium ipsum usque ad moncoromi et deinde unde primiter
incepimus. insuper dono arque concedo sancte marie bracarensis et tibi tuis que successoribus castellum
quod dicitur perna fidelis per suas terminas antiquos et argentinum manasterium et comam similiter. et
pelagius ramiliter teneat ibi illud prestamum quantum mihi pIacuerit. et per cambeses et per roili dem
vobis cuncambium quando illud potero habere et per concambia de teendeiras dono tibi medietatem de
adulfi de panonias. et omnes hereditates sancte mame bracarenais ubicumque sint eautate Sint sive cum
servis sive com iunioribus sive com inienuis qui ad regem pertinent. Et sicut avus meus rex alfonsus dedit
adiutorium ad ecclesiam sancti jacobi faciendam simile toada dono ar concedo sancte marie bracarensis
monetam undefafricentur (sic) eeclesia. et ecclesie regales que sunt parochiales sint sub mano pontificis et
nullus meus habeat potestatem. monasteria regalia dent tibi tantum quantum dederunt predecessoribus
tuis. insuper dono tibi arque concedo in curia mea totum ullud quod ad clericale offocium (sic) pertinet
scilicet capellaniam et scribaniam et cetera omnia que at pontifices curiam pertinent. et in manu tua et ir
manu successorum tuorum qui me dilexerint totum meum consilium eommitto et in civitate tua bracarensi
nullam potestatem habeam preter voluntatem tuam et preter voluntatem successoribus tuorum et quando
habuero portugalensem terram adquisitam civitatem tuam et sedem tuam et es ad eam pertinent tibi tuís
que succèssoribus ir pace dimittam ame aliqua coritraversia et de rebus ecclesie sancte marie bracarensis
sive de rebus tuis, sive de rebus successorum tuorum nichul unquam requiram aut per me aut per meos
vicarios ame voluntate tua aut sine voluntate successorum tuorum. et hec dona facio sancte marie
bracarensis et tibi tuis que successoribus et clericis tuis pra anima partis mei et pra remedio anime mei et
ut tu sis adjutor meus, et si aliquis bania aut ego aut propinquis meis aut extraneis hoc

nostrum factum
violare aut irrumpere tentaverit a deo sit excommunieatus et com iuda traditore habeat partieipium, et
habeat partem com diabolo et angelis eius. et insuper ineurrat iram ipsius regine sancte marie. facta fuit
karta vi kalendas iunii era MCLXVI. ego alfonsus infans hoc testamentum manu mea roboro.
Seguem-se as testemunhas e confirmantes, que são os mesmos do documento publicado por Viterbo.

XIV

SEGUNDO CASAMENTO DE D. TERESA, SUPOSTO

O Livro das Linhagens, que ainda hoje existe na Torre do Tombo, atribuído ao conde D. Pedro e que não é mais que um composto de diversas memórias genealógicas, escritas em épocas diferentes e mal coordenadas, provavelmente no século XV, estabeleceu a opinião vulgar do casamento de D. Teresa com o conde Fernando no título 13, onde são quase tantos os erros e as fábulas quantas as palavras. Esta opinião generalizou-se e predominou largo tempo. João de Barros e Nunes de Leão foram os primeiros em contradizê-la; Brito, Estaço, Faria e Sousa os primeiros em tentar demonstrá-la. O judicioso Brandão combateu-a, sem todavia assentar decisivamente a sua opinião. Seguiu-o D. José Barbosa, sustentando positivamente que tal casamento era suposto. Por outra parte, em Castela, aduziam argumentos em favor da verdade da tradição Yepes e Salazar de Castro. Nesta contrariedade de pareceres a questão pendeu indecisa até os tempos modernos. António Pereira de Figueiredo suscitou-a de novo, declarando-se pela afirmativa (Memórias da Academia, T. 9, pp. 295 e ss.), e a sua doutrina foi comentada e desenvolvida por dois académicos modernos, Almeida e São.257 Luís (ibid., T. 11, P. 1, pp. 174 e ss.; T. 13, P. 1, pp. 29 e ss.) João Pedro Ribeiro, cuja opinião em tal matéria valera pela de muitos, absteve-se de a declarar nas passagens dos seus escritos onde ela teria cabido.

Em tudo o que os propugnadores deste consórcio têm alegado não há senão um argumento sério. É o que se deduz da carta de fundação do Mosteiro de Monte Ramo, publicada por Yepes (Crónica Beneditina, T. 7, Apêndice, escrito 34), em que se diz «ego Terasia... comitis Henrici quondam uxor (expressão desconhecida nos documentos de D. Teresa) nunc vero comitis Ferdinandi conjux... Hanc chartam fieri jussi et una cum viro meo comite Ferdinando Peres». Este documento e assaz duvidoso: Ribeiro deu-o por suspeito (Dissertações Cronológicas, T. 3, P. 1, nº 238), marcando-o com o fatal asterisco. Tinham-lhe feito porventura peso os argumentos de Barbosa, que o dá por suposto. Entre estes argumentos há um que desejaríamos ter visto combatido (Catálogo das Rainhas, p. 102, parágrafo 128), e muito mais depois da publicação da Compostellana, que positivamente nos diz que o conde estava casado quando veio para Portugal. Era sua mulher D. Sancha Gonçalves de Lara (Salazar, Historia de la casa de Lera, T. 1, p. 241, nº 8), a qual com seu marido, o conde, doou em 1142 a metade que lhes pertencia do Mosteiro de Sobrado. Isto parece mostrar que os amores de Fernando Peres com D. Teresa foram apenas temporários. É uma terrível dificuldade que se alevanta contra o documento de Monte Ramo e que valia a pena de ser resolvida.

Viu Yepes este documento? Viu-o no original? Eis o que ele não diz. Que está viciada a cópia que imprimiu é inegável. Quem são esses ricos-homens da corte de D. Teresa que confirmam a doação? Em que outro diploma régio desse tempo figuram Sueda Mendes, Paio Munhos, Pedro Bidularis? No meio destas alterações visíveis, ainda supondo a doação verdadeira, não é fácil de crer que qualquer copista, vendo um documento exarado em nome da rainha e do conde Fernando, quisesse enfrentar essa associação, um pouco estranha, introduzindo as expressões «nunc vero... conjux e... vivo meo», como com evidência se introduziram as de «comiis Henrici quondam uxor», absolutamente alheias aos diplomas de D. Teresa?

Mas o que mais induz a crer esse documento ou falso ou, antes, o que julgamos

provável, viciado, é a falta completa de declaração de semelhante consórcio em todos os diplomas de D. Teresa. Este argumento, que parece apenas negativo, tornam-no positivo as doutrinas triviais de diplomática. Estabelecida com certeza a fórmula de chancelaria de um governo ou período de governo, os documentos que desdizem dela, quer para mais, quer para menos, são considerados suspeitos. Era assim que procedia o nosso mestre comum, o ilustre autor das Dissertações Cronológicas, empregando, até, esta regra às vezes com demasiada severidade. Mas será, porventura, crítica severa de mais o supor viciado um «único» diploma que foge das regras de chancelaria usadas no tempo em que foi exarado?

Este silêncio de todos os monumentos tinha bastado já para persuadir o bom juízo do autor da 3ª Parte da Monarquia Lusitana e foi suficiente para trazer a esta opinião um hábil historiador nosso contemporâneo (Schaefer, Geschichte von Portugal, 1. B. 5. 31). A «Chronica Gothorum» e o Livro dos Testamentos de Santa Cruz de Coimbra, os dois únicos monumentos históricos desse tempo que podiam tratar do assunto, guardam o mesmo silêncio. O último, sobretudo, na passagem relativa ao desbarato de Guimarães, em que, se na verdade o conde fosse marido da rainha, naturalmente diria: «Nisi divino nutu regina una cum suo viro (vel marito) a regno expulsis», etc., diz: «Cum suo comite», expressão insultuosa, alusão amarga ao afecto ilícito dos dois, lançada em rosto aos vencidos. O Livro Velho das Linhagens, cuja origem, talvez, remonte quase aos primeiros tempos da monarquia, nem uma palavra contém relativa ao consórcio do filho de Pedro Froilaz com a rainha dos portugueses, antes pelo contrário,.258 fá-lo casado com uma só mulher (História Genealógica, provas, T. 1, p. 195).

A conspiração contra o pobre documento de Monte Ramo é implacável e completa. Apesar disso, um dos modernos escritores de que já falámos (São Luís) assevera que Flores vindicou a legitimidade e autentici4nde dele. Mas como as vindicou Flores? Refutando duas observações fúteis da impugnação de Barbosa e desprezando as graves, bem como as judiciosas reflexões de Brandão sobre esse mesmo assunto (Espana Sagrada, T. 17, p. 29).

Apesar de tão segura doação de Monte Ramo, os padrinhos do segundo casamento de D. Teresa recorrem a muitas provas indirectas, bem escusadas admitida a genuinidade e pureza de tão terminante e preciso testemunho. Que Fernando Peres gozasse de uma influência e poder imensos, coisa é que facilmente se compreende. Que foi elevado à categoria de conde ou cônsul dos distritos portugalense e colimbricense e que se lhe entregaram, até, os castelos da fronteira meridional limítrofes com os sarracenos, dizem-no os documentos. Que se lhe deu uma espécie de supremacia sobre os outros condes e tenentes do país parece indicá-lo a Historia Compostellana («toti illi terrae principatur») e está em harmonia com a instituição dos condes supremos em uma província, instituição comum ao resto da Espanha, em muitas partes da qual se viu realizada em diversas épocas. Mas quem pretende deduzir desses documentos e dessas palavras o consórcio de D. Teresa com Fernando Peres, o que deduzirá da seguinte passagem da mesma Historia Compostellana (L. 2, c. 29). «Mandou (D. Urraca) que todos os seus barões lhe fizessem homenagem (a Diogo Gelmires), e assim se fez... Eles submeteram-se fielmente, a si e ao que era seu, ao domínio dele fazendo-o seu senhor, seu patrono, seu rei, seu príncipe, salva a lealdade à rainha?» Pela lógica de que usam, hão-de a fortiori concluir que D. Urraca se casou com o arcebispo Gelmires.

É incrível o quanto se tem violentado os textos, as interpretações extravagantes que se tem dado às palavras para provar um sucesso que se desvanece logo que o examinemos sem a prevenção antecipada de o defender ou impugnar. Por curiosidade apontaremos algumas das alegações que se repetem nas duas mais recentes Memórias da Academia em que se trata deste objecto. Bastam, porque são as mais fortes, para avaliar a força dos outros argumentos feitos pelos dois académicos.

A Historia Compostellana diz no L. 3, c. 24: «Portugalensis infans... acquisita portugalensi patria, et Fernando Petride... qui, relicta sua legitima uxore, com matre

ipsius infantis regina Tarasia tunc temporis adulterabatun, et toti illi terrae principabatur, vi ablato, magnam dissensionem habuit, etc.» («O infante português, ganhada a pátria portuguesa, e arrancado dela Fernando Peres, que, deixada sua mulher legítima, havia já tempo adulterava com a mãe do mesmo infante, a rainha Teresa, e imperava em todo aquele país, teve grande discórdia, etc.»). O segundo académico, dos dois a que nos referimos, verteu vi ablato «e a tomar por força» referindo-se a terra ou pátria. Traduzindo à letra, daria o pensamento do historiador compostelhano, que era indicar ter sido o conde expulso de Portugal. Mas, de um ou doutro modo, ninguém verá, decerto, uma prova do segundo casamento de D. Teresa nestas palavras. Preocupados pela sua opinião, viram-na, porém, ambos os escritores. O primeiro chega a exclamar: «Que testemunho mais decisivo! D. Fernando deixa sua mulher, casa com a senhora D. Teresa e governa com ela aos portugueses!» O segundo, mais moderado, diz que «quem pretender negar, depois de tão claras e terminantes frases, o casamento se verá constrangido a imputar à rainha o mais indecoroso crime de tratar torpes amores com o conde». E porque não havemos de crer antes isso? Dá o autor pouco adiante a razão: «Porque seria prova de não pequena desenvoltura da parte deles e de um grande e escandaloso desprezo da pública honestidade e decência.» Tudo isto é absurdo; mas tudo isto se acha escrito..259

O lexicon em que adulterari tenha a significação de «casar-se» ainda está por compor e imprimir: adulterabatur é correlativo a «relicta sua legitima uxore». Os dois académicos parece que estavam preocupados de uma ideia grosseira, desgraçadamente vulgar, de que só há adultério quando a mulher trai seu marido, que este pode faltar à fé conjugal sem ser adúltero, e que para merecer esse título de reprovação é necessário que seja bígamo. Se é possível conceder-se-nos por um momento que este negócio passou como nós o entendemos, desejaríamos se nos dissesse de qual palavra se deveriam servir os historiadores compostelhanos para designarem as relações do conde com a rainha, a não ser adulterabatur? A razão de conveniência moral dada para a extravagante tradução do verbo adulterari parece-nos inconsiderada e trazida por atenções que nunca deveriam influir no ânimo de quem se dedica ao severo lavor da história. É necessário que esta deixe, enfim, de ser convencional, de ser um meio de lisonjear os grandes ou as preocupações nacionais, as gloríolas falsas e insensatas do vulgo. É necessário aceitar as gerações e os séculos como eles foram, e não acordar os nossos avós do sono da morte para lhes despir as armaduras ou os trama de bragal e de almáfega e cobri-los do veludo e lemiste cortesãos ou dos lanifícios e algodões dos teares «a vapor» ingleses. É necessário não atribuir à Idade Média ideias ou costumes diversos dos seus e não envernizar com o polimento hipócrita dos tempos presentes uma época verdadeiro caput mortuum das últimas fezes da decadência romana, em que se deliu a fereza dos bárbaros do Norte conquistadores do Meio-Dia, envenenadas, ainda mais, pela adição dos costumes luxuários e voluptuosos dos sarracenos, e escumando no cadinho fervente da vida solta de contínuos combates. Pretender transfigurar assim a história, violentando a significação real dos documentos, é lançar cânfora no sepulcro de um cadáver já corrupto, para que este não apodreça. Apesar da sua perversão moral, a Idade Média, notável época de transformação, tem muitos aspectos pelos quais é grande e bela. Os que desconhecem o importante papel que lhe coube na história do progresso humano é que se entretêm em cobri-la de remendos e parches, para que não vejamos as úlceras que a roíam.

Assim como se deu uma interpretação forçada à Historia Compostellana para provar o segundo casamento de D. Teresa, do mesmo modo o quiseram deduzir dos preâmbulos e confirmações dos diplomas, os quais apenas provam que Fernando Peres chegou a gozar da maior autoridade que a rainha lhe podia dar, coisa que, segundo cremos, ninguém nega. Um desses documentos é uma inquirição sobre os bens e direitos reguengos no distrito de Viseu (Memórias das Inquirições, documento 1), feita pelo prior Sandino Randufiz com vários indivíduos, entre os quais figura um Nuno

Mendes que se diz «mordomo da rainha e do conde». Daqui se tirou um dos «poderosos» argumentos a favor do pressuposto consórcio, argumento curioso que se estriba num cálculo feito sobre a ignorância do leitor. Hoje «mordomo» significa nas casas abastadas um criado que dirige certa parte do serviço doméstico e corre com as despesas miúdas da casa. Mas, como nem todos os leitores ignoram as nossas antigas instituições, aqueles que sabem que o maiordomus era então um recebedor de tributos e direitos reais, revestido, além disso, de certa magistratura para julgar causas de fazenda pública, rir-se-á de ver o pobre Nuno Mendes, que com razão se intitulava, segundo o costume do tempo, oficial da rainha e do seu lugar-tenente, convertido em criado grave da casa dos dois cônjuges. O pior é que neste mesmo documento o bom do homem se esquece da comunhão de bens entre marido e mulher e diz com o prior Sandino que metade de certa leira e o terreno junto de umas encruzilhadas era de illa regina, sem fazer caso nem menção do conde seu amo.

Depois de tão concludentes alegações como as que temos visto, pareceria inútil aproveitar variantes de códices para delas extrair provas. Pois até isto se fez. A.260 «Chronica Gothorum», no exemplar que foi de André de Resende, diz que o infante Afonso Henriques adquirira o reino de Portugal «labore suo magis quam parentum voluntate». A palavra parentum é mais uma certidão das segundas núpcias de D. Teresa. Além da óbvia fraqueza de tal prova, ela encerra uma grave dificuldade. Nos dois códices de Santa Cruz e de Alcobaça de que Brandão se serviu no corpo do seu livro (Monarquia Lusitana, L. 9, c. 15), falta absolutamente essa passagem, e nós veremos adiante as razões por que se deve preferir a lição daqueles dois códices à do exemplar de Resende.

Em último lugar advertimos que nos resta um testemunho preciso, corvo e nacional sobre este ponto de história. É o do autor da «Vita S. Theotonii», publicada por Tamayo no Martirológio Hispano, pelos bolandistas (Acta Sanctor. Februarii, T. 3, pp. 108 e ss.) e ultimamente à vista do próprio original nos Portugaliae Monumenta Historica (Scriptores), Vol. 1, pp. 79 e as., e que, por causa destas e de outras passagens, que podiam desagradar, provavelmente Brandão não inseriu nos apêndices da Monarquia Lusitana. Eis a passagem: «...Adulteros... feriebat... fama refert quadam die in ecclesia Viseensi, eo predicante, memoratam reginam et comitem Fernandum, qui eo tempore contubernalis ejus, non vir legitimus era!, rubore vercundiae suffusos de ecclesia festinanter exiisse».

Esta nota vai demasiado larga para objecto de tão pouca monta. Servirá, todavia, para dar ao leitor uma ideia do estado a que chegou tão depressa em Portugal a crítica histórica, ciência, por assim dizer, criada há meio século apenas por J. P. Ribeiro, e à qual ele abriu tão firme e espaçosa estrada.

XV

DESBARATO DOS CRISTÃOS EM TOMAR

Brandão, que só conhecia a crónica de Afonso VII pelas citações de Sandoval, empenha-se em provar que o castelo destruído pelos sarracenos fora o de Tomar e não o de Leiria (Monarquia Lusitana, P. 3, L. 9, c. 27). Os seus fundamentos são: primeiro, que a destruição de Leiria de que há notícia fora em 1140; segundo, que a «Chronica Gothorum» diz ter sido o infortúnio dos cristãos neste ano em Tomar:

«Era MCLXXV evenit infortunium christianis in Thomar». A primeira destas razões é evidentemente de nenhuma força. O ser o castelo de Leiria destruído em 1149 não obsta a que tivesse em 1137 sido entrado pelos sarracenos e que, abandonado por estes, os cristãos o reparassem e guarnecessem de novo. O segundo fundamento não é melhor. A «Chronica Gothorum» não fala do «castelo» de Tomar, mas do infortúnio sucedido aos portugueses em Tomar. Podia ser, e provavelmente foi, um combate dado nas margens do Nabão, em que os cristãos ficassem desbaratados. Para provar que a «Erena» de que fala Sandoval, seguindo a crónica toledana, é o castelo de Tomar fora necessário que este já existisse. É o que se não verifica.

Para não multiplicar documentos, que todos conspiram em provar o mesmo, basta citar os principais que fazem ao nosso intento:
1º A bula de Urbano III, de 1186, passada a requerimento dos templários e, por consequência, estribada nos factos alegados por eles, confirmando-lhes as terras e bens que possuíam em Portugal (Arquivo Nacional, Gav. 7, Maço 9), diz que Soure e Ega lhes tinham sido doadas por D. Teresa e «terram desertam in marchia sarracenorum» por Afonso I, e que eles «aí haviam fundado» os castelos de «Pombal, Tomar, Ozezar e Almourol». Todos estes castelos são, portanto, posteriores à doação de Afonso I;
2º A doação do castelo de Cera feita aos templários em Fevereiro de 1159.261 (Cartório de Tomar, no Arquivo Nacional) é a mais antiga desse território em que se diz na bula de Urbano III foram «fundados» depois Pombal, Tomar, Ozezar e Almourol. A fundação de Tomar é, portanto, muito posterior ao ano de 1137;
3º A inscrição, enfim, posta à porta da igreja do convento de Tomar (Elucidário, T. 2, p. 359) fixa definitivamente a fundação do castelo em 1160.
Mas, dir-se-á, antes desta última fundação podia existir outro castelo nas margens do Nabão ou Tomar. Sem dúvida. Todavia, como de tal castelo não há memória alguma, nem a passagem da «Chronica Gothorum» a que Brandão se refere torna necessária a sua existência, é evidente que o cronista de Afonso VII fala de Leiria, não só pela semelhança do nome (Erena, Leirena), mas também porque não sabemos de outro castelo naqueles sítios «edificado por Afonso Henriques» nessa época, «para fazer frente a Santarém e guerreá-la, bem como a Lisboa e Sintra e aos outros castelos circunvizinhos» (Chronica Adefonsi Imperatons, L. 1, c. 31).
O único meio de sustentar a opinião, seguida pelo autor da Monarquia Lusitana, de que o castelo de Leiria foi tomado pelos sarracenos uma só vez, e esta depois do recontro de Ourique, que é a destruição de que fala a «Chronica Gothorum»; o único meio, dizemos, de sustentar tal doutrina, fora supor que o cronista de Afonso VII introduzira deslocadamente a narrativa do caso de Leiria entre acontecimentos de anos anteriores. Mas, nessa hipótese, como explicar a retirada de Afonso Henriques depois da vitória de Cerneja? Como a aceitação das duras condições do Tratado de Tui? Além disso, o testemunho da crónica toledana, a que nos referimos, é preciso. Ela nos diz que, depois da vitória, Afonso voltou logo a Portugal para acudir a Leiria (ibid., 1, 31). Acresce que na relação dos acontecimentos de Valdevez em 1140 se alude à perda de Leiria como a um sucesso de tempos passados (ibid., c. 34.

XVI

BATALHA DE OURIQUE

A únicas fontes legítimas e positivas para a história da batalha de Ourique são as seguintes:
1º «In loro qui dicitur Oric fuit praelium inter paganos et christianos, preside rege Ildefonso portugalense ex una parte, et rege paganorum Examare ex altera, qui ibidem mortem fugiendo... sitio evasit in die S. Jacobi apostou mense julii.» Era MCLXXVII, «Crónica Lamecense» nas Dissertações Cronológicas, T. 4, P. 1, p. 174, e nos Portugaliae Monumenta Historica (Scriptores), Vol. 1, p. 20.
2º «In era MCLXXVII mense julii, die S. Jacobi, in loco qui dicitur Ouric, lis magna fuit inter christianos et mauros, praeside Ildefonso portugalensi, et ex parte paganorum rege Smare, qui victus fugam petiit», «Crónica Conimbricense 1» (Livro da Noa de Santa Cruz), em Sousa, Prov. da História Genealógica, T. 1, p. 375, e melhor em Flores, España Sagrada, T. 23, p. 330, e nos Monumenta, ibid., p. 2;
3º Inquirição sobre as questões de primazia entre Braga e Toledo, na qual um certo Garcia Liufreiz de Jaraz disse que se lembrava de ter vinte anos, «tempore Belli de Aurich»; Elucidário, verbete «Ladera», T. 2, p. 80, c. 2;
4º «In campo Haulich quinque reges paganos cum innumera eznrum barbara multitudine de ultra citraque mate, ut eum omnino perderent coadunata, devicit, auxilio sihi facto divino ac B. Jacobi patrocinio, cujus es die solemnitas fuisse perhibetur»,

«Vita S. Theotonii», nos Monumenta, ibid., p. 86, parágrafo 27;
5º «Era MCLXXVII julio mense die divi Jacobi apostou fuit victoria Alfonsi regia de Esmar rege sarracenorum et inumerabili prope exercitu, in loco qui dicitur Aulic,.262 tunc cor terrae sarracenorum quo perrexit rex Alfonsus. Foeminae sarracenae in hoc praelio amazonico rim ac modo pugnarunt ut occisae tales deptehensae», «Chronica Gothorum», em Brandão, Monarquia Lusitana, P. 3, L. 10, c. 3, e nos Monumenta, ibid., p. 12.

A «Crónica Lamecense» acha-se escrita em letra francesa na primeira folha de um martirológio da Sé de Lamego, e ai se diz que foi tirado autenticamente de Outro mais antigo no ano de 1262. Viterbo supõe o original anterior um século. A palavra Oric, escrita de um modo que parece mais árabe, a singeleza verdadeiramente de cronicon com que está escrito e o terminar em 1169 dão a esta opinião do autor do Elucidário tal grau de probabilidade que toca as raias da certeza.

O Livro da Noa parece ter sido escrito por diversas pessoas e em diversos tempos; mas esta primeira parte, pelas mesmas circunstâncias da singeleza do dizer e de terminar em 1168, deve supor-se escrita ainda no século xis ou quando muito nos primeiros anos do XIII.

A inquirição citada por Viterbo serve apenas para corroborar o facto da batalha. A «Vita S. Theotonii», escrita no século XII, porque o autor fala do santo como de pessoa com quem ele ainda tratou, é um dos monumentos com mais certeza contemporâneos do sucesso. É aí que se acha a circunstância dos cinco reis vencidos em Ourique; mas a verdade é que a palavra «rei» aplicada aos árabes pelos cronistas cristãos significa rigorosamente «chefe», como sabem todos os que os têm lido, aparecendo muitas vezes simples vális e caides honrados com esta grandiosa designação.

A «Chronica Gothorum» é, não como os nossos escritores têm sustentado, um monumento próximo aos tempos que memora, mas sim coeva com eles. Já anteriormente dissemos porquê. Mas, infelizmente, não a possuímos na sua pureza primitiva. Parece-nos que se não tem reparado, como se devera ter feito, em que as passagens citadas textualmente por Brandão no corpo do seu livro diferem profundamente da íntegra desta crónica publicada no Apêndice da 3. Parte da Monarquia Lusitana. Contudo, o sincero e crítico cisterciense não se esqueceu de apontar o escolho: «O exemplar que vai aí impresso», diz ele, «foi do mestre André de Resende... Outro mais breve, cujas palavras por essa mesma causa alego mais vezes, se tirou de Alcobaça e de Santa Cruz de Coimbra.» Que quis o historiador dizer na frase «por essa mesma causa»? Decerto que não era para fazer mais resumida a sua narrativa, ele que está a cada passo inserindo no corpo da história documentos inteiros seguidos de versões em vulgar. O que evidentemente aquelas expressões significam é que dava mais fé aos exemplares de Santa Cruz e de Alcobaça, conformes entre si. O exemplar de Resende foi, sem dúvida, enfeitado e parafraseado posteriormente, não dizemos por ele, mas por alguém. Nós subscrevemos inteiramente ao voto de Brandão. Na cópia de Resende há artigos que desdizem completamente da forma sempre resumida e rápida com que se lançavam aquelas séries de apontamentos chamados cronicons. Esta forma é constante, não só em toda a Península, mas também em toda a Europa, como se pode ver nas colecções de Martene, Achery, Muratori, etc., e ainda melhor na mais perfeita de todas essas colecções, os Monumenta Htstortae Germanica, de Pertz. Assim, dando textualrnente as fontes para a história da batalha de Ourique, aproveitamos o artigo da «Chronica Gothorum» inserido na narrativa de Brandão, desprezando a leitura do códice de Resende, evidente paráfrase de mão mais moderna.

E ainda assim, consideramos a autoridade da «Chronica Gothorum» como inferior à da «Crónica Lamecense», porque, posto ambas sejam do século XII, a relação daquela é por certo posterior, nessa parte, aos sucessos que narra: as palavras «tunc cor terrae sarracenorum» que aí se lêem não deixam a menor dúvida de que a memória da batalha foi escrita depois da conquista do Alentejo, quando já Ourique não era o «coração da.263

terra dos sarracenos»; ao passo que o artigo da «Crónica Lamecense» pode ter sido lançado nele por ocasião do acontecimento. Por via de regra era assim que se iam redigindo aquelas como ementas históricas.

Se descermos a examinar criticamente a narração do códice de Resende, dele mesmo se tirarão as provas contra o subido valor que se lhe tem dado. Não transcrevemos na íntegra aquele artigo, porque não lhe atribuímos grande importância, à vista do que fica advertido. Os que pretenderem consultá-lo podem recorrer aos Apêndices da 3ª Parte da Monarquia Lusitana. Citaremos só as passagens que, em nosso entender, o condenam. A primeira coisa que oferece uma dificuldade, talvez insolúvel, é dizer-se-nos aí «que o rei Esmar, tendo congregado infinita multidão de sarracenos africanos que trouxera consigo e dos de aquém-mar, dos distritos de Sevilha, Badajoz, Elvas, Évora e Beja e de todos os castelos até Santarém, saíra ao encontro de Afonso Henriques». Comecemos por nos recordarmos de que ainda nos princípios do mês de Julho o príncipe português não tinha saído dos seus domínios, onde então fazia mercês (Elucidário, verbete «Ladera») e de que a 25 se deu a batalha. Assim, é necessário que em vinte dias, pouco mais ou menos, o exército cristão passasse o Tejo; que Esmar soubesse da invasão; que desse ordem às tropas almorávidas e andaluzes para marcharem de tão diversos pontos; que essa infinita multidão marchasse de feito, se reunisse e viesse encontrar os portugueses em Ourique. É duro de crer; mas sigamos avante. Como tinham vindo estas tropas de África, se Taxfin havia dois anos levara para lá as melhores de Espanha, a fim de salvar o império das mãos dos almóadas, e desde então só experimentara reveses e, por consequência, diminuição de forças? Porque não se encontra o menor vestígio desta vinda nos historiadores árabes? Porque não se dirigiu Esmar contra Afonso VII para descercar Aurelia, negócio sem comparação mais importante do que repelir uma correria, quando a retirada dos cristãos, metidos no centro do território inimigo, não podia tardar? Porque se respondeu aos defensores de Aurelia, nesta mesma conjuntura, que não havia forças para enviar a socorrê-los? Não invejamos a quem quiser salvar esta passagem o trabalho de anular a história dos sucessos da Espanha e de África, no meio dos quais a dinastia do zenetense Abdul-Mumen veio a substituir no supremo poder entre os muçulmanos a do lantunita Taxfin.

Diz-nos mais esta narrativa extraordinária «que tendo aquela infinita multidão de sarracenos cercado Afonso Henriques em um outeiro, no qual estava acampado com um punhado de gente (cum paucis suorum), quiseram os infiéis romper o arraial, mas que, saindo contra eles algumas tropas escolhidas (electi milites) os passaram à espada depois de os repelirem; que, vendo isto o rei Esmar e conhecendo que os cristãos estavam resolvidos a triunfarem e a morrerem antes do que fugirem, fugiu ele com os seus, e não houve mais que matar e dispersar a multidão dos infiéis». Tinha Esmar razão de assim o fazer, e qualquer, por mais esforçado que fosse, fugiria do mesmo modo. São poucos os cristãos; inumeráveis os soldados sarracenos. Acometem o campo; mandam os portugueses alguns cavaleiros a recebê-los. Tal era a conta em que tinham aquele gentio que nem quiseram sair todos ao rebate. Os cavaleiros escolhidos repelem os agressores e passam-nos à espada, À vista de tão inaudito e incrível espectáculo, quem é que não fugiria?

Diz-nos por fim a narrativa daquela não já extraordinária mas sim milagrosa vitória que aí ficou prisioneiro um certo Omar Atagor, sobrinho do rei Esmar e neto do rei Ali. Vemos, pois, que Esmar era filho do imperador de Marrocos e, por consequência, irmão de Taxfin, vindo Ornar Atagor a ser ou filho ou sobrinho deste príncipe. Semelhantes personagens deviam ser conhecidos na história dos sarracenos, e Esmar um dos mais ilustres caudilhos lantunitas. Busquem-se, porém, estes nomes na história dos árabes, que deles não se encontrará o menor vestígio. Pelo contrário,.264 sabemos que os chefes principais dos almorávidas de Espanha, depois da partida de Taxfin para África, eram Ali Ibn Abu Bekr, tio do príncipe lantunense Abu Zakaria Ibn Ganyiah, e Osman Ibn Adha, únicos de que se acha feita menção nos historiadores da

Espanha árabe (Conde, P. 3, c. 36).
Que firmeza, pois, se pode fazer numa narração que nos conta sucessos humanamente impossíveis e que neles faz figurar indivíduos cuja existência é desconhecida dos escritores que tinham obrigação de conservar a sua memória, se realmente houvessem existido?
Restam-nos, pois, os cinco monumentos que acima transcrevemos como únicas provas do facto. A «Crónica Lamecense» e a inquirição de Braga apenas nos asseguram que ele não é uma ficção. A «Crónica Conimbricense» chama à batalha de Ourique «lis magna» e a «Chronica Gothorum», nos exemplares de Alcobaça e Santa Cruz, diz que o exército sarraceno era «prope innumerabili». Esta graduação parece-nos indicar a ordem em que as três memórias foram escritas: primeiro a «Lamecense»; segundo, a «Conimbricense»; terceiro, a «Gothorum». As palavras «lis magna» do Livro de Noa terão tanto valor neste caso como aplicadas a não sabemos que recontro obscuro de Cereigio, mencionado também neste livro («Chronicon III», era 1163) com a qualificação de «lis magna». Quanto às expressões «innumerabili prope exercito» da «Chronica Gothorum», ainda as achamos pouco exageradas à vista dos encarecimentos que, por via de regra, se lêem nas crónicas daquele tempo, tanto árabes como cristãs, em que os inimigos sempre são em número infinito ou inumeráveis, frases de que esta mesma nos dá um exemplo, dizendo que as tropas com que Ali cercou Coimbra em 1117 eram inumeráveis como «as areias do mar», e que só Deus podia saber o número delas. Isto que dizemos da frase da «Chronica Gothorum» é aplicável inteiramente à «Vita S. Theotonii».
Advirta-se em último lugar que em nenhum historiador por nós conhecido, quer árabe, quer cristão, daquele tempo ou dos imediatamente próximos se acha mencionado o sucesso de Ourique, sem exceptuar o próprio Rodrigo de Toledo, que na sua Historia de las cosas de España dedicou um capítulo especial (L. 7, c. 6) «às batalhas insignes do rei de Portugal, Afonso». É um argumento negativo, que nada prova contra a realidade do acontecimento atestado por escritores nacionais e coevos, mas que nos parece mostrar quanto ainda na primeira metade do século XIII ele estava longe de fazer o ruído e de ter a importância que em épocas posteriores se lhe atribuiu.
Discutir todas as fábulas que se prendem à jornada de Ourique fora processo infinito. A da aparição de Cristo ao príncipe antes da batalha estriba-se em um documento tão mal forjado que o menos instruído aluno de diplomática o rejeitam como falso ao primeiro aspecto (o que facilmente podem qualquer verificar no Arquivo Nacional, onde hoje se acha). Parece, na verdade, impossível que tão grosseira falsidade servisse de assunto a discussões graves. Quem, todavia, desejar conhecer a impostura desse documento famoso consulte a memória de Fr. Joaquim de Santo Agostinho (Memórias de Literatura da Academia, T. 5, p. 335), as Dissertações Cronológicas (T. 1, Dissertação 2, pp. 60 e ss.; e T. 3, P. 1, nº 187), e as Memórias da Academia (T. 12, P. 1, pp. 75 e ss.) onde a censura não consentia que se dissesse tudo, mas onde se diz o suficiente para os entendidos. O ainda mais célebre auto das cortes de Lamego, «único» pela sua forma e circunstâncias no meio de tantas actas que nos restam de concílios e cortes de Espanha e Portugal desde o tempo dos godos até o fim do século XV, também se refere à batalha de Ourique como o fundamento da aclamação de Afonso I naquelas cortes. Faremos a devida justiça a esta invenção de algum dos faunos do século XVI quando tratarmos da história das instituições e legislação do berço da monarquia.
Diremos, porém, de passagem que para conhecer que as actas das cortes de Lamego.265 seriam abaixo da crítica, se não fosse o haverem sido consideradas desde o século XVII como as leis fundamentais do nosso país, bastará atender ao seu preâmbulo; no qual já figura um procurator regis na época em que procurator significava sempre «administrador», «cabeça», «principal» de uma terra ou de uma corporação, e onde os imaginários representantes dos municípios que ali se fazem figurar se dizem «procurantes bonam prolem per suas civitates», no que o falsário passou além da meta,

carregando ignorantemente a mão na barbaridade do latim. Prol (proveito) era palavra antiquada no fim do século XVI, e por isso querendo o impostor traduzir em latim bárbaro «que eles eram os que procuravam o bom proveito dos concelhos», faz dizer ao redactor das actas, que eles «procuravam ter boa descendência ou filhos nas suas cidades.» É pelo menos como entenderia aquela frase um homem do século XI ou XII, tempo em que prolis tinha a restrita significação de «filho» ou «descendente» e em que até, comummente, as personagens que intervêem nas escrituras se dizem, por exemplo, «Sancius prolis Roderici, Alfonsus prolis Oveci», em lugar de filho de Rodrigo, ou filho de Oveco. Apontamos estas duas pequenas circunstâncias para dar uma ideia do mesquinho talento dos falsários que tanto enredaram com os embustes de diplomas grosseiramente forjados a história dos primeiros tempos da monarquia.

XVII

DESTRUIÇÃO DE LEIRIA E TRANCOSO

Atribuindo ao ano de 1140 vários sucessos que o comum dos historiadores, ainda aqueles que mais atentos se mostram às investigações cronológicas, supõem anteriores, aproveitaremos aqui as passagens das crónicas em que nos fundamos para alterar essa cronologia e citaremos os documentos que, revalidando a autoridade das crónicas, nos levam a apartarmo-nos da ordem dos sucessos estabelecida pelos historiadores que nos precederam, entre os quais se contam o português Brandão e o castelhano Risco. É mais curto e mais claro provar a nossa opinião que refutar em especial a de cada um deles.

Na história latina de Afonso VII há uma passagem importante para a cronologia daquela época. A primeira destruição de Leiria, que a história do imperador especificadamente narra, já vimos na nota XV que foi em 1137, quando, pelo testemunho da Compostellana e pelo Tratado de Tui deste ano, sabemos que se fez a paz entre o imperador e o infante depois da invasão da Galiza, intentada por instigações de Gomes Nunes e de Rodrigo Veloso.

«Eodem tem pore venerunt. moabites et agareni super praedictum castellum Erene, ceperunt que illud... ...Dum... ista gererentur imperator Iaciebat bellum in terra regis Garciae, cepit que... comitem Latronem Nafarrum... Comes veto Latron Nafarrus, dato imperatori juramento servivit ei multis anais... postquam pax Iacta est inter imperatorem et comitep Latronem Nafarrum fuit bellum per aliquot annos inter regem Garciam et tmperatorem... Ceterum in Portugali Ferdinandus Joannis... quotidie agebat bellum contra regem... Ferdinandus praedictus cepit aliquos ex pnincipibus regis, ct expoliatos magnis divitiis dimisit. Et factum est postquam haec gesta sunt imperator ablit in Portugale». Segue-se a relação dos acontecimentos de Valdevez, sucedidos em 1140, segundo a «Chronica Gothorum».

Vemos, pois, que os recontros de Fernando Anes com o infante não podiam verificar-se senão nos fins de 1139 ou princípios de 1140, porque das palavras «postquam haec gesta sunt» se vê que à vinda do imperador precederam imediatamente esses recontros, tendo o cronista narrado antes que a outra guerra entre Afonso VII e Garcia (posterior a 1137), «durara por alguns anos». Além disso, não se podendo.266 atribuir estes sucessos aos primeiros sete meses de 1139 em que Afonso Henriques preparava e empreendia a jornada do Alentejo, seria necessário atrasá-los a 1138, em que nem nos monumentos de Espanha nem nos de Portugal se acha o menor vestígio de cometimentos na fronteira de Galiza, antes vemos Fernando Penes, quer seja o de Trava, quer o irmão do imperador, figurando na corte de Afonso Henriques e acompanhando-o, talvez, ainda a batalha de Ourique (documento do Arquivo Nacional, Chancelaria de Afonso IV, L. 2, f. 2, e Maço 12 de Forais Antigos, nº 3, f. 62 v.). Como já notámos, a notícia que teve Esmar de que o infante estava ocupado na «Galiza (in partibus Galleciae circa Tudem) em negócios de que se não podia desembaraçar» e o restituir Afonso Henriques ao primo nas tréguas de Valdevez «os castelos que lhe tinha tomado» (Chronica Adefonsi Imperatoris, L. 1, c. 34) são dois factos que reciprocamente se ilustram. A notícia recebida pelo chefe sarraceno era relativa, sem questão, a sucessos

posteriores à jornada de Ounique e, portanto, a guerra do príncipe dos portugueses com o príncipe de Limis, sendo uma só, devia necessariamente ser uma invasão e tomada de castelos na Galiza. As palavras «quotidie agebat bellum» da passagem que acima transcrevemos mostram-nos que durou por algum tempo a guerra antes da vinda de Afonso VII.

Pelo que respeita à destruição de Trancoso pelos sarracenos não podemos entender como Brandão a atribuiu ao ano de 1131. Pelo relatório da fundação de Tarouca, que nos transmitiu o sucesso, se vê claramente que ele se deve lançar em 1140, e nesse caso vem a prender-se com a entrada em que pela segunda vez Leiria foi destruída, conforme refere a «Chronica Gothorum». Naquele relatório temos guia seguro para a cronologia: é a carta de couto de Tarouca, transcrita aí com a data de Junho de l140, data exacta segundo verificaram Viterbo e Ribeiro (Elucidário, T. 1, p. 324; Dissertações Cronológicas, T. 3, p. 119). Ora, o relatório diz-nos que, voltando Afonso Henriques de desbaratar os sarracenos que haviam assolado o distrito de Trancoso, viera lançar a primeira pedra do mosteiro na presença de tropas e dera então a carta de couto. Logo este sucesso coincide exactamente com a destruição de Leiria. Veja-se o dito relatório no Apêndice 16 da 3ª Parte da Monarquia Lusitana, e nos Portugaliae Monumenta Historica (Scriptores), Vol. 1, p. 89.

XVIII

AFONSO I TOMA O TÏTULO DE REI

Cingindo-nos aos documentos, vemo-nos constrangidos a colocar no ano de 1140 o facto gravíssimo de tomar Afonso Henriques o título de rei. A opinião até hoje recebida de que ele fora aclamado em Ourique encerra graves dificuldades, sendo a primeira que não haveria meio algum sério de o provar a quem o negasse. Nenhum diploma conhecido deste príncipe existe desde Julho de 1139 até Julho de 1140 (Dissertações Cronológicas, T. 3, P. 1, p. 119, nº 361), tempo em que deviam ter-se verificado os sucessos de Valdevez; porque já a 26 de Junho estava Afonso VII em Zamora (documento da España Sagrada, T. 22, p. 265). Dos particulares existe apenas uma escritura do 1.0 de Outubro de 1139 em que é denominado «infante» (Dissertações Cronológicas, T. 3, P. 1, nº 358) e outra de 19 de Agosto desse ano em que também o notário lhe dá o mesmo título (escambo entre Egas Gonçalves e Toda Egas, Tombo de D. Maior Martins, no cartório de Arouca, hoje no Arquivo Nacional, P. 1, documento 89). Isto quanto aos documentos; quanto, porém, às memórias históricas, nenhuma das indubitavelmente coevas encerra a menor alusão donde se possa concluir que Afonso Henriques fosse aclamado em Ourique. O monumento mais antigo em que temos.267 achado menção dessa particularidade é um extenso rolo de pergaminho do cartório de Palmela, contendo os artigos apresentados ao papa pela Ordem de Santiago em Portugal para se desmembrar da de Castela (transcritos no Livro dos Copos, f. 53, aliás 80), artigos oferecidos no tempo do mestre Pero Escacho (1316 a 1330). Aí se diz, que «... D. Alfonsus I.us rex Portugaliae... in manu potenti conterendo sarracenorum barbanican fenitatem in campo de Ourique a sitia nobilibus et aliis communitatibus in regem assumptus est». Este documento posterior quase duzentos anos ao sucesso, se não serve para a história, serve para os amigos de tradições. Oferecemos-lho. É em especial digno de notar-se que essa circunstância de ser eleito rei se omita na «Chronica Gothorum» «enfeitada» (exemplar de Resende), o que, sendo assaz adverso à verdade da tradição, persuade que as adições feitas nesta cópia da crónica são anteriores ao século XIV, aliás, não escaparia ali a anedota da aclamação, que pelo documento de Palmela vimos que já vogava no meado deste século.

A tais considerações acrescem as probabilidades históricas. Se a batalha de Ourique não teve nem as dimensões nem a importância que se lhe atribuíram, desaparece todo o motivo racional de aclamação, quer antes, quer depois do recontro. Além disso, os sarracenos podiam disputar a Afonso Henriques o domínio de um ou de outro castelo, de um ou de outro território, mas o título de rei, de príncipe ou de infante,

decerto não, e por isso o resultado do combate nada tinha que ver com a questão política da independência. Pelo contrário, em Valdevez o imperador achava-se a braços com o infante, e a causa da guerra era talvez unicamente essa. As vantagens obtidas pelo príncipe português ofereciam-lhe ensejo acomodado para lançar fora a máscara e quebrar os derradeiros e ténues laços que o ligavam à coroa leonesa. Recordemo-nos de que em 1138, usando já Afonso Henriques na maior parte de seus diplomas do título de príncipe, ao celebrar o Tratado de Tui, em Julho desse ano, o abdica para se intitular infante («convenientia quam facit infans portugalensis cum A. Ispanie imperatore») e de que, expedindo nesse mesmo mês, provavelmente ainda em Tui, o foral de Penda (Dissertações Cronológicas, T. 3, P. 1, p. 113, nº 342), se limita igualmente ao primeiro título que adoptara. Não nos indica isto que Afonso VII, quando era o mais forte, não consentia a seu primo a denominação de «príncipe dos portugueses», que, por isso mesmo que era demasiado vaga, favorecia as suas pretensões? Parece-nos que dificilmente se achará outra explicação àqueles documentos. Depois da jornada de Valdevez, tomar Afonso Henriques o título de rei era uma verdadeira reacção; era anular ao mesmo tempo a letra e o espírito do tratado de 1137. Foi isto, por certo, o que ele fez, se a harmonia dos documentos, das memórias coevas e de grandes probabili-dades históricas tem alguma força contra tradições assaz modernas em relação aos tempos a que se referem. Um diploma original dos últimos cinco meses de 1139 em que Afonso Henriques se denominasse rei destruiria a nossa opinião. As diligências que temos feito para o encontrar foram baldadas; outros serão, porventura, mais felizes.
Não nos esquece o haver o autor das Dissertações dado por suspeito o segundo dos dois documentos que acima citámos. Fez mais: deu como tais todos aqueles em que Afonso Henriques se denomina «infante» depois de Novembro de 1136. Num dos seus primeiros trabalhos de crítica histórica tinha ele estabelecido como regra geral que o filho do conde Henrique se intitulara «infante» de 1128 a 1136: desse ano até o de 1139 (batalha de Ourique) «príncipe»; desde esta época em diante, «rei». Posto semelhante princípio à vista de um certo número de documentos, ele lançou na conta de suspeitos os que fugiam a esta classificação e que não tinham outro motivo de suspeita senão modifi-carem
a regra. Sem que por isso desconsideremos as opiniões do nosso mais ilustre crítico, seja-nos lícito dizer que esta não nos parece admissível. Ribeiro foi como o chefe e guia da escola diplomática e, convencido por diuturna experiência de que nos.268 nossos arquivos não faltam documentos forjados, mostrou-se por vezes severo de mais, rejeitando como supostos ou duvidosos muitos que nada tinham contra si senão oporem-se a opiniões históricas geralmente recebidas. Aquele sábio era essencialmente o homem da reacção contra os crendeiros e falsários e, como todos os homens de reacção, exagerou um tanto a crítica. Não é evidente que, achando alguns, bem que raros, diplomas anteriores a 1136 em que Afonso Henriques se intitula «príncipe» e bastantes posteriores a essa época em que se denomina «infante», sem que contra a genuinidade deles lhe ocorresse outra dúvida, resultava daí não o dá-los por suspeitos, mas o alterar a regra e reconhecer que o uso destas diversas designações era modificado pelas circunstâncias? O que já acima advertimos mostra bem porque no foral de Penda Afonso Henriques se intitula infante: assim para os outros dar-se-iam motivos análogos. Nesta matéria mesma, Ribeiro reconheceu a possibilidade das variações, aceitando como genuínos documentos particulares posteriores a 1131 em que é intitulado infante e príncipe, quando, não só por outros documentos mas também pelo testemunho das histórias coevas, sabemos que desde esse ano o povo lhe chamava geralmente rei. Ainda depois de 1140 nos aparecem diplomas em que o novo monarca se diz «Afonso rei, príncipe dos portugueses» (Dissertações Cronológicas, T. 3, P. 1, n.os 368, 371 e 408), como se os notários que os redigiram hesitassem sobre o verdadeiro título do imperante.
A opinião que seguimos no texto, de que a designação de «príncipe dos portugueses» não podia ser tomada pelo filho do conde Henrique senão como um meio

de transição entre a qualidade de infante, isto é, de filho da «rainha» D. Teresa, e a dignidade real, estribamo-la no sentido vago que se ligava ao vocábulo. De feito, achamos este aplicado por aqueles tempos como um termo genérico aos indivíduos que exerciam algum poder público, bastando para o tomarem que fossem simples governadores de distrito. Assim vimos que Fernando Anes era princeps Limiae e que «príncipes» eram os barões de Portugal e os de Navarra (Chronica Adefonsi Imperatoris, L. 1, c. 34 e 36). Gonçalo Gonçalves era «príncipe» (alcaide) do castelo de Soure pelos anos de 1112 (Livro Preto, f. 116 v.), e, finalmente, para não citar uma infinidade de documentos, tanto Afonso VI de Leão como seu genro, o conde Henrique, foram chamados ao mesmo tempo «príncipes» (Dissertações Cronológicas, 1. 3, P. 1, n.os 122, 125, 130, 133, 145, etc.). De passagem observaremos aqui que o infante se denominava de preferência «príncipe dos portugueses» em ver de «príncipe de Portugal», preferência que continua a subsistir depois de se intitular rei, sendo geral em Espanha o costume de se chamarem os príncipes (governadores) ou os reis príncipes ou reis de tal terra, distrito ou reino. Não oferece este facto uma coincidência singular com a mudança feita depois de 1830 do título real da nova dinastia de França, hoje expulsa? Seria já no século XII, como no XIX, a qualificação de «rei dos súbditos», em vez da de «rei da terra», uma condição dessa popularidade que actualmente dura tão pouco?

Depois de escrita esta nota, recebemos a cópia do primeiro documento do Liber Fidei, em que Afonso Henriques se intitula «rei». É a doação da Ermida de Santa Marinha de Panóias ao presbítero Nuno Gonçalves (Liber Fidei, f. 139 v.). Este documento lança nova luz sobre a matéria. O seu preâmbulo concorda com o dos três documentos de que Ribeiro duvidou (Dissertações Cronológicas, T. 3, P. 1, n.os 368, 371 e 408) pela acumulação dos títulos de «rei» e «príncipe»: «Ego egregius rex alfonsus gloriosissime yspanie imperatoris nepos et consulis domni henrici et tarasie regine filius, dei vero providentia totius portugalensis provincie princeps», e, sendo datado «IV idus aprilis era MCLXXVIII», acha-se entre os confirmantes o irmão do imperador Afonso VII, Fernando Furtado, o qual vinha no exército de Leão e foi um dos prisioneiros em Valdevez. Portanto, o filho bastardo de D. Urraca só poderia confirmar aquele diploma depois do recontro, ou quando se achava cativo no campo de Afonso.269 Henriques ou depois de congraçados os dois primos, o que é mais provável. Deste modo o sucesso de Valdevez começa a aproximar-se de uma data precisa, pois ficamos sabendo que precedeu a 10 de Abril de 1140.

Na nota (50), a pág. 437, aludimos ao documento de 30 de Março de 1140 (Arquivo Nacional, Gav. 6, Maço único, nº 29), em que Afonso I se intitula rei, dando-o por suspeito. Guiou-nos naquele lugar um corto apontamento que dele extraíramos. Examinando-o de novo no Arquivo Nacional, vimos efectivamente que lhe erraram a data ao transcrevê-lo na confirmação de Afonso II, «porque nele figura já a rainha D. Mafalda casada em 1146».

XIX

SUJEIÇÃO AO PAPA

Apesar de tantos escritos que possuímos sobre a dificultosa cronologia da nossa história, o leitor tem visto quantas vezes ainda as opiniões mais acreditadas se afastam da verdade, até nas datas dos sucessos. O complicado negócio da confirmação do título de rei e da sujeição imediata à sé apostólica, oferecida por Afonso Henriques para firmar a separação de Portugal, é um dos factos mais obscuros e disputados na história daquele reinado. São os erros de datas uma das causas principais da obscuridade e das disputas. Na carta de Lúcio II, publicada por Baluzio (Miscelânea, T. 2, p. 221) do arquivo da igreja rutenense (e não auscitana, como aponta J. P. Ribeiro) e por Viterbo (Elucidário, T. 1, p. 378) do arquivo de Braga, diz o papa que Afonso I fizera homenagem ao seu predecessor Inocêndo II «nas mãos de Guido, cardeal diácono, então legado naquelas partes» (em Espanha). Se a carta de Lúcio II é verdadeira (e logo veremos que não há motivo suficiente para a supor falsa), devemos procurar uma época

em que se realize a circunstância de se achar Guido na Península como legado de Inocêncio II e de ser ao mesmo tempo conjuntura própria para Afonso Henriques dar esse passo. Vejamos primeiro quais foram as legacias do cardeal de Vico, Guido, na Espanha.

Sem discutir se o subdiácono Guido, legado em Espanha em 1131, era o mesmo Guido de Vico, é certo que este, já cardeal diácono, se achava aqui legado em 1134 (Historia Compostellana, L. 3, c. 39 e 43), que estava em Roma no ano seguinte (ibid., c. 45) e que voltou à Península em 1136. Celebrado em Outubro desse ano o concílio de Burgos, de novo regressou a Roma, donde na Primavera de 1137 escrevia ao arcebispo Gelmires (ibid., c. 49 e 50) e onde subscrevia nesse ano em Abril as letras apostólicas (Ciacónio, Vitae Pontificia, T. 1, p. 987). Desde então o único legado que encontramos na Península até 1143 é um outro Guido, não cardeal, mas bispo lascurrense (Historia Compostellana, L. 3, c. 57, e Livro Preto, f. 235), vindo extraordinariamente em 1138 a convocar os bispos espanhóis para o Concílio II lateranense celebrado na Quaresma de 1139 (Mansi, T. 21, p. 536). Por todo este período de 1137 até 1143 não só faltam abso-lutamente

notícias do cardeal Vico em Espanha, mas, ainda, achamo-lo subscrevendo em Roma as bulas pontifícias nos anos de 1138, 40, 41 e 42 (Ciacónio, ubi supra).

Yepes (Crónica Beneditina, Vol. 7, Apêndice, escrito 9) publicou um privilégio dado ao mosteiro de Valparalso por Afonso VII, em cujo fecho se diz: «Facta carta donationis Zamore IV non. octob. tem-pote quo Guido romanae ecclesiae cardinalis concilium in Valleoleti celebravit et ad colloquitmi regia Portugaliae com imperatore venit. Era 1175.» Deste documento deduziram Aguirre, Pagi, Mansi e os outros colectores de monumentos eclesiásticos a existência de um concílio de Valhadolid de 1137 cujas actas se não podem encontrar. E como se encontrariam, se tal concílio nesse.270 ano é evidentemente um sonho? A data atribuída por Yepes ao privilégio de Valparaíso está errada. D. Tomás da Encarnação colocou aquele concílio no ano de 1140 (História Eclesiástica Lusitana, T. 3, p. 69) sem nos dizer porquê. J. P. Ribeiro inclina-se a esta data (Dissertações Cronológicas, T. 3, P. 1, nº 344, nota), por se dar nele o nome de «rei» a Afonso Henriques. Com efeito, como poderia Afonso VII chamar rei a seu primo em 1137, quando ainda este se não arrogava tal título? Mas não é só isto; o privilégio de Valparaíso é datado de 4 de Outubro, e a 10 deste mês de 1137 estava Afonso VII a cem léguas de Zamora nas margens do Ebro (documento em Colmenares, Historia de Segovia, p. 122). Acresce que nesse privilégio se encontra entre os confirmantes Petrus compostellanus archiepiscopus, e Diogo Gelmires viveu até 1139 (Espa6a Sagrada, T. 19, p. 327).

Vê-se, pois, que é indispensável supor o concílio de Valhadolid posterior a 1139. No ano, porém, de 1140, Guido, que presidiu a ele, estava em Roma como vimos, e não achamos memória daquele legado nos documentos de Espanha neste ano, nem nos dois seguintes. Assim, como D. Tomás da Encarnação não nos diz porque atribuiu a 1140 o concílio de Valhadoid, de que ninguém faz menção nesta época, para rejeitar a sua opinião basta o infundado dela.

No Livro Preto da Sé de Coimbra, acham-se lançadas as actas de um concílio de Valhadolid, celebrado «anno ab incarnatione dominica MCXLIV pontificatus D. Pape Innocentii secundi XIV. indictione... (6ª) presente D. Guidone sancte romane ecclesie cardinali diacono, apostolice sedis legato». São estas sem dúvida as célebres actas que ninguém pôde encontrar, porque, colocado o concílio em 1137, era, como afirmámos, um sonho. A sua verdadeira data do ano vem, portanto, a ser a de 1143 em Outubro, admitindo que esteja certa a do mês na escritura de Valparaíso. Dizemos 1143 e não 1144, como à primeira vista parece no documento do Livro Preto, porque as variações com que se calculava o ano da encarnação (veja-se Dissertações Cronológicas, T. 2, pp. 10 e as.) consentem que se entenda tanto de um como de outro ano. O dizer-se, porém, que é o décimo quarto de Inocêncio II (corria de 15 de Fevereiro de 1143 a 15 do

mesmo mês de 1144), supondo celebrado o concílio em Outubro, mostra que foi no ano de 43.

A crónica de Yepes subministra-nos um documento decisivo (Vol. 7, escrito 9) que é a doação feita por Afonso VII a Poncio de Cabrera do lugar de Moreruela para aí fundar um mosteiro. Esse documento, que se refere também ao concílio de Valhadoid e ao colóquio do imperador com o rei de Portugal, tem a data que estabelecemos.

Inocêncio II faleceu a 24 de Setembro de 1143. Celebrado o concílio nos primeiros quatro dias de Outubro durante este mês a sua morte era ainda necessariamente ignorada em Espanha, e Guido cria presidir como legado de Inocência, quando, na verdade, já o era de Celestino II, eleito a 26 de Setembro. Note-se esta circunstância que adiante nos há-de servir.

Daqui se conclui que o encontro do imperador com Afonso I em Zamora não foi nem em 1137 nem em 1140, mas em 1143. Não temos testemunho preciso sobre os resultados dessa conferência em que interveio o legado; mas o documento de Valparaíso, o de Moreruela e o citado por Flores (T. 16, p. 206) autorizam-nos para dar como certos dois factos: primeiro, que Afonso VII reconheceu o título de rei tomado por seu primo: os documentos publicados por Yepes são expressos nesta parte; segundo, que o rei de Portugal, se não como monarca deste país, ao menos em consequência do senhorio de Astorga (uma das cidades que pertenciam a seu pai pela cessão de D. Urraca), continuou a ficar dependente do imperador, como se vê da doação referida pelo autor da España Sagrada. O mais crivei é que Afonso Henriques, aceito por Afonso VII o seu título de rei, cedesse no ponto da independência absoluta. O exemplo de Garcia de.271
Navarra, cujos direitos eram mais antigos e legítimos, e que por fim conviera em se considerar como vassalo do príncipe leonês, devia induzi-lo a sujeitar-se a uma situação análoga. Sem isso, é incompreensível como seu primo lhe concedesse o senhorio de Astorga e, porventura, de outros lugares. O rescrito do papa Eugénio III citado no texto confirma-nos na nossa conjectura, a qual temos por mais que provável. Em Valdevez só rigorosamente se haviam feito tréguas, reservando-se para tempo mais oportuno a conclusão de uma paz definitiva: «Fecerunt pacem inter imperatorem et regem», diz a crónica de Afonso VII, «non absolute sempiterne, sed per aliquot annis, et juraverunt eam, ut iterum, dum pax esset firmius pacificarrentur», e pouco depois acrescenta: «Facta est pax inter iilos per multas annos.» Aqui temos, pois, duas convenções diversas: uma, por «alguns» anos: outra, posterior, por «muitos». Em 1143 tinham decorrido alguns anos, e a própria crónica, apesar de não nos dizer a data precisa da final concórdia, harmoniza com os factos que resultam dos documentos. E porque não se fez logo em Valdevez a paz definitiva? É evidente que havia condições para ela que era necessário discutir pausadamente, e estas não podiam versar, quanto a nós, senão sobre dois pontos: o da vassalagem ou não vassalagem da coroa de Portugal à de Leão, e o das terras e senhorios que deviam considerar-se como pertencendo ao filho e herdeiro de Henrique e Teresa. Se vemos que o imperador cedeu quanto ao título de rei tomado pelo primo e quanto a uma parte, ao menos, de senhorios a que Afonso Henriques tinha até certo ponto direito, porque havemos de imaginar que este não cederia da sua parte numa vassalagem mais de nome que de substância? Um pundonor nacional pouco ilustrado poderá fazer inclinar à negativa; mas a razão desapaixonada e fria persuade a conjecturar o contrário. Que significa a homenagem feita imediatamente pelo rei português ao papa nas mãos de Guido? É claro que foi para quebrar outra que, embora fosse pouco pesada, podia comprometer algum dia a independência real dos seus estados. Imaginar que Afonso Henriques se fez súbdito ou «homem» do papa por simples devoção é conhecer bem mal as coisas e os personagens da Idade Média. Nos exemplos que se podem citar de factos análogos não se encontrará um só procedido de simples e espontânea vontade. Esta deferência para com a sé apostólica nascia sempre de uma necessidade ou conveniência política ou das pretensões dos próprios papas apresentadas em conjunturas difíceis. Era sempre uma nova dinastia que tentava

santificar a sua origem impura, um feudatário (nos países feudais) que sacudia o jugo de suserano, um monarca electivo, cuja existência política se acharia, sem a protecção de Roma, à mercê dos eleitores, um príncipe, enfim, que procurava defender-se com os raios da Igreja contra os seus súbditos rebelados. E ainda que este carácter politicamente hipócrita daquelas eras só teve completo desenvolvimento no tempo de Inocêncio III, lembremo-nos de que já no século VII Pepino, pai de Carlos, o Grande, buscava legitimar a sua usurpação do trono de Hild-Rik, fazendo que o papa Zacarias transferisse da raça dos merwings para ele o título de rei.

Postos estes factos e estas datas, segue-se o examinarmos o carácter dos documentos relativos à homenagem feita à sé apostólica. A sua veracidade, impugnada habilmente nos tempos modernos, parece-nos dever, apesar disso, ser admitida. Determinada a primeira época dos sucessos, as dificuldades que se opunham à aceitação dos documentos em que se funda a história dessa homenagem desaparecem em grande parte. A carta de Afonso Henriques ao papa, que começa «Claves regni coelorum», é o primeiro monumento dos que chegaram até nós relativos àquela homenagem. Esta carta foi publicada por F. Bernardo de Brita (Crónica de Cister, L. 3, c. 4), causa principal do seu descrédito; porque o falsário, semelhante ao animal imundo, polui tudo aquilo em que toca. Brandão aceitou-a por genuína, reproduzindo-a (Monarquia Lusitana, L. 10, c. 10). Viterbo (Elucidário, T. 1, p. 378) publicou-a de novo, extraindo-a do arquivo da sé.272 de Braga e dando-a como verdadeira. Ultimamente, J. P. Ribeiro, numa dissertação destinada a pulverizar a ridícula carta de feudo ao mosteiro de Claraval, incidentemente combateu a genuinidade desta, persuadido de que fora fabricada para corroborar aquela insigne impostura, devida à pena de Brito, de Lousada ou de algum outro mentiroso da escola dos dois falsários. Vejamos os argumentos em que se estriba a opinião de que essoutra carta ao papa é igualmente forjada:

1º Diz-se que este diploma, dirigido a Inocência II, fora extraído do regesto de Lúcia II. Não é natural que, metendo-se de permeio entre Inocência e Lúcia o pontificado de Celestino II, se lançasse no regesto de Lúcia uma carta dirigida a Inocência;

2º Na subscrição do mesmo diploma, segundo a cópia de Brita, lia-se o nome de «Dominicus» como bispo do Porto e, sendo a sua data de 1142 (Dezembro), naquela conjuntura quem presidia na diocese do Porto era Pedro Rabaldiz, não havendo nunca aí bispo chamado Domingos;

3º Sendo a carta datada dos idas de Dezembro da era 1180 (ano 1142), na edição de Baluzio supõe-se dirigida, não a Inocência, mas a Lúcia II, e a resposta deste papa é datada das calendas de Maio. É esta uma prova clara de falsidade. Lúcia só foi papa de 12 de Março de 1144 até 25 de Fevereiro de 1145. Não se lhe podia, pois, escrever uma carta em Dezembro de 42 e, supondo que se lhe dirigisse em Dezembro de 1144, não podia ele responder em Maio de 45, quando já era falecido;

4º A cópia de Braga, publicada por Viterbo, aparece com a data de 1181 (ano 1143), e confirmada por D. João, bispo de Coimbra. Neste ano ainda Lúcia II não era papa, nem D. João bispo de Coimbra, porque vivia D. Bernardo.

À vista destas contradições devem dar-se por espúrias tanto a carta de Afonso Henriques como a resposta de Lúcia II, que pressupõe a existência dela.

Tais são as objecções feitas contra os dois documentos primordiais da homenagem à sé apostólica, as quais procurámos reproduzir com mais clareza, sem diminuir um ápice da sua força. Além destes dois diplomas, existe uma bula de Inocência II que, na Crónica de Cister e na Monarquia Lusitana, serve de resposta à carta do príncipe português, em lugar da de Lúcia II, que nem Brita nem Brandão conheceram. Esta bula é que nos parece indubitavelmente forjada, não só por se dar aí a Afonso I o título de rei, contra a prática uniforme da chancelaria romana, que sempre lhe atribuiu o de dux até o tempo de Alexandre III, e por ser, como observa J. P. Ribeiro, evidentemente tirada da bula deste papa Manifestis Probatum, mas também porque é impossível que tal

bula existisse se os factos passaram como nós os narrámos, o que fizemos sem hesitar, porque entendemos «que não podiam suceder de outro modo».
Deixamos provadas quatro coisas; primeira, que o cardeal Guido não voltou à Espanha desde 1137, senão em 1143; segunda, que neste ano, por Outubro, foi celebrado o concílio de Valhadolid, cujas actas se conservam no Livro Preto; terceira, que Afonso VII reconheceu o título de rei a Afonso Henriques nas vistas de Zamora; quarta, que este aceitou a supremacia do primo, ao menos pelo senhorio de Astorga que ele lhe concedeu.
Suponhamos por um momento a carta ao papa verdadeira e que a pretensão que já houve de canonizar o nosso primeiro rei não fosse uma das mais bem fundadas. Suponhamo-lo um pouco inclinado a iludir os tratados, quando essa quebra de fé podia contribuir para se consolidar a sua independência absoluta. Guido assistiu à conferência como legado do papa - do papa que dava e tirava coroas. Daqui a ideia da homenagem nas mãos de Guido. Era preciso um título da sujeição, título que o cardeal devia apresentar em Roma. Não é muito se gastasse pouco mais de um mês com este negócio. A carta redigiu-se no 1.0 de Dezembro desse mesmo ano. A quem foi ela dirigida?.273
Questão de pouca monta. Não a este ou àquele homem oferecia príncipe submeter os seus estados, mas sim à entidade papa; a S. Pedro, então dizia; a uma potência a quem Afonso VII não ousasse disputar a supremacia sobre Portugal. Assim, dizia ele na carta: «Fiz homenagem nas mãos do cardeal Guido a meu senhor e meu pai o papa, e também ofereço a minha terra a São Pedro e à santa Igreja Romana»; e mais abaixo: «De modo que não receba nunca na minha terra o jugo (potestatem) de nenhum domínio eclesiástico ou secular senão o dos delegados da sé apostólica enviados por ela.»
Na ocasião da homenagem e naquela em que esta carta se escrevia, épocas diversas, segundo se vê das palavras feci, offera, era já Celestino II pontífice; mas a morte de Inocêncio II ainda, ao fazer-se a carta, era provavelmente desconhecida em Portugal. Por mar não é crível viesse a notícia no coração do Inverno, num século cru que a arte de navegar estava na infância; por terra, às dificuldades ordinárias do trânsito, à falta de postas ordinárias ajuntava-se o rigor da estação. As relações entre Roma e o Ocidente da Espanha deviam ser forçosamente tardias. Pelo menos a homenagem foi sem questão feita a Inocência II crendo-o vivo, a supormos este acto praticado poucos dias depois da conferência de Zamora, o que é necessário admitir dizendo Afonso Henriques no 1º de Dezembro: «Fiz homenagem.»
Guido demorou-se na Espanha durante ao menos uma parte do curto pontificado de Celestino II. É o que se deduz de uma carta deste papa ao arcebispo de Toledo (Aguirre, T. 5, p. 59), e dos documentos do Livro Preto (f. 235 e 235 v.) em que se vê fazer ele em Roma confirmar «por Lúcia II» a solução que dera em Portugal como legado «de Inocência II» às questões que se agitavam entre os bispos do Porto e de Coimbra. É por isso de crer que ele só viesse a apresentar a carta de Afonso I (dirigida a Inocência II em Dezembro de 1143, porque se ignorava o seu falecimento) ao novo pontífice que sucedera a Celestino II em Fevereiro de 1144. Nada mais fácil que, ao lançar-se no regesto de Lúcia II aquela declaração de homenagem, reduzirem a direcção dela ao papa que efectivamente a recebera, até porque, sendo datada do 1º de Dezembro de 1143, não condizia também com o pontificado de Inocência, o que de certo modo autorizava a alteração.
Assim desaparece o motivo de suspeição resultante de se achar lançada a carta do rei dos portugueses no regesto de Lúcia II e igualmente a dificuldade de conciliar as datas. Este papa podia responder em Maio de 1144 a uma carta datada de Dezembro de 1143, apesar de ser escrita para um seu antecessor. Fora um homem que morrera e não o papado, e era a este, era à entidade moral, o papa, que Afonso se dirigia.
Note-se agora que as duas cópias mais seguras deste documento lhe atribuem a data de Dezembro de 1181 (ano 1143). É a primeira a de Braga, tirada do próprio regesto de Lúcia II e examinada por Viterbo; é a segunda a que foi remetida ao Arquivo

Nacional em 1841 pelo Sr. Visconde da Carreira, passada por certidão, juntamente com a resposta de Lúcia II, do apógrafo autêntico do regesto de Inocencio IV, que as mandou trasladar a instâncias do arcebispo de Braga e munir com o próprio selo, não para que tivessem mais autoridade do que deviam ter, mas para dar testemunho, ele papa, de que eram autênticas: «Non ex hoe auctoritatem eis aliam impendentes, nisi quod eas esse authenticas perhibemus.» Deste modo, Inocência IV confirma e explica o que já Inocêncio III asseverava na carta a Sancho 1, que começa: «Serenitatem regiam» (Baluzio, Epistolário de Inocêncio III, L. 1, epístola 99, T. 1, p. 54), isto é, que dos regestas pontifícios constava que Afonso I fizera o seu reino censual à sé apostólica, e isto, segundo Inocêncio III, no tempo de Lúcia II.

Mostrámos acima que no regesto deste papa se podia lançar a carta como dirigida a ele, ao passo que no autógrafo se mencionava Inocência II. Assim as cópias deviam variar, conforme fossem extraídas do regesto ou do original, que provavelmente existiu.274 por muitos anos e, talvez, ainda exista nos arquivos apostólicos, que não é permitido examinar.

Os que se ativerem à opinião de Ribeiro dirão que isto são conjecturas. Mas são conjecturas que se estribam em factos seguros e a que ele não atendeu. Pelo contrário, para admitir que é falsa a carta cumpre não fazer conjecturas verosímeis, mas supor quase um milagre. Que ela não foi fabricada pelas falsários do século XVI é evidente. Existe no regesto de Inocêncio IV, que vivia no século XIII: existe em cópias antigas nos arquivos bracarense e rutenense. Como se multiplicou este documento por tão diversos lugares, a crê-lo forjado, e, sobretudo, como crê-lo forjado em tempos modernas? Ou mentem todas os documentos incontroversas pelos quais se conhece que Portugal pagava ou devia pagar um censo à sé apostólica desde o tempo de Lúcia II, ou este censo se estribava nalgum título. Se recusamos aquela carta, aonde vamos buscar outro? É o que valeria a pena de se nos dizer, ainda que não fosse mais do que por conjectura.

Resta a dificuldade de se lerem variamente entre os bispos confirmantes os nomes dos bispos da Porto e Coimbra, mas estes nomes facilmente se podiam alterar nas cópias achando-se escritas só pelas iniciais. Além disso, sendo tantos os traslados e encontrando-se certos esses nomes num ou noutro deles, é necessário acreditar que a ser o diploma forjado e havê-lo o falsária feito depositar em tão diversas arquivos, era um mentecapto para assim pôr essa variedade de bispos confirmantes, quando sabia quais eram os verdadeiros. Do mesmo modo o era, se fez a seu bel-prazer as variantes que se encontram no texto da carta. E se nas dizem que essas variantes nasceram dos copiaras, então o argumenta que delas se tira é de todo inconcludente; porque, se os copistas podiam alterar um documento suposto, não poderiam também alterar um verdadeiro?

Baluzio publicou a carta de Lúcio II em que este papa aceitava a homenagem oferecida a Inocência II e a promessa, feita por escrito e por boca do arcebispo de Braga a ele, Lúcio II, de pagar o censo anual das quatro onças de ouro. Ribeiro parece hesitar na condenação deste documento; mas, levado pela torrente das suas ideias, rejeitou-o afinal por dois fundamentos especiais, mas principalmente por ser correlativo à carta de Afonso I, cuja falsidade se persuadia ter provado. Vejamos agora quais são os dais motivos especiais da rejeição:

1º Diz o papa que o rei, entretido com a guerra dos infiéis e com outros negócios seculares, não pudera ir a Roma e por isso fizera a homenagem nas mãos de Guido. Deduz daqui o autor das Dissertações Cronológicas que, a ser este documento verdadeiro, ele se referiria não à carta que existe, mas a outra em que. Afonso Henriques se desculpasse de não ir fazer homenagem a Roma. Pois esta desculpa não podia ser dada de viva voz pelo próprio Guido ou pelo arcebispo de Braga, que na mesma resposta do papa se diz ter ido naquela conjuntura a Roma e renovado os protestas de sujeição? Parece-me este argumento abaixo da lógica severa de J. P. Ribeiro;

2º A frase de Lúcia II «terram tibi a Deo commissam», falando de Portugal,

pertence a séculos mais iluminados, se é que não alude à aparição do campo de Ourique, o que seria uma prova da falsidade do documento.
Nós não vemos naquelas palavras a menor alusão à temerária impostura do documento da aparição; vemos sim uma frase própria para incutir a ideia de que Deus era quem dava as coroas da Terra e de que, senda o papa o seu vigário, a ele pertencia o ser executor da vontade suprema. Neste sentido, semelhantes palavras, longe de pertencerem a tempos mais iluminados, pertencem àquela época e muito a ela. Em grande número de bulas ou cartas expedidas desde o pontificado de Gregório VII até o de Inocêncio III se lêem expressões equivalentes a estas, e em algumas quase exactamente as mesmas. Tais são as de Gregório VII ao rei da Dinamarca (Mansi, T. 20,.275 p. 244): «Monemus... ut tibi cammissi a Deo regni honarem... custodias»; a de Inocêncio III a Henrique de Inglaterra (ibid., T. 21, p. 424): «Expedir ut regno, sive ducatu, a divina dispositione tibi commisso... »; e a de Eugénio II a Afonso VII, que fica citada no texto (id., ibid., p. 672): «Justitiam regni tibi a Domino commissi.» Assim as palavras notadas na carta de Lúcia II como provando a sua falsidade tendem, pelo contrário, a mostrar que é genuína.
Quando um homem coma J. P. Ribeiro não achou melhores provas contra a genuinidade daquele documenta que as acima refutadas, é que na realidade não as havia. Cegava-o o desejo de demonstrar a impostura da carta de feudo a Claraval, e por isso combateu tudo o que lhe parecia ter correlação com ela. Não era, porém, necessário tanto. As alusões ao aparecimento de Ourique, os confinantes, o estilo e os caracteres extrínsecas do diploma bastavam para o condenar, não menos que a imaginária carta de Inocêncio II a Afonso I, que na verdade tem todas os sinais de ser forjada, como já advertimos.
Na mesma «Dissertação» em que se impugnaram as cartas de Afonso Henriques e Lúcia II foi posta em questão a afirmativa de Inocêncio III (bula Serenitatem Regiam) de que até o tempo de Alexandre III o nosso primeiro rei fora tratado pela título de duque («Pater tuus usque ad tempora felicis memoriae Alexandri papae... ducis esset nomine appellatus»). Aproveitaremos esta nota para ilustrar esse ponto, em que também J. P. Ribeiro nos parece ter-se afastada um pouco da sua natural exacção e critério.
1º Diz ele que Inocêncio III afirma expressamente que Afonso I só «usou» do título de dux até o tempo de Alexandre III.
Inocêncio III não afirma tal: o que certifica é que o príncipe português «fora tratado» pelo título de duque. Tratado por quem? Pela corte de Roma. Era isto o que, como logo veremos, Inocência tinha razão para assegurar;
2º Os diplomas do reino é que nos podem indicar o título de que usava Afonso Henriques, e não o testemunho de Inocêncio III. Os diplomas portugueses podem mostrar-nos o título que «a si atribula» o príncipe; mas aquele «com que era tratada» melhor o podia dizer Inocêncio III, que tinha à vista os regestos dos papas seus antecessores, tanto mais que a validade do título real só a podiam dar os pontífices, segunda estes o criam, e não menos o crera Afonso I, que tantos anos diligenciou obtê-lo de Roma;
3º É notável que o título de dux só apareça em um documento do governo do nosso primeiro rei, e esse anterior ao ano de 1140.
Esta proposição é ambígua. Tomada em relação aos diplomas expedidos pelo príncipe, é exacta. Tomada em relação a todas os documentos dessa época, é falsa. Os papas efectivamente lhe chamavam dux depois de ele tomar o título de rei. Daremos alguns exemplos.
Bula de Lúcia II de protecção ao Mosteiro de Santa Cruz: «Quicquid etiam Alfansus iflustris dux portugallensis... vobis concesserit» (Livro Preto, f. 245 v.).
Carta de Eugénio III a Afonso VII, citada no texto e anteriormente nesta nata: «Quod a portugallensium duce nos aliquid recepisse» (Mansi, T. 21, p. 672).
Bula de Alexandre III: «VI cal. aprilis indictione XI incarnat. domin. 1163», de

protecção a Alcobaça, confirmando-lhe em especial a posse daqueles bens, que «Alfonsus portugallensis dux una cum Mahalda uxore sua... concessit» (cartório de Alcobaça, na Arquivo Nacional).

Eis aqui, pais, como por todo o período decorrido desde que Afonso Henriques tomou o título de rei até que Alexandre III lho confirmou (1179), a chancelaria romana não lhe deu senão o de duque, em conformidade com o que posteriormente afirmava Inocêncio III..276

XX

ÚLTIMOS VESTÍGIOS

DAS PRETENSÕES DE AFONSO VII

O que dizemos no texto como simples conjectura é o único meio de explicar e concordar uma passagem de Rodrigo de Toledo e outra do rescrito de Eugénio III a Afonso VII que começa: «In pastaram specula» com a matéria da nota anterior, a qual, assim entendidas, confirmam e ilustram. «Hic pnimus», diz o arcebispo, «in Portugallia sibi imposuit nomen regis, com pater ejus comes et ipse dux antea dicerentur et ab Eugenia papa III, cui regnum suum constituit censuale, multa privilegia et indulgentias imperavit.» No rescrito lê-se a seguinte passagem: «Petitiones tuas (de Afonso VII) pra expeditione contra infidelium tyrannidem facienda, libenter admisimus: et ad hoc ipsum faciendum lo posterum com honore Domini paternae sumus caritatis debito preparati. Dignum est igitur de caetero ut a querimonia tua desistas: in eo videlicet, quad a portugallensium duce...» e o mais que fica citado a p. 346 (nota 2).

Vê-se destes extractos que no tempo de Rodrigo de Toleda, isto é, menos de um século depois do facto, se cria em Espanha que fora a Eugénio III que Afonso Henriques fizera a homenagem, o que mostra, quanto a nós, que nesta conjuntura é que se divulgou a existência do acto praticada anos antes. Parece também deduzir-se daí que o rei por-tuguês obtivera de Eugénio novas concessões e privilégios dos quais já não existem documentos, se não é que Rodrigo de Toledo atribua também a carta de protecção de Lúcia II a Eugénio. Por outra parte, da resposta do papa ao imperador se colhe que este requeria dele alguma coisa concernente a serviço militar contra os sarracenos. Ao período em que se alude às pretensões sabre este objecta parece ligar-se o período seguinte pela palavra igitur. Sendo assim, aquela petição do imperador sabre serviço militar era relativa a Afonso Henriques, quer fosse como rei de Portugal, quer coma tenda tia coroa leonesa o senhorio de Astorga. Nada mais natural, portanto, do que imaginar que, exigindo tal serviço de Afonso I, este o recusasse com o pretexta do preito que fizera à sé apostólica, e que então Afonso VII levasse o negócio a Roma, negócio que devia fazer ruído e gerar a tradição que nos transmitiu Rodrigo de Toleda. É provável que com a recusação do rei de Portugal o imperador a privasse do senhoria de Astorga; parque nenhuns vestígios mais se encontram de que Afonso Henriques ali continuasse a dominar.

XXI

TOMADA DE SANTARÉM

A Noticia da Tomada de Santarém publicada por Brandão foi condenada como supositícia pelo critico frei Joaquim de Santo Agostinho (Memórias de Literatura da Academia, T. 5, p. 316) com dais fundamentas: primeiro, por ser escrita no fim de um códice antigo com letra do século XVI e junto de outros documentos provados falsos; segundo, por ser (quanto a ele) incerta a data da tomada de Santarém, colocando-a a notícia em 1147, com a particularidade do mês e dia (Março, 15). Destas razões a segunda é inteiramente fútil. As provas de que Santarém se tomou em 1147, e com probabilidade em Março, acham-se solidamente estabelecidas por Brandão (Monarquia Lusitana, P. 3, L. 10, c. 24). Que importa, pois, que documentos suspeitas ou escritores mais recentes variem na data, se esta concorda com a verdade? Estribar-se aquele.277 crítico, para provar a incerteza da ano, na crónica cisterciense de Montalvo, que atribui a conquista a 1144, é na verdade extraordinário. Os únicos dois historiadores quase

coevos do sucesso que Mantalvo cita em abono da sua opinião são Lucas de Tuy e Rodrigo Ximenes, em cujas crónicas ele, crítico, podia facilmente verificar que Montalvo fizera duas citações falsas, vista que nenhum assinala a data da tomada de Santarém, e Lucas de Tuy nem sequer particulariza este acontecimento. O primeiro fundamento para duvidar da genuinidade da notícia seria mais atendível se fosse exacto. No códice 207 de Alcobaça, hoje na Biblioteca Pública de Lisboa, há coisas de mão muito mais moderna, mas nem a narrativa da tomada de Santarém nem o poema de Gosuíno o são. Assim as considerações de frei Joaquim de Santo Agostinho carecem de fundamentos razoáveis. Veja-se o que dizemos acerca desta relação a p. 93 dos Portugaliae Monumenta Historica (Scriptores), Vol. 1.
O que poderia produzir suspeitas, se já não existisse o códice 207 de Alcobaça, seria a correcção comparativa da frase latina em que está escrita a narrativa. Mas essas suspeitas seriam destruídas, quando não nas restasse senão uma cópia moderna deste monumento histórico, pela concordância dele com outros monumentos daquela época recentemente descobertos e, portanto, desconhecidos dos falsárias do século XVI. Tais são o modo e particularidades do cometimento, que aí se fazem proceder de um plano previamente assentada, o que concorda com o sistema que, segunda o testemunha de Ibn Sahibi s-Salat, de que noutro lugar do texto fazemos menção, Afonso I seguiu constantemente, atacando os castelos sarracenos. Além de concordar com o autor da «Vita S. Theotonil», publicada pelos bollandistas e mais correctamente nos Portugaliae Monumenta Historica (Scriptores), Vol. 1, p. 79, no essencial de ser Santarém tomada por estratagema, temos disso documenta indisputável numa doação de Sancho I aos cavaleiros de Santiago (cartório de Palmela, no Arquiva Nacional, documenta original): «De ilha nostris domibus in quibus facta est turnis, per quam pater meus rex Domnus Alfansus, felicis memonie... Sanctaren furtive intravit.»
Uma das circunstâncias que mais contribuem para dar à memória de Alcobaça um carácter de verdade é o depreender-se do seu contexto que foi não a povoação mas o castelo o ponto acometido na noite de 15 de Março. O lugar por onde os portugueses avançaram naquela arriscada noite indica-o bem, mas ainda melhor o dividir o rei a sua gente e o enviar um troço a impedir o socorro externo do arrabalde de Seserigo: «Ut praeoccupet callem, qui venit de Setenigo (aliás Seserigo) ne portae additus ab ilha praeoccupetur.» Edrisi diz-nos (versão de Jaubert, Vol. 2, p. 29): «Chantarin est une ville bâtie sur une montagne très haute, au midi de laquelle est un vaste enfoncement. Il n’y a point de murailles, mais au pied de la montagne est mi faubourg bâti sur le bord du fleuve». Este bairro ou arrabalde, hoje a Ribeira, pelo nome que lhe dá a memória de Alcobaça, é o mesmo a que ela alude. A denominação de Seserigo dada à Ribeira de Santarém aparece num documento dos templários de 1159 (Elucidário, T. 2, p. 357) e ainda no Cancioneiro do Colégio dos Nobres:
Ai senterigo, ai senterigo!
Ai é Alfanx, e ai Sesenigo.
Esta palavra é derivada de Sessega, que parece significar, não qualquer assento ou planície (como interpreta Viterbo, mas especialmente o terreno à borda de um ribeiro ou rio, próprio para construir azenhas (documento no Elucidário, verbete «Sessega», e no Direito Enfitêutico de Lobão, Apêndice, pp. 80 e 90), nem sabemos em que se funda a extraordinária significação que J. P. Ribeira dá a este vocábulo (Dissertações Cronológicas, T. 4, P. 2, p. 133); nós, pelo menos, nunca em tal sentido a encontrámos..278
A comparação do diploma de Sancho I que acima citámos, do cartório de Palmela, com os artigos oferecidas pelos freires de Portugal para obterem separar-se do mestrado de Castela (Livro dos Copos, ff54, aliás 84) prova de modo indisputável que foi a alcáçova velha ou castelo mourisco, e não a vila, o ponto atacado. Aludindo àquela doação de D: Sancho, dizem os freires: «Concessit dieta ordini fortellitium com turre et domibus alcaceve veteris castri Sanctaren, per quem locum idem castrum fuit recuperatum a sarracenis». Os freires deviam saber onde era a propriedade que

possuíam, e Sancho I o lugar por onde seu pai acometera o castelo.

XXII

FONTES HISTÓRICAS SOBRE A TOMADA DE LISBOA

As fontes legítimas para a história desta expedição dos cruzados e tomada de Lisboa aos sarracenos, saa:

1º Crucesignati Anglici Epístola de Expugnatione Ulisiponis, citada com outro título por Cooper (On Public Records, T. 2) e publicada ultimamente a p. 392 das Portugaliae Monumenta Historica (Scriptores), Vol. I. É obra de testemunha ocular, e sem comparação a mais circunstanciada e importante narrativa do sucesso. Seguimo-la principalmente;

2º Epistola Arnulfi ad Milonem Episcopum Morinensem, apud Martene, Veteres Scriptores et Monumentor. Ampliss. Collectio, T. 1, p. 800. É testemunha ocular dos sucessos da expedição, da qual fez parte. Narra algumas particularidades desta conquista;

3º Dadequino, Appendix ad Mariani Scoti Chronicon, apud Pistónio, Illustr. Veteres Scriptores (Francoforte, 1613), T. 1, pp. 473 e 474. É também testemunha ocular. Refere o sucesso mais sucintamente que Arnulfo;

4º Helmoldo, Chronica Slavorum seu Annales (Francoforte, 1581, fol.), L. 1, c. 49. Autor contemporâneo («obiit anno 1170», Cave, Scriptores Ecclesiasticor. Hist. Litter., Vol. 2, p. 237). É por isto, e por algumas circunstâncias que relata, assaz importante;

5º «Chronica Gothorum», na Monarquia Lusitana, P. 3, L. 10, c. 28. Aponta apenas o facto e a sua data. Mais extensamente no exemplar parafraseado de Resende, ibid., Apêndice, escrito I. Melhor nos Monumenta (Scriptores), Vol. I, p. 15;

6º «Crónica Lamecense», nas Dissertações Cronológicas, T. 4, P. 1, p. 174. Melhor nos .Monumenta (Scriptores), Vol. I, p. 20. Só o sucesso e a data;

7º «Crónica Conimbnicense», na Espa,1a Sagrada, T. 23, p. 330. Melhor nos Monumenta (Scriptores), Vol. I, p. 2. O mesmo que o antecedente;

8º Roberto de Monte, Appendix ad Chronographiam Sigeberti, apud Pistório, T. 1, p. 628. Contém algumas particularidades interessantes. Vivia este escritor pelos anos de 1210, segundo alguns; mas a opinião mais segura é a de ter falecido em 1186 (Cave, ob. cit., Vol. 2, p. 285). Assim, foi coevo;

9º Henrique de Huntingdon, Historiar. Lib. 8, apud Savile, Rer. Anglicar. Scriptores post Bedam, p. 394 (claruit anno 1150», Cave, ob. cit., p. 225). É mais breve que Roberto de Monte; mas não deixa de merecer atenção, sobretudo por ser perfeitamente contemporâneo;

10º Rogério de Hoveden, Annalium Pars Prior, apud Savile, pp. 489 e 490 («claruit anno 1198», Cave, ob. cii., p. 255). Não fez mais do que copiar, até nas miosinas circunstâncias, os outros cronistas (Lappenberg, Geschichte vais England, 1 B. Litter, Einleitung 5. 61). Nesta parte seguiu à letra Henrique de Huntingdon; mas vê-se.279 que no códice de que se aproveitou lia-se «civitatem... Ulixbona, et aliam quae vocatur Almade», enquanto no texto impresso de Henrique de Huntingdon se leu erradamente Almaria;

11º João Brompton, Chronicon, apud Twysden, Hist. Anglicae Scri piores, x, p. 1035 («claruisse videtur circa annum 1198», Cave, ob. cit., p. 254). Lappenberg diz que viveu no século XIV: mas que a obra que se lhe atribui é talvez dum escritor mais antigo (ob. cit., Einleitung 5. 69). Quase coma Rogério de Hoveden, copia apenas Henrique de Huntingdon;

12º João, prior de HagustaId, Continuatio Histor. Simeonis Dumelmensis, apud Twysden, ob. cit., p. 277 (vivia pelos fins do século XII; veja-se Selden, De Scriptor, a Twysdeno editis, p. XXVI). Alude ao sucesso;

13º «Vita S. Theotonii», apud Bailando, Acta Sanctor. Februarii, T. 3, p. 116, cal. 2, e melhor nos Monumenta (Scriptores), Vol. 1, p. 79. Como se depreende da sua

narrativa, o autor foi contemporâneo do acontecimento, ao qual apenas alude como o precedente escritor;
14º Indiculum Fundationis Monasterii B. Vincentii Ulixbone. Manuscrito do cartório de São Vicente, no Arquivo Nacional. Foi publicado por Brandão, Monarquia Lusitana, P. 3, Apêndice, escrita XXI, substancialmente errado. Publicada correctamente nos Monumenta (Scriptores), Vol. I, p. 92. Têm-se oferecido algumas dúvidas sobre a sua autenticidade. O que se pode ter por certo é que ou não foi escrita nos primeiros anos do reinado de D. Sancho I, como aí se indica, ou que é uma cópia tirada posteriormente, o que nos parece mais provável à vista das ponderações que vamos fazer acerca desta memória, a mais particularizada de todas, salvo a carta do cruzada inglês e a carta de Arnulfo ao bispo morinense.
Em primeiro lugar cumpre advertir que o transunto publicada por Brandão está cheio de erros intoleráveis, sendo provavelmente tirado por mão imperita. Assim (por não falarmos em muitas palavras trocadas ou deturpadas), onde se lia a data da tomada de Lisboa bem claramente por estas palavras «anno igitur ab incarnatione Dominica MCXXXXVII» puseram 1148. O número das velas da armada estrangeira, que o manuscrito diz ser de cento e noventa ficou reduzida a cento e sessenta por não saberem que x aspado valia quarenta. Daqui fácil é conceber qual seja a imperfeição da cópia impressa por Brandão.
Posto que a memória pareça indicar que foi escrita «no ano terceiro de Sancho I», o que lá não se acha é o ano de 1188, que logo segue na edição junta à Monarquia Lusitana, mas sim o de 1148, data evidentemente errada, porque neste ano ainda D. Sancho nem sequer era nascida, tendo-se emendado no transunto comunicada a Brandão 48 em 88 para coincidir com a data do reinado. É deste erro evidente do manuscrito, sem atender aos seus caracteres paleográficos, que se deduz ser ele apenas uma cópia; porque não é provável que no original se errasse a data do ano da encarnação, corrente na acto de se escrever a memória.
Mas o que de todo acaba de persuadir isto mesmo é a letra em que ela se acha escrita. Os paleógrafas sabem que os caracteres franceses, que começaram a vagar mais entre nós desde o meado do século XII, diminuíram sucessivamente em grandeza no reinado de Sancho I e chegaram a ser às vezes minutíssimos, já no tempo de Afonso II, Sancho II e Afonso III. Mas, em geral, os diplomas dos primeiras anos de Sancho I são ainda escritos em grandes caracteres, sem diferença sensível dos de Afonso I. A letra, porém, do manuscrito de São Vicente é semelhante em grandeza, em forma, em tudo, à da volume da Chancelaria de Afonso II que nos resta (Maço 12 de Forais Antigos, n. 3) e, ainda, aos volumes das inquirições do mesmo Afonso II.
Assim, o mais provável é que a memória como existe seja uma cópia feita neste.280 ou no seguinte reinado, parque é sabido que só pela letra não é possível determinar com precisão a data dela;
15º As crónicas de Guilherme de Nangis e de Nicolau Trivett (apud Achery, Spicilegi um, T. 3, pp. 7 e 147) narram igualmente a tomada de Lisboa; mas, sendo ambas do século XIV, pouca autoridade têm acerca do sucesso. Guilherme de Nangis parece ter seguido Roberto de Monte, e Trivett, Henrique de Huntingdon.
A carta de Dodequino citada por Schaefer (Geschichte von Portugal, 1 B., 5. 64) deve ser interessante, mas não pudemos consultar a obra de Gercken Reise durch Schwaben, onde vem transcrita.

XXIII

CIRCUNSTÂNCIAS DA TOMADA DE LISBOA

Narrando a conquista de Lisboa cingimo-nos, quanto às circunstâncias do assédio, à carta da cruzado inglês, à de Arnulfo, à crónica de Dodequino e ao Indiculum, únicas autoridades que nos era lícito seguir. Os nossos historiadores narram particularidades diversas. Tais são o combate na ponte de Sacavém entre os cristão e cinco mil sarracenos que vinham de Tomar, Torres Novas, Alenquer e Óbidos em socorro de

Lisboa; a morte de Martim Moniz entalado na porta setentrional do castelo, por ande os portugueses acometeram e entraram na povoação, etc. Todas estas circunstâncias têm parecenças de família com as mais fábulas que deturpam a nossa história. Nenhum escritor ou documenta contemporâneo alude a semelhantes sucessos, e nos mesmas sucessos está a sua refutação. O combate de Sacavém, em que figuram «mouras de Tomar», é relatada em certa memória das fins do século viu (Monarquia Lusitana, P. 3, L. 10, c. 27), onde os erros grosseiros de história são quase tantos como as palavras, e a façanha de Martim Moniz não tem melhor abonador que uma frase vaga do Livro das Linhagens, atribuído ao conde D. Pedro (tit. 53), Babel de quantos contos absurdos se foram forjando durante a Idade Média, do fim da qual data o mais antigo manuscrito completo que dele possuímos, e em que são visíveis as alterações e cerzidos de diversas épocas. Basta examinar a topografia do actual castelo de Lisboa para ver que um ataque por aquela parte, se não era impossível, ao menos fora loucura, descendo as muralhas da cidade em duas linhas quase perpendiculares sobre o Tela e partindo do poente e oriente do erguido monte da kassba, que, se hoje é despenhada para o lado do norte, muito mais o devia ser então. O simples senso comum nos persuade o mesma que as memórias contemporâneas referem, isto é, que os assaltos foram dirigidos contra os lanços dos muros mais acessíveis. Se, com uma larga brecha, aberta no sítio mais baixo da povoação, os alemães e flamengos foram repelidos, como acreditar que, trepando por um despenhadeiro e indo acometer o ponto mais fortificado e melhor defendida, como sempre o eram as alcáçovas, cujas muralhas do lado do norte estavam intactas, os portugueses entrassem por um postigo, quando os francos não podiam entrar por uma larga brecha? São coisas tão admiravelmente insensatas que custa a perceber por que título semelhantes patranhas mereceram ser não só lembradas, mas ainda referidas como factos correntes por um homem tão grave e judicioso coma era Brandão.

XXIV

CONFERÊNCIA DE CELANOVA

Reina a maior confusão entre os historiadores acerca do ano do casamento de.281 Fernando II e D. Urraca. Brandão, Barbosa, Flores, Risco, seguem cada qual seu parecer, fundando-se em diversas documentos, que, de feito, se excluem uns aos outros, ao menos aparentemente. A confusão foi aumentada com os diplomas coligidos por J. P. Ribeiro (Dissertações Cronológicas, T. 3, P. 1, n.os 479, 487, 490) em que D. Urraca figura durante os anos de 1166 a 1169 como existindo na corte de seu pai, ao passo que em outros deste mesmo período só aparecem D. Teresa e o príncipe D. Sancho. Flores (Reynas Católicas, T. 1, pp. 319 e as.) prova que D. Urraca devia casar antes de 1166, por vários documentos seguros em que ela é mencionada como rainha de Leão. Risco atrasa o casamento a 1159, fundado num único diploma. É certo, porém, que para admitir a veracidade desse documenta seria necessário que D. Urraca, de todos os filhas de Afonso Henriques, fosse a primogénita e nascida em 1147 e, ainda assim; teria casado de doze anos.

Lucas de Tuy (Cronicon Mundi, na Hispânia Ilustrada, Vol. 4, p. 106) e Rodrigo Ximenes (De Rebus Hispaniae, L. 7, c. 19) são concordes em falar deste casamento coma precedendo a repovoação de Ciudad Rodrigo, a qual decerto não foi posterior a 1165. Veja-se Ferreras, Historia de España, P. 5, p. 370.

Como conciliar o testemunho encontrado dos monumentos coevos? Nenhum outro vemos, senão o de supor que se fizeram os esponsais primeiro e que a infanta, ainda então de menor idade, só veio a ser entregue ao marido em 1165. Locas de Tuy assegura-nos positivamente que Fernanda II casara com D. Urraca para que o rei de Portugal o favorecesse contra os seus inimigos: «Ut ejus posset habere auxilia contra impetus adversantium» (loc. cit.). Sabemos que os dois príncipes tiveram uma conferência em Celanova no ano de 1160 (Manrique, Anales Cistercienses, T. 1, p. 437), justamente na época em que o rei leonês começava a realizar os seus projectos acerca de Castela. Nada mais natural, portanto, do que atribuir à conferência de

Celanova a aliança dos dais príncipes e os ajustes do casamento de D. Urraca.
De maior dificuldade parece o explicar a contradição dos documentos de Leia e Castela com os de Portugal depois de se realizar o casamento, o qual sabemos com certeza haver-se verificada em Junho de 1165 por um documento de Monte Ramo, cuja frase parece também reforçar a conjectura de haver antes disso esponsais: «XVI kal. julii era MCCIII, eo tempore quo domnus Fernandus accepit filiam regia Portugalensium» (Flores, Reynas Católicas, T. 1, p. 322. Desde este tempo D. Urraca figura em grande número de diplomas de seu marido, mas continua a aparecer em «alguns» de seu pai. A solução mais óbvia dessa contradição aparente é que os notários portugueses, pelo hábito de mencionarem a infanta nos documentos, o fizeram uma ou outra vez depois da sua partida. Esta conjectura evidencia-se da carta de couto de Midões à sé de Coimbra, carta que se diz feita «com consenso filiorum meorum, videlicet regia Sanctii et regine Orrace atque Tarasie», e todavia na inscrição do rodado, que correspondia então, como meio de autenticar os diplomas, às assinaturas modernas, lêem-se apenas os nomes de Sancho e Teresa (Livro Preto, f. 29).
No parágrafo a que esta se refere supusemos que em Celanova Fernanda II procurou pôr barreiras às rápidas conquistas de Afonso I, estabelecendo uma linha de demarcação para elas. É indubitável que esta demarcação existia poucos anos depois, segundo o testemunho de Lucas de Tuy e Rodrigo Ximenes (Cronicon Mundi, p. 107; De Rebus Hispaniae, L. 7, c. 23), sucedendo ao rei de Portugal o desastre de Badajoz em consequência de ter atacada aquela cidade, cuja conquista pertencia ao genro. Não havendo o menor vestígio de tratada anterior entre Portugal e Leão sobre semelhante objecto, a mais natural é atribuí-lo a convenção entre os dois príncipes, e esta à conferência de Celanova.
Existem dois documentos notáveis que parece darem mais força à nossa opinião e.282 que, pelo menos, indicam terem-se alterado as demarcações das fronteiras entre Portugal e Leão nos anos decorridos de 1154 a 1167, em que cai o de 1160 e a conferência dos dois príncipes. Numa certidão autêntica passada em 1353 (Arquivo Nacional, Gav. 1, Maço 1, nº 12) se encontra: primeiro, a doação da vila de Maide sobre o Aliste ao mosteiro de São Martinho de Castanheira, feita por Afonso I em 1154; segundo, a doação feita de novo por Fernando II ao mosteiro, em 1167, na qual alude à do sogro: «Mayde quam dederat vobis domnus Alfonsus rex portugallensis.» Donde parece concluir-se que as fronteiras orientais de Trás-os-Montes haviam recuado neste meio tempo umas poucas de léguas.

XXV

CO-REGÊNCIA DO INFANTE SANCHO

Assentando a sua opinião num documento ou falso ou errado na data, Brandão supôs a co-regência de Sancho com seu pai nos últimos anos da vida deste (Monarquia Lusitana, L. 11, c. 33). Ribeira impugnou a existência de semelhante facto com argumentos que parecem bem pouco fortes (Dissertações Cronológicas, T. 1, pp. 30 e as), sendo o principal a falta de referência a esse facto nas documentos posteriores a ele. Sem nos estribarmos no diploma em que o autor da Monarquia Lusitana fundamentou o seu parecer, seguimos, todavia, este pelas seguintes razões.
É notável que para resolver tal questão, tanta Brandão como Ribeira se esquecessem da passagem positiva e terminante que se lhes oferecia no relatório da trasladação de São Vicente, escrito por autor que ambos eles aceitaram coma coevo. Eis aqui a passagem: «Anno Domini 1173, regni autem regia Adefonsi 45, vitae veto ejusdem anno 67º, filio que regis ejusdem conregnante, 18 annorum adolescente mirabiis indolis, etc.» Daqui se torna evidente que a associação de Sancho ao governa já se havia verificado em 1173, coisa fácil de crer pelas razões políticas ponderadas no texto. Para destruir este testemunho positivo fora necessário mais alguma coisa do que a falta de declaração autêntica do facto, a qual, na singeleza dos tempos, se julgaria escusada, como parece também se julgara na ocasião, muita mais importante, de tomar

Afonso o título de rei, acto de que nenhum documento especial nos resta.
Mas não é só isto. O próprio Ribeiro se lembra do foral de Pombal (Dissertações Cronológicas, T. 3, P. 1, p. 160), dado por Gualdim Pais em 1174, em que se diz: «Regnante Domina Ildefonso portugalensi rege... et cum eo rege Saneia filio suo», o que confirma inteiramente o relatório da trasladação de São Vicente. Ao ilustre antiquário não ocorreu dúvida alguma sobre este documento, considerando-o genuíno, coma na realidade é. Acresce a escritura do mosteiro de Fiães do ano de 1174 (Sandoval, Iglesias de Tuy, f. 137), em que se diz: «Regnante m Portugallia rege Alfonso et ejus filio domno Sancio, sedente Tude episcapo Beltrano.» A doação a Garcia Mendes do Casal de FeIgueiras feita em 1181 ainda é, porventura, mais explícita: «Alfansus Dei gratia portugallensis rex... una com filio meo eadem gratia portugalense rege» (Arquivo Nacional, L. 2, de Além-Douro, f. 159 v.) e não menos a concessão à ordem de Évora (Calatrava) do castelo de Coruche: «Ego rex Alfonsus... concedente filio meo rege D. Saneia, hanc cartam, etc.» (era 1214, Arquivo Nacional, Gav. 4, Maço 1, nº 17). Assim, os diplomas posteriores a 1173 e anteriores à morte de Afonso I, acerca dos quais não se der outro motivo de suspeição mais do que aludirem de algum moda à autoridade real do infante, longe de os rejeitarmos, consideramo-los como outras tantas provas em abono da nossa opinião.
O figurar quase sempre Afonso I nas doações daqueles últimos tempos coma.283 principal e, talvez, único doador não nos parece provar coisa alguma em contrário. Era uma forma de chancelaria assaz conciliável com a realidade da acção do infante nas negócios públicos, e tanto mais que não cremos que o velho monarca abandonasse todo o poder a seu filho, mas sim que o fizesse participante dele.

XXVI

CONFIRMAÇÃO DO TÍTULO DE REI

A bula original da confirmação do título de rei passada a favor de Afonso I acha-se no Arquivo Nacional (Maço 16 de Bulas, nº 20, e impressa com algumas inexacções por Brandão, e nas provas da História Genealógica. A substância dela fica inserida no texto; mas para se conhecerem, até onde é possível, as circunstâncias que concorreram para se expedir aquele diploma cumpre recordar também as bulas e rescritos posteriores. É comparando uns com outros que se pode chegar a concluir o que dissemos sobre esta matéria.
Pelos documentos que nos restam sobre a primeira oferta de censo à sé apostólica vimos que ela se limitara a quatro onças de ouro. Este censo, porém, não bastava para que Roma concedesse o título real, porque da bula de 1179 se deduz que o oferecimento dos dois marcas precedeu e motivou a concessão: «Pra ampliaria reverentiae argumento statuisti duas marchas auri, annis singulis, nobis nostrique successoribus persolvendas» (ibid.). Além do estabelecimento desta contribuição anual, Afonso enviou depois ao papa mil morabitinos, oferecidos gratuitamente por uma vez. É o que consta de duas cartas de Inocêncio III a Sancho I (Babazio, Epistolário de Inocêncio III, L. 1, epístolas 99 e 448). Resolvida favoravelmente em Roma a pretensão de Afonso I, este príncipe, ou por causa da guerra dos almóadas que sobreveio, ou porque a sua devoção à sé apostólica não fosse tão profunda coma Alexandre III insinuava na bula Manifestis Probatum, nunca pagou os cem áureos anuais ou dois marcos que prometera (L. 1, epístola 99), ao mesmo tempo que suspendeu o censo das quatro onças. Pelo meado de 1199, Sancho I enviou a Roma quinhentos e quatro morabitinos em pagamento do dito censo, devido desde o terceira concilio lateranense (Março de 1179) até aquele tempo, isto é, vinte anos e alguns meses e dias (L. 1, epístola 448). A época deste pagamento não consta da carta de Inocêncio III; mas inferimo-la da soma de quinhentos e quatro morabitinos, supondo que as quatro onças correspondessem a vinte e cinco daquelas moedas: isto é a libra régia de dezasseis onças a cem e o marca a cinquenta. Recebeu Inocência esta soma, mas insistiu em que se lhe deviam os cem áureos anuais desde 1179, conta na verdade curiosa, da qual se vê que o papa tomava as promessas de

Afonso Henriques no sentida mais lata possível, pretendendo acumular os dois censos. Essa questão era antiga; mas fora tratada anteriormente de diverso modo. Celestino III quisera compelir Sancho I a pagar os cem áureos anuais devidos desde o aumento do censo; mas o rei de Portugal redarguira que seu pai dera ao papa mil áureos equivalentes à contribuição de dez anos, os quais ainda não tinham decorrido (ibid., epístola 99). A notícia da dádiva dos mil áureos chegou por este meio até nós, e daquela notícia se colhe que esta soma fora oferecida nos últimos dias de Alexandre III (falecido em Agosto de 1181), porque aliás no primeiro ano do pontificado de Celestina III (eleita em Março de 1191), ainda supondo que este papa tratasse imediatamente do negócio, estariam findas os dez anos. Não insistiu Celestino, segundo parece; mas Inocêncio III apenas subiu ao sólio pontifício renovou a exigência, declarando ao rei de Portugal que os mil áureos tinham sido uma simples liberalidade de Afonso I: «Non pra censo, sed ex devotione, quam ad eum habebat, liberaliter contulisset» (ibid.). Apesar das ameaças.284 com que terminava a carta do papa, vê-se que Sancho resistiu quase dois anos e que no fim deles só queria pagar o censo oferecida no tempo de Lúcio II, isto é, as quatro onças anuais. Mas, cansado talvez de lutar contra o tenaz Inocência, ele entregou o negócio à consciência do papa, que o resolveu enviando-lhe pela legada Rainerio a carta que Afonso I escrevera a Alexandre III com os mil áureos, da qual se via que estes haviam sida um dom gratuito. À vista da carta, Sancho pagou provavelmente o que se lhe pedia, porque não consta que Inocência tornasse a escrever sobre isto. Em tal pressuposto, a confirmação do título de rei a Afonso Henriques custou a Portugal, pelo menos, três mil e quinhentos morabitinos.

Advertimos em última lugar que nos documentos relativos a este negócio a moeda de que se fala é a dos áureos ou «bizâncios», nome que se dava geralmente na Europa não só ao dinheiro de ouro cunhado em Constantinopla (Bizâncio), mas também aos morabitinas ou dobras dos sarracenos (Ducange, verbete «Byzantius»). Destes mesmos documentos se conhece que cinquenta deles faziam um marco. Assim a soma recebida de Sancho I pelo papa em consequência da concessão de Alexandre III equivaleria hoje a, pouco mais ou menos, oito mil réis e o censo anual a duzentos e trinta réis.

XXVII

CASAMENTO DA INFANTA D. TERESA

Brandão refere o casamento de D. Teresa depois do cerco de Santarém, supondo a partida da infanta posterior a este sucesso. Nós preferimos relatá-la antes, porque nos parece que a vinda da armada de Flandres e a sua viagem para a Rochela precederam aquele famoso cerco. Em qualquer das hipóteses, os dois factos são quase paralelos, e a matéria não vale a pena de largas discussões.

Sabemos que a celebração do casamento se verificou em Agosto (Genealog. Comit. Flandriae, apud Martene, T. 3, p. 391). Chegar à Flandres a notícia de que Afonso I acedia aos desejos de Filipe, preparar-se a armada, vir a Portugal, embarcar a infanta com os ricos presentes que o rei fazia a sua filha e genro, partir a frota e chegar a Rochela, e dali caminhar por terra a princesa até chegar à Flandres são acontecimentos que não podiam gastar menos de dois ou três meses numa época de navegação imperfeitíssima e de difícil trânsito por terra. Assim o negócio do casamento devia estar resolvido em Abril ou Maio, e a vinda da armada flamenga seguir-se-ia imediatamente. Segundo o testemunho, nesta parte uniforme, das memórias cristãs e muçulmanas, é indubitável que a entrada dos almóadas só se verificou pelos fins de Junho, e o cerca de Santarém durou, pouco mais ou menos, um mês, isto é, até os fins de Julho. No meio de tão graves acontecimentos não é crível que se tratasse da partida da infanta, e por isso entendemos que este facto era já passado naquela conjuntura..285

****

Obra digitalizada e revista por Deolinda Rodrigues Cabrera a partir da edição de 1876. Actualizou-se a grafia.
© Projecto Vercial, 2000

http://www.ipn.pt/literatura